



ANUÁRIO
COLÓQUIOS DA LUSOFONIA
ANO 2012
ESTUDOS LUSÓFONOS
LÍNGUA E LITERATURA

EDIÇÃO AICL/CHRYS CHRYSTELLO ©2001-2016

PROJETO DO ANUÁRIO/ ANTOLOGIA DOS COLÓQUIOS

Dentre as conclusões do 13º colóquio da lusofonia (Florianópolis 5-9 abril 2010) salienta-se a 22ª:

Malaca Casteleiro sugeriu que em cooperação com a Academia Brasileira de Letras, Academia Galega da Língua Portuguesa, Universidades, Politécnicos e outras instituições se valorizem as publicações de trabalhos das Atas/Anais, fazendo-se um/a Anuário/Antologia em edição conjunta para diversos países e regiões em formato de papel, selecionadas por um júri científico a nomear. Analisada esta proposta e dadas as muitas centenas de trabalhos apresentados ao longo destes anos e constantes das Atas/Anais, sugeriu-se o seguinte:

1º. Nomear Evanildo Bechara, Malaca Casteleiro e Ângelo Cristóvão representando as três Academias, para o júri científico que irá analisar as obras a publicar em Anuário/Antologia.

2º. A fim de evitar trabalho excessivo por parte dos membros do júri, o Presidente da Comissão Executiva, com o apoio dos escritores Cristóvão de Aguiar e Vasco Pereira da Costa fez uma seleção prévia das mais de 600 apresentações de trabalhos para enviar ao júri, que deliberou quais as obras merecedoras de constarem, pelo seu valor científico e outros, na referida Antologia/Anuário.

3º. Designa-se como editor da obra a Calendário das Letras (Francisco Madruga) que preparará a edição em escrita unificada de acordo com o 2º protocolo modificativo do Acordo ortográfico.

4º. O custo da edição será suportado pelas entidades que assinaram protocolos com os colóquios mais a Academia Brasileira de Letras e a Academia Galega da Língua Portuguesa, sendo uma edição conjunta dos Colóquios da Lusofonia com a chancela daquelas duas Academias.

5º. A edição e distribuição no Brasil poderiam ser efetuadas pela própria Academia Brasileira a fim de evitar custos de transporte.

6º. A distribuição em Portugal e Galiza da obra editada ficaria a cargo da editora e das entidades com as quais os Colóquios têm convénio de cooperação, as quais teriam o respetivo crédito na capa/contracapa da obra.

7º. A obra seria publicamente divulgada num dos próximos colóquios

8º. Considerando a dificuldade de estabelecer uma metodologia capaz de selecionar entre mais de seiscentas obras apresentadas desde o 1º ao 13º colóquio para constarem da publicação do Anuário/antologia representativo da variada gama de temas e subtemas em discussão ao longo dos anos decidiu-se:

a. Excluir da pré-seleção de 132 trabalhos todas as obras que foram objeto de publicação em Atas/Anais na forma de livro.

b. Incluir apenas as que ainda não haviam sido publicadas em Atas/Anais na forma de livro

c. Foram critérios primários de seleção a escolha de obras que pudessem refletir a variedade de temas em debate e a orientação geral dos colóquios da lusofonia relativamente a TRADUÇÃO, LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA, ACORDO ORTOGRÁFICO 1990, QUESTÕES E RAÍZES DA LUSOFONIA, AÇORIANIDADES E INSULARIDADES, AUTORES AÇORIANOS, LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO E SEU RELACIONAMENTO COM CRIoulos E OUTROS IDIOMAS

d. Nenhum autor poderia ter mais do que um trabalho na seleção final

e. Os temas apresentados teriam de ser inovadores ou revelar facetas menos conhecidas e divulgadas dos temas que debatiam nos anos em que não se publicaram Atas em livro.

f. Cada colóquio teria de ter, pelo menos, uma obra selecionada entre as que foram apresentadas

g. Os temas apresentados deveriam poder servir para divulgar o caráter abrangente das nossas temáticas e das nossas preocupações com a preservação e fortalecimento da língua portuguesa falada e trabalhada em todos os pontos do mundo, independentemente de ser língua oficial desses países ou comunidades

h. Findo este processo escolheram-se 25 autores e obras para publicar numa versão em papel do Anuário/Antologia, que propusemos às 3 Academias da Língua Portuguesa.

9º. Posteriormente e dados os custos elevados da edição a direção da AICL decidiu não publicar e colocar duas versões em linha no portal www.lusofonias.net, uma completa e outra, uma edição reduzida com as obras selecionadas que era a versão que se queria editar em papel. Em 2016 decidimos colocar ANUÁRIOS organizados por ano. Esta é a versão completa do ano de 2012.

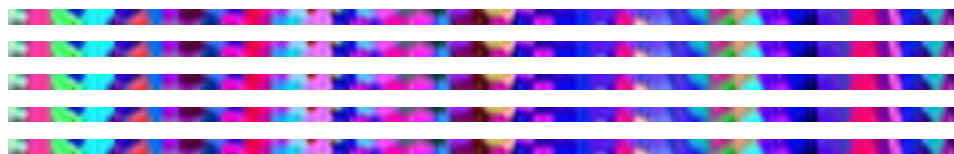
O Presidente da Direção - AICL, Colóquios da Lusofonia,

J. CHRYS CHRYSTELLO

ÍNDICE DO 17º AO 18º COLÓQUIOS

1. ÍNDICE 17º COLÓQUIO LAGOA 2012 ISBN: 978-989-95891-9-3

1.	ADELA FIGUEROA	O CONTO INFANTIL "O REI DA FLORESTA" INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO E LAZER.
2.	ANABELA MIMOSO 1	PEDAÇOS DOS AÇORES EM EDUARDO BETTENCOURT PINTO
	ANABELA MIMOSO 2	A AÇORIANIDADE DE RODRIGO LEAL DE CARVALHO: A VISÃO DO OUTRO
3.	CAETANO VALADÃO SERPA	LINGUAGEM NÃO-SEXISTA
4.	CHRYS CHRYSTELLO	LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE
5.	CONCEIÇÃO ANDRADE	HISTÓRIAS DA MINHA AVÓ AÇOREANA: O SIMBOLISMO DO TOURO
6.	CONCHA ROUSIA 1	CULTURA GALEGA E LUSOFONIA
7.	DANIEL DE SÁ	--
8.	EDUARDO BETTENCOURT PINTO	UM CESTO COM MALMEQUERES, UM AMOR IMPERFEITO
9.	EDUÍNO DE JESUS	LITERATURA DE MATRIZ AÇORIANA
10.	ELISA GUIMARÃES	ENSINO DE LITERATURA
11.	EMANUEL FÉLIX: JOANA FÉLIX	O GASPAR E O FÉLIX
12.	EVANILDO BECHARA	--
13.	FERNANDO AIRES: IDALINDA RUIVO M. DE SOUSA	VIÚVA DE FERNANDO AIRES
14.	FLÁVIA BA	NÓMADAS DO PRESENTE. SEDENTÁRIOS DO FUTURO? A ATUALIZAÇÃO DA LUSOFONIA NA MEMÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL PORTUGUESA
15.	HELENA ANACLETO-MATIAS	TONALIDADES E SONORIDADES PORTUGUESAS EM "UNHOLY GHOSTS" DE RICHARD ZIMLER
16.	HELENA CHRYSTELLO	ANTOLOGIA AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS
17.	JOÃO CRAVEIRINHA	ESCRITOR
18.	JOÃO MALACA CASTELEIRO	- O PORTUGUÊS - UMA LÍNGUA COM FUTURO".
19.	JOSÉ A. SANTOS ALVES	A IMPRENSA AÇORIANA COMO INGREDIENTE DA MEMÓRIA DA LUSOFONIA: O ÍRIS DA TERCEIRA
20.	KATHARINE BAKER	TRADUZIR O CONTO "NAS LAJES, UM CHÁ IMPREVISÍVEL" DE URBANO BETTENCOURT
21.	MANUELA MARUJO	PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA EM TORONTO: CASO PARA DEBATE E REFLEXÃO
22.	MARIA DE JESUS BARROSO AUSENTE	CONVIDADA DE HONRA
23.	Mª DEYRIS BARTHEZ	EXPRESSÃO DA LUSOFONIA NA PROPOSTA DO CONVÉNIO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO 1945
24.	Mª JOSEFINA LEUBA SALIM	
25.	Mª ZÉLIA BORGES	CIGARRAS AÇORIANAS TRABALHAM COMO FORMIGAS
26.	ROLF KEMMLER	PERCEÇÃO DOS AÇORES PELO MUNDO ANGLÓFONO NOVECENTISTA
27.	RUI FARIA	IMIGRAÇÃO AÇORIANA: NOVAS VIAS DE APRESENTAÇÃO ÀS NOVAS GERAÇÕES
28.	SIMONA VERMEIRE	O CONTÁGIO MEMÉTICO NO ROMANCE <i>ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ</i> DE JOSÉ SARAMAGO
29.	URBANO BETTENCOURT	FERNANDO AIRES E A GERAÇÃO DE 40
30.	VASCO PEREIRA DA COSTA	O PRÉ-TEXTO DO FILME <i>ANTHERO - O PALÁCIO DA VENTURA</i> DE JOSÉ MEDEIROS
31.	VILCA MERÍZIO	ALMEIDA PAVÃO DAS RAÍZES À DIÁSPORA: PERENIDADE GARANTIDA PELA ARTE
32.	ZILDA ZAPPAROLI	UM TRIBUTO AO MESTRE ISAAC NICOLAU SALUM



2. ÍNDICE 18º COLÓQUIO OURENSE, GALIZA 2012

	NOME	TÍTULO DO TRABALHO	TEMA
1.	AFONSO TEIXEIRA FILHO	UMA TRADUÇÃO DESNECESSÁRIA	3.1
2.	ÁLAMO OLIVEIRA	LITERATURA AÇORIANA – UM OLHAR DE CONTEMPORANEIDADE	1.2.
3.	ALEXANDRE LUÍS	O PROTAGONISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SÉC. XVI A XXI	1.4.2
4.	CARLA LUÍS	O PROTAGONISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SÉC. XVI A XXI	1.4.2.
5.	ANABELA MIMOSO	A ILHA CABE DENTRO DE UMA LÁGRIMA	1.2
6.	ANABELA SARDO 2	AFEIÇÕES E OBSESSÕES EM O PONTO DE VISTA DOS DEMÓNIOS DE ANA TERESA PEREIRA	1.2
7.	ANABELA SARDO 1	A INEFÁVEL PUREZA DA PALAVRA NO ARTIFÍCIO INVULGAR DAS IMAGENS POÉTICAS DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO	1.2
8.	ELISA BRANQUINHO	A INEFÁVEL PUREZA DA PALAVRA NO ARTIFÍCIO INVULGAR DAS IMAGENS POÉTICAS DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO	1.2
9.	ZAIDA FERREIRA PINTO	A INEFÁVEL PUREZA DA PALAVRA NO ARTIFÍCIO INVULGAR DAS IMAGENS POÉTICAS DE E. BETTENCOURT PINTO	1.2.
10.	ÂNGELO CRISTÓVÃO		xx
11.	ARTUR ALONSO NOVELHE	UMA LÍNGUA PARA A PAZ	1.4.2
12.	CARLOS DURÃO	APONTAMENTOS GRAMATICAIS SOBRE O PORTUGUÊS GALEGO	2.2.
13.	CHRYS CHRYSTELLO	LITERATURA AÇORIANA/MANIFESTO 2012	1.2
14.	CONCHA ROUSIA	MODERADOR	xx
15.	EDUARDO BETTENCOURT PINTO	AÇORES: A LUZ SOBRE O ROSTO. FOTO MONTAGEM	1.2
16.	EVANDRO V. OURIQUES	DESINSULAÇÃO DE CULTURAS E NATUREZA: A TRANSFORMAÇÃO EPISTÊMICA DOS CONCEITOS JUVENTUDE E RIQUEZA NA TRADIÇÃO LUSÓFONA E IBERO-AMERICANA	1.4.2.
17.	EVANILDO BECHARA	INTERVENÇÃO NO PAINEL DAS ACADEMIAS	1.42.
18.	HELENA CHRYSTELLO	ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS	7
19.	ISAAC ESTRAVIZ	DICIONÁRIO ESTRAVIZ	2
20.	JOÃO MALACA CASTELEIRO	INTERVENÇÃO NO PAINEL DAS ACADEMIAS	1.4.2
21.	JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA	INTERVENÇÃO NO PAINEL DAS ACADEMIAS	1.4.2
22.	JOSÉ NUNO DA CÂMARA PEREIRA		
23.	LUÍS BLASCO FOZ	CELSO EMÍLIO FERRERO	2.1
24.	LUÍS GAIVÃO	LUSOFONIA: UM ESPAÇO DE ECOLOGIA DE SABERES, DE SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DE FRONTEIRA.	1.4.0
25.	MANUEL POLICARPO		
26.	Mª HELENA ANÇÃ	INSULARIDADES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO PORTUGUÊS: O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA	1.4.2.
27.	Mª ZÉLIA BORGES	MEMÓRIA DE UMA ALDEIA NO LIVRO CAIXÃO DAS ALMAS	1.1
28.	PERPÉTUA SANTOS SILVA	PATRIMÓNIO DE ORIGEM PORTUGUESA EM MACAU: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES CHINESES	1.4.0
29.	RAUL LEAL GAIÃO	AÇORIANOS EM MACAU - ÁUREO DA COSTA NUNES – DA ATIVIDADE PASTORAL À CRIAÇÃO MUSICAL	1.2
30.	ROLF KEMMLER	DALE BROWN: ACT OF WAR 2005 - POSSIBILIDADES E VICISSITUDES DA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA INGLÊS-PORTUGUÊS	3.1
31.	SANDRA PÉREZ LÓPEZ	TRADUTORES DE PORTUGUÊS, O ACORDO ORTOGRÁFICO E AS COMUNIDADES IMAGINADAS	3.1
32.	SIMONA VERMEIRE	PROJETO INTERNACIONAL SINFO-SARAMAGO	1.1
33.	VALENTIM FAGIM	PARA UMA HISTÓRIA DO LUSISMO	2.2
34.	VASCO PEREIRA DA COSTA	A AUTOESCOLHA POÉTICA DE CELSO EMÍLIO FERREIRO	2.1

1. ADELA FIGUEROA, AGLP, GALIZA



TEMA 1.3.1. O CONTO INFANTIL: INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO E LAZER. COMO FOMENTAR A TRANSMISSÃO CULTURAL E AVIGORAR OS LAÇOS FAMILIARES

Vamos desenvolver estas afirmações com referência no livro de contos infantis **O Rei da Floresta**

I Estrutura da obra: Está escrita sob a forma do diálogo: Entre o tio Nicandro e o menino Martinho. Isto já sugere que os contos podem ser, quer lidos quer contados. Sinalando como o diálogo nos lares é um elemento indispensável na transmissão oral da cultura.

II A socialização: Veiculada através do modelo familiar tradicional, alicerce das estruturas sociais é fornecedora do sentimento de pertença a um grupo. Por exemplo, a fazer uma fornada tradicional ou uma comida de “Entrudo”.

III A figura do Apalpador: A ternura desta personagem dando calor e alimento às crianças foi recuperado da tradição oral na Galiza depois de estar quase perdida. E uma figura existente em quase todas as culturas ocidentais. Aparece no Natal como promessa de vida e como imagem de segurança. Um homem grande, forte, bondoso, que vive em lugares recuados resguardado dos olhares e autossuficiente pelo que diz respeito das suas necessidades vitais. Traz a esperança da vitória da luz sobre a noite na festa do nascimento do sol que na cultura cristã é celebrada como o Natal do Menino Deus.

IV O Elemento mágico e etnográfico: É representado pela fada Mirnaia que penteia seus cabelos na beira de três rios impossíveis. Namora ao Rei duma Floresta mágica. Toda a obra é atravessada do elemento fantástico característico da literatura infantil.

V. Musicalidade e Imagem As estórias são acompanhadas de cantigas porque assim foi a maneira tradicional de apreender quer a língua quer os valores associados aos contos. As coloridas ilustrações e a ternura das personagens arvorecentes, dão-nos ajuda para a fantasia.

1. O REI DA FLORESTA

1.1. LIMIAR

Esta coletânea de continhos foi pensada para serem contados às crianças. Aproveitando o tempo do Natal de noites longas e dias curtinhos, quando o frio nos rende a casa à beira do lume do lar. Quando ainda lembramos

os contos que nos contaram a nós quando pequenas/os nada mais agarimoso que sentar os nossos “pequechos” no colo e agasalhá-los com um relato que os faça sonhar e imaginar mil mundos possíveis edificados na maravilha do nosso cérebro criador. A figura do Apalpador tem, nestes contos, uma relevância principal pois representa a bondade e a fortaleza dos que vivem na natureza e dela tiram os seus recursos para reparti-los com a vizinhança, sempre novos e sempre velhos nessa roda sem-fim da vida. Todas as culturas foram criando o seu benfeitor que volta uma e outra vez no Natal para agasalhar os miúdos / as com prendas que os vão ajudar a passar os duros rigores do inverno e os problemas que a vida lhes há de apresentar. O menino Sol que nasce cada ano volta a ser a promessa eterna do renascimento depois da agonia da luz nos meses de invernia e com esse menino sol volta o Apalpador das barriguinhas para cuidar os meninos e as meninas que representam também o nosso futuro. O Monte está presente nestes contos porque nele tudo pode acontecer. Por que o Monte com as suas florestas, rios, lagoas ou matos, de tudo fornece: comida, lenha, e contos que nunca acabam e que sempre vão encontrar, nesse mágico mundo do Monte Galego, matéria para renovar-se e recriarem-se cada vez, adaptados aos novos costumes que a história e o devir da vida vão trazendo. Para o meu netinho Martinho que vive entre os formosos montes do Courel e que agasalha os seus olhos com as cores das urzes e dos castanheiros. A ele e a outros meninos que como ele precisam dos contos para alimento da sua fantasia em que os sonhos se realizam e as dificuldades da vida material abrandam.

1.2. MARTINHO E O APALPADOR DAS BARRIGUINHAS

*Vem o Apalpador,
Com o seu saquinho cheio de castanhas
petar nas barriguinhas
gordinhas,
dos meninos bonitos, e das meninas guapas.
Vem o apalpador fazer coxeguinhas
Nos bicos dos nenos e das rapariguinhas.
Comei, castanhas quentinhas
Que o apalpador muitas
Trar-vos-á à noitinha.
Comei larpeiros e nenas gulosas
Que o apalpador trar-vos-á milhões de rosas.
Dormi felizes pequenos e nenas
Que o apalpador o vosso sono vela.
Pezinhos quentes, barriguinhas cheias
O apalpador de tudo se encarrega.*

Os contos desta coletânea foram organizados como um diálogo entre uma das personagens, o Tio Nicandro e o Martinho. Método já utilizado na literatura clássica como o fez Galileu com o intuito de fazer as suas teorias mais didáticas para o grande público. Som contos para serem contados, tanto quanto para

serem lidos pelas crianças. Isto foi pensado assim porque uma das maneiras da transmissão cultural mais forte foi sempre sob o jeito de contos fábulas refrões ou cantigas. Pretende-se assim recuperar a tradição oral e o hábito de contar contos que se tinha, nas casas, para com as crianças e as travar com cultura oral. Cada conto leva aparelhada uma canção para reforçar a atenção e a memorização. Eu gostava muito de escutar contos em criança, e sempre contei às minhas. Mas também sempre gostei de ouvir canções e quadras de fácil repetição, por isso julguei que a miudeza também iria gostar. É assim que se apreendem as línguas e é assim também que se interiorizam os valores que definem uma cultura entre os seus utentes.

A figura do Apalpador é fulcral nesta obra. Está presente em parte da tradição oral galega. Mas é certo que muitas pessoas na Galiza nunca tiveram ouvido falar nesta personagem até que um grupo de investigadores a resgatou desde as montanhas do interior da Galiza para todos nós. Sejam bem-vindos e meus parabéns junto com o meu agradecimento para eles. Todas as culturas do hemisfério norte criaram uma figura para comemorar o fato de o renascer do Sol quando este semelha morrer no Solstício do inverno. O dia chega ao seu mínimo e, como um eterno milagre, o sol renasce e começam a crescer os dias outra vez. É a promessa de vida que se renova ano após ano. O triunfo da luz sobre a noite. Quando o dia é menor e a noite a mais longa, tudo pode parecer perdido. A obscuridade é a rainha da natureza e esta dorme num sono quase mortal. Mas, ah! O processo vira e a luz começa a ganhar. Cada cultura tem criado o seu “Homem Bom” como a personagem que ajuda a redimir a dor da obscuridade e que traz a promessa de vida. O pai Natal vem das regiões recuadas do Polo Norte com presentes para todo aquele que fez o bem á comunidade, para os bons e generosos, nomeadamente, para os meninos, que são a promessa de vida da sociedade. O menino Jesus traz a mensagem para o mundo cristão da luz e da esperança que sempre volta á terra. O Apalpador das barriguinhas desce desde as suas recuadas montanhas do Courel ou Pedrafita para comprovar que as criancinhas estão “bem mantidas”, e que poderão aguentar os rigores do inverno que ainda ficam por vir. Por isso traz para elas castanhas quentinhas. A base da alimentação das populações antes que a batata chegasse da América, e que ainda o continua a ser entre as gentes do Courel. Nesta região ainda se chamam castanhas da terra às batatas. Traz, portanto, presentes de vida par as crianças boazinhas junto da mensagem de esperança renovada cada ano. Assim o exprime a canção:

*Carvão carvoeiro
Que estás no poleiro
Do monte mais alto
que há no mundo inteiro.
Mais alto ainda
Do que o Taro Branco
E do que o Grande Teso que asoma do marco.
Que os Montes do Zebreiro.
Ainda mais alto.
Não queimes as mãos*

*Tem muito cuidado
Por que ninguém sabe
fazer o carvão
como tu o fazes.
A fazer carvão eu hei de aprender
Com o carvoeiro
Das minhas montanhas
Do Courel.*

2.1.

O livrinho faz-se referência a esta figura de bondade, forte e resistente como o é a vida, aquecido no lume que ele sabe fazer e manter o ano todo. Também toda a obra vira as voltas da família como estrutura de integração social e de identificação. Há um conto que refere um jantar do “Entroido” que aconteceu ao avô do tio Nicandro. Martinho joga com a relação familiar que isso representa: Será o meu tio? Será o meu bis avó? Todas as famílias têm histórias assim. Pequenos relatos acerca dalguma “aventura” acontecida a um tio a uma avó ou, sei lá. Relatos que dão testemunha da corrente em que se travam as nossas referências ou as nossas origens. Aquilo tudo que nos diz de onde é que vimos antes de sabermos para onde vamos ir. Através destas pequenas histórias é que se vão dar conselhos para agirmos na vida, tão simples como o de comer primeiro aquilo do que mais gostamos, não vá vir um fogo e percamos tudo... O sentimento mágico que é um elemento indispensável em todo conto aparece também referido. Assim no Cavalinho da Queirugas, com a sua ladainha repetitiva, como se faz no rosário:

*Luz Luzeiro
vem a este Outeiro
ceivar este animal
que tem por nome Real.*

Um esconjuro para libertar um ser mágico e quebrar as grades que o prendem. Animando a participar a quem escutar, na ajuda ao cavalinho. Um ser que apenas pode comer as flores das queirugas, tão abundantes nos montes da Galiza e com a falsa aparência de não ter qualquer valor.

*- Cavalinho do Rei das fragas, meu cavalinho Real
De que gostas cavalinho,
que che hei de dar para manjar?
- Eu não posso comer tojo,
maçado ou sem maçã:
Tojo fêmea ou tojo arnal:
Suas espinhas me pincham
Na minha boca real.
Nem ainda posso comer
A fresca erva normal.*

*Tem de ser erva aromática
ou então a flor da mata
das queirugas do Xistral.*

O Monte Xistral é outro dos lugares mágicos da Galiza. Pertence ao maciço da Dorsal Galega divisória das águas entre a bacia do Minho e as que vertem diretamente ao Atlântico como o Ulha. Maltratado pelos poderes públicos que o ofereceram quase de graça às companhias que o inçaram de “ventoinhas” rompendo as suas estruturas edáficas e danando, para sempre, os ciclos hidrológicos que nele se sustentavam. Isto num conto para crianças não aparece, mas a sensibilidade da ecologista que sou não pode fugir da tragédia ambiental. Também se faz referência á mitologia galega das águas e das montanhas nos três rios mágicos que podem ir e voltar do mar: O Rio Iram, O rio Tiram e o Rio Voltaram, a beira dos que a fada Mirnaia se penteia com o seu pente de prata. Meiga como é, pode-o fazer nos três rios ao mesmo tempo. No último dos contos que dá nome ao livro: O Rei da Floresta. Há na Galiza, ainda, Florestas mágicas, escondidas e misteriosas, como a da Marronda, que faz divisória das águas principais da Galiza. Ao sul a bacia do Minho que vai até o oceano Atlântico e ao Norte a bacia do Eo que deita as águas no Cantábrico Na espessura da Marroda imaginei as personagens do Rei da Floresta namorado da Fada Mirnaia que canta no rio ou do Trasnó Maior com os seus doze criados ou trasnos menores. Um Rei que monta um cavalo mágico o Cavalo Real. E assim canta a fada meiga:

*Rio Tiram não queiras levar
As rendas do linho
que eu lavo cedinho
nas frescas manhãs.
Nas tuas águas claras
Que vão para o mar.*

E no rio Iram cantava assim:

*Rio Iram
contigo vão
os meu amores
num feixe de flores
de mil de cores
pintadas do sol do verão.
num barco de espuma
meus amores vão
Nas tuas águas claras
que chegam ao mar*

E ainda cantava no rio Voltaram:

*Amores que eu deixei ir
e rendas que deixei partir
no tornar das águas
a mim não voltar,
desde a beira do mar.
Rendas e amores sempre a galgar,
nas águas que fervem
nas fortes correntes
das rudes torrentes
do rio Voltaram.
Maravilha Mundial!
do rio que sobe
para a montanha
desde a beira do mar:
rio Voltaram!*

2.2.

Os passarinhos não podiam faltar num livro de contos que tenta celebrar o Ano Internacional das Florestas. Estes são sempre os preferidos das crianças e, através deles, agindo como personagens do conto introduzem-se valores importantes no comportamento social como a preguiça ou o do lazer brincando ao sol do verão. Vai, por isso acompanhada duma canção:

*Na pola mais alta do carvalho grande do Souto pequeno
Cantava um pássaro para o sol ainda neno.
E o sol que saía por trás das montanhas
Com a sua raiola primeira
Amoroso,
Ao Merlinho agasalhava:
Com um mantelo de notas
para a sua gorja de grana
e um arco da velha
a brilhar, com fitas de prata.
Por trás da Montanha Branca o sol agromava,
Cantava um merlinho, coaxava uma rã,
Nos ramos floridos do sol da manhã.*

2.3.

- Há, ainda no livro, um continho que me foi referido por uma menina de três anos chamada Navia e que julguei encantador “A Meninha que sabia cozinhar os beijinhos.” Achei que era bom trazê-lo aqui. Hoje a Návia tem já 5 aninhos, e está muito orgulhosa de ser protagonista dum livro. Há outras duas meninas que também têm o seu lugar entre os contos, como padeiras tradicionais por um dia, a cozer num forno de lenha que a sua avó sabe usar e que lhes ensina como não de o fazer. Elas ficaram também muito contentes de se verem refletidas na escrita

do livro. São as protagonistas que agem e não apenas escutam junto da transmissão cultural fornecida pela avó. Os miúdos/as acostumam a ser, apenas objetos passivos dos contos. Eu não quis que isso acontecesse. Existem meninas e meninos que vivem e fazem da sua vida um conto para poder ser contado. Estes relatos pretendem ajudar a sentar os alicerces da coesão social. O Conto cumpre sempre o papel da aprendizagem com lazer. O de construir o conjunto dos saberes que nos dão testemunha de sermos de alguém, de pertença a um lugar a uma família. De que não estamos sozinhos para enfrentar a vida que se abre aos nossos olhos assombrados e curiosos de crianças. As formosas ilustrações da minha colega M^a Celsa Sánchez que acompanham aos contos fazem a sinergia do encantamento. Para favorecer as imaginações que podem viajar, livremente, através das imagens coloridas que acompanham as palavras. Gosto imenso da ternura expressa nas carinhas das crianças por ela pintadas. Do Apalpador que mostra os raminhos verdes sob o seu boné de lavrador, assim quanto das outras personagens todas seres-árvores ligadas, desta maneira, à natureza em que vivem. As vivas cores utilizadas nas ilustrações condizem com a vida infantil colorida pela esperança duma vida que rebenta. Isso foi o pretendido com este livrinho, um de tantos que são feitos para acarinhar às nossas crianças.

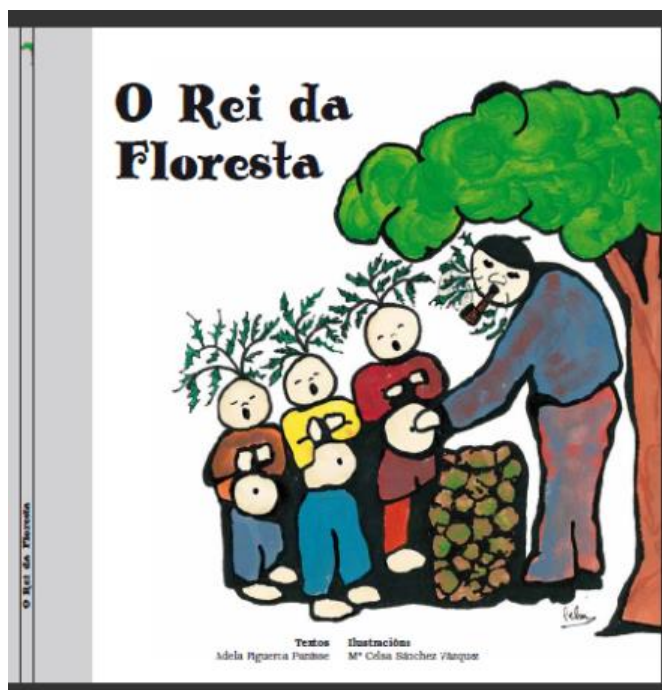
(*) O Rei da Floresta:

Textos de Adela Figueroa Panisse.

Ilustrações Celsa Sánchez Vázquez.

Edicions do Castro, Sada Galiza 2012.

ISBN: 978-84-8485-307-7.



2. ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO



TEMA: 1.1 PEDAÇOS DOS AÇORES EM EDUARDO BETTENCOURT PINTO

Eduardo Bettencourt Pinto, português, angolano, é também um escritor de temáticas açorianas, quer na poesia, quer na prosa, o que não é de estranhar dada a sua ascendência açoriana (por via materna) e a sua vivência açoriana, micaelense. No conto inédito, “Um cesto de malmequeres e um amor-imperfeito”, a incluir no livro *Um dia entre nós*, e cuja ação se situa em S. Miguel (eixo Nordeste, Ponta Delgada) revisita alguns dos *topoi* comuns a outras obras que se enquadram nessas mesmas temáticas: a pobreza, a humilhação, o confronto com o outro, a migração. A opção do autor por um narrador autodiegético aponta para o conhecimento dessa realidade por dentro e contribui para tornar a narrativa credível e viva. Poeta dos sentidos, esta nova incursão na narrativa nem por isso o faz abdicar da sua condição de poeta, nem das influências recolhidas noutras culturas, desde logo a africana, matizadas com o seu próprio percurso de vida.

1. PEDAÇOS DA VIDA E DA OBRA

Não acreditando propriamente na confinação dos autores a regionalismos literários, dado que essa confinação os pouca, a divulgada Açorianidade de Eduardo Bettencourt Pinto é um exemplo flagrante de como pode ser falaciosa a regionalização da literatura. Para começar, o autor não nasceu nos Açores, mas sim na Gabela:

Eu nasci em Angola, no Sul, numa pequena cidade (Gabela). Eu amava a sua melancolia, o cheiro do café em flor, a suavidade da neblina quando anoitecia, o cantar dos galos. A minha pele tinha o cheiro daquele lugar - das suas casas de adobe, da voz do meu pai rente ao vento. Dos intermináveis cafeeiros de chuva.

E, aliás, é bem perentório nessa ligação umbilical a África:

Gabela é, será sempre, a minha terra e Angola a árvore perante a qual me ajoelho e choro. Não rejeito as minhas cinzas. Nem mesmo nos momentos mais bizarros.

Deixou, porém, Angola em 1975, na sequência da guerra. A única ligação que tem ainda com a terra que o viu nascer é o irmão mais velho, que aí vive, e a mágoa que ficou da urgência da partida:

Sentia-me angolano, com todas as influências portuguesas que ainda tenho. Mas queria que aquela terra fosse a minha pátria, mas aquele mundo morreu. Gostarei sempre da minha terra, até ao meu fim. Mas não sei onde me encontro em relação a ela. Em que horto semeio o silêncio (e-mail do autor).

Outras terras se lhe seguiram. Procurou, primeiro, refazer a sua vida ainda em África, em vários países, entre os quais o Zimbabué, tendo finalmente vindo para S. Miguel, terra de sua mãe (que nasceu em S. Roque):

Venho também dos Açores, de uma rua onde a casa de minha avó desafia o Tempo. Cresci um pouco entre aquelas paredes, ouvindo o mar [...]. Um lugar onde as lágrimas caíam no último olhar, onde o inverno adormecia de mansinho no chão de musgo.

Para além da sua ascendência açoriana (os Bettencourts: Eduardo Bettencourt é neto de José Rebelo de Bettencourt, poeta, ficcionista, crítico literário), EBP viveu em S. Miguel, Ponta Delgada, em dois momentos. Primeiro, na infância, entre 1958 e 1961, de que guardará gratas recordações: «*Lembro-me sobretudo do marcante período que eu e os meus irmãos passámos lá, na infância. Como esquecer as ruas húmidas, o cheiro das casas?*» ou «*O meu Natal, estou certo, é sempre o de 1958 em S. Miguel*» (“Os jarros perto da janela”, *Portuguese Times*, semanário português de New Bedford). Depois, no regresso de África, ou seja, desde 1976 e até 1983, altura em que partiu para o Canadá. No entanto, os Açores tornaram-se a referência portuguesa, a terra do seu regresso: «Estar nos Açores é atravessar um poema o dia inteiro com o mar colado aos olhos» ou: «Estava na ilha e toda a beleza era possível» ou ainda «Ponta Delgada é uma cidade que me comove. Sempre que lá vou, levito no passado». Aí reencontra parte da família que continua ainda ligada às Ilhas, pois o irmão mais novo, vários sobrinhos, alguns primos estão lá radicados. Não sendo propriamente açoriano, há, além das ligações familiares ancestrais às ilhas - conforme o autor dá conta: «*sentia Ponta Delgada como minha, por herança familiar e da memória*» -, o conhecimento direto da sua realidade, do pulsar da sua vida, colhidos em dois momentos da existência, ambos cruciais no desenvolvimento de um ser: a primeira infância e a juventude. Desde 1983 que mora em Pitt Meadows, British Columbia, Canadá, pelo que teremos ainda de considerar que, tantos anos no continente americano, obviamente haveriam de deixar algumas marcas na sua obra. É o que acontece com a novela *As brancas passagens do silêncio* e com o conto que dá o título ao livro (ainda inédito) *One day between us*, cuja temática é essencialmente canadiana, e em outros textos dispersos em livros de contos como *Sombra duma rosa* (ex.: A Viagem, Dançar com as sombras, Ralf).

Mas pouco fala dessa terra de estar, a não ser para a tornar mais parecida com a pátria, como quando levou para lá os novelões que trouxe dos Açores:

Minha mãe plantou os novelões no quintal, junto à parede de trás... A ausência, rasgando as vestes da ternura, vivifica o itinerário das nossas vidas. Neste caso, os Açores. Um estado de alma. Transfigurados, os novelões do meu quintal ouvem os pássaros de Pitt Meadows. E assim vou acreditando que a ilha da minha mãe, navegando no peito da poesia, nasce todos os dias junto à parede da minha casa.

O fascínio pela Ilha na sua obra não é esporádico, já que é patenteado em vários momentos. Assim, na poesia, citaremos *Mão tardia*, *Emoções*, *Menina da Água*, *Um dia qualquer em junho*, *Travelling with Shadows* e ainda em poemas dispersos por antologias (como, por exemplo, em *Construir Cultura*) e noutros inéditos; na ficção, *Sombra de uma rosa* e *O príncipe dos regressos* (sobretudo em “Mulher agachada na saudade” e “O amigo da madrugada”) e ainda em textos dispersos publicados em vários suportes. Não será talvez arriscado aventar que terá sido a sua longa ausência a contribuir favoravelmente para a urgência desse apelo, desse fascínio pela Ilha, se é verdade, como diz uma personagem em “O amigo da madrugada”, que «*Quando se vive muitos anos na Ilha, já não a vemos*». No entanto, essa atração surge “apenas” como uma face da identidade multicultural que o caracteriza, matizada pela saudade, pela nostalgia da “idade de ouro” que é sempre aquela que perdemos. Na verdade, a obra de EBP extravasa em muito a ligação a uma terra, ligação que nunca é pertença, porque a pertença exige tempo, tempo que Eduardo, o homem, nunca teve para permanecer num local, desprendimento esse que é assumido pelo autor:

É certo que a minha experiência de vida levou-me a desprendimentos múltiplos. Não tenho sentido pátrio como a maioria. Substitui-o pelo calor de algumas pessoas a quem infinitamente estimo. Elas são a minha terra e o meu país em qualquer lugar e momento em que estou com elas.

Desprendimentos que acabam por ser também constrangimentos à identificação com qualquer um dos lugares: «*sou estrangeiro em Angola, em Portugal e no Canadá*» (e-mail do autor). Desenraizamento doloroso, obviamente:

O meu lugar é nenhum lugar: não sou angolano, não sou português, não sou canadiano. Sou uma aparência humana no espelho do tempo com o nome dos meus mortos no subconsciente. Caminho num mundo de referências e que é um labirinto. Escrevo para não morrer dentro de mim, para dar raízes às minhas mãos. Deus é o meu País. Cresço com a primavera e apago-me no outono. Vivo num ciclo de luz e sombra. E assim vou partindo deste mundo, cansado dele: devagar e sem rancor. Feliz, quero dizer, à

medida da felicidade emprestada que é ter um pouco da terra dos outros na ponta dos meus dedos, que tanto, tanto amam. E assim me escondo na névoa destruindo paradigmas.

Para concluir, se há laços, quase umbilicais, que o ligam a S. Miguel, porque S. Miguel é a mátria, a terra da mãe e da família mais alargada que não havia em África (os tios, os avós), também há laços, mais viris estes, mais estruturais que emotivos, pois moldaram-lhe o carácter e a visão da vida, incluindo a visão da Ilha, laços esses, dizíamos, que o ligam a Angola, a pátria, a terra do pai, ou melhor, a terra escolhida pelo pai. Sendo angolano e tendo lá feito a sua formação intelectual (Gaspar Simões 1983: 107), a sua obra não se esgota em África, mas também a inclui. Já o demonstrámos através da análise da obra *A casa das rugas*, poderíamos fazê-lo também através de outros textos, como, por exemplo, “Balada ao pai”, conto incluído numa antologia do conto africano, ou de vários contos do livro *Sombra duma rosa*. Assim, precavidos, partimos para esta aventura de procurar perceber como se reflete num conto de Eduardo Bettencourt, cuja ação se localiza em S. Miguel, o mundo social micaelense, tendo em conta que esse reflexo é a representação de um homem condicionado na sua mundividência pela diáspora, de um despatriado de várias pátrias, mas também condicionado pelo seu fascínio pela Ilha (1).

2. UM CESTO DE MALMEQUERES E UM AMOR-IMPERFEITO

A ação do conto *Um cesto de malmequeres e um amor-imperfeito* decorre em S. Miguel, primeiro no Nordeste, depois em Ponta Delgada. Terras de referência: Ponta Delgada, onde EBP residiu, como vimos, e o Nordeste, terra do bisavô Lima. A Ilha está omnipresente no conto de uma forma latente, através da sua realidade social, religiosa, económica. Porém, em vários momentos da ação, a presença da ilha torna-se mais visível, através da paisagem e do clima, moldados pela presença do mar, presença esta que, só raramente, se torna explícita. Assim, Mateus, o narrador, limitado na sua intimidade e no espaço por ter de partilhar o quarto com os cinco irmãos, sentia-se confortado com a paisagem que podia desfrutar da sua janela, valorizando a vista que daí usufruía: «*da janela via-se o mar, as nuvens, tão negras de chuva ou brancas como o linho sob o fulgor do verão*». À exiguidade do espaço interior contrapõe-se assim a largueza do horizonte, mar e céu à sua frente, único elemento benigno na vida do rapazinho. O mar, *topos* recorrentemente apontado como característico da açorianidade, por razões óbvias (J. Enes; 1983: 37), povoa muitos textos do autor, ligados ou não a temática ilhoa: «*O mar, lembro-me, estava por todo o lado. Ouvia-o até na voz das pessoas*» (em “Os jarros perto da janela”) ou no conto “Os anjos nascem em setembro (*Sombra duma rosa*): «*[Manuel Brum] gostava do mar. Ouvia-o desde o berço, um torpor distante, entre a voz da mãe que o embalava no berço oscilante*». Mas também outros mares, identificados ou não, reais ou metafóricos, geralmente associados ao amor, à mulher, como no poema “*verão*”:

Encho as mãos com a terra por onde passaste.

Guardo assim os teus passos, o rumor do mar e do verão que levavas nos pés como um tesouro.

Ou quando em “Neblina” diz «queria levar-te o mar nas mãos. Queria que cantasse nos teus cabelos» ou em “Pois”: «Descubro, aos poucos, que só no amor podemos caminhar sobre o mar». O mar, entre uma terra e outra, entre o tempo de estar, também ele amado: «o rumor do mar onde me ausento tantas vezes por o amar tanto» (“Orvalho”). No conto que ora analisamos, porém, o mar, mesmo quando não se vê, faz sentir a sua presença através da brisa noturna, da humidade que destila pelas ruas ou do cheiro das árvores e da terra que arranca à natureza. A Ilha, pobre e difícil, não deixa por isso de fascinar o narrador que, ali nado e

habitado ao cheiro da terra húmida, ao das árvores, àquela viscosa impregnação que o peso do céu deixa nas casas açorianas, o cheiro, enfim, dos elementos da minha vida pobre, vi naquele momento coisas que nunca tinha observado na ilha [...] como se uma horda de anjos rebeldes gravitasse no ar para espicaçar em mim o instinto do belo.

É, efetivamente, através do clima que a presença do mar se faz mais sentir. É uma humidade constante, às vezes, fria: «A neblina descia os montes. Parecia-me uma capa fria de deuses nostálgicos a avançar em nossa direção», às vezes sobre a forma de «morrinha noturna» ou de um «nevoeiro do corisco». *leitmotiv* tão do agrado do autor, a humidade estende-se também à noite – a «noite da ilha é húmida, longa, como um deserto que, de repente, fere a paisagem de escuridão» (1) e contamina outros textos: «*Esperavam-nos os ventos agrestes da Ilha, a humidade, a morrinha que entristecia os dias*» (em: “Os jarros perto da janela”). Noutros, a humidade é chuva – «*A chuva caía, como sempre caiu nos Açores: cheia de lágrimas*» (1), *chuva que acabará por se transformar em metáfora tão querida: «a chuva de todas essas vozes soa, como um piano, de encontro aos vidros da claraboia»* (em: “Os jarros perto da janela”). Chuva que impregna tudo à sua volta, até invadir as palavras: «*Ouves a chuva? Chove tanto, tanto que estas palavras parecem cair das árvores, húmidas e sem pássaros*» (inédito). A instabilidade do tempo, inevitavelmente, acaba também por se fazer sentir no conto. Assim, Mateus, a quem doíam os pés, opta por os libertar dos sapatos para que «o sol os aquecesse com a cristalina fosforescência de maio». Momentos depois, logo a seguir a um breve sono, chuviscava, o que o obrigou a calçar novamente. No entanto, as referências climatéricas não assumem aqui o papel de lugares-comuns, de referências conhecidas do leitor para o familiarizar com os lugares do texto. Na verdade, elas não são despidiendas, já que funcionam com a força de mais um elemento adverso, mais um elemento a marcar a vida das personagens, mormente do protagonista. Adverso é também o ambiente socioeconómico marcado pela ruralidade, pela necessidade do recurso ao trabalho infantil, a vivência de uma «infância pobre e agreste». Mateus vê-se assim obrigada a sair cedo da cama para ir à lenha. Tarefa árdua, sobretudo para uma criança:

Sozinho naqueles caminhos frios de neblina, uma profunda angústia invadia todo o meu ser. [...]. Amarrava depois o molhe com um barbante que levava sempre comigo. Trazia-o ao ombro para casa e

deixava-o na cozinha ao pé da lareira... Quando puxava pelo cobertor para me cobrir, sentia nas mãos o cheiro das árvores e da terra [...]. Esse era o universo da minha infância.

Universo, às vezes brutal, na sua lógica utilitária:

Eu subia os degraus com uma galinha que tinha acabado de matar. Era um suplício fazer aquilo. Sempre gostei de animais.

Universo em que a fome, que o roubo de fruta ajudava a acalmar, também não estava ausente:

A nossa tática era sempre a mesma: o meu amigo ficava na rua e eu saltava o muro. Depois eu atirava as laranjas para o lado de fora e ele meti-as num saco de pano.

Apesar de intruso, eu nunca considerei aquilo um roubo. Só recolhia a fruta do chão. Que mal havia nisso? As laranjas eram doces e amarelas como o sol.

Laranjas, uma constante na obra de EBP, na poesia como na prosa, laranjas africanas, de Angola e até de Salisbury, laranjas açorianas, laranjas a sobrar do ciclo das laranjas, resto do dinamismo comercial de S. Miguel, na transição do séc. XVIII para o XIX, marcando a centralidade de S. Miguel no contexto do arquipélago açoriano, laranjas na prosa e nos poemas:

*("Atravessava, débil a rua.
Os braços, ao alto, seguravam a quinda/
O coração voa-lhe das mãos,
escondia-se nas laranjas,
tão antigo era o andar, o medo
dos carros"
- Águas de soledade – inédito).*

A dureza da vida é sinónimo da pobreza que marca as personagens e que é constantemente recordada, até porque está bem visível, como um ferrete, na roupa de Mateus:

Sentia vergonha de andar descalço, das roupas eternamente largas, daquele casaco coçado que envelhecia como uma sombra noturna presa ao meu corpo.

Por isso, é também fonte de humilhação:

Na escola, quando os outros meninos faziam pouco da minha roupa, fazia por não os ouvir. Imaginava que as solas dos meus sapatos não estavam rotas, que não sentia os pés molhados quando chovia, que a minha roupa não estava cerzida e que aquela impressão no estômago não era fome.

Para responder à dureza da vida apenas o refúgio, o consolo na religião, tarefa também feminina, quando da esfera do privado, que cabia a Dulce, a mãe de Mateus que, de tanto se queixar a Deus, acaba por se sentir envergonhada:

Ela foi sempre uma mulher devota. Era raro o dia em que não a via rezar o terço. Dei com ela muitas vezes de joelhos no chão, os cotovelos apoiados na cama, cabeça levantada e de olhos fechados. Parecia-me frágil e sublime ao mesmo tempo. Dos seus lábios, áridos como a terra seca no verão, vinham preces desesperadas, inaudíveis. [...]. Eu sabia que ela intercedia por nós. Éramos tão pobres que, estou seguro, mamã teria dificuldade em saber por onde começar. Se pela nossa mesa — que nos desse mais pão, batatas, arroz, um pedaço de carne de vez em quando; ou se pela nossa roupa cerzida, pelos nossos sapatos velhos e rotos.

No entanto, a religiosidade dos açorianos, sobretudo dos micalenses, na sua devoção ao Senhor Santo Cristo («— Vens para as festas do Senhor Santo Cristo?»), quando festa pública, portanto, já se configuraria como natural se levada a cabo pelo rapaz. Se a devoção particular surge como incumbência feminina, o trabalho rural e doméstico, que pertence também à esfera infantil, também o é. Verificamo-lo, por exemplo, no conto “Mulher agachada na saudade”, cuja ação decorre nos Açores, em que a lenha transportada ao ombro por uma mulher, funciona como símbolo da submissão ao lar: é a mulher com o seu molho de gravetos que alimentará a lareira. Trabalho de mulheres e de crianças, portanto. O mesmo sucede com a referência à criação das aves de capoeira e à produção de ovos que também funcionam como uma evocação da Ilha. Tarefas pouco produtivas monetariamente, pelo que, mais uma vez, são desempenhadas por mulheres e crianças. Família numerosa, vivendo em quase promiscuidade na partilha do espaço, já que todos os filhos dormiam no mesmo quarto, rapazes e raparigas, com a previsível falta de intimidade que esse facto acarreta, que papel reserva o autor ao homem? A verdade é que a microsociedade representada é efetivamente dominada pelos homens. De facto, o *pater familiae* é a sua espinha dorsal. A sua figura tutelar. É formal, quase um estereótipo:

Vestia-se sempre muito formal, como se fosse uma farda: casaco e calças pretas, camisa branca e gravata de luto. Trajou-se assim até morrer.

Não lida bem com as emoções, disfarça-as até: «*Papá, também comovido, disfarçava o que sentia levando um cigarro à boca*». Esconde-as, por respeito para com a tradição:

Era o modo com o qual combatia a tristeza: uma postura de calculada indiferença. No entanto, dentro de si, os muros da sua estabilidade emocional ruíam. Afligia-me mais o seu estado de escondida prostração do que a espontaneidade emocional de mamã a encher o mundo de lamentações bíblicas. Papá, contido, as faces empedernidas de uma estátua, parado na sua circunstância de macho, na verdade morria por dentro. Essa morte invisível e muito íntima foi sempre para mim o modo mais insuportável de resolver o inferno e a melancolia no coração de um homem.

Age assim para que o respeitem. Ele prefigura a autoridade, a reverência, aquele a quem se pede a bênção. Mas amor, amor é a mãe que o tem, é ela a referência:

Foi nesse momento que compreendi que um filho nunca abandona o ventre de sua mãe. Mesmo um século depois de ter nascido.

Neste, como noutros textos, enquanto a criança e a mulher merecem um tratamento carinhoso por parte do autor, nota-se que a figura masculina nem sempre lhe merece referências positivas. Como a figura enigmática do velho Mateus que veio mostrar outro flagelo da asfixia provocada pelo abraço do mar açoriano: o alcoolismo. O álcool para afogar as mágoas, neste caso a dor da viuvez. Alcoolismo que não é episódico, nem marca da ruralidade, pois em Ponta Delgada, Mateus-menino encontra, no jardim onde pernoita, um companheiro desse dormitório aberto, também ele, dominado pelos vapores do álcool. Mas o mesmo problema aparece abordado noutros contos, como em “O amigo da madrugada” e em “Mulher agachada na saudade” (*O Príncipe dos regressos*), adquirindo assim a relevância de um *topos*. O ponto de rotura, a “razão fundamental” para a busca da alteração da situação socioeconómica do protagonista, deu-se, no conto, precisamente quando a humilhação se tornou impossível de suportar, já que, desta vez, atingiu em pleno a paixão que ele nutria pela senhoril menina estrangeira a quem fora vender os ovos, em vão, porém. Chocou-o a frieza, a indiferença dela ao confrontá-lo com a sua própria indigência:

Eu pensava que era livre como o orvalho-do-sol nos últimos dias da infância de todos os meninos pobres, descalço no frio árduo dos montes, entre as árvores do inverno e no Estio do mar. Os meus dias selvagens e sem rédeas nunca tiveram até ali um espelho onde eu acordasse para a realidade da minha circunstância.

E foram essas reações que despertaram nele o desejo de se libertar da sua pobreza endémica. A dicotomia menina rica/rapaz pobre, no rumo que ela assume no conto (a atração pela cultura anglo-saxónica hegemónica: a menina era das Bermudas, destino de muita da emigração açoriana), foi determinante para a opção de vida que o

narrador tomou, e funciona também como marca de “açorianidade”, como elemento motivador do fluxo migratório ilhéu. Por isso mesmo, encontramos a nível do discurso frases em inglês que denunciam a necessidade de, no próprio país, se falar a língua dos detentores do poder económico. Assim, Mateus tem do seu lado a ambição: *«Quería ir para o liceu, tirar um curso, sair daquele círculo de pobreza e olvido. Estava disposto a tudo»*. E isso significava deixar o campo, a casa, ir para a cidade, única fuga possível que a sua pouca idade permite. Não ainda as Américas, local de fuga para tantos açorianos que povoam alguns contos de EBP (“Mulher agachada na saudade”, “Os anjos nascem em setembro”, “O amigo da madrugada ...”) e destino também de Bernardino neste conto que ora nos ocupa. *Afinal não é a Ilha marcada pelos «milhentos lenços brancos acenando na memória»* (“O amigo da madrugada”, *O príncipe dos regressos*)?

A migração começa cedo para o narrador, apesar do medo do desconhecido e da consciência das dificuldades:

Nunca tivera, até àquele momento, tanta certeza na minha vida. E, no entanto, assustava-me ir para a cidade, deixá-los, partir daquela casa. Eu era apenas o miúdo silvestre de uma freguesia açoriana, cuja quarta classe apenas me serviria para um trabalho menor.

Curiosamente, é a criança, afinal emancipada pelo trabalho, que irá abrir a porta para os pais, ainda acomodados («Ele vai abrir-nos o caminho»), poderem mudar o rumo das suas vidas. Assustadora mudança, mas Mateus estava determinado a levá-la a cabo:

Afligia-me a ideia da pessoa em que eu me tornaria, longe dali, daquele mundo que tinha sido o berço de tudo aquilo que eu era. E, no entanto, estava determinado a fazer todos os sacrifícios, físicos e emocionais, para me afastar da pobreza, da eterna pobreza que se agarrava à nossa família como uma chaga demoníaca e imemorial.

E, no entanto, o seu sonho é tão justo, tão pequeno, à espera de ser cumprido:

A perspectiva de dormir numa cama, e sob um teto, era motivo para começar a dançar mesmo com a minha sombra.

Contudo, até este desejo de ascensão social acarreta situações adversas, já que Mateus vai ter de passar mal nos primeiros tempos, dormir num banco de jardim, sofrer fome, desesperança e falta de aconchego do lar, até encontrar o humilde emprego que haveria de mudar a sua situação. Haveria?

3. O AÇORIANISMO DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO?

A opção do autor por um narrador autodiegético parece-nos apontar para o conhecimento da realidade por dentro e contribui para tornar a narrativa credível e viva, realista, portanto. Sintomaticamente, o próprio ambiente criado lembra-nos, mais ou menos vagamente, os Açores dos aos 50 a 70, altura em que EBP lá esteve. Obviamente que isso não será de admirar, já que as obras trazem as marcas dos contextos temporais, económicos, intelectuais e socioculturais em que os seus autores se balizam. A verdade é que, mesmo havendo no conto vários *topoi* açorianos, eles coexistem com o uso de certos termos inadequados num contexto de ruralidade açoriana (papá/mamã; papo-seco), denunciando, ainda, a presença de alguns motivos que extravasam a realidade açoriana (como as laranjas, o mar), mas que são a marca do homem por detrás do autor que teve ele também de sair da Ilha em busca da sua posição social e são também a marca do Poeta na forma como o diz.

Com alguma clarividência Eduíno de Jesus (1983: 80) afirmava que a existência de uma literatura açoriana estava dependente de uma compreensão especial da vida, de uma psicologia particular do açoriano. J. Gaspar Simões também faz depender do psiquismo essa condição (1983: 106).

Ora, nós encontramos, de facto, em EBP essa compreensão especial da vida, uma psicologia particular, mas é uma visão da vida individual, original, peculiar, não de um açoriano, mas de quem erra pelo mundo em busca do Lugar. De quem não procura denunciar, argumentar, fazer “literatura de intervenção”, em prol de regionalismos ainda a definir. Rente ao poema, mesmo na ficção:

Escrevo para ficar mais perto da manhã, regressar à luz, ao tempo em que renasço. Ficção, poesia; depois estas palavras, um pouco do calor das minhas mãos, um pouco das palavras que vou despindo, uma a uma, das suas vestes (e-mail do autor).

Por isso, a representação da sociedade micaelense que o conto evidencia é uma representação fiel, válida, verdadeira e sentida de um poeta não regional, antes errante.

4. Nota:

(1) A não ser em caso de indicação contrária, as citações foram extraídas da página do autor e do seu blogue.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Pinto, E. B. (1998). *Sombra duma rosa*. Lisboa: Ed. Salamandra.
Pinto, E. B. (1999). *O príncipe dos regressos*. Lisboa: Ed. Salamandra.
Pinto, E. B. (2004). *A Casa das Rugas*. Porto: Campo das Letras.
Pinto, E. B. (2011). Balada ao pai. *Conversas de homens no conto angolano – breve antologia. 1980-2010*. Luanda: União de Escritores Angolanos.
Pinto, E. B. (inédito). *Águas de Soledade*.
<http://www.eduardobpinto.com/>
<http://eduardobpinto.wordpress.com/>
Almeida, O. T. (org.). (1983). *A Questão da Literatura Açoriana*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
Riley, C. G. (2004). Das luzes pombalinas às encruzilhadas liberais nos Açores: o caminho de S. Miguel. *Estudos de homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.



TEMA 3: A AÇORIANIDADE DE RODRIGO LEAL DE CARVALHO: A VISÃO DO OUTRO

Rodrigo Leal de Carvalho viveu quase toda a vida fora da sua ilha natal (Terceira), sobretudo em África e em Macau. Os seus oito romances, não contendo muitas referências aos Açores, são, no entanto, ricos em referências ao Outro (sendo o Outro africano, asiático, europeu, americano). A situação geográfica dos Açores no meio do Atlântico, na confluência de mundos diferentes, a escassez de recursos das ilhas que obrigava à emigração, propiciara aos seus habitantes ocasião de encontro com desvairadas gentes, abrindo as mentes para a descoberta do outro, para a abertura à convivência com ele, para a aceitação das suas particularidades. Percorreremos os oito romances de R.L.C. em busca das marcas dessa mundividência, as únicas que nos permitem apelidar um autor nado nos Açores, mas que só escreveu sobre Macau, de açoriano.

1. VIDA E OBRA DE RODRIGO LEAL DE CARVALHO

Rodrigo Leal de Carvalho nasceu em 1932 nos Açores, na Praia da Vitória, ilha Terceira. Foi delegado do procurador da República na ilha do Pico, em S. Tomé e Príncipe e depois pediu a transferência para Macau. Foi juiz de direito em Macau e Luanda; ajudante do procurador da República e depois procurador da República em Lourenço Marques; desembargador do tribunal da relação e juiz do tribunal administrativo de Lourenço Marques; diretor do gabinete de assuntos jurídicos do Ministério da Coordenação interterritorial; procurador da República e depois procurador-geral adjunto em Macau; presidente do Tribunal de Contas de Macau; juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, já na situação de jubilado. Viveu em Macau entre 1959 e 1999 (com pequenos interregnos). A sua atração por Macau está bem patente na frase que profere, aquando do *in memoriam* de Senna Fernandes: «Macau, a minha pátria de adoção», ou como dirá em *Os Construtores do Império*: «desde a primeira hora, filho adotivo de Macau» (p. 223). A sua devoção a este pequeno território foi reconhecida em 1998, quando recebeu a medalha de ouro do Governo de Macau. Em 1999, pouco antes da transferência de soberania, deixou Macau para nunca mais lá voltar. Todos os oito romances de Rodrigo Leal de Carvalho revelam ambientes e personagens macaenses: *Requiem para Irina Ostrakoff* -1993; *Os Construtores do Império* – 1994; *A IV Cruzada* – 1996; *Ao Serviço de Sua Majestade* - 1996; *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres* – 1999; *A Mãe* – 2000; *O Romance de Yolanda* – 2005. O autor publicaria ainda, em 2007, uma outra obra, *As Rosas Brancas de Surrey*, enquadrada na iniciativa editorial do diário macaense *Ponto Final*, “Cinco anos – cinco livros”, lançada em 2004, em colaboração com a Editora Livros do Oriente (editora de Rodrigo Leal de Carvalho). Consistia na publicação semanal de capítulos de cinco obras inéditas de temática macaense de cinco autores portugueses e que seriam editadas pela Livros de Oriente na íntegra, depois de publicadas em folhetim.

2. TOPOI AÇORIANOS

Apesar de açoriano, à primeira vista, parece não haver na obra de RLC *topoi* que se possam filiar na açorianidade. Porém, um olhar mais atento, permite-nos encontrar marcas de algumas das características comuns a outros escritores naturais das Ilhas ou que sobre elas escreveram. A vida de RLC tem sido uma longa viagem de conhecimento, de encontros e desencontros com desvairadas gentes e desvairados locais, e a sua obra reflete, ela

também, essa aprendizagem da tolerância e do conhecimento do Outro. Na verdade, ele próprio, como muitos outros dos seus conterrâneos, é um (e)migrante e isso mesmo é lembrado na obra, mormente em *Os Construtores do Império*. E não é irrelevante lembrar que os locais por onde o autor passou, incluindo o local onde nasceu, são eles mesmos locais de passagem ou de convergência de vários povos de diferentes etnias e culturas, credos e línguas, ou são então lugares de chegada e de partida de quem vai ou de quem vem de lugares distantes, lugares de aprendizagem da saudade, como é a sua própria ilha, a sua Terceira e, de um modo geral, os Açores. Em suma, todos esses são lugares abertos à tolerância e ao diálogo. No entanto, seria o Oriente que estaria predestinado a servir para a localização da maioria da ação dos seus romances, talvez porque o autor aí permanecesse a maior parte do tempo da sua vida ativa, talvez pelas características especiais desta região que viriam a sintetizar e a exponenciar as características dos outros pontos da sua passagem. O Oriente de Rodrigo Leal de Carvalho é um Oriente concreto, bem localizado no tempo e no espaço. Para ele, o Oriente começa em Moçambique, centra-se em Macau, do mesmo modo que em Hong Kong (“Hong Kong e Macau tinham sempre constituído uma unidade, uma espécie de extensão uma da outra – mais do que Macau e Portugal” (*Os Construtores do Império*. 447), mas espalha-se até Singapura (em *As Rosas Brancas...*) e Xangai (*Requiem para Irina Ostrakoff*). O facto de Macau ter sido escolhida como ponto nevrálgico da ação dos seus romances não é de estranhar, pois Macau foi durante mais de 450 anos ponto de encontro da cultura oriental e da ocidental, local de salutar convívio e enriquecimento mútuo, onde as duas culturas predominantes - a portuguesa e a chinesa - se encontraram. As relações óbvias e pacíficas entre os dois povos criavam uma situação excecional que o autor explica assim: «nas teias das leis e do relacionamento das comunidades de Macau, os chineses não eram bem estrangeiros, eram... eram...eram chineses» (*O Romance de Yolanda*: 60). A imigração chinesa seria particularmente relevante para uma época bem determinada da sua história, a da Revolução Cultural: «As autoridades da China Continental tinham permitido a fuga de mendigos, narcodependentes – *pakfanistas*, como o macaense mais cruamente os batizara – vagabundos, tuberculosos, deficientes físicos ou mentais; em suma, os improdutivos» (*Os Construtores do Império*: 54) que, sem outra porta que se lhes abrisse, arribavam a Macau. Mas Macau, cidade cosmopolita, foi também e ainda «um porto de abrigo para os fugidos às guerras, à miséria, à fome. E aos problemas políticos também. No passado recente abrigou russos brancos, chineses, indonésios, vietnamitas, filipinos e até portugueses perseguidos pelos credores ou por mulheres ciumentas. E alguns, poucos, pelas ideias políticas» (Entrevista ao Expresso). Em *Requiem para Irina Ostrakoff* já defendia a mesma ideia: «Macau foi sempre um porto de abrigo para os refugiados. Da política, da miséria, das guerras. Em suma, da vida. É uma das razões que a tornam tão fascinante. Aventureiros de ambos os sexos foram frequentes nas grandes cidades desta área, até à implantação do regime comunista na China; e os que aí havia escaparam-se para Hong Kong e Macau» (p. 15). Procuravam aí um refúgio seguro, através da obtenção da nacionalidade portuguesa. No caso das mulheres era sempre possível obtê-la através de um casamento de conveniência. Assim, em *Os Construtores do Império*, Mui Mui casa com o macaense Tchitcho. Já o Sr. Lau Wong (*O Romance de Yolanda*), espoliado pelo Grande Timoneiro das suas terras conseguiu a nacionalidade portuguesa “ab origine”, por juramento de testemunhas. São, pois, sobretudo asiáticos que, acolhidos num

território tolerante que permitia uma saudável relação entre os povos, deram azo à formação de uma *halfcaste* de portugueses ambientados – os macaenses. Curiosamente, foram as reduzidas dimensões de Macau («nada mais do que uma vila grande» (*O Senhor Conde*: 109) que permitiram a coesão da população portuguesa, continental e macaense («em Macau somos todos mais ou menos primos» - *O Senhor Conde*: 138). Na verdade, isto acontecia, porque estamos a falar de uns 2 ou 3% da população. Não admira, portanto, que o autor aí encontrasse suficiente inspiração: «Arribado na década de cinquenta à então província ultramarina de Macau, fui de imediato conquistado pela cidade, pela sua maneira de viver e, principalmente pela sua gente. Fadado (ou condenado), pela sorte ou pela geopolítica, a cadinho de culturas e etnias, o minúsculo enclave acabou por ser um porto de abrigo para gente de mundos vários que aqui vieram parar por desvairadas razões: espírito de aventura e ambição pelo lucro fácil, refúgio às convulsões político-sociais da região e à loucura de uma guerra que lançara o mundo em fogo, evasão a problemas sociais ou familiares ou inútil fuga aos demónios próprios de cada um» (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 5). Precisamente esta obra serve de prova do encontro e da mistura de raças, pois a imigração aí abordada é a dos russos brancos, chegados numa outra época. Este facto fazia com que Macau se oferecesse ao autor como um local de pertença, de continuidade da sua aprendizagem açoriana, como terra de abertura ao conhecimento do Outro. Paredes meias com Macau, não admira que Hong Kong figure também e recorrentemente na obra de RLC. Para as compras, passeios, jantares ou como recurso de pessoal especializado. Por exemplo, Mafalda foi a Hong Kong buscar o arquiteto para restaurar a sua casa. Curiosamente, este era descendente de portugueses (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 26). Porém, Hong Kong desenha-se na obra em contraste com Macau. E esse contraste permanente, a maioria das vezes, não é nada favorável a Macau. Por exemplo, em *O Senhor Conde*, o protagonista enfrenta esse antagonismo: «Tudo lhe parecia pobre e triste, em inconsciente confronto à feérica iluminação e bulício entrevisto na fugaz passagem por Hong Kong» (pág. 519). Na verdade, para além dos seus verões serem sufocantes de calor e humidade (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 11), ainda havia a juntar os estranhos cheiros que a cidade «suja e degradada» exalava (*Id.*: 23). Mas se Hong Kong é superior a Macau em termos de desenvolvimento económico-sanitário, em termos de paisagem humana já não é assim, como veremos mais à frente. Ora, a presença tutelar de Hong Kong, logo da cultura anglo-saxónica, pode ser entendida como a repetição das experiências dos frequentes contactos dos emigrantes açorianos com as Américas, onde, ainda hoje, o autor tem família e onde passa largas temporadas. De facto, há uma presença muito marcada na obra do autor da cultura anglo-saxónica que, sendo terceirense, ele conheceu desde sempre. Em *Ao Serviço de Sua Majestade* e em *As Rosas Brancas de Surrey*, os protagonistas são súbditos ingleses e a ação decorre maioritariamente em Inglaterra, nos Estados Unidos e nas Bermudas também (no caso da primeira obra). Porém, deste confronto de Macau com Hong Kong, resulta a imagem da benignidade da colonização portuguesa, uma vez que a miscigenação se institui na obra como um fenómeno tipicamente português, pois a administração britânica de Hong Kong «reprovava terminantemente as ligações dos seus homens com mulheres asiáticas» (*Ao Serviço de Sua Majestade*, p. 26), ainda que tivessem sangue e nacionalidade portugueses. As relações com Hong Kong ocupam muito espaço na obra de RLC, sobretudo e precisamente no que diz respeito à miscigenação, mas também é notório na obra o desprezo dos ingleses pelos

portugueses, complexos que se configuram como um motivo presente na literatura “açoriana”, e que bem poderia ser um *topos* das marcas da açorianidade na literatura. Obviamente que a não-aceitação do Outro por parte da administração inglesa e dos súbditos de “sua majestade”, reflexo provável do medo da perda de autoridade sobre ele, serve bem de contraste com a política colonial que o autor entende ser a reinante em Macau. Diga-se, porém, em abono da verdade, que a miscigenação só parece ser bem aceite se se der em Macau. Fora deste contexto, ela levanta problemas, embora não prejudiquem a sua consumação. É o que parece acontecer em *Os Construtores do Império*: Maria Mafalda, açoriana branca e loira, estava em vias de casar com Tarcísio, moreno macaense de olhos amendoados. Ora, esta ligação afetava a família de Mafalda, embora não a ponto de impedir o enlace. Ao contrário, a própria considerava Tarcísio um galã. Também em *Ao Serviço de Sua Majestade*, nos Estados Unidos onde viviam, na eminência de ver Detty casada com um chinês, Maggie, sua parente, propôs-se intervir, refugiando-se na desculpa de que Detty nunca seria aceite pela família dele, tradicional e muito fechada, e fazia-o «um pouco inconscientemente, ignorando os seus próprios preconceitos, radicados na infância de macaense da primeira sociedade onde, mesmo só quanto aos homens, se admitiam as mal secretas aventuras e ligações ilícitas com chinesas, mas nunca os casamentos na igreja» (p. 384). Curiosamente esta bondade da miscigenação de portugueses e chinesas também não funciona quando se trata de chineses, conforme parecem revelar os preconceitos étnicos do Sr. Lau «chinês puro, da etnia *han*, sem gota de sangue estrangeiro» (*O Romance de Yolanda*: 90). Para além destas circunstâncias, o facto dos Açores, terra de origem do autor, terem uma presença explícita diminuta na obra de R.L.C., não significa que estejam dela ausentes. Na verdade, essa presença faz-se sentir, em primeiro lugar, através das personagens. Assim, logo no seu primeiro livro, aparece Maria Mafalda, que figurará em várias outras obras do autor. Ela «nascera nos Açores, ligada por laços de afinidade a uma família da pequena nobreza ilhoa, os barões de Nordela» (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 15). O amor pelos Açores e a saudade de Mafalda pela sua terra-mãe são sublimados no restauro que ela fará da casa onde vai habitar em Macau com o marido: pinta-a de branco com persianas verde-escuro «à semelhança da casa dos pais nos Açores» (I: 26). Em *Ao Serviço de Sua Majestade*, além da presença de Mafalda, também aparece D. Venceslau Goulart de Bettencourt, bispo de Macau, Malaca e Singapura, natural de Urzelina, S. Jorge que, segundo o autor/narrador foi «um distinto príncipe da Igreja» (p. 114). Em outra obra, figura ainda outro clérigo: «O padre Fabião, um açoriano de Urzelina, S. Jorge, trazido para o seminário em criança, por sua Excelência Reverendíssima, o então Bispo de Macau, D. Venceslau Goulart de Bettencourt» (*A Mãe*: 155). «Um padre pouco exemplar» (*idem*) tinha nula vocação religiosa, mas disso «não tinha culpa, era o seu temperamento, misto de sensualidade latina e apetite flamengo, herança de algum ancestral ido da Flandres nos longínquos anos de quatrocentos, como servidor de Wilhelm Van der Hagen, o donatário da Ilha» (155).

Na segunda obra, *Os Construtores do Império*, logo nas primeiras páginas, fala-se, com uma certa ironia, nas «nossas ilhas adjacentes, tão verdes e lindas, que eles [ministros salazarentos] ainda não conheciam, mas onde, todos e cada um projetavam deslocar-se na primeira oportunidade» (p. 10), retratando assim o esquecimento a que os Açores foram votados durante o Estado Novo. Quase no final dessa mesma obra, com saudade, num breve

apontamento, haverá o autor de falar nas «revistas americanas da minha infância nos Açores» (p. 226), atestando assim, a influência da cultura americana na Terceira. Mas a presença açoriana não se fazia sentir só em Macau. Também aparece referenciada nas Bermudas uma grande e ancestral colónia açoriana (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 562), justificando assim, mais uma vez, a vocação do açoriano para construtor de impérios. Uma significativa maioria dos membros desta sociedade já tinha nascido aí (p. 566). De facto, a presença dos Açores aparece como uma marca interior, que vem do fundo da alma e que se plasma na voz de uma moça que entoa *Os olhos pretos* (*Ao Serviço de Sua Majestade*). Parece-nos, contudo, que, de algum modo, os Açores são vistos com um certo olhar autocrítico: é assim que se brinca com a pronúncia de uma professora micalense de Rabo de Peixe que, destacada em Macau, não logrou pôr os seus alunos a exprimirem-se inteligivelmente em português (*O Romance de Yolanda*: 25), o que é também a expressão da rivalidade (saudável) interilhas.

3. A EXPERIÊNCIA DO OUTRO

Há então em RLC uma certa sedução pelo exotismo oriental ou, parafraseando Nemésio, pelas «esquisitices dos chins». Logo no *Requiem para Irina Ostrakoff*, refere-se à época da sua chegada: «assim me vim a encontrar neste pequeno mundo de gente que me fascinou: a população chinesa fervilhante e laboriosa, refugiada numa cultura milenar... a comunidade macaense, decaída de riqueza, mas continuando a exibir uma certa prodigalidade e ostentação fidalga de outros tempos melhores, a minúscula comunidade de portugueses metropolitanos, um tanto arrogantes da sua pseudopureza ariana e na posição funcional administrativa, e os demais elementos de tantas nacionalidades, etnias e culturas que, pelos azares da vida tinham vindo aportar a Macau (p. 6- “Duas palavras em jeito de prefácio”). É o próprio autor que confessa em *Os Construtores do Império*, referindo-se ainda aos anos 50, altura em que arribou a Macau, que o «trauma cultural foi grande – não tanto em relação à comunidade macaense que não divergia sensivelmente, senão para melhor, da portuguesa metropolitana – mas, naturalmente, em relação aos 98 por cento de população chinesa» (p. 181). Os portugueses que lá estavam não passavam de “aves de arribação”. A maioria deles pertencia ao corpo dos funcionários superiores do Quadro comum do Ultramar» (p. 219). Este convívio inter-racial tinha reflexos na moral e nos valores da comunidade: «A moral social local, quer da comunidade macaense quer ainda mais da chinesa, consentia essa liberal sofisticação de costumes, manifestação viva da interpenetração dos valores culturais da região...» (*O Senhor Conde*: 396), mas também fruto da imigração de lindas mulheres, que confundiam os olhares dos latinos, sobretudo as de Xangai. Assim, alguns dos costumes orientais eram bem sedutores para os machos lusos, que lamentavam apenas o facto de as «sucessivas Administrações Portuguesas não terem sabido aproveitar a lição de quatrocentos anos de contacto com a milenária cultura chinesa, mais antiga, mais sábia, mais realista, que admitia, na harmoniosa estrutura familiar e sob o austero império da Primeira Esposa, um número indeterminado de concubinas e até “bichas”, solução muito cómoda e prática» (*Os Construtores do Império*: 137), diz o autor com não disfarçada ironia. Várias vezes é salientada esta “liberalidade” da cultura oriental: «A interpenetração dos valores culturais das múltiplas comunidades locais, a flexibilidade dos códigos morais ou sociais do Oriente, a influência no meio macaísta dos usos e costumes chineses que instituíra na Colónia o concubinato com o reconhecimento social e

legal, o contacto frequente com a sexualidade liberal dos aventureiros de outros mundos e etnias...o temperamento fácil das gentes do Sueste Asiático, as noites quentes e sensuais dos Trópicos...tinham adoçado a rigidez de fachada vitoriana e marialva, da moral sexual de importação lusíada e conferido à sociedade macaísta uma tolerância e sofisticação que comportava... a admissibilidade de pequenas infrações sexuais, aventuras pré-maritais com ou sem sequência matrimonial, recatados adultérios» (*O Senhor Conde*: 214). A queda inevitável pelas belezas asiáticas, bem como a flexibilidade dos costumes sexuais funcionam assim como forte motivação para a aceitação de alguns dos costumes do Outro. A influência do 98% da população também se fazia sentir na língua, obviamente. Figura na obra, como um dado assente, que os macaenses não dominavam bem o português. Lito, por exemplo (em *O Romance de Yolanda*), apesar de filho de português, dominava mal a língua, pois esta não era falada em casa, já que a mãe, sendo oriental, a desconhecia. Só na instrução primária é que começara a praticar a língua, de resto, sem grande sucesso, pois a professora, natural de Rabo de Peixe, não lograra fornecer um modelo correntemente aceitável da pronúncia da língua. Além da pronúncia, outras subtilidades da língua são apontadas, como, por exemplo, o uso de você, em vez de tu (*Os Construtores do Império*: 107); a simplificação da conjugação verbal, a eliminação de artigos e pronomes (como fazia Aline em *O Senhor Conde*: 193). Não obstante, a mulher do Governador em *O Senhor Conde*, «era uma acérrima defensora da implantação da língua de Camões neste tão pequenino quanto encantador rincão lusíada» (p. 125). Na verdade, o respeito pelo uso padrão da língua variava consoante a educação e o empenho de cada um. A esta regra não escapavam também os funcionários públicos (como acontecia com o oficial de diligências – *Os Construtores do Império*: 185).

Como seria espectável, alguns romances estão salpicados de palavras orientais e, obviamente de algumas importadas do Patuá, mas, mais correntemente, também de muitas palavras e mesmo frases completas inglesas (da convivência com Hong Kong). As expressões chinesas utilizadas ou as do Patuá vêm explicadas em notas ou em glossário, como em a *IV Cruzada*, o que é também uma forma de recuperar um pouco da «doce *papiaçam maquista*, o dialeto musical», como o autor lhe chama em *O Senhor Conde* (p. 330). Mas o inglês tem uma presença muito importante na obra. De resto, não é só a língua que seduz o autor e as suas personagens, mas também o modo de vida dos britânicos, pois «a generalidade dos macaenses, alimentava uma nem sempre discreta simpatia e admiração pelas *things British*» (*O Sr. Conde*: 130). Mais adiante se diz ser o inglês a língua franca da região (p. 331). Evidentemente que o facto da ação de algumas obras se passar em países anglo-saxónicos e/ou de algumas personagens serem falantes do inglês torna essa presença mais justificável. O Outro é assim também o britânico. E os britânicos impõem-se. Diferentes, muito embora, até porque, todos sabiam que «os britânicos eram pessoas sérias. Nos negócios, na política e no humor. Principalmente no humor» (*Ao serviço de Sua Majestade*: 5). Daí a sedução pela colónia britânica: «Hong Kong fornecia o modelo para a Administração, os hábitos, os gostos, as maneiras, o desporto, as bebidas, os *tweeds* e o corte de casaco de caxemira» (Surrey: 174). Fruto de uma bem pensada política que levava a que o *British Colonial Service*, «antes de colocar os mais prometedores candidatos à administração ultramarina» (pp. 5-6) os mandasse aprender as línguas e culturas das

colónias a que se destinavam, sendo Macau, nas décadas de 20 e 30, o local escolhido para a aprendizagem da língua e cultura chinesas, leia-se, a cantonense, obviamente, local onde também «a desenvoltura, a camaradagem sadia, o *savoir-faire* dos britânicos temperavam o entusiasmo, a malícia e o marialvismo lusíada» (Sua majestade: 11). Em relação à vida em Macau, é, sobretudo, à alimentação que o autor mais atenção presta. Por um lado, informa-nos, quase voluptuosamente, sobre a diversificada culinária macaense, especificidades e designação, como por exemplo, sobre as sobremesas. Em *O Senhor Conde*, uma das personagens (Kate) explica que não sendo comparáveis às europeias, ainda assim são notáveis, como, a bebinca, o bolo menino (mais próprio para chá), os genetes, o aluá, o ladú, a jagra-d'ovos (p. 221). Por outro lado, denuncia, com idêntico prazer a excentricidade da comida chinesa: «as holotúrias, as barbatanas de tubarão, as patas de pato, os cogumelos orelhas de rato, e por último, o caldo doce de feijão» (p. 52). Outra das diferenças culturais abordadas são os intermináveis jantares chineses (*Os Construtores do Império*: 65), pois «em Macau nenhum acontecimento social digno desse nome dispensa o conforto do estômago» (p. 189). E não resiste à tentação de anotar que, acabados os piqueniques, as garrafas e embalagens são lançadas ao chão, os restos de comida são aproveitados. Na verdade, depois de uma festa, os convidados arrebanhavam «os restos da fruta e dos doces chineses em saquinhos de papel disponibilizados para o efeito» (*ib.*: 89). No campo das diferenças culturais, certamente que, a que mais o surpreende, é o facto de, finda a refeição de os convivas não dispensarem «o arroteo digestivo e cerimonial» (*Os Construtores do Império*: 189) ou o «arroteo digestivo e dietético» (*O Romance de Yolanda*: 166). Muitos destes costumes acabam por ganhar foros de cidadania. Assim, é com o conceito oriental de salvar a face (*Os Construtores do Império*: 141) que, aliás, acaba também por se tornar importante para os ingleses, de tal maneira que se torna «crucial mesmo, na sociedade da Colónia (Hong Kong) (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 139). Tal como esse outro de conferir face que acaba por transformar a vida numa feira de vaidades, pois a vivenda em que se habita, o carro que se conduz são o meio para se conseguir esse atributo. Devido às reduzidas dimensões do território, esta necessidade torna-se mais premente ainda em Macau (*O Romance de Yolanda*: 92). Obviamente que nem todos os costumes são vistos da mesma maneira, daí que haja alguns que não foram incorporados. Percebemos que a estranheza de alguns deles é notória. Como, por exemplo, a presença de escarradores por todo o lado, até nos restaurantes, censurada por portugueses, desejada por chineses, verificável logo na sua primeira obra (p. 37). Assim, o senhor Yau Yee, que sofria de catarro crónico, não «compreendia por que estranha razão os ocidentais não disponibilizavam recipientes próprios para o efeito, como avisadamente faziam os chineses» (*Os Construtores do Império*: 175). Hábitos apenas, observados, não julgados, próprios de uns, diferentes dos outros, como os rituais de morte (hábito de ir «prestar três “bate-cabeças” ao falecido e o singelo à família enlutada» - *O Senhor Conde*: 517); costumes que fazem sorrir o Outro, como o hábito do beija-mão europeu que, estranhado por Siu-Fá (*O Senhor Conde*) o levou a achar que se estava a cheirar a mão; costumes irónicos, como a abundância de produtos da contrafação local (*O Romance de Yolanda*: 80), ou apenas um *qui pro quo* como é o problema da altura que levava o Sr. Yau Yee a sentir-se desconfortável nas cadeiras portuguesas, demasiado altas para que os seus pés chegassem ao chão (C.I.: 175).

4. CONCLUSÃO

Em contacto com uma maioria oriental, os europeus chegados a Macau, sobretudo os portugueses, adotaram os hábitos daqueles, nos aspetos que não chocavam com a sua própria idiossincrasia. Na verdade, a compreensão, a aceitação do Outro, passa pela incorporação de algumas das suas características na cultura do Mesmo, aquelas que, num dado momento, mais necessárias são para a sua coesão e mesmo para a sua sobrevivência. Esses costumes partilhados acabaram mesmo por moldar o carácter macaense. Assim é, por exemplo, em relação à seriedade com que os orientais encaram “as coisas” do dinheiro. Esta atitude acabou por contagiar o macaense (*O Senhor Conde*: 185), bem como a observação da necessidade de salvar a face ou de se habituar aos longos repastos orientais. Por causa desta integração, Macau era «um pequeno paraíso onde um cidadão podia viver em paz e dar largas à sua imaginação negocial, ao seu dinamismo e iniciativa empresarial» (*O Romance de Yolanda*: 93). Diria António José Saraiva que: «*Os mitos históricos são uma forma de consciência fantasmagórica com que um povo define a sua posição e a sua vontade na história do mundo*» (1982: 118). Findo o Império, diríamos que ficou em Rodrigo Leal de Carvalho um certo desencanto, porque o mito não foi cumprido, porque os “construtores do Império” estiveram sempre mais preocupados com o culto da beleza da mulher asiática ou macaense, do que com a sua missão institucional. Ainda assim, ressalta da sua visão, a tendência que o português sempre teve para a miscigenação, o apreço pela beleza e sensualidade da mulher asiática ou euroasiática, o prazer na sua companhia e tudo isto em flagrante contraste com os britânicos construtores de império, que apesar de usar os favores sexuais das asiáticas, não nutriam por elas qualquer vontade de deixar descendência ou de com elas virem a casar (*As Rosas Brancas de Surrey*). Se bem que RLC tenha situada a maioria da ação dos seus romances no longínquo Oriente, a verdade é que a sua visão do Outro é marcada pela sua “açorianidade” (aqui empregue no sentido de ter ele nascido e ter sido criado nos Açores). Desde logo, na sua obra, sobressaem quatro *topoi*: a emigração ou migração, de que o próprio autor é um ótimo exemplo, mas que marcam a vida de muitas personagens das diferentes obras; a tolerância e abertura ao Outro, logo, a capacidade de adaptação; a miscigenação; o fascínio pela cultura anglo-saxónica e a consciência da pressão, do domínio que esta exerce sobre a portuguesa. Não sendo motivos obrigatoriamente açorianos, podemos dizer que eles se configuram como tipicamente açorianos e, se é a emigração o mais apontado deles, na verdade, os outros três não deixam de ser importantes na construção da representação que o autor faz da sua própria condição de açoriano, mas também da representação do açoriano no mundo que o nosso imaginário construiu, a partir de histórias de vida, da literatura, dos textos jornalísticos. Mas, sendo um autor açoriano, se não há uma presença explícita dos Açores muito relevante na obra, a verdade é que sempre que o narrador coincide (?) com o autor, através da presença do “eu”, os Açores estão lá também presentes. Ora, se acreditamos, conforme temos defendido várias vezes, que os autores não devem ser confinados a regionalismos literários, dado que essa confinação os pouca, também defendemos que nada justifica que se excluam dessa regionalização outros autores só porque, aparentemente, não recorrem a lugares-comuns literário que se convencionaram balizá-la. Cremos ter dado mais um exemplo flagrante de como pode ser falaciosa a regionalização da literatura.

5. BIBLIOGRAFIA:

- Carvalho, R. L. (1993). *Requiem para Irina Ostrakoff*. Macau: Livros do Oriente.
- Carvalho, R. L. (1994). *Os construtores do Império*. Macau: Livros do Oriente.
- Carvalho, R. L. (1996). *A IV Cruzada*. Macau: Livros do Oriente.
- Carvalho, R. L. (1996). *Ao Serviço de Sua Majestade*. Macau: Livros do Oriente.
- Carvalho, R. L. (1999). *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres*. Macau: Livros do Oriente.
- Carvalho, R. L. (2000). *A Mãe*. Macau: Livros do Oriente.
- Carvalho, R. L. (2005). *O Romance de Yolanda*. Macau: Livros do Oriente.
- Carvalho, R. L. (2007). *As Rosas Brancas de Surrey*. Macau: Livros do Oriente.
- Azevedo, C. C. (2010). *O Lúdico na História do Oriente Português*. Macau: Instituto Politécnico.
- Kaufmann, J-C. (2005). *A invenção de si*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Laborinho, A. P. (1993). *Requiem por Irina Ostrakoff*. *Revista de Macau*. Fevereiro 1993, pp. 57-62. *Expresso*. Entrevista de José Pedro Castanheira, disponível em 02/02/2011
- Machado, A. M. (1983). *O mito do Oriente na Literatura Portuguesa*. Lisboa: ICALP.
- Saraiva, A. (1982). *A Cultura em Portugal — Teoria e História, Livro I — Introdução geral*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Tribuna de Macau*, nº 3287 (nova série), sexta-feira, 9 de outubro de 2009.
- <http://group.xiconhoca.com/2009/01/17/rodrigo-leal-de-carvalho-do-oriente-ao-romance-autor-de-a-mae/>

3. CAETANO VALADÃO SERPA, ESCRITOR, EUA



TEMA 1.3.2. LINGUAGEM NÃO SEXISTA, CAETANO VALADÃO SERPA, PH.D. UNIVERSITY OF MASSACHUSETTS AT BOSTON, U.S.A.

Linguagem sexista é o uso abusivo do género masculino das palavras na perspetiva do homem em detrimento da mulher, ignorando ou desconhecendo, inconsciente ou conscientemente, a presença e participação da mulher a todos os níveis da atividade humana. A linguagem como veículo primário de comunicação não pode continuar a ignorar a mulher na sua dignidade primordial de mãe, esposa, irmã e profissional, educadora, médica, advogada, filantropa. A mulher tornou-se indispensável ao progresso global e nacional, sem ela não há soluções possíveis para qualquer problema. Porque será que a língua portuguesa, na sua expressão falada e escrita, rudemente, ignora a mulher? E grande parte das mulheres nem se opõe! Talvez, com receio de ser alcunhada de feminista, labelo depreciativo. É tempo de a língua portuguesa levantar a burca da linguagem sexista quando se refere à mulher e reconhecer a presença feminina, sem omissões nem desculpas.

Trabalho final não recebido

4. CHRYS CHRYSTELLO, AICL - AÇORES, AUSTRÁLIA



TEMA 1.1 A LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE, CRISE DE IDEIAS - MANIFESTO 2012 AICL, CHRYS CHRYSTELLO, AICL

Em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberalismo, que desde os anos 90 vem tomando dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados e um plano de mudança e ação a muito longo prazo e buscar a força e iniciativa dos mais jovens para as levar a cabo. Não devemos deixar que Portugal se perca na sua atual insignificância quando grande parte da sua história foi feita de grandes homens que se sobrepuseram, pela sua visão, a gerações de séculos de Velhos do Restelo. São estes que hoje guiam os nossos filhos e netos para uma subserviência e dependência total ao grande capital internacional sem esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um retrocesso ao pior da Grande Revolução Industrial ou rumo a uma criação de novos servos da gleba, automatizados, controlados e vigiados, mas sobretudo intelectualmente deficientes. A receita universalmente seguida é a da ignorância, em que quase todos hoje vivem, aliviada com um voyeurismo exacerbado em Big Brother e quejandos, e outras telenovelas da vida real que a TV projeta incessantemente nas horas poucas de lazer. Acrescentemos a esta fórmula mágica o entorpecimento futebolístico que ajuda a exacerbar paixões e ventilar frustrações recalçadas e temos o caldo mágico para as gerações futuras. Um sistema educacional e cultural forte seria a base para partirmos para o futuro em que ainda acreditamos. Temos alguns exemplos de gente excepcional, mas infelizmente a grande maioria emigrou e faz carreira no estrangeiro porque este país só apoia a mediocridade. Tratou-se de alunos que se não contentaram com a mediocridade do ensino e brilharam sem se deixarem enredar na modorra anquilosante dos que os governam. É esta situação de exceção que nos traz algumas esperanças. A minha geração e, antes dela, a dos nossos patronos foi criada na certeza de que nada era fácil nem havia almoços grátis. Havia trabalho, muito e mal pago, e a réstia de esperança de que este fosse reconhecido pois todas as promoções eram a pulso na longa escalada que encetámos. Assim, essa geração subiu a novos patamares à custa de trabalho, esforço, estudo e aprendizagem contínua. Tínhamos coisas sagradas a que chamávamos princípios e ética. Líamos, debatíamos, estudávamos e continuávamos a aprender toda a vida. Nada era fácil. Hoje constata-se o que foi feito nas últimas duas décadas para destruir o tecido escolar, com a facilitação extrema apenas para falsificar estatísticas, programas especialmente elaborados para ninguém ficar para trás, uma redução substancial da quantidade e conteúdo de matérias a aprender, o lento esquecimento a que a História foi votada porque os nossos antepassados eram politicamente incorretos, a marginalização da Filosofia porque poderia levar os jovens a pensar e os maus tratos dados à Língua Portuguesa.

Temos hoje uma vasta gama de professores incultos, e a maioria dos alunos analfabetos funcionais incapazes de compreender ou debater o que leem. Os autores que estudamos foram substituídos para que hoje fosse quase impossível criar uma geração filológica-linguística como a do Cenáculo ou até mesmo compreender esse fenomenal, extraordinária e inexplicável centro de espírito e de estudo, de fantasia, de ideias numa sociedade banal como era a de Lisboa naquela época. O Cenáculo era uma reunião permanente de jovens em casa de Antero, dia e noite, todos tinham ali os seus melhores livros, notas, provisões de princípios e de tabaco. Cada um deles possuía conhecimentos profundos sobre, pelo menos, uma das ciências base que são a matriz do conhecimento: física, química, matemáticas, filosofia, direito, história e linguística. Quando Antero regressa do estrangeiro pleno de ideias e leituras novas é como que a vinda do Rei Artur à Corte de Camelot e daí nasceram as Conferências do Casino, cheias de cultura europeia, de fervor revolucionário, da romanesca efervescência intelectual e sentimental. Essa geração de jovens tentou trazer algo de novo e bom à nossa cultura, debatendo o Estado da Nação. As Conferências do Casino podem considerar-se um manifesto de geração. Perdoem esta curta digressão para vos explicar o que pretendo. Denominam-se assim por terem tido lugar numa sala alugada do Casino Lisbonense e foram uma série de cinco palestras realizadas em Lisboa no ano de 1871 pelo grupo do Cenáculo formado, por sua vez, pelas mesmas pessoas, que constituem a Geração de 70. Antero é o grande impulsionador desde 1868, iniciando os outros membros do grupo em Proudhon. A 18 de maio 1871 foi divulgado o manifesto, já anteriormente distribuído em prospectos, e que foi assinado pelos doze nomes que tinham intenções organizadoras destas Conferências Democráticas.

22 de maio de 1871

A 1ª Conferência: "O Espírito das Conferências", proferida por Antero de Quental consistiu num desenvolvimento do programa previamente apresentado. Antero referiu-se à ignorância e indiferença que caracterizava a sociedade portuguesa, falando da repulsa do povo português pelas ideias novas e na missão de que eram incumbidos os "grandes espíritos" e que consistia na preparação das consciências e inteligências para o progresso das sociedades e resultados da ciência. Para Antero o ponto fulcral seria a Revolução, o seu conceito, que define como um conceito nobre e elevado. A conclusão da palestra termina com o apelo às "almas de boa vontade" para meditarem nos problemas que iriam ser apresentados e para as suas possíveis soluções.

27 de maio de 1871

2ª Conferência: "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos" também proferida por Antero. Em primeiro lugar Antero julga a História, como uma entidade, o juízo moral, social e político. Em seguida enumera e discute as causas da decadência. Aponta o Absolutismo, a Monarquia Absoluta que constituía a "ruína das liberdades sociais", o centralismo imperialista que coartara as liberdades nacionais, rumo a uma cega submissão; por fim, o desenvolvimento de hábitos prejudiciais de grandeza e ociosidade que conduziram ao esvaziamento de população de uma nação pequena, substituindo o trabalho agrícola pela procura incerta de riqueza, a disciplina pelo risco, o trabalho pela aventura. Para Antero a solução destes problemas seria:

" (...) a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, (...), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. (...) a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal (...) à inércia industrial oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea

(...), organizada de uma maneira solidária e equitativa..."¹ A conclusão insere uma dimensão progressista, a instauração de uma revolução, a ação pacífica, a crença no progresso inspirado na moralização social (Proudhon), num tom idealista e retórico.

5 de junho de 1871

3ª Conferência: "A Literatura Portuguesa" proferida por Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras que faz uma crítica aos valores da literatura nacional. Cita a negação sistemática dos valores literários nacionais, excetuando escritores como Luís de Camões, Gil Vicente e poucos mais. Tem a sua vertente revolucionária ao inculcar a ideia de que a literatura portuguesa deverá ter caráter nacional, mas pautada por valores universais. O modelo e guia desta renovação salvadora da literatura nacional seria Chateaubriand, com o conceito de Belo absoluto como ideal da literatura, constituindo esta um retrato da Humanidade na sua totalidade.

12 de junho de 1871²

4ª Conferência: "A Literatura Nova ou o Realismo como Nova Expressão de Arte" por Eça de Queirós salientou a necessidade de se operar uma revolução na literatura. A revolução é um facto permanente, porque manifestação concreta da lei natural de transformação constante, e uma teoria jurídica, pois obedece a um ideal, a uma ideia. É uma influência proudhoniana. O espírito revolucionário tem tendência a invadir todas as sociedades modernas, afirmando-se nas áreas científica, política e social. A revolução constitui uma forma, um mecanismo, um sistema, que também se preocupa com o princípio estético. O espírito da revolução procura o verdadeiro na ciência, o justo na consciência e o belo na arte. A arte, nas sociedades, encontra-se ligada ao seu progresso e decadência e o artista sob a influência do meio, dos costumes do tempo, do estado dos espíritos, do movimento geral... Foca ainda as relações da literatura, da moral e da sociedade. A arte deve visar um fim moral, auxiliando o desenvolvimento da ideia de justiça nas sociedades. Fazendo a crítica dos temperamentos e dos costumes, a arte auxilia a ciência e a consciência.

19 de junho de 1871

5ª Conferência: "A Questão do Ensino" proferida por Adolfo Coelho traça o quadro desolador do ensino em Portugal, mesmo o superior, através da História. A solução proposta passa por uma mais ampla liberdade de consciência. Para Adolfo Coelho do Estado nada havia a esperar. Tomando isto em consideração, o remédio seria apelar para a iniciativa privada, para que esta difundisse o verdadeiro espírito científico, o único que beneficiaria o ensino.

26 de junho de 1871

Quando Salomão Saragga se preparava para realizar a sua Conferência "História Crítica de Jesus", o Governo, mandou encerrar a sala do Casino Lisbonense e proibir as Conferências. No mesmo dia, Antero redige um protesto no café Central, hoje Livraria Sá da Costa.

Vivemos hoje uma encruzilhada como a da Geração de 1870 e das Conferências do Casino, sendo a enumeração de problemas bem semelhante à de então. Embora maioritariamente preocupados com os aspetos mais vastos da Língua Portuguesa, linguística, literatura, história, também nós constituímos um grupo heterogéneo unidos apenas naquilo que nos é comum, a língua de todos nós. A nossa língua configura o mundo, sem esquecer, porém, que Wittgenstein disse que o limite da nossa nacionalidade é o limite do nosso alcance linguístico. Os Colóquios são uma prova insofismável de que tudo é possível com custos mínimos desde que se dê liberdade às pessoas para criarem no seio da nossa associação projetos com os quais se identifiquem e que se destinam a pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa de forma

¹ QUENTAL, Antero de, 2ª Conferência: *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Casino Lisbonense, 27 de maio de 1871 in MEDINA, João, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Ed. Moraes, 1980, 1ª ed., pp. 157-158.

² http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/eca_queiroz/conferencias_casino.html

conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político – na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes. Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem. É aqui no nosso seio de oradores, patronos e patronos especiais como os que aqui temos hoje, que nos podemos afirmar como plataforma de arranque de uma congregação de um Conselho de Sábios e de jovens cultos e dinâmicos para pensar e agir rumo ao futuro sem nos deixarmos abater pelo negativismo da crise que visa embotar a nossa capacidade de realização. Resumidamente foi isto que os colóquios fizeram ao longo de uma década, numa prova da vitalidade que a sociedade civil atuante pode ter quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos. Resta apenas que todos os que aqui estão se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente e aos governos dos países de expressão portuguesa e que este sirva de ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil. Para terminar interrogamos - Quanto vale um idioma? Se a língua portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria num nicho de luxo ou esquecida em um canto, para promoção de minimercado? Estamos acostumados a medir o valor económico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si. Um recente estudo solicitado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à língua portuguesa. *-É um percentual interessante e até conveniente, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%)* - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, professor visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual foi reitor até julho passado. O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades económicas. Privilegia, assim, relações económicas que exigem uma dada língua. E descarta atividades que podem ser executadas por trabalhador de outra nacionalidade ou competência linguística. Por essa lógica, ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é fulcral. Além das "indústrias da língua", há as ligadas a fornecedores de produtos em português, como a administração pública, e as que têm forte conteúdo de língua, como o setor de serviços, ou a que induz maior conteúdo de língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos.

Por último, o peso de processos em que o conteúdo de uma língua tem predomínio menor ou só relativo, ainda assim enquanto fazem brotar impérios no próprio circuito de trocas de um idioma. No Brasil, é o que ocorreria, por exemplo, à extração de petróleo e de minérios, ou ao agronegócio. Apesar de o estudo não visar o Brasil, a pesquisa indica que o fenómeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos. Línguas com muitos utilizadores fornecem mercado maior para bens culturais. O crescimento sustentado da última década fez

o gigante da língua portuguesa saltar aos olhos globais. O Brasil virou protagonista das relações comerciais mantidas entre países lusófonos, mercado que movimenta um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9 mil milhões em 2009 para US\$ 2,3 mil milhões em 2010, diz o Banco Mundial. Já o PIB dos imigrantes de língua portuguesa em outros países gira em US\$ 107 mil milhões (2009).

A diferença entre os países pobres e os ricos não é a idade do país. Isto está demonstrado por países como o Egito, que têm mais de 5.000 anos, e são pobres. Por outro lado, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, que há 200 anos eram inexpressivos, hoje são países desenvolvidos e ricos. A diferença entre países pobres e ricos também não reside nos recursos naturais disponíveis. O Japão, possui um território limitado, 80% montanhoso, inadequado para a agricultura e para a criação de gado, mas é a segunda economia mundial. O Japão é uma imensa fábrica flutuante, que importa matéria-prima do mundo inteiro e exporta produtos manufacturados. Outro exemplo é a Suíça, que não planta cacau, mas tem o melhor chocolate do mundo. No seu pequeno território, cria animais e cultiva o solo apenas durante quatro meses ao ano. No entanto, fabrica laticínios da melhor qualidade. É um país pequeno que passa uma imagem de segurança, ordem e trabalho, pelo que se transformou no cofre-forte do mundo. No relacionamento entre gestores dos países ricos e os seus homólogos dos países pobres, fica demonstrado que não há qualquer diferença intelectual.

A raça, ou a cor da pele, também não são importantes: os imigrantes rotulados como preguiçosos nos seus países de origem, são a força produtiva dos países europeus ricos. Onde está então a diferença? Está no nível de consciência do povo, no seu espírito. A evolução da consciência deve constituir o objetivo primordial do Estado, em todos os níveis do poder. Os bens e os serviços, são apenas meios... A educação (para a vida) e a cultura ao longo dos anos, deve plasmar consciências coletivas, estruturadas nos valores eternos da sociedade: moralidade, espiritualidade e ética.

SOLUÇÃO: SÍNTESE

Transformar a consciência do Português. O processo deve começar na comunidade onde vive e convive o cidadão. A comunidade, quando está politicamente organizada em Associação de Moradores, Clube de Mães, Clube de Idosos, etc., torna-se um microestado. As transformações desejadas pela Nação para Portugal, serão efetuadas nesses microestados, que são os átomos do organismo nacional – confirma a Física Quântica. Ao analisarmos a conduta das pessoas nos países ricos e desenvolvidos, constatamos que a grande maioria segue o paradigma quântico, isto é, a prevalência do espírito sobre a matéria, ao adotarem os seguintes princípios de vida:

- 1. A ética, como base;*
- 2. A integridade;*
- 3. A responsabilidade*
- 4. O respeito às leis e aos regulamentos;*

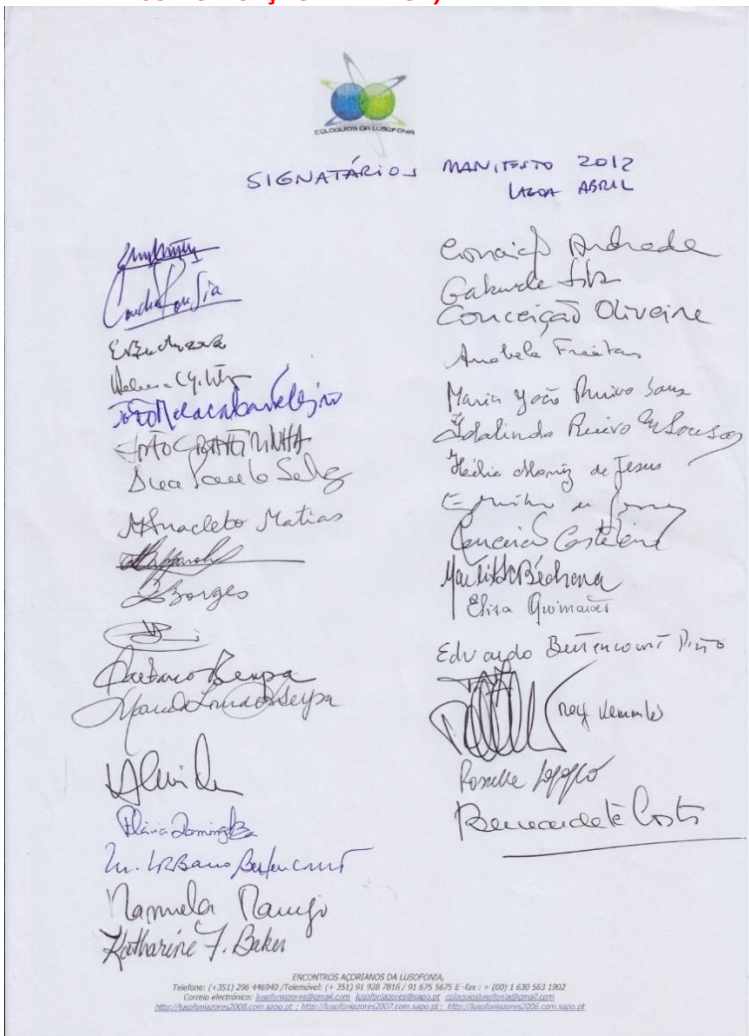
5. O respeito pelos direitos dos outros cidadãos;
6. O amor ao trabalho;
7. O esforço pela poupança e pelo investimento;
8. O desejo de superação;
9. A pontualidade;

Somos como somos, porque vemos os erros e só encolhemos os ombros e dizemos: "não interessa!..." A preocupação de todos, deve ser com a sociedade, que é a causa, e não com a classe política, que é o triste efeito. Só assim conseguiremos mudar o Portugal de hoje. Vamos agir! Reflitamos sobre o que disse Martin Luther King:

" O que é mais preocupante, não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, ou dos sem ética. O que é mais preocupante, é o silêncio dos que são bons..."

ANEXO 1. À COMUNICAÇÃO.

MANIFESTO CONTRA A CRISE: A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO (VERSÃO COMPLETA ADAPTADA DA COMUNICAÇÃO ANTERIOR)



A *Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia* (AICL), preocupada pelas recentes decisões de natureza económica que põe em causa o cultivo e mesmo a continuidade da Língua e Cultura em Portugal, vem apresentar pelo presente algumas ideias que visam um estímulo económico através da língua e cultura, devendo a médio prazo servir para um estímulo maior à economia. Perante a existência de estudos que apontam a importância deste setor cifrado em 17% do PIB e considerando que Brasil e Portugal são os países que juntos reúnem melhores condições de proporcionarem o arranque deste projeto, fica desde já a ressalva de que a eles se deverão juntar os restantes países da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP) quando estiverem dispostos a fazê-lo sem quaisquer receios de Quintos Impérios e de neocolonização cultural.

Buscar consensos entre os governos do Brasil e de Portugal para que sejam reforçados e lançados cursos de língua portuguesa – tanto presenciais como *online* – nas suas vertentes de 'Português Língua Materna' (PLM) e 'Português Língua Estrangeira' (PLE) em todos os quatro cantos do mundo, devendo ser utilizada uma nova fórmula de conservação e propagação da lusofonia a nível mundial como até agora não foi proporcionada quer pelo Instituto Camões quer pelo Instituto Machado de Assis e a CAPES em três vertentes: a) aprendizagem e melhoramento da língua portuguesa como PLM ou PLE, b) literatura lusófona e c) ciências de tradução. Dever-se-á utilizar-se o *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP) da CPLP e o apoio de universidades e politécnicos dos dois países para tal fim.

Justificação:

Os cortes, por parte do governo português, tanto no sistema no ensino de PLM (para filhos de pais lusófonos residentes em países não-lusófonos), como nos sempre escassos apoios à divulgação da lusofonia através de cursos de PLE (para apoiar o ensino a nível secundário e superior em países não-lusófonos) têm-se mostrado sumamente prejudiciais ao cultivo da lusofonia em países não-lusófonos. Como fruto desta política de abandono, não só acaba por ser posta em questão a capacidade dos filhos de emigrantes portugueses de comunicar de forma adequada em todos os níveis na língua materna, mas também a aquisição da língua portuguesa nos países não-lusófonos onde a cada vez maior ausência do Instituto Camões tem servido como justificação de eliminação de cursos de português. No Brasil, dá-se semelhante abandono do ensino de PLM e PLE nos países não-lusófonos. Apesar da existência do Programa de Leitorado nalgumas universidades em países não-lusófonos, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a rede é bastante reduzida e fica longe de atingir a importância que caberia ao Brasil numa escala internacional. Não consta a existência de uma rede de ensino de PLM, organizada pelo estado brasileiro e que vise o ensino de PLM aos filhos de cidadãos brasileiros residentes no estrangeiro.

Buscar apoios das academias nacionais de língua portuguesa existentes, da CPLP, e de todas as restantes instituições para que contribuíssem para este projeto que deve abranger todo o mundo onde haja lusofalantes e interessados na aprendizagem da língua portuguesa.

Justificação:

No mundo lusófono existem várias academias que se dedicam ao cultivo e à normalização da língua portuguesa, nomeadamente em Portugal a *Academia das Ciências de Lisboa* (ACL), no Brasil a *Academia Brasileira de Letras* (ACL), bem como a *Academia Brasileira de Filologia* (ABRAFIL) e na Galiza a *Academia Galega da Língua Portuguesa* (AGLP). Para um projeto que visa fortalecer o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa em todo o mundo, consulta e o apoio por estas organizações não só é uma mais-valia, mas torna-se mesmo indispensável.

Criar pelo menos 500 bolsas de estudo anuais dedicadas a estudos relacionados com a lusofonia para que estudantes oriundos de países de todos os continentes possam frequentar universidades brasileiras e portuguesas.

Justificação:

Em conformidade com as capacidades financeiras dos países envolvidos, o Brasil poderia disponibilizar 350 bolsas e Portugal 150 para os melhores alunos dos cursos referidos em 1.º. Terminada a presença no país de acolhimento, os bolseiros terão adquirido a função de embaixadores da língua portuguesa nos seus países de origem. Num regime a definir, a atribuição das bolsas poderá funcionar de forma semestral (p. ex. para estudantes de licenciatura), anual (p. ex. para estudantes de mestrado) ou plurianual (p. ex. para estudantes de pós-graduação).

Convidar as editoras de Portugal e do Brasil a fim de criar com as academias e outras entidades uma bolsa de edições a promover em todo o mundo as obras dos maiores vultos que representam a escrita de cada um dos países lusófonos, as quais seriam disponibilizadas nos vários países.

Justificação:

Uma vez que a unificação da ortografia permite a divulgação do mesmo texto em vários países, a disponibilização das obras literárias mais representativas de cada país aos outros países não só facilita o acesso recíproco a todas as literaturas lusófonas, mas permite a publicação de edições únicas que poderão entrar em vários mercados livreiros. Criar antologias bilingues para a disseminação de obras de autores lusófonos e promover a sua distribuição nos países onde o português é ensinado como língua estrangeira.

Justificação:

À semelhança do que se realizou através da *Antologia Bilingue de Autores Açorianos* (2011), o fornecimento de antologias bilingues de textos literários de referência pode tornar-se indispensável numa primeira aproximação a

textos portugueses tanto por parte de estudantes estrangeiros como de falantes da respetiva língua em que a antologia foi publicada.

Criar e despertar o interesse por autores lusófonos, através da disponibilização gratuita em linha de excertos de obras selecionadas de autores lusófonos.

Justificação:

Desde que se trate de obras isentas de direitos de autor ou que forem publicadas com consentimento dos autores, a divulgação de textos literários de forma digital, tal como está a ser feito com textos literários açorianos nos *Cadernos de Estudos Açorianos*, tem-se mostrado muito benéfica por ter atraído bastante interesse por parte dos utentes.

Evitar que as burocracias ministeriais e governamentais impeçam a imediata consecução deste projeto, pelo que deverá ser nomeada uma comissão de sábios para definir em detalhe este projeto, seu cronograma e custos.

**ANEXO 2 À COMUNICAÇÃO IN [HTTP://REVISTALINGUA.UOL.COM.BR/TEXTOS.ASP?CODIGO=12426](http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=12426)
2.0. QUANTO VALE UM IDIOMA?**

Se a língua portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria em um empório de luxo ou esquecida em um canto, em promoção num mercadinho? Estamos acostumados a medir o valor econômico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si. Mas recente estudo solicitado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à língua portuguesa.

-É um percentual interessante e até conveniente, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%) - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, professor visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual foi reitor até julho.

2.1. INDÚSTRIAS DA LÍNGUA

O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades econômicas. Privilegia, assim, relações econômicas que exigem uma dada língua. E descarta atividades que podem ser executadas por trabalhador de outra nacionalidade ou competência linguística. Por essa lógica, ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é insumo-chave. Além dessas atividades que o ISCTE denomina de "indústrias da língua", há as ligadas a fornecedores de produtos em português, como a administração pública, e as que têm forte conteúdo de língua, como o setor de serviços, ou a que induz maior conteúdo de língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos. Por último, o peso de processos em que o conteúdo de uma língua tem domínio menor ou só relativo, ainda assim enquanto fazem brotar impérios no próprio circuito de trocas de um idioma. No Brasil, é o que ocorreria, por exemplo, à extração de petróleo e de minérios, ou ao agronegócio. Apesar de o estudo não visar o Brasil, a pesquisa indica que o fenômeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos. Línguas com muitos usuários fornecem mercado maior para bens culturais. O crescimento sustentado da última década fez do gigante da língua portuguesa saltar aos olhos globais. O Brasil virou protagonista das relações comerciais mantidas entre países lusófonos, mercado que movimenta um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9

trilhão em 2009 para US\$ 2,3 trilhões em 2010, diz o Banco Mundial. Já o PIB dos imigrantes de língua portuguesa em outros países gira em US\$ 107 bilhões (2009).

2.2. LUSOFONIA

Enquanto o Instituto Camões, organização portuguesa que tem o objetivo de divulgar o idioma no mundo, prepara um novo estudo sobre o valor econômico do idioma, a dinâmica dos negócios fala por si. Mário Filipe da Silva, vice-presidente do instituto, afirma que em maio, no encontro realizado pela entidade sobre o valor econômico das línguas portuguesa e espanhola, as empresas presentes foram claras em afirmar que "*suas estratégias de internacionalização passam pela vantagem competitiva de negociar em português*". Outro fator que facilita negociações em português é a localização geográfica privilegiada de países lusófonos e os acordos econômicos feitos entre essas nações. Estudo da Apex (Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos) de 2009 mostra que os negócios realizados em língua portuguesa cresceram 534% nos cinco anos anteriores. O fluxo de comércio entre o Brasil e os sete países lusófonos pulou de US\$ 1 bilhão em 1996 (quando a Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi formada) para US\$ 6,5 bilhões em 2008. Muito desse avanço se deve à estabilização política dos países, em particular os africanos. A crise mundial não afetou de forma substancial o cenário: hoje há mais ênfase diplomática e comercial entre as nações que falam português entre si.

- Uma língua não pode ser mais forte que os países que a sustentam. Na medida em que os países crescerem em importância no palco mundial, também o português crescerá - reforça João Caetano, professor da Universidade Aberta e doutor em Ciência Política. Quanto maior o número de falantes, nativos ou não, maior a recompensa por dominar a língua, assim como o poder de compra dos usuários. Segundo Mário Silva, do Camões, investigadores reconhecem que, no futuro, o peso de uma língua deverá ser avaliado principalmente pela força da economia, do progresso científico, da qualidade institucional e não apenas pelo número de falantes.

2.3. ECONOMIA DIPLOMÁTICA

Por enquanto, o Brasil se firma como o maior embaixador do idioma. Dos mais de 249 milhões de falantes do português que moram em países lusófonos, 77% são do Brasil, segundo o Banco Mundial. Significa dizer que a cada dez falantes do idioma no planeta, ao menos sete são brasileiros. Os dados colocam nossa língua em 5ª posição de mais falada no mundo, mas o que tem feito crescer o português aos olhos dos estrangeiros é o destaque político, econômico e cultural que a comunidade de países de língua portuguesa, em especial o Brasil, vem recebendo nos últimos anos.

- Há muitos falantes de português no mundo que ocupam posições de direção em empresas mundiais e que vão ser usados como agentes de uma nova diplomacia a que eu chamo "economia diplomática" - acrescenta Caetano.

A força brasileira não é subestimada pelos analistas internacionais. No mês passado, a revista britânica *The Economist* analisou o PIB *per capita* dos estados brasileiros (em dólar) como se cada um fosse um país autônomo. A publicação, que já chegou a ilustrar a ascensão do Brasil com um Cristo Redentor transformado em foguete em sua capa, percebeu que o Rio de Janeiro tem o valor de uma Rússia, por exemplo. O Distrito Federal, com seu PIB *per capita* de US\$ 25 mil, equivale a Portugal, enquanto São Paulo equivaleria à Polônia com o PIB *per capita* de US\$ 13.331. Mesmo o lanterna Piauí soma a riqueza da Geórgia. Traduzir essa força em valor de uso idiomático é, no entanto, um desafio. Silva, do Camões, ressalta que a língua portuguesa vem crescendo na medida em que aumenta a sua capacidade de servir de meio de comunicação internacional.

- Nesse sentido, a língua constitui um ativo econômico e deve ser considerada como um veículo de penetração econômica e comercial, podendo ser igualmente um instrumento usado para vender um grande número de serviços e produtos e ser o núcleo para a criação de uma imagem de marca do país - comenta.

2.4. PROPAGAÇÃO

Com o aumento das exportações brasileiras e das parcerias comerciais estabelecidas com o país, cresce o interesse pela língua falada no Brasil. Todos os falantes do português ganham com isso, defende Mônica Villela, doutoranda de Ciências Políticas que estuda as novas relações de poder entre os países de língua portuguesa com base no processo de internacionalização do idioma.

- Empresários da União Europeia que queiram aprender português para fazer negócios com o Brasil tenderão a fazer um curso de imersão na língua portuguesa em Portugal por estar mais perto geograficamente - avalia Mônica.

O fato é que a retomada do fôlego econômico do país estimulou o relacionamento de empresas em seu próprio idioma. Há hoje a constatação de mais negócios mediados por tecnologias que enfatizam a comunicação em português - mensagens eletrônicas e apresentações com projeções em tela, que não podem exibir tropeços. E em reuniões de trabalho, o desempenho retórico virou chave empresarial. Quem muito escreve ou fala tem risco maior de expor sua eventual falha de formação. Daí não ser surpreendente o fenômeno dos cursos de português para brasileiros, para executivos, secretárias e gerentes, em tradicionais escolas de idiomas. No universo das corporações, não vale mais a atenção exclusiva dada ao domínio do inglês.

2.5. INTERNET

Essa mediação tem tido crescimento sustentável no cenário mundial.

- *A língua portuguesa é suave ao ouvido e sedutora nas suas entoações, sendo por isso bem-amada na música, no teatro e nas novelas. É uma língua com plena capacidade para se tornar cada vez mais uma das grandes do mundo* - diz Caetano, do Universidade Aberta.

Uma das virtudes da internet para a língua portuguesa foi o feito de unir, pela rede, os milhões de falantes dos países lusófonos espalhados pelo globo. Com essa união, o idioma ganhou força - e valor no mundo virtual. De 7ª língua mais falada na Web em 2007, o português é hoje a 5ª, ficando atrás apenas do inglês, chinês, espanhol e japonês, que, com exceção do Japão, possuem muito mais falantes do que os países da CPLP. O dado é da pesquisa *Internet World Users by Language*, de 2011. Ela aponta que, apesar de o português possuir a fatia de apenas 3,9% dos falantes na internet, esse número aumentou 990% desde 2000 e, hoje, cerca de 82,6 milhões de pessoas usam a língua portuguesa na rede, o que equivale a um terço dos falantes do idioma no mundo. O Instituto Camões aponta também que o português se tornou a 9ª língua em produção de conteúdos na internet em 2011. Mário Silva observa que, tendo em vista que o crescimento da língua portuguesa na internet na última década "foi monstruoso", não podemos considerar essas estatísticas pequenas. - A importância dessa presença crescente resulta da maior exposição do idioma na rede e no efeito multiplicador que advirá do aumento de utilizadores e produtores de conteúdos em língua portuguesa em resultado do desenvolvimento económico, da maior qualidade dos acessos à rede e de uma maior capacidade da população mundial de língua portuguesa de tornar-se internauta cada vez mais ativa - analisa o vice-presidente do instituto.



NOVOS PROJETOS DE TRADUÇÃO DE BRASILEIROS NO EXTERIOR PODEM IMPULSIONAR PAIXÕES COMO AS QUE MARCARAM OS NORTE-AMERICANOS BENJAMIN MOSER E WOODY ALLEN

2.6. REDES SOCIAIS

Outro fato que deu destaque para o português na Web é o uso maciço das redes sociais no Brasil, país onde sites de relacionamento fazem grande sucesso (86% dos internautas brasileiros acessam esses sites, segundo pesquisa de 2010 da Nielsen). O Brasil alavancou o português como a 3ª língua mais falada nessa rede mundial de microblogs, com 9%, atrás do inglês e do japonês. Impossível esquecer o caso do Orkut, em que a adesão maciça de brasileiros gerou reação negativa dos usuários norte-americanos, que se incomodaram com a presença constante do português no site e debandaram para outras redes, como o Facebook - hoje com quase a mesma força do Orkut no Brasil, registrava 12,11 milhões de brasileiros ante 31,27 milhões no Orkut até fevereiro.

- *Outro ponto a avaliar está nos interesses económico-financeiros das empresas de todas as partes do mundo no português e que se fazem presentes, de algum modo, na internet* - pontua Regina Pires de Brito, professora da pós-graduação em letras do Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Mackenzie.

Regina, que coordena programas de extensão no Mackenzie, cita o exemplo do site da companhia chinesa Lenovo, que tem a opção em português associada ao Brasil e a nenhum outro país lusófono.

- É de se esperar que a 5ª língua em número de usuários revele uma necessidade de atenção por essas instituições. Já se vê um número considerável de sites estrangeiros com opção para acesso em português, com claro apelo para o (atraente) mercado brasileiro - afirma.

A circulação da palavra impressa no idioma também se valorizou no Brasil. Enquanto o mundo vive enxugamento das versões impressas de jornais e revistas, aqui a tiragem aumentou. Em 2010, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), houve aumento de 2% de exemplares diários vendidos em relação a 2009. E aumento de 5,1% da venda de exemplares de revistas no primeiro semestre de 2011. No mercado editorial, os números também subiram. O Censo do Livro do IBGE revelou que o tamanho do mercado no Brasil, contando publicações do governo, cresceu de R\$ 3,3 bilhões (2009), para R\$ 4,2 bi (2010). No mesmo período, o crescimento do setor editorial brasileiro foi de 8,12%, e o número de exemplares vendidos cresceu 8,3% (só as vendas ao mercado) e 13,12% (considerando também vendas a governo e entidades sociais). Temos um respeitável mercado editorial cujo tema é o idioma (média de 25 milhões de exemplares de dicionários, gramáticas, etc., vendidos todo ano) e uma carência por informação básica que impulsionou a procura por consultórios gramaticais na mídia.

2.7. TRADUÇÃO

Os investimentos em exportação da palavra brasileira seguem a tendência de alta. Só em 2010 foram concedidas pela Fundação Biblioteca Nacional 68 bolsas de tradução de livros brasileiros para o exterior, sendo que a média anual costuma ser de 20. Os autores brasileiros são traduzidos hoje para mais de 17 países. Foi assim que, por exemplo, norte-americanos como Woody Allen e Benjamin Moser tomaram contato com autores brasileiros que lhes foram decisivos na carreira, como Machado de Assis e Clarice Lispector, respectivamente. Em julho, a Fundação Biblioteca Nacional, vinculada ao Ministério da Cultura, anunciou o investimento de R\$ 2,7 milhões até 2013 em bolsas de tradução, pelo Programa de Apoio à Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior. Além disso, o Brasil será, no fim de 2013, tema da Feira de Frankfurt, o maior evento internacional de livros do mundo, e por isso editoras europeias buscam aumentar seus negócios com a contratação de obras brasileiras. O ensino de português para estrangeiros acompanhou o maior interesse pelo Brasil e, na última década, fez com que escolas de idiomas abrissem novas classes.

- Temos acompanhado uma crescente valorização de nosso país, da economia, e tudo isso se reflete, também, no prestígio da língua. No entanto, muitas vezes os próprios falantes nativos não percebem, ou não valorizam essa riqueza. A língua portuguesa precisa, cada vez mais, de falantes e professores especializados para o ensino - diz Susanna Florissi, diretora internacional da HUB Editorial, do grupo SBS, responsável

pelo *best-seller Bem-Vindo!* de português para estrangeiros, e pela comunidade "Fale Português" na internet (faleportugues.ning.com), que tem mais de 2 mil seguidores fora do país.

2.8. ESTRANGEIROS

Embora o Inep-MEC não informe o aumento das inscrições para a prova Cel Lep-Bras, que certifica a proficiência de estrangeiros em português no Brasil, escolas de renome como o Cel Lep e Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) garantem que a procura cresceu significativamente no Brasil. Com a agenda de eventos esportivos dos próximos anos (Copa das Confederações de 2013, Copa de 2014, Olimpíada e Paraolimpíada de 2016), a previsão é de aumento da demanda. O Cel Lep tem uma média de oito a dez solicitações por semana para o curso de português para estrangeiros, número três vezes maior do que seis meses atrás.

- Eles vêm para o Brasil cada vez mais por causa das condições econômicas do país e precisam do português para conseguir vagas, competir por empregos e, às vezes, para tentar a sorte - diz Graça Paiva, uma das coordenadoras do curso de português para estrangeiros do Cel Lep.

2.9. PORTUGUÊS GRINGO

O mesmo aconteceu na Faap, que no começo do seu curso de português para estrangeiros, em 2006, possuía dez alunos e hoje possui 110 de mais de 20 nacionalidades. *- O Brasil está sendo mais procurado, as pessoas querem conhecer mais sobre esse país e o aprendizado da língua é importante, porque é a partir da língua que se aprende a cultura. Também tem muita gente que pretende fazer negócios com o Brasil, e por isso vêm fazer português - diz Lourdes Zilberberg, coordenadora do Departamento de Intercâmbio e Internacionalização da Faap.* Lourdes conta que, com a vinda de muitas empresas multinacionais para o país, não só os executivos estrangeiros transferidos precisam aprender o idioma, mas seus filhos. Em paralelo à demanda no mundo do trabalho, mais do que antes temos um circuito de estudos sobre a língua com uma consistência, pluralidade e um amadurecimento que permitem maior certeza nas afirmações sobre os fenômenos do idioma e um debate cada vez mais acalorado entre tendências acadêmicas. As instituições de ensino superior passaram de 1.859 (2003) para 2.314 (2009), segundo o Inep/MEC. É mais gente escrevendo trabalhos acadêmicos, apresentando seminários, produzindo teses e dissertações, uma cadeia produtiva crescente. O número de teses brasileiras equivale a 1,6% da produção mundial (2004-2008), um aumento de 0,3% em relação ao período entre 1999 e 2003. O estudo da Royal Society, a academia de ciência britânica, mostra que só a cidade de São Paulo foi do 38º para o 17º lugar entre cidades com mais publicações científicas no mundo. Para o Instituto Camões, o Brasil ocupa o 2º lugar entre os países ibero-americanos com maior produção científica.

- Aumenta o número de universidades em quase todos os países de língua portuguesa, crescem os programas de pós-graduação, financiamentos e publicações. As bibliotecas virtuais das universidades do Brasil têm colocado as dissertações e teses gratuita e massivamente à disposição dos interessados, produzindo-se assim um círculo virtuoso entre produção e acesso que nunca tivemos e nem podíamos

imaginar há quinze anos - observa Gilvan Müller de Oliveira, diretor executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da CPLP. A percepção hoje é a de que a língua vai bem, obrigado, não está ameaçada, não precisa de proteção, mas de promoção. Se a economia e a cultura do Brasil continuarem a ampliar a importância do uso do idioma, a língua portuguesa só tende a aumentar seu valor de troca na balança comercial dos idiomas.

2.10. COEFICIENTE DA LÍNGUA

Um estudo encomendado pelo Instituto Camões ao ISCTE português chefiado por José Paulo Esperança aplicou coeficientes usados pelo economista espanhol Martín Municio em 2003 para estimar a participação do idioma em setores da economia de fala portuguesa. Os pesquisadores multiplicaram o PIB de um ramo específico para entender o valor agregado da língua portuguesa na economia, a partir do relativo das atividades com maior conteúdo de língua envolvido. Abaixo, alguns desses coeficientes por setor.

Agricultura, ambiente e pesca	0,544%
Energia	0,063%
Indústria	8,699%
Construção civil	0,078%
Comércio	14,931%
Outros serviços	29,297%

5. CONCEIÇÃO ANDRADE, UNIVERSIDADE DE HARVARD, EUA



TEMA 1.1.1. HISTÓRIAS DA MINHA AVÓ AÇORIANA: O SIMBOLISMO DO TOURO CONCEIÇÃO ARAÚJO ANDRADE, UNIVERSIDADE DE HARVARD, CAMBRIDGE, MA, 02138, EUA

1 INTRODUÇÃO

Francisca Emília Araújo, minha avó, viveu na Praia de Norte, Faial, Açores, no século 20, e era conhecida na comunidade como contadora de histórias. Eu tinha 14 anos quando ela morreu, mas as histórias ficaram para sempre comigo, e escrevi-as em português e traduzi para inglês nos anos 80. Quando ela chegava à Horta, nós sempre lhe pedíamos para contar contos, “casos”, como ela os chamava. São três as histórias de que eu me lembro melhor: *As Três Pereiras*, *Os Três Manjericões* e *A Branca de Neve ou Maria de Pau*. Nesta composição eu vou analisar uma das histórias favoritas dela – *A Branca de Neve* – e o papel do touro nesta história e em Mitologia. Especificamente, traço o papel do touro neste conto, e comparo esta representação com a de outras histórias e mitos, nas quais o touro é protagonista. O touro, cujo papel pode ser benevolente ou malevolente, é um símbolo recorrente em mitos, histórias populares, e contos de fadas.

1.1. FOLCLORE, MITOLOGIA E CONTOS DE FADAS

Há dois canais - registado e oral - pelos quais mitos e lendas têm sido passados através dos tempos. Folclore e mitologia aparecem em muitas civilizações, para explicar o mundo misterioso e assustador onde viviam, e desde a antiguidade que há descrições e registos em papiros, tabletes, desenhos, pinturas, esculturas, do papel do Touro e do seu simbolismo. Ao contrário, contos de fadas eram passados oralmente e não só serviam como contos admoestatórios para adultos e para crianças, assim como diversão. Neste artigo exploro a relação entre estas duas formas. O primeiro europeu a recolher informação oral das histórias que ouvia de sua mãe e nos salões parisienses, e a escrevê-las foi o escritor e poeta francês Charles Perrault, no século 18 (Johnson, 1969). Por esta razão, foi-lhe conferido o título de “Pai da Literatura Infantil”. Em 1697 publicou o livro *Histórias ou Contos do Tempo Passado com Moralidades*, também chamado de *Contos da Velha* e *Contos da Cegonha*, ficando, afinal, conhecido como *Contos da Mamã Gansa*. A publicação foi um grande sucesso, e alcançou fama em todo o mundo, além de inaugurar um novo gênero literário, o Conto de Fadas. As histórias mais conhecidas de Perrault são *A Bela Adormecida*, e *A Gata Borralheira*. É de notar que há milhares de versões da Gata Borralheira no mundo inteiro (Cox, 1893; Tatar 1999), da qual a versão de *A Branca de Neve* da minha avó tem vários elementos, incluindo o sapato. É possível que o tema da Gata Borralheira tenha originado na antiguidade clássica. A sua versão mais antiga é a história de *Rhodopis* uma menina Greco-Egípcia que viveu no Egito antigo, e foi registada no 1 século A.C. pelo historiador, geógrafo e filósofo grego Estrabão. Uma outra versão antiga chama-se *Yeh-Shsien* e foi escrita na China em 850 A.D. (Tatar, 1999). Algumas dessas histórias são de fundo europeu comum, tendo sido também recolhidas de fontes orais pelos irmãos alemães Jacob e Wilhelm Grimm, que em 1812 publicaram *Contos da Criança e do Lar (Kinder und Hausmärchen)* (Tatar, 1987; Miller 2006). Seguiram-se várias publicações das histórias incluindo uma em 1825, que contribui grandemente para a popularidade dos contos. Em 1890 apareceu a primeira edição inglesa de contos de fadas *Contos de Fadas Ingleses (English Fairy Tales)*, compilada por Joseph Jacobs (, 1967). Nesta edição a violência foi diluída, para ser lido pelas crianças inglesas. Em Portugal também se dedicaram a esta literatura vários académicos (Pedroso, 2001). O etnógrafo José Leite de Vasconcellos viveu de 1858-1941, recolheu contos oralmente e publicou em *Contos Populares e Lendas*; o escritor Teófilo Braga viveu de 1843-1924, escreveu *Contos Tradicionais do Povo Português*, que publicou em 1914, e o historiador e etnógrafo Adolfo Coelho que viveu de 1847-1919, recolheu e publicou *Os Contos Populares Portugueses* em 1883. Além destes, o historiador e folclorista Zófimo Consiglieri Pedroso que viveu de 1851-1910, e escreveu *Contos Populares Portugueses*, publicados primeiro em inglês na Inglaterra, e depois traduzidos por Henrietta Monteiro e publicados em Portugal em 1882. Nesta composição vou analisar com algum detalhe um aspeto da história da minha avó – o papel do Touro. Mas primeiro, alguma informação sobre o simbolismo dele.

1.2. SIMBOLISMO DO TOURO

O Touro é representado como animal sagrado, forte, poderoso, símbolo de renascimento, constância, perseverança e fecundidade. Um dos significados do sacrifício do Touro é o domínio sobre os instintos animais.

Imagens do Touro, em cenas de caça ou representando o seu sacrifício aparecem em petróglifos, arte rupestre, escultura, pinturas, e tabletes, desde a antiguidade. A imagem mais antiga dum Touro, o auroque, é um petróglifo em Fourneau du Diable em Bourdeilles, Dordogne, França e data de há dezoito mil anos. Além desta, os auroques estão presentes em caves em pinturas rupestres Paleolíticas da Europa, como as encontradas em Lascaux e Livernon na França e datadas de à volta da mesma época. Auroques viveram na Europa, Ásia, e no norte de África, eram animais perigosos, e foram caçados até à sua extinção no século 17. Quando ficaram raros, era um privilégio da nobreza caçá-los, e um sinal de posição social elevada. Os chifres dos auroques eram usados como copos pela nobreza, e os do último auroque, foram ornamentados com ouro, e estão no Museu de Livrustkammaren em Estocolmo. O auroque sobrevive ainda na linguagem de alguns povos da Europa do Leste. Na Rússia dizem “comportando-se como um auroque”, quando uma pessoa embriagada se comporta mal, e na Polónia chamam “grande como um auroque” a pessoas fortes e altas (Wikipédia, Aurochs). O Touro foi adorado por muitas civilizações antigas, nomeadamente na Mesopotâmia, no Egito, e no Império Romano, e ainda é considerado sagrado na Índia. Na Mesopotâmia era venerado como O Touro Lunar (por os chifres serem em forma da lua) e associado com a Grande Deusa (Cashford, 2003). No Egito, era adorado como Ápis, embalsamado e posto em sarcófagos. No Império Romano era associado com o culto do deus Mitras, no qual este com o seu séquito de acompanhantes jovens com cabeça de touro, sacrificou o Touro primordial. De várias partes do animal, incluindo da coluna vertebral, do sangue e do sémen, resultaram o trigo, o vinho, e animais úteis ao homem respetivamente. Diz-se que touradas que ainda são praticadas na Terceira, Portugal Continental, Espanha, sul da França, tem as suas raízes neste ritual de Mitras. O Touro é mencionado na bíblia no conhecido episódio do bezerro de ouro adorado no mundo antigo e destruído por Moisés. É de notar ainda que até em presépios de tradições cristãs mostram um touro ou boi, que pode ser um resíduo do culto do Touro. Finalmente, na Índia, a montada do deus Shiva, Nandi o Touro Solar, vem dos mitos da civilização antiga do Vale do rio Indus (Wikipédia, Bull, Mythology).

2. PAPEL DO TOURO

Em mitologia e histórias de fadas o Touro é às vezes malevolente e outras, benevolente.

2.1. PAPEL MALEVOLENTE – ZEUS E MINOTAURO

Há muitas versões do mito da Europa e Zeus, entre elas a seguinte: Zeus apaixonou-se por Europa e decide raptá-la e seduzi-la. Assim, se transforma em um Touro branco e vai pastar entre o gado do pai dela. Enquanto Europa e as companheiras estavam colhendo flores, ela acariciou o Touro, e montou nele. Zeus usou esta oportunidade, correu para o mar, e nadou com ela nas costas para a ilha de Creta. Depois, ele revela a sua identidade, e Europa se torna a primeira rainha de Creta. Mais tarde, Zeus recria a imagem do Touro nas estrelas, a constelação Touro (Hoena, 2003). Também há várias versões do mito do Minotauro incluindo a que se segue. Após assumir o trono de Creta, o rei Minos combate os seus irmãos pelo direito de governar a ilha. Pede a Posêidon que lhe envie como um sinal de aprovação ao seu reinado, um touro branco como a neve, que deveria sacrificar em homenagem ao deus. Contudo, Minos decidiu mantê-lo devido à sua beleza. Como forma de punir Minos, a deusa Afrodite fez com que Pasífae, mulher de Minos, se apaixonasse perdidamente pelo touro. O Minotauro, um

ser com cabeça e cauda de touro e corpo de homem foi o filho desta união. O touro cresceu, tornou-se feroz, e comia jovens. Então Minos mandou construir um labirinto para o abrigar. Quando se aproximava a data do envio do terceiro sacrifício de jovens, o príncipe Teseu ofereceu-se para matar o monstro. Ariadne, filha de Minos, apaixonou-se por Teseu e o ajuda a se deslocar pelo labirinto, dando-lhe um novelo de lã com o qual ele marca o caminho, para poder retornar por ele. Teseu mata o Minotauro com a espada de seu pai Egeu e casa com Ariadne (Murgatroyd, 2007; Wikipédia, Minotauro).

1.2. PAPEL BENEVOLENTE – A BRANCA DE NEVE DA MINHA AVÓ, LE TABLEAU BLEU, E O TOURO PRETO DE NORROWAY

O conto *A Branca de Neve* da minha avó inclui elementos de muitas outras histórias conhecidas, entre elas *Branca de Neve*, *Gata Borracheira*, *A Madrasta*, *Le Tableau Bleu*, *A Princesa que não queria casar com o Pai*, e *O Touro Preto de Norrway*. É de notar o facto de que não há muitas histórias de fadas com touros, e das que menciono acima, só duas as têm, como na da minha avó: *Le Tableau Bleu* e *O Touro Preto de Norrway*. Ao contrário dos mitos descritos anteriormente, em que o Touro tem um papel malevolente, na história da minha avó, o Touro tem um papel benevolente. Abaixo conto a história brevemente. Era uma vez (como começam todos os contos de fada), uma princesa que vivia com o pai. Em frente ao palácio vivia uma senhora muito bonita com a filha que era muito feia. A senhora era muito boa para a princesa, e dava-lhe sopas de mel. Quando a menina vinha para casa dizia ao pai que devia casar com ela, pois ela dava-lhe sopas de mel. O pai respondia: “Pois é minha filha, ela agora dá-te sopas de mel, mas mais tarde te dá sopas de fel”. A menina tanto insistiu que o pai se casou. A madrasta tinha um espelho mágico, e todos os dias perguntava a este quem era a mulher mais bela do mundo, e o espelho respondia que era ela, até que um dia, depois do rei morrer, ela perguntou novamente: “Espelho meu, quem é a mulher mais bela do mundo?” Ao que o espelho respondeu: “Tu és muito bela que vives no palácio do rei, mas mais linda é a Branca de Neve”. A rainha ficou furiosa, mandou dois algozes matarem a menina e trazerem os olhos dela. Estes levaram-na para a floresta, mas tiveram pena dela pois era muito bela e boa. Assim, deixaram-na na floresta, e levaram uns olhos numa cadela. A princesa estava muito assustada e cheia de fome, mas um Touro apareceu e ajuda-a, levando-lhe uma toalha mágica enrolada nos chifres, que quando a princesa estendia no chão se cobria com as melhores iguarias. Além disto, levou a princesa, mas costas quando soube que a madrasta mandou alguém para a matar. Nesta viagem, passam pelas quintas de cobre, prata e ouro, e o Touro avisa a princesa para não deitar nenhuma folha no chão, pois os reis destas quintas vão ficar zangados, e o Touro tem que lutar com eles. Mas, em cada uma delas a menina deita abaixo uma folha de cada árvore. Assim, o Touro tem que lutar com os reis delas para proteger a princesa. Depois das lutas, fica fraco e ferido, e manda a princesa matá-lo, cortá-lo aos bocados e deitá-lo no rio. Mas avisa-a que deve apanhar uma vara de condão do intestino dele, que a ajudará no futuro. A princesa diz chorando que não pode fazer isso, pois ele foi tão bom para ela, mas ele insiste. Assim, a chorar, ela faz o que o Touro pediu. A varinha de condão quase lhe escapuliu das mãos, mas ela consegue agarrá-la. Depois da Branca de Neve se disfarçar com um vestido e tamancos de pau, e de pôr cinza na cara, vai trabalhar na cozinha no palácio dum príncipe. Os criados chamam-lhe Maria de Pau, e não querem que o

príncipe a veja, como ela é muito feia, porque ele foi desencantado e está de muito humor. Por essa razão, ordenam-lhe que se esconda no forno depois de fazer o trabalho na cozinha. Durante três domingos, a Maria de Pau leva uma toalha, uma bacia e um pente ao príncipe, antes de este ir à missa, e depois usa a varinha de condão para se vestir belamente, e ir à igreja, onde se senta ao lado do príncipe. Este se enamora dela, e pergunta-lhe de que terra é. Cada domingo ela diz que é duma terra diferente, de acordo com o objeto que levou ao príncipe: da toalha, da bacia e do pente. No último domingo perde o sapato, e o príncipe manda os arautos pelo reino anunciando que casará com a menina a quem servir o sapato. O sapato serve à filha da madrasta da princesa, que era muito feia. Assim, o príncipe muito triste tem que casar com ela (“como palavra de príncipe não volta atrás”, como dizia a minha avó). Mas quando o cortejo do casamento aí a caminho da igreja, um passarinho começou a cantar: “Ai como o senhor príncipe vai enganado. O sapato não é da filha da madrasta, mas sim da Branca de Neve que está no forno da cozinha do palácio”. Ao ouvir isto, o príncipe mandou parar o cortejo, foi à cozinha, e ordenou que a Maria saísse do forno. Ela saiu, o sapato serviu-lhe, foi buscar os seus vestidos lindos, e contou ao príncipe o que lhe tinha acontecido. O príncipe ficou muito contente, reconheceu-a como a princesa da igreja e da floresta, casou com ela, e viveram muito felizes. O príncipe mandou amarrar a madrasta e a filha à cauda dum cavalo, e arrastá-las pelas ruas da cidade até morrerem. Como é que esta descrição do Touro benevolente se compara com a descrição das outras histórias? Na história de *Le Tableau Bleu* (Cox, 1893) os elementos comuns com *A Branca de Neve* são: Touro e comida, mas trazida magicamente dentro da orelha em vez de na toalha enrolada nos chifre, as três florestas de cobre, prata e ouro, vestido da cor de madeira, então criados chamam-lhe “Casaco de Pau”, príncipe encantado, princesa empregada no palácio do príncipe, igreja, o sapato serve a uma camponesa, vai casar com ela, pássaros que falam. Na história de *O Touro Preto de Norrway* (Lang, 2006) não tem muitos elementos em comum, exceto a donzela em perigo, o Touro, a comida e bebidas tiradas das orelhas do touro. A história da minha avó apesar de ser uma mistura destas histórias, tem elementos únicos que eu não sei onde a minha avó ouviu, ou donde tirou: Touro e toalha enrolada nos chifres com comida, o que acontece nas Florestas de cobre, prata e ouro (difere de *Le tableau Bleu*, porque o Touro luta contra os reis desses países), varinha de condão no intestino do touro, *Maria de Pau* esconde-se dentro do forno depois de fazer o trabalho, terras da toalha, bacia, e pente, madrasta e filha amarradas à cauda dum cavalo e arrastadas pelas ruas da cidade. É de notar que o elemento do forno reflete a cultura campestre portuguesa, pelo menos no Faial, onde os fornos são grandes.

3. CONCLUSÕES

Nesta composição comparamos uma história oral duma contadora faialense (minha avó) com outras versões escritas do Touro e vemos semelhanças e diferenças. A análise académica de contos de fadas é uma área que está crescendo. Professores, como Maria Tatar, Jack Zipes, Megan Leroy, Arianne Mandel, David Elmer, Jerry Griswold, entre outros, estão interessados no aspeto psicológico, sociológico, e antropológico dos contos, e entre outros, analisam elementos de transformação, género, sofrimento, culto da beleza, o grotesco, e o papel da violência dos contos na mente infantil. Neste contexto, uma pergunta interessante para ser explorada numa composição futura, e que resulta da comparação efetuada acima, é como a cultura isolada do Faial no século 20 afetou a interpretação

de temas gerais em mitologia e contos como o do Touro, em versões locais dos contos de fadas. Mas, no fim, estas histórias ajudam a definir e manter a nossa cultura. Como a minha avó Francisca, eu contei estes casos muitas vezes -- aos meus amigos, aos meus filhos, e agora aos meus netos. Elas continuam engajantes e eternas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cashford, Jules (2003), *The Moon: Myth and Image*. Nova Iorque: Four Walls Eight Windows.
- Cox, Marian Roalfe (1893), *Cinderella: Three Hundred and Forty-Five Variants of Cinderella, Catskin, & Cap O'Rushes*. Londres: David Nutt.
- Hoena, B. A. (2003), *Zeus*. Mankato, Minnesota: Capstone Press.
- Jacobs, Joseph (1967), *English Fairy Tales*. Nova Iorque: Schocken Books.
- Johnson, A. E. (1969), *Perrault's Complete Fairy Tales*. Nova Iorque: Dover Publications.
- Lang, Andrew (org), (2006), *The Black Bull of Norway*. The Complete Fairy Book Series. UK: Shoes and Ships and Sealing Wax Ltd.
- Miller, Raymond H. (2006), *The Brothers Grimm*. Farmington Hill, MI: Kid Haven Press.
- Murgatroyd, Paul (2007), *Mythical Monsters in Classic Literature*. Londres: Duckword.
- Pedroso, Zófimo Consiglieri (2001), *Contos Populares Portugueses*. São Paulo: Landy Livraria Editora e Distribuidora. Ltda.
- Tatar, Maria (1987), *The Hard Facts of the Grimms' Fairy Tales*. Princeton, Nva Jérсия: Princeton University Press.
- Tatar, Maria (1999), *The Classic Fairy Tales*. Nova Iorque: W. W. Norton.
- <http://en.wikipedia.org/wiki/Aurochs>
- [http://en.wikipedia.org/wiki/Bull_\(mythology\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Bull_(mythology))
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Minotauro>

6. CONCHA ROUSIA AGLP ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA



TEMA 1.2. CULTURA GALEGA E LUSOFONIA I, CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

1. INTRODUÇÃO

Esta comunicação é a primeira parte do estudo intitulado 'Cultura Galega e Lusofonia' que se está a levar a cabo; nesta primeira parte faz-se uma introdução ao tema, assim como à importância de o estudar em profundidade. Numa segunda parte que se intitulará 'Cultura Galega e Lusofonia II' aprofundar-se-á na análise incorporando o estudo tanto da literatura como da realidade nas outras áreas culturais e sociais. De fulcral importância será a consideração dos acontecimentos que tenham vindo a nascer e crescer nos tempos mais recentes; pois isso nos poderá dar uma ideia das tendências culturais atuais na Galiza. No estudo 'Mudança de narrativa linguística' (Rousia, 2009) analisa-se como se está a dar a transformação do paradigma linguístico nos distintos âmbitos da sociedade galega. No presente estudo, concretamente na sua segunda parte, analisar-se-á a mudança de paradigma, ou ajuste de paradigma cultural, que se está a dar na Galiza.

2. A LUSOFONIA COMO REALIDADE CULTURAL

A Lusofonia para além de ser um conceito territorial e político é um conceito com uma dimensão cultural que é a que nos interessa para a análise que se pretende fazer com este estudo. Neste sentido a Lusofonia é uma

descoberta cultural e linguística que tem que ser feita por todos e cada um de nós, embora para as pessoas que vivem nos países onde a língua oficial é o português essa descoberta é feita de jeito automático, e a maior parte das vezes as pessoas nem têm que ser conscientes do processo. Para os galegos e galegas, alienados desde há séculos de seus irmãos de língua, é um processo que se dá ao entrarem em contato com manifestações culturais numa variante da nossa língua diferente da variante galega. Por essa razão são necessários e urgentes os eventos de tipo cultural e linguístico que ofereçam a oportunidade para essa experiência ter lugar, sem a qual a ideia de ser ou não ser lusófonos é meramente uma postura teórica, mas nada tem a ver com a ecoeficiência, ou a vivência que ponha de manifesto o óbvio. Sabemos que são muitos os galegos que descobrem este fato, o fato de serem lusófonos, quando se encontram com membros da comunidade lusófona e descobrem que, independentemente do país de origem, se podem comunicar com eles sem qualquer problema usando a língua da Galiza; mesmo assim ainda há certas reticências, ou resistências internas dos indivíduos devidas ao decurso dominante que na Galiza se tem vindo promovendo nos últimos trinta anos, e que defende que galego e português são línguas diferentes. No estudo anteriormente mencionado (Rousia, 2009) foi estudado como na Galiza se está a dar uma mudança de narrativa linguística; e sabemos que não é fácil o salto do isolamento a integração na Lusofonia.

3. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE NARRATIVA LINGUÍSTICA E NECESSIDADE DESSA MUDANÇA

O conceito de narrativa faz referência à forma de definir o que na Galiza somos do ponto de vista linguístico. A mudança de narrativa vai ter repercussões tanto na linguagem escrita quanto na falada, mas privilegia-se a escrita. Porque certamente fala e escrita são diferentes; mesmo que estabeleçamos que a palavra falada precedeu a palavra escrita num sentido histórico, e mesmo que esta foi baseada naquela, não são a mesma coisa. (Bateson, 1972). A escrita não é ouvida, mas sim vista, com tudo o que isso implica no mundo ocidental, no que a visão está considerada por cima dos outros sentidos. Podemos mesmo falar de uma espécie de “óculo-centrismo” A escrita incorpora, isso sim, dimensão temporal. Então conseguiremos uma mudança de narrativa linguística do que é ou não é a língua na Galiza na medida em que sejamos capazes de o fazer no âmbito da escrita.

4. MAS POR QUE ESSA NECESSIDADE DE UMA MUDANÇA DE NARRATIVA?

Nos seres humanos surge mal-estar quando as histórias nas que narram as suas experiências, tal e como eles ou outros as contam, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos que são importantes, mas que de ser incluídos na narração contradiriam a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos. Na Galiza esse discurso dominante, do que é o que não é a língua dos galegos, tem sido feito pelas instituições detentoras do poder, sendo a ideia central desse discurso linguístico que galego é uma língua diferente do português; essa ideia vai, portanto, ser fulcral à hora de elaborar a escrita, e por esse motivo a ortografia escolhida vai ser uma ortografia que seja diferente da do Português. Não é objetivo deste estudo analisar o porquê dessa decisão política, simplesmente aqui vamos analisar apenas o acontecido, até porque rompe com a tradição do galeguismo histórico que sempre foi reintegracionista ou lusófono. Ora bem, como esse discurso dominante, de galego diferente de português não é satisfatório para dar conta das experiências linguísticas da

gente, não fica livre de críticas pelo mal-estar que se cria. Mas como as experiências que as pessoas têm que contradizem esse discurso não produzem dados linguísticos relevantes, por contradizer o discurso dominante desde o que analisamos a nossa realidade linguística, esses dados, mesmo existindo, passam a ser desatendidos; com esses dados não se constrói significado nenhum e simplesmente são descartados sem a pessoa necessitar ser consciente do processo.

5. O DISCURSO DOMINANTE COMO FORMA DE CONHECIMENTO DOMINANTE E UNIDADE DE PODER

A narrativa linguística que na Galiza nos dita o que é e o que não a língua, nos tem tentado levar a aceitar como único conhecimento válido aquele que afirma que galego é uma língua diferente do português. E assim é como o movimento reintegracionista ou lusófono passa a ter que sobreviver nas margens do sistema. Se falamos de poder temos à vez que falar de conhecimento porque são conceitos inseparáveis; quem domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, quem tem o poder sobre uma área, decide o que é o conhecimento nela. (Foucault, 1980). Foucault diferencia entre poder soberano e moderno. A efetividade do poder nas monarquias dependia em grande medida da capacidade do soberano para se fazer visível à povoação. Por contra os mecanismos que usa o poder nas sociedades modernas permitem que a figura de poder permaneça invisível para os indivíduos, e quem passa a ser visto, em lugar de ser o poder, são os indivíduos a ser controlados por esse poder. A pessoa percebe-se a si própria como podendo estar a ser observada em todo o momento, e se comporta de acordo com isso. (Foucault, 1980). Mas apesar destes esforços dos organismos de poder para impor um discurso sobre o que é a língua na Galiza, a cada vez mais pessoas se mostram insatisfeitas com esse discurso dominante. A capacidade de fazer visível essa insatisfação no contexto onde esse discurso tem vigência, vai influir diretamente na capacidade de propiciar uma mudança desse discurso, e da construção duma narrativa alternativa. É por isso que se faz necessário e urgente a criação de contextos que facilitem este processo, a criação de contextos que coloquem as pessoas em situação de fazer avaliação de sua pertença cultural. No posterior estudo analisaremos esses contextos. Neste ponto devo, antes de continuar, salientar a importância dos Colóquios da Lusofonia; portanto quero antes de mais agradecer a estes encontros e ao seu presidente, Chrys Chrystello o ter sido desde há bastantes anos já, um lugar, não apenas onde os galegos descobrimos que somos Lusofonia, mas também para descobrirmos que a Lusofonia é a sua vez Galiza. É desde estes Colóquios que a nossa voz, inseparável da dos outros lusófonos que participam destes encontros, viaja e chega aos quatro cantos da Lusofonia. O papel dos Colóquios da Lusofonia para nós, para a Galiza, é, portanto, de uma importância essencial. Podemos afirmar que hoje não poderíamos falar de uma Academia Galega da Língua Portuguesa sem antes falarmos dos Colóquios da Lusofonia, que de um modo metafórico 'pariu' a novel academia; pois foi no contexto dos Colóquios da Lusofonia que a ideia se concebeu, e foi também no interior destes Colóquios que se anunciou pela primeira vez a criação da AGLP. Podemos dizer que o que está em jogo para a Galiza é a decisão de pertença ou não pertença ao contexto da Lusofonia, e para isso é necessário um reposicionamento cultural da sociedade civil galega e das suas instituições. Porque mesmo que a Galiza esteja na raiz própria da Lusofonia, nem foi, nem é ainda, consciente dessa sua dimensão lusófona. Sabemos que a raiz é imprescindível para que qualquer

organismo vivo, como é a língua e a cultura, cresça, mas ela não é suficiente, a raiz necessita de tronco para crescer fora da terra, necessita de ramos e folhas que proporcionem os nutrientes da luz para sustentar a vida que se estende desde a raiz.

6. A LUSOFONIA COMO DESCOBERTA CULTURAL

A Lusofonia é, portanto, uma descoberta que cada habitante da Galiza deve fazer; mas para poder fazer isso é preciso para ele se encontrar nessa situação que o permita; deve ver-se imerso em contextos que lhe façam necessária essa confrontação que mesmo sendo externa só se pode resolver interiormente. Por este motivo é fundamental criar eventos que coloquem a cada vez a mais pessoas em situação de poder fazer esta análise introspectiva, e o conseqüente posicionamento. Sabemos que os galegos que emigram e se encontram com habitantes doutras partes da Lusofonia pelo mundo adiante, descobrem que compartilham a mesma língua e também que muitos dos rasgos culturais são similares, e em muitos casos, como com os vizinhos do norte de Portugal, idênticos. Mas o que tinha que ser um saber desde o nascimento para os galegos e galegas é antes bem uma descoberta que não deixa de ser dolorosa. Como se diria reformulando o pensamento da Natália Correia... “Os galegos não nascem à Lusofonia até que sentem as próprias dores” Ou como diria o saudoso professor Guerra da Cal “A língua portuguesa é o meu lar perdido e reencontrado”. Todos os filhos da Galiza podemos reencontrar a nossa pátria perdida, o nosso caminho que vincule as nossas raízes com a árvore frondosa que é a Lusofonia, mas para isso ser possível é imprescindível que o contexto que o permita e propicie. No estudo posterior analisaremos os diversos eventos, atividades e situações culturais que contribuam a criação de contextos nos que se pode dar a anteriormente mencionada descoberta sobre a pertença por parte dos galegos à Lusofonia. Mas façamos um bocadinho de história e analisemos. A Galiza vem de uma travessia no deserto; uma peregrinação que não nos aproximou de nós mesmos e sim nos afastou de nossa essência e irmandade. Lusófono. Esta peregrinação é tão antiga como a rotura do velho país, em dois pedaços, na altura duas Galizas iguais, mas uma que se libertou e se fez chamar Portugal, cultivou a língua e a liberdade, e outra Galiza que continuou a se chamar com seu velho nome, se encerrou entre o mar e a Castela e ficou à deriva de si própria. Essa Galiza isolada e retratada por Rosalía como pobre e triste, embora nobre e profunda, ficou órfã de elites que a entendessem como ela era, lusófono. Muitas foram as ocasiões em que as elites desprezaram negaram e destruíram, tanto a língua quanto outras manifestações culturais próprias da Galiza ao longo dos séculos. Em ocasiões uma voz ilustrada ou poética requer que se faça visível a questão que vai no nosso inconsciente coletivo: A Lusofonia; mas como isso vai contra o projeto centralista de homogeneização da Península Ibérica, por vezes incluindo também Portugal nos seus planos uniformizadores, e, portanto, se afasta desse discurso dominante é apagado sem deixar rasto. Quando finalmente na Galiza nos é permitido escrevermos na nossa língua é escolhido para nós um modelo linguístico que se baseia na ortografia do castelhano. Esse discurso dominante, tal e como podemos ver no meu estudo ‘Mudança de narrativa linguística’ (Rousia 2008) vai alongar ainda mais a nossa peregrinação, retardando mais ainda a nossa chegada à Lusofonia. Portanto para na Galiza podermos tomar um rumo diferente, para incorporarmos toda a nossa experiência linguística e cultural faz-se imprescindível uma mudança de narrativa.

Faremos também uma análise da literatura; a lista é ampla, inclui autores dos que eu aqui apenas me limitarei a nomear alguns seguindo o estudo de Carlos Durão (Duração, 2008, p. 35-56). Analisaremos festivais musicais como por exemplo os ‘Cantos na Maré’ que vem reunindo cantores e cantoras dos diversos recantos da Lusofonia desde 2003 em Pontevedra, lugar no que se celebram estes concertos com apoio da câmara municipal; ou o Festival ‘É Mundial’ organizado pela Associação Galega da Língua (AGAL); analisaremos também congressos, encontros culturais diversos, assim como as atividades levadas a cabo pela AGLP desde a sua fundação em 2008.

7. PROGNÓSTICO DE FUTURO

Cabe esperar, que sejam mais os contextos culturais nos que a cada vez mais pessoas possam fazer a descoberta de sua pertença à Lusofonia. Se a Galiza se vai integrar com normalidade na Lusofonia esses passos tem que acontecer no presente; buscaremos e analisaremos esses passos que reconduzem a situação a uma normalidade depois da peregrinação e afastamento que se deu na cultura galega com respeito da Lusofonia. Esse afastamento foi empreendido por uma parte da sociedade civil galega, talvez mal guiada pelo distanciamento que pelas circunstâncias históricas se deu na Galiza. Falaremos também do papel nefasto das elites galegas subsumidas nas lutas de poder no reino da Espanha. Desde o século XIX até o momento presente vem-se dando um processo de reconstrução do galego, paralelamente a uma progressiva descoberta de Portugal como modelo de língua e o reconhecimento nele de uma cultura galega plena. Os contactos entre galegos e portugueses iam sendo a cada vez maiores, mas se viram truncados pela Guerra Civil Espanhola, o que supõe o início da fase de destruição na que ainda nos encontramos, com o conseguinte extermínio de elites, postergação económica, emigração, destruição dos modelos económicos e de população. De importância fulcral foi o mantimento do contacto continuado com Portugal e com as fontes literárias lusófonas para a resistência cultural desde os anos cinquenta. Desde os anos oitenta manteve-se a ideia da unidade lusófona num setor da sociedade galega constituindo um núcleo a cada vez com maior visibilidade, que hoje com ajuda da internet se expande com maior facilidade. Resumindo, o processo de que se trata aqui é o do retorno da Galiza à Lusofonia com o que se fecha um ciclo e dá forma ao conjunto com um simbolismo de totalidade das partes; pois assim como a Galiza não pode sobreviver fora da Lusofonia muito mais tempo, a Lusofonia só pode estar completa se se integrar a Galiza, cuja raiz linguística e cultural conserva o sabor antigo das palavras. Portanto, nem a Galiza pode seguir a ser galega sem a Lusofonia, nem a Lusofonia estará nunca completa sem a Galiza.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. Nova Iorque: Ballantine Books.
- Durão, C. (2008). *Síntese do reintegracionismo contemporâneo: Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*. Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to Therapeutic Ends*. Nova Iorque – Londres: W. W. Norton & Company.



7. DANIEL DE SÁ ESCRITOR CONVIDADO



DANIEL AUGUSTO RAPOSO DE SÁ nasceu a 02/03/1944 e reside na Maia, S. Miguel, Açores. Aos dois anos deixa a Maia (S. Miguel) para, com a mãe e a irmã, ir juntar-se ao pai, que no ano anterior fora trabalhar no aeroporto de Santa Maria. Frequentou três meses a escola de São Pedro e o Externato de Santa Maria até ao quarto ano, tendo feito o quinto ano no Externato da Ribeira Grande. Fez o curso do Magistério Primário antes de ser professor nos Fenais da Ajuda por quatro anos. Começou a escrever para o jornal de Cícero de Medeiros, com o pseudónimo Augusto de Vera Cruz. Depois de mais um ano como professor na Maia, entrou para a congregação missionária dos Combonianos, esteve quase três anos em Valência (onde fez o curso de Filosofia e o primeiro ano de Teologia) e em Granada frequentou a Faculdade de Teologia. Pai de três filhos, foi membro da Junta Regional dos Açores, o governo que preparou as primeiras eleições para a Assembleia Regional. Considera-se, culturalmente, apátrida, no mais permanecendo ilhéu e português. Tem várias obras publicadas e contribui para inúmeras revistas e jornais.

BIBLIOGRAFIA:

- 1982 *Génese* (novela), D. R. A. C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.
- 1985 [Sobre a Verdade das Coisas](#) (crónicas-contos), edição da Junta de Freguesia da Maia.
- 1987 *O Espólio* (novela), Signo, Ponta Delgada.
- 1987 [A Longa Espera](#) (contos), edição Signo, Ponta Delgada, 1987
- 1988 *Bartolomeu* (teatro), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1988:
- 1990 *Um Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.
- 1992 *Ilha Grande Fechada* (romance), ed. Salamandra, Lisboa, 2ª ed. Ponta Delgada Ver Açor 2010
- 1993 *A Criação do Tempo, do Bem e do Mal* (ensaio), ed. Salamandra, Lisboa
- 1995 [Crónica do Despovoamento das Ilhas \(e Outras Cartas de El-Rei\)](#) (crónicas históricas), edição Salamandra, Lisboa:
- 1997 *E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa:
- 1999 [As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição](#) (romance), edição Salamandra, Lisboa
- 2003 *A Terra Permitida* (romance), ed. Salamandra, Lisboa
- 2003 *Açores – Colección Monumental y Turística* – ed. Everest, León, Espanha;
- 2007 *O Pastor das Casas Mortas* (novela), edição Ver Açor.
- 2007 *Santa Maria a Ilha-Mãe* ed. Ver Açor
- 2009 *S. Miguel a ilha esculpida*, ed. Ver Açor
- 2009 *Peregrinos do Senhor Santo Cristo dos Milagres* (ensaio histórico), ed Paulus Editora, Lisboa
- 2010, *Terceira Terra de Bravos* ed. Ver Açor
- Velhas Energias para um Mundo Novo*, ensaio, EDA
- 2011, *As Rosas de Granada* (poesia), edição familiar não comercializável, conceção gráfica Ver Açor Hélder Segadães. ~
- In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras, AICL, VN de Gaia, 2011



8. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR CONVIDADO, VANCOUVER, CANADÁ,



TEMA 1.1.1. UM CESTO COM MALMEQUERES E UM AMOR IMPERFEITO, EDUARDO BETTENCOURT PINTO, CANADÁ, ESCRITOR AÇORIANO

Um cesto com malmequeres e um amor imperfeito é o retrato social, emocional e psicológico de Mateus, um rapazinho de estrato social baixo do nordeste da ilha de S. Miguel. Membro de uma família muito humilde e economicamente despossuída, Mateus, o primogénito de uma prole de seis filhos, rapazes e raparigas, investe-se da responsabilidade de abrir novos caminhos, para si e para os seus, ao decidir rumar em direção a Ponta Delgada. Não leva consigo uma mala de viagem, mas um saco cheio de ilusões e sonhos.

Chamo-me Mateus. Sou o mais velho de seis irmãos, aquele que levava aos ombros o peso de uma infância pobre e agreste. Dormíamos, três rapazes e três raparigas, apertados em duas camas num quarto pequeno. Tínhamos, no entanto, a melhor vista da casa: da janela via-se o mar, as nuvens, negras de chuva ou brancas como o linho sob o fulgor do verão. Se olhasse para baixo via a terra escura da rua, estreita e íngreme que levava ao monte. Não era fácil partilhar o quarto com as nossas irmãs. Para elas, a situação era igual: chegados à idade do pudor, tínhamos vergonha uns dos outros. Quando nós, os rapazes, nos vestíamos, Liseta, Jasmim e Lurdes saíam. Fazíamos o mesmo quando era a vez delas. Apesar de sermos muitos num espaço tão reduzido, quase nunca brigávamos. As nossas desavenças eram disputadas através de resmungos. A severidade do nosso pai, omnipresente, mantinha-nos num contínuo estado de alerta, mesmo na sua ausência. Estávamos conscientes de que a sua implacável autoridade nos impedia de qualquer excesso. Ele detestava barulho e desordem. Ao mínimo sinal de caos, a sua voz grave atravessava as paredes com a inexorável autoridade de um trovão. De modo que o nosso espaço exíguo mais parecia uma camarata de militares do que um simples quarto de crianças. Eu dormia no extremo direito da cama. Matias, o mais novo, no meio; no lado esquerdo era o Joaquim, que sonhava alto e nos acordava a todos.

Liseta, de todas a mais extrovertida, comandava os cochichos. Tinha uma pele láctea de freira e uma bela cabeleira, solta num vendaval de oiro pelas costas magras. Eu era sempre o último a adormecer. Qualquer ruído me incomodava. No verão, com o calor, deixávamos a janela aberta. Virado para o meu lado direito, e mal me habituava ao escuro, entretinha-me a contar as vezes que a brisa noturna abanava as cortinas de pano-cru.

Adormecia, por fim, com o ar fresco do monte e sob o cheiro húmido das árvores. A ressonância de um silêncio imemorial caía dentro de mim com a leveza de uma gota de água. Levantava-me do nosso encovado colchão de milho com o febril cantar dos galos. A noite cobria ainda o monte com restos de escuridão e uma eterna neblina flutuava na paisagem como um sopro irreal.

As madrugadas, tristes e forçadas, eram mais difíceis no inverno. Custava-me abandonar o refúgio e o calor da cama e pisar a penumbra gelada do chão. Mas mamã precisava da lenha para cozinhar porque nem fogão a petróleo tínhamos. Sentia um arrepio de angústia e medo, um enorme desconforto. Calçava as peúgas muito depressa, quase sempre rotas, e vestia-me mesmo no escuro para não acordar os meus irmãos. Antes de sair para a rua, húmida e escura, resguardava o meu corpo magro dentro de um casaco preto de adulto, a roçar-me os joelhos. Nunca gostei da escuridão. Até os meus próprios passos me assustavam. Era um tormento contínuo que eu não compartilhava com ninguém. Sendo o mais velho de todos, tinha a obrigação de ser forte. Hoje, quando oiço um galo cantar, emocionono-me. Recorda-me aquele tempo — a caminhada solitária até aos campos, o dia a clarear sob uma dança de nuvens e luz. Quantas vezes não me perseguiram a chuva, o granizo e a trovoadas? A solidão? Sozinho naqueles caminhos frios de neblina, uma profunda angústia invadia todo o meu ser. Só tinha um pensamento: encontrar uma árvore o mais rapidamente possível, trepar por ela acima e apanhar o maior número de ramos possível. Depois era só amarrar o molhe com barbante, voltar a casa com ele ao ombro e deixá-lo na cozinha ao pé da lareira. Corria então para a nossa cama, um leito de aves pobres, e metia-me debaixo da roupa. Quando puxava pelo cobertor para me cobrir, sentia nas mãos o cheiro das árvores e da terra. Esse era o universo da minha infância.

Naquela idade eu detestava o meu nome. Parecia-me um remendo de sílabas, indefinidas e sem personalidade. Faltava-lhe, por exemplo, a virilidade sonante de João, a intrepidez de Valente e a suavidade de Joaquim. Eu tinha doze anos quando a minha aversão, até ali subjetiva, passou a ter um motivo concreto: Mateus da Horta. Uma noite sonhei que alguém chorava muito alto. De repente acordei com Matias, muito assustado, agarrado a mim.

— *Está alguém lá fora!*

A claridade lunar atravessava as cortinas da janela. Soergui-me. Notei que os meus irmãos, despertados e perplexos, fitavam-me suspensos de expectativa. Não me queria levantar. A noite era um sepulcro de sombras. A voz, porém, não nos abandonava, rouca: o choro convulso, as pausas, as palavras ininteligíveis. Era como se alguém tentasse comunicar connosco do interior das paredes. Levantei-me devagar e fui espreitar por trás dos vidros, embaciados e húmidos. Distingui um vulto sentado nos degraus da nossa porta. Estava curvado, a cabeça entre as mãos. Ao cabo de algum tempo levantou-se, trôpego. Parecia muito bêbado. Meteu-se rua acima,

devagar, as pernas muito abertas, rente às paredes das casas. Arrastava os pés como se levasse consigo o peso do mundo. No dia seguinte contei à minha mãe. Encontrei-a, como de costume, na cozinha. Tinha o avental molhado, os longos e negros caracóis desalinhados, tamancos nos pés. O cheiro do fumo da lenha, que sempre lhe conheci, parecia estar agora colado ao seu corpo. Preparava-se para levar ao forno o pão de milho já amassado em cima da mesa. Voltou-se e avivou o lume com o abano. Depois agachou-se e endireitou a lenha que crepitava.

— *Deve ser o Mateus da Horta. Depois de tudo por que passou, deu em beber ...*

— *Então deram-me o nome de um bêbado? — exclamei indignado.*

— *Tens o nome de um apóstolo! Devias ter mais respeito ...*

Fixei-a confuso. Não compreendi a rispidez. Minha mãe tinha as faces muito vermelhas do lume. Os olhos, magnânimos e doces, brilhavam como diamantes quando estava contente. Nessa manhã, porém, pareciam que iam queimar-me. Esperei que ela me contasse o resto da história.

— *Vai-te embora, Mateus! Não vês que estou ocupada?*

Não valia a pena insistir. Mamã não era uma pessoa com a qual nós, os filhos, pudéssemos ganhar um argumento. Eu sabia que mais tarde ou mais cedo acabaria por contar-me tudo. Afastei-me e nunca mais falei no assunto. Ela foi sempre uma mulher devota. Era raro o dia em que não a via rezar o terço. Dei com ela muitas vezes de joelhos no chão, os cotovelos apoiados na cama, cabeça levantada e de olhos fechados. Parecia-me frágil e sublime ao mesmo tempo. Dos seus lábios, áridos como a terra seca no verão, vinham preces inaudíveis. Nunca consegui perceber o que ela dizia. O tom, porém, confrangia-me. Era uma espécie de choro, como se estivesse a confessar um crime sem remissão. Incomodado, retirava-me devagarinho e fechava a porta sem fazer ruído. Não me atrevia a interrompê-la. Deus, na Sua omnipresente magnitude, não aprovaria a minha impertinência. Eu sabia que ela intercedia por nós. Éramos tão pobres que, estou seguro, mamã teria dificuldade em saber por onde começar. Se pela nossa mesa — que nos desse mais pão, batatas, arroz, um pedaço de carne de vez em quando; ou se pela nossa roupa cerzida, pelos nossos sapatos velhos e rotos.

«*Tenho vergonha de mendigar tanto a Deus, mamã, mas que remédio tenho?*» ouvia-a confessar a avó Encarnação uma vez que nos veio visitar. Mas a sua rispidez naquele momento não teve a ver com questões religiosas. Teve pena, estou certo, do velho Mateus. O ancião era um pobre diabo. Apanhava bebedeiras monumentais desde que enviudara. Naquela altura, porém, eu não compreendia que nós somos os únicos responsáveis pelo legado do nosso nome.

— *Estás a fazer do Mateus um homem velho —*, ouvi mamã dizer a papá.

Eu subia os degraus com uma galinha que tinha acabado de matar. Era um suplício fazer aquilo. Sempre gostei de animais. Fazê-los perder a vida entre as minhas mãos arrasava-me. Fechava os olhos enquanto lhes apertava o pescoço. A primeira vez que fiz aquilo, chorei. Ao jantar não consegui comer a canja de galinha. Levantei-me da mesa a correr e fui vomitar para a casa de banho. Na véspera eu tinha dito aos meus pais que o meu futuro era na

cidade. Achava que o meu mundo se encolhia à medida que ia crescendo. Sentia vergonha de andar descalço, das roupas eternamente largas, daquele casaco coçado que envelhecia como uma sombra noturna presa ao meu corpo. Queria ir para o liceu, tirar um curso, sair daquele círculo de pobreza e olvido. Estava disposto a tudo. Mas a razão fundamental (e que lhes ocultei) era outra. Chamava-se Rosemary. Vivia na parte alta da freguesia, numa casa branca, imponente. Parecia esmagar as demais, torná-las mais pobres e insignificantes com as suas janelas altas, o som de um piano ao fim da tarde, os seus majestosos muros, inacessíveis e ornados de trepadeiras de buganvílias. Acesas em dias de sol, desenhavam contra o branco da cal um rasto de lume e alegria. E no entanto, essa paixão infeliz foi o ponto de partida, inexorável e definitivo, na minha vida. Nunca fui o mesmo após esse único e derradeiro encontro com Rosemary. Um dia fui à casa dos estrangeiros vender ovos. Intimidou-me o portão verde, alto, pintado de fresco. Senti-me minúsculo e insignificante perante aquele símbolo de opulência. Puxei a corda que pendia do sino da entrada e fi-lo tinir com timidez. Segurando o cesto de vimes com ambas as mãos, senti um tremor de expectativa percorrer-me o corpo. Os ovos estremeeceram. Assustou-me a hipótese de quebrar algum. Eles representavam as migalhas que mamã ia juntando para nos manter calçados e vestidos. Eu estava sempre num susto e por isso não gostava da responsabilidade de os vender. Para mais, nesse dia, era a vez de Lurdes. Mas ela esquivou-se com o pretexto de que lhe doía a barriga.

— *Who is there?*

— *Hã?*

Silêncio.

— *Who is there?*

Eu não entendi nada do que ela disse. Não era americano. Bernardino não falava assim e esteve muitos anos na América. Regressou um dia como uma ave desgarrada e alojou-se, com os seus enormes caixotes, na casa da mãe, uma viúva octogenária cuja rotina consistia em cantar horas a fio as fastidiosas modas de tempos longínquos. Com o pó e a humidade dos anos, a sua memória foi deixando para trás palavras e rimas, soçobrando à implacável evidência da sua longevidade e ao degredo emocional em que a sua vida se tornou. O fulgor e a elasticidade mental que a acompanharam desde sempre, eram agora um lume triste e tépido a crepitar nas suas lembranças. Para fugir ao assalto rouco e contínuo da sua voz, Bernardino ia sentar-se nos degraus da igreja. Alojava-se com a displicência de um nefelibata, a olhar o infinito, de calções, sandálias e camisas largas de cores berrantes, uma garrafa de vinho e o tédio de um homem solteiro, tímido e lunático. Gostávamos dele porque nos atirava rebuçados e moedas. A voz da menina estrangeira atravessou a madeira do portão e alojou-se dentro de mim como uma flecha. Fiquei tenso.

— *Eggs, big eggs! – gritei, usando uma frase de Bernardino.*

— *Wait a minute. I'm gonna ask my mom.*

Não entendi nada do que ela me disse. Ouvi afastar-se, depois o bater de uma porta. Ia-se embora? Decidi esperar e sentei-me no degrau de pedra a observar as nuvens. Nunca fui muito paciente e geralmente ia-me embora ao menor sinal de rejeição. Agarrava-me ao orgulho como um naufrago a uma boia. Na escola, quando os

outros meninos faziam pouco da minha roupa, fazia por não os ouvir. Imaginava que as solas dos meus sapatos não estavam rotas, que não sentia os pés molhados quando chovia, que minha roupa não estava cerzida e que aquela impressão no estômago não era fome. Mas naquela manhã, de sol e nuvens brancas, o meu olhar perscrutou a distância, polvilhada de beleza e mistério. Se Deus fala com os pobres através das lágrimas de cada um, vi naquele momento coisas que nunca tinha observado na ilha. Melhor, sentia-as. Uma pacificação elementar apossou-se de mim. Notei então, como se pela primeira vez, as casas pobres e brancas sob uma fina camada de luz, o cantar dos galos, e aquele cheiro estonteante das gardénias, ou de outra flor qualquer, a gravitar ao meu redor como se uma horda de anjos rebeldes gravitasse no ar para espicaçar em mim o instinto do belo. Foi então que voltei a ouvir os passos da menina, o ruído do ferrolho, e o grande, imenso portão daquela casa senhoril abriu-se nas minhas costas. Quando me voltei, o que me tocou não foi a claridade diáfana do dia, mas o sol da sua cabeleira de oiro resplandecente e a cintilação azul que vinha dos seus olhos de menina estrangeira. Uma brisa súbita correu os seus cabelos encaracolados, desalinhou-os, e libertou um perfume de rosas. Eu estava habituado ao cheiro da terra húmida e ao das árvores, à viscosa impregnação que o peso do céu deixa nas casas açorianas, o cheiro, enfim, dos elementos da minha vida pobre. Aquele pareceu-me de outro mundo. Depois o olhar, o seu olhar inquiridor correu todo o meu corpo como se voasse sobre mim como uma gaivota. Foi naquele momento, naquele instante de assombro que senti apossar-se de mim a mais constrangedora sensação de vergonha. Eu pensava que tinha sido livre como o orvalho-do-sol nos dias da minha infância. Chegara, entretanto, à adolescência descalço sob o frio árduo dos montes, entre as árvores do inverno e no estio do mar. Os meus dias selvagens e sem rédeas nunca tiveram até ali um espelho onde eu acordasse para a realidade da minha circunstância. Aqueles belos olhos, caídos sobre mim com a força autoritária de um juiz ou de um deus de neblina, despiram-me até à nudez mais lúgubre. Foi o azul mais belo e mais frio que até ali tinha observado num ser humano. Senti-me mais descalço do que estava e tão insignificante como o pó da estrada. Atrapalhei-me de tal maneira que deixei cair o cesto. Os ovos quebraram-se todos nas escadas de pedra. Senti-me um imbecil. As minhas faces, o meu pescoço, todo o meu corpo ardia de vergonha. Peguei no cesto e afastei-me como um cão que acabara de ser pontapeado pelo destino mais funesto.

Eu tinha combinado ir jogar à bola com o João Canelas. Depois íamos às laranjas. A propriedade, grande, estava cercada por altos muros de magma que escondiam intermináveis filas de laranjeiras. Os donos, muito ricos, exportavam-na para o estrangeiro. A nossa tática era sempre a mesma: o meu amigo ficava na rua e eu saltava o muro. Depois eu atirava as laranjas para o lado de fora e ele meti-as num saco de pano. Apesar de intruso, nunca considerei aquilo um roubo. Só recolhia a fruta do chão. Que mal havia nisso? As laranjas eram doces e amarelas como o sol. Tinham um aroma tão agradável que dava gosto cheirá-las. Nesse dia, porém, o guarda surpreendeu-me. Agachado a recolher laranjas, a sua voz chicoteou-me pelas costas. Quando me virei, alarmado, assestando um joelho no chão para me equilibrar, dei com o brutamontes. Parecia uma torre prestes a desabar sobre mim.

Fiquei petrificado. Num instante, uma garra tomou-me a orelha e uma unha afiada rasgou-me o lóbulo, obrigando-me a levantar. Divertia-o manter-me à sua mercê. Era notória a dificuldade com que eu me aguentava nas pontas dos pés para aliviar a pressão da sua unha maldita na minha carne.

— *Até que enfim te apanho, meu ladrão! Há tempos que ando de olho em ti ... Mas agora vais pagá-las!*

Evitei as lágrimas o mais que pude. A besta puxava a minha orelha com tal violência que parecia que ma ia arrancar. Fungava como um animal bravo. Tentei acompanhar o movimento da sua mão, mas ele percebeu as minhas intenções e puxou com mais força. Gritei de raiva e dor. Gritei de humilhação.

— *Cala-te, filho de puta! Cala-te, demónio! Olha que levas!*

Ao alto, ameaçadora, a palma da sua mão. Nesse momento perdi todo o medo. Ou enlouqueci, não sei. Lancei-me ao seu pulso e morde-o.

— *Maldito! Oh, filho de puta!*

De repente, uma sombra caiu sobre o meu carrasco. Era o João Canelas a bater-lhe com um ramo de laranjeira. Até hoje, volvidos tantos anos, me comovo ao pensar nesse momento: o olhar assustado do meu amigo, os seus braços de menino frágil, as mãos decididas, as folhas do ramo a soltarem-se a cada vergastada, o gigante a recuar agarrado ao pulso. Depois as laranjas, tão redondas como o sol, sobre as nossas cabeças enquanto largámos dali para fora numa corrida, veloz, louca, entre as laranjeiras. Nem os melros, os melros da minha infância, poderiam acompanhar, num voo rente ao chão, tamanha velocidade.

Papá estava sentado num banco, as pernas escachadas, a gravata preta solta no colarinho desapertado. Vestia-se sempre muito formal, como se fosse uma farda: casaco e calças pretas, camisa branca e gravata de luto. Trajou-se assim até morrer. Nesse dia, porém, estava uma tarde de calor. Mamã lavava a roupa no tanque. Ouvi a sua voz através da porta aberta da cozinha.

— *Não digas disparates, Dulce! Ele vai abrir-nos o caminho.*

Mamã não respondeu.

— *Vais chorar?*

— *E se chorar? Não é o meu filho?*

— *O nosso filho! Também é meu, não achas? — disse papá em tom compungido.*

Eu não queria que eles discutissem por minha causa. Deixei a galinha num alguidar de plástico em cima da mesa da cozinha, e saí para o quintal.

— *Anda cá Mateus — disse papá mal me viu. — Estávamos a falar de ti. Achas mesmo que queres ir para Ponta Delgada?*

Nunca tivera, até àquele momento, tanta certeza na minha vida. No entanto, assustava-me ir para a cidade, deixá-los, partir daquela casa. Eu era apenas o miúdo silvestre de uma pobre freguesia açoriana, cuja quarta classe apenas me serviria para um trabalho menor. Mamã chorava, as mãos cheias de espuma do sabão. Papá, também

comovido, disfarçava o que sentia levando um cigarro à boca. Riscou um fósforo e a chama, breve, iluminou o seu olhar brilhante. Quis responder à sua pergunta, mas não consegui. Fechei os olhos e senti as lágrimas choverem pelo meu rosto como se de repente um inverno súbito e violento tivesse brotado do mais fundo de mim.

Mamã fez-me um saco com pedacinhos de pano que foi descobrindo numa cesta onde guardava os seus retalhos. Afundava o braço na roupa com a tristeza de quem se perdia num poço de recordações. As suas lágrimas, sob o efeito da contraluz que vinha da janela, pareciam diamantes fluidos. Ainda hoje brilham dentro de mim. No dia da partida, mamã entregou-me um pedaço de queijo e dois pães de milho que cozera na véspera. «*Para quando tiveres fome, meu rico filho!*» disse-me com a voz a tremer. «*Vai conduzindo para que te dure. Mais vale fomes pequeninas do que uma muito grande.*»

Papá estava muito sério, escanhado de fresco, o cabelo muito escuro penteado para trás à James Dean. O cigarro fumegava ao canto da boca. Observava-me, sentado numa cadeira, o cotovelo direito apoiado na mesa, o queixo a repousar na mão, as pernas cruzadas. Era o modo com o qual combatia a tristeza: uma postura de calculada indiferença. No entanto, dentro de si, os muros da sua estabilidade emocional ruíam. Afligia-me mais o seu estado de escondida prostração do que a espontaneidade emocional de mamã a encher o mundo de lamentações bíblicas. Papá, contido, as faces empedernidas de uma estátua, parado na sua circunstância de macho, na verdade morria por dentro. Essa morte invisível e muito íntima foi sempre para mim o modo mais insuportável de resolver o inferno e a melancolia no coração de um homem. Perdi-me nos braços de mamã, que me recolheram com o seu eterno cheiro a lenha do fogão e do vento árido e furioso do Nordeste da ilha. Naquele momento abracei-me à sua vida com as minhas lágrimas de partida, e escondi-me, como num abrigo, no seu pranto. Foi nesse momento que compreendi que um filho nunca abandona o ventre de sua mãe. Mesmo um século depois de ter nascido.

A neblina descia os montes. Parecia-me uma capa fria de deuses nostálgicos a avançar em nossa direção. Papá e eu subíamos a estrada em silêncio. O som dos nossos passos, letárgicos e tristes, devolvia-me a ressonância de uma profunda melancolia. Não ia para longe, é certo. Mas não era a distância física que me assustava. Ou os trocos que eu levava no bolso. Ou o incógnito. Afligia-me a ideia da pessoa em que eu me tornaria, longe dali, daquele mundo que tinha sido o berço de tudo aquilo que eu era. E, no entanto, estava determinado a fazer todos os sacrifícios, físicos e emocionais, para me afastar da pobreza, da eterna miséria que se agarrava à nossa família como uma chaga demoníaca e imemorial. À medida que nos aproximávamos da estrada, mais densa se tornava a neblina. Comecei a ficar preocupado. E se o condutor da camioneta não me visse na estrada? Papá falara com ele na véspera, o José da Calheta. Ele sabia que eu ia estar ali à sua espera. Pararia, mesmo que não me visse? Com todas as dúvidas, receios e tensão acumulados nos últimos momentos, ficar atrás por um motivo desses seria um

golpe muito profundo no meu espírito. E, no entanto, quase desejava que isso acontecesse. Quando me despedi de mamã e dos meus irmãos, senti que algo ruía dentro de mim, como se o chão se tivesse transformado num amontoado de cinzas e ruínas. Um suor frio correu todo o meu corpo. Afastei-me deles, indeciso e com a soturna impressão de quem se dirigia, de olhos vendados, para o degredo. Para minha surpresa, José da Calheta não se esqueceu de mim. No silêncio da manhã, lentamente, foi crescendo o ruído esforçado do motor. Por fim, apareceram as luzes na curva da estrada que nos cegaram momentaneamente. Os travões guincharam e o monstro de metal estacou mesmo ao pé de nós. Avançámos para a cabina. Várias silhuetas moveram a cabeça na nossa direção. A do extremo esquerdo, com voz rouca, fez-se ouvir:

— *Bom dia, José! Que nevoeiro do corisco é este? Homem, vais desculpar, mas o teu rapaz tem que ir atrás. Não tenho lugar aqui dentro.*

Papá ajudou-me a subir para a carroçaria. Caminhei com cuidado sobre as beterrabas e sentei-me como pude. Só então me lembrei de que não me tinha despedido dele.

— *Adeus, papá. A sua bênção!*

— *Vai com Deus, meu filho. E que Ele te abençoe! Não te esqueças de dar notícias!*

Fiquei com o braço no ar até que a distância e a escuridão engoliram o vulto de papá na berma da estrada. Então chorei, agachado e aos solavancos, a cabeça entre os meus joelhos. Sentia o cheiro da terra e da beterraba, os cabelos fustigados pelo vento húmido da ilha. Apertei contra o peito o saco que mamã me fizera. Era como se continuasse ainda a abraçá-la na densa escuridão da minha vida.

Vagueei pela cidade como uma gaivota desorientada. Assustava-me o tráfego automóvel, atravessar as ruas. Estranhei os ruídos da cidade, os vendedores de peixe e hortaliça que cantavam pelas ruas a qualidade e a frescura dos seus produtos. A minha curiosidade fez-me perder muito tempo e até me esqueci de procurar emprego. Era de tarde quando me sentei num banco da avenida marginal. Doíam-me os pés. Descalcei os sapatos e deixei que o sol os aquecesse com a cristalina fosforescência de maio. Comi um pão e metade do queijo, uma imprevidência. Mamã pedira-me para condutar. Fora imoderado. Teria de ser mais cuidadoso se não quisesse passar fome. Uma modorra incontornável acabou por tomar conta de mim. Fechei os olhos e uma noite súbita instalou-se nas minhas pálpebras. Sonhei com mamã. Via-a a correr ao meu encontro, muito aflita, os braços estendidos e os seus longos cabelos grisalhos a voarem pelos seus ombros como nuvens carregadas de chuva. Acordei estremunhado. Chuviscava. Senti frio nos pés e voltei-me a calçar. Estava com sede, mas não me convinha gastar o pouco dinheiro que tinha. Entrei num café e dirigi-me ao sujeito do balcão.

— *O senhor pode dar-me um copo de água?*

Não sei se foi pela minha timidez, ou porque tinha mau feitio, o homem correu comigo.

— *Vai-te embora, rapaz! Isto aqui não é casa de esmolas!*

Virei a esquina e entrei noutra vez num café. Dessa vez tive mais sorte.

Quando me enchia o copo pela segunda vez, perguntou-me:

— *Vens das freguesias?*

Disse-lhe que viera do Nordeste à procura de trabalho. Acabei na cozinha a lavar tachos e panelas a troco de um prato de favas com chouriço. Era já noite escura quando saí. Andei um pouco à deriva, até que me lembrei do jardim Antero de Quental. Tinha passado por lá nessa manhã.

Escolhi um banco por detrás de uns arbustos e deitei-me de costas. Apertei o casaco, levantei a gola e meti as mãos nos bolsos para as aquecer. Senti frio na cabeça. Então virei-me de lado e pus o saco por cima. Senti o conforto do cheiro do pão e do queijo. Era como se as mãos de mamã, naquela noite de feroz solidão, me afagassem os cabelos no escuro. Fazia-me sentir menos vulnerável e mais seguro. E não tardei a adormecer. Foi a noite mais longa da minha vida. Qualquer ruído me acordava. O saco acabou por cair com os meus movimentos. A roupa humedeceu com a morninha noturna. Tive arrepios de frio. Foi com imenso alívio que vi a manhã clarear. Sentei-me no banco. Doía-me a cabeça da noite mal dormida e as pálpebras pesavam-me. Levantei-me e fui urinar por trás de uma árvore. Um sujeito de barba dormia num banco. Devia ser o bêbado que ouvi a meio da noite a falar sozinho. Estava descalço, os sapatos no chão, as peúgas, muito sujas e rotas. Evitei fazer barulho e voltei ao meu banco. Lavei a cara, os sovacos e o pescoço no fontanário. Depois parti o pão ao meio e comi.

Os pássaros cantavam. Lembrei-me dos melros dos montes, do brilho da luz por entre os ramos delgados das criptomérias, da passagem das nuvens por cima dos meus olhos, deitado no chão a sonhar não sei bem com quê.

Andei pelas ruas como um autómato, lânguido e sonolento. Entrei num café a pedir trabalho, e depois numa farmácia. O farmacêutico ia precisar de um estafeta. Prometeu-me trabalho logo que estivesse familiarizado com a cidade. Até podia aprender a servir ao balcão. Animou-me essa perspectiva. No entanto não me servia de nada naquele momento. Ao passar por uma padaria, decidi entrar. Precisava de pão para o jantar. O sujeito do balcão era baixo, atarracado, e de faces rosadas. Pedi-lhe um papo-seco. Observou-me com curiosidade enquanto tirei o dinheiro do bolso e contei as moedas.

— *Vens para as festas do Senhor Santo Cristo?*

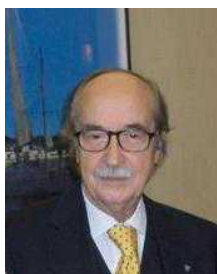
— *Não senhor. Estou à procura de trabalho — respondi sem entusiasmo.*

— *Vieste ao sítio certo. Preciso de alguém que me venda o pão. Estás interessado?*

Começava às seis da manhã. Ia pelas ruas até à Fajã de Cima a puxar uma pequena carroça com pão. A maioria dos que compravam eram clientes certos. Alguns pagavam ao fim do mês; outros teria de apontar os seus nomes num caderninho. De tarde ia ao Restelo levar um barril com lavagens de farinha e vegetais aos porcos.

Nessa noite dormi no Albergue Distrital. Quando as luzes se apagaram e o silêncio me cobriu como um cobertor, pensei em Rosemary. Até aonde me levaria a sua recordação entre as ruínas da noite? Por que mundos? As minhas asas só me permitiriam voar pelo chão. Começaria por aí: a calcar o longo caminho do Tempo. Apesar de tudo, estava determinado a renascer a cada passo ao encontro de uma outra vida. Assim me obrigaram os relâmpagos azuis dos olhos de Rosemary quando incendiaram para sempre a minha inocência.

9. EDUÍNO DE JESUS, ESCRITOR CONVIDADO



EDUÍNO (Moniz) DE JESUS

TEMA 1.4 POETAS AÇORIANOS NO “SISMO” MODERNISTA E SUAS RÉPLICAS, EDUÍNO DE JESUS, ESCRITOR AÇORIANO

Num “fragmento” de prosa em inglês, deixado inédito e não datado, mas certamente do tempo da redação dos polémicos ensaios sobre A Nova Poesia Portuguesa saídos em 1912 na revista A Águia, do Porto, Fernando Pessoa considerava o poeta açoriano Antero de Quental o “ponto de partida” de um “rompimento definido com as tradições literárias portuguesas”. Nos citados polémicos ensaios o jovem crítico retomaria esta opinião, ao traçar, muito em síntese, a evolução daquelas tradições literárias para o que viria a ser a “*atual corrente literária portuguesa*”. De facto, menciona aí como pioneiros António Nobre, Eugénio de Castro e o Junqueiro d’ Os Simples, mas antepõe-lhes um “*precursor [...] Antero de Quental*”. Em 1912, bem entendido, a “atual corrente literária portuguesa” a que se referia Fernando Pessoa não abrangia ainda, nem podia, o Modernismo, pois naquele tempo este movimento literário e artístico ainda nem sequer existia em Portugal (estava, quando muito, em fermentação). A “atual corrente literária portuguesa” em 1912, a que o futuro poeta da Ode Marítima também chamava a nova ou novíssima poesia portuguesa, era o Saudosismo, então, e facto, o mais recente movimento literário português, acabado mesmo de fundar naquele ano. O respetivo “manifesto” tinha sido publicado a abrir o primeiro número da 2ª série na supracitada revista A Águia em janeiro de 1912, já então tornada órgão do grupo da “Renascença Portuguesa”, liderado pelo poeta Teixeira de Pascoaes. Era, pois, na génese desta corrente que Fernando Pessoa colocava Antero de Quental, e o via (se é preciso dizer) não como inspirador das teses filosóficas do Saudosismo nem do cânone poético saudosista, mas como poeta do sentimento transcendentalista atribuído aos poetas do Grupo da Renascença Portuguesa. Eis nas suas próprias palavras;

“Percorrendo todo o Romantismo, não encontramos esse sentimento [transcendentalista]; apenas em Alfred de Vigny e nos seus descendentes, já pós-românticos, há um vago arremedo dele. Mas, ao atentar

bem nos caraterísticos que deduzimos como devendo ser os da poesia transcendentalista, revela-se-nos imediatamente que estamos em Portugal e em plena descrição da poesia de Antero”.

Aliás, também pela via desse “caraterístico da poesia transcendentalista”, Antero viria a ser considerado pouco mais tarde pelo mesmo crítico um precursor do Modernismo, pois, em 1916, Fernando Pessoa poria o “panteísmo transcendentalista” entre “os movimentos mais antigos” de que descendiam os sensacionistas portugueses. (Os outros movimentos eram o simbolismo francês e “a baralhada de coisas sem sentido e contraditórias de que o Futurismo, o Cubismo e outros quejandos [eram] expressões ocasionais”). Mas voltemos atrás, agora a 1913 (já então o Paulismo dava os primeiros passos). Fernando Pessoa dizia então serem três os caminhos conducentes à “arte moderna” (que, nessa altura, ele próprio definia como “a arte de sonho”), a saber:

- *entregar-se ao mundo exterior,*

- *isolar-se no sonho*

ou

- *meter o mundo exterior “dentro do próprio sonho”.*

E concluía que o último caminho - meter o mundo exterior “dentro do próprio sonho” - é que “[era] o caminho português” que levava à arte moderna. Ora esse caminho, dizia, “[vinha] desde Antero de Quental cada vez mais intenso até à nossa recentíssima poesia”. Ainda aqui, portanto, Antero surgia aos olhos de Fernando Pessoa como precursor não só da literatura portuguesa moderna *latu sensu*, mas do próprio Modernismo. Contudo, onde Antero de Quental foi um poeta realmente inovador no *phylum* da lírica portuguesa e, por isso, um precursor propriamente do Modernismo, creio que foi na sua (que também Fernando Pessoa lhe reconhecia, aliás) “ternura metafísica”, no seu “poder de emocionalizar o pensamento”. (Ver de Fernando Pessoa, por exemplo, “o que em mim sente está pensando”). Não obstante, mal se pode falar numa influência direta de Antero nos poetas modernistas, salvo no próprio Fernando Pessoa, que se terá iniciado na obra do poeta açoriano ainda na adolescência, por intermédio de Henrique Rosa, durante a sua primeira estada em Portugal em 1901-1902. Gomes Leal, Junqueiro, Cesário Verde (sobretudo, muito acima de todos, este último, a quem Pessoa chama repetidamente “o Mestre” e que Mário de Sá-Carneiro designa de “poeta futurista”) e depois destes António Nobre e os simbolistas (Eugénio de Castro, Camilo Pessanha, evidentemente, mas sobretudo o próprio movimento em si, tanto na exploração das potencialidades musicais e plurissémicas da linguagem como na atitude decadentista, digamos (ver o prefácio do Orpheu, por Luís de Montalvor, e as revistas que lhe sucederam, como o Exílio, o Centauro, a Athena e a Contemporânea) – tudo isso é que abre o caminho que leva diretamente ao Modernismo português, sem falar, claro está, da influência de movimentos literários e artísticos contemporâneos estrangeiros, aquilo que Fernando Pessoa dizia ser “a baralhada de coisas sem sentido” de que muitas das vanguardas daquele tempo eram” expressões ocasionais”. Na área de sensibilidade do Simbolismo e do Decadentismo, os Açores também tiveram poetas de algum relevo, como José de Lacerda, Roberto e Carlos de

Mesquita, Fernando de Sousa, Rodrigo Rodrigues, Duarte Bruno, por exemplo, mas nenhum que (salvo Carlos de Mesquita, mas como crítico e não como poeta) chegasse a evidenciar-se na época ou a tempo de vir a merecer a atenção dos modernistas. Diz-nos Dinis da Luz que Fernando Pessoa conheceu e apreciou a poesia de Roberto de Mesquita, mas isso só podia ter sido depois de 1931, que é quando a sua obra começa a circular em livro. O único poeta dos Açores muito próximo, cronologicamente falando, da geração simbolista (na verdade, um poeta hibridamente epigonal, digamos assim), que poderá ter sido apreciado por Fernando Pessoa (ou mais provavelmente por António Botto, e isto pelas suas Cantigas ao jeito do Cancioneiro Popular) foi Manuel Augusto de Amaral, que os citados Fernando Pessoa e António Botto teriam chegado a pensar incluir numa Antologia de Poesia Portuguesa Moderna. Poeta (este M. A. Amaral) que, todavia, estava e ficou sempre a anos-luz de distância do Modernismo. Há, porém, da geração simbolista açoriana (mas que não foi poeta, embora também escrevesse versos) um artista de renome internacional que os modernistas chamaram às suas fileiras tal como fizeram com Ângelo de Lima e Camilo Pessanha:

Refiro-me ao Maestro Francisco de Lacerda. Francisco de Lacerda colaborou com algumas breves composições musicais na revista Contemporânea, onde foi apresentado não como uma glória já consumada a quem se presta homenagem (talvez também com esse fim, é provável) mas chamando-se-lhe “um novo” (sic), como quem diz: “um dos nossos”.

Mas entremos finalmente na participação direta dos Açores no movimento Modernista. Se tivermos em conta os poetas açorianos que nasceram na década de 1885 a 1895, isto é, no lapso de tempo em que também vieram ao mundo todos os colaboradores da revista Orpheu I e II, desde o artista que desenhou a primeira capa, José Pacheco, nascido em 1885, até ao editor, António Ferro, nascido em 1895, poderemos destacar sem muitas concessões uma dúzia de personalidades literárias, algumas de inegável merecimento. A sua maioria, porém – aliás, como, no Continente, a maioria dos poetas nascidos na mesma época –, foi refratária ao Modernismo. Alguns procedem da progénie bastarda do Romantismo, outros tangeram o alaúde romântico, mas afinaram-lhe as cordas (sem grande ouvido, de resto) pela lira parnasiana, outros dedilharam instrumentos híbridos, alguns, todavia, de boa fábrica. Ângelo Ribeiro, Maria Isabel da Câmara Quental, João de Matos Bettencourt, Félix Horta, Espínola de Mendonça, Ana Adelina Bettencourt da Costa Nunes, José Barbosa, Oliveira San-Bento, Rebelo de Bettencourt são alguns destes poetas, citados aqui não totalmente ao acaso. Deveria incluir neste elenco, se bem que fora do âmbito que comecei por definir (mas não tanto que nem é despropositada a sua inclusão) Luís-Francisco Bicudo, nascido em 1884. Começemos, então, por Luís Francisco Bicudo. Nada teve a ver, como poeta, com o Modernismo, mas foi o primeiro português a fazer ideia do que se estava a passar na Europa e que veio a provocar o movimento modernista em Portugal. Quando, em 1909, em Lisboa (e em todo o Reino, já se vê, mas digo Lisboa por ter sido ali que propriamente se confinou o Modernismo) Mário de Sá Carneiro, por exemplo, ainda brincava aos teatros (sem saber que em Paris estava em cena o Roi Bombance, de Marinetti) e Fernando Pessoa, no casulo onde esperava a sua primavera, começava apenas a ler os simbolistas franceses, o poeta açoriano Luís Francisco Bicudo, em viagem pela Europa e estanciando algum tempo na Itália, lia a revista Poesia, que se publicava em Milão, sob

a direção de Marinetti, onde convergiam os poetas futuristas. O poeta açoriano não se deixou aliciar pela “nova escola de poesia”, mas procurou entendê-la (e entendeu muito bem) ao contrário de alguns noticiaristas (por exemplo, Xavier de Carvalho) que deram as primeiras informações do Futurismo em jornais portugueses sem perceberem o que se estava passando à sua volta. Assim, em vez de reagir com apupos ao “manifesto cheio de violência destruidora e incendiária” publicado naquele ano de 1909, em que Marinetti proclamava o Futurismo, declarando guerra ao passado, fazendo a apologia da guerra, exortando ao incêndio das bibliotecas e à inundação dos museus, relacionou tudo isso com a “pavorosa luta de ideias, mais terrível e mais devastadora do que seria a dos canhões” que se estava a dar “atualmente” (quer dizer naquele tempo) “no mundo, em todos os campos”. “Lemos as declarações do Futurismo”, dizia, “como ouviríamos as detonações dum tremendo combate de poderosas esquadras, que se estivesse travando no meio do oceano, para lá de Santa Maria, para lá da linha do horizonte”. Esse combate travava-o, na opinião de Luís Francisco Bicudo, “uma nova aristocracia” (“não a do sangue nem a do talento, mas a dos homens de ação”) que “[pretendia] dominar e impor-se, “sem escrúpulos”, pela audácia e impiedade. Para ele, “o Futurismo [era] como o hino, a marcha guerreira das novas ideias” desta “nova aristocracia”. Fundava-se na “filosofia tresloucada” de “um doido” (referia-se a Nietzsche) e os seus continuadores (os futuristas) eram “histéricos e nevróticos produtos da degenerescência do século”. A “nova escola de poesia” não podia, por isso, atraí-lo, e não só isso como a condenava, pois achava *“um mau sinal quando estas monstruosidades começavam a tocar a sensibilidade humana sob a forma harmoniosa da poesia”*. Estas ideias, Luís Francisco Bicudo expô-las num comentário ao Futurismo que publicou em agosto de 1909 no Diário dos Açores, de Ponta Delgada, no qual transcreveu na íntegra, posto em vernáculo, o “undecálogo” do movimento lançado apenas meses antes em Paris e uma entrevista com Marinetti sobre o seu programa revolucionário, que extratou de uma revista parisiense. Não houve, que eu saiba, reações locais nem ao “manifesto” nem à entrevista, apesar de Luís Francisco Bicudo ter lançado um repto aos poetas açorianos, desafiando-os a exporem as suas opiniões. Nenhum levantou a luva, apesar de entre os citados, como Humberto de Bettencourt e José Bruno, e mesmo entre os não-citados (principalmente Rodrigo Rodrigues), haver poetas nos Açores que, quinze anos atrás, tinham publicado uma revistinha nefelibata aceitavelmente impertinente para a época. A tradução do Manifesto Futurista por Luís Francisco Bicudo e o comentário que a acompanhou e que é a primeira crítica séria ao Futurismo saída na imprensa portuguesa, não fizeram, afinal, História na História do Modernismo. Mais tarde, seria ainda outro açoriano quem havia de dar a conhecer em Portugal os manifestos italianos do Futurismo, tendo-os recebido em 1917 das mãos de Santa Rita Pintor, que já em 1914 dizia em Paris a Mário de Sá-Carneiro que ia voltar para Portugal com os Manifestos daquele movimento para procurar, a pedido do próprio Marinetti, um editor para a sua tradução portuguesa. Rebelo de Bettencourt fez desses manifestos uma síntese, quase uma colagem de excertos de Marinetti, Boccioni, Carra, etc., postos em vernáculo (em versão libérrima), e publicou-a no número 1 e único da revista Portugal Futurista, em 1917, assinada Bt. R. (Bettencourt-Rebelo). Esse açoriano foi Rebelo de Bettencourt.

Naquela revista publicou também um panegírico do autossuposto Pontifex do Futurismo português Santa Rita Pintor e depois, já em 1923, ainda se veria o seu nome várias vezes numa revista da orla modernista, mais propriamente naquela faixa do Modernismo que se confundiu com o Nacionalismo literário. Refiro-me à Revista Portuguesa, de Victor Falcão. Aliás, já em 1920, num livro sobre Os Novos Escritores, Rebelo de Bettencourt tinha feito a História e apologia do Nacionalismo literário e proclamado António Sardinha, que era a figura de proa do Integralismo Lusitano, “chefe da nova geração”. De qualquer modo, como poeta - que o foi, e apreciável, - Rebelo de Bettencourt nada deveu ou teve a ver com o Modernismo. Ele próprio diria n’ O Mundo das Imagens (1928), ao evocar “Os Rapazes do Martinho” (Santa Rita, Almada, Pessoa, José Pacheco, Amadeo, por esta ordem): “[...] eu [...] nunca fui rigorosamente um modernista [...]”. Quem, de facto, esteve envolvido no Modernismo no tempo da explosão do movimento em Lisboa, foi Armando Côrtes-Rodrigues, que não só integrou o grupo de Fernando Pessoa no tempo do Orpheu, como certamente até foi o primeiro da constelação modernista a entrar na órbita do grande poeta da Mensagem. Foi ele mesmo que o disse algures:

Que a sua amizade com Fernando Pessoa tinha começado logo em 1910, tendo-lhe sido apresentado por um colega do Curso Superior de Letras, também poeta, chamado António Cobeira, como alguém acabado de chegar da ilha onde nascera Antero. Mário de Sá-Carneiro só seria atraído para a mesma órbita em 1911 ou 12 e os outros daí por diante.

Armando Côrtes-Rodrigues colaborou na revista-manifesto do Modernismo português Orpheu em 1915 e na que se lhe seguiu em 1916, o Exílio, onde vem mencionado entre os fundadores, com o Diretor Augusto de Santa-Rita, irmão do Santa-Rita Pintor, Pedro de Menezes (Alfredo Guisado) e António Ferro. O seu percurso seguiria depois sinuosamente por uma poesia de inspiração etnográfica e um neoparnasianismo muito apurado até regressar, já entrados os anos 40, ao Modernismo, um modernismo moderado, em que mal ressoa a voz juvenil do poeta do Orpheu e Exílio. Um último poeta açoriano que tocou a raia do Modernismo, mas nascido já pelos finais do século XIX, foi Duarte de Viveiros. A sua poesia situa-se na faixa do Modernismo que arvorou a bandeira do Nacionalismo Literário: um Modernismo, todavia, mitigado pelo exercício do verso parnasiano (à sombra de Cesário) ou derivado diretamente do Decadentismo e do Simbolismo, como o de Sá-Carneiro (o poeta que, depois de Cesário Verde e de António Nobre, lhe está mais próximo) e um Nacionalismo tão exacerbado quanto desiludido, descrente do Futuro (“as novas gerações que vêm chegando / trazem nos braços, a embalar, cantando, / o corpo apunhalado do Futuro”).

EDUÍNO DE JESUS

10. ELISA GUIMARÃES, UPM, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE



TEMA 1.3.1 – ENSINO DE LITERATURA: LINGUAGEM LITERÁRIA e CORREÇÃO GRAMATICAL,

A linha fundamental da montagem deste ensaio tem em mira – fixados os conceitos de “norma’ e “correção gramatical” – explorar a essência de sua vinculação com a língua enquanto canal de expressão literária. Para isso, apresentará resultantes da maneira como se podem sintonizar, no texto escrito, traços de literariedade, ora espelhando sujeição aos cânones da Gramática, ora traçando desvios em relação aos mesmo cânones. Explorará, assim o caráter autônomo da linguagem literária: algo funcionando como mensagem que engendra seu próprio código – especificidade que, no entanto, não se choca com os ditames das normas gramaticais. Antes, enfatiza a sobreposição do critério estético em relação ao critério de correção gramatical. Os passos, pois, a serem dados no desenvolvimento do tema implicam algo consabido; a linguagem literária tanto pode ser encarada como exercício criativo, quanto como marca estilística resultante de desvios de cânones gramaticais. Servir-nos-ão de alicerce teórico os autores Jean-Michel ADAM, Eugênio COSERIU e Celso CUNHA, respetivamente em *Linguistique et Discours Littéraire - Teoria del Language et Linguística General – Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*.

As linhas fundamentais da montagem deste ensaio têm em mira – fixados os conceitos de “norma e “correção gramatical” – explorar a essência de sua vinculação com a língua enquanto canal de expressão literária. Os passos a serem dados no desenvolvimento do tema implicam algo consabido: a linguagem literária tanto pode ser encarada como exercício criativo, quanto como marca estilística resultante de desvios de cânones gramaticais. Esses dois fatos parecem-nos suficientes para ponto de partida de reflexões mais aprofundadas acerca das relações entre linguagem e correção gramatical. Vista como exercício criativo da língua, a linguagem literária engendra-se na dimensão expressiva da atividade linguística, não se caracterizando apenas como expressão de desvios, mas ainda como possibilidade de escolha dentro da própria norma. O literário mergulha em meios de expressão próprios, ainda que se valendo da língua, ponto de partida. Esbarramos aqui com a noção de literariedade – fenômeno que consiste de linguagem e, no entanto, redundante em efeitos que a linguagem comum não logra produzir. Confrontando a linguagem literária com a cotidiana, Roman Jakobson (1965:95) assim formulou a diferença entre uma e outra:

Os fenômenos linguísticos devem ser classificados do ponto de vista do objetivo visado em cada caso particular pelo falante. Se os utiliza com objetivo puramente prático de comunicação, ele faz uso do sistema da língua cotidiana, na qual as formas linguísticas (os sons, os elementos morfológicos, etc.) não têm valor autônomo e não são mais do que um meio de comunicação. Mas podemos imaginar (e eles existem realmente) outros sistemas linguísticos, nos quais o objetivo prático recue a um segundo plano (ainda que não desapareça inteiramente) e as formas linguísticas obtenham, então, um valor autônomo.

Infere-se das reflexões de Jakobson que a literariedade e, conseqüentemente, a linguagem literária não se afirmam em oposição à linguagem normal, mas a uma “sobreposição de linguagens”, em que se manifestam estruturas complexas. O plano de expressão e o plano de conteúdo do sistema linguístico denotativo não são anulados, mas trespassados pelo acréscimo de significados conotativos conferidos a significantes monovalentes para expressarem o mesmo significado. É próprio da literariedade impor ao discurso alguma estrutura adicional àquela que deriva da linguagem tal como normalmente usada - o que se pode verificar nos exemplos seguintes: *Fiz uma viagem de trem e vi árvores ao longo da estrada* - *“Eu viajava e as árvores passeavam pelas janelas do trem”*. Da conceituação, bem como da exemplificação apresentada, a inferência que se impõe é que a linguagem literária identifica-se como linguagem ordenada ou arranjada de maneira distinta da ordem habitual, para isso contribuindo ainda os recursos ligados à linguagem figurada, como se pode observar em *“as árvores passeavam”*. A análise linguística, pois, quando tem por alvo o discurso literário, resulta numa gramática diferente daquela que seria produzida por uma análise linguística da linguagem comum. Diferença essa que não implica, necessariamente, afastamento dos cânones da Gramática Normativa. Torna-se necessário, neste ponto de nossas reflexões, especificar o que entendemos por “norma” e por “correção gramatical” para, em seguida, explorarmos a essência da sua vinculação com a Língua enquanto instrumento de expressão literária. A noção de norma remete-nos para a defesa do código da Língua, que nós todos, membros de uma comunidade linguística, conhecemos. Consiste o código, ao mesmo tempo, de um conjunto de classes de elementos linguísticos e de um conjunto de regras destinadas a combinar ou a correlacionar esses elementos. O conhecimento do código capacita-nos a codificar e a decodificar mensagens. Referimo-nos, pois, em primeiro plano, à norma objetivamente comprovada numa língua, e não à norma no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado; aquela norma segundo a qual se reconhece que *“falamos bem”* ou de maneira exemplar, na mesma comunidade. Em relação à norma a que os referimos, indica-se *“como se deve dizer”* e não se comprova *“como se diz”*; os conceitos que se opõem com respeito a essa norma são *“correto”* e *“incorreto”*, e não *“normal”* e *“anormal”*. Pondera Eugênio Coseriu:

Se é um sistema de realizações obrigadas, consagradas social e culturalmente, a norma não corresponde ao que se pode ou se deve dizer, mas ao que já se disse ou tradicionalmente se diz na comunidade considerada (1967:31).

Concorda, pois, o lúcido mestre Coseriu com o princípio da “consuetude” de Varrão, ou seja, com o domínio da aceitabilidade social sobre os demais critérios de correção, dentre os quais o “uso” é o mais antigo. Seu conceito apresenta, porém, insuficiências, e requer ulteriores precisões, como, por exemplo, o “correto” revela-se, sem dúvida, no “uso”, mas também o novo, o jamais dito pode ser perfeitamente correto. É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correção” em cada idioma que os linguistas atuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a descrição minuciosa de suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na escrita. No tocante à língua portuguesa, convém lembrar que, desde a época do colonialismo, nossos escritores, tendentes à imitação de modelos portugueses, concorrem para implantação de “normas de correção idiomática”, ainda hoje reproduzidas na maioria de nossas gramáticas. Ainda nos primeiros anos do século atual, dispensava-se obediência às normas lusitanas em compêndios de língua com abonações invariavelmente hauridas em escritores portugueses – os únicos que mereciam crédito. Inflexíveis normas gramaticais, a que passivamente obedeciam os letrados da colônia, mantêm respeitada a chamada “norma culta”, na qual se pautam os princípios de “certo” e “errado”, ou seja, de correção gramatical. Vê-se, pois, o critério de correção conformado com o uso próprio dos escritores de uma época pretérita, em geral escolhida arbitrariamente. É o critério tradicional de correção, fundado nos exemplos dos clássicos. É momento, contudo, de exaltar escritores nossos, como Machado de Assis, Raul Pompeia, Euclides da Cunha, que procuram – cada um a seu modo – harmonizar renovação com tradição. Leia-se a esse propósito o que diz Machado de Assis:

Não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (1988: 800).

O trecho espelha o que seria o processo de escolha de Machado de Assis no terreno da Língua; um equilíbrio constante entre a pureza dos clássicos e a renovação dos modernos. Voltamo-nos para outra questão que aqui nos interessa diretamente, ou seja, a das formas linguísticas que, transcendendo o plano da simples correção gramatical, encerram um valor autônomo. Formas linguísticas cuja especificidade reside no fato de que, nelas, as palavras e seu arranjo e seu significado, sua forma externa e interna adquirem pelo e valor por si próprios. Trata-se de formas linguísticas resultantes de uma combinação de elementos com a finalidade de produzir um efeito de sentido específico. Assim se define a linguagem literária – autônoma porque tem o poder bastante para organizar e estruturar inteiros mundos expressivos. Autônoma porque funciona como uma mensagem que engendra o seu próprio código. Essa especificidade da linguagem literária não se choca com os ditames das normas gramaticais, se considerada a sua face de exercício criativo da língua, resultante da possibilidade de escolha dentro da própria norma. Dentro desse quadro, é possível distinguir traços característicos da linguagem literária, que podem ser sintetizados nos seguintes: “Relevância do plano da expressão”; na linguagem literária, o modo de dizer é tão ou

mais importante do que aquilo que se diz, e que é diferente da linguagem em função utilitária. Esse tipo de linguagem não serve apenas para veicular conteúdos, mas principalmente para recriar-se no seu processo de organização. Assim, quando Oswald de Andrade escreve: “*E tia Gabriela grasnadeira grasnou graves grosas de infância*”, a frase não só explicita o que dizia tia Gabriela, mas por força da aliteração do grupo Gr reproduz aproximadamente o caráter enfadonho, repetitivo e desagradável da fala da personagem. O plano da expressão articula-se com o plano do conteúdo, contribuindo assim para a significação global. Tem-se na intangibilidade, outra característica do texto formulado em linguagem literária. Pode-se dizer que, quando se faz um resumo de um texto não-literário, apreende-se o essencial; quando se resume o texto literário, perde-se o essencial. Com efeito, não se pode suprimir ou acrescentar. É diferente afirmar que não há definição para o amor e dizer “Amor é fogo que arde sem se ver”... O sentido assumido por uma palavra numa dada situação e por referência a um certo contexto gera o “processo conotativo” – também marca característica da linguagem literária. A denotação exhibe o núcleo intelectual do significado da palavra, enquanto na conotação valores significativos de ordem emotiva, volitiva e social, como um halo, circundam e penetram esse núcleo. Esse halo significativo pode ser estritamente subjetivo, apresentando-se como a marca de um indivíduo (resultado das vicissitudes essenciais, do seu temperamento, etc.), mas pode também apresentar-se como comum a todos os membros de uma comunidade, constituindo-se assim para eles como que uma vivência subjetiva do objeto denotado ou uma atitude valorativa perante ele, de certo modo objetivada. O conceito linguístico de conotação é indispensável para a análise e a fruição estética do texto literário, pois que este se constitui sobre um “plano de expressão”. A linguagem literária é polissêmica, ambígua, aberta a várias interpretações – fato do qual se pode citar como outra característica a plurissignificação, ou seja, a propriedade que põe em xeque o aspecto monolítico, unívoco e monológico do sistema linguístico normal, renovando e atualizando constantemente as possibilidades expressivas da linguagem humana. Liberta dos constrangimentos da prática monovalente do uso linguístico, a linguagem literária pode continuar “*ad infinitum*” sua função de criadora de realidade, renovando incessantemente códigos e ideologias. Esse tipo de linguagem transforma incessantemente não só as relações que as palavras entretêm consigo mesmas, utilizando-as além de seus sentidos estritos e além da lógica do discurso usual, mas estabelece com cada leitor relações subjetivas que tornam o texto móvel (modificante modificável), capaz mesmo de não conter nenhum sentido definitivo ou incontestável. A plurissignificação ou polissemia da linguagem literária não atinge apenas a mensagem em si, mas também o emissor, o destinatário e o referente, gerando ambiguidade respectivamente entre o autor e o “eu”poemático, leitor textual e leitor visual, realidade material e realidade ficcional. Em vez de filtrar uma dimensão de significados, a linguagem literária deixa passar várias, até mesmo consolida várias dimensões, que fluem conjuntamente à maneira dos textos sobrepostos de um palimpsesto. O literário conserva e transcende simultaneamente a literalidade das palavras. A plurissignificação pode verificar-se tanto num fragmento como na totalidade de um texto literário. Pode caracterizar a própria “base semântica” do texto literário e manifestar-se assim ao longo de toda a cadeia textual. E constitui não apenas um efeito das suas estruturas, mas ainda, dialeticamente, um “efeito de leitura”. Eis por que é a plurissignificação um fenômeno de

recepção literária, implicando, portanto, parâmetros pragmáticos muito importantes. Cite-se ainda outro traço típico da língua literária: a “novidade”. Na linguagem científica e coloquial, predomina o uso de estereótipos, seguindo padrões linguísticos e petrificando a palavra. O cientista e o homem comum não pensam no código que utilizam; o uso linguístico cria automatismos psíquicos e intelectuais que levam à perda do sentido do significante. A força da repetição aniquila o significado da palavra, que perde o seu poder de criatividade. A linguagem literária insurge-se contra o automatismo e a estereotipação do uso linguístico, reavivando arcaísmos, criando neologismos, inventando novas metáforas, ordenando de modo diferente os lexemas no sintagma. Os signos poéticos, mais do que expressarem conceitos, carregam representações sensoriais, por meio da metrificação, da rima, da assonância, do ritmo, da sinestesia, etc. A novidade do significante linguístico causa no leitor um “efeito de estranhamento”, que o obriga a refletir sobre a formulação da mensagem. Enfim, a linguagem literária define-se mais produtivamente se encarada com uma expressão de valências profundas do sistema linguístico. Na escalada da utilização de linguagem literária situamos a relação norma/desvio – item proposto no início deste ensaio como objeto da segunda parte de nossas reflexões, ou seja, a exploração da língua literária como marca estilística resultante de desvios de cânones gramaticais. “Norma” é ainda noção muitas vezes presente na definição de estilo. Assim, Jean Cohen lembra Charles Bruneau quando define: *Estilo é um desvio em relação a uma norma e, portanto, um erro, mas um erro intencional* (1966:27). John Lyons (1982: 268) apela para a expressão “incongruência estilística” e comenta:

(...) mas este tipo de desvio da norma prova meramente que existe uma norma em primeiro lugar. A incongruência estilística é reconhecida pelo que é e alcança o efeito que alcança em relação às normas da congruência.

A concepção de linguagem literária na qualidade de desvio encontra-se já exposta na *Poética* de Aristóteles e está também explorada na *Epístola aos Pisões* de Horácio. Na *Poética*, Aristóteles preceitua que a elocução, sem deixar de ser clara, não deve ser “pedestre”, devendo antes ser nobre e afastada do uso vulgar, que não deve ser cultivada até ao extremo do “enigma” e do “barbarismo”. A caracterização do estilo por um desvio da norma linguística assente, ou o conceito da “deformação” em matéria de estilo, é doutrina da escola eslava de crítica literária, cujo ramo mais importante está no grupo tcheco, ligado ao famoso Círculo Linguístico de Praga.

O que entender por essa questão? Quais as relações existentes entre a Gramática que permitem descrever e explicar os textos de língua literária? Estas relações se podem definir em termos de desvio: a língua literária representa um desvio quando comparada com a língua norma; por conseguinte, a gramática que permite descrever e explicar os textos literário não se pode identificar totalmente com a gramática da língua normal. Conceber a linguagem literária com desvio implica determinar e caracterizar a “regularidade”, “o grau estilístico e retórico”, a partir dos quais se institui o “desvio”. Este pode ser analisado como uma “diferença”, um “distanciamento” e uma novidade, ou pode ser analisado como uma “irregularidade”, uma “anomalia” e uma

“transgressão” em relação ao termo considerado como “norma”. O desvio não se configura forçosamente, por conseguinte, como um fenômeno agramatical ou como infração de quaisquer regras, podendo antes configurar-se como um fenômeno - a “norma” – a regularidade institucionalizada – sem a qual não seria possível detectar ou caracterizar o “desvio”. E, dialeticamente, a norma não se manifestaria de modo tão claro sem a ocorrência de desvios. Traça-se, com efeito, nas linhas do desvio, o aspecto talvez mais relevante da linguagem literária: significações marginais violando as associações verbais habituais, formas inusitadas aparentemente transgressoras dos preceitos gramaticais. Exemplifiquemos essas formas:

No conhecido verso de João Cabral de Melo Neto “ Um galo sozinho não tece a manhã”, há um desvio em relação às normas semânticas: o verbo “tecer” raramente tem por sujeito a nome de um animal e na apresenta normalmente por objeto um substantivo como “manhã”. Tecer exige um sujeito comportando o sema objeto material, artefato; manhã não comporta, evidentemente, esses últimos semas.

Na passagem do romance *Quincas Borba*, em que Machado de Assis, ao fixar o personagem Rubião como demente, imaginando-se imperador dos franceses, situa-o cingindo a “coroa”, que era sequer uma bacia onde “se pudesse palpar a ilusão: ele pegou nada, ergueu nada e cingiu nada”. A forma empregada pelo autor transgride a regra gramatical que preceitua a duplicação da partícula negativa: ele não pegou nada. No entanto, a expressividade decorrente da figura anômala enfatiza a sensação de vazio que envolve a figura e o gesto do personagem demente – o pronome indefinido “nada” assumindo o valor substantivo de “alguma coisa”. Há, nos exemplos apresentados, e esses poderiam multiplicar-se, uma boa amostragem do fato estilístico resultante do desvio. Essa “deformação” resulta da utilização da linguagem representativa para fins que não estão na sua essência e cujas formas só podem servir a esses fins mediante uma adaptação. Os desvios – não enquadrados em regras gramaticais bem definidas – representam o exercício criativo da linguagem – prova eloquente do domínio da expressão. Exibem esses desvios o porte do escritor que faz da língua um emprego voluntário e consciente, determinado por uma intenção estética – postura que distancia o escritor do falante comum. Dimensiona-se aqui a estatura do escritor que devolve a uma linguagem possivelmente ameaçada pelo já dito, pelo vulgar, o poder anunciar o novo, e até mesmo o inefável. O exposto parece ter-nos *oferecido dados conducentes às seguintes conclusões:*

Ainda que problema bastante intrincado, a conceituação de erro e, decorrentemente, de correção em linguagem distingue-se facilmente da deformação estilística, se partirmos da exata compreensão de língua literária e estilo, ou seja, encarados como um conjunto de processos para um fim estético. A deformação aparente que serve a esse fim, é expressão literária, é recurso estilístico, e não incorreção gramatical.

Não se pode por isso estabelecer uma correspondência biunívoca entre norma e desvio, gramática e estilo. Ao lado de desvios negativos, confundidos com o “erro”, há os que só se definem como tais em

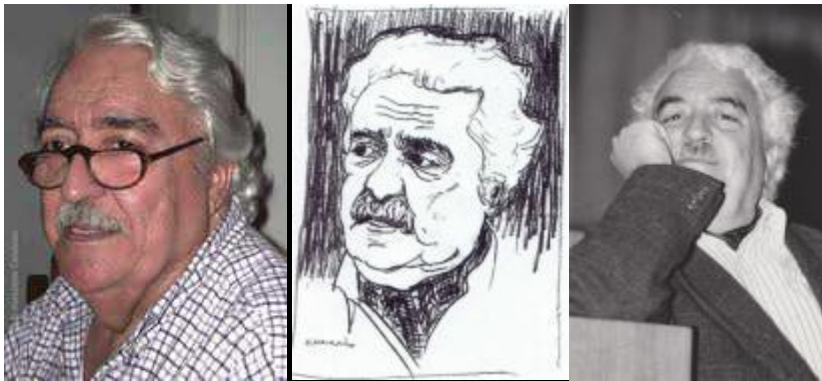
relação a determinados tipo de norma. Há por outro lado, traços estilísticos resultantes de escolha dentro da norma e que, portanto, não se configuram como desvios.

Parece-nos caber ainda no ângulo das conclusões o princípio que estabelece no literário um outro nível de inteligibilidade em que as possíveis impertinências não só são aceitas, como são necessárias para a criação de novas possibilidades de expressão não previstas pela língua – ou pela “norma” – como nos parece mais adequado. Ou seja: a liberdade tem parâmetros, mas até mesmo esses podem ser dispensados diante das prerrogativas da linguagem literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHEN, Jean (1966) *Structure du langage poétique*. Paris: Flammarion.
COSERIU, Eugenio (1967) *Teoria del language y Linguística General*. Madrid: Gredos.
JACKOBSON, Roman (s/d) *Linguística e Comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.
LYONS, John (1982) *Novos Horizontes em Linguística*. São Paulo: Cultrix,
MACHADO de ASSIS, Joaquim (1988) *Crônicas*. São Paulo: Ed. Aguilar.

11. EMANUEL FÉLIX (1936-2004) REPRESENTADO PELA FILHA E POETA JOANA FÉLIX -



Emanuel Félix Borges da Silva nasceu em Angra do Heroísmo a 24 de outubro de 1936 e faleceu no dia 14 de fevereiro de 2004 na mesma cidade. Poeta, ensaísta, autor de contos e crônicas, crítico literário e de artes plásticas. Foi considerado o introdutor do concretismo poético em Portugal, que cedo rejeitou, tendo passado pela experiência surrealista. Fundou e foi codiretor da revista *Gávea* (1958). Foi codiretor da revista *Atlântida*, do Instituto Açoriano de Cultura. Iniciou os seus estudos nos Açores, tendo, porém, feito quase toda a sua preparação técnico-profissional no estrangeiro, designadamente no Instituto Francês de Restauo de Obras de Arte (Paris), na Escola Superior de Belas-Artes de Anderlecht e na Universidade Católica de Lovaina, onde se especializou no Laboratório de Estudo de Obras de Arte por Métodos Científicos do Instituto Superior de Arqueologia e História da Arte da mesma Universidade. Efetuou visitas de estudo e frequentou estágios de longa duração em institutos superiores e serviços científicos dos museus de Paris, Ruão, Bruxelas, Leigue, Amsterdão, Londres, Roma, Florença, etc. Foi responsável pela criação do Centro de Estudo, Conservação e Restauo de Obras de Arte dos Açores, que dirigiu e onde organizou, com o apoio do Fundo Social Europeu, cursos de formação para técnicos de restauo de pintura de cavalete. Tendo iniciado a sua vida como professor do ensino primário, foi também professor do ensino

secundário e, por fim, do ensino superior, havendo proposto e colaborado na reestruturação do "currículo" do Curso Superior de Conservação e Restauro da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, onde lecionou Tecnologia da Pintura e Técnicas de Conservação e Restauro, disciplinas cujo conteúdo programático elaborou. Na mesma Escola Superior, prestou serviços no âmbito dos estudos, da consultadoria, do desenvolvimento científico do respetivo laboratório de restauro e da direção de estágios de especialidade. Fez parte do grupo de peritos do "Projeto 10" do CDCC do Conselho da Europa, que realizou numerosas audições com vista ao estudo das dinâmicas culturais no desenvolvimento de diversas regiões europeias. Proferiu conferências e participou em mesas redondas em associações culturais e universidades dos Estados Unidos da América. Foi membro individual de diversas instituições culturais nacionais e estrangeiras. Tem centenas de artigos publicados em jornais e revistas dos Açores, do Continente Português e do Estrangeiro. Está representado em numerosas antologias poéticas. Ficaram por publicar, entre outras:

- Paramentos Antigos dos Açores - séc. XIV, XV e XVI (História da Arte),
- Comunicação, Cultura, Liberdade (artigos, comunicações, conferências e outros textos de intervenção).

1965. Vendedor De Bichos (Poesia) Lisboa, 1965;
1967. Angra No Último Quartel Do Século XVI (Angra do Heroísmo, 1967;
1977. A Palavra O Açoite (Poesia) Coimbra, 1977;
1984. A Viagem Possível (Poesia, 1965/81) Angra do Heroísmo, 1984;
1985. Seis Nomes De Mulher ((Poesia) Angra do Heroísmo, 1985
1988. António Dacosta - Esboço De Um Roteiro Sentimental (Angra do Heroísmo, 1988;
1988. <i>O Dragoeiro (Dracaena Draco da Macaronésia) Chave da Grande Obra em Jerónimo Bosch, Angra do Heroísmo, 1988;</i>
1989. Conceito E Dinâmica Do Património Cultural (Angra do Heroísmo, 1989;
1992. O Instante Suspenso (Poesia) Angra do Heroísmo, 1992;
1993. A Viagem Possível (2ª edição refundida e atualizada) Lisboa, 1993;
1994. Os Trincos Da Memória (Ficção Narrativa) Ponta Delgada, 1994;
1995. <i>Iconografia e Simbólica do Espírito Santo nos Açores, Praia da Vitória,</i>
1997. Habituação Das Chuvas (Poesia), Angra do Heroísmo, 1997.
1997. <i>Emanuel Félix 121 poemas escolhidos -1954-1997</i>
2011 <i>In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras, AICL, VN de Gaia</i>

Leia mais em: <http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=32#ixzz1BVGyLOpU>

☞ *The Possible Journey – Poems (1965-1992).*

TEMA 1.1.1. O GASPAR E O FÉLIX POR JOANA FÉLIX

Sou filha de Emanuel Félix. É essa a condição para ter aceitado dizer alguma coisa sobre o poeta.

Sou filha de Emanuel Félix. Eis a condição para dizer coisas do meu pai-poeta ou do poeta-meu-pai, assim contribuindo de algum modo para a compreensão da sua obra ou do seu pensamento – e apenas nessa condição porque na de poeta, ou escritor ou investigador por aí não me meto com medo de errar. Ou jeito, porque isso de filha de Emanuel Félix é coisa que engrandece, mas também esmaga. Sou, portanto, filha de Emanuel Félix e é nessa condição que exponho aquilo que penso constituir uma parte do seu pensamento, do seu sentir e da sua palavra.

Meu Pai era assim.

Tinha eu 19 anos, meu Pai teria nessa altura 50, quando o Gaspar desapareceu. Tinha aquele gato desde há dois anos, mas o amor era grande ao ponto do meu Pai ter de intervir pedindo-me que escrevesse um texto para enviar ao jornal a dar conta do desaparecimento a quem o encontrasse. Esgravatei então estas letras assim:

GATO

Procura-se. Grande, azul de pelo raso. Sagaz, felino, mas amigo e companheiro. Pede-se a quem o encontrar favor apagar a candeia acesa que aguarda o seu regresso no quarto de jantar.

Mostrei ao Pai para verificar se assim estava bem. E o Mestre, na sala de jantar, agarrou no papel, mexeu-se na cadeira como se estivesse a ajeitar o comando duma nave espacial, olha para mim e para o papel, os olhos dele redondos, mas assim pontiagudos a perceber a estrutura molecular do que se estaria a passar e disse-me: — *Parece um poema, isto não é um anúncio qualquer. Publica-o mesmo assim; quem quiser sofra a alegria da poesia, coitado do Gaspar; quem não o entender, pois que procure o gato.*

Meu Pai era assim.

Ao mais pequenino detalhe, a poesia ressaltava. Ou melhor dizendo: aos olhos dele a vida era pura poesia. É assim que o recorde: à sua volta uma mundividência de artes, do desenho até à pintura, passando pelo restauro e pelo livro, mas ao centro a poesia, e empurrava-nos para aí num ambiente de amigo e companheiro. O exemplo do gato é um entre tantos, e por isso talvez o anúncio tornou-se poesia e como tal está já publicado assim mesmo.

Se fosse feito agora, o anúncio seria diferente, muito diferente, e escrevê-lo-ia assim:

FÉLIX

Procura-se. Grande, de sangue azul, de branco bordado e de chita enramada por ser da ilha de salga e de vulcânica vida. Sagaz, assim como o felino, mas amigo e companheiro. Pede-se a quem o encontrar favor apagar a candeia acesa que aguarda o seu regresso no quarto de jantar.

12. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa. Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928. Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô. Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-

Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949. Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos. Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes. Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas. Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964.

Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).

Criou a Coleção Antônio de Morais Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições. Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da *Société de Linguistique Romane* (de que foi membro do *Comité Scientifique*, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005. A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do *Dicionário Caldas Aulete*. Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

- *A Evolução do Pensamento Concessivo no Português* (1954),
- *O Futuro em Românico* (1962),
- *A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta* (1964),
- *A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa* (1964),
- *Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues* (1980),
- *As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização* (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

É professor da UERJ e da UFF e membro da ABL

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007.



TEMA - A LÍNGUA PORTUGUESA E O PAPEL DA UNIVERSIDADE, EVANILDO BECHARA, ABL / UERJ / AICL

Um dos cuidados fundamentais da educação linguística, a “correção da linguagem” começa nos primeiros ensaios da fala da criança em contato com seus familiares que são, em geral, os primeiros professores de língua que conhece. Este momento de correção se prolonga pelo resto da vida. Entre esses professores, está, sem sombra de dúvida, em lugar de relevo, a mãe, razão por que – talvez – se diga da língua nativa “língua materna” (e não “língua paterna”), pois com ela a criança mantém, nos anos iniciais da existência, contato mais amiado e profundo. É nesta fase que surgem as primeiras observações em busca de um padrão linguístico comum normal, isto é, que respeite a normalidade do uso vigente no seio da família. As correções iniciais incidem na correta articulação dos fonemas da língua, especialmente aquelas articulações que a criança domina por último (a troca do *r* por *l*); são ainda desta fase os avisos quanto à troca de posição de fonemas dentro da palavra (cardeneta por caderneta), a certos grupos consonantais menos comuns no dia a dia (biciqueta por bicicleta), a certos desvios de acentuação tônica (gratuíto por gratuito, récem por recém).

Como, por essa quadra da vida e mais adiante, a criança domina o sistema da língua, isto é, o “regular”, mas não a norma, isto é, o “normal” no uso (nem sempre há coincidência entre o sistema da língua e a norma da língua), vêm as correções na flexão nominal e verbal do tipo “não é padrinha, e sim madrinha” (a criança já intuía que na oposição -o final / -a final faz o idioma a oposição masculino/feminino, como em tio/tia, prima/prima, etc.); “não é fazi e sim fiz”; “não é fazeu, e sim fez” (ao peso de flexões como temi, perdi e temeu, perdeu); “não é trazi, e sim trouxe”, “não é trazeu, e sim trouxe”, etc.

Ao entrar para as séries iniciais da escola e já alfabetizada, a criança deve ter aprendido a evitar a maioria desses enganos de língua, se a ação da família foi efetiva e constituiu um modelo eficaz ao bom desempenho linguístico do nosso jovem. Nos bancos escolares, começa a conhecer uma nova modalidade de língua; a língua

escrita, que passa a conviver com a até então exclusiva língua falada de sua bagagem idiomática. À medida que a escola vai oferecendo ao nosso jovem as páginas de histórias, poesias, crônicas, alguns enganos de ordem linguística e pedagógica se vão fixando em sala de aula de língua portuguesa, enganos de consequências perigosas e funestas ao trabalho e ação de professores mal informados e à aprendizagem de alunos mal orientados.

O primeiro engano de natureza linguística é a suposição de que a língua portuguesa desse momento é uma realidade homogênea e unitária, e que a sua única e legítima expressão é a língua padrão refletida e concretizada nos textos escritos veiculados pela escola entre os alunos. Esse ledado engano sinonimiza a língua portuguesa com a língua escrita, com a língua literária, com a língua padrão ou *standard*, de modo que português só é o que está na gramática e no dicionário, abonado pelo prestígio dos bons escritores. Fora dessa realidade, dizem os professores mal informados, “isso não pode ser dito” ou, o que mais grave, “isso não é português” (é o caso de o aluno perguntar: Então que língua é essa, se não é português o que eu digo?). Ora, é um lamentável engano de conhecimento de linguística, isto é, de ciência das línguas, esse de imaginar uma língua histórica – como o português, o inglês, o francês, etc. – uma realidade homogênea e unitária. Uma língua histórica é um conjunto de línguas mais ou menos semelhantes e mais ou menos distintas, ainda que consideradas num só momento de seu percurso histórico, por exemplo, o português dos nossos dias. Há nessa língua histórica diferenças regionais, os chamados dialetos como o português do Brasil, o português de Portugal, o português da África, o português dos Açores. Mesmo no Brasil ou em Portugal ou na África, persistem as diferenças geográficas: o português do norte do Brasil, o português sulista. Numa determinada região, por exemplo, no português do Recife, notam-se diferenças nos estratos sociais desse falar regional, os chamados dialetos sociais, como a variedade da classe culta, a da classe semiculta e a dos analfabetos, a língua popular.

Existem ainda as variedades estilísticas, isto é, as que existem entre a língua escrita – em geral cuidada, tensa –, e a língua falada, espontânea; entre a língua “de uso” e a língua literária; entre a língua corrente e a língua técnica, inclusive a burocrática; entre a língua da prosa e da poesia.

Todas essas variedades regionais, sociais e estilísticas são igualmente válidas e importantes do ponto de vista linguístico, cientificamente falando. Está claro que cada uma é adequada ao tipo de cada falante e a cada circunstância da vida social, do nosso compromisso com o contexto e com a natureza do nosso ouvinte ou destinatário. Se erro existe, é querer usar de uma variedade quando o uso ou a norma social exige outra variedade mais adequada. Por isso, está equivocada a pessoa que pensa que saber português é só saber falar empolado, difícil ou, como também se diz, falar como um livro. É o mesmo engano da pessoa que pensa que vestir-se bem é vestir-se de uma só maneira, quer vá ao casamento, ao trabalho, ao cinema, à praia ou à feira. Em algum ou alguns desses momentos estará cometendo uma gafe no falar ou no vestir. Muita gente pensa que “se aproxima” do seu ouvinte, que “o conquista” mais facilmente, falando ou escrevendo numa variedade de língua menos exigente e

mais corriqueira. É como se falasse para adultos com a modalidade própria da que se usa com as crianças, porque os considera como filhos. Falar ou escrever para outrem, ainda que de condição cultural abaixo da sua, exige dignidade, que já é uma faceta do respeito que se deve ao semelhante. Um repórter bem vestido que fale dos Estados Unidos ou da França ao telespetador brasileiro com “vi ele” ou “encontrou ela” é como se passasse, por antecipação, um atestado de ignorância ao público, por achar que “vi-o” ou “encontrou-a” são formas de dizer incompatíveis com a pouca dignidade cultural ou o baixo grau de escolaridade terceiro-mundista. Daí, talvez, preferir chamar os telespetadores de “galera”, esquecendo-se de que, quando a Orquestra Sinfônica se apresenta na Quinta da Boa Vista, a “galera humilde” vibra com os clássicos e aplaude Carlos Gomes, Chopin ou Mozart. Perde o repórter que assim procede a oportunidade de instruir os que, por ventura, sabem menos do que ele, e que esperam mais da televisão brasileira.

Tão grave, em outro momento, é considerar a língua histórica uma realidade homogênea e unitária, um só e único corpo, é o erro pedagógico que decorre desse outro ledó engano. Partindo da ideia de que essa língua padrão ou *standard* é uma imposição da “classe dominante”, da “língua do poder”, e de que o aluno já se comunica muito bem por meio da variedade viva que trouxe de casa e vigora e revigora na rua, nas praças e até em certo tipo de literatura de crônicas do quotidiano, de fatos do dia a dia, com intuitos de lazer e com finais humorísticos, há professores mal informados e pedagogos engajados que defendem que a variedade a ser cultivada e cultuada na escola é essa língua “natural” falada, viva e espontânea, sob a bandeira tão aplaudida pelos jovens que não querem esforçar-se na sua risonha e brincalhona passagem pelos bancos escolares, onde a exigente e suada aprendizagem não ocupa o lugar privilegiado da merenda escolar e das brincadeiras no recreio. É a pedagogia do aprender brincando. Em tudo isto há, naturalmente, honrosas exceções que, pelo seu minguado número, justificam a regra. Essa atitude em nome de uma democracia linguística encontrou e ainda encontra apoio e alicerce em ensinamentos de certos linguistas estruturalistas norte-americanos e sociolinguistas que, interessados em delimitar o objeto essencial da descrição de uma língua, consideram uma falsa e errônea atitude elevar a língua escrita dos documentos literários à condição de modelo de perfeição idiomática para efeito de análise e de aprendizado do português, por exemplo, na escola.

Na realidade, há aí uma confusão de tarefas, todas importantes e válidas, que cumpre distinguir. É um erro primário de quem quer fazer ciência, não saber delimitar seu campo de pesquisa e descrição. Fê-lo com a autoridade que todos lhe reconhecemos o nosso linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. Em obra que, infelizmente, a morte não lhe deixou completar, nos ensina:

“A gramática descritiva, tal como a vimos encarando, faz parte da linguística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem o seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. Há assim,

por exemplo, os preceitos práticos da higiene, que é independente da biologia. Ao lado da sociologia, há o direito, que prescreve regras de conduta nas relações entre os membros de uma sociedade.

A língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o linguista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar ‘tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa’. Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas” (Estrutura da língua portuguesa, p.5).

E indo mais adiante em suas lúcidas considerações, continua o mesmo Mattoso Câmara:

“Há a esse respeito algumas considerações, que se fazem aqui necessárias. Antes de tudo, a gramática normativa depende da linguística sincrônica, ou gramática descritiva em suma, para não ser caprichosa e contraproducente. Regras de direito que não assentam na realidade social, apreendida pelo estudo sociológico puro, caem no vazio e são ou inoperantes ou negativas até. Só é altamente nociva uma higiene que não assenta em verdades biológicas. Não se compreende uma situação inversa. Depois, mesmo quando convém a correção de um procedimento linguístico (porque marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista da posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso saber a causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo na gramática normativa. Finalmente, a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica. O professor não fala em casa como na aula, e muito menos numa conferência. O deputado não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como falaria numa sessão da Câmara. E assim por diante.

Quando o linguista sincrônico se insurge contra o gramático normativo ou o professor de língua, é em regra porque este e aquele declaradamente desobedecem a esses três preceitos. Impõem as suas regras praxistas como sendo linguística. Corrigem às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico do procedimento linguístico que querem corrigir e com isso só criam confusão e distúrbio. Partem do princípio insustentável de que a norma tem de ser sempre a mesma, e fixam um padrão social altamente formalizado como sendo o que convém sempre dizer” (Ibid., p.5-6).

A longa citação se explica porque os judiciosos comentários de Mattoso Câmara antecipam algumas lições de que iremos precisar no decorrer desta palestra. São estes aspetos que desejamos ressaltar: a distinção entre a atividade do linguista (no caso, *gramática descritiva*) e a do professor de língua (*gramática normativa*); a validade social, portanto, da gramática normativa, infelizmente maltratada dentro de sala de aula por professores que

preferem ser linguistas a professores de língua; numa língua há mais de uma norma, portanto, há de se levar em conta sua elasticidade e sua contingência de acordo com cada situação social e textual específica; não se pode defender a tese de uma modalidade de língua altamente formal para todos os momentos da vida em sociedade, bem como, em sentido oposto, achar que a língua informal é a única apropriada para todos os misteres da vida social, ainda mesmo nos textos escritos.

O grande, o maior prejuízo dessa atitude exclusivista que privilegia, de uma parte, a modalidade formal como única realidade concreta de uma língua – fora dela tudo está errado e revela ignorância da pessoa –, de outra parte, a modalidade informal, “natural”, viva e espontânea – fora dela tudo não passa de imposição de uma minoria saudosista que não viu o tempo passar –, o maior prejuízo, dizíamos, é o amesquinamento, o empobrecimento da rica e multifacetada exuberância que ostenta toda língua histórica, com suas variedades geográficas, sociais e estilísticas. Na realidade, em ambas as atitudes condenadas, a criança continua com sua educação linguística prejudicada.

Na primeira hipótese, privilegiamento da língua formal escrita, a escola luta por substituir tanto quanto possível a língua falada haurida no seio da família pela língua padrão, *standard*. Na segunda hipótese, a escola privilegia a língua falada em detrimento da modalidade formal. Em suma, em ambas as visões, o aluno entra na escola monolíngue (com a língua de casa) e sai da escola também monolíngue (ou com a língua padrão ou com a permanência da língua de casa). A atitude linguística e pedagógica mais correta seria que a escola proporcionasse ao aluno ser um poliglota na sua própria língua, isto é, lhe fosse dada ao educando a capacidade de educar e compreender mais línguas dentre aquelas que constituem o patrimônio maior que é língua histórica. Diante, agora, deste rico painel linguístico, é muito empobrecedor e mesquinho falar de normas rígidas e permanentes, do uso ou de interdição de certos tabus linguístico em redações, como a gíria, certas flexibilizações de construções não documentadas nos autores e nas gramáticas, e de certas palavras não agasalhadas nos dicionários, ainda os mais respeitáveis. É também o momento de se entender a verdadeira missão da gramática normativa e do corpus em que ela vai haurir seus preceitos. Erram os que supõem que a gramática normativa é o espelho da língua portuguesa em geral; seu intento é bem mais modesto: é apenas o conjunto de usos fixados pela tradição escrita culta dentro da língua comum, *standard*, tradição essa a que Eugenio Coseriu chama língua *exemplar*. Assim a gramática normativa é o registro da exemplaridade, conjunto de usos linguísticos que se esperam de uma pessoa escolarizada, falando ou escrevendo, em determinados momentos especiais e importantes do convívio social e cultural. Criticar, portanto, a gramática normativa assim entendida, porque não aceita como “correta” a colocação do pronome átono a iniciar período, sob a alegação de que tal prática aparece em crônicas de autores conceituados, é desconhecer a verdadeira natureza da língua exemplar e, assim, do seu código de registro, que é a gramática normativa. Segundo Antonino Pagliaro, a língua comum, principalmente se serve a mais de um país, como a língua portuguesa, apesar da sua unidade relativa, apresenta variedades diatópicas (regionais), diastráticas

(sociais) e diafásicas (estilísticas). Aí entra o movimento de uma unificação sobre a unificação da língua comum, que é a língua exemplar ou padrão. Se a língua comum alcança essa unidade ideal, como ocorre em países de pequena extensão dotados de rica e atuante rede de ensino fundamental, médio e superior, não há cabimento para a língua exemplar, ou melhor, a língua comum se confunde com a língua exemplar. A língua exemplar é, portanto, um modo de falar idealmente unitário, historicamente estabelecido, que vem neutralizar as pequenas divergências que a língua comum apresenta. *Exemplaridade*, não é um juízo de valor, como ocorre com a *correção*, mas constitui uma língua dentro da língua comum e, com esta, é o veículo linguístico através do qual o discurso e o texto se manifestam nos momentos e circunstâncias sociais, culturais, científicos, artísticos e burocráticos.

Lembrando os conceitos de *estrutura* (de uma língua) e de *arquitetura*, podemos dizer que o *correto* diz respeito à estrutura da língua, enquanto o *exemplar* diz respeito à arquitetura da língua histórica; é, como diz Coseriu, uma *língua*, uma estrutura determinada dentro dessa arquitetura. Quando se busca o *correto*, está-se perguntando se essa ou aquela realização coincide com o modo de falar que chamamos *língua*, isto é, se busca uma determinação de conformidade. Quando se busca o *exemplar*, está-se perguntando qual, entre vários modos de falar de uma língua histórica é o eleito como língua comum unitária. Nenhum modo de falar é *correto* em si mesmo; é *correto* porque existe historicamente. Da mesma maneira, nenhum modo de falar é por si mesmo *exemplar*; é *exemplar* porque foi “eleito”, ou por tácita adoção dos falantes ou pela ação de gramáticos ou academias, empenhados na política do idioma e na homogeneidade idiomática. Elege-se a *exemplaridade* ou o modo *exemplar*, em nossas comunidades, como o modo de falar das pessoas cultas, por representar o nível mais alto da língua comum. Como a língua comum apresenta ou pode apresentar variedades, a língua *exemplar* pode desenvolver normas regionais, especialmente nas línguas faladas em vários países. Assim, temos uma norma *exemplar* para Portugal e outra para o Brasil; entre nós, podemos contar, por exemplo, com uma norma do Rio de Janeiro e outra de São Paulo.

A *língua literária* é o “registro” (conjunto de estilos) mais elevado da língua *exemplar*. Retornando à problemática inicial da elaboração de uma gramática padrão, vale insistir em que a língua histórica é objeto de estudo da linguística, e não deve entrar perturbadoramente na elaboração de uma gramática padrão com vista ao ensino de línguas nem na atividade pedagógica idiomática. Na elaboração desse tipo de gramática e desse tipo de educação linguística, a preocupação deve cingir-se, no caso do português, por exemplo, ao português *exemplar* ou padrão atual como veículo da tradição cultural comum aos povos que integram o espaço da lusofonia.

De tudo o que foi comentado e discutido até aqui, pode-se concluir dizendo que o papel do professor consiste em que os educandos penetrem no que vem a ser o conhecimento sobre a língua, mediante o desenvolvimento da competência metalinguística e metatextual. Para o bom desempenho desta tarefa, cabe a Universidade oferecer ao professor de português “uma preparação científica sólida no campo dos estudos linguísticos,

preparação essa que se adquire ao nível da formação inicial e se enriquece progressivamente ao nível da formação contínua, e que exige esforço, estudo e não acomodação a rotinas por parte dos professores. Sem uma vertente teórico-reflexiva séria, não pode haver capacidade de atuação fundamentada” (Ana Cristina Macário Lopes, “O ‘conhecimento sobre a língua’ no ensino do Português”. In: (Inês Duarte e Paula Mourão (org.), *Ensino do português para o século XXI*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 79).

13. FERNANDO AIRES, (1928-2010) REPRESENTADO PELA VIÚVA IDALINDA RUIVO, CONVIDADA,



Fernando Aires Medeiros de Sousa nasceu em Ponta Delgada (Açores) a 18 de fevereiro de 1928 e ali faleceu a 9 de novembro 2010. Depois da Escola Primária, frequentou o Liceu Antero de Quental na mesma cidade entre 1940-1947, onde completou o Curso Complementar de Letras Matriculado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas. Professor efetivo no Liceu Antero de Quental, cumulativamente orientou estágios pedagógicos durante vários anos e lecionou a cadeira de Psicopedagogia na Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada. Com a fundação da Universidade dos Açores em 1974, ingressou nesta instituição. Aposentou-se na situação de assistente-convidado da Universidade dos Açores, cargo que exerceu de 1975 a 1994. Pertenceu ao grupo que, nos anos 40, fundou o Círculo Cultural Antero de Quental, destinado a introduzir o Modernismo nos Açores, com Eduíno de Jesus, Soares de Albergaria, Eduardo Vasconcelos Moniz, Carlos Wallenstein e outros. Colaborador assíduo da imprensa local e regional, bem como de revistas conhecidas regionalmente como a revista "Atlântica e Nova Renascença". Fernando Aires revela-se um escritor com um estilo firme e excecional, com uma escrita elegante que nos cativa e fascina. Este conjunto de características viria a desenvolver-se num género literário onde predomina o memorialismo, que é caracterizado por abarcar relatos autobiográficos, que se manifestam na vertente diarística que o autor inaugura na produção literária açoriana. De 1978 a 1989, fez parte da Direção do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Está representado na Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, onde colaborou desde 1993. Leitor de clássicos e modernos, viria a publicar um diário em 5 volumes que intitulou de “Era Uma Vez o Tempo” que obteve largo reconhecimento junto dos ilhéus e de alguma crítica especializada em Portugal e nos E.U.A. Na ficção publicou dois volumes de Contos “Histórias Do Entardecer (1988) que ganhou o primeiro prémio do Concurso Literário dos Açores/88. Publicou ainda “Memórias Da Cidade Cercada” (1995) e a novela “A Ilha Do Nunca Mais” (2000) que

confirmaram as suas qualidades de prosador. Fernando Aires, professor, escritor, poeta, ensaísta, cronista em muitos jornais, marcou várias gerações ao lecionar História e Filosofia, incentivando os jovens alunos a irem muito além dos compêndios oficiais.

Bibliografia – alguns dados

- Aires, Fernando E Vasconcelos, Lúcia sd., O Rosto Da Festa, ed. Lúcia Vasconcelos
1961 Faria E Maia E Antero (Ensaio, Angra Do Heroísmo, 1961)
1981, José Do Canto Vivo, ensaio, Separata Da Revista "Arquipélago", Universidade Dos Açores, Ponta Delgada, Série "Ciências Humanas", N.º 3, 1981)
1982, Afonso Chaves, ensaio, (Separata Da Revista "Açoriana", Ponta Delgada
1982, José Do Canto - Subsídios Para A História Micaelense (1820-1898) ensaio, Universidade Dos Açores, Ponta Delgada, 1982)
1985, Alice Moderno - A Mulher E A Obra, ensaio, (Separata Da Revista "Insulana", vol. XLI, 1985)
1988 Delinquência E Emigração Em São Miguel Na Primeira Metade Do séc. XIX ensaio (Separata Da Revista "Insulana", Ponta Delgada, 1988),
1988. Diário I, [Era uma Vez o Tempo](#) Lisboa, Edições Salamandra,
1988, Histórias Do Entardecer, Contos, ed. SREC (Secretaria Regional Da Educação E Cultura, col. Gaivota. Ganhou O Concurso Literário Açores 1988
1991. Diário II, Lisboa, Edições Salamandra,
1993. Diário III, Lisboa, Edições Salamandra,
1995 [Memórias da Cidade Cercada](#) (Lisboa, Edições Salamandra
1997. Era Uma Vez O Tempo (Diário IV), Lisboa, ed. Salamandra
1999. Diário V, Lisboa, Edições Salamandra,
2000. *A Ilha de Nunca Mais* (ficção, Lisboa, Edições Salamandra,
2011 In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras, AICL, VN de Gaia
Outras páginas sobre o autor (ver no suplemento dos Cadernos Açorianos em http://www.lusofonias.eu/cat_view/99-estudos-acorianos/108-suplementos-dos-cadernos-acorianos.html?view=docman):
☞ [Recensão sobre Era Uma Vez o Tempo](#)
☞ [Recensão sobre Memórias da Cidade Cercada](#)
☞ [Recensão sobre Era uma Vez o Tempo – Diário V](#)
☞ [A Criação diarística em Fernando Aires](#)

14. FLÁVIA DOMINGAS MENDES BA, UNIVERSIDADE DE LISBOA



TEMA 1.1.2 - «NÓMADAS DO PRESENTE. SEDENTÁRIOS DO FUTURO? A ATUALIZAÇÃO DA LUSOFONIA NA MEMÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL PORTUGUESA» FLÁVIA BA, CENTRO DE ESTUDOS COMPARATISTAS DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

A presente comunicação procurará, sob a forma de questão, analisar em que bases histórico-culturais se situam as relações atuais internas e externas entre Portugal e os países lusófonos que, quotidianamente, escrevem a história contemporânea portuguesa. Uma das hipóteses metodológicas de análise é a da caracterização da forma como as relações entre Portugal e os países da CPLP atualizam, cultural, social e politicamente, uma memória histórica feita de desafios, revoluções e, acima de tudo, contactos. A música e as novas textualidades são exemplos

da forma como a memória cultural portuguesa se cruza com outras memórias culturais, interseção afirmada em diferentes manifestações culturais, permitidas por uma língua comum. A expressão «nómadas do presente» procura caracterizar a forma como o acolhimento institucional se tem vindo a processar, numa perspetiva intercultural, a partir da análise da tendência atual dos fluxos migratórios, tendência com aspetos muito específicos no caso de Portugal. Se atualmente se relativiza a ideia de regresso definitivo aos países de partida dada a compressão das distâncias, um migrante é visto como um potencial nómada, no sentido da possibilidade de regresso ao país de origem ou, eventualmente, na migração para outro lugar. Por outro lado, um dos fatores de ponderação a concorrer para o nomadismo ou para a sedentarização será o das condições criadas pelos países de acolhimento, para que estes potenciais nómadas se transformem, ou não, em sedentários do futuro. Neste sentido, a interrogação «Sedentários do Futuro?» remete para os resultados da resposta que Portugal tem dado ao acolhimento desses mesmos fluxos migratórios através das políticas de imigração e das práticas de integração. Este raio de ação, segundo estudos de Machado (1997) e mais recentemente de Belén (2008), projeta de Portugal a imagem de um país favorável à imigração, com uma preferência implícita pelos fluxos migratórios oriundos dos países lusófonos.

Esta revolução já existe. Já existe nas escolas, já existe quando vemos pares de namorados com miúdos pretos com miúdas brancas; miúdos brancos e miúdas pretas.... Já existe esta revolução. Já existe quando vemos como os músicos se misturam entre si, já existe esta troca...seja a Kizomba, seja o Kuduro, seja o que for. - David Ferreira in Lusofonia, A (R)evolução (2006)

1.

O nome do documentário estreado a 26 de outubro de 2006 no Festival Doc Lisboa não poderia ter sido mais bem escolhido para caracterizar a atualização da memória histórica entre Portugal e os países lusófonos – *Lusofonia, A (R) evolução*. Como afirmou o diretor da EMI David Ferreira, na altura, “esta revolução já existe” acentuada por outras revoluções históricas que, atualmente, permitem que a lusofonia (re)viva social e culturalmente em Portugal, atualizando-se simultaneamente nos laços de cooperação privilegiados entre os sete países que hoje fazem parte da CPLP e o país onde começou, há muito, esta (r) *evolução*. A partir dos acontecimentos históricos do 25 de abril de 1974 e das independências das ex-colónias, a noção de *espaço* geocultural português foi-se distendendo gradualmente. Portugal tornou-se num espaço de acolhimento de vários *espaços* geograficamente dispersos. A princípio a estranheza foi a expressão dominante: as comunidades começaram por se *habitar* a partilhar o mesmo espaço e as suas diferenças. Da atitude inicialmente reservada num primeiro contacto com o Outro, ao longo das décadas que se seguiram ao 25 de abril de 1974, as comunidades foram abrindo as portas umas às outras – a exemplo da música. O documentário *Lusofonia, A (R)evolução* ilustra essa *revolução musical* contemporânea, permitindo compreender a evolução das relações entre Portugal e os países lusófonos, a partir da música, contextualizando-a historicamente a partir do período das Descobertas,

passando pelo momento anterior ao 25 de abril, caracterizando posteriormente a música urbana pós-25 de abril até ao momento presente. Neste documentário, é explicado que se nos anos setenta, a música surge como meio de intervenção e de consciencialização social (em Portugal e nas colónias), com objetivos precisos (o de resistência ao regime, em Portugal, e o da luta pela independência nas colónias) na década de oitenta, integrados num fluxo migratório acentuado de cidadãos dos PALOP, uma série de músicos africanos chega a Portugal, embora não se concretize ainda o diálogo intercultural, sob a forma de intercâmbio. Como afirmado pelo cantor cabo-verdiano Tito Paris (em entrevista no referido documentário), os grupos tinham tendência para se juntar de acordo com a nacionalidade. A partir da década de noventa surge outra fase – a da nova mestiçagem. Este foi um momento particular de viragem na relação entre as comunidades: nasce em Portugal a geração dos filhos dos imigrantes, a continuidade geracional do fluxo migratório verificado nas décadas de setenta e de oitenta. Aqui, a música urbana ganha uma nova dimensão, influenciada pelo hip hop e pelo reggae: “filhos de imigrantes despontaram através da compilação “Rapública”; bandas como os Cool Hipnoise davam uma nova abordagem aos ritmos brasileiros; os Kussundolola promoviam um reggae angolanizado e editoras como a Nylon pugnavam por um produto português feito por executantes lusófonos.”³ No entanto, e tal como referido no documentário, só no segundo milénio se dá a verdadeira fusão musical, espelho também da gradual evolução da relação entre as diferentes comunidades.

O espaço geográfico português começa a distender-se culturalmente, tornando-se cada vez mais multifacetado. As comunidades começam a afirmar-se e a integrar-se dialogicamente, inseridas numa dinâmica de inserção social e de afirmação cultural das origens, o que contribui para uma verdadeira revolução da *Lusofonia*, ainda que esse processo nem sempre seja (e tenha sido) pacífico. As expressões *multiculturalismo* e *interculturalismo* começam a ganhar consistência em vésperas do século XXI, por espelharem as relações humanas deste grande espaço que se comunica, se escreve e inscreve a sua identidade cultural, nas semelhanças e nas diferenças, em português. Entre os conceitos de *multiculturalismo* e, sobretudo, de *interculturalismo*, muitas vezes se inscreve a palavra *fusão*: de tempos, de espaços, de estilos, de músicas e de letras - o espaço que antes era meu, passa a ser também o espaço do outro, de outros e de muitos outros – de nómadas, de sedentários e das marcas socioculturais que o contacto, no mesmo espaço, tem proporcionado. «Nómadas do presente. Sedentários do Futuro?» procura, sob a forma de questão, analisar em que bases histórico-culturais se situam as relações atuais internas e externas entre Portugal e os países lusófonos que, quotidianamente, escrevem a história contemporânea portuguesa. Uma das hipóteses metodológicas de análise é a da caracterização da forma como as relações entre Portugal e os países da CPLP atualizam, cultural, social e politicamente, uma memória histórica feita de desafios, de revoluções e, acima de tudo, de contactos. A música e as novas textualidades são exemplos da forma como a memória cultural portuguesa se cruza com outras memórias culturais, interseção feita através da afirmação de diferentes manifestações culturais, permitidas por uma língua comum. A expressão «nómadas do

³ *Lusofonia, A (R) evolução*, 2006

presente» procura caracterizar a forma como o acolhimento institucional se tem vindo a processar, numa perspetiva intercultural, a partir da análise da tendência atual dos fluxos migratórios⁴, tendência com aspetos muito específicos no caso de Portugal como será referido mais adiante. Se atualmente se relativiza a ideia de “regresso definitivo aos países de partida” (Machado, 1997: 10) dada a compressão das distâncias, um migrante é visto como um potencial nómada, no sentido da possibilidade de regresso ao país de origem ou, eventualmente, na migração para outro lugar. Por outro lado, um dos fatores de ponderação a concorrer para o nomadismo ou para a sedentarização será o das condições criadas pelos países de acolhimento, para que estes potenciais nómadas se transformem, ou não, em sedentários do futuro. Neste sentido, a interrogação «Sedentários do Futuro?» remete para os resultados da resposta que Portugal tem dado ao acolhimento desses mesmos fluxos migratórios – os potenciais nómadas - através das políticas de imigração e das práticas de integração. Este raio de ação, segundo estudos de Machado (1997) e mais recentemente de Suárez (2008), tem projetado de Portugal a imagem de um país favorável à imigração, com uma “preferência expressa ou tácita” pelos fluxos migratórios oriundos dos países lusófonos.⁵ Tal poderá significar que se procuram criar as condições para que os nómadas do presente se possam constituir nos sedentários do Futuro, a exemplo da integração de muitos “nómadas” que chegaram a Portugal nos anos sessenta e que, atualmente, são sedentários de um presente que cada vez mais aponta para Portugal como um espaço culturalmente maior e historicamente familiar. A resposta institucional refletida na revisão de políticas de imigração e na prática da integração social, potencializa o diálogo intercultural e, noutros casos, a fusão (a exemplo de alguma música urbana contemporânea). Desta forma, mesmo que alguns nómadas do presente possam não constituir os sedentários do futuro, a nível migratório, deixaram e deixarão a sua marca na memória cultural portuguesa.

Se a nível interno, Portugal procura promover uma relação de complementaridade sociocultural que permita uma integração que não anule a identidade cultural dos países de origem dos atuais fluxos migratórios, a mesma encontra equivalência a nível das relações externas, no aspeto de se privilegiarem os laços de cooperação com os países que fazem parte da memória histórica portuguesa, em particular, a nível económico: “*les PALOP attirent la presque totalité de l’aide publique au développement accordé par le Portugal*”, segundo Oppenheimer (1997: 471). Atualmente o reforço das relações com o espaço lusófono é uma das «políticas de ordem» no tocante aos laços de cooperação “*nomeadamente através da projeção de valores e interesses nos PALOP, no Brasil e em Timor (MNE,*

⁴ “A compressão das distâncias, (...), faz hoje da emigração longínqua e para toda a vida um facto do passado, contribuindo ao mesmo tempo para diluir as fronteiras – consagradas nas classificações teóricas – entre migrações permanentes e temporárias, económicas e não-económicas ou ainda para relativizar a ideia de regressos definitivos aos países de partida. As estratégias que apostam no vai e vem e na intermediação entre países de origem e de destino, os percursos migratórios com passagem curta ou longa por mais de um país, as famílias migrantes dispostas em rede ou em vários destinos, são outros traços que apontam no mesmo sentido” (Machado, 1997: 10).

⁵ “Durante muitos anos sem qualquer orientação assumida em termos de política de imigração e, depois, com a maior preocupação maior e quase exclusiva de controlar as entradas de estrangeiros de fora da União Europeia, as autoridades portuguesas têm mantido, no entanto, de forma expressa ou tácita, preferência pelos imigrantes dos países lusófonos” (Machado, 1997: 41).

2003a), assim como à defesa e afirmação da língua e da cultura portuguesas, aspetos que contribuem, segundo o Programa do XV Governo (2002-2004), para a afirmação da identidade nacional” (Mesquita, 2005: 2).

Se, por um lado, a manutenção dos laços privilegiados de Portugal com os países da CPLP surge no âmbito da dinâmica da integração europeia e, portanto, numa afirmação identitária expressa na projeção interna e externa da língua e cultura portuguesas (Mesquita, 2005, *op. cit.*), por outro lado, é em nome dos laços históricos comuns que se procura promover o diálogo intercultural, através da valorização equilibrada dos vários legados histórico-culturais – não apenas o de Portugal, como também os dos países da CPLP. Assim, sob o “amplo manto da língua comum”, a atualização da memória histórica da Lusofonia⁶ compreende uma dimensão cultural indissociável e transversal aos raios de atuação a nível interno e externo: tanto as políticas de imigração e de integração, quanto os laços de cooperação mantêm os países lusófonos num lugar privilegiado:

Com efeito, para além dos laços históricos que nos unem a estes países, onde se destaca naturalmente a língua comum, Portugal detém uma mais-valia comparativa, ao nível de uma matriz cultural, jurídica e institucional, e de competências técnicas em áreas fundamentais para o desenvolvimento destes países, designadamente no campo da formação de recursos humanos e da capacitação institucional nas diversas áreas essenciais no combate à pobreza, como a educação, a saúde e outras áreas sociais.⁷ Os laços afetivos e de promoção do diálogo intercultural que caracterizam as atuais relações entre Portugal e os países da CPLP fazem parte de uma memória histórica entrelaçada de roturas e de aproximações. Houve «acazos da História», retomando as palavras de Eduardo Lourenço, em que Portugal se aproximou dos países com os quais mantém atualmente laços privilegiados de cooperação, sem que dessa proximidade resultasse um contacto cultural profícuo. Ao contrário do que sucede atualmente, em que cidadãos de diferentes países encontram condições, no país de acolhimento, propícias à enculturação, houve momentos históricos – em particular, nos vinte e quatro anos precedentes ao 25 de abril de 1974 - em que a tentativa de aculturação, no contacto com o Outro, foi a tendência dominante (como se verá seguidamente):

É importante distinguir enculturação de aculturação. A enculturação é o processo que liga o desenvolvimento das pessoas aos seus contextos culturais, ao passo que a aculturação é um processo por que passam as pessoas, frequentemente já na idade adulta, em reação a uma mudança de contexto cultural. A aculturação é uma forma de mudança cultural suscitada pelo contacto com outras culturas (Neto, 1997: 43).

A referência aos conceitos de *enculturação* e de *aculturação* surge contextualizada no âmbito histórico e de evolução das relações com os países com os quais Portugal tem vindo a manter um diálogo político e cultural

⁶ -Entendendo-se aqui atualização da memória histórica no sentido de um permanente repensar das relações internas e externas, baseadas nas experiências de contacto sociocultural vivenciadas quotidianamente e no contexto internacional dos laços de cooperação entre Portugal e os países lusófonos.

⁷ Intervenção do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) no âmbito do Ciclo de Encontros “Negócios & Afinidades” – Seminário “Portugal Cabo Verde: Uma Parceria para o Futuro”, Hotel Altis, 22 de junho de 2005.

privilegiado: se atualmente, é Portugal que dá resposta à necessidade de acolhimento de quem chega, permitindo que cidadãos de outros países se desenvolvam e evoluam num determinado contexto cultural, no período imediatamente anterior à independência das ex-colónias, o contacto procurou promover uma mudança cultural, fruto da política assimilacionista então adotada. A política atual procura promover o contacto cultural a partir da enculturação, enquanto a política ultramarina promovia a aculturação. Uma vez que a memória também é feita de roturas e de reações a essas roturas, far-se-á seguidamente uma breve análise do período histórico que antecedeu o alargamento do espaço cultural português e que terá contribuído para a preservação dos atuais laços de cooperação com os países da CPLP, em particular, com os PALOP, bem como a preferência pelos países lusófonos no tocante às políticas de imigração. Assim se analisará o passado recente - aproximação e posterior rotura – para verificar se o presente – concretizado na adoção de políticas de integração e de laços de cooperação – apontará para a manutenção do diálogo intercultural – o futuro? É neste sentido que se fará uma breve retrospectiva do discurso interno da memória portuguesa antes das (r) *evoluções* para se verificar o motivo pelo qual:

José Manuel Barroso justifica (...) a centralização da ajuda portuguesa nos PALOP como resposta a uma necessidade de natureza interna (para além de externa), que se traduz num modo de Portugal se reconciliar com o passado, na valorização das relações com o espaço lusófono e na afirmação da componente histórico-cultural (Barroso, 1998 apud Mesquita, 2005:3).

2. O DISCURSO INTERNO DA MEMÓRIA – «ALTER» PORTUGAL EM CONTACTO COM A ALTERIDADE: FADO OU LUNDUM?

2.1. UMA INVERSÃO DA ORDEM DE FATORES

Os anos 50, por virtude das pressões políticas externas, alteraram a sua «exterioridade imperial» [de Portugal], sem lhe mudar a essência. Pelo contrário, com eles iniciar-se-ia uma nova fase da política colonial do regime, marcada por várias medidas integradoras tanto institucional como economicamente. Esse esforço integracionista conformaria um reforço drástico e sem precedentes da viragem para África, começado ainda antes do desencadear das guerras coloniais a partir de 1961 (Mattoso, 1997: 486, vol. VII).

Uma análise do tipo de memória no período anterior ao 25 de abril de 1974 e aos acontecimentos posteriores permite compreender o subsequente confronto de discursos – o período pós-colonial: para se analisar de que forma o encontro com o Outro, no mesmo espaço geográfico, se caracterizou, é necessário verificar quais foram os antecedentes mnemónicos desse contacto – são esses elementos que permitem reatualizar a História de Portugal e dos países que fazem parte da sua memória histórica, refletida social e culturalmente, a nível nacional, e através dos atuais laços de cooperação, a nível da política externa. Por esse motivo, identificam-se dois momentos particulares que marcaram a construção mnemónica contemporânea da identidade portuguesa: um pautado pela busca do Outro como uma possível forma de afirmação perante Outros (o último período histórico da colonização

a partir dos anos cinquenta do século passado); o segundo pautado pelo encontro com o Outro, mas num movimento contrário: de fora para dentro – muitos (O)utros que vieram ao encontro dessa identidade. Cronologicamente, situa-se o primeiro momento antes de 25 de abril de 1974 – momento a se designará metaforicamente de “sístole cardíaca”; o segundo momento – situado imediatamente a seguir – será designado de “diástole cardíaca” – o pós-25 de abril de 1974.

2.2. SÍSTOLE CARDÍACA – A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA - «FADO, MAS SE QUISEREM CHAMEM-LHE LUNDUM...»

O movimento do 25 de abril de 1974 e as independências das Províncias Ultramarinas encontraram um país anteriormente marcado por um movimento de «sístole cardíaca» - o Portugal do Estado Novo: uma nação *pluricontinental* (termo utilizado a partir da revisão deste aspeto na Constituição em 1951) contraída sobre si mesma. O *Outro* fazia política e administrativamente parte de *Nós* (o *Outro* como instrumento de reconhecimento pelos *Outros* - a Europa) mas estava ainda geograficamente longe e, por esse motivo, *Nós* continuávamos a ser *Nós-mesmos* (pluralidade política e administrativa) – não *Soi-même comme un Autre*, mas *Nous-mêmes sans les Autres* - “vinte milhões (...), brancos, pretos e mestiços” como afirmaria, em 1971, o diretor-geral da DGS, Silva Pais. Neste momento histórico, os «vinte milhões (...), [de] brancos, pretos e mestiços» foram propositadamente integrados num todo, como resposta de afirmação identitária de Portugal relativamente à Europa. Note-se que, a partir de 1951, a Constituição deixa de referir os termos «colónia» e «império», tendo estes sido substituídos pelos termos «Províncias Ultramarinas» e «Ultramar». Esta substituição jurídico-formal do estatuto do *Outro* não se traduziu num diálogo cultural equilibrado (nem o poderia ser neste momento, tendo em conta a política ultramarina), ainda que vinte anos mais tarde Silva Pais se referisse aos *diferentes* “credos, costumes e culturas” do (s) *Outro* (s) demonstrando o uso do plural a consciência da heterogeneidade cultural das Províncias, ainda que desconhecida. A ideia subjacente era a de que Portugal desempenharia uma missão civilizadora - a expressão *Nous-mêmes sans les Autres* pretende traduzir a tentativa de tornar os *Outros* idênticos a este *Nós* (mas um *Nós* que ainda se encontrava geograficamente longe), através de um processo de aculturação administrativamente gerido.

O país procurava ser um novo *Outro* aos olhos da Europa, aglutinando política e administrativamente «vinte milhões» de *Outros*. Neste sentido, mesmo que os portugueses (em Portugal) não tivessem noção da extensão imperial (propositadamente criada e divulgada) do seu país, a política ultramarina do Estado Novo integrava administrativamente o *Outro*, incluindo-o numa memória coletiva politicamente instrumentalizada, ainda que consciente dos seus diferentes “credos, costumes e culturas”. A reação essencial a obter sob a forma de imagem positivamente reconstituída era a de o surgimento de um novo Portugal aos olhos da Europa, nação pluricontinental e exemplo de integração multirracial – a nação do «Fado, mas [que] se quiserem chamem-lhe Lundum». A preocupação não estava na afirmação cultural do Lundum, mas antes, na afirmação do Fado perante a Europa, com a integração política do Lundum como exemplo. A intolerância política contra “todos os que dividem

ou conspiram (...) [terem] de ser os seus declarados inimigos e não [poderem] ter tréguas”, legitimava assim a institucionalização e a instrumentalização de uma memória coletiva como afirmação de uma nova identidade, de um *alter* Portugal, sobretudo a nível interno – o novo discurso interno da memória. Este tipo de discurso caracteriza-se pelo que Gellner (1998) *apud* Peralta (2007: 9) teorizou, sobre a memória coletiva:

Para Gellner (1998), *o vínculo social básico necessário à construção deste edifício nacional é o princípio da semelhança cultural. Este princípio tem por base uma cultura e uma história comuns que unem e identificam uma população com a sua comunidade de origem e de destino. Este novo modelo de coesão social seria socialmente publicitado por recurso à oficialização de uma memória coletiva deliberadamente desenhada para simbolizar a unidade nacional, garantir a legitimidade do Estado e sustentar o consenso político-social.*

Neste momento, o “princípio da semelhança cultural” foi posto em prática a partir de uma política assimilacionista nesta última fase da viragem portuguesa para África – fazer com que o Outro fosse igual a Nós. Ainda que este discurso mnemónico pudesse despoletar (como o fez) discursos de contramemória na aceção de Foucault (1977), a preservação de uma memória coletiva, a ideia de uma nação pluricontinental e plurirracial convenceria os portugueses em Portugal (e a Europa) de que a pátria ainda que só com o seu passado imperial neste momento reatualizado, resgataria através desse mesmo passado determinada condição de periferia ibérica. Apesar do discurso politicamente aglutinador, o facto de se manter o país fechado sobre si mesmo e de costas propositadamente voltadas para a Europa, levou a que os portugueses desconhecêssem culturalmente outros tantos milhões que faziam parte da sua *nação*. Este desconhecimento já tinha sido anteriormente ressaltado no seio da elite intelectual por Carlos Selvagem (em 1925), que se referiu à escassez de obras literárias de temática colonial (ou obras de carácter «exótico», segundo Pinto [2002]) como sinal de “desinteresse da população”. O discurso interno da memória politicamente instrumentalizada e de carácter pluricontinentalmente aglutinador – *Nous-mêmes sans les Autres*, mas com os outros como garante de sobrevivência identitária - prevaleceu ao longo deste momento histórico. Ao mesmo tempo, este discurso politicamente unívoco da memória coletiva estava à beira do colapso: enquanto Portugal continental instrumentalizava politicamente a memória coletiva, outros discursos, nas Províncias, se preparavam - os discursos do resgate identitário, a partir da luta pela independência. O carácter negocial e conflitual da memória entra agora em campo através do discurso da contramemória *contra* a memória coletiva politicamente forjada: “incluindo na análise das representações do passado a voz daqueles que foram silenciados e marginalizados pelos discursos dominantes” (Foucault, 1977) *op. cit.*, *apud* Peralta, 2007: 13). A memória coletiva politicamente instrumentalizada começava, desde há algum tempo, a dar sinais de fragilidade:

Após livros como Terra Morta, de Castro Soromenho, e Natureza Morta, de José Augusto França, ambos de 1949, após o início de um movimento literário vasto e difuso da africanidade, após a Segunda Guerra

Mundial, após o início do movimento da descolonização, de que império (de que África) poderia Portugal continuar a ser e a imaginar-se o centro? (Ribeiro, s.d.: 21).

Neste período de sístole cardíaca, Portugal assumiu identitariamente dois papéis que viriam a marcar as relações pós-25 de abril de 1974 consigo mesmo e com o Outro – o de migrante e o de viajante. Politicamente, e em nome do surgimento de um *Alter* Outro, Portugal viajou sem verdadeiramente sair de casa, o que lhe outorgou identitariamente a condição de viajante, mas também a de migrante. A aglutinação política de outros territórios (baseada numa relação histórica secular) – fez com Portugal viajasse até ao Outro mas com uma ressalva: o Outro teria de ser obrigatoriamente igual a *Nós* não havendo, portanto, espaço para negociação (a memória coletiva política não o permitia). Ao mesmo tempo, houve uma inversão na ordem dos fatores: se o “migrante é o viajante que não volta”, o mesmo não sucedeu depois do 25 de abril e das independências das ex-colónias: os migrantes portugueses que haviam partido para a continuidade da Nação – para África – regressaram a casa. Nesse retorno, trouxeram consigo novas memórias: a da vivência em África. Mas não foram apenas as novas memórias que regressaram: com elas vieram outras – as memórias dos imigrantes africanos:

Na sequência imediata de abril de 74 e da descolonização, e a par do regresso das centenas de milhares de portugueses residentes nas ex-colónias, uns poucos milhares de imigrantes africanos fixam-se em Portugal. Grande parte desse novo fluxo é composta por indivíduos e famílias que fogem a contextos de mudança e instabilidade política e, mais particularmente, a situações de guerra, podendo por isso ser considerado como migração de refugiados (Saint-Maurice e Pires, 1989 apud Machado, 1997: 21). Assim se dá início ao movimento de diástole cardíaca – o pós-25 de abril de 1974. Fado...e agora o Lundum?

1.3. DIÁSTOLE CARDÍACA – O ENTRELAÇAR DE DIFERENTES MEMÓRIAS SOCIAIS E HISTÓRICAS - «FADO... E AGORA O LUNDUM?»

Todos são oriundos de outras paragens – todos são imigrantes. A África é o mundo que partilham, mas dentro das suas fronteiras deslocam-se há séculos de um lado para o outro e misturam-se (nalgumas regiões do continente este é um processo que durou até aos nossos dias). Uma característica marcante desta civilização é assim um certo estado transitório, algo provisório, a ausência de continuidade material. Ébano - Febre Africana, Ryszard Kapuscinski (1998)

O momento histórico do 25 de abril de 1974 e a descolonização trouxeram consigo um *pós*: o da memória pós-colonial, aqui entendida no sentido histórico:

“Postcolonialism must be understood in two main senses. The first one concerns a historical period, the period that succeeds the independence of the colonies. (...). In the first sense, postcolonialism translates itself into a set of economic, sociological, and political analyses of the construction of new states” (Boaventura de Sousa Santos, 2001: 13).

Ao mesmo tempo que o período das independências dos PALOP implicou uma reestruturação política dos países recém-independentes, este momento trouxe a Portugal mudanças de nível político – o fim do Estado Novo; de nível social - o retorno e a entrada de milhares de indivíduos cuja fragmentação da ex-Nação plurirracial fez deslocar. Dada esta fragmentação da anterior memória coletiva, a sociedade portuguesa confronta-se com a convivência quotidiana com outras memórias e com outros discursos, numa continuidade geracional de determinados fluxos migratórios. Não se trata agora do anterior *Nous-mêmes sans les Autres*, mas de um quotidiano *Nous-mêmes avec les Autres*. Neste momento, a memória adquire mais do nunca um caráter negocial entre passado-presente-futuro: “a memória fornece referentes de significação constituídos por visões partilhadas do passado que são geradas pelo presente e orientadas para o futuro” (Peralta, 2007: 16). Neste caso, a visão partilhada do passado, sob diferentes pontos de vista, é a da colonização (traço histórico presente na memória de quem colonizou e de quem foi colonizado) – o presente – a descolonização – o presente-futuro: o tipo de relações que se geraram. Assim, surgem três tipos de memórias que se entrelaçam: a memória histórica de quem ficou no país de acolhimento, a memória das vivências dos portugueses que partiram – os migrantes que depois regressaram a casa - e as memórias dos migrantes africanos que se juntaram ao movimento de retorno. Com a alteração gradual da estrutura sociocultural portuguesa (no sentido em que sete anos depois da entrada massiva referida, cinquenta e quatro mil cidadãos de outros países dão entrada em Portugal), o país passa a viver o dilema mnemónico típico da Pós-Modernidade. Note-se que quando nos anos sessenta se assiste ao primeiro movimento migratório oriundo das colónias, Portugal encontrava-se ainda num regime político cujo discurso mnemónico não admitia contramemórias (embora as mesmas existissem já, mas clandestinamente). A emigração de muitos portugueses entre 1960 e 1973 – calculados em novecentos mil – levou a que, na altura, o Estado Português promovesse a vinda de trabalhadores das então Províncias Ultramarinas, nomeadamente de Cabo Verde – a chamada “imigração de substituição” (Amaro, 1985, 1986 *apud* Machado, 1997: 21). Neste momento, sendo o imigrante visto como força de trabalho «solicitada» num contexto em que Portugal e as Províncias se encontravam sob o mesmo regime político, a reivindicação mnemónica (a da contramemória) teria de ser prudentemente gerida ou mesmo silenciada – neste momento, qualquer memória «estrangeira» oriunda das Províncias Ultramarinas teria de ser cuidadosamente filtrada pela modelação discursiva política do Estado Novo. A partir de 1974, o anterior caráter unívoco de uma memória coletiva (veiculada pelo discurso oficial) é substituído pelo caráter polifónico das memórias de muitos Outros que deixam os países recentemente independentes. Os discursos serão não apenas *outros* mas de vários Outros, sobretudo a partir dos sucessivos fluxos migratórios desde 1981 até à presente década, que tornaram Portugal “num espaço instável em mutação e construção”:

Numa leitura sintética, Robin (1994) assinala, no contexto da União Europeia, três realidades migratórias distintas, no tempo e no espaço. Uma zona de acolhimento tradicional, incluindo a França e o Reino Unido; um “espaço singular”, constituído pela Alemanha, caracterizada pela imigração oriunda da Europa de Leste e do Médio Oriente; e um “espaço instável em mutação e construção”, formado pela Itália e Península Ibérica, solicitadas por novas imigrações africanas e asiáticas (Machado, 1997: 13).

A mutação e a construção deste espaço singular dá-se não só pelo tipo de fluxo migratório que o caracteriza, como também pelo tipo de relações estabelecidas entre esse espaço de acolhimento e as comunidades imigrantes. Em sequência do 25 de abril de 1974 e da descolonização, uma média de seiscentos mil portugueses, até à altura residentes nas ex-colónias, dá entrada em Portugal. Paralelamente a este retorno massivo, alguns milhares de imigrantes africanos fixam-se no país. Como apontado por Saint-Maurice e Pires (1989) *apud* Machado (1997: 21), este movimento migratório caracteriza-se como “migração de refugiados”, motivado por situações de instabilidade política e de guerra civil nos países de origem. A partir dos anos oitenta, o movimento migratório que se observa é o de tipo laboral: no caso cabo-verdiano, dá continuidade ao movimento iniciado nos anos sessenta; no caso dos restantes PALOP, estende-se a Angola e Guiné-Bissau (maioritariamente), Moçambique e S. Tomé (em fluxos quantitativamente inferiores relativamente aos dois primeiros países primeiramente mencionados). Ainda na década de oitenta, outras nacionalidades vêm reforçar *provisoriamente* o cenário sociocultural português: dá-se um aumento de entradas de cidadãos dos países membros da União Europeia (na altura ainda CEE), com duas diferenças relativamente ao fluxo migratório africano: “de acordo com Pires (1993: 185-187), se aquele se pode qualificar como “imigração laboral”, aqui trata-se na grande maioria dos casos de uma “*imigração profissional*”, composta por quadros dirigentes e profissionais científicos e técnicos que se instalam em Portugal por *período de tempo limitados* [sic]” (Machado, 1997: 24, sublinhado nosso). Em finais dos anos noventa, dão entrada os cidadãos da Europa de Leste, nomeadamente da Ucrânia e Moldávia (Suárez, 2008: 4). A caracterização dos diferentes tipos de fluxos migratórios, bem como o tipo de relação histórica com os respetivos países de origem orienta a resposta institucional do país de acolhimento, neste caso de Portugal. A migração de carácter provisório – o caso da imigração profissional – não exige do país o mesmo tipo de resposta relativamente à migração de refugiados e à migração laboral. Note-se que a migração de carácter profissional pode implicar um retorno aos países de origem (porque o período de tempo é limitado), enquanto a migração de carácter laboral e de refugiados implica um período de permanência mais incerto e, por esse motivo, mais propenso à sedentarização, dependendo certamente do tipo de acolhimento encontrado no país de chegada:

*Dadas certas condições estruturais, de natureza económica ou política, estabelecendo um cenário de migrações prováveis entre determinados pontos de partida e de chegada, a passagem à prática de intenções migratórias é favorecida na medida em que os potenciais migrantes estejam inseridos em redes de relacionamento interpessoal, que lhes facilitem, por exemplo, o apoio à instalação logo após a chegada e a informação sobre oportunidades de trabalho. Essas redes funcionam, assim, como elemento de intermediação entre os atores individuais e as forças estruturais de atração e repulsão, e não só apoiam como estimulam (Machado, 1997:23) “novas correntes migratórias, o que contribui para explicar a persistência de determinados fluxos populacionais mesmo quando cessam as condições estruturais que lhes deram início” (Rocha-Trindade, 1995: 91 *apud* Machado, 1997: 23).*

O que se tem verificado em Portugal, desde a década de sessenta, é que os fluxos migratórios são tendencialmente oriundos dos países lusófonos, tendência marcadamente sedentária no caso cabo-verdiano por exemplo: “a chegada, já nos anos sessenta, dos primeiros imigrantes cabo-verdianos lançou as bases de uma cadeia migratória que se mantém ativa até hoje” (Machado, 1997: 24); “em meados da década de sessenta deu-se a entrada em Portugal (então potência colonizadora) de uma massa enorme de cabo-verdianos que, até ao presente, não se estancou e já vai em mais de duas gerações” (Lopes Filho, 2006). O quadro seguinte dá-nos conta da evolução dos fluxos migratórios oriundos dos países lusófonos entre 1986 e 1996 (Machado, 1997:30):

QUADRO 1

População estrangeira oriunda de países lusófonos	Datas	
	1986	1996
Cabo-verdianos	26.301	39.236
Angolanos	3.966	16.172
Guineenses	2.494	12.548
Moçambicanos	2.475	4.396
Santomenses	1.563	4.174
Brasileiros	7.470	20.027

Assim, em 1986, num total de 86.982 estrangeiros em Portugal, 36.799 eram oriundos dos PALOP, em contraste com os 24.040 oriundos da Europa; em 1996, num total de 170.962 estrangeiros em Portugal, 76.526 destes cidadãos eram oriundos dos PALOP, contrastivamente aos 46.033 cidadãos da Europa (Machado, 1997: 30). Em nome destes fluxos migratórios clara e maioritariamente oriundos dos países lusófonos, a resposta institucional de Portugal orientou-se para a criação de condições que visassem não apenas a integração social, mas também o respeito pela diversidade étnica. Se, como referido anteriormente, estas migrações tendem a aumentar com fortes perspetivas de sedentarização (pelo tipo de redes familiares que geram), por outro lado as ligações históricas entre Portugal e estes países podem significar o estabelecimento de relações que promovam o diálogo intercultural em nome da permanente atualização das memórias histórico-culturais partilhadas pelos países. Não quer isto dizer que as outras nacionalidades, em menor número em termos de fluxos migratórios, não sejam abrangidas pelas políticas de imigração e práticas de boa integração, no caso dos cidadãos moldavos e ucranianos, por exemplo; no entanto, Portugal não tem com os países de origem destes cidadãos a mesma relação histórica que partilha com os cidadãos oriundos dos países lusófonos. Neste sentido, dá-se o reforço de uma política de acolhimento e de integração de imigrantes, coordenada desde 1996 pelas diretivas do, na altura, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)⁸ com a missão de:

⁸ O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas passou a auferir de novo estatuto a partir do dia 01 de junho de 2007, designando-se de ACIDI, I.P., - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: “no seguimento das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objetivos do Programa do XVII Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos com ganhos de eficiência, foi feito um esforço de racionalização estrutural consagrado no Decreto-Lei que aprova a Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros (DL nº 202/2006, de 27 de outubro). Neste âmbito foi criado o ACIDI, I.P., que resulta da extinção por fusão dos seguintes organismos, cujas atribuições passam a estar integradas no ACIDI, I.P.:

- ACIME- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
- Estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas

promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica (Art. 3º da Declaração Universal da Diversidade Cultural (Unesco, 2001) apud Marques, Rui, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas)

Verifica-se que o reforço da política de acolhimento e de integração de imigrantes ocorre depois de dois processos de regularização extraordinária de imigrantes – o primeiro ocorrido em 1993, o segundo em 1996, a que se seguiram os processos de 2001 e 2003, este último no âmbito do Acordo Luso-Brasileiro (Suárez, 2008: 9). Os processos de regularização extraordinária e as Diretivas do ACIME podem ser vistas de forma concomitante e com dois objetivos: o de, por um lado, impedir que uma potencial rede migratória clandestina se desloque para outros países europeus, sobretudo para o espaço UE; o de, por outro lado, garantir que o primeiro princípio-chave da política de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal – o da **“Igualdade** de direitos e deveres” – possa ser colocado quotidianamente em prática, a partir da regularização de cidadãos estrangeiros – nómadas do presente e potenciais sedentários do futuro. O raio de ação das políticas de imigração, como referido anteriormente, tem projetado de Portugal a imagem de um país favorável à imigração, já quantificada em resultados positivos através dos indicadores do Índice de Políticas de Integração de Imigrantes (MIPEX)⁹. O estudo de Bélen Fernandez Suárez - «Políticas comparadas de integração de estrangeiros entre Espanha e Portugal» (2008) demonstra que Portugal é o segundo país, no conjunto dos países da UE-15 (2006) “em que se aplicam medidas de integração mais favoráveis aos imigrantes (com uma pontuação de 79 pontos sobre 100) depois da Suécia” (Suárez, 2008: 8). Veja-se o quadro abaixo (“Tabela 3: Índice de Políticas de Integração de Imigrantes para Espanha, Portugal e a EU-15 [2006]”, Suárez, 2008: 8):

QUADRO 2

Índice de políticas de Integração de Imigrantes (2007)	Espanha	Portugal	EU-15
Acesso ao mercado de trabalho	90	90	64
Reagrupamento Familiar	66	84	59
Residência de longa duração	70	67	61
Participação política	50	79	60
Acesso à nacionalidade	41	69	48
Antidiscriminação	50	87	66
- Definições E conceitos	63	100	---
- Campos de aplicação	50	100	---

- Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões

- Estrutura de Missão”. Informação retirada do sítio www.acidi.gov.pt, consultado a 11 de junho de 2010, às 14h56.

⁹ - “O Índice de Políticas de Integração de Imigrantes (MIPEX) é uma iniciativa promovida pelo British Council e o Migration Policy Group, e apoiada pela Comissão Europeia. Na mesma, participam parceiros oriundos de 19 países e cujo objetivo consiste em melhorar a política de integração de imigrantes na União Europeia. O MIPEX é um instrumento que nos permite comparar e avaliar as diversas políticas de integração de estrangeiros levadas a cabo nos países da UE-25 e três países extracomunitários como são o Canadá, Suíça e Noruega” (Suárez, 2008: 8).

- Mecanismos de aplicação	67	89	---
- Políticas de Igualdade	21	64	---

Este quadro fornece a indicação da pontuação obtida por Portugal, dez anos depois das diretivas do ACIME, relativamente às políticas de integração de imigrantes em Portugal. Do quadro original de Suárez (2008: 9), especificou-se o indicador *Antidiscriminação*, aquele que estará mais diretamente relacionado com as relações socioculturais derivadas da memória histórica partilhada entre Portugal e o fluxo migratório numericamente mais significativo: o dos países lusófonos. Na lógica de interpretação cruzada dos resultados – o do fluxo mais significativo em termos de países de origem (quadro I) e o indicador *Antidiscriminação* (quadro II) – pode inferir-se que há uma preocupação com a diversidade étnica: “Definições e conceitos”, “Campos de aplicação”, “Mecanismos de aplicação” e “Políticas de Igualdade”. Esta preocupação institucional poderá apontar para a prática simultânea da integração e do diálogo intercultural, como forma de solução de determinados conflitos que derivam da convivência quotidiana de diferentes hábitos socioculturais.

Os sete princípios-chave do extinto ACIME, que orientaram a política de acolhimento e de integração de imigrantes em Portugal surgiram, portanto, enquadrados no atual contexto social português, como resposta à alteração do mosaico sociocultural português fortemente modificado pela dinâmica migratória.

Entre os sete princípios-chave – *igualdade, hospitalidade, cidadania, corresponsabilidade, participação e consenso*, destaca-se o da *interculturalidade*:

Mais do que uma coexistência pacífica de diferentes comunidades, o modelo intercultural afirma-se no cruzamento e miscigenação cultural, sem aniquilamentos nem imposições. Muito mais do que a simples aceitação do “outro” o modelo intercultural propõe o acolhimento do “outro” e transformação de ambos com esse encontro (Rui Marques, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas).

Repare-se que estas respostas institucionais dão-se num contexto que ilustra várias modificações desde os anos sessenta; a partir da década de oitenta, o tipo de movimento migratório assume características diferentes relativamente ao movimento anterior. Dá-se num contexto em que a memória de Portugal já não é politicamente unívoca e, ao mesmo tempo, este movimento migratório assume um caráter espontâneo da parte de quem chega, ao contrário da imigração «solicitada» na década de sessenta. Por outro lado, os imigrantes das ex-colónias entram em Portugal recém-chegados, por sua vez, de um momento em que os respetivos países entravam na fase de habituação a uma identidade independente: uma identidade também ela em fase de atualização, tentando libertar-se do passado colonial. Tendo este contexto como pano de fundo, o diálogo intercultural, “sem aniquilamentos nem imposições” poderá ser o caminho a percorrer para que relativamente aos descendentes dos filhos de imigrantes e aos novos fluxos migratórios, o país de acolhimento e esses mesmos fluxos que para ele se dirigem ou nele continuam a viver se habituem a partilhar uma memória que já não é unívoca.

A análise do impacto destes movimentos migratórios na dinâmica da sociedade portuguesa contemporânea poderá ser feita a dois níveis: a nível institucional e na prática do quotidiano. A nível institucional, a tendência é a da prática da boa integração, que se verifica tanto na ação do ACIDI como na ação das Organizações Não Governamentais. É de salientar que no âmbito do princípio da hospitalidade foram criados o *Sistema Nacional de Apoio ao Imigrante*, os *Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (one stop shop)*, a *Rede Nacional de Informação ao Imigrante* e as ações de ensino de Português dinamizadas pelo *Programa Portugal Acolhe* (Rui Marques, ACIME, *op. cit.*). Na prática do quotidiano – convivência comunitária - a tendência aponta para o fenómeno de tipificação e de seleção, da parte dos portugueses relativamente às diferentes nacionalidades / origens dos imigrantes: “os portugueses preferem os brasileiros para conviver, os imigrantes de leste para trabalhar e dificilmente optam por se relacionar com os cidadãos de origem africana” (Cunha et alii, 2006: 23). Esta tendência para a seleção reveste três aspetos: a relação de integração social, a relação histórico-afetiva, além das imagens veiculadas pelos próprios grupos e pelos diferentes discursos no país de acolhimento, nomeadamente, na comunicação social. O terceiro aspeto relaciona-se com os momentos de entrada e com as motivações para os diferentes fluxos migratórios.

Relativamente à relação histórico-afetiva, note-se que a imigração africana, apesar das diferentes motivações e tipos de imigração (no caso cabo-verdiano, migração de substituição nos anos sessenta, nos casos angolano, guineense, moçambicano e santomense, migração de refugiados e, atualmente, migração laboral) pode evocar, quer para os migrantes, quer para os indivíduos do país de acolhimento, uma memória, por vezes, pesada: as independências das ex-colónias, comparativamente ao Brasil foram muitíssimo mais recentes, podendo comportar ainda o discurso da contramemória, evocada quando os estereótipos criados entre ambas as partes são negativos. Daí que, enquanto institucionalmente, o discurso seja o da integração (apoiado em boas práticas e na criação de comissões como a CICDR),¹⁰ a prática quotidiana da convivência aponte para a tolerância, no sentido de *suportar* sem necessariamente *aceitar* e *integrar* à partida.

Outro aspeto a ter em conta é o da reserva entre ambas as partes (sobretudo relativamente à geração dos filhos de imigrantes), e é aqui que os discursos mnemónicos entram em conflito: no caso da migração de refugiados, em que muitos saíram dos países de origem por razões económicas e de guerra civil, a disposição relativamente ao Outro, no país de acolhimento, pode tornar-se mais defensiva ou mais reservada, gerando situações de confronto cultural e identitário, se não houver uma integração social e uma enculturação de facto. Esta atitude defensiva ou de reserva, muitas vezes adquirindo contornos de violência e de alienação, volta a polarizar o discurso no binómio ex-colonizador e ex-colonizado. Desta forma, o fator exclusão social pode influir na relação cultural entre Nós e o Outro: se não se atinge uma plataforma de entendimento social, o diálogo intercultural dificilmente se potencializa, o que contextualiza a não-preferência dos portugueses relativamente a

¹⁰ CICDR: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

hábitos de convivência com cidadãos de países africanos (apesar da prática institucional). Neste sentido, compreende-se que o combate à exclusão social, a partir de políticas de igualdade, seja uma das diretrizes de atuação institucional, no sentido de tornar estes nómadas do presente em sedentários do futuro, num contexto cultural favorável.

Há outro fator a ter em conta relativamente às situações de confronto cultural e identitário, que poderá estar na base do raio de ação institucional: a geração dos filhos de imigrantes. A questão tem sido amplamente discutida e tem gerado reações nos subindicadores “Campos de aplicação” e “Mecanismos de Aplicação” (Quadro II): “Note-se que amiúde se fala de crise de identidade quando os filhos de imigrantes não optam por se identificarem nem com o país de origem dos pais, nem com o seu país de nascimento e/ou socialização” (Carvalho, 2007: 2). Estes são os nómadas que estão num entre-lugar presente problemático relativamente a uma sedentarização sociocultural de facto, no futuro. Não nasceram no país de origem dos pais, e ao mesmo tempo nem sempre se identificam com o país de acolhimento daqueles. Ao mesmo tempo, e dando como exemplo o caso dos filhos de imigrantes cabo-verdianos, o país de acolhimento partilha uma memória histórica com o país de origem dos pais. Esta crise de identidade enquadra-se em dois polos: a geração não nasceu no país de origem dos pais (portanto não há uma noção de pertença natural), mas também não se identifica com o país de acolhimento dos pais, por vezes derivada de uma memória histórica amiúde conotada negativamente: para eles, Portugal pode não significar diálogo lusófono, mas sim um confronto identitário, na medida em que poderão não pretender identificar-se com um país que colonizou o país dos progenitores.

Assim, para resolver a bipolaridade que se pode converter em atitudes de alienação social e cultural, começam a surgir exemplos de associações e projetos, na prática do quotidiano, que envolvem agentes tanto do país de acolhimento como do país de origem dos imigrantes e respetivos descendentes. O dossier «Cidadania, cidadanias» publicado na revista *Noesis* (abril - junho de 2007) faz referência à Associação Cultural Moinho da Juventude e ao Projeto da Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, cuja equipa é coordenada por Maria Helena Mira Mateus. Estes dois raios de ação enquadram-se, por sua vez, em dois dos princípios-chave de atuação do ACIME (atual ACIDI): no de interculturalidade e no de igualdade. A Associação Cultural Moinho da Juventude foi criada nos primeiros anos da década de oitenta, pelos moradores do bairro da Cova da Moura, nos arredores de Lisboa. Depois da escritura pública efetuada em 1987, que oficializou a Associação, a mesma tem vindo a desenvolver projetos enquadrados quer na integração social, quer na promoção do diálogo intercultural e da manutenção de costumes do país de origem dos habitantes do bairro, maioritariamente cabo-verdianos:

Preservar e divulgar a cultura de origem dos moradores tem sido um dos eixos das suas atividades, traduzida na criação de grupos culturais como o Kola S.Jon e o Grupo de Batuque Finka PÉ, este último com várias atuações fora do bairro, em diversos eventos (Noesis, nº 69, abril - junho de 2007: 30).

O projeto da Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), entre 2003 e 2007, sensibilizando a comunidade para o atual contexto multilingue nas escolas e valorizando as línguas maternas dos alunos, criou linhas orientadoras e materiais que pudessem contribuir para melhorar a competência comunicativa em português em falantes de outras línguas maternas, respeitando a legislação em vigor de que devem ser consagrados noventa minutos por semana ao ensino do português como língua não materna. Este projeto já obteve resultados – o CD 1 – *Primeiros Resultados* (lançado em novembro de 2005) com uma análise de dados sobre a diversidade linguística nas escolas; o CD 2 – *Análise e Materiais* (novembro de 2006), inclui propostas de exercícios para o ensino do português Língua Não Materna e listas de vocabulário multilingue em português, cabo-verdiano, ucraniano, guzerate e mandarim, além de textos formativos destinados aos professores¹¹. O resultado final foi o da publicação do livro *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, em 2008*. Esta preocupação com a língua, fator de inclusão sociocultural, constitui um exemplo da forma como Portugal procura promover a enculturação quer dos imigrantes, quer dos seus filhos. Apesar de o fluxo migratório apontar para uma tendência marcadamente lusófona no tocante aos países de origem, a preocupação estende-se a outras nacionalidades, o que mostra que o país vai dando respostas na medida do gradual alargamento do espaço sociocultural. Assim, para minorar o choque bipolar entre a língua materna dos pais e a língua veicular e de comunicação, estes projetos contribuem para que a comunicação em português – uma das principais fontes de contacto – não seja, pela falta de domínio da língua, um entrave ao diálogo social e intercultural.

Estes foram alguns exemplos referidos para explicar os pontos de partida mencionados na introdução da presente comunicação. A lusofonia já não é apenas um projeto idealista de união, sob a mesma língua, de países que partilharam a mesma história. Ainda que com aspetos a melhorar, a nível de um maior acompanhamento e avaliação de projetos implementados e ou fase de implementação, o país alimenta uma relação de complementaridade que se reflete e se vai construindo diariamente nas práticas institucionais de boa integração dos vários fluxos migratórios, a nível interno. Do anterior *Nous-mêmes sans les Autres*, Portugal passou a ser um país de *Nous-mêmes avec les Autres* estes que, se vistos numa perspetiva de possível sedentarização, serão les *Autres* em nome do respeito e preservação da sua identidade cultural, mas ao mesmo tempo, *Nós-Outros-Todos*. Um Portugal maior e historicamente familiar surge como a tendência dominante nesta relação lusófona interna: a tendência presente e que aponta para um futuro análogo, na dinâmica dos atuais fluxos migratórios é a de, no caso de Portugal, a imigração se cingir quase exclusivamente aos países lusófonos: “no ano 2006, representavam em Portugal cerca de 37% do total de residentes estrangeiros” (Suárez, 2008: 5). Como apontado por Machado (1997, *op. cit.*), a facilidade do domínio da língua, a existência de redes familiares e as afinidades histórico-culturais existentes entre Portugal e os países lusófonos são fatores de ponderação nesta tendência. Ao mesmo tempo, a

¹¹ - Fontes: Revista *Noesis* nº 69, abril - junho de 2007, páginas 36-37; site www.oi.acidi.gov.pt, consultado a 11 de junho de 2010, às 15h22.

criação da CPLP em 1996 veio reforçar esta tendência e esta preferência, apesar da preocupação com um maior rigor no controle de entradas de cidadãos estrangeiros na União Europeia. O presente-futuro aponta, portanto, para uma aproximação recíproca. Essa aproximação, como tem vindo a ser referido ao longo do presente estudo, deve-se à atualização contemporânea da lusofonia na memória histórico-cultural portuguesa. Note-se que muito se tem evoluído desde o período histórico pós-colonial, isto é, do período imediatamente a seguir às independências das ex-colónias e da reestruturação política de Portugal depois do 25 de abril de 1974. A Lusofonia deixa de ser um conceito abstrato para cada vez mais passar a fazer parte da memória política e cultural portuguesa, na prática do quotidiano, quer a nível interno, quer a nível das relações externas que, como referido anteriormente, privilegiam os laços de cooperação com os países da CPLP. Muito mais do que uma reconciliação com um passado histórico, em momentos, doloroso no tocante ao contacto com o Outro, Portugal procura atualizar a História de forma a promover o diálogo intercultural, tentando, acima de tudo, não anular, mas integrar nas suas redes sociais e culturais outras identidades que afinal são, secularmente, também a sua.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bellei, Sérgio. (2001) "Pós-Colonialismo: Culturas em diálogo", *Ilha do Desterro*, nº 40, Florianópolis, janeiro - junho, disponível em www.periodicos.ufsc.br, pp. 108-171
- Cahen, Michel. (1997) « Salazarisme, fascisme et colonialisme – Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception », Centre d'étude d'Afrique noire de l'Institut d'études politiques de Bordeaux, Unité mixte de recherche CNRS-IEP n 206, disponível em pascal.iseg.utl.pt/~cesa, pp. 1-21
- Carreira, Shirley. (2003) «A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: uma poética de descolonização literária», *Unigranrio*, nº VI, julho - setembro, disponível em alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/shirley03.rtf; também disponível em www.unigranrio.br, pp. 1-5
- Carvalho, Francisco. «Segunda Geração e Crise de Identidade. Breve Discussão de Conceitos», *Revista de Estudos Cabo-V*
- Cunha et alii. (2006) *Media, Imigração e Minorias Étnicas*
- Fonseca, Ana Margarida. «Testemunho (s) e memória (s) – imagens pós-coloniais da alteridade», *Literatura e Pluralidade Cultural*, Atas do 3º Congresso Nacional da APLC, Lisboa, Colibri, pp. 179-189
- IPAD. (2005) «Intervenção do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento», Seminário "Portugal Cabo Verde: Uma Parceria para o Futuro", Lisboa, disponível em www.portugalcaboverde.com, pp. 1-6
- Lima, Mesquitela. (1980) «Amílcar Cabral e a Cultura» *Raízes*, nºs 7/16, julho-78/dezembro, pp. 3-7
- Lopes Filho, João. (2006) «O Multiculturalismo e a Integração dos Filhos dos Imigrantes Cabo-verdianos», *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, CNI-UniCV, janeiro nº 2, pp. 8-27
- Machado, Fernando. (1997) «Contornos e especificidades da imigração em Portugal», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 24, pp. 9-44
- Marques, Rui (s.d.). «As grandes linhas da política de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal», disponível em web.ccdr-dlq.pt
- Mattoso, José. (1994) «O Estado Novo» *História de Portugal, Lisboa, Editorial Estampa*, vol. 7, pp. 485-495
- Mesquita, Ana Guedes. (2005) «A política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento», *Lisboa, Cesa (Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa*, nº 67, pp. 1-21
- Neto, Félix. (1997), *Estudos de Psicologia Intercultural – Nós e Outros*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Oppenheimer, Jochen (1997) « Réalités et Mythes de la Coopération Portugaise », *Lusotopie*, pp. 469-478
- Peralta, Elsa. (2007) «Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica», *Antropologia, Escala e Memória*, Lisboa, nº 2, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa – Universidade Técnica de Lisboa, pp. 4-23
- Pinto, Alberto. (2002) «O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951); Colonialismo e Propaganda», *Clio*, nº 7, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 191-249
- Ribeiro, Margarida. (s.d.) «Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo», disponível em www.ces.uc.pt/publicacoes, pp. 2-40
- Santos, Boaventura de Sousa. (2002) «Between Prospero and Caliban: Colonialism, Post-colonialism, and Inter-identity», *Luso-Brazilian Review*, 39/2, University of Wisconsin System, pp. 8-43
- Suárez, Belén. (2008) «Políticas comparadas de integração de estrangeiros entre Espanha e Portugal», VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, disponível em www.aps.pt/vicongresso, pp. 3-16



15. HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & AICL



HELENA CHRYSTELLO, Vice-presidente da direção, membro dos comités científico e executivo dos colóquios desde o primeiro, preside ao secretariado e é moderadora de sessões.

Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso pela Universidade Aberta; curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional. Lecionou, desde 1976/1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).

Foi Professora Assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002/2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005).

Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986/1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais, com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade.

Pertence à ACT/CATS ‘Association Canadienne de Traductologie’ e à SLP.

Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009.

É coautora com a Professora Doutora Maria Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) da Antologia de (17) autores açorianos contemporâneos (originalmente destinada ao currículo regional) cuja edição bilingue (PT-EN) de 15 autores, foi lançada no 16º colóquio. Na EB 2,3 da Maia é Coordenadora do Departamento de Línguas e exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente. Prepara nova obra sobre dramaturgia açoriana.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO

APRESENTA A ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS.



16. HELENA ANACLETO-MATIAS – INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO ISCAP, IPP



TEMA 2.1 TONALIDADES E SONORIDADES PORTUGUESAS EM “UNHOLY GHOSTS” DE RICHARD ZIMLER,

Palavras-chave: representações culturais, biculturalismo e bilinguismo, cultura luso-americana, folclore

1.

O presente artigo sugere que as representações de Portugal na obra norte-americana *Unholy Ghosts*, de Richard Zimler, são filtradas pelas temáticas inerentes ao contexto ficcional presente, isto é, em relação à temática estudada pelos Estudos Gay e ao recurso à linguagem adolescente como técnica basilar da conceção da personagem secundária deste romance, isto é, de António. Numa abordagem que se pretende etnográfica, analisa-se o episódio da inclusão musical de um tema folclórico Minhoto e a sua importância na articulação narrativa do romance com as recorrentes referências aos Conservatórios de Música do Porto e de Paris e da composição de uma obra musical intercultural da personagem António. Ainda no âmbito antropológico, descreve-se a inclusão do culto aos mortos em Portugal através da participação no velório de uma portuguesa de Monsaraz, e uma visita ao cemitério da Vila de Almeida descrita por um Narrador norte-americano, que pode ser visto como o alter-ego do escritor Richard Zimler, o Professor de António. Repensando o romance em termos metaliterários, e sob uma perspetiva da inclusão da própria Literatura e da referência de publicações em Portugal no romance *Unholy Ghosts*, analisa-se a importância narrativa da inclusão de uma edição bilingue de um poema de Walt Whitman da Assírio e Alvim. No contexto gastronómico, que é uma referência cultural da tonalidade portuguesa marcante neste romance norte-americano, descreve-se a importância do bacalhau e a sua função narrativa de estabelecimento de camaradagem à mesa de dois convivas; ainda no contexto das bebidas, existe a incontornável referência ao Vinho do Porto por oposição ao Ouzo grego e ao Xerez espanhol que são consumidos ao longo de toda a narrativa, enquanto *leitmotiv*. Sendo as duas principais personagens do romance discutivelmente bilingues, isto é, António e o seu Professor

– um é um jovem guitarrista clássico português que fala inglês com pouca mestria e o seu Professor é norte-americano, imigrado em Portugal, trabalhando no Conservatório do Porto e sendo pouco proficiente no falar luso...

- existem, no entanto, constantes referências a motivos biculturais. Desta forma, propomo-nos a uma análise abreviada do conceito dos seus bilinguismo/biculturalismo enquanto pano de fundo para reflexões do tipo

conclusivo: quais os estereótipos que estão patentes no imaginário do leitor norte-americano e do português que lhe permitem tirarem ilações e interpretações diferentes da obra?

De que forma o leitor português se vê retratado culturalmente na obra?

Até que ponto a introdução de diálogos e/ou expressões em português de ambas as personagens principais contribui para a “cor local” presente em toda a obra?

De uma forma preliminar, podemos adiantar que, para um leitor norte-americano, a personagem de António surgirá como mais interessante do que o Professor devido ao seu “exotismo cultural”, por ser português; por outro lado, as singularidades norte-americanas no que toca às especificidades nova-iorquinas e californianas da sua experiência pré-Porto, tornam a personagem do Professor como mais cativante para o imaginário de um leitor português, porque as suas coordenadas espaço-culturais são diferentes das dos lusofalantes... Por outro lado, o facto de ser um romance originalmente escrito em inglês, mas ocasionalmente ter em si formas de diálogo em português, mostra que há um empenho do autor Richard Zimler para retratar a cultura lusófona no seu romance, resultando daí alguma chamada “cor local”, ou seja, a tonalidade portuguesa faz-se através da sonoridade do discurso em português na troca de palavras entre António e o seu Professor na sua relação homossexual.

2. REPRESENTAÇÕES GAY E LINGUAGEM ADOLESCENTE

*O facto de as personagens principais de *Unholy Ghosts*, António e o seu Professor, serem homossexuais, implica uma representação Gay da realidade. A mundividência de António e do seu Professor é modalizada pela sua característica Gay. Para eles o mundo é um desafio em que há sempre uma dicotomia enquanto Sujeitos que não são o Outro, mas sim um Eu, com valor autónomo. Homi Bhabha atacou a produção da civilização Ocidental que defende as oposições binárias.*

*Em *The Location of Culture*, (Bhabha, 2004), Bhabha defendeu que essas relações binárias incluem o centro/margem, o civilizado/selvagem, e o esclarecido/ignorante. No dizer do mesmo, estas relações binárias são prejudicadas pelo facto de os primeiros pretenderem dominar os segundos termos dos pares binários.*

Além disso, para ele a noção de “hibridismo cultural” (Rutherford, 1990: 216 et alli) propõe o conceito das relações interculturais serem interativas, pelo que se influenciam em várias direções e não só binariamente.

Na relação entre o Centro-Margem e Opressor-Oprimido, na circunstância do enredo, António acaba de saber que é portador do vírus VIH e, como tal, expressa-se como um adolescente frustrado, sem esperança, sob o choque da notícia e debatendo-se com questões que se prendem com a futilidade e brevidade forçada da vida e da proximidade da morte. Para ele, tocar guitarra já não faz nenhum sentido, e ingressar no Conservatório de Paris ainda menos. Mas ao longo da narrativa, o triângulo pseudoamoroso que se estabelece entre António, o Professor e o Pai de António acaba por dominar o percurso da viagem física que fazem entre o Porto e Paris de carro, mas também, e simbolicamente, a viagem que fazem ao interior dos seus sentimentos na descoberta de si próprios e da sua relação com o Mundo e com os Outros. A linguagem irreverente de António, ou seja, as sonoridades adolescentes deste lusofalante, faz com que a narrativa seja mais vívida e realista, com as observações repentinas

e mordazes deste estudante de guitarra clássica, criando muitas vezes um ambiente bastante incómodo e que, devido à sua situação de saúde débil, não é, na maioria das vezes, repreendido nem pelo Professor, nem pelo seu próprio pai.

2.1. ETNOGRAFIA E FOLCLORE

Pedro Homem de Melo foi o grande divulgador do Folclore português, com especial destaque para o folclore Minhoto, em televisão, na década de 70. Num programa que era passado ao domingo à hora do almoço, Pedro Homem de Melo mostrava os cantares e as danças de numerosos ranchos folclóricos, marcando o ideário português e especialmente o de toda uma geração que aprendia as primeiras letras, como é o caso da analista presente.

2.2. O “MARINHEIRO NOIVO”

A canção do folclore minhoto “O Marinheiro Noivo” é apresentada na obra *Unholy Ghosts* como sendo um *leitmotiv* caracterizador da personagem Miguel, que é o Pai de António. Foi o pai que ensinou esta melodia ao filho em criança, e foi o filho que a aprendeu a tocar sozinho na guitarra clássica. Este vê a canção folclórica como algo ao mesmo tempo repugnante, porque lhe lembra as origens galegas do Avô, o qual despreza vivamente, apelidando-o de “louco” e fascinante por outro lado, porque evoca os melhores momentos da sua infância, quando cantava juntamente com o seu Pai.

2.3.A OBRA MUSICAL DE ANTÓNIO

Em Espanha, quando António foge secretamente do convívio com o Pai e o Professor, vem-se a saber mais tarde que esteve a compor uma trilogia musical de sabor intercultural, nomeadamente, portuguesa, galega e catalã com inspirações no folclore popular da Ibéria, quando passa cerca de cinco horas em casa de uma cantora a tocarem e a cantarem numa chamada *Jam Session* à qual se junta um outro cantor catalão.

2.4.O CULTO AOS MORTOS

William Almeida de Carvalho em “O Rito de Iniciação: uma Abordagem” afirmou que há diversos ritos que podem ser estudados,

“tais como: da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção [sic], da gravidez e parto, do nascimento, da infância, da puberdade, da iniciação (...), da ordenação, do noivado, do casamento, dos funerais, das estações, etc. (...) o esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria ritos preliminares (separação), liminares (margem), e pós-liminares (agregação) (...) Nas nossas sociedades modernas só há separação um pouco nítida entre a sociedade leiga e a sociedade religiosa, entre o profano e o sagrado... Entre o mundo profano e o sagrado há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de um ao outro não pode ser feita sem um estágio intermediário (...); esta passagem é

acompanhada por atos [sic] especiais que, por exemplo, constituem, para os nossos ofícios a aprendizagem.”

Também o culto aos mortos representa um rito de passagem e nesta obra este rito é abordado através de um velório em Monsaraz e de uma visita a um cemitério em Almeida.

2.5. EPISÓDIO DE MONSARAZ

A abrir a narrativa de *Unholy Ghosts*, a qual é constituída por uma longa carta imaginária a Carlos, o antigo companheiro do Narrador, sendo este simultaneamente o Professor de António, conta-se um episódio em que Carlos e o professor estiveram em Monsaraz. A descrição da entrada na povoação é marcada por um bucolismo saudosista de uma visão ultraurbana, como se fosse uma paisagem pintada por Giotto que nos leva a sonhar pacificamente. Logo surge um senhor de idade, de traje domingueiro e corte de cabelo “à antiga portuguesa” que é o protótipo do “Bom Selvagem” de Jean-Jacques Rousseau. Em diálogo, mais ou menos telepático, e através de gestos, já que o Professor não fala português e o senhor de idade de Monsaraz não fala a língua materna inglesa do Professor, ambos se passeiam pela povoação indo parar a casa deste habitante local. Descrita com os olhos de um americano que vê tipicismo em tudo, desde o vaso de flores pendurado à porta de casa com tonalidades de primavera, até ao corredor estreito da casa, o Professor acaba por entrar no quarto do senhor, onde a esposa, falecida recentemente, está em exposição juntamente com velas e um xaile que lhe envolve a face. A sonoridade portuguesa é encarnada numa borboleta com o seu esvoaçar e que este Bom Selvagem quer fazer crer ao Professor de António que é a alma que se desprende do peito e voa até ao alto. O Professor acaba por, apesar de sensibilizado pela sua viuvez recente e pelo facto de o ter levado a sua casa, se revoltar, pois acha que não lhe deve ser imposta uma intimidade de tal natureza, já que na sua cultura os velórios são algo da esfera do privado e a relação com a morte é encarada de forma diferente da lusitana.

2.6. EPISÓDIO DE ALMEIDA

Já durante a viagem no carro americano enorme e preto parecido com o carro do Batman, o *Batmobile*, desde a cidade do Porto rumo a Paris, atravessando território espanhol, o Professor, António e Miguel param na Vila de Almeida. No caminho para esta vila, é igualmente descrita a passagem através das montanhas até chegar ao segundo maior pico de Portugal, a Serra da Estrela, a qual parece aos olhos do Professor: “the Black Hills of South Dakota” (UG: 117). Já em Almeida, António está com a sua má disposição do costume em relação a tudo porque está revoltado com a vida e vai dar um passeio pela povoação. Descrita com os olhos de um estrangeiro e muito poeticamente, Almeida aparece como um episódio de paz subjacente aos olhos de um cidadão do mundo que está habituado a grandes metrópoles. Nem um cão com ar semiferoz pode perturbar a calma do Professor que se junta a António na sua passeata por Almeida. Como a povoação é pequena, acabam por ir dar ao cemitério local, onde se deparam com uma placa funerária que acaba por impressionar ambos, em especial António. Na lápide tumular lê-se “Um bom pai e jardineiro” (UG: 122). No cemitério existe igualmente um tomateiro plantado na

campanha referida e António declara que não se lembra se gosta ou não do sabor do tomate. Tendo em conta estes episódios neste cemitério, o mesmo parece um “filme de Vincent Price”, onde, de novo, a tonalidade portuguesa do vermelho dos tomates sugere a vida que adquire aqui uma dimensão simbólica: António, ao definhar, vai esquecendo o que é a cor da vida.

3.LITERATURA: FUNÇÃO DA POESIA BILINGUE

Em relação à imprensa portuguesa, o Narrador-Personagem, professor de guitarra de António no Conservatório português, diz ter lido uma notícia que traz consigo na carteira, tendo-a mesmo fotocopiado para António, em que se fala da má qualidade dos preservativos à venda em Portugal – “Preservativos: 60% sem qualidade” (UG: 111), numa tentativa de fazer com que o seu pupilo apenas pratique sexo seguro. O Professor comenta, que tal como o sistema de esgotos português não presta, pois não escoam umas cuecas dele ou umas peças de *lingerie* de Fiama, a sua colega de apartamento, também os preservativos são de má qualidade. O que nos diz este episódio? Que o Professor “pinta” a cultura portuguesa com tonalidades escuras, tal como o seu estado de espírito daquela altura, ou seja, uma tonalidade cinzenta, e que revela novamente uma diferença entre a sua cultura e a lusófona. No tocante à Poesia em edição bilingue, focávamos na introdução do presente artigo, o caso de “Song of Myself”, de Walter Whitman, publicada pela Assírio & Alvim em 1992 (UG: 201). Nesse mesmo capítulo de *Unholy Ghosts* refere-se que o Professor e António teriam lido a edição bilingue pouco tempo depois de se terem conhecido e de se terem tornado namorados. Bastante mais adiante na narrativa, é dito que António quer ensinar o poema em português ao Pai, para que cantem juntos a composição musical que António escreveu. Assim, a sonoridade portuguesa de “Song of Myself” é introduzida, de forma a conferir uma especificidade lusófona na obra em causa. Mais adiante ainda, António afirma que deseja ser encontrado pelo Professor quando morrer, numa interpretação do poema.

4.GASTRONOMIA

4.1. O BACALHAU

Sendo a gastronomia uma referência cultural marcante no contexto português, através da degustação de pratos de bacalhau, o Professor e Fiama estabelecem uma relação de cumplicidade e amizade. Os pratos de bacalhau que Fiama cozinha são sempre contestados pelo professor, que acha “repugnantes” aquelas postas de peixe salgado de molho durante dois dias. No entanto, à mesa estabelece-se uma relação de confraternização muito saudável entre ambos nas várias ocasiões em que o Professor está mais fragilizado. Neste caso, jocosamente poder-se-ia acrescentar que, não é uma tonalidade ou uma sonoridade portuguesa da qual estamos a tratar no presente caso, mas sim de um aroma típico da cozinha portuguesa!

4.2. O VINHO DO PORTO, O SHERRY E O OUZO

“Like a dream, Porto was a city which never presented an easy face. It welcomed the tourist not with the pat on the back of Lisbon, but with the cold, hard stare. The Swedish

campers, British birdwatchers and French intellectuals who wandered into Porto all left the city muttering, 'What the hell was that place all about?' (UG: 79)

Como se pode ver pela citação anterior em inglês de *Unholy Ghosts*, a cidade do Porto é vista pelo Narrador autodiegético, o qual é o alter-ego do autor Richard Zimler, como uma entidade fora do comum, diferente de todas as outras cidades portuguesas, nomeadamente da capital; o Porto é portador de uma singularidade notável. Para o Professor, também o vinho do Porto tem um valor diferente do qual a maioria das pessoas reconhece: para ele, o vinho do Porto era uma bebida licorosa e enjoativa, fruto certamente das referências culturais que o vinho do Porto tem com a história anglo-portuguesa. A tonalidade avermelhada do vinho do Porto e a sonoridade deste a ser colocado no copo não são, de modo algum, fascinantes para o Professor de António. Por seu lado, o xerez é a sua bebida de eleição quando estão a atravessar a Espanha, parando em Salamanca na sua travessia para Paris e o ouzo é uma bebida altamente alcoólica grega sob efeito da qual o Professor passa grande parte do tempo juntamente com os medicamentos Victan e Valium, quando partem em viagem.

5. CONCLUSÕES: BILINGUISMO E BICULTURALISMO

Por definição de Bilinguismo e Biculturalismo, entende-se quando alguém se sente à vontade em duas culturas e falando duas línguas – é o caso parcial de António e do seu Professor de guitarra, que dominam, melhor ou pior, o Português e o Inglês. O seu Biculturalismo é algo (i)limitado, pois o Professor vive há algum tempo na cidade do Porto e António conhece minimamente a cultura pop norte-americana (ainda que não, necessariamente a cultura no sentido intelectual com as artes ou a filosofia norte-americanas, por exemplo, tecendo comentários por vezes bastantes desaprovadores quanto às vivências e costumes norte-americanos.

5.1. ESTEREÓTIPOS

Em relação aos estereótipos físicos, pode-se apontar o exemplo de Barabás, o anão homossexual que é o amigo visitado pelo Professor em Lisboa e que é o protótipo do “desencantado da vida”, pois já sofreu discriminação dupla – pela sua estatura e a sua orientação sexual – por parte de todos, inclusivamente por parte dos seus próprios pais. Quanto ao estereótipo do português fanfarrão, pode-se apontar o exemplo do chefe do Professor, que fala das suas bravatas de avanços sexuais que faz a prostitutas ou então o exemplo de Rui, o pedreiro homossexual dentro do armário que odeia outros homossexuais e que acaba por se envolver numa rixa com o Professor, com confronto físico e ataque com navalha, mesmo depois de já ter tido um contacto sexual com ele.

5.2. RETRATO CULTURAL.

Concretamente, pode dizer-se que o retrato cultural que o Professor norte-americano faz dos espaços portugueses está eivado de um saudosismo pelo puro, pelo natural, pelo bucólico e pelo autêntico. A relação do Eu com o Outro faz-se através do estranhamento que o norte-americano sente em relação a Portugal e,

nomeadamente, em relação aos Portugueses e aos seus costumes e manifestações culturais. Quando António, o Pai e o Professor partem na viagem para Paris, o Narrador faz o seguinte comentário quanto às malas do rapaz: “António tinha um daqueles sacos de nylon utilitários que se vendem em feiras em todo o lado em Portugal, mas tinha enfiado umas coisas extra numa fronha amarelecida, e depois atado um bocado de um fio à volta do cimo”.

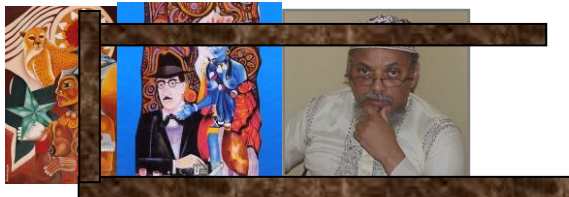
5.3. DIÁLOGOS E EXPRESSÕES EM PORTUGUÊS.

Em tom final, pode dizer-se que as representações de Portugal no romance *Unholy Ghosts* são baseadas em estereótipos culturais mais ou menos confirmados através da vivência e experiência de contacto do Narrador com a realidade portuguesa. O folclore contém um simbolismo de dimensão psicológica na narrativa de relação entre várias personagens, bem como a gastronomia que desempenha um papel semelhante. A inserção de poesia bilingue, bem como de diálogos em português mostram a biculturalidade de *Unholy Ghosts*. Por vezes existe a inserção de diálogos e/ou expressões em português no texto em inglês, o que torna o romance mais vívido, bilingue e bicultural com as referências e representações de Portugal, contribuindo para a chamada “cor local”; existe, assim, aquilo que se pode chamar de concomitância entre a sonoridade e a tonalidade portuguesas no romance.

6. BIBLIOGRAFIA

- Bhabha, Homi. (2004) *The Location of Culture*. Nova Iorque: Routledge, (1st edition 1994);
Carvalho, William Almeida (1997) “O Rito de Iniciação: uma Abordagem Antropológica”, in *Cadernos Antropológicos*. Brasil Ed. Nº 6, pp. 14-26;
- Rutherford, Jonathan. (1990). “The Third Space. Interview with Homi Bhabha” in Lawrence and Wishart (eds.). *Identity: Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence and Wishart, pp. 207-221.

17. JOÃO CRAVEIRINHA, MOÇAMBIQUE



João Craveirinha - Natural de Muhipiti (ilha de *Mussambique* - 1947). Pseudónimo, entre outros: *Kraveirinya Mpfumo*. Idiomas maternos (*languages*): português e ronga. Outros idiomas por ordem de nível de compreensão: espanhol, inglês, suaíli, francês, italiano, suazi/zulo. Estudioso de Etno-Etimologias. [Perfil em Ciências da Cultura e Comunicação. *Sciences of Culture and Communication profile*]. João Craveirinha é formado em Ciências da Cultura e Comunicação pela Universidade de Lisboa (antiga Clássica). Em fase de defesa de tese de obtenção do grau de PhD (doutorado). É ainda pesquisador académico no estudo da *Disseminação da Alimentação, dos Sons e Danças Tropicais* tendo a *Cultura Como Fator Económico de Desenvolvimento Humano*. É autor literário em prosa e poesia. Foi *designer* gráfico, e é o pintor-autor da maior pintura mural de África localizada na praça dos Heróis em Maputo: comprimento 110 m x 5 m altura - um dos maiores murais de arte do mundo. JC viajou por 25 países de 1967 a 2009. Viveu em África, América do Sul (Brasil) e Europa. Em Portugal foi pioneiro multidisciplinar na Intervenção Cultural da Lusofonia na década de 1986-1996. Organizador e cofundador de duas Associações em Portugal e Moçambique: AAMO - Associação Africana de Moçambique em Portugal (cívico-cultural) e ONGD Semente

para a Cooperação e Desenvolvimento, apresentada em Portugal, Moçambique e na União Europeia – Bruxelas DGV.

YouTube

YouTube - Canal TV Kraveirinya: <http://www.youtube.com/watch?v=27GA61l9lQ>

2012 março: O autor, pintor e *designer* João Craveirinha é formado em Ciências da Cultura especialização em Comunicação e Cultura pela FLUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ex Clássica). É doutorando, fase final a obtenção de PhD, *vis a vis* a carreira de docente universitário e pesquisador. Área afim à antropossociologia da cultura incidindo na Disseminação *da Alimentação, dos Sons e Danças Tropicais* tendo a *Cultura Como Fator Económico de Desenvolvimento Humano*.

2012 março-abril: Açores (S. Miguel). Participação no 17º Colóquio Internacional da Lusofonia. Convidado pela AICL organizadora do evento (Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia). Alto patrocínio da Câmara Municipal da Lagoa.

2012 março: Candidato a associado ao Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL / Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (público), “especializado nas áreas de [Ciências Empresariais](#), [Ciências Sociais](#) e [Tecnologias e Arquitetura](#).”

2012: Edição de vinte projetos de obras literárias pendentes de patrocínios (quatro a reedições).

2009 junho - dezembro: no âmbito da sua formação académica é admitido pela FLUL no “Programa de Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades.” Sete meses no Brasil. A partir de Brasília (UnB – Campus Universitário Darcy Ribeiro) viaja do nordeste ao sudeste percorrendo cerca de 8 mil km. Partindo de Brasília (DF) e regresso, onze viagens de 14 horas de autocarro pelo sul de Minas Gerais e metade do interior do Estado de São Paulo, via Goiás. Visitas de estudo a Campinas, São Paulo (UniCamp), e a Teresina, Piauí (UnP).

2009: Portugal. Prémio Melhor Artista Plástico II Gala Porto’s África 2009. (Organização luso-brasileira).

2008 outubro 6: Galiza. (Espanha). Convidado honorário ao lançamento da Academia Galega da Língua Portuguesa. Intervenção na Mesa de oradores na Casa da Cultura de Santiago de Compostela (entre outros) com os Professores Catedráticos, Doutor Evanildo Bechara (emérito gramático) da Academia Brasileira de Letras, Doutor José Malaca Casteleiro da Academia de Ciências de Lisboa, Doutor José-Martinho Montero Santalha da Academia Galega da Língua Portuguesa.

2008 outubro 2-5: Portugal. Bragança (zona norte). Convidado do ano ao VII Colóquio Anual da Lusofonia (AICL): apresentação do “Ensaio: *Varição Diatópica do Português Europeu (P.E.), em África – o caso de Moçambique*.” Presentes catedráticos luso-brasileiros patronos do evento.

2008 maio: Portugal. (Maia, zona norte). Casa da Cultura de Trofa. Participação e intervenção cultural no “Encontro Lusófono” no festival do livro infantil. Convidado pelo Município.

2007 setembro 11-12: França. Paris. Convidado e participante à “*African Union – African Diaspora in Europe Regional Consultative Conference*” - Palais des Congrès de Paris 2. Intervenção em inglês (PowerPoint) no tema: DIAGNOSIS ON AFRO-PESSIMISM. Commission 3 - Theme on: *Historical, Socio-Cultural and Religious Commonalities and Challenges*. Evento organizado pelo governo da África do Sul mandatado pela União Africana (Addis Abeba, Etiópia). Coincidiu com o campeonato do mundo de Rugby em França.

TRADUÇÕES

2009: tradução para guarani de poema seu em português brasileiro pela Professora Mangarilei do Paraguai. Em espanhol (correção) pela Professora Masalado Perez do México.

2007: Autotradução de duas das suas obras, de português para a língua inglesa, com apoio do Professor britânico Timothy Bancroft-Hinchey.

1998 setembro: iniciativa de tradução de poemas em português para línguas *baNto* de Moçambique - poeta moçambicano Rui de Noronha (1944) traduzido para xiRonga de Maputso pelo Dr. Teodoro Mpfumo.

CINEMA

2002: Candidatura com a Beja Filmes produções, ao financiamento do ICAM. Dois projetos – Adaptação de duas obras de sua autoria – 1. “*E a Pessoa de Fernando Ignorou África?*” para “*Fernando Pessoa na África do Sul*” (*Poet Fernando Pessoa in South Africa*). 2. Épico colonial esquecido: “*O Combate de Marracuene de 2 fevereiro 1895*” (*Guáza Muthine*).”

TELEVISÃO

1998-2000: “Crónicas de Ontem e de Hoje de Moçambique.” (55 Minutos). Maquete filmada em câmaras *Betacam Sx*. (Re) *Masterizada* em 2006. <http://www.macua1.org/jcvideo/index.html>

1967 - 2009: Em 42 anos circulou por 25 países: 9 na Europa, 15 em África e 1 na América do Sul recolhendo imagens socioculturais e memórias de vários usos e costumes, que se refletiriam no seu imaginário.

ARTES E LETRAS

1979-2000. Autor de uma das maiores pinturas murais do mundo - 110 metros x 5 metros, Maputo, Praça dos Heróis. Localizável no *Google earth*. ‘*João Craveirinha’s Mural in Maputo heroes’ square*’ <http://www.panoramio.com/photo/722255>

1962-2000: Várias exposições de pintura coletivas e individuais na Europa e África. Prémios e louvores internacionais. Pintor de murais gigantes – “escola mexicana.”

1996-2012: colunista e cronista em jornais e revistas em Moçambique, Portugal, Brasil, Angola, Inglaterra e Suécia. (Textos reproduzidos em sites e blogs pelo mundo).

28 março 2012 john.kraveirinya@yahoo.com

1. ANEXO: DEVIDA VÊNIA A MONTEIRO LOBATO (A EVOLUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA).

Nesse aspeto Monteiro Lobato é paradigmático na sua obra *Emília no País da Gramática* (1934)

do sítio do pica-pau amarelo, pp. 88- 91, capítulo XVIII (18) em *GENTE DE FORA* [novas palavras na língua

portuguesa]. No conto a velha **Dona Etimologia** explicava às crianças sobre as origens e a evolução da língua portuguesa.

— Pois é isso, meninada! — disse logo depois a velha. — Vocês já sabem como se formam as palavras da língua. Grande número veio diretamente do latim. Foi o começo, a primeira plantação. Depois começaram a reproduzir-se lá entre elas, ou a derivar-se umas das outras.” (...) “Uma língua não para nunca. Evolui sempre, isto é, muda sempre. Há certos gramáticos que querem fazer a língua parar num certo ponto, e acham que é erro dizermos de modo diferente do que diziam os clássicos.

— Que vem a ser clássicos? — perguntou a menina.

— Os entendidos chamaram clássicos aos escritores antigos, como o Padre Antônio Vieira, Frei Luís de Sousa, o Padre Manuel Bernardes e outros. Para os Carrancas, quem não escreve como eles está errado.

Mas isso é curteza de vistas. Esses homens foram bons escritores no seu tempo. Se aparecessem agora seriam os primeiros a mudar ou a adotar a língua de hoje, para serem entendidos. A língua variou muito e sobretudo aqui na cidade nova [Brasil]. Inúmeras palavras que na cidade velha [Portugal] querem dizer uma coisa aqui dizem outra.” (...)” O que sucede é que uma língua, sempre que muda de terra, começa a variar muito mais depressa do que se não tivesse mudado. Os costumes são outros, a natureza é outra — as necessidades de expressão tornam-se outras. Tudo junto força a língua que emigra a adaptar-se à sua nova pátria.

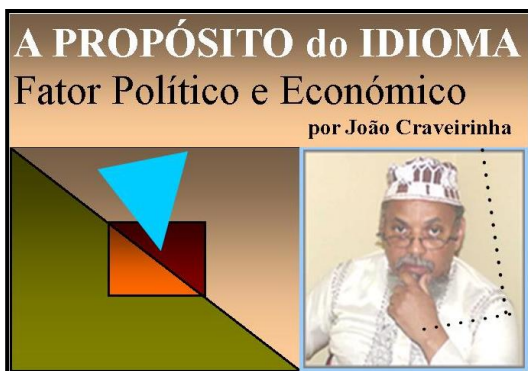
A língua desta cidade está ficando um dialeto da língua velha.

Com o correr dos séculos é bem capaz de ficar tão diferente da língua velha como esta ficou diferente do latim. Vocês vão ver.

— Nós vamos ver? — exclamou Narizinho, dando uma risada. — Então pensa que somos como a senhora, que vive toda a vida e mais séculos e séculos?”

Devida vénia a Monteiro Lobato (1882-1948), escritor e contador de histórias brasileiro deixou-nos um legado muito importante sobre a questão da evolução da língua portuguesa.

Em *link* anexo quem quiser ler em pdf a obra original na íntegra de **Emília no País da Gramática** de 1934. http://www.miniweb.com.br/cantinho/infantil/38/Estorias_miniweb/lobato/Emilia_No_Pais_Da_Gramatica.pdf



Intervenção a 1 de abril 2012. João Craveirinha – autor moçambicano]

A Propósito do Idioma: Fator político e económico. [Onze itens]

2. NOTA PRÉVIA:

Ao refletirmos através da linguagem e comunicação, sobre a atual crise financeira em Portugal *versus* crispação na sociedade portuguesa poderíamos inferir uma “síndrome” de Ícaro, ou “glorificação” da queda da política económica do país. É potenciado assim, um desequilíbrio da linguagem nos meios de comunicação de massas. Ignorada a (metáfora) do efeito Dédalo (pai de Ícaro) na superação das dificuldades desenvolvendo resistências contra a crise abrindo campo à esperança coletiva. Pelo contrário, a própria comunicação investe sem sinais de “prudência” *cum grano salis* (*pitada de sal*) no doseamento da informação sobre essa crise e a austeridade em curso. Nesse contexto, institucionalmente, as manifestações culturais, académicas e da divulgação da língua portuguesa são adiadas *sine die* (sem data de retorno). Os apoios são draconianamente cancelados. Critérios de estatísticas do défice financeiro impõem-se na sociedade em Portugal.

3. NOTAS INTRODUTÓRIAS DO IDIOMA LUSO:

Por outro lado, existem antecedentes evolutivos da língua portuguesa, na transição do colonial para o pós-colonial, na sua divulgação pelo mundo. Nunca é demais referir o papel incontornável, na década de 1960-70, da dinâmica dos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África, nomeadamente de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

4. DO COLONIAL AO PÓS-COLONIAL:

Após a conferência de Bandung (Indonésia 1955) os “ventos da história” varreriam o cenário colonial do mundo. Em pouco menos de uma década em diante surgiria a necessidade global de aprendizagem do português devido às colónias de Portugal em África. A partir de 1961, países como a URSS e demais países do leste europeu dinamizariam apoios a esses movimentos anticoloniais reunidos em Marrocos na CONCP: *Conferência de Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas*, que substituiria em 1961 a FRAIN-CP: Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das

Colónias Portuguesas (PAIGC e MPLA, Tunísia 1960). Na Ásia, a Coreia do Norte de Kim Il Sung (1912-1994) e a China Popular de Mao-Tse-Tung (1893-1976) destacam-se no apoio aos movimentos de libertação africanos. Essa necessidade do conhecimento da língua portuguesa nas universidades dos blocos comunistas surgia para fornecer intérpretes aos instrutores militares locais, junto dos guerrilheiros africanos que vinham para treino militar. Num curto período (1961) alguns estudantes universitários chineses (Pequim-Beijing) teriam aprendido a língua portuguesa do Brasil da era do Presidente Jânio Quadros (1917-1992). Mesmo com Macau em comum, a China, devido à sua política anticolonial não tinha relações diplomáticas, oficiais, com Portugal.

5. EM 1963 A PRIMEIRA VISITA À CHINA:

A primeira delegação moçambicana da Frente de Libertação de Moçambique à China-Pequim (1963) foi chefiada pelo comandante Filipe S. Magaia (1937-1966). O grupo guerrilheiro do comandante Magaia, antigo subsargento do exército colonial português (1960) seria acompanhado na China Popular por intérpretes chineses com sotaque brasileiro. Entre 1967-1972 instrutores militares chineses (veteranos) ministravam aos moçambicanos treinos de estratégia e tática no sul de Tanzânia, *Nachingwea*, - campo de treino político-militar próximo da fronteira com o norte de Moçambique. Os intérpretes de português eram jovens universitários chineses. Decorria a revolução cultural chinesa (1966-1976) liderada pela madame Chiang Ching (1914-1991), esposa do líder chinês Mao-Tse-Tung. Tanzânia na década de 1964 a 1974 torna-se a sede dos movimentos de libertação anticoloniais e anti-apartheid da África Austral. Em achega repare-se no pacto militar entre o Portugal colonialista e o Brasil da ditadura militar na questão da guerra colonial. Entre 1969-1974, esse pacto com o Brasil seria intensificado na gestão do seu Presidente, o General Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). Segundo fontes da guerrilha moçambicana, em 1969, o Brasil teria enviado fuzileiros em auxílio a soldados comandos portugueses, no combate à FRELIMO, no norte de Moçambique (Niassa). Anos mais tarde surgiriam certos incómodos diplomáticos na aproximação do Brasil aos ditos PALOP, em particular com Moçambique após a independência em 1975. A era pragmática (1995-2011) dos presidentes FHC (1931) e Lula (1945) desanuviariam as relações. Na divulgação da língua portuguesa a partir de 1992, em Moçambique, a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) e a sua TV Record e Rádio Miramar desempenhariam a partir daí um papel importante. A aproximação “política” do Brasil com Moçambique, paulatinamente seria feita através da pessoa do líder da IURD, o bispo carioca Edir Macedo (1945) no apoio ao partido no poder (FRELIMO) nas primeiras eleições multipartidárias de 1994. A TV Globo do empresário também carioca, Roberto Marinho (1904-2003) seria relegada para segundo plano, após anos de cooperação solidária com a TVM – Televisão pública de Moçambique na década de 1986-1996.

6. LÍNGUA INSTRUMENTO POLÍTICO DE UNIDADE NACIONAL – O CASO DE MOÇAMBIQUE:

A língua portuguesa emerge como idioma de unidade nacional por necessidade pragmática dos próprios movimentos de libertação das então colónias portuguesas em África. A diversidade linguística assim o exigia. Além dos países de ideologia comunista (como da então Alemanha - RDA), organizações de alguns países nórdicos (Holanda e Suécia) e da Inglaterra dinamizam o estudo do português enviando professores para as escolas da FRELIMO em Tanzânia, Dar-es-Salaam e Bagamoyo (África Oriental). A Índia envia professores de origem goesa. Esse precedente será ampliado após a independência de Moçambique (1975) inserido em programas de alfabetização massiva do português. Participam voluntários de diversas nacionalidades como monitores de português e em áreas sociais da saúde preventiva, nomeadamente vindos da Guiné-Conacri, Suécia, Holanda, Finlândia, Noruega, Dinamarca, França, Cuba. Alguns exilados do Chile e do Brasil. Mais tarde, com a abertura política a partir de 1994, programas de ensino do inglês utilizando a língua portuguesa como primeira plataforma seriam desenvolvidos com monitores dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, etc. Saliente-se também, que após a independência em 25 junho 1975, alguns exilados africanos (anglófonos) em Moçambique ministravam o ensino da língua inglesa. Tal foi o caso em Quelimane (Zambézia) de Robert Mugabe do Zimbabué (ZAPU - *Zimbabwe African People Union*), mais tarde Presidente do país. Por outro lado, a língua portuguesa seria “apreendida” por exilados sul-africanos anti-apartheid do ANC (*African National Congress*) e zimbabuanos (ZAPU) com a instalação em Moçambique de campos de exilados.

7. LÍNGUA PORTUGUESA, FATOR ECONÓMICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM ÁFRICA:

Os antecedentes políticos da evolução da língua portuguesa partem inicialmente, de uma imposição colonial portuguesa tornando-se paradoxalmente no pós-colonial, uma língua de unidade nacional africana devido à riqueza da diversidade linguística das suas colónias de África. Nesse contexto e por empatia a língua portuguesa amplia o seu raio de influência aos vizinhos francófonos da Guiné-Bissau, membros da União Económica e Monetária do Oeste Africano com o franco CFA como moeda comum. Por sua vez estes países integram a CEDEAO, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. S. Tomé e Príncipe pela “proximidade” tem o Gabão, e a Guiné Equatorial observadora na CPLP. Na África Austral existe a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, a SADC (*Southern Africa Development Community*) abrangendo Angola e Moçambique. Entre outros fatores advém daí o facto da República da África do Sul ser o terceiro país em África onde o português é mais falado. É também uma das línguas oficiais. Está estimado em cerca de um milhão e meio, os usuários da língua portuguesa nas terras do Rand. São na sua maioria moçambicanos com dupla nacionalidade e emigrantes. A comunidade madeirense – portuguesa seria a segunda. De notar, que na transição para as independências em Angola e Moçambique, os portugueses fugidos das situações políticas violentas refugiar-se-iam na Namíbia, Rodésia (Zimbabué) e na África do Sul. Alguns desses (re) emigrariam para a Austrália, Nova Zelândia, para o Brasil, Estados Unidos e o Canadá. No entanto, após a queda do apartheid (1991) muitos dos portugueses radicados na África do Sul regressariam a Portugal. Outros de novo para Moçambique.

8. O BRASIL EM ÁFRICA, MOÇAMBIQUE E A LÍNGUA PORTUGUESA:

Não tem sido referenciado o papel (in) direto da divulgação do português (variante PB) através dos pastores evangélicos da IURD e da sua TV e Rádio Record do Brasil em particular nos ditos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Paradigmático é o caso de Moçambique com sinal aberto para a TV Record e Rádio Miramar. Moçambique foi o primeiro país de língua oficial portuguesa com implantação total da TV e Rádio Record em sinal aberto na capital Maputo e na cidade da Beira. A comunidade brasileira cresceria nos ditos PALOP através da IURD. Segundo o diário económico digital português, em 2007 (26.10), já se posicionavam em Angola grandes empresas brasileiras como a Companhia Vale do Rio Doce, a Construtora Cowan, a Eaglestar, a Odebrecht, a OGX Petróleo e Gás, a Orteng Equipamentos, a Petrobrás, a PetroRecôncavo, a Queiroz Galvão, a RAL Engenharia, a Starfish, a UTC Engenharia, a Vitória Ambiental e a W. Washington. Outras empresas brasileiras seriam das áreas de construção civil, agroindústria, agropecuária, transportes, engenharia e projetos, imobiliária, energia e consultoria empresarial. A Construtora Norberto Odebrecht opera na Guiné Equatorial que aguarda o “veredicto” sobre a formalização de sua adesão à CPLP. Esta prende-se com critérios de visibilidade de democratização política do país, por parte de Portugal. Em Moçambique na área dos investimentos brasileiros a Vale do Rio Doce parece liderar. Segundo o *Macauhub* (26.01.2012), serviço de notícias em chinês, português e inglês, sediado em Macau (China), empresas brasileiras já teriam investido em Moçambique mais de 5 biliões de dólares. A maior parte aplicada pela mineira Vale, citando informação de António de Sousa e Silva, embaixador cessante do Brasil em Maputo. Sem dúvida, esta movimentação empresarial brasileira por África implica uma mobilidade dos recursos humanos brasileiros que ao se instalarem para execução das empreitadas divulgam a língua portuguesa de expressão cultural brasileira.

9. QUESTÕES FINAIS: - EM QUE MEDIDA A IMPLANTAÇÃO DE UM “DARWINISMO SOCIAL” EM PORTUGAL AFETARÁ O DESENVOLVIMENTO DA LUSOFONIA?

Os titulares em epígrafe sugerem em pleno século 21 pressupostos de retorno às teorias distorcidas do darwinismo do século XIX (séc. 19). Foram teorias disseminadas por Francis Galton, Benjamin Kidd, Herbert Spencer a John Reid Rentoul (e outros) “adaptadas” às questões sociais (classes económicas) e genéticas (ditas raças superiores e inferiores) em que subsistiria o mais forte como mais apto (o rico), e o mais fraco (o pobre) entregue à sua sorte teria de desaparecer. São teorias herdadas de Thomas Malthus (1766-1834) sobre o controlo demográfico, pois segundo ele, o mais pobre teria de desaparecer por que seria a essência da natureza os mais fracos serem destruídos e deixarem espaço aos mais habilitados. Malthus sugeria ainda para combater o excesso populacional, que se negasse qualquer assistência social, alimentar e médica, aos mais desfavorecidos. Recomendava a abstinência sexual entre os pobres para diminuir a natalidade “causa dos males sociais.” Segundo o sociólogo da cultura Raymond Williams, o filósofo britânico Herbert Spencer seria ...«*who first, in 1864, coined the phrase: ‘the survival*

of the fittest» (H. Spencer seria... «quem pela primeira vez, em 1864, cunhou a frase: ‘a sobrevivência do mais apto.’»: Spencer *apud* Williams, p. 87 (...) “He opposed state aid to the poor on the grounds that this would preserve the weaker and less successful members of the race.” *Social Darwinism* pp. 86-102. (...)
“Ele [Spencer] opôs-se ao apoio social do estado aos pobres na base de que isso iria manter os mais fracos e menos capacitados membros da raça.” Williams, Raymond (1980). *Problems in Materialism & Culture*. Londres, Nova Iorque: Verso. Selected Essays 277 pp. (*Social Darwinism* pp. 86-102). No cômputo geral trata-se da aplicação distorcida da teoria de Darwin da evolução das espécies a partir de uma seleção natural e de adaptação das plantas e animais ao meio ambiente. Por outro lado, o académico Benjamin Isaac (1945) é categórico quando afirma que “não existem raças, mas racismo sim.” «*Race Does Not Exist, Racism Does*» [p.33]. Isaac, Benjamin (2006). *The Invention Of Racism In Classical Antiquity*. USA: Princeton University. Nesse contexto, a ciência biológica prova que de facto existe uma única espécie humana. A reprodução sexual entre humanos de diferentes continentes comprova. Dessa relação surge um novo ser humano: o mestiço. O resto é superficial e ideológico gerador de preconceitos. A língua portuguesa e a comunicação devem elucidar que o fator socioeconómico é determinante no desenvolvimento humano, e não a superficialidade da cor da pele ou de outro item discriminatório, histórico ou atual. Os aspetos do (re) emergente “darwinismo social” em Portugal tem relegando para terceiro plano a funcionalidade das instituições portuguesas que lidam com a cultura e por suposto com a língua portuguesa (neste caso) alicerce de comunidades usuárias deste idioma em cinco continentes. Será que a atual prioridade das instituições lusas sejam somente os aspetos empresariais, de negócios e diplomáticos para sair da crise? A austeridade mais austeridade é a única fórmula? No cômputo geral, em pleno século XXI (21) estaríamos perante uma **EUTANÁSIA SOCIAL** evoluindo do “Darwinismo Social” dos dois séculos anteriores. Num contexto de austeridade, a questão de fundo seria a de reflexão sobre o papel real da língua portuguesa e a de saber “a lusofonia serve para quê?” Tem sido assim questionado o autor deste texto, dentro e fora de Portugal, por usuários da língua portuguesa. Por outro lado, e em paralelo temos a controvérsia da implementação do “acordo ortográfico” de 1990.

10. ÚLTIMO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990:

O (novo) acordo foi assinado por “todos” países falantes do português em 12 de dezembro de 1990. A ratificação tem sido adiada e foi avançada (2009) pelo Brasil, por Portugal e outros membros da CPLP. Angola e Moçambique ainda não ratificaram (abril 2012). No referido **acordo ortográfico** a **supressão das consoantes mudas** é a tónica principal. O que não se lê elimina-se. Se pronunciamos o **cê** de **facto** esta consoante C mantém-se (PE). No caso brasileiro do (PB) não se pronuncia por que é muda daí o **fato** (deles). Existem outros itens adicionais que não são a motivação deste apontamento. A questão do acordo pode ser mais profunda do que parece, daí o “ruído” que tem surgido politicamente. Seria desejável com mais distanciamento e sem crispação, um dia, analisar até que ponto interesses ideológicos em conflito e empresas editoriais portuguesas terão pressionado os políticos, na ratificação do meio-

esquecido acordo ortográfico de 1990. Nesse contexto seria interessante analisar qual o papel real, político, diplomático e económico de Portugal e do Brasil (inserido nos países emergentes dos BRICS). Trata-se de hegemonias ou de lusofonias? Portal da Língua Portuguesa

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>

1. Que fazer para alargar o âmbito do debate dos Colóquios da Lusofonia:

Dentro dos novos desafios da atual crise económica, do neoliberalismo da globalização em Portugal e no mundo, como dinamizar a língua portuguesa fator económico de comunicação a ter em conta nos areópagos internacionais? Seria interessante contextualizar os alertas de estudiosos da língua portuguesa e da lusofonia como os do Prof. Patrick Chabal do King's College de Londres, de que a Lusofonia possa ser vista por Portugal como uma "saúde do império colonial perdido."

2. Na AICL - Associação Internacional Colóquios da Lusofonia, onde se enquadra a Sociologia da Cultura?

Se a ortografia não é a língua falada, mas sim representação gráfica da palavra, como a fotografia de uma casa não é a casa, porquê, como diria Shakespeare "tanto barulho por nada?" Por outro lado, numa sociedade tudo evolui (ou involui). Aspetos sociológicos e culturais podem interferir no quotidiano, e a língua por isso vai sofrendo transformações que não se compadecem com a norma culta ou norma padrão instituída pelos gramáticos. Aliás, ao longo dos tempos temos observado esse fenómeno mesmo com a língua portuguesa. Em nossa modesta opinião, entre a norma padrão e a evolução da sociedade deveriam haver consensos de equilíbrio sopesando os prós e contras. É tarefa de todos a preservação da "saúde" da língua e da linguagem na comunicação escrita e falada. A democracia também se exige na língua pois esta não é dogma, e democracia é pluralismo. Daí as variantes da língua portuguesa. Obviamente terá de haver parâmetros reguladores. Para isso servem os gramáticos, mas também os sociólogos da cultura. JC

18. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



JOÃO MALACA CASTELEIRO

TEMA 1.1. "O PORTUGUÊS - UMA LÍNGUA COM FUTURO".

Tal como sucedeu com o inglês, o francês e o espanhol, também o português viu a sua importância no Mundo reforçada com a descolonização. Ao adotarem o português como língua oficial, os novos países emergentes da descolonização portuguesa tomaram uma decisão política de grande relevância para o futuro da

nossa língua. A entrada de Portugal na União Europeia e em mais de uma dúzia de outras instituições internacionais valorizou exponencialmente o papel da língua portuguesa no Mundo. Adotado o Acordo Ortográfico de 1990, depois de um processo, herdado de 1911 e que se arrasta há mais de vinte anos por inoperância política, criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o nosso idioma vê agora reconhecida também a sua relevância económica, acentuada não apenas por países lusófonos emergentes, como, por exemplo, o Brasil ou Angola, mas também por países de outros quadrantes, de entre os quais merece especial destaque a China. Os países lusófonos devem definir com urgência, no âmbito da CPLP, uma política de língua que aproveite e valorize as sinergias económicas do português e consiga, nomeadamente, fazê-lo aprovar como língua oficial da ONU.

19. JOSÉ AUGUSTO SANTOS ALVES, CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA, FAC. CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, UNIVERSIDADE NOVA LISBOA



TEMA 1.2. A IMPRENSA AÇORIANA COMO INGREDIENTE DA MEMÓRIA DA LUSOFONIA: O ÍRIS DA TERCEIRA¹² INTRODUÇÃO

Importa iniciar esta comunicação com uma pequena referência à cultura do nosso país, que esquece o fenómeno do periodismo, como parente pobre, quando é o repositório mais rico de conhecimento dos povos no século XIX e vetor crucial da afirmação da língua, da memória da lusitanidade e instrumento de criação da lusofonia¹³, séculos após a ideia de portugalidade ter cruzado os oceanos em todas as direções. Há que recordar, visitar, vitalizar esta memória para que não seja definitivamente rasurada. Deslembrado do passado,

¹² O Íris da Terceira. (1838-1842), Angra: Na Tipografia de José Joaquim Soares. Editor José Joaquim Soares, redator também a partir do Nº 158. Redatores José Eduardo de Abreu Tavares, Narciso António Fonseca, Lucas José de Chaves. Cota J 5705 B. Foi substituído por O Anunciador da Terceira (CANTO, 1890-1900: Vol I, 198).

¹³ Lusofonia entendida como um conglomerado das heranças linguística, religiosa, jurídica, imaginária, literária, periodística, etc., a consequência de um processo histórico de difusão da lusitanidade. Quer isto dizer, um agregado de espaços, que foram mais ou menos engendrados ou erigidos pelo desenvolvimento da portugalidade, “um passado comum e uma verdadeira afinidade civilizacional, centrada não apenas na língua portuguesa, mas também no ordenamento jurídico e económico, em valores morais, nos fundamentos da vida familiar e nos mais diversos aspetos de nossa cultura, tais como a culinária, a arquitetura, as artes plásticas, a música e a literatura” (*O conceito de lusofonia e a cooperação na promoção e difusão da língua portuguesa. Tópicos de Intervenção*) (2008).

Se, por um lado, como afirma Eduardo Lourenço, a “lusofonia, como música apropriada a essa comunidade, está connosco pelo mundo repartida, a nossa luta deve consistir apenas em não perder de vista aquilo que já existe, e em não nos perdermos de vista, face àquilo que já existe” (LOURENÇO (1996; 1999: 166), e, ainda, o “imaginário lusófono tornou-se definitivamente, o da pluralidade e o da diferença” (LOURENÇO (1987; 1999: 112), então, *por outro, pode afirmar-se que a lusofonia deve ser olhada como uma diversidade sob o ponto de vista sul-americano, galego, indiano, chinês, antilhano, malaio, africano, timorense, etc.*, que obedece ao princípio da globalização e da interdisciplinaridade onde se ambiciona afirmar uma identidade comunitária, para além da questão linguística, em que a comunidade é ainda reconhecida como um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos, que falam português, e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspetiva aberta e universalista.

atraçando o presente, receando o futuro, Portugal cambaleia a cada passo, apesar das declarações esperançosas de alguns políticos, provavelmente para iludirem o povo e enganarem-se a eles próprios. A reflexão sobre o periodismo não é uma história de pequenos acontecimentos. Muito mais que esse facto, é a mostra do recôndito da memória nacional. Os *media*, neste caso o periodismo do século XIX, não são um poder entre outros. O seu poder reside no papel de alicerce, correlativo do seu funcionamento, como suportes práticos de um modo de objetivação da mediação simbólica constitutiva de um sistema sociocultural. Na essência, os *media* constroem o teatro das práticas sociais, fornecem uma base à identidade e à ação individual e coletiva. Este enquadramento mostra que a questão do poder dos meios de comunicação social só é pertinente nos limites histórico-culturais precisos, no caso do espaço da portugalidade e depois da lusofonia. O dia em que o espaço social não seja mais constituído simbolicamente, mas inteiramente objetivado e determinado pelas tecnologias, não tem mais sentido interrogarmo-nos sobre a operatividade dos meios de comunicação social. Por tudo isto, o estudo do periodismo é fundamental para a inteligibilidade daquilo que fomos e que somos. Sem um jornal não se pode unir uma comunidade, independentemente das ideias que esse jornal veicula, sejam políticas, sociais, económicas, religiosas, ainda que em confronto entre elas, um facto que mais contribui para essa sedimentação gregária. O exemplo do *Íris*, para além da sua coloração política, exhibe através das suas várias facetas o que pretendo dizer. Ou seja, contribuir para unir o espaço da portugalidade e estar na origem do mundo lusófono, ao colocar no mesmo campo o Outro, ao estabelecer um diálogo entre periodismo insular e periodismo continental, de onde releva a caracterização e a avaliação, as conexões entre imprensa e poder, entre comunicação e informação, e as estratégias seguidas no espaço geográfico nacional. Para além da afirmação da língua, os temas que esta veicula são instrumentos dessa mesma afirmação: a razão, as noções, os conceitos, as emoções, as idiossincrasias, os sentimentos são as expressões de um mundo de vida que exhibe a consciência de pertença. Na essência, são assuntos tão díspares, mas seminais e fundamentais para a construção da interdependência, que constitui qualquer cultura, todos eles contribuindo, queira-se ou não, para dar sentido à construção do imaginário lusófono. Falar de paroquialismo, de universalismo, de liberalismo, de absolutismo, de miguelismo, de cartismo, de setembrismo, de cabralismo, de sociedade mercantil, de capitalismo económico ou financeiro, de ética, de estética, de cristianismo, de catolicismo, de protestantismo, de judaísmo, de islamismo ou da cultura das aparências, a faceta que abordarei nesta comunicação, é articular os ingredientes que a constituem e que o periodismo do século XIX, conservador, moderado ou radical, ajudou a construir. Os laços que existem entre pensamento, língua e história estão aqui presentes e deixam ver um claro entendimento do espírito que lhe preside. Ligada à nação, a língua é, muitas vezes, considerada como a melhor fonte para conhecer os traços específicos de cada povo. Com efeito, é uma crise, ao mesmo tempo política e linguística, que assinala o nascimento das nações na Génesis bíblica. A confusão de Babel, a autonomia linguística e a libertação política das nações são, entre outros, alguns discursos fundadores da Europa cristã. Se, na história das nações cristãs, o papel político da língua é neste ponto nevrálgico, é sem dúvida porque a mensagem divina se encontra aí inscrita (CAUSSAT *et al.*, 1997). Desde logo, a língua contribui para formar o nosso olhar sobre as coisas e o perigo (na

medida em que tudo o que diz respeito ao homem toca o homem com idêntica proximidade) das utilizações incorretas coloca-se na medida em que à diversidade das línguas equivale uma pluralidade de visões do mundo. A fuga a estes balizamentos coloca em jogo a paixão pela língua materna, tornada nacional, um facto que, em geral, não escapa à argúcia dos periodistas. Uma outra vertente que não pode ser ignorada é a oralidade ligada à divulgação e ao enraizamento da língua pelo periodismo, sobretudo num momento em que o analfabetismo é extremamente elevado¹⁴. No círculo dos que leem, escutam e observam, a oralidade não é um fator despiciendo na afirmação e coesão da língua. No laço que une língua, história, pensamento, razão, o periódico, como fator de consolidação da língua, aborda temas múltiplos que são decisivos para a identidade e união da comunidade linguística e cultural. No estabelecimento de uma nova ordem de linguagem, a parte da troca oral é tão importante, talvez mais importante que a da escrita que fixa o traço, e da qual por assim dizer é a resultante (FUMAROLI, 1980: 29).

"Se o mito da Eloquentia sustentou a eclosão da língua e da 'literatura' clássica (...), o mito do Orator não foi menos eficaz catalisador (...). O nosso conceito de 'literatura', muito exclusivamente ligado ao impresso, ao texto, deixa de fora do seu campo o que o ideal compreensivo do orador e da sua eloquência generosamente encerra: a arte da alocução, a arte da conversação, sem contar a tácita significatio da arte do gesto e das artes plásticas. A percepção do texto impresso no século XVII supõe esta primazia de uma arte da palavra, esta rede de correspondências que suscita em torno dela, em que tudo fala eloquentemente" (FUMAROLI, 1980: 30).

É na herança deste processo que se situam os séculos XVIII e XIX. A oralidade como fator seminal para a afirmação da língua tem, em minha opinião, uma importante função comunicacional, pelo menos idêntica à do impresso, particularmente num país onde, no período em estudo, o analfabetismo é estrutural. Se, por um lado, é certo que a imprensa desencadeia um processo de saldo da cultura oral, por outro, não é menos verdade que em circunstância alguma a oralidade perde o seu peso na sociabilidade de qualquer tipo. A voz é presença (DERRIDA, 1972: int. e Cap. 6), pronunciar implica escutar, transcrever, restituir a voz das paixões e mais largamente os efeitos de empatia social desta (SALAZAR, 1995: 100-196). A vivacidade, a agressividade, a comunhão e a empatia estão bem presentes, e fornecem uma visão sobre o grau da sua eficácia se a olharmos em função da consolidação

¹⁴ Dois válidos testemunhos, apesar do carácter aleatório da estatística da época, fornecem elementos demográficos para a inteligibilidade do analfabetismo em Portugal. O primeiro é de António Pereira de Figueiredo, a propósito da censura produzida sobre a Descrição do Reino de Portugal, em que a determinado passo, para justificar a escusa, afirma: "Conforme se colhe da petição que (...) fez António Morais da Silva (...), esta descrição é tirada formalmente da Historia Universal que corre impressa, e foi composta em Inglaterra por uma Sociedade de Homens de Letras. Mas apesar do grande conceito que se faz desta obra, a parte que respeita a Portugal (...) eu a acho tão cheia de erros (...), que a julgo indigna de ser estampada entre nós. O autor dá a Portugal só milhão e meio de almas, quando pelas modernas informações (...), os vassallos de Portugal passam de três milhões (...). Por estes e outros defeitos voto que este livro se dê por escusado (...), 18 de maio de 1787" (IANTT. Real Mesa Censória: Censuras e Pareceres 1787: cx. 14, doc. nº 8). O segundo é de João Bernardo da Rocha Loureiro que, a respeito da necessidade de diminuir o analfabetismo em Portugal, assevera: "Por que não se há de introduzir em Portugal a escola de mútuo ensino por o sistema de Lancaster? (...) [E]m breve daí virão dois grandes proveitos, a saber economia na despesa (...) e o que mais vale, facilidade de ensino e progresso geral da instrução. Tenha o Congresso por muito certo que não pode haver liberdade com ignorância e quando dentro de 21 há hoje 20 portugueses que não sabem ler, mal podem estes fazer um justo apreço dos direitos do cidadão e tomar amor à liberdade" (O Portuguez; ou Mercurio Politico, Commercial, e Literário 1821:136). Ou seja, tomando como base estas informações, numa população na ordem dos três milhões de habitantes, cerca de noventa e cinco por cento são analfabetos, isto é, mais de dois milhões e oitocentos mil.

linguística, da sua conflitualidade, convivialidade e sociabilidade. A importância da oralidade, associada à escrituralidade, no enraizamento da língua é testemunhada, *e.g.*, pela importância que a censura pombalina, na pessoa de António Pereira de Figueiredo, lhe atribui¹⁵. O que o leitor, auditor e espetador da modernidade contempla é a imbricação linguística do antigo e do novo. Se os espaço-lugares são o espaço da modernidade e os espaços de difusão da lusitanidade, então a modernidade não pode ter as mesmas ambições da pré-modernidade. A partir do momento em que os indivíduos se aproximam, alimentam o social e ordenam, a língua cria lugares de projeção da portugalidade e, posteriormente, do imaginário lusófono.

1. O ÍRIS, LUGAR DE MEMÓRIA E FERMENTO DA LUSOFONIA

No quadro da dialógica conflito-consenso, enquanto cimento de qualquer cultura societal, aborde-se então o conteúdo do *Íris*, tendo presente todo um conjunto de ingredientes, de ordem política, social, económica¹⁶, cultural ou religiosa, que ajudam a edificar o conglomerado das práticas sociais e fornecem um

¹⁵ "Sacrosanto e Ecumenico Concilio Tridentino, traduzido em Portuguez, para o uso da Mocidade, pelo R. P. Fr. Manoel de S. José, Lisboa, anno de 1770. Em qualquer parte, por onde se comece a ler esta tradução, logo se vê que o seu autor não tinha os talentos necessários para a fazer boa e decente (...); está pessimamente traduzido todo o sexto (...), invertendo desta sorte intoleravelmente o sentido do cânone (...). Portanto, julgo sem a mínima hesitação que esta obra se deve dar por escusada (...), 16 de novembro de 1790" (IANTT. *Real Mesa Censória: Censuras e Pareceres* 1790: cx. 14, doc. nº 45). Consequentemente, Figueiredo não tolera atropelos à língua, embora neste caso possamos admitir a existência de outras motivações que residem nos diferendos que existem no seio da Igreja sediada em Roma.

¹⁶ A emigração açoriana para o Brasil é uma questão preocupante, fonte de graves problemas para os açorianos emigrados (*O Íris da Terceira*, (12 de setembro - 1838): Nº 15, [1]). Objetivamente cartista, antissetembrista, como deixa ver no seu último número, findará a sua publicação a seguir ao golpe de Estado cabralista. O mesmo se poderá dizer do seu editorial político de apresentação: "Agora que os portugueses, por mais uma lição, acabam de conhecer que os inimigos da ordem, astutos e vigilantes, sempre aguardam o momento próprio de levar ao fim seus tramas e delírios - agora que a parte sensata da nação tendo conhecido de onde nasce o gérmen da discórdia, que portanto tempo tem assolado o país dos heróis - agora dizemos, leva-nos a persuasão a acreditar um porvir mais feliz a par de uma paz e união sincera, quanto necessária. Havendo até nestes últimos dias os portugueses provado a quanto são capazes de arrastar os homens as paixões, quando a desunião e a desconfiança lavra entre eles (...), sustentemos o governo (...) e a Constituição (...) e teremos concorrido para o bem-estar de nossos cidadãos" (*O Íris da Terceira*, (6 de junho - 1838): Nº 1, [1-2]). Percebe-se bem este editorial que surge na sequência do juramento, em abril de 38, da Constituição de 1838, que inscreve o veto absoluto do rei (apesar da supressão do poder moderador que constava da Carta), o bicameralismo, um compromisso entre a Constituição de 22 e a Carta de 26, logo com alguma precariedade. Polémica com *O Angrense* a propósito do preço dos anúncios, espécie de *dumping*, que o *Íris* tem vindo a praticar depois da baixa de preços do *Arco-da-velha* (um só número, 14 de junho de 1838), destinado a combater o *Íris*, escrito por freiras para censurar o governo que não lhes pagava as prestações dos egressos (CANTO, 1890-1900: Vol I, 198) – uma redução de 70 para 30 reis (*O Íris da Terceira*, (26 de setembro - 1838): Nº 17, [1]). A extensão da citação que se segue justifica-se pelo conteúdo universalista, mas sobretudo pela contribuição que o redator do *Diário do Governo*, citado pelo *Íris*, fornece da *De Charlataneria Politicorum*, um teor atual com aplicação às várias da atividade e saber humanos, com enorme carga irónica da metafísica do charlatão: "É a charlatanaria um afeto humano que ainda não está sinteticamente tratado e definido. Até ainda ninguém o analisou, senão em concreto (...). Têm, pois, quase todas as castas de charlatães sido castigados, de modo que parece dever já ter-se escrito um tratado acerca da charlatanaria, onde examinando-se esta doença moral, no seu mais absoluto modo de existir, se descesse à observação das diversas maneiras por que ela se revela no meio da sociedade. Só assim se faria uma boa obra classificada dos charlatães por géneros e espécies; só assim se determinaria o seu tipo universal e, tal trabalho, seria, porventura, para o progresso social, não menos importante do que a descoberta ultimamente feita por um nosso crítico de polpa de que a clamação cantada do teatro português era (...) melhor do que a declamação sem graça dos Talma e Macredis. É verdade que só para um Couvier (...) seria tratar a metafísica da charlatanaria e o divino Kant não deu por certo mais tratos ao espírito para ao espírito para chegar à teoria do Eu e Não (...). Mas, apesar disso, não cremos que no nosso Portugal, que já pode ser modelo da Europa em mais de uma coisa, falem engenhos capazes de se abalancharem a tanto. Nós vemos, por exemplo, mancebos de topete ricoço, que todos jurariam que nunca fizeram um raciocínio, ou abriram um livro, olharem com (...) desprezo para quem ainda diante deles pronunciar o nome de Deus, que à força de profundas meditações eles desterraram do universo. Que talento, que engenho, que estudo, que razão era a de Newton, de Malebranche, ou de Locke, comparada à dos sobreditos filósofos dos riços e contradanças? Quem eram esses pobres homens, que nunca puderam descobrir a perfeita igualdade entre Pedro Nunes e um carrapato, entre Sócrates e uma doninha, comparados com os pensadores do nosso século e país, que sem lerem, pensarem ou estudarem acharem a razão do universo = zero ou menos que zero! - Se temos, pois, homens deste vulto, que importam as dificuldades da metafísica da charlatanaria (...). A nossa literatura atual, talvez a primeira da Europa, ganharia um novo título à admiração dos estranhos. Enquanto, porém, não aparece o Cant [sic] da charlatanaria, nós vamos coligindo e apontando algumas espécies para essa grande obra (...). Vedes vós aquele homem que (...) esbraceja contra o governo por causa da administração da fazenda, da administração da justiça, da administração do reino (...), de todas as administrações existentes e possíveis, e que termina as suas descompassadas filípicas por gabos a si próprio de amor de pátria! Esse homem é um charlatão político. Possível é que um governo seja mau em tudo, mas que haja um homem que de tudo entenda, para tasquinhar em todos os ramos da administração, isso é que é impossível. Defronte dele está outro que defende o governo à carga cerrada, que não admite mancha

suporte à consciência da própria personalidade, à ação da individualidade e da comunidade. A estratégia comunicacional do redator do *Íris*, para além dos paroquialismos¹⁷, e da sua cor política, que, apesar de tudo, e das fações políticas (radicais liberais, setembristas e vintistas) a que se dirige, não perde eficácia, assenta, pode dizer-se, em selecionados textos com objetivo ético, no que tange à política, mas não mascara a dependência. O *Íris* dá a ver uma rede de comunicação e informação que envolve periódicos insulares e continentais, uma espécie de interface de um espaço que todos comungam, a lusitanidade, alicerce e construção da mesma língua. Na

ou erro nos seus homens do poder. Este também é um charlatão, mas charlatão tolo, se não é pago. Trabalha o outro para derrubar os que estão e alevantar os que querem estar. Se houver mudança o gritador terá a sua recompensa, mas o que defende o poder, por via de regra, é esquecido por este e será perseguido pelo bando que derrubar aquele. Como estes dois homens são muitos jornalistas. Em palavras pomposas ou alambicadas, ou acometem ou defendem. A questão principal no que escrevem reduz-se simplesmente a saber em que bandeira estão alistados. De resto, estes são os charlatões mais sublimes e os que melhor vão no jogo. Aquele que não queira prestar-se nem a adular o poder, nem a lisonjear partido algum terá de retirar-se dos bastidores, ainda que não tenha sido por convite que haja entrado em cena (...). Mas que estará fazendo, naquela roda de ginjas, aquele velho de cabeleira, que os seus ouvintes parecem escutar como oráculo. É um desembargador sem desembargo, que o quer outra vez, mas cuidais que fala nisso? Nada. Lamenta a queda dos nossos velhos costumes, da glória portuguesa, a corrupção do século, a peste das ideias liberais, que vão já infecionando as aldeias e casais. Se o nome, que a esta casta de charlatões puseram há cinco anos, não é puramente metafórico, não passeis por essa roda, ou, se passardes, seja à vara e quarta de distância, se é que tendes amor às vossas canelas.... Ali tendes um morgado fidalgo, que foi capitão na sua terra. Liberal (...), nos seus discursos é declinada em todos os casos, e centos de vezes, a palavra povo = o povo, do povo, ao povo, para o povo, pelo povo. Até traz sempre na algibeira o barrete vermelho e o punhal progressista. Há sedição popular? É contar com ele lá, liberdade ou morte! Já se sabe, até aparecer a tropa de linha ou guarda municipal. Credes que é um mentecapto furioso? Nada disso tem. É um charlatão político, a flor dos charlatões, charlatão perigosíssimo, abominável. O que ele quer é que o povo chegue ao extremo da licença, porque aí morreria a liberdade (...). Quereis mais charlatões políticos? Pois sabei que ainda temos na carteira, notadas e classificadas, competentemente, um cento de espécies. Imaginai que melgueira não teremos de S. Bento, dos ministérios e do clero (...). Se viverdes, lereis inteiras as nossas lucubrações deste género em um livro (...) e terá por título *De Charlataneria Politicorum*" (*O Íris da Terceira*, (24 de outubro - 1838): Nº 21, [1-2]). Anotem-se os referentes, os construtores de sistema, para subtilmente, insensivelmente, denunciar o campo que esconde mal o carácter oportunista. Tetaniza, assim, toda a espécie de tarefeiros que vendem no mercado da política a sua "força de trabalho" a quem melhor remunerar. Podemos falar, nesta reflexão, em punição coletiva dos que vivem à custa da pequena política. Zigzagueie desviante dos políticos, troca de favores, disseminação da corrupção, uma cultura tradicional, passada e presente, do mundo político português, de S. Bento às autarquias, dos ministérios às freguesias. Associar aos dias de hoje esta perversão é um ato legítimo. O retrato traçado reproduziu-se nos séculos seguintes, os "clones" aí estão para quem os quiser olhar, o circo da política aí está para divertimento e drama do povo. Ora, se tais efeitos se realizam a respeito de simples questões de controversa religiosa, ou política, que em nada entendem com a felicidade do povo, o que será quando um punhado de tiranos subalternos e agitadores ferozes pretende sufocar com argumentos de aço, com a lógica dos cacetes, o grito de = abaixo os anarquistas! = (...) contra esses anticristos reformadores, esses economistas vorazes, essas fúrias destruidoras, que em dois anos têm mostrado ao mundo a infernal habilidade de reduzir ao caos social uma monarquia de sete séculos?!" (*O Íris da Terceira*, (19 de dezembro - 1838): Nº 29, [2-3]).

¹⁷ Assinala-se uma tradição da imprensa insular, o confronto entre leitores, que tem em O Patriota Funchalense o paradigma (ALVES, 1989). Em 1840, de forma mais acentuada, este hábito ocupa em o *Íris* um maior número de páginas, na continuação do embate, mediatizado por correspondentes (e.g. "Públcola", "Paroquiano"), com O Angrense (*O Íris da Terceira*, (8 de janeiro - 1840): Nº 84, [1]). É um conflito, que se torna fastidioso, pela repetição, em que surge o "diálogo entre cura e vigário", um modelo de comunicação crítica, que vem do ano anterior, na ambiência do paroquialismo, a que me refiro, em que se envolvem, além de outros, José de Cristo opositor de Narciso António da Fonseca (redator). Seja como for, é uma manifestação cíclica e sazonal (e.g. eleições, sobretudo locais) em o *Íris*, que de um rasgo, se for caso disso, integra em números sucessivos vária correspondência, envolvendo respostas e contrapropostas (e.g. *O Íris da Terceira*, (4 de novembro - 1840 - 6 de janeiro - 1841): Nº 127-136). Se quisermos, no quadro do desenvolvimento do periodismo, desenvolve-se uma dupla orientação: a) modo de troca e de cooperação dos diferentes atores, "amadores" e "profissionais", que intervêm junto do círculo de leitura; b) análise crítica dos procedimentos e exercício do poder, a nível local e central. Em suma, a repartição dos papéis, mobilizando simultaneamente os profanos (correspondentes) e os especialistas (periodistas), embora a semântica seja reversível, para uma prática crítica da política, o debate e o uso público da razão. Anote-se, todavia, o que é uma prática comum do periodismo deste período. Ou seja, pode tratar-se de fictivos correspondentes, uma ficção para melhor ganhar a confiança dos leitores, ao mesmo tempo que os periódicos, e quem os redige, colocam na boca do correspondente a crítica indesejada ou trazem à luz do dia temas impronunciáveis, que seriam inconvenientes, se subscritos pelos redatores.

relação com outros periódicos, entre eles, *O Açoriano Oriental*¹⁸, *O Angrense*¹⁹, *Correio de Lisboa*²⁰, *Diário do Governo*²¹, *Miscellanea Politica*²², *O Mosaico*²³, *Periódico dos Pobres no Porto*²⁴, à direita, ao centro ou à esquerda,

¹⁸ Na insuficiência da polémica que entretém com *O Angrense* (1836-1910), o Íris acolhe outro diferendo (tipo comunicado) com *O Açoriano Oriental* (n.º 326) e o autor de um “nogentíssimo aranzel”, TARTARUGA (*O Íris da Terceira*, (28 de julho - 1841): N.º 165, [3]), sobre uma questão local (Junta Geral do Distrito), uma manifestação que vai ao encontro do insulto linear (*O Açoriano Oriental*, n.º 331), com recurso a nomenclatura como “monstruosidade”, “rude animalejo”, “descomunal selvagem”, “desbocado arrieiro”, ou como o texto que se transcreve: “É bem lembrado (...), lembramos aquela fábula do burro que, entrincheirado na sua estrebaria, ameaçava com voz igual à vossa, o nobre leão, que indiferente a isso caminhava ao seu destino, “malvado animalejo”, revoltoso TARTARUGA, dizei-nos, acaso serão esses mandões filhos deste penedo? (...), não serão eles lá das bandas de Lisboa? (...). Vós sois um ridículo gritador de esquina, um sórdido bebedor de capilés, um criminoso perturbador da ordem pública e um enlameado beberrão, desprezo dos homens, escritor imundo...” (*O Íris da Terceira*, (15 de setembro - 1841): N.º 172, [3]). Como se verifica, estamos perante o insulto mais soez, uma receção que o Íris sempre criticou. Ou seja, uma insanável contradição, que só tem solução face a idênticos sentimentos por parte dos redatores, sobretudo a insidiosa manifestação de alienígenofobia, comum entre alguns estratos ilhéus, em relação aos continentais.

¹⁹ As polémicas com *O Angrense* são uma constante, que começa em janeiro de 1839. Os “angrenistas” e os “iristas”, eufemismos de setembrismo e cartismo, são o campo aberto da disputa, por vezes com excessos de linguagem verbal, que envolve eventual agressão física, o que não é uma novidade, sobretudo, nos países meridionais. Seja como for, evidencia-se um confronto que ressoa também nas páginas do *Angrense*, uma tradição açoriana, exemplo do empenhamento na defesa de um ideário, conservador, moderado ou radical, passado que foi o período que antecede o vintismo e o pós-vintismo imediato, em que o bloco histórico era, ainda, possível, quando a oposição era entre “corcundas” e constitucionais. Agora é entre cartistas e setembristas, no seio dos constitucionais, um momento em que os “corcundas” desapareceram de cena, deixando apenas um dos seus avatares: o miguelismo serôdio, que não incomoda, contra o qual não é necessária nenhuma guerra santa. Aliás a guerra continua entre os dois periódicos, apesar das promessas de a ela não voltarem (*O Íris da Terceira*, (1 de maio - 1839): N.º 48, [4]; *O Íris da Terceira*, (31 de julho - 1839): N.º 61, [1-2]).

²⁰ *Correio de Lisboa* (1837-1842), Lisboa: na Typ. Carvalhense.

²¹ Cf. *supra* n.º 8.

²² *O Miscellanea Politica*. Pelo auctor da *Camara Optica* (1838) é o periódico referencial para os artigos de opinião que saem do âmbito do paroquialismo angrense ou açoriano. Na lógica estratégica que vem sendo referida, várias apropriações do Íris, a partir do *Miscellanea*, mostram a rota ideológica que assiste ao pensamento de quem redige o *Miscellanea Politica* e do Íris que o subscreve. Percorrendo as páginas do *Miscellanea Politica*. Pelo auctor da *Camara Optica*, verifica-se o “anunciar” de mais um salvador da pátria que terá no cabralismo a sua expressão. Para além de ser um excelente escriba, José Joaquim Lopes de Lima, o redator, que o Íris apropria, escolhe, na sua guerra santa, deliberadamente a ironia mais subtil e o insulto mais sarcástico, dando um valor universal à sua escrituralidade, e língua portuguesa, enquanto estratégia de comunicação e crítica da política, no seu arco, de um extremo ao outro, à esquerda, ao centro ou à direita.

²³ *O Mosaico. Jornal D’Instrução e Recreio* (1839-1841), Lisboa: Imprensa Nacional.

²⁴ Também o *Periódico dos Pobres no Porto* (1834-1858), não escapa ao fenómeno apropriativo por parte do Íris. A imprensa da periferia vive de apoios mendigados nos periódicos do Continente, o que não obstaculiza um critério seletivo dos artigos, que revela, apesar da conotação ideológica, qualidade, tendo presentes a escrita e a temática. O fenómeno do periodismo sob ao proscénio, ou seja, a definição e o definido são agora objeto de análise, num artigo supostamente de José de Sousa Bandeira sobre “A verdade”: “Desde 1820 que a imprensa periódica não faz outra coisa senão lamentar a moléstia da pátria, e, desgraçadamente, apesar das nossas reformas e dos nossos sacrifícios, os males da pátria, longe de diminuírem, aumentam progressiva e espantosamente, a ponto tal, que já se diz por aí, à boca cheia, que os males da pátria não têm remédio. Muitas e mui grandes são as coisas que originaram estes males, mas é certo que, por maiores que eles sejam, não é com gritarias e com exclamações que eles se curam. Quem os há de curar é a verdade e é à verdade a quem devem recorrer os periódicos. Para que havemos de estar a berrar todos os dias: foram os corcundas, foram os constitucionais, foram os cartistas, foram os setembristas a causa dos nossos males. Confessemos a verdade, fomos nós todos. Que partido poderá apedrejar o outro? (...). Que fizeram os liberais desde 20 até 23? Indispuseram-se com a Europa, perderam o Brasil e nos deixarão a guerra civil, as cadeias e a perseguição. Que fizeram os absolutistas desde 23 até 26? Proclamaram as Vésperas Sicilianas em abril, reconheceram a perda de nossos territórios ultramarinos e continuaram a guerra civil! Que fizeram os malhados desde 26 a 28? Venceram batalhas, puseram luminárias, cantaram hinos, deram palmatoadas e continuaram a guerra civil! Que fizeram os miguelistas desde 28 a 34? Perseguiram, enforcaram, desterraram, lançaram tributos e continuaram a guerra civil! Que fizeram os cartistas desde 34 a 36? Contraíram grandes e necessários empréstimos, venceram muitas batalhas, libertaram o reino, derrubaram o absolutismo e livraram o povo de imensos tributos, mas não tiveram força para terminar a guerra civil em Évora-Monte! E que têm feito os setembristas desde 36 até agora? Aumentaram os empréstimos, hipotecaram a nação, ensinaram-na a ser perjura e desobediente. E, pregando doutrinas anárquicas, deram com os focinhos em terra, sustentando a guerra civil!!!! Agora perguntamos nós: se os corcundas, malhados, liberais, miguelistas, cartistas e setembristas não têm feito senão concorrer para estes males, quem os há de remediar? Quem? Nós mesmos, uma vez que deixássemos de ser tudo aquilo e sejamos só portugueses (...). Como pode Portugal levantar a cabeça, se os portugueses estão doidos? (...). O absolutista, agarrado ao credo velho, quer o seu capitão-mor para ser preso por ele! O miguelista suspira pelas forças do seu anjo! O cartista quer liberdade com ordem! O setembrista quer empregos, bilhetes do Tesouro, cacetes e despotismo à sua moda! O ordeiro, esse não sabe o que quer! E todos cegos, fanáticos e apaixonados pugnam pelos seus sistemas e só querem os seus homens. E, no entanto, vão cavando a sepultura à pátria sem reflexão e sem dor!!!! Portugueses de todas as cores políticas, perdoai uma verdade, a culpa é toda nossa e só de nós é que pode vir o remédio (...). Homem de setembro (...), a força é a virtude dos impérios. A força não pode existir sem união, não se mantém sem a reciprocidade de direitos e interesses. Enquanto quiserdes ser exclusivos, a pátria irá de mal a pior, a confiança fugirá de todo (...). O edifício liberal (...) está ameaçando de aluir-se para sempre (...). Ouvi o voto de uma imprensa livre (...). Três milhões de almas não devem ser sacrificados ao império das teorias, aos caprichos dos clubes” (*O Íris da Terceira* (24 de janeiro - 1839): N.º 34, [2-3]). Retrospectiva condicionada ideologicamente, mas à qual não pode ser tirado o valor e a qualidade, sobretudo quando, ainda que telegraficamente, analisa a atitude das partes envolvidas. Ironicamente, o apoio – atribuindo qualidades e feitos aos partidários da Carta, em que foram apenas uma parte –, que, aparentemente, fornece aos cartistas, hesitantes, vai dar origem a nova guerra civil. O coração e o sentimento pendem para apenas um lado.

O Íris constitui e constrói, no âmbito do fermento da imagética lusófona, o que pode chamar-se, sob o ponto de vista político, uma cultura que acolhe valores conservadores, moderados e prospetivos, que assentam em opostas visões do mundo: a tradicional, imbricada na monarquia, a prospetiva, ligada ao liberalismo democrático²⁵. O confronto das ideias é um momento da construção da identidade lusitana, um conglomerado que vai sedimentando a individualidade e a comunidade em torno de um sentimento de pertença. Conformidade com os adversários políticos, identidade e solidariedade com quem comunga as mesmas ideias, no combate por um ideal político e um modelo de governo, que correspondem à objetivação do espaço social, a modos concretos de socialização e práticas culturais da vida quotidiana. Para além de *O Íris*, por norma enriquecedora, fornecer também notícias da situação nacional e internacional, a partir dos periódicos que vai recebendo da metrópole, quer citando, quer fazendo sínteses, uma atitude que é mais evidente em situações de crise nacional ou internacional, os temas são múltiplos, transversais à comunidade, incarnados nas diferentes pertenças dos sujeitos. Certamente, constata-se poderosos fatores de unificação cultural, apesar do confronto ideológico, a “sociabilidade insociável”. Ao mesmo tempo, comprova-se uma forte resistência da cultura linguística, e, sobretudo, descobre-se um processo histórico de criação e de recriação das identidades culturais linguísticas, pela via de outras formas de verbalização, antes desconhecidas. Dito isto, e na impossibilidade de trazer à colação todos os temas que *O Íris* propõe, optei por abordar um deles, um assunto que é mais comum ao conjunto da sociedade, o corpo e a moda, se quisermos o que pode chamar-se, a cultura das aparências (instrumentalizada também, quando oportuno, para a crítica sociopolítica²⁶), como fator organizacional de troca de signos e

Sob a bebida, surge o que parece ser um salvador da pátria. Seja como for, estas são questões que se podem colocar hoje, o mesmo tipo de perguntas, desde o 25 de abril de 1974. Não importa, a coloração política, mas o modo como José de Sousa Bandeira escreve, constata verdades universais, independentemente do seu juízo fortemente condicionado, sob o ponto de vista cartista. Torrencial, cartista embora, cabralista incondicional depois, o facto é que do ponto de vista da escrituralidade manifesta uma coragem notável, que nada fica a dever a outros periodistas da feição oposta. Com efeito, declarar, eventual crime, escrever a verdade, reenvia-nos para os dias de hoje, em que esta anda esquivada das páginas dos jornais, por falta de coragem, de conluios, de mordomias e dinheiro que circulam abundantemente nestes meios, ao incorporarem os jornalistas, os cronistas, os informadores, as casas editoriais e os académicos, sob tutela, com a finalidade de manipulação dos *media*, colocando o povo contra a rua e vice-versa. Obviamente, com o apelo ao governo forte, prepara o caminho ao “salvador da pátria”, de quem depois fará o panegírico: Cabral.

²⁵ O *Íris* da Terceira, naturalmente, reflete nas suas páginas as polémicas entre periódicos da metrópole. É o caso da disputa entre *A Vedeta da Liberdade* (1835-1839) e o *Periódico dos Pobres no Porto* (1834-1858), em que mais do que a forma de letra, é o conteúdo ideológico que carrega: “À prima Vedeta. Disse (...) que à força de gabos nos queríamos inculcar pelo melhor liberal do mundo!!! (...)”, diz (...) que nós somos um malvado!!! Um mentiroso!!! E um caluniador!!! A prima, quando faz destes favores, nunca são ninharias. É sempre presente de abade. Qualquer destes adjetivos já é um favor muito grande, quanto mais três! (...). A prima foi buscar o *Azemel* de 1822 [refere-se, supostamente, ao periódico liberal, *O Azemel Vimaranesense* (1823)] para nos chamar constitucional esturrado, que queria o sangue da aristocracia e que não queríamos duas câmaras, nem o veto. Grande coisa foi a prima ter guardado esses papelinhos, para nos dar com eles na cara! (...). Nesse tempo caímos nessa fragilidade, mas na primeira Quaresma, que se lhe seguiu, nos desobrigamos (...), dessa culpa estamos nós aliviados para com Deus e para com os homens (...). Em o seu nº 101 diz a priminha que se o medo da prisão nos fez renegar, o mesmo medo fez os oficiais de S. Julião da Barra (...). Permita que lhe digamos que canta fora do coro (...). Pobre priminha, quem lhe comer os miolos sem adubo, pode jejuar sem escrúpulo. Mudar de um partido para outro é consistência de caráter!!! (...). Fazemos muito gosto disso. Se a nossa revolução for acima, também há de chamar-se - a gloriosa - e nós o glorioso” (*O Íris* da Terceira, (5 de agosto - 1840): Nº 114, [1-3]). A *O Íris* interessa que esta polémica incorpore o corpo do periódico. Na verdade, enfrentar, por via transversa, *A Vedeta da Liberdade*, é um risco sem consequências para o *Íris*, que apenas o redator do *Pobres no Porto* tem que suportar. O combate entre jornalistas é, a meu ver, mais profundo que o estilo, que é uma forma. Ele abarca diferentes visões do mundo, a tradicional e a liberal/democrática, o conteúdo que enche a letra de forma ou a forma do estilo, ou seja, algo mais profundo que a superficialidade que alguns, provavelmente com alguma razão, atribuem aos periodistas. E esta asserção torna-se por demais evidente se tivermos em conta que *A Vedeta* tem como redator António Rodrigues Sampaio (e António do Carmo Velho de Barbosa) e *O Periódico dos Pobres no Porto* é redigido por José de Sousa Bandeira. Supostamente, companheiros de rota, exibem uma acentuada dissidência, bem evidenciada por Bandeira, que não hesita em assumir a pirieta. Nada de novo, se olharmos para os dias de hoje em que as “cambalhotas” são ainda de maior evidência.

²⁶ Para a história da moda, pelo viés da crítica sociopolítica, a partir de o *Periódico dos Pobres no Porto* (1834-1858), leia-se: “Ora, aqui estou eu sr. mestre (...). Então, com que é que embirra, tia Micaela? Eu lhe digo (...) com esta palavrinha jovem (...). Mas diga-me, o jovem em frase

significados corporais e linguísticos, cruciais para a consolidação da lusitanidade e incentivo ao fermento do que irá ser a lusofonia. O que pode surgir como sendo a palavra passe da inconstância frívola, um luxo estético e periférico da vida coletiva, é na verdade um processo geral englobando o todo social que comanda a produção e o consumo de objetos, a cultura, os *media*, as mudanças ideológicas e sociais (LIPOVETSKY, 1987), a construção de qualquer sentimento de pertença – seja ela qual for intuindo a assunção da língua materna. É uma temática que *O Íris* subscreve a partir de *O Mosaico* (1839-1841: Nº 76, 263-264)²⁷ um pretexto, uma forma de diálogo com o Outro, que dá a ver o valor da argamassa em que se constitui o periódico na construção e sedimentação da lusitanidade e do germen da lusofonia, aquela enquanto berçário desta, em que o Outro e a relação com o próprio ajudam à afirmação e consolidação da língua, um elemento fundamental da unidade política que ajuda à compreensão da interdependência seminal entre língua e nação. É uma *práxis* difícil de exprimir por palavras, que se vai carregando de significado ao mesmo tempo que se sedimenta. Na verdade, para a história da moda e do corpo, e da edificação da mentalidade da portugalidade e da inteligibilidade da lusofonia, em construção, pelo viés da crítica social, *O Íris* divulga, a partir do citado periódico, um texto sobre a organização social das aparências²⁸, que possui elevado grau de vivacidade e comunhão empáticas, fundamental para a consolidação da língua e criação de condições para a afirmação da lusitanidade e o despontar de uma cultura lusófona, pelo viés da mentalidade. E porquê? Porque, por um lado, a partilha empática é capital, a meu ver, para o laço inextricável que une estes dois conceitos. Por outro, porque a empatia é geralmente concebida como a aptidão de se colocar no lugar do outro, e inferir assim em imaginação os seus pensamentos, os seus sentimentos e as suas ações, que

periodiqueira quer dizer (...) um sujeito de sapatinhos tão lustrosos como uma canana; de meias alagartadas, mosqueadas e multicores; com uma calça muito tesa e repuxada, quase sempre de colete com tão grandes palmas, que parece forro de baú; com uma japoninha [sic], denominada de sobrecasaca, e, tão curta, que dá pelas virilhas; com o peito da camisa bem à mostra e ornado de botõesinhos, como armáriozinho [sic] de ourives; com umas barbas de mouro, como as do Coge-Çofar ou do Catual; com a cabecinha que apresenta bem aberta no cabelo a estrada da liberdade, e a cristãzinha a uma banda; com um chapéu de grandes abas, quase sempre de óculos fixos, por causa do reflexo do astro, ou da desenvoltura do ar; com uma delgada bengalinha na mão, ombros levantados e charuto a um canto da boca (...). Onde (...) eles são certos é nos botequins, ou mais politicamente nos cafés. Ali os encontrará (...). Ali discutem eles as maiores questões políticas, fecham Cortes, abrem Cortes, movem exércitos e lhes mandam fazer alto! Fazem entrar nos Dardanelos as esquadras aliadas! E correndo do oriente para ocidente, aqui atacam Metternich, ali o Nelsserode (...). Ali (...) os ouvirá (...) decidir que coisa é o cisma e analisar periódicos com maior calor e discernimento (...). Também agora os há de encontrar nas secretarias de Estado e nas repartições públicas (...). Se o jovem, além destas qualidades, tem de mais a mais a de Irmão..., então a sua felicidade está fazida [sic] (...) e num abrir e fechar de olhos vem rebolando no *Diário do Governo* o = atendendo ao merecimento e mais partes, etc. = e o seu crédito está formado!! (*O Íris da Terceira*, (15 de abril - 1840): Nº 98, [1-2]).

Por um lado, contra o que parecem ser os “estrategas de café” e, mais naturalmente, contra qualquer tipo de debate público sobre política, por outro, tendo presente a ascensão do que se supõe ser os filhos da “aristocracia reinante”, a crítica do redator vai direta ao coração da prática política e do exercício do poder, que tem tradição em Portugal até hoje. Ou seja, os ineptos que cirandam pelos ministérios e secretarias, enquanto clientela política que cobra a fatura da campanha à qual se paga o favor. Enquanto representantes da suposta, elite futura (que necessita pertencer já à classe social que dispõe de capitais socioculturais suficientes para ter sucesso nos diferentes campos do poder), estes inábeis, doutrinados e designados, como defensores estremados da imagética liberal, por empreendedores partidários de um pseudo-liberalismo, pretendidamente ligados aos valores da liberdade, surgem incarnados pelos redatores e as personagens que representam. Pode dizer-se que, numa pirueta de encarnação, quase perfeita, do pensamento único da classe possidente ou dirigente, são uma espécie de quinta-essência do meio social mais favorecido, cuja visão do mundo está longe de representar o ideal liberal ao qual aspira o resto da população. Por tudo isto, fica a ostentação, mais imediatamente visível do “inimigo de classe”, que representa esta “aristocracia imperial” que sucessivamente vai escolhendo ou elegendo os seus representantes, independentemente do seu estrato de classe, desde que sirva os seus propósitos. Neste caso, a prestidigitação do poder empesta a hipocrisia e a submissão aos apoiantes de Costa Cabral, ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos, num suposto combate, de geometria variável, em favor da liberdade de imprensa.

²⁷ O autor do texto de *O Mosaico* é R. J. de S. Netto – Ricardo José de Sousa Neto – 1822-1870 – escritor teatral, tradutor de inúmeras comédias, muitas delas publicadas na coleção *Teatro para Rir*. Curiosamente, *O Mosaico* publica durante alguns números a rubrica “Costumes Michaelenses – O Monge da Caloura”, romance histórico (Anos de 1817 – 18 –), tipo folhetim, em três capítulos, nºs 65 – 67, respetivamente de 1, 8 e 15 de junho – 1840, cujo autor é R. D’A – Francisco Manuel Raposo de Almeida, diretor da publicação.

²⁸ Ainda que no sentido da crítica sociopolítica, veja-se *supra* n.º 19.

se exprimem através de códigos corporais e linguísticos, que fazem interiorizar sentimentos de portugalidade, ao mesmo tempo caldo de cultura do despertar da lusofonia, não como um estado, mas como um processo que se vai definindo ao longo do tempo, numa partilha de perspectiva que consiste em imaginar o que se percebe no lugar do Outro, seja pela via da escrituralidade, seja pela via da oralidade. A comunicação entre indivíduos consiste não apenas em trocar informações, mas também partilhar as representações e os sentimentos. Este postulado da empatia está na base das atividades sociais, é de tal modo omnipresente, que parece ir por si, ser da ordem da natureza e não da convenção, o que nos conduz a situação ideal de comunicação na conjuntura que abordamos neste texto. Para além da escrita, da linguagem como organizadora social do pensamento, da linguagem propriamente dita, é a cultura na qual se banha a comunicação, tudo servindo para criá-la e mantê-la, que serve de quadro ao universo das representações partilhadas. Esta plataforma comunicativa comum é característica da comunicação humana. A empatia do quotidiano interage com a utilidade da partilha empática dos afetos nas conversas com insistência, conversas de aparências, muitas vezes inessenciais, mas indispensáveis à manutenção dos laços afetivos do tecido social quotidiano e do tecido político e da afirmação da linguagem. Neste contexto, face ao elevado grau de analfabetismo, a oralidade é fundamental, como já se referiu. A interpretação do enunciado verbal tem em conta implícitos (KERBRAT-ORECCHIONI, (1991; 1998, 4^{ème} éd.), expressões metafóricas, modos semânticos, mas também indícios não verbais: expressões faciais, atitudes corporais, intonações, que permitem transmitir, no campo da empatia e da simpatia sociopolíticas, as ideias que interessa veicular, em que o enunciado total ultrapassa o simples pronunciado (KERBRAT-ORECCHIONI, (1997; 2002, 4^{ème} éd.). E, neste caso, pode falar-se nas interações face a face que são de facto interações de corpo a corpo em que a intersubjetividade e a interação são largamente baseadas sobre mecanismos de intercorporalidade linguística, como parece dar a ver o texto, em apreço, com o título “A AFETAÇÃO DO BELO SEXO”:

“Senhoras há, que fazem constantemente um estado mui particular de uma infinidade de afetações: em o rosto mui alvo e rubicundo; em pôr carmim nos beiços, nas pontas dos dedos e no peito; pentearem-se logo que alvora a manhã; enfeitarem-se diante de um grande espelho; instruírem-se na maneira de olhar, que este seja suave, aprazível, terno, desfalecido e amoroso. A boca, de certo modo, e com mais trejeito, parece-lhes mais formosa, os dentes mais brancos e os lábios mais vermelhos. Quando falam de certa forma, julgam que a voz, escapando-lhes dos lábios, ganha mais suavidade e som mais agradável. Passemos agora aos grandes Salões de Baile e a essas reuniões, que chamam soirées, o que encontramos? A linda jovem toda recostada sobre a otomana, com os olhos baixos, calçando a apertada luva de branca pelica, e parecendo a tudo indiferente. Quando algum élégant lhe dirige a palavra, a semideusa responde-lhe só com monossílabos e com o rosto voltado, julgando, assim mesmo, fazer uma honra ao alombrigado Adónis, vendendo mui caro as suas respostas. E, quando por esquecimento, se lhe não dá a moderna dignidade de v. ex. ª, a ninfa nada responde, formaliza-se e encara com colérico desprezo o espartilhado, petit-maître. É o maior escândalo que a uma bela se pode fazer!! (...). Aqui o Adónis triste e cabisbaixo lamenta-se (...) pela inconstância de certa menina (...). Ali um embonecado mancebo, diante de um

espelho, concertando a cabeleira, o lenço de pescoço, a tira da camisa e colete (...). Deixemos os bailes e lancemos um golpe de vista sobre os teatros (...). Veja-se o modo arrebatador com que a bela olha para o amante que, na plateia, sentado, e pondo no côncavo do olho a delicada e quase invisível luneta, não perde o menor dos enternecidos movimentos. Outras, querendo afetar mais modéstia, põem os óculos para um camarote de frente, conservando os olhinhos fitos no afrancesado namorado, taful de longa barbinha, bigode e competente pera (...). Qual é a bela, qual a ninfa do tom, que às cinco da tarde não larga a costura, ou o bordado, e não chega à janela para ver o amante e, enquanto este não chega, s'amusant com qualquer que se acha presente, fruindo desta arte o principal prazer do sexo amável que é a novidade e a variedade? As Deidades, as Semideusas do tom estudam como hão de mover a cabeça, os gestos, a postura e o modo de andar. As suas conversações constam somente de modas e namoros e, sobretudo, la critique” (O Íris da Terceira. Nº 136 (6 de janeiro - 1841), p. [2]).

Aquilo que são afetações na opinião do autor prende-se antes com desejo de afirmação individual ou social. Um processo que pode considerar-se próprio da elaboração e manutenção de pensamento e identidades minoritários no contexto da cultura mediática do tempo, tendo presente a moda e o corpo, como instrumentos mediáticos, em função da ipseidade e da alteridade, da transcendência vertical (uma representação identitária de um pensamento minoritário numa cultura mediática hostil). O interessante desta questão é a reação que provoca o artigo de *O Mosaico*, com pedido de publicação de resposta, face ao “desabono do belo sexo”, com um texto sobre “VALOR GUERREIRO DAS MULHERES”, por “O Defensor do Bello Sexo”, que, eventualmente, pode ser soletrado no feminino:

“[A] natureza dá a suscetibilidade e a educação a modifica (...). Por consequência, mostrando-se que muitas mulheres pensaram e obraram como os grandes homens, e isso porque foram educadas como eles, seguir-se-á que se todas fossem educadas como o geral dos homens, haveria tantas heroínas, como heróis. Ora, nós devemos entender por educação os modos de pensar e de obrar resultantes das influências das ideias recebidas das pessoas, com quem tratamos, dos livros, por que aprendemos, dos lugares, em que assistimos, e dos tempos, de que somos ou em que vivemos” (O Íris da Terceira. Nº 137 (13 de janeiro - 1841), p. [4]) (...). Se, contudo, recorrermos a exemplos de valor singular, temos Epicaris, mulher de baixo nascimento, que, sendo convencida de ter entrado numa conjuração contra Nero, e, metida em maus-tratos, jamais lhe pode extorquir a declaração dos seus cúmplices. Receando, porém, que se outra vez a metesse em tormentos, viesse pela violência das dores a declará-los, tirou o seu cinto e, afogando-se com ele, impediu com a morte a confissão, que a honra não lhe permitia fazer. O filósofo Zenão de Eleia, em iguais circunstâncias, só traçou com os dentes a língua, cuspidendo-a na cara ao tirano, impossibilitando-se por este modo de lhe responder” (O Íris da Terceira. Nº 138 (13 de janeiro - 1841), p. [2-3]).

O acento colocado na educação explica, em parte, esta oposição de argumentos, em que preconceito (sensação) e razão (emoção) conflituam. Por um lado, surge a visão do mundo dominante, por outro um mundo de vida minoritário, que deseja assumir a igualdade de sexos e aspirar a uma educação semelhante, que, essencialmente, remete para o princípio fundador, segundo qual todos os homens nascem iguais em natureza. Estamos perante o que pode chamar-se uma minoria ideológica, independentemente da superficialidade e de um suposto deficit feminino de aprofundamento crítico. Quais são os processos próprios à elaboração e à manutenção de identidades ideológicas minoritárias no contexto da cultura mediática do período aqui em estudo? Trata-se de analisar o *corpus* mediático do pensamento minoritário, através do periodismo, no plano sócio-simbólico, semiótico e político. Estes dois níveis de análise permitem desenvolver uma contribuição comparativa do desenvolvimento do discurso identitário no contexto de defesa do pensamento minoritário contra o absolutismo cultural e ideológico do pensamento médio do período. Estas questões conduzem a uma hipótese de trabalho que assenta na formulação: a identidade desenvolve-se por identificação à de outras pessoas e por interiorização do Outro generalizado. O Outro ideológico modela em parte a identidade ideológica minoritária pela sua cultura dominante, os seus esquemas narrativo-simbólicos veiculados pela publicidade e pelos seus periódicos. A manifestação da diferença ideológica exprime-se como uma forma de resistência à hegemonia ideológica do pensamento dominante. Estas reivindicações de um pensamento minoritário expressam-se nomeadamente na cultura mediática. A este título, estas reivindicações surgem sob o ângulo de uma narração de si (a moda, o corpo são vias dessa narração), cuja função essencial visa fazer perdurar um conjunto de saberes no seio de uma memória prática mediatizada pela presença do Outro, ou seja, num contexto ideológico minoritário, as narrações de si surgem como uma memória e uma resistência que mediatiza as transformações sociais e culturais na perspetiva da manutenção e desenvolvimento da comunidade ideológica. Esta memória responde ao princípio: quanto mais a comunidade ideológica está em situação minoritária, maior se torna o papel da memória e da resistência, uma espécie de *habitus* (Bourdieu, 1979: 179-195), quer dizer, a iniciativa contra a indiferença e a assimilação. Esta memória resistente e resistência memorizada tomam uma forma axiológica, ao mesmo tempo, sobre a diferença em relação ao Outro e sobre a sua incontornável presença. Em suma, a cultura mediática aparece como uma forma simbólica que constrói uma memória resistente num processo de interação com o Outro, no caso conjugado no feminino e nas suas manifestações aparentemente levianas. Entre um desejo de pensar e o medo de pensar, a ousadia do afirmar. Nesta ambiência cultural, a vontade de esclarecer a relação entre a capacidade, ou ainda incapacidade, de pensar e as diferentes visões, os diferentes traços do carácter e da personalidade feminina desta década de quarenta do século XIX, coloca à luz do dia o paradoxo de sociedades e ideologias aparentemente abertas e povoadas de indivíduos fechados. Por tudo isto, somos conduzidos a interrogarmo-nos sobre o prazer, a necessidade de pensar, e, ao contrário, a angústia, a fuga, a recusa de pensar, ligados a perturbações maiores, nascidas do tipo de sociedade, provocadas por um novo tipo de economia, sem limite e sem freio, uma privação de referências e dos quadros tradicionais. A possibilidade de atividade crítica pode tornar-se uma iniciativa destituída de interesse e de objetivo, sem outro objeto que a sua própria

perpetuação e a sua autoalimentação. Pode ainda tornar-se em uma simples atitude de reticência ou de resistência manejável, despida de substância, de conteúdo e travando o exercício do pensamento. Neste sentido, a conduta feminina ganha uma dimensão acrescida pelo que representa da vontade do afirmar contra as atitudes que - institucionais, sectárias, calculistas, superficiais, ambíguos -, se submetem ao conformismo e à homogeneização dominante. Elas minam a via de um pensamento disciplinado, especialista ou erudito, ignorando deliberadamente outras formas de pensamento e apreensão do real. Abandonado a si mesmo, separado do espaço social comum, este pensamento negligencia, sobretudo, entrava as questões que dizem respeito à existência, encoraja a estreiteza de espírito, a hostilidade, indo, por vezes, até ao ponto de pôr em marcha pulsões de destruição e ascensão do fanatismo. Ao mesmo tempo deixa ver a existência de uma violência dissimulada e insidiosa, através de procedimentos que, tendo por objetivo a deslegitimação sistemática do não-conformismo, têm por razão profunda a recusa, o medo ou a impossibilidade de pensar, com efeito de aceleração intensiva. Ainda, no âmbito da assunção da corporalidade e na perspetiva de uma diferente sexualidade deve ser vista uma manifestação inusitada, para o tempo, cujo sentido não está de acordo com a mundanidade habitual e que adquire uma significação que não é apenas corporal. É também cultural. O interesse fundamental desta forma de assunção do corpo está em íntima relação com a perfeita degradação de um modo de ver e pensar (que as diversificadas e heterodoxas manifestações da formação social portuguesa vão colocando à luz do dia), ao mesmo tempo que instala a via para outras formas de encarar a diferença no seio da sociedade. Visão oblíqua de um sensualismo diferente, é, simultaneamente, a incontestada expressão de outros sentimentos e de uma sexualidade "outra", de forte carga pessoal, garantia da autonomia e da individuação, que se traduz na expressão do corpo. Coloca, assim, em causa, não apenas o maneirismo feminino, mas ainda a virilidade masculina, ao mesmo tempo que, numa espécie de corrosão em processo ascendente, abre caminho à afirmação de uma nova sensibilidade em rotura com a masculinidade prevalecente.

2. CONCLUSÃO

Pode afirmar-se, com toda a justeza, que este conglomerado cultural, chame-se assim, é essencial para o desenvolvimento dos sentimentos lusófonos e dar sentido à nossa presença aqui hoje. A portugalidade e a lusofonia são língua e cultura, produto da fusão entre língua e cultura, entre mentalidades e visões do mundo, entre os fenómenos de empatia, neguentropia e simpatia, que se geram neste campo de forças, cujos traços, de todas as variantes conhecidas, se construíram e sedimentaram ao longo da nossa história. O nexo entre cultura das aparências, cultura lusitana e imagética lusófona parece assim evidente, sobretudo quando nos debruçamos sobre a leitura de periódicos, no caso *O Íris da Terceira*, seja qual for o século da sua história. Na verdade, o periodismo não pode viver sem a presença de um pensamento da sua própria história e do movimento histórico, nem a língua nem a lusofonia de que aqui falamos pode sobreviver sem esta memória coletiva em que se constitui o periodismo do século XIX, o médium por excelência do exercício da razão, da emoção e dos sentimentos. E isto porquê? Porque o poder dos *Media* não é, como já referi, um poder entre outros, uma vez que a sua função de sustentáculo da mediação simbólica, nuclear em qualquer formação social, constrói o teatro dos hábitos sociais

em articulação orgânica com a identidade e a ação coletiva e individual. Existe no periodismo a alegria e o humor, comedido e imperceptível, outras vezes violento, resultado da pulsão intolerante, que penetra as várias escrituralidades, os vários públicos, como se os leitores, os auditores e os espetadores, para além de os lerem, ouvirem e observarem, estivessem obrigados ao acordar da razão e da inteligência de que é capaz o periodismo desta época, ao despertar de uma alegria sarcástica, suficiente para fazer excitar novas ideias, novos pensamentos, novas conflitualidades. Mais um argumento que me levou a trazer à vossa presença *O Íris da Terceira*, com todo um variado conteúdo, um conjunto de ingredientes de afirmação da nacionalidade, da insularidade, do paradigma da lusitanidade e da galáxia lusófona.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - FONTES

IANTT. Real Mesa Censória: Censuras e Pareceres (1787).

IANTT. Real Mesa Censória: Censuras e Pareceres (1790).

PERIÓDICOS

Angrense (O) (1836-1910), Angra do Heroísmo: Typ. do Angrense.

Correio de Lisboa (1837-1842), Lisboa: na Typ. Carvalhense.

Íris (O) da Terceira (1838-1842), Angra: Na Tipografia de José Joaquim Soares.

Miscellanea Politica. Pelo auctor da Camara Optica (1838), Lisboa: Impr. de Galhardo e Irmãos.

Mosaico (O). Jornal D'Instrução e Recreio (1839-1841), Lisboa: Imprensa Nacional.

Periodico dos Pobres no Porto (1834-1858), Porto: [s.n.].

Portuguez (O); ou *Mercurio Politico, Commercial, e Literário* (1821), vol. XII (n.ºs LXVIII - [1821]), Londres: Impresso por L. Thompson.

Vedeta (A) da Liberdade (1835-1839), Porto: Imprensa de Coutinho.

OBRAS CONSULTADAS

ALVES, José Augusto dos Santos (1989), *O Patriota Funchalense (1821-1823) ou o elogio do contrapoder*, Sep. Atas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal: Sec. Reg. do Turismo, Cultura e Emigração.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris: Les Éditions de Minuit.

CANTO, Ernesto do (1890-1900), *Bibliotheca açoriana. Noticia bibliographica das obras impressas e manuscriptas nacionaes e estrangeiras, concernentes às ilhas dos Açores*, Ponta Delgada: [s.n.], Typ. do Archivo dos Açores, 2 vols.

CAUSSAT, Pierre; DARIUSZ, Adamski; CRÉPON, Marc (1997), *Messianismes séculiers en Europe centrale et orientale (du XVIIIe au XXe siècle)*, Paris: Mardaga.

DERRIDA, Jacques (1972), *La voix et le phénomène*, Paris: PUF.

FUMAROLI, Marc (1980), *L'Age de l'éloquence: Rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*, Genebra: Droz.

LIPOVETSKY, Gilles (1987), *L'empire de l'éphémère: La mode et son destin dans les sociétés modernes*, Paris: Gallimard.

LOURENÇO, Eduardo (1996; 1999), "Imagem e Miragem da Lusofonia" in *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1991; 1998, 4^{ème} éd.), *L'Implicite*, Paris: Armand Colin.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1997; 2002, 4^{ème} éd.), *L'Enonciation*, Paris: Armand Colin,

SALAZAR, Philippe-Joseph (1995), *Le culte de la voix au XVIIe siècle: Formes esthétiques de la parole à l'âge de l'imprimé*, Paris: Honoré Champion.

Internet

'O conceito de Lusofonia e a cooperação na promoção e difusão da língua portuguesa. Tópicos de Intervenção' (2008) in CPLP. 'Encontros de Lusofonia em Torres Novas. 13 de novembro'. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=482&PID=1229&M=NewsV2&Action=1&NewsId=593&Page=6> em 22/11/11.

LOURENÇO, Eduardo (1987; 1999), "Errância e Busca num Imaginário Lusófono" in *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, apud Maria Manuel Baptista, 'O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para Além do Multiculturalismo 'pós-humanista' Disponível em <http://mariammanuelbaptista.com/pdf/OconceitodeLusofoniaemEL.pdf> em 24/11/11.

20. KATHARINE BAKER - UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENSILVÂNIA, EUA



.TEMA 2.3 TRADUZIR O CONTO “NAS LAJES, UM CHÁ IMPREVISÍVEL” DE URBANO BETTENCOURT, KATHARINE F. BAKER – UNIVERSITY OF PITTSBURGH, PENNSYLVANIA,

No conto “Nas Lajes, um chá imprevisível” do livro *Que paisagem apagarás* [2010], o autor Urbano Bettencourt descreve uma visita às Lajes do Pico por um certo Sr. Machado para instalar fotografias que tirou quando acompanhava uma expedição científica na Baía dos Golfinhos no sul do Brasil. O protagonista fica alojado numa residencial Lajense, cujo dono lhe traz um chá ao quarto depois do jantar. Naquela noite o Sr. Machado cai figuradamente no buraco de coelho, assim chegando num quase País das Maravilhas, a sofrer vários pesadelos no caminho, e em que a literatura se cruza com a realidade imediata.

FIG. 1: PINTURA, IMPREVISÍVEL CHÁ DA IMAGINAÇÃO, DE SEMY BRAGA.²⁹



“IN LAJES, AN UNPREDICTABLE TEA”³⁰ FOR VERA SABINO AND SEMY BRAGA

FIG. 2: SEMY BRAGA E URBANO BETTENCOURT, NAS FURNAS DE SÃO MIGUEL, 2009.³¹

²⁹ Imagem graças ao Doutor Semy Braga. Também disponível em: <http://semy.websabino.com/cha.htm>

³⁰ Bettencourt, Urbano. “Nas Lajes, um chá imprevisível. In, *Que paisagem apagarás*. Ponta Delgada, Portugal: Publiçor Editores, 2010, pp. 15-23. Traduzido em inglês por Katharine F. Baker e Bobby J. Chamberlain, Ph.D., 2012.

³¹ Semy Braga e Urbano Bettencourt nas Furnas, São Miguel, 2009. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/icmblogs/rtp/comunidades/?k=Semy-Braga-o-poeta-audio-de-Olegario-Paz.rtp&post=28960>



NAS LAJES, UM CHÁ IMPREVISÍVEL³² PARA VERA SABINO E SEMY BRAGA

Quando cheguei ao Pico pela primeira vez, um teto de nuvens baixas reduzia a ilha a uma barra verde-cinza muito regular, ligeiramente achatada nos extremos. Em vão procurei aquela montanha que as fotos tiradas a partir de S. Jorge transformam no perfil perfeito de um seio – *um seio inútil de noite*, como escreveria Chateaubriand. Aproveitei o resto da tarde para instalar-me e descansar da viagem. E depois do jantar abalancei-me a uma breve incursão pelas Lajes, um pouco à toa, mas sem esquecer algumas das recomendações feitas pelo senhor Amílcar, proprietário da Residencial. Para falar verdade, nas Lajes não se anda à toa, pois o traçado da vila quase nos controla os passos e os encaminha para a rua principal, paralela à linha da costa e donde partem as perpendiculares que levam até ao mar. Este foi um dos aspetos que mais impressionaram o poeta Wang Yong, que por lá andou disfarçado de viajante com uma mochila onde guardava amostras de lava, lenços de papel com poemas e desenhos eróticos, conchas, pedrinhas, pedacinhos de ossos de Camilo Pessanha. É como se a malha urbana obedecesse a uma geometria que proporciona a vida interior entre o Cruzeiro e o Largo da Matriz e, ao mesmo tempo, mantém o diálogo constante com o mar, fator indissociável da história e da economia da vila – simultaneamente recolhida e aberta ao mundo. Mas não pude deixar de surpreender-me com a notória harmonia e coesão da arquitetura civil que preenche o espaço entre esses dois polos, embora só mais tarde eu viesse a identificar os diferentes traços epocais que nos fazem recuar até ao século XVI, talvez mesmo ao século XV. Inesperadamente, porém, tudo vai desembocar na Igreja Matriz, na desmesura da sua volumetria e de um gótico naufragado em pleno Atlântico. Foi essa visão que assombrou Raul Brandão, em 1924, quando a viu ainda por acabar, suspensas as obras pelo despautério republicano. Isso não impediu o escritor de fazer justiça à teimosia do padre que, em vão, gastara ânimo e fazenda para tentar levar um sonho por diante: “uma carcaça morta e negra erguida em frente ao mar, e separada de terra por montes espessos que ameaçam submergi-la. Moram lá as aves marinhas.... Aquilo foi um sonho e nenhum sonho se chega a concluir – o sonho não cabe no mundo.” Melhor ou pior, alguns sonhos até podem concretizar-se – fui pensando ao entrar de novo na Residencial, quando

³² Bettencourt, Urbano. “Nas Lajes, um chá imprevisível. In, *Que paisagem apagarás*. Ponta Delgada, Portugal: Publiçor Editores, 2010, pp. 15-23.

apenas uma vaga claridade para lá do extremo da ilha indicava o oeste do mundo. Ali estava eu para prová-lo, prestes a concluir um sonho que fora ganhando forma desde que o Museu dos Baleeiros me convidara para expor as fotos que eu fizera na Baía dos Golfinhos, quando acompanhei a expedição científica de Edson Bittencourt àquele habitat do sul do Brasil.

Na manhã seguinte acordei cedo. A Montanha continuava envolta nos seus novelos de cinza e lã. No restaurante, chamou-me a atenção um quadro suspenso por cima da mesa de apoio às refeições. Em fundo, uma paisagem de tons sombrios que poderia ser observada através de uma janela; o traço branco de um cavalo atravessava o céu sobre casas e árvores, a cabeça e as crinas tinham dado lugar ao rosto e ao cabelo de uma mulher – talvez um centauro de sexo oposto. Do lado de dentro, mais próximo do observador, um bule de chá em tons amarelados e róseos sobre o qual se recortava uma figura de mulher com longo vestido preto; na sua mão direita, um lírio antecipava a brancura do vapor que saía do bico do bule. Na parte inferior deste, uma breve inscrição: “imprevisível chá da imaginação”.

– Uma oferta do autor – disse atrás de mim o senhor Amílcar, ao ver o meu interesse na pintura. – Esteve cá uns dias com a mulher, também pintora. Brasileiros de Santa Catarina. Passaram o tempo divididos entre o fascínio pela Montanha e a inquietação perante o seu mistério. Antes de montar a exposição, deambulei ainda um pouco pelas Lajes e dei comigo a percorrer o muro que parte da frente do Museu e termina lá fora em cais de acostagem. Nessa espécie de leque, um monumento recente quebra a escuridão do basalto, o seu topo ondula sobre uma porta que resume o destino das Lajes, talvez mesmo do Pico, entre o mar e a ilha. Vista daí, a vila deixa perceber melhor a natureza do seu assentamento sobre esta língua de terra resultante de antigas escoadas lávicas. Foi também a partir daí que comecei a entender a insistência com que Fernando Alvarez fala da “fajana de Lajes” no seu livro Islas de Fuego. Passei o dia ocupado com a instalação das fotografias. Tive de reordená-las em função das particulares condições do espaço disponível, de modo a tirar o melhor aproveitamento dos enquadramentos e da luz, e isso levou mais tempo do que o previsto. No final, acabei por sentir-me satisfeito. As minhas fotos ganhavam, finalmente, pleno sentido num Museu onde parece ecoar ainda a voz de antigos baleeiros e onde a proximidade dos seus gestos nos torna cúmplices de uma aventura de pranto e riso, euforia e morte.

Nessa noite, jantei com Richard Johnson, empresário norte-americano que o senhor Amílcar me apresentara, também hóspede da Residencial. A história que me contou acabaria por dissipar a minha indisfarçável surpresa inicial perante a fluência do seu português escorreito, apenas com um ligeiro toque fonético. Durante vários anos trabalhara numa empresa texana que se dedicava à exportação de democracia, com grandes negócios na América do Sul. Por essa razão tinha viajado muito para o Brasil, onde permanecera longas temporadas na época dos generais. Mais tarde, a empresa voltou-se para o Iraque, mas nessa altura Johnson já não pertencia aos seus quadros. Tinha descoberto o turismo e feito dele a paixão moderna de que fala Agustina

Bessa-Luís e que, à semelhança de todas as paixões, é muito palavrosa, escuta pouco e não deixa ver nada do que se passa em volta. Agora estava nas Lajes por causa de um projeto ambicioso e visionário: transformar a vila numa estação turística de luxo, com hotéis, restaurantes e casinos, porque o turismo, compreenda o senhor, não é mais do que uma continuada circulação entre a mesa das refeições, a casa de banho e a mesa de jogo. Isso implicava deslocar a população das Lajes para uma urbanização construída de raiz nas margens da Lagoa do Paul, mas com todas as comodidades modernas. Nada de extraordinário! Bastava ter em conta o que se passara no Alentejo com a Aldeia da Luz ou até mesmo pensar no exemplo micaelense das Sete Cidades, com a sua comunidade humana instalada nas margens de uma lagoa de águas amarelas. Já imaginou as Lajes transformadas numa Las Vegas *under the volcano*, debaixo do vulcão, faço-me entender? E ria muito, visivelmente satisfeito com a alusão a Malcolm Lowry.

Ainda lhe falei dos estudos científicos sobre a previsível subida das águas do mar, que submergirão as Lajes dentro de cinquenta anos, segundo os pessimistas crónico, ou daqui a um século, na opinião de outros mais habituados a lidar com o discurso político. Sem qualquer efeito. Nada o demovia. Tudo isso ocorrerá progressivamente; durante algum tempo ainda, poderemos explorar aqui as potencialidades turísticas de uma Veneza atlântica. E quando a submersão total se concretizar, abrangendo também outras vilas do Pico, não pensem elas que se livram! teremos oportunidade de nos dedicar à arqueologia submarina, o grande destino dos Açores numa altura em que “a natureza mágica” se terá tornado um slogan obsoleto e absurdo. Quando me despedi de Johnson, ele falava ainda nos seus projetos, com um entusiasmo a que já não era totalmente alheia a garrafa de aguardente de figo posta à nossa disposição pelo senhor Amílcar (Romana Petri talvez preferisse um copinho de “angélica”, como ela tontamente insiste me escrever). Pedi para me levarem um chá ao quarto e antes de adormecer pus-me a ler *El Mal de Montano*, de Enrique Vila-Matas. Rosario Gironde já tinha regressado ao Faial depois da viagem ao Pico onde se encontrara com o escritor Teixeira, que vivia no sopé da Montanha; estava agora entretido a traçar o mapa do mal de Montano e já registara nele o vulcão picoense, por causa das toupeiras militantes que no seu interior conspiravam contra a literatura. Aos poucos, uma sonolência foi-me aconchegando o corpo, deixando-o num amolecimento geral. O leitor portátil continuava a reproduzir o CD de Carlos Nuñez, agora o tema “Nubes del otro lado”, com as suas sonoridades cada mais distantes, por fim um volume de sons indiferenciados como a massa de nuvens que decerto ainda esconderiam a Montanha. Algum tempo depois, não sei quanto, eu fazia *whale watching* a bordo da *Cigana*, navegávamos ao longo da Rua Direita, o vigia avistara um grupo de golfinhos no Largo da Matriz. Seguíamos lentamente e sem falar, apenas a voz da nossa guia dissertava sobre arquitetura baleeira e construções do séc. XVI, misturava janelas de sacada com torres de madeira e cunhais de basalto. Quis pedir-lhe um esclarecimento, mas por mais que tentasse não consegui articular qualquer som. Passada a ligeira curvatura da rua, surgia de repente a torre da Igreja de Nôtre-Dame de Bruges. O condutor do barco era, ao mesmo tempo, o nosso guia; chamava-se Carlos e falava-nos alternadamente em inglês e em espanhol com algumas palavras portuguesas que atestavam a sua ascendência, a mesma do seu remoto

homônimo borgonhês. Conduzia de modo temerário ao longo dos canais, mas por momentos enchia-se de cuidados extremos, aconselhando-nos a ficar sentados e muito quietos enquanto passávamos sob a Ponte Bonifácio. O Lago de Amor estava cheio de golfinhos excitados. Carlos aproveitou para uma tirada lírica e vagamente erótica, ainda antes de se entregar a uma tentativa de humor: Bruges é uma cidade muito católica, com as suas mais de cem igrejas, e também muito praticante, tem quatrocentos e vinte e três bares. A ausência de reação da nossa parte deixou-o desolado e, quando desembarcámos junto à Ponte Nepomuceno, nem foi capaz de lançar-nos um sorriso de despedida. À nossa espera estava uma jovem guia flamenga que se recusava a falar francês e nos levou a visitar o interior da Montanha. Antes de entrar na gruta de acesso, prendeu à cintura a ponta de uma longa corda enrolada dentro de uma celha de madeira. Percorremos galerias vagamente iluminadas, a pouco e pouco baixava o rumor das vozes, deixando ouvir o som espaçado das gotas que se desprendiam do teto. Avistámos por fim uma vasta sala onde uma brigada de funcionários diligentes alimentava uma grandiosa fogueira de livros. Um desses funcionários passou muito perto de nós, na camisa ostentava um crachá com as iniciais *M.E.* Ministério da Economia? da Educação? Pude vislumbrar alguns títulos que levava nos braços: *Fahrenheit 451*, *Os Lusíadas*, *Dom Quixote*, *Morrer Devagar*. De repente, descobrimos que a nossa guia tinha perdido a corda que nos ligava ao exterior. Quisemos voltar sobre os nossos passos, mas não havia qualquer abertura nas paredes em redor. Na confusão que se seguiu, alguém me atirou ao chão e dezenas de toupeiras passaram sobre mim em correria desenfreada. Com o esforço para me erguer, acordei. De manhã, falei deste sonho ao senhor Amílcar. Ele sorriu.

– *Isso foi do chá de ontem. O tal da imaginação. E como bem sabe, senhor Machado, esse chá é totalmente imprevisível.*

21. MANUELA MARUJO, UNIVERSIDADE DE TORONTO, CANADÁ,



TEMA 1.3.2. PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA EM TORONTO: CASO PARA DEBATE E REFLEXÃO, MANUELA MARUJO, DEPARTAMENTO DE ESPANHOL E PORTUGUÊS, UNIVERSIDADE DE TORONTO

Com Pierre Trudeau e sua política de apoio ao bilinguismo e multiculturalismo, o Canadá conheceu, nos anos 1980, um período de ideias e políticas educacionais progressistas que se prolongaram por mais de duas décadas. Nos últimos anos, olhares conservadores fizeram regredir os passos dados. Os programas de línguas de origem/línguas internacionais sofreram cortes substanciais ao nível das escolas elementares e as escolas

secundárias desvalorizaram gradualmente o ensino das línguas estrangeiras: as opções curriculares são mínimas para se obter créditos de entrada nas faculdades. Até as universidades sofreram redução de programas de línguas que se assumia estarem consolidados, vendo diminuídos os números de docentes e de alunos. Proponho apresentar o caso do Português Língua Estrangeira (PLE) em Toronto, a cidade que apresenta não só o maior número de habitantes, como também a maior diversidade linguística do Canadá. Que lugar tem sido reservado ao PLE nas escolas, aos vários níveis de ensino? Que têm as universidades podido oferecer a nível de cursos e certificados? O Canadá apresenta ao mundo a imagem de um país de grandes recursos, com uma política de multiculturalismo desejada em outros lugares do mundo. Será que as suas políticas de língua correspondem a esse ideal? O governo português, por outro lado, em todas as suas afirmações respeitantes a políticas de língua para os imigrantes, defende ser a língua um bem essencial a que os lusodescendentes têm direito. Como tem Portugal apoiado o ensino de PLE em Toronto ao longo das seis décadas de permanência dos portugueses nesta cidade?

1. INTRODUÇÃO

Nos quase trinta anos de docência prestada no Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Toronto, sempre acompanhei e me interessei pelo ensino da Língua Portuguesa nos vários graus de ensino. Penso poder apresentar, de forma sucinta, um pequeno historial do que tem sido feito quer de iniciativa local, quer da parte do governo português para que a nossa língua tenha vindo a ser ensinada como língua estrangeira, língua segunda e até como língua materna. A minha primeira ida ao Canadá, em 1981, foi da iniciativa do governo português e da responsabilidade dos Serviços do Ensino Básico e Secundário de Português no Estrangeiro (SEBSPE) / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP).³³ Foi organizada uma ação de formação em resposta aos pedidos insistentes que o governo português recebia para que se fizesse formação junto dos professores que ensinavam Língua Portuguesa nas escolas comunitárias. Eu integrava a equipa pedagógica dos SEBSPE. Competia-nos fazer ações de reciclagem de professores especialmente nos países da Europa, mas também nos Estados Unidos, Venezuela, África do Sul e Canadá. Nessa primeira visita ao Canadá, tive encontros com professores das escolas comunitárias não só em Montreal e Toronto, duas das cidades com maior número de imigrantes portugueses, mas também Londres, Chatham e Cambridge, na Província do Ontário. Foram os Consulado de Toronto e Montreal responsáveis pela organização da agenda de trabalho que incluiu visitas protocolares às escolas canadianas das Direções Escolares (Católicas e Públicas) onde português era ensinado integrado no horário escolar, depois da escola ou ao sábado de manhã. O governo português mostrava-se interessado em estabelecer protocolos de cooperação com o Canadá. A responsável pelos SEBSPE veio juntar-se uns dias mais tarde, em Toronto, para uma reunião com mais de cento e cinquenta responsáveis – os principais administradores (*superintendents*) da Direção Católica e diretores das escolas (*principals*) onde o português estava a ser ensinado

³³ O Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – ICALP tinha sob a sua responsabilidade todo o ensino de português no estrangeiro. O que isso queria dizer é que o ensino de PLE estava sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O ICALP passou depois a Instituto Camões com atribuições só para o ensino superior; muito recentemente foi denominado Camões - Instituto de Cooperação e da Língua, IP (Decreto Lei N. 21, D.R. 2012, 30 de janeiro).

foram convocados. Nessa reunião, na qual servi de intérprete entre os dois governos, tudo o que o governo português quis oferecer foi recusado. A mensagem que nos foi transmitida nessa altura foi a seguinte – não era necessária formação pois já a havia oferecido a própria Direção Escolar a todos os professores de línguas e não podiam aceitar livros ou materiais escolares pois não poderiam analisar os conteúdos e a política interna da Direção Católica não permitia o uso de materiais desconhecidos. Saímos extremamente mal impressionados com o modo como o governo canadiano encarou a oferta de colaboração. Foi desanimador e embora tivesse havido uma reunião com o diretor de educação da Direção Escolar Pública, muito mais recetivo e disposto a colaborar, eram as escolas católicas quem maioritariamente acolhiam os alunos portugueses.³⁴ Os SEBSPE mandavam anualmente livros para todas as escolas comunitárias de distribuição gratuita aos alunos, eram enviados programas, uma revista didática e outros materiais de ensino. No entanto, os professores sentiam-se menos apoiados comparativamente aos professores da Europa, dado que estes eram contratados e remunerados diretamente pelo governo de Portugal e recebiam formação pedagógica com mais frequência. Queixavam-se igualmente de que os livros não eram apropriados para os níveis de aprendizagem. Observar as aulas de Português nas escolas canadianas com ensino integrado no horário regular do aluno foi o que mais me impressionou durante essa visita. Regressada a Portugal, não consegui esquecer o entusiasmo do governo canadiano pela integração das línguas maternas dos alunos nos programas das escolas canadianas. Permitir e facilitar que o aluno não perdesse a fluência na língua materna enquanto aprendia a língua oficial do país de acolhimento parecia-me o caminho indicado para um bilinguismo bem-sucedido. Por outro lado, o enorme empenho que os professores das escolas comunitárias punham no seu ensino, muito mal remunerado na altura e em condições pedagógicas deficientes deixou-me sensibilizada e com vontade de procurar soluções que minimizassem os desafios que se lhes apresentavam.³⁵ A questão do bilinguismo/multilinguismo entre as famílias imigrantes há muito despertara o meu interesse ao examinar o que se passava nas escolas britânicas, suecas e alemãs onde já observara as crianças lusodescendentes em aspetos sociolinguísticos. Apercebi-me facilmente que havia um campo fértil e não explorado de pesquisa nessa área no Canadá e quatro anos depois, fui contratada para um lugar de docente a que me candidatara para o departamento de Espanhol e Português da Universidade de Toronto. O meu objetivo era conciliar a docência com a pesquisa nesse ramo educacional.³⁶

2. ENSINO DE PORTUGUÊS NA UNIVERSIDADE DE TORONTO

O ensino de Português ao nível universitário antecede a imigração portuguesa para o país. Os portugueses chegaram ao Canadá em grupos organizados, após negociações laborais entre os dois governos, nos anos 1950

³⁴ Há duas direções escolares em Toronto que são públicas: a Toronto Catholic District School Board e a Toronto District School Board. Os alunos lusodescendentes frequentam predominantemente as escolas católicas.

³⁵ Os professores que ensinavam nas escolas canadianas e nas escolas comunitárias eram maioritariamente os mesmos. Trabalhavam durante o dia e depois ensinavam duas horas no horário depois da escola.

³⁶ A minha tese de doutoramento com o título “From the margins to the center? A Case Study of the integration of culturally diverse students’ first language into the mainstream curriculum of an elementary school” deu-me a oportunidade de fazer trabalho de campo numa escola onde bilinguismo era posto em prática com a finalidade de minimizar dificuldades de aprendizagem e de ajudar a integração no sistema escolar canadiano das crianças portuguesas.

(Anderson & Higgs, 1976, Marques & Marujo, 1993). O ensino de português na Universidade de Toronto consta do calendário oficial no ano letivo de 1947-48³⁷. Comemoram-se, portanto, 65 anos no próximo ano letivo de 2012-2013. Assinalaremos com um Simpósio Internacional uma data tão significativa para os Estudos Portugueses e Brasileiros nos dias 28 e 29 de setembro do corrente. Em entrevista ao Prof. Kurt Levy (Marujo, 1998) foi-me dito, no entanto, que foi o distinto Professor Milton A. Buchanan o primeiro docente de Língua Portuguesa no início dos anos quarenta e até 1946, ano em que se aposentou.³⁸ Ensinava cursos de três horas semanais e entre os alunos que testemunharam esse facto encontram-se, para além de Levy, James Parker e Ralph G. Stanton³⁹. No ano letivo de 1978 -1979, a Universidade de Toronto criou uma Licenciatura (Four Years Honour Program) em Português e que continua a ser a única em todo o país. O apoio, primeiramente do governo brasileiro, enviando um Leitor em 1966⁴⁰, por um período de cinco anos e, posteriormente do governo português tem sido indispensável para o sucesso do programa. O estabelecimento de um Leitorado graças ao governo de Portugal teve início em 1981 e mantém-se até esta data⁴¹. Essa política tem permitido aceitar mais alunos e a oferta de maior variedade de cursos. Na cidade de Toronto, é de referir igualmente o programa da Universidade de York. Com oferta de cursos opcionais de Português desde 1983, York tem visto aumentar o número de alunos e também se tem preocupado em oferecer cursos cada vez mais diversificados. No ano letivo de 2008-2009, criou-se um grau de *Major* ou *Minor* no Departamento de Línguas, Literaturas e Linguísticas dessa universidade após a contratação de um professor efetivo⁴². O Instituto Camões tem, ao longo dos anos, apoiado de forma diversa os estudos em York⁴³. O Instituto Camões estabeleceu um protocolo com a Universidade de York em que um docente, contratado localmente, recebe uma percentagem da sua remuneração enviada de Portugal.

3. ENSINO DE PORTUGUÊS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS

As alterações curriculares de que tenho sido testemunha, ao longo das três décadas em Toronto, afetaram o ensino de línguas internacionais. O Português ensinado nas escolas secundárias foi introduzido nos anos 1970 como disciplina curricular ao lado do Italiano, Espanhol e outras línguas. Os alunos poderiam aprender Português Língua Estrangeira do décimo ao décimo terceiro (designado habitualmente graus 10 ao 13). Era-lhes contado como disciplina curricular para entrada na universidade. Nos anos oitenta e noventa o ensino da língua portuguesa tinha lugar em várias escolas das duas Direções Escolares. As Faculdades de Educação, todavia, não facilitavam a

³⁷ O primeiro curso que apareceu oficialmente no calendário, página 193, era descrito da seguinte forma: "Pronúncia, gramática, prática oral e leitura de textos selecionados. O docente indicado Ralph G. Stanton.

³⁸ Milton A. Buchanan, Diretor de Italiano e Espanhol 1916-1946.

³⁹ James Parker foi Diretor de Departamento de 1966-1969, Kurt Levy de 1978-1984. Ralph G. Stanton, que viria a distinguir-se na área da Matemática, ofereceu à Universidade de Toronto, a sua preciosa coleção de livros portugueses que estão depositados na Thomas Fisher Rare Library.

⁴⁰ Aluizio Ramos Trinta, especialista na área de Cinema e Comunicação. Um outro académico esteve como professor convidado – Pedro Xisto Pereira – no ano de 1967-68.

⁴¹ Os Leitores de Portugal que ensinaram em Toronto foram os seguintes: Teresa Soares Carneiro (1981-1985); Luís Campos (1985-1989); Alix de Carvalho (1989-1993); Teresa Cunha (1993-1998); Aida Batista (1998-2003); Pedro Caeiro (2003-2005) e José Pedro Ferreira (2005 -presente). Um novo Protocolo de cooperação foi assinado com o Instituto Camões para um período de três anos que começou em 2011-2012.

⁴² A contratação de um professor com a possibilidade de receber "tenure" assegura o futuro do ensino de Português. A professora Maria João Dodman, contratada para a posição, tem demonstrado iniciativa e capacidade de implementação de novos e interessantes cursos.

⁴³ A Universidade de York foi apoiada pelo IC com a presença eventual de Leitores, e docentes contratados localmente. A situação da Universidade de Toronto tem-se distinguido da de York pela estabilidade do programa e consequentemente pela continuidade do apoio vindo de Portugal.

um candidato a professor do ensino secundário a certificação na disciplina de Português (isto é, não era considerado entre os *teachable subjects*). Em 2001, graças ao empenho, ao longo de vários anos, de ativistas da Coligação Luso-Canadiana para a Melhoria do Ensino⁴⁴, o Ontário Institute for Studies in Education (OISE) da Universidade de Toronto iniciou um projeto-piloto de recrutamento de candidatos a professores de Português. Três professores saíram certificados em junho de 2003. Infelizmente porque as línguas internacionais se tinham tornado línguas de opção nos programas do ensino secundário, nenhum destes professores conseguiu colocação a ensinar Português. O OISE viu-se forçado a cancelar o programa por não terem surgido quaisquer candidaturas nos anos seguintes.

4. PROGRAMAS DE LÍNGUA DE ORIGEM/ LÍNGUAS INTERNACIONAIS

Pierre Trudeau, Primeiro-ministro canadiano (1968-79; 1980-1984) encarregou uma *Royal Commission on Bilingualism and Multiculturalism* de se debruçar sobre a questão fundamental da importância das línguas dos povos fundadores. As recomendações desta Comissão deram origem ao Decreto-Lei Língua Oficial de 1969 através do qual foi reconhecido igual estatuto ao Francês e ao Inglês. Posteriormente esses direitos linguísticos foram incorporados na Carta de Direitos e Liberdades (*Charter of Rights and Freedoms*, 1982). Para além do reconhecimento e estatuto dado ao Francês, a Comissão assinalou a vontade expressa pelas famílias imigrantes de que as suas línguas e culturas continuassem a ser preservadas e que ao estado competia apoiar essa preservação. Outros estudos foram subsequentemente efetuados pelo governo e dois dos mais importantes *The Non-Official Language Study* (O'Bryan, Reits & Kuplowska, 1976) e *The Majority Attitudes Language Survey*, Berry, Kalin & Taylor, 1977) indicaram de modo inequívoco, a firme vontade de vários grupos etnoculturais de que a língua materna fosse retida. É no seguimento destes resultados que o governo federal cria em 1977, o Programa de Enriquecimento Cultural (Enrichment Program – CEP) com o fim de dar apoio ao ensino das línguas não-oficiais e à preservação das respetivas heranças culturais. Embora o Programa não oferecesse elevados apoios financeiros, o facto de ser implementado pelo governo federal vinha comprovar a necessidade de melhorar as condições e os programas que tinham sido anteriormente organizados e estabelecidos por muitos grupos étnicos a nível comunitário ou graças à iniciativa de algumas Direções Escolares. A criação e implementação dos Programas de Língua de Origem (Heritage language Programs) é a consequência desta iniciativa nas províncias em que o número de crianças imigrantes o justificava. Assim, a 1 de julho de 1977, foi decretado no Ontário que “qualquer grupo de pais poderá abordar a Direção escolar local requerendo aulas de língua para os seus filhos que frequentarem a escola primária [... e que] essas aulas sejam dadas depois do horário regular, fora dos dias normais da escola ou, se os números o justificarem se prolongue o horário escolar. Com esse programa nenhum aluno poderá receber mais do que duas horas e meia de instrução por semana” (Memorandum 1976-77:46). Desde o início em 1977, os Programas de Língua de Origem foram implementados de acordo com três modelos: Modelo 1 – Com

⁴⁴ A Coligação denominada Portuguese-Canadian Coalition for a Better Education esteve ativa entre 1995-2005. Um relatório intitulado A decade of community activism in education foi depositado nos arquivos da Universidade de York, *Clara Thomas Archives and Special Collections* da Scott Library.

prolongamento do Horário Escolar, ou Depois da Escola; Modelo II – Integrado no Horário Escolar; e Modelo III – Aulas à Noite ou aos Sábados. Os anos oitenta foram propícios para se poder pôr em prática aquilo que muitas famílias ansiavam - ver as escolas canadianas integrarem nos horários escolares regulares o ensino das suas línguas maternas. Enquanto em 1980 havia apenas dois programas completamente integrados e dois parcialmente integrados na Direção Escolar Pública, em 1997 a mesma direção escolar registava 21 programas integrados, 40 depois do horário escolar e 20 aos Sábados de manhã. Eram ensinadas 38 línguas a 6.800 alunos. O nome dado ao programa não indicava claramente que, independentemente da sua origem étnica, qualquer aluno se podia inscrever e frequentar as aulas de língua. Num sistema educativo como é o canadiano em que se promove o antirracismo e a igualdade etnocultural (Education Act - decreto-lei de julho de 1992) era imperativo retirar qualquer conotação de subalternidade ou de estatuto inferior ao HLP. Em 1994, no Ontário, o nome Programa de Línguas de Origem passou para Programa de Línguas Internacionais. No que diz respeito ao Português, a falta de entrada de novas famílias imigrantes no país, o desinteresse dos pais de segunda e terceira gerações pela manutenção da língua de seus antecessores levou ao encerramento de um grande número de programas. Nas escolas católicas onde as famílias portuguesas predominantemente matriculam os seus filhos havia no ano letivo de 2010-2011 cerca de 4.000 alunos a frequentar Português. A assinatura de um *Memorandum of Understanding*, entre a Coordenação de Ensino e a Direção Católica (9 março, 2012) em que a promoção do ensino da língua é um dos principais pontos no acordo, é motivo para otimismo.

5. AS ESCOLAS COMUNITÁRIAS

O *First Portuguese Canadian Club*, tal como o nome indica, foi a primeira associação portuguesa em Toronto. Foi pioneiro ao abrir uma escola portuguesa nos anos 60 que continua até hoje, (Ferreira, 1989).⁴⁵ Foi sempre a escola com a maior frequência de alunos. Muitas outras escolas proliferaram na cidade durante os anos de maior procura, nos anos 80 e 90. As escolas comunitárias são privadas, as propinas pagas pelos pais dos alunos. As instalações são cedidas para algumas pelas direções escolares nas escolas que se localizam no coração de *Little Portugal*. Noutros casos, o próprio professor ou diretor da escola aluga espaço numa biblioteca, num salão de um clube ou de uma igreja e, em casos mais raros, as aulas são dadas em casas particulares. As escolas comunitárias têm sido fundamentais na continuidade da aprendizagem da Língua Portuguesa. Nos anos oitenta, os alunos aprendiam segundo os programas de Portugal e exames eram realizados no Consulado que lhes davam as equivalências necessárias se / quando os pais regressassem a Portugal. Com a passagem dos anos, cada vez mais os alunos inscritos nas aulas eram crianças já nascidas no Canadá e o ensino do Português teve que mudar para uma abordagem como Língua Segunda. A maior parte dos pais ainda falavam português em casa e as crianças levavam para a escola conhecimentos de oralidade. Presentemente, a abordagem é essencialmente PLE. Poucas

⁴⁵ A Escola do *First* teve início no dia 10 de outubro de 1964. Colaborei como voluntária nas atividades do *First*, exercendo durante três anos o cargo de Vice-Presidente com a responsabilidade da Escola. Durante esse período, fiz reuniões de formação com os professores, trocando informações sobre materiais inovadores que iam chegando de Portugal. Assisti a muitas aulas e verifiquei as condições de trabalho dos professores.

crianças chegam de Portugal, os pais são agora de terceira geração. Há cada vez mais casamentos interculturais em que apenas um dos pais sabe / ou se interessa pela aprendizagem do Português. As ações de formação realizadas pela nova coordenadora do ensino no Canadá visam a formação dos professores em PLE e implementação do QECR (Quadro Europeu Comum Referência) para o ensino das línguas.

6. COORDENAÇÃO DO ENSINO DO PORTUGUÊS

O Ministério da Educação português criou uma coordenação de ensino para todo o Canadá, no ano de 1997, a funcionar nas instalações do Consulado de Portugal em Toronto. O Canadá é um dos cinco maiores países do mundo e são necessários recursos que Portugal não possui para poder dar cobertura às necessidades que se estendem de Kitimat (fronteira com o Alasca, onde há uma escola portuguesa) a Toronto, no Ontário ou a Montreal no Quebec. Não se perceberam quais as atribuições da pessoa nomeada para a coordenação durante quase quinze anos. Dececionou aqueles que, como eu, viam a possibilidade de ter alguém aliado e com objetivos comuns, isto é, difundir a língua, implementar e melhorar as situações de aprendizagem e ensino. Embora o ensino superior não fosse da competência da coordenação, foi de lamentar a falta de cooperação em áreas em que ambas as partes poderiam ter colhido frutos. Em 2011, o cargo foi a concurso e substituída a pessoa encarregada de coordenar. O Instituto Camões passou novamente a responsabilizar-se pelos vários níveis de ensino, deixando o Ministério de Educação essa tutela. Nestes primeiros meses de atividade, foi criado pela coordenação um Centro de Língua Camões - Luso-Canadian Learning Center onde se oferecem cursos de PLE a crianças e adultos. Entre outras iniciativas, contam-se a assinatura dos protocolos com as duas universidades e mais recentemente o protocolo atrás referido com a Direção Escolar Católica (Memorandum of Understanding, 2012) para dar apenas alguns exemplos. O diálogo estabelecido entre a coordenação e a nossa universidade é de grande transparência e espírito de cooperação.

7. CONCLUSÃO

Que futuro prevemos para o ensino de PLE em Toronto? Nos trinta anos de ensino na Universidade de Toronto, tenho comprovado que o número de alunos que se candidatam aos nossos cursos é estimulante. Comparativamente com outros departamentos de línguas, estamos numa situação privilegiada. No entanto, as reduções de orçamento para as instituições de ensino superior levaram a que, no verão de 2011, um movimento de protesto tivesse lugar quando a administração anunciou a intenção de, a curto prazo e sem consulta prévia aos diretamente interessados, encerrar os Departamentos de Línguas e fundi-los numa mega Escola de Línguas. Manifestações de estudantes, professores e comunidade em geral fizeram parar o processo. Porém, a ameaça não foi esquecida. No que diz respeito aos outros níveis de ensino, quer no nível secundário quer no primário, receio que o futuro traga cada vez menos matrículas e que as Direções Escolares encerrem as turmas frequentadas por um número reduzido de alunos. Na verdade, o domínio da língua inglesa sempre levou o Canadá a menosprezar a aprendizagem de outras línguas. Nem o francês, a outra língua oficial, está isento de ser olhado com falta de interesse. Trudeau e a sua visão para um Canadá bilingue/multilingue parecem ter sido esquecidos. Os alunos

saem das escolas com uma aprendizagem deficiente resultante da perceção generalizada de que as línguas não são importantes. O Português, o Italiano ou outras línguas internacionais são vistas como algo exótico, não essencial no programa escolar das escolas do Ontário. Compete a cada um de nós dar visibilidade aos programas existentes, incentivar a criação de outros ainda melhores e mais inovadores e educar os alunos e a sociedade em geral dos enormes benefícios que a aprendizagem de uma língua pode trazer a nível individual e coletivo.

8. BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Grace & Higgs, David (1976). A future to inherit – the Portuguese communities in Canada. Toronto: Minister of Supply and Services Canada.
- Berry, J. W., Kalin, R. & Taylor, D. M. (1977). Multiculturalism and Ethnic attitudes in Canada. Otava: Ministry of Supply and Services Canada.
- Ferreira, Humberto de Brum (1989). Escola do First - 25 anos de história. Toronto: First Portuguese Canadian Center.
- Januário, Ilda (2005). The Portuguese-Coalition for Better education: A decade of community activism in education. Toronto.
- Marques, D. & Marujo, M (1993). With hardened hands: a pictorial history of Portuguese immigration to Canada in the 1950s. Toronto: New Leaf Publications.
- Marujo, M. (edit.) (1998) Portuguese-Brazilian Studies at the University of Toronto 1947-1997, Dep. Spanish and Portuguese, Toronto, Canadá.
- Marujo, M. (1999). From the margins to the center? A case study of the integration of culturally diverse students' first language into the mainstream curriculum of an elementary school. Toronto, Tese de Doutoramento, não publicada.
- Ministry of Education, Ontário (1977). Memorandum 46
- O'Bryan, K. G., Reitz, J. G. & Kuplowska, O. M. (1976). Non-official languages: a study in Canadian multiculturalism. Otava: Minister of Supply and Services Canada.
- QECR - <http://www.dgicd.min-edu.pt/ensinobasico/index.php?s=directorio&pid=88>

22. MARIA BARROSO, CONVIDADA DE HONRA, PATRONA ESPECIAL DO 17º COLÓQUIO - AUSENTE POR MOTIVO DE DOENÇA



Maria de Jesus Simões Barroso Soares (N.

02-05-1925). Foi aluna dos liceus D. Filipa de Lencastre e Pedro Nunes, em Lisboa, diplomou-se em Arte Dramática, na Escola de Teatro do Conservatório Nacional (1943) e, posteriormente, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1951), onde conheceu Mário Soares. Foi atriz do Teatro Nacional na Companhia de **Amélia Rey Colaço** e Robles Monteiro, tendo-se estreado em 1944, na peça de Jacinto Benavente, *Aparências*, sob a direção de Palmira Bastos. Teve participações em filmes de Paulo Rocha (1966 - *Mudar de Vida*) e **Manoel de Oliveira** (1985 - *Le Soulier de Satin*, 1979 - *Amor de Perdição*, 1975 - *Benilde ou a Virgem Mãe*). Foi diretora do Colégio Moderno, fundado pelo seu sogro, João Lopes Soares. Esteve em Bad Münstereifel aquando da criação do Partido Socialista (1973). Foi eleita deputada à Assembleia da República, pelos círculos de Santarém, Porto e Algarve (até 1982). Já antes da Revolução dos Cravos, fora deputada pela Oposição Democrática (em 1969), e participou no seu III Congresso, em Aveiro (1973), sendo a única mulher a intervir na sessão de abertura. Esteve proibida de exercer a docência, tanto no ensino público como privado, durante o Estado

Novo. Casada com Mário Soares desde 1949, enquanto Primeira-Dama de Portugal (1986 - 1996) afirmou-se na defesa do sentido de família, intervindo nos países de língua portuguesa. Em 1990 criou o movimento Emergência Moçambique, outorgando, no ano seguinte, a escritura da Associação para o Estudo e Prevenção da Violência. Em 1995 presidiu à abertura do ciclo de realizações do Ano Internacional de Luta contra o Racismo, a Xenofobia, o Antissemitismo e a Exclusão social, em 1997 presidiu à Cruz Vermelha Portuguesa, funções que cessou em 2003. É sócia-fundadora e presidente do Conselho de Administração da ONGD Pro-Dignitate - Fundação de Direitos Humanos, desde 1994. Foi distinguida com o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Aveiro (1996), pela Universidade de Lisboa (1999) e pelo Lesley College (1994). Recebeu também a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (1997). Maria Barroso é mãe de João Barroso Soares (1949) e de Isabel Barroso Soares (1951)

23. MARIA DEYRIS BARTHEZ, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



TEMA 1.2. EXPRESSÃO DA LUSOFONIA NO CONVÉNIO CULTURAL ENTRE O BRASIL E PORTUGAL (1945), MARIA BARTHEZ⁴⁶, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

“É o idioma de um povo a mais eloquente revelação da sua nacionalidade e da sua independência”

Latino Coelho⁴⁷

1. INTRODUÇÃO

Para entender a Lusofonia moderna como hoje a concebemos e o modo como se tem processado, afigura-se-me indispensável percorrer a sua génese no espaço e no tempo, e refletir sobre o seu desempenho ao longo da história recente. O seu trajeto, enquanto espaço cultural, pode e deve assentar, a meu ver, numa primeira abordagem ao intercâmbio luso-brasileiro entre dois países independentes, Portugal e Brasil (principalmente a partir dos anos 40), fruto de uma estratégia, enquanto vetor de aproximação ao Mundo Novo (continente americano), entre o “descobridor” e o “descoberto”, delineada por António Ferro⁴⁸. Se, por um lado, é inegável,

⁴⁶ Doutoranda em História de Arte, variante Museologia e Património Artístico – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

⁴⁷ COELHO, Latino, *Parecer da Câmara Corporativa*, academia das Ciências, 1944. In site www.parlamento.pt

⁴⁸ António Joaquim Tavares Ferro (Lisboa, 1895-1956). Jornalista, escritor e político. À frente do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e mais tarde do Secretariado Nacional de Informação (SNI) (1933-1949) desenvolveu grande atividade nas áreas da propaganda interna e externa, edição, radiodifusão, cinema, teatro, bailado, jornalismo, turismo e atividades culturais em geral.

que a construção da lusofonia contemporânea mergulha as suas raízes mais profundas nos descobrimentos portugueses e “no diálogo étnico de cultura miscigenada, que a aventura dos mares proporcionou” (CRISTÓVÃO, 2008: 45), por outro, atravessa e, simultaneamente, beneficia, através dos tempos, de uma certa evolução de conceitos, de propósitos, de especificidades que a conduzem da Lusitanidade, precisamente à Lusofonia. Assim, o conceito de Lusitanidade, que se afirma com certo vigor nos anos 40, e se define, segundo alguns autores, como a “projeção espiritual da alma da Nação Portuguesa no mundo” (PIMENTEL, 1942: 27)⁴⁹, em consonância com ideais propagados pelo regime vigente à época, beneficia, claramente, com as comemorações centenárias em Portugal de 1940. Estas, para além de servirem na sua essência para apresentar o nosso país – e toda a “civilização lusófona” – a nível mundial, (como o ultimo reduto resistente à instabilidade que grassava no mundo), permitiam ainda, entre outros objetivos, congregarem todos aqueles povos e cidadãos que se identificassem de alguma forma com o *império espiritual da lusitanidade*. Nesta perspetiva, surge assim, a necessidade de unir a este evento, de forma especial, a participação do Brasil (apresentado enquanto exemplo da capacidade criadora da cultura lusitana no mundo)⁵⁰. A compreensão do conceito de Lusitanidade à época, aqui equacionado como processo conducente à moderna Lusofonia, enquanto movimento convergente, para a defesa estreitamento e desenvolvimento de relações culturais, entre o povo peninsular e o sul-americano, ligada pela língua comum – como o elemento mais forte da cadeia que une as nações –, permite que, neste campo de ação, abordemos na presente comunicação, o intercâmbio cultural entre estes dois países: Portugal e Brasil. Contudo, e ainda neste âmbito, as relações culturais firmadas entre Portugal e Brasil embora aqui sejam especialmente referenciadas, não constituem, no entanto, um facto isolado e único, pois como veremos através da breve análise de três documentos⁵¹, também o resto do continente americano é, em meados do séc. XX, objeto da ação de António Ferro, que se assume, a meu ver, como representante do sentimento lusófono, ao mesmo tempo, pioneiro da lusofonia⁵². Assim, partindo da identificação e análise das principais relações culturais estabelecidas entre Portugal e Brasil, durante as primeiras décadas do séc. XX, e tendo em conta os principais antecedentes conducentes já experimentados, e posteriormente reforçados pelo Acordo Cultural de 1941, limitar-me-ei apenas a enunciar e relevar os propósitos, que tendo tido lugar nos anos anteriores à documentação referida, encontram uma consonância, que embora sem a aplicabilidade total desejada, indicia, no entanto, uma vontade crescente no desenvolvimento e fortalecimento das relações luso-brasileiras. Regista-se, como veremos, uma ênfase da

⁴⁹ Este autor acrescenta que no seu entender, dadas as relações intrínsecas entre Portugal e Brasil, a “Lusitanidade está firmada... na grande república sul-americana” (PIMENTEL, 1942: 27).

⁵⁰ A participação do Brasil na Exposição do Mundo Português (onde intelectuais e figuras de relevo cooperaram ativamente), à qual foi dado grande destaque em ambos os países, simbolizava a prova evidente, sentida pelas duas nações de revigorarem os laços existentes entre a comunidade pertencente à grande pátria da língua portuguesa. Um exemplo das boas relações culturais à época, traduz-se na entrega, após o fecho da exposição, de todo o espólio literário brasileiro (que fizera parte do pavilhão brasileiro na Exposição) ao Estado Português, com o intuito da criação de um local específico, de um novo centro de divulgação da produção cultural e intelectual brasileira, que efetivamente seria instalado na Academia das Ciências, na chamada *Sala Brasil*.

⁵¹ Acordo Cultural; Plano de Lusitanidade para toda a América em especial o Brasil; Convénio Cultural de 1945.

⁵² Como parte integrante para um intercâmbio cultural entre Portugal e América do Sul, António Ferro, como veremos, empreende pela mesma altura (outubro de 1941) uma visita a Argentina e ao Uruguai, proferindo conferências sobre a necessidade do estabelecimento de relações culturais com ambos os países, prestando, ao mesmo tempo, grande apoio à nossa colónia portuguesa.

defesa e uniformização de um dos elementos mais importantes para a preservação da identidade lusitana, comum aos dois países e às duas comunidades nacionais – a *língua*.

2.A DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA CULTURA COMUM

A defesa da unidade ortográfica e linguística da língua portuguesa, entre Portugal e Brasil, constitui, assim, um dos pontos de relevância no campo da cooperação cultural, que levará à conclusão de convênios reguladores de problemas / diferendos existentes e futuros. Neste contexto, saliente-se que essa unidade, à luz do conceito atual de lusofonia, poderia e teria de coexistir com a capacidade de uma língua viva, em contacto com realidades diferentes, em constante mutação e evolução, mantendo, no entanto, a sua identidade própria e única, permitindo-se e aceitando-se a sua contaminação, e constante evolução, por elementos linguísticos diferentes, dialetos e autóctones. Neste ímpeto, impunha-se, como condição *sine qua non*, que não lhe usurpassem a qualidade de língua mãe e de idioma oficial dos dois países, vistos sem desejo de conotação com qualquer tipo de colonialismo entre identidades nacionais distintas. Todavia essa variedade da língua portuguesa, face às características próprias, e mesmo divergentes, de cada uma das realidades nacionais territoriais, impunha que a herança comum do idioma português deveria ser preservada como raiz primacial do falar português e brasileiro. Desta forma, como meio de auscultar e sancionar estas questões, tornou-se essencial a instituição e a manutenção de um diálogo entre dois governos, mais especificamente entre dois organismos que tinham a seu cargo a defesa e a depuração da língua portuguesa – A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras. Além da função e ação direta destas duas congéneres, muitas outras personalidades e eventos, de ambos os regimes, privilegiam e contribuem para reforçar esse relacionamento linguístico, procurando estreitar laços entre os dois governos e entre duas comunidades nacionais, de forma a envolver os povos nessa cooperação e diálogo transatlântico. Tendo em conta que o intensificar das relações culturais e a defesa da língua portuguesa e da cultura comum serão objeto, nas primeiras décadas do séc. XX, de Acordos ortográficos e Convenções, que, no entanto, não resolvem, de modo efetivo, o problema da unidade linguística, verifica-se, todavia, no início dos anos 40, um fortalecimento e aproximação cultural luso-brasileira, impulsionado pelo Acordo Cultural de 1941. Neste contexto, permitam-me, sem querer ser exaustiva, dada a sua relevância para a compreensão do que tem sido abordado, trazer à colação, os diplomas que concorrem, de certo modo, para o processo de consenso linguístico. Assim, nos anos trinta, destaque-se, como resultado dessa política e ambição, a assinatura do Acordo Ortográfico em 1931, subscrito conjuntamente pela Academia de Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras, com o objetivo de preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa, a defesa da sua especificidade e irradiação, não só no território brasileiro, mas também na metrópole colonial e resto do mundo. Ainda neste âmbito, surge em Lisboa (1936) e no Rio de Janeiro, no seguimento do entendimento ortográfico citado, o Instituto Luso-Brasileiro para a Alta Cultura (I.L-B A. C.). Criado com intuito de fomentar a uniformidade linguística entre os dois países, através de diversas atividades e eventos – intercâmbio entre intelectuais portugueses e brasileiros, missões especiais encarregadas de ministrar cursos e conferências –, o I.L-B A. C. tem em vista promover a língua e a cultura lusófonas, ainda que a sua salvaguarda nos dois territórios venha a ser veiculada, com mais vigor,

através da ação propagandística conjunta e dos esforços académicos para resolver todos os problemas linguísticos, que vão surgindo⁵³.

3. NO LAGO DA LUSITANIDADE – O ATLÂNTICO

Deste modo, no contexto de reaproximação cultural entre os citados países, que tenho vindo a abordar, a deslocação de António Ferro ao Brasil (9 de julho de 1941), no âmbito da assinatura do Acordo Cultural, reveste-se de extrema importância, ao criar um clima favorável aos interesses lusos e ao reforçar a união espiritual, cultural e política luso-brasileira. Como o próprio explicará, a sua ação, além da fundamental cooperação entre dois organismos, Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁵⁴, terá ainda como outro objetivo a homenagem à colónia lusa, uma via de propor, simultaneamente, o envolvimento da comunidade portuguesa no Brasil nos projetos e eventos organizados, com vista a uma completa integração. A particularidade desta visita reside, essencialmente, na vontade expressa de Ferro em propor a continuação da “política de ligação cultural entre Portugal e o Brasil e as outras repúblicas da América do Sul...”⁵⁵, como de facto demonstram as suas deslocações posteriores a várias cidades do Brasil, à Argentina e ao Uruguai. Concretamente, este acordo é, então, encarado pela classe política e intelectual da época, como um marco essencial entre os dois países, “obra de aproximação afetiva e intelectual ...” para a emergência de um grande movimento de pró-lusitanidade entre os dois países (FONTOURA, 1943: p. [1]). Em termos práticos, ficava estipulado no documento, para além da criação da secção do DIP em Portugal e outra do SPN no Brasil, incumbidas da tarefa de tudo fazerem para tornarem conhecida quer em Portugal quer no Brasil a cultura dos dois países, a dinamização de mecanismos, como a publicação de obras e artigos de autores portugueses e brasileiros (promovendo a sua expansão e divulgação entre os meios intelectuais e populacionais), e, um dado não despreciando em qualquer conjuntura deste género, o intercâmbio regular de jornalistas, de escritores e de conferencistas. Entre outros propósitos veiculados pelo Acordo de 1941, destaque-se a sua pertinência, ao visar promover a unificação e divulgação da língua portuguesa, com a edição da revista *Atlântico*, “instrumento de ação constante, no plano da arte e do pensamento, para a conservação e o desenvolvimento da solidariedade oceânica”, com a “colaboração dos grandes nomes lusos e brasileiros” (FONTOURA, 1943: p. [2]), que constituiu um marco indisputável desse desejo, ao qual se aliam outros mecanismos e instrumentos de incentivo à escrita, como sejam os prémios literários e artísticos do SPN. Uma outra vantagem da referida Convenção prende-se com a maior difusão do livro brasileiro em Portugal e vice-versa, que se efetiva com a abertura da casa “Livros de Portugal”, no Rio. Em jeito de conclusão, posso dizer que este Acordo, apesar de ter também gerado a movimentação de setores contrários à ideia e dos

⁵³ O acordo Ortográfico de 1931 pressupunha, embora com algumas modificações sugeridas pela Academia Brasileira de Letras, a aceitação da ortografia oficialmente adotada em Portugal, proposta pela Academia das Ciências de Lisboa. Oficializado pela portaria nº 7177 de 28 de maio de 1931, seria aceite pelo Brasil através dos decretos respetivamente, n. 20 108, de 15 de junho de 1931, e nº 23 028, de 2 de agosto de 1933. O primeiro I. L-B A. C. (Instituto Luso-Brasileiro Alta Cultura) será fundado no Brasil, pela ação da Universidade do Rio de Janeiro.

⁵⁴ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 1939, era um importante órgão do Estado Novo Brasileiro, que não apenas supervisionava os meios de comunicação, como também se encarregava da produção de uma cultura favorável à ditadura de Getúlio Vargas, favorecendo o seu estímulo e consolidação. Abarcava ainda os serviços de radiodifusão, cinema, teatro, turismo. Teve como seu diretor Lourival Fontes. O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) liderado por António Ferro tinha, em Portugal, funções semelhantes.

⁵⁵ cf. Entrevista a António Ferro, *Jornal do Comércio*, 9 de julho 1941, p. 2.

opositores ao regime do Estado Novo, no Brasil⁵⁶, surge como um documento histórico de alta relevância para os estudos teóricos das relações transatlânticas e de uma pesquisa político-cultural, em geral. Em particular, emerge como um testemunho que possibilita, modelarmente, o estudo das relações entre Propaganda, Informação e Intercâmbio Cultural, responsáveis por um movimento e uma consolidação eficazes na reaproximação da cultura de dois países, com nítido propósito de defesa e divulgação da cultura lusófona, na sua vertente nobre, a língua portuguesa. A deslocação ao Brasil de António Ferro, a ação desenvolvida, os contactos que teve, as preocupações, que o assaltavam no tocante à afirmação e divulgação de Portugal na América, em particular no Brasil, tiveram enorme efeito no seu pensamento e estratégia. Na verdade, a viagem leva Ferro a elaborar um “PLANO DE UMA CAMPANHA DE LUSITANIDADE EM TODA A AMÉRICA, EM ESPECIAL NO BRASIL” (FERRO, 1942). Documento inédito, elaborado em março de 1942, dois meses após o seu regresso do Brasil, é entregue ao Presidente do Governo, António Oliveira Salazar, um “breve enunciado das medidas, que julgo necessárias e urgentes, para recuperar as consequências do abandono de qualquer programa seguido de ação espiritual ou cultural (...) não só no Brasil, como na América” (FERRO, 1942: 5-6). As medidas, enunciadas no PLANO, contemplavam três ministérios (Negócios Estrangeiros, Educação e Economia) e os serviços do SPN, que as poderiam e deveriam executar. Neste contexto, face ao objetivo da presente comunicação, apenas nos ocuparemos das incumbências atribuídas ao Ministério da Educação Nacional (MNE), enquanto responsável direto na difusão da língua. Assim, é a este organismo, que Ferro propõe, e ao qual compete criar “cursos de língua, história, e literatura”, a funcionarem nos principais núcleos da população portuguesa do Brasil, assim como “liceus portugueses no Rio e no Pará”, fomentar “políticas dirigidas aos professores de instrução primária do Brasil, estúdios em Portugal, para aqueles que melhor ensinarem a nossa língua, brochuras pedagógicas feitas expressamente para eles”. Ferro atribuía também ao MNE a tarefa de “pôr em contacto as duas mocidades. Aproveitar todas as oportunidades para estabelecer diálogos entre rapazes portugueses e brasileiros”, dada a importância da formação das gerações vindouras em todo este processo (FERRO, 1942: 28-29). Este inovador PLANO testemunha, com clareza, o espírito prospetivo de Ferro, com um objetivo globalizante, planetário, que visava a Lusitanidade, em que a unificação da língua é um instrumento de cultura, sem esquecer, no entanto, os fins que se pretendiam alcançar com a sua viabilização, mormente no campo económico, político e diplomático. Todavia, este desejo de aproximação cultural luso-brasileiro traduzido quer em concretizações (Acordo Cultural 1941), quer em adiamentos (Plano de Lusitanidade para toda América em especial no Brasil), cunhados à luz de uma vontade recíproca e permanente de desenvolver a comunidade transatlântica e mundial da lusitanidade, seria posteriormente consolidado pela Convenção Ortográfica entre Portugal e Brasil, em 1943 e pelo convénio cultural de 1945⁵⁷. Relativamente ao

⁵⁶ Um exemplo desta oposição traduz-se na reedição e circulação do livro “A Mulata” do escritor português, Carlos Malheiro Dias, leva a apreensão do romance pelo governo. Aliás, é a própria comunidade portuguesa que mostra a sua indignação por semelhante publicação, através do testemunho de Costa Porto editado num jornal de Recife, quando escreve “encaro com tristeza a ideia de reeditar Malheiros Dias, cujos insultos atirados a nossa raça, às nossas famílias (...) devem ser analisados como uma nota destoante na obra de fraternização a que nos entregamos. (PORTO, Costa, “aproximação luso-brasileira” *Folha da Manhã*, Recife, 18 de dezembro de 1941, p 3).

⁵⁷ Na perspetiva da importância e defesa da unidade ortográfica e linguística da língua portuguesa, e no seguimento do que tem sido abordado no tocante ao acordo ortográfico, refira-se a assinatura da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira em 1943, que, embora não conseguisse acabar com as divergências na aplicação dos sistemas ortográficos, surge com o intuito de assegurar a defesa, expansão e prestígio da língua

acordo supracitado de 1943, que viria a substituir o estipulado no ato de 1931, pode dizer-se que surge como fruto de um conjunto de esforços realizados por ambas as academias nacionais, para uniformizar a língua dos seus territórios e solucionar quaisquer diferendos. Contudo, e apesar dos esforços de ambos os países, continuaram a surgir várias divergências na sua aplicação, o que conduz a nova assinatura de outro Acordo Ortográfico Luso-brasileiro, em 1945, com o objetivo de permitir a unidade linguística entre os dois países. Porém, este novo documento não chegará a entrar em vigor, face à não-aprovação e ratificação pelo Parlamento brasileiro, uma decisão que pode ser vista em função das circunstâncias políticas que afetavam o Brasil na altura – a sua discussão coincide com o derrube do regime, uma conjuntura que remeteu o diploma para o esquecimento. Paralelamente, no mesmo ano, António Ferro à frente da Comissão responsável pelo estudo do projeto, apresenta o que designou como o Convénio Cultural entre Portugal e Brasil de 1945. Segundo o PARECER do seu autor, o Convénio seria considerado mais com uma “remodelação” do acordo cultural firmado em 1941, com o intuito de garantir as “posições adquiridas então e que seria lamentável perder agora” (FERRO, 1945: [1])⁵⁸. A par do motivo primordial da sua apresentação, há que referir e contextualizar o momento político vivido na altura no Brasil. Com efeito, a “remodelação” da política brasileira e a conseqüente extinção do DIP, impunham uma nova mudança de atitude do governo português (ainda que se continuasse a privilegiar a preservação do relacionamento cultural), o que esteve na origem da redação do nomeado CONVÉNIO de 1945⁵⁹. Neste sentido, no quadro “do reconhecimento recíproco do progresso que os dois países já realizaram e venham a realizar no domínio da educação, ciência, da técnica e da arte”, e do desejo de dar maior amplitude ao acordo cultural, surge em 1945, o citado CONVÉNIO com o propósito mútuo de promover “um intercâmbio mais intenso de ideias e informações entre os seus homens de pensamento, os seus institutos de ensino e de educação, os mestres da sua cultura e os cultores da sua arte” (CONVÉNIO, 1945: 5). Este documento, que assume o caráter de anteprojeto de um CONVÉNIO cultural entre Portugal e Brasil, prevê, e denota, num conjunto de artigos a preocupação em resolver situações específicas e desenvolver métodos de resolução dos problemas que poderiam limitar essa desejada cooperação. Para isso, é indicado no diploma, que se estabeleça, por ordem das “altas partes contratantes, cada um em seu território”, um organismo denominado “Conselho da Cultura Luso-Brasileira”. Para além da indicação das personalidades, descritas no documento que fariam parte das “secções” portuguesas e brasileiras, acresce um facto novo e

portuguesa no mundo, e como uma possibilidade de regular por mútuo Acordo, e de modo estável, o respetivo sistema ortográfico. Posteriormente, teve lugar, em 1945, uma reunião conjunta das duas academias, portuguesa e brasileira, onde se discutiu e aclarou todos as situações de discórdia suscitadas pelo Acordo de 1943. Como resultado, surge a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945, que, apesar de publicada e assinada pelas autoridades competentes dos dois países, não entraria em vigor, devido ao golpe militar que, entretanto, afastaria do poder Getúlio Vargas.

⁵⁸ Neste documento de cinco páginas, Ferro justifica o aparecimento do documento, face à situação política vivida no Brasil, assim como argumenta sobre a necessidade de se continuarem a fomentar as relações culturais entre Portugal e Brasil.

⁵⁹ CONTRAPROPOSTA AO ANTEPROJETO DE UM CONVÉNIO CULTURAL ENTRE O BRASIL E PORTUGAL. Espólio Cultural de António Ferro Este CONVÉNIO surge no seguimento do PARECER (cf. *supra* n.º 13), e inclui oito artigos. Ainda neste quadro de “remodelação” do Acordo Cultural de 1941, e face ao excelente trabalho levado a cabo até então pela Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do SNI, e a bem da continuidade dos propósitos contidos no Acordo Cultural, António Ferro à frente da comissão encarregada da redação do anteprojeto do Convénio esclarece que haveria então duas atitudes a tomar. A primeira preconizava a manutenção do Acordo estabelecendo-se um outro a designar por Convénio de Cooperação Intelectual; a segunda envolveria a substituição do Acordo por um outro, o Acordo Cultural e de Cooperação Intelectual.

inserido no contexto da expressão da lusofonia (CONVÊNIO, 1945: 6, Art.º I)⁶⁰. São atribuídas funções específicas ao Conselho, com responsabilidades acrescidas na contribuição e na consolidação da difusão e divulgação da língua portuguesa. Assim, era precisamente no meio académico que a sua ação se revestia de acrescida importância, ao competir-lhe “criar, em suas Universidades, e estabelecimentos de ensino superior, cátedras para professores e assistentes, destinadas ao ensino da literatura, da arte, e da história do outro país...”. Este reforço, para a consolidação dos propósitos, acima firmados, impunha ainda, a “concessão mútua de bolsas de estudo para profissionais, professores e técnicos, a fim de habilitá-los, fazer e a complementar, cursos de aperfeiçoamento e pesquisa nos seus estabelecimentos de educação ciência e cultura...” (CONVÊNIO, 1945: 7-8, art.º III). Esta cooperação bilateral, além de promover, como foi salientado, o intercâmbio entre cientistas e intelectuais de ambas as nacionalidades, pautava também sua ação, de certo modo inovadora, por ter que ocupar-se de toda a logística que envolvia os problemas respeitantes às matrículas dos estudantes nas Universidades de ambos os países e a admissão no exercício das profissões liberais de portugueses e brasileiros. Ainda dentro dos mesmos propósitos, era dado realce e incentivo à permuta de “informações sobre os seus institutos culturais as consultas entre os mestres dos seus respetivos sistemas de educação e cultura...” (CONVÊNIO, 1945: 8, art.º III). Que pressupunha este novo CONVÊNIO, o que o diferenciava substancialmente dos anteriores projetos (Acordo Cultural de 1941 e Plano de Lusitanidade para toda a América em especial no Brasil de 1942) de Ferro? Respondendo à questão, posso afirmar que, em rigor, apesar de não podermos dissociar, como vimos, dos anteriores projetos dos inícios dos anos quarenta, a preocupação latente de Ferro era consolidar a divulgação e preservação da língua e vincar uma diferença substancial patente no CONVÊNIO: expurgá-lo de qualquer odor de propaganda política do regime. Deste modo, enfatizava, de uma maneira direta e consciente, os esforços empreendidos de acordo com os imperativos da unidade/diversidade, cultural e linguística. Traduzia-se, assim, todo este movimento de reaproximação e relacionamento cultural luso-brasileiro, na defesa da cultura lusófona comum aos dois territórios, tal como a obtenção de mecanismos reais promotores da Lusitanidade, agora de uma forma mais coerente, coordenada e eficaz, que promovessem o entrosamento cultural e espiritual, entre duas comunidades, que comunicavam na mesma língua e que integravam uma cultura única e específica. De facto, esta defesa da unidade linguística (permissiva nas originalidades ortográficas e vocabulares de cada uma das realidades nacionais e regionais) do idioma Português e da cooperação cultural, entre os dois países, adquire, por um lado, uma nova importância neste período, devido às materializações concretas e institucionais, contidas nos projetos apresentados. Por outro, angaria, através das propostas contidas no CONVÊNIO, um ímpeto de defesa da cultura e da língua, comum a ambos os territórios⁶¹. Assim, se nos situarmos no contexto atual da Lusofonia, podemos

⁶⁰ Entre as individualidades que deveriam fazer parte deste conselho, em Portugal, destaca-se: um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um do Ministério da Educação Nacional, o Presidente do Instituto para a Alta Cultura, um Professor Catedrático, da cátedra de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa e o Secretário Nacional da Informação. No Brasil deveriam integrar este conselho, um representante do Ministério das Relações Exteriores, um representante do Ministério da Educação e Saúde Pública, o Presidente do Instituto Luso-Brasileiro da Alta Cultura, Presidente do Instituto dos Estudos Portugueses, Diretor da Agência Nacional e um delegado do SNI. (CONVÊNIO, 1945: Art.º I, 6).

⁶¹ O anteprojeto do CONVÊNIO CULTURAL ENTRE O BRASIL PORTUGAL, de 1945, daria lugar posteriormente à efetivação do *Acordo de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal* firmado em Lisboa a 6 de dezembro de 1948 e mais tarde aprovado pelo Decreto Legislativo, nº

constatar que a ação de António Ferro, possuidor, a meu ver, de um notável pensamento estratégico e de uma capacidade antecipatória e visionária, mostra que Portugal soube articular uma política cultural, como instrumento de defesa e de divulgação da língua e da cultura portuguesa.

4. BIBLIOGRAFIA

- ACCIAIOLI, Margarida (1998), *Exposições do Estado Novo*, Lisboa: Livros Horizonte.
- CATROGA, Fernando (1998), "Ritualizações da História", TORGAL, Luís Reis; MENDES, Amado J. M, *História da História em Portugal*, [S.l.]: Temas e Debates, Imp.
- CARVALHO, E. Marques (1990), *A lusitanidade de mim ou o mistério de ser português*, Lisboa: Afonso Moita.
- CERVO, Amado Luiz (2002), "As Relações entre PORTUGAL e o Brasil – o peso da História", *Revista de Relações Internacionais da Univ. Lusíada do Porto*. Porto, Lusíada.
- CERVO, Luís Amadeo; MAGALHÃES, José Calvet (2000), *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil, 1808-2000*, organização e apresentação de ALVES, Dário Moreira de Castro, Lisboa: Instituto Camões.
- CONVÉNIO CULTURAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1945), Espólio Cultural de António Ferro, Caixa 15, Escritos de A. Ferro, Arquivo da Fundação António Quadros, Cultura e Pensamento.
- CORREIA, Afonso (1944), *Lusitanidade evocando uma época*, Coimbra Editora.
- CRISTÓVÃO, Fernando (2008), *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra: Almedina.
- FERRO, António (1942), "PLANO DUMA CAMPANHA DE LUSITANIDADE EM TODA A AMÉRICA, EM ESPECIAL NO BRASIL", Espólio Cultural de António Ferro, Caixa 15, Escritos de A. Ferro, Arquivo da Fundação António Quadros, Cultura e Pensamento.
- FERRO, António (1945), PARECER, Espólio Cultural de António Ferro, Caixa 15, Escritos de A. Ferro, Arquivo da Fundação António Quadros, Cultura e Pensamento.
- FONTOURA, João Neves de (1943), "A Realidade do Acordo Cultural. Discurso do Embaixador João Neves Fontoura", in *Atlântico. Revista Luso-Brasileira*, Rio de Janeiro; Lisboa: Edição do Departamento de Imprensa e Propaganda; Secretariado da Propaganda Nacional, nº 4.
- MARGARIDO, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- PEREIRA, António Henrique (1965), *O 1 Encontro de Escritores e os Primores da Lusitanidade*, Edições Posição.
- PIMENTEL, Francisco Emílio (1942), *A expressão da Lusitanidade*, Coimbra: Edições "Estudos".
- REGO, A. da Silva (1966), *Relações Luso Brasileiras (1822-1953)*, Lisboa. Edições Panorama.
- SOARES, Filipa Maria Valido Viegas de Paula (2010) *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas. O ensino português: estratégias de ensino e ação cultural*, Eds. M^a João Marçalo e M^a Célia Lima-Hernandes, Universidade de Évora.

SITES DA INTERNET

- <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> - site oficial do Arquivo Nacional do Brasil.
- www.crl.edu/info/brazil/pindex.htm - site do projeto de Digitalização de Imagens e de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project; patrocinado pela Fundação Andrew W. Mellon.

24. MARIA ZÉLIA BORGES UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, S. PAULO, BRASIL. APOIO: CÍCERO

V. SANTOS,



TEMA 1.4 CIGARRAS AÇORIANAS TRABALHAM COMO FORMIGAS, MARIA ZÉLIA BORGES UPM JUBILADA

41, de 7 de junho de 1950. Entrou em vigor no Rio de Janeiro a 25 de Janeiro de 1951 sendo promulgado pelo Decreto nº 29.268 de 16 de fevereiro de 1951. Ministério das Relações Exteriores, *Coleção de Atos Internacionais*, Serviço de Publicações, nº 285. Na sua essência estes dois documentos (CONVÉNIO de 1945 e *Acordo* de 1948) apresentam grande analogia nas propostas avançadas. No entanto, no segundo documento não há referência ao acordo de 1941, e é introduzido o desejo expresso de salvaguardar, em termos de acesso à universidade a igualdade entre brasileiros e portugueses (cf. *Acordo de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal*, Art.º V, p [3]).

Tradicionalmente, com base na leitura bíblica, o trabalho tem sido visto como castigo para o homem em queda. Perdida a felicidade do Éden, desde o pecado original, toda a humanidade é obrigada a ganhar o pão com o suor do próprio rosto. E o trabalho se opõe ao descanso, ao lazer. Todavia, em nossos dias, em tempos de maior indulgência, os artistas já podem jactar-se por serem remunerados ao produzir obras que lhes dão prazer. O trabalho pode sim, mesmo que a duras penas, ser forte aliado do ócio criativo. Nesta comunicação, parte-se da *Antologia Bilingue de Autores Açorianos*, de CHRYSTELLO e GIRÃO (2011), secundada pela *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*, de Melo (1978) e tendo por mote a lenda da cigarra e da formiga, tentar-se-á mostrar que, para os escritores açorianos, o canto da cigarra não é incompatível com o trabalho da formiga. Tabuladas as informações advindas das antologias, pode-se concluir que a atividade artística, mais vista como lazer, não impede o exercício de atividades consideradas mais como trabalho propriamente dito. Numa visão bastante maniqueísta da vida e do mundo, vive-se num jogo de escolhas entre polos contraditórios e excludentes. Entre as oposições disponíveis está a que se faz entre o bem e o mal. Nesta visão o bem é o trabalho e o mal, a diversão. Sociedades religiosas e laicas insistiram em perpetuar e passar tal visão. Hoje sabe-se que nem tudo é tão claro assim, nem tão oposto e excludente. Sabedoria popular, por exemplo, nem sempre se opõe a sabedoria fundada no conhecimento, no estudo. Do mesmo modo, bem e mal nem sempre aparecem com tanta claridade e excludência; o trabalho e o lazer podem vir conjugados. Ilustrativa da evolução deste modo de pensar é a lenda da cigarra e da formiga. Tal lenda, atribuída a Esopo com raconto de La Fontaine, tradicionalmente opõe o trabalho da formiga ao canto da cigarra no tempo da primavera, premiando o primeiro (a formiga se refugia em casa aquecida e alimento abundante no inverno) e castigando o segundo (à cigarra imprevidente, só resta dançar ao frio). Em nossos dias, a lenda tem aparecido em versões mais conciliadoras, com um final menos duro que o da versão primeva. Nesta, a formiga costumava condenar a cigarra ao frio e à fome, dizendo-lhe: “Cantou durante o verão?! Pois dance agora.” Já na nossa infância, líamos de Monteiro Lobato uma versão menos radical quanto a prêmio e castigo. O autor registra duas fábulas com títulos diferentes:

1. A Formiga boa. Nesta a cigarra, com a chegada do inverno, procura a formiga e, tossindo e tremendo. E a história assim termina:

– Ah!...exclamou a formiga recordando-se. Era você então quem cantava nessa árvore enquanto nós labutávamos para encher as tulhas?

– Isso mesmo, era eu...

– Pois entre amiguinha! Nunca poderemos esquecer as boas horas que sua cantoria nos proporcionou. Aquele chiado nos distraía e aliviava o trabalho. Dizíamos sempre: que felicidade ter como vizinha tão gentil cantora. Entre, amiga, que aqui terá cama e mesa durante todo o mau tempo.

A cigarra entrou, sarou da tosse e voltou a ser a alegre cantora dos dias de sol.

2. A formiga má. Termina diferentemente:

[...] a formiga era uma usurária sem entranhas. Além disso, invejosa. Como não soubesse cantar, tinha ódio à cigarra por vê-la querida de todos os seres.

– Que fazia você durante o bom tempo?

– Eu... eu cantava.

– Cantava? Pois dance agora, vagabunda! E fechou-lhe a porta no nariz.

Resultado: a cigarra ali morreu intanguidinha; e quando voltou a primavera o mundo apresentava um aspecto mais triste. É que faltava na música do mundo o som estridente daquela cigarra morta por causa da avareza da formiga. Mas se a usurária morresse, quem daria pela falta dela?

E o autor que fazia alegria de nossa infância ainda tem o cuidado de apor à fábula a moral da história: “Os artistas – poetas, pintores, músicos – são as cigarras da humanidade”. Na Internet, que tudo aceita, aparece no site Qdivertido.com.br (2011), uma adaptação com um seguinte final em que a formiga rainha institui o canto como uma tarefa para a cigarra, integrando-a, assim, na comunidade do formigueiro:

Certo dia o inverno chegou, e a cigarra começou a tiritar de frio. Sentia seu corpo gelado e não tinha o que comer. Desesperada, foi bater na casa da formiga. Abrindo a porta, a formiga viu na sua frente a cigarra quase morta de frio.

Puxou-a para dentro, agasalhou-a e deu-lhe uma sopa bem quente e deliciosa.

Naquela hora, apareceu a rainha das formigas que disse à cigarra:

- No mundo das formigas, todos trabalham e se você quiser ficar conosco, cumpra o seu dever: toque e cante para nós.

Para cigarra e para formigas, aquele foi o inverno mais feliz das suas vidas.

Aqui se conciliam os opostos ócio/ocupação, trabalho/lazer, legitimando o ócio criativo, tão simpático na atividade artística. Aliás, a atividade artística era muito mais associada à busca do lazer, ao descanso do trabalho, oportuna apenas para as horas de folga. E não somente ao lazer, mais respeitado na sociedade maniqueísta, que ligava lazer a descanso e prazer atividades condenáveis. No Brasil, tal fato se evidenciava sobremaneira, pois artistas só obtinham Carteira de Identidade em Delegacia de registro de atividade de prostituição. As palavras tradicionalmente usadas para a atividade produtiva têm uma história interessante, que parece oportuno considerar. No grego, trabalhar se expressava através de dois verbos diferentes:

1) γργάζομαι: definido como trabalhar, no sentido de produzir algo; tendo o substantivo correspondente εργον;

2) o segundo verbo, διαπονέω, tem o significado de trabalhar com esforço. Esta mesma palavra é definida como castigar, por Pereira (1961), que lhe apõe a observação “falando de estilo”,

No latim aparece com uma só palavra para trabalhar: **tripaliare* que, na explicação etimológica de Houaiss é verbo românico, advindo do latim *tripalium*, 'instrumento de tortura', derivado do adjetivo *tripális*, aparelho 'sustentado por três estacas ou mourões'. Com isto, para nós, falantes de língua latina, trabalho traz consigo, sempre, a ideia de esforço e de castigo. Aliás, o castigo imposto a Adão, em sua queda do paraíso, fala em "ganhar o pão com o suor de seu rosto. Assim, trabalho opõe-se a lazer que, na definição do mesmo dicionarista, se define como:

"1 tempo que sobra do horário de trabalho e/ou do cumprimento de obrigações, aproveitável para o exercício de atividades prazerosas; 2 Derivação: por metonímia. atividade que se pratica nesse tempo; 3 Derivação: por extensão de sentido. cessação de uma atividade; descanso, repouso". Ócio também se opõe a trabalho, com as seguintes explicações: 1 **cessação** do trabalho; folga, repouso, quietação, vagar 2 espaço de tempo em que se descansa 3 **falta** de ocupação; inação, ociosidade 4 falta de disposição física; preguiça, moleza, mandriice, ociosidade 5 Derivação: sentido figurado trabalho leve, agradável. Observe-se que a definição derivada de lazer bate com a derivada de ócio.

Temos até um sintagma para falar de atividade artística sem confundi-la simplesmente com ócio: a expressão "ócio criativo". Este pode resultar, de fato, de tarefa muito trabalhosa, às vezes até penosa. Olavo Bilac tem um soneto – "A um poeta", onde fala do esforço que se faz para alcançar um poema:

Longe do estéril turbilhão da rua,
Beneditino escreve! No aconchego
Do claustro, na paciência e no sossego,
Trabalha e teima, e lima, e sofre, e sua!

Mas que na forma se disfarce o emprego
Do esforço: e trama viva se construa
De tal modo, que a imagem fique nua
Rica mas sóbria, como um templo grego

Não se mostre na fábrica o suplício
Do mestre. E natural, o efeito agrade
Sem lembrar os andaimes do edifício:

Por que a Beleza, gêmea da Verdade

Arte pura, inimiga do artifício,
É a força e a graça na simplicidade.

Correndo os olhos no poema, ressaltam-se os verbos usados no último verso da primeira estrofe. São todos muito mais ligados ao trabalho visto como esforço – “Trabalha e teima, e lima, e sofre, e sua!” – nas explicações a eles dadas por Houaiss (...). De fato, para obter o verso o poeta deve trabalhar com paciência e sossego; isolado em sua cela, pois deve:

- *trabalhar*, bem no sentido de sofrer tortura, do verbo latino; *teimar*, isto é, insistir, com grande obstinação, por repetidas vezes;
- *limar*, isto é, “corroer material duro com lâmina dentada”;
- *sofrer*, isto é “experimentar com resignação e paciência; suportar, tolerar, aguentar”;
- *suar*, isto é, “empregar grandes esforços na consecução de (algum objetivo); afadigar-se”.

Mas o poeta parnasiano não se esquece de conciliar opostos, isto é *paciência*, vista como “capacidade de persistir numa atividade difícil, suportando incômodos e dificuldades; aliada a sossego, visto como “quietude física; descanso, repouso, ausência de problemas, de preocupações, de trabalho excessivo; descanso, calma, tranquilidade”. Bilac encerra o poema também com um paradoxo ao definir Beleza como “a força e a graça na simplicidade”. De fato, força pode se opor a graça:

1. *força*, isto é, “robustez, vigor físico, energia vital;
2. *graça*, isto é “elegância e leveza de formas, do porte e/ou dos movimentos; graciosidade.

Ora, a simplicidade, em sua aquisição, pode resultar de ingente esforço.

Com efeito, nosso autor parnasiano, pontificou e “cigarreou” no Brasil há bastante tempo. Assim, para aqueles que gostam apenas de bibliografia recente e que veem a suprema arte na tecnologia avançada, pode-se brindar com afirmação mais recente e concisa, tornada preceito para Steve Jobs: “A simplicidade é a máxima sofisticação” (Isaacson, 2011: p. 99). O que é recente, na verdade é a forma e a síntese, porque a máxima adviria de Leonardo da Vinci, segundo o mesmo autor. Convém agora atentar às cigarras laboriosas, formigas cantantes, aos nossos autores açorianos, cujo trabalho apraz considerar, neste momento em que a primavera começa a se anunciar no hemisfério norte.

Colhi⁶² os autores, inicialmente, em Chrystello e Girão (1911) – *Antologia Bilíngue de Autores Açorianos*. Contudo, não podia deixar de fora dois autores não focados na obra, mas que me ocuparam bastante desde que frequento estas ilhas queridas. Um deles, Dias de Melo, foi objeto de minha consideração no Colóquio de 2009,

aqui mesmo em Lagoa. Do outro, Cristóvão de Aguiar, venho cuidando na tentativa de torná-lo conhecido no Brasil, tarefa de que fui incumbida pelo mesmo Colóquio e que, recentemente, no Colóquio realizado em Santa Maria, 2011, passou para a colega Dina Ferreira a quem devo ajudar. *Tabulei*⁶³, inicialmente, dados da Antologia. Todavia, mesmo em tabela bastante resumida e localizada, precisei lançar mão de pelo menos mais uma antologia, a *Antologia panorâmica do conto açoriano*, de João de Melo (1978), que percorre um tempo mais dilatado (séculos XIX e XX). Além disso, incluí alguns dados considerados oportunos, obtidos diretamente em obra de autor devidamente citado. São autores ilhéus, embora esteja entre eles um autor angolano, Eduardo Bettencourt Pinto, que viveu em Ponta Delgada e, desde 1983, reside no Canadá. Publica em jornal e revista açorianos e possui poemas em antologias nos Estados Unidos, Brasil, Portugal, Inglaterra e Letônia. Açorianos todos os demais da *Antologia Bilingue de Autores Contemporâneos* e os dois da *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*: Álamo de Oliveira, Caetano Valadão Serpa, Daniel de Sá, Eduíno de Jesus, Emanuel de Sousa, Emanuel Félix, Fernando Aires, José Martins Garcia, Marcolino Candeias, Maria de Fátima Borges, Onésimo Teotónio de Almeida, Urbano Bettencourt, Vasco Pereira da Costa, Victor Rui Dores. Os dois constantes da outra antologia já foram acima apontados.

Nas três primeiras colunas da tabela, cada autor tem sua vida datada e localizada. Temos autores de cinco ilhas: Ilha das Flores e Graciosa: com um autor para cada uma; Ilha do Pico, quatro autores; São Miguel, seis autores; Terceira, quatro autores. Todos os autores analisados nasceram no século XX. O de data mais antiga nasceu em 1925, seguido por um de 1928 e um outro de 1936. Todos os demais, exceto cinco para os quais não aparece tal data, nasceram a partir de 1940, o que justifica sua classificação como contemporâneos, pois a primeira morte registrada só ocorreu em 2002. Assim, produziram até o século XXI. Na quarta coluna, aparece atividade essencialmente de formiga: constam nela os estudos de cada autor, no tempo de fazer provisões para o futuro, na primavera da vida. Apenas um autor não tem declinados seus estudos. A produção dos autores como cigarras aparece em quatro colunas da tabela: Outros Trabalhos, Publicações, Antologias e Obras traduzidas. Na primeira coluna estão referidas as diversas atividades exercidas: funcionalismo público, participação em departamentos de Estado ligados à Cultura, palestras e conferências em terras portuguesas continentais e insulares, na África do Sul, Bélgica, no Brasil, no Canadá, China (Macau), Estados Unidos, Espanha, França, na Guiné-Bissau, Holanda, Inglaterra, Itália, Letônia, Senegal, Venezuela. Conclui-se que o canto das cigarras açorianas esteve em quatro continentes. Entre atividades diversas aparecem duas mais ou menos estranhas ao canto: serviço militar (referido para dois autores) e serviço em banco. A partir do serviço militar veio o canto através de autobiografia, biografia, memória, diário ou nem tanto (nas palavras de um autor). A autora que exerceu atividade bancária, além de publicações exerceu atividade de professora universitária e publicou também suas obras literárias. Na coluna publicações, vemos que o canto se espalhou por artes, mídias e gêneros literários diversos: artigos em jornais e revistas literárias e de artes, coleções turísticas, conto, crítica e teoria literária, crônica, dicionário temático da baleação, ensaio, internet, novela, poesia, rádio, romance, teatro, televisão. No

rol de publicações tabuladas, aparece até uma obra vertida para o Braille, na Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos. Na coluna Antologias não citei aquela que serviu de ponto de partida para minhas considerações, graças à obvidade de tal citação. Tive o cuidado, porém, de apor a Antologia de Melo aos nomes dos dois autores, cujos dados aqui incluídos dela vieram. Registre também outras antologias para alguns autores onde foram referidas. Deixei para o fim a atividade que me parece o protótipo da cigarra-formiga (ou da formiga-cigarra). Falo aqui do magistério, uma vez que o professor trabalha como um mouro, cantando, propagando, explicando, antes mesmo que seu próprio canto, o canto de outras cigarras, na sua e em outras línguas. Apenas um autor aparece sem nenhum registro nesta coluna. Mas sendo consultor de informática, subsidia todo e qualquer professor com um instrumento de trabalho que, em nossos dias, quase ninguém dispensa.

Daqui para a frente passarei a redigir na primeira pessoa, pois atingido o estágio de vida em que me encontro, posso fazer minha a máxima de Pedro Nava – “A experiência é como farol traseiro do carro; só ilumina para trás” – e assumir, como direito adquirido, o uso do eu e do nós.

TABELAS:

ÁLAMO OLIVEIRA TAMBÉM NA ANTOLOGIA DE JOÃO DE MELO

NASCIMENTO	Local	Freguesia do Raminho
	Ilha	Terceira
	Data	1945
ESTUDOS	Seminário de Angra	
MAGISTÉRIO	Universidade da Califórnia – Berkeley (lecionou sobre sua obra para alunos de L. Portuguesa, em 2002).	
OUTROS TRABALHOS	Diversos departamentos. governamentais ligados à Cultura	
PUBLICAÇÕES	Poesia, romance, conto, teatro, ensaio.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

CAETANO VALADÃO SERPA

NASCIMENTO	Local	Freguesia da Fajã Grande
	Ilha	Flores
	Data	
ESTUDOS	Seminário de Angra do Heroísmo: estudos secundários. História (licenciatura e Doutorado na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma)	
MAGISTÉRIO	Seminário de Angra, Colégio do Sto. Cristo (Ponta Delgada) Professor e Supervisor em Cambridge, Harvard e Massachusetts) (USA)	
OUTROS TRABALHOS	Participação em colóquios e encontros Palestras sobre história, psicologia, literatura nos EUA, Portugal, Canadá, Brasil	
PUBLICAÇÕES	5 obras arroladas, sem indicação de gênero. Sua obra Gente dos Açores foi uma das 3 primeiras de língua portuguesa a ser transcrita em Braille (1980) na Biblioteca do Congresso dos EUA	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

CRISTÓVÃO DE AGUIAR APENAS NA ANTOLOGIA DE MELO

NASCIMENTO	Local	Pico da Pedra
	Ilha	São Miguel
	Data	1940
ESTUDOS	Liceu Antero de Quental, Ponta Delgada.	

	Curso de Filologia Germânica em Coimbra.
MAGISTÉRIO	Foi professor secundário em Leiria e Coimbra. Leitor de língua inglesa na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, onde se mantém.
OUTROS TRABALHOS	Redator da revista <i>Vértice</i> , trabalhou também para o rádio. Trabalhou na Guiné-Bissau, como alferes miliciano.
PUBLICAÇÕES	Conto, romance, biografia, memórias, poesia.
ANTOLOGIAS	Além de duas por ele organizadas, colaborou em mais outras três: <i>Vietname</i> , <i>Antologia de Poesia Açoriana e Para o Mundo de Todos os Homens</i> .
OBRAS TRADUZIDAS	Colaborou em antologia de poemas, em Gávea-Brown.

DANIEL DE SÁ

NASCIMENTO	Local	Maia
	Ilha	São Miguel
	Data	1944
ESTUDOS	Escola de São Pedro em Sta. Maria; em Santana, Ribeira Grande, curso de Magistério Primário em Ponta Delgada. Na congregação missionária dos Combianos. Fez faculdade de Filosofia e 1º ano de Teologia em Valência. Faculdade de Teologia, por alguns meses, em Granada.	
MAGISTÉRIO	Em Fenais da Ajuda, por quatro anos. Depois, na Maia	
OUTROS TRABALHOS	Serviço militar em Tavira. Membro da Junta Regional dos Açores	
PUBLICAÇÕES	Novela, Crônica, Conto, Teatro, Romance, Ensaio, Poesia, Coleção turística. Autorretrato e autobiografia. Obras sobre as ilhas de Sta. Maria, S. Miguel, Terceira Edição histórica Sobre Peregrinos do Senhor Sto. Cristo.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS	Dead Houses' Shepherd; Santa Maria Island Mother	

DIAS DE MELO (APENAS NA ANTOLOGIA DE JOÃO DE MELO)

NASCIMENTO	Local	Calheta de Nesquim
	Ilha	Do Pico
	Datas	☼ 08/04/25 + 24/09/08
ESTUDOS	Na cidade da Horta, completou o Curso do Magistério Primário.	
MAGISTÉRIO	No ensino primário e mais tarde, no Preparatório, em Ponta Delgada	
OUTROS TRABALHOS	Imprensa Oficial do Faial. Esteve na origem da Fundação da Associação Cultural Acadêmica. Além de ficção, fez, com trabalhos de campo, o levantamento da população baleeira da ilha onde nasceu; organizou uma espécie de dicionário temático da baleação, publicado em quatro volumes pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, sob o título de <i>Vida Vivida de Baleeiros</i> , com dados biográficos dos baleeiros picarotos.	
PUBLICAÇÕES	Colaborador assíduo de jornais de S. Miguel. Escritor de todos os gêneros, segundo a Antologia de Melo, para a qual sua leitura "é um marco obrigatório	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

EDUARDO BETTENCOURT PINTO

NASCIMENTO	Local	Gabela Cuanza
	País	Angola
	Data	1954
ESTUDOS	Morou temporariamente na Rodésia (Zimbabué), Ponta Delgada. No Canadá, desde 1983, atualmente nos arredores de Vancouver.	
MAGISTÉRIO		
OUTROS TRABALHOS	Funcionário público, Consultor de informática. Conferências nos EUA, Canadá, Portugal e Espanha	
PUBLICAÇÕES	Poesia, Ficção, Colaboração em Jornais (revista literária <i>Aresta</i>), suplemento literário <i>Seixo</i> do Jornal <i>Correio dos Açores</i> , atual editor da revista de artes e letras <i>Seixo Review</i> , na Internet. Poesia em várias antologias nos EUA, Brasil, Portugal. Inglaterra e Letônia.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

EDUÍNO DE JESUS

NASCIMENTO	Local	Freguesia de Arrifes, Ponta Delgada
	Ilha	São Miguel
	Datas	
ESTUDOS	Em Ponta Delgada: Curso Geral dos Liceus, Curso Complementar de Letras, Curso do Magistério Primário. Coimbra: Aluno voluntário na Faculdade de Letras; frequentou Curso de Ciências Pedagógicas. Lisboa: Completou Curso de Letras iniciado em Coimbra, licenciando-se com dissertação em Linguística e Literatura Portuguesa. Bordéus, França: frequentou Curso de Comunicação.	
MAGISTÉRIO	Professor durante 52 anos (1948-2000). Professor primário em Ponta Delgada, Lorzão (arredores de Coimbra). Professor. no Ensino Técnico e Liceal em Lisboa. Ensino Superior em Lisboa: Universidades Nova e Clássica por mais de vinte anos. Professor de português também para estrangeiros e francês.	
OUTROS TRABALHOS	Cargos diversos: subdiretor e diretor de escola técnica. Comissão da reforma do antigo ciclo preparatório; Conselho Orientador da Profissionalização em Exercício e preparação de novos formadores. Dirigiu e produziu programa literário para RTP. Colaborou em revistas, enciclopédia de literatura. Atuou em teatro e artes plásticas	
PUBLICAÇÕES	Poesia, conto, teoria e crítica da literatura, teatro, artes plásticas, ensaio, polémica, em jornais e revistas. Poesia, teatro e ensaio em livro.	
ANTOLOGIAS	Está representado em antologias poéticas em Açores, Portugal, E.U.A., Brasil, Eslováquia, Letônia.	
OBRAS TRADUZIDAS		

EMANUEL DE SOUSA

As autoras da Antologia alegam que “não foi possível contactar o Autor, quer em Portugal quer nos Estados Unidos, para obter uma nota biográfica mais completa”

EMANUEL FÉLIX

NASCIMENTO	Local	Angra do Heroísmo
	Ilha	Terceira
	Datas	☞ 24/10/36 † 14/02/04
ESTUDOS	Iniciados nos Açores, fez sua preparação técnico-profissional no estrangeiro, designadamente em Paris – Instituto Francês de Restauro de Obras de Arte, Na Bélgica: Escola Superior de Belas-Artes de Anderlecht e na Universidade Católica de Lovaina, especializando-se, nesta última, no Laboratório de Estudo de Estudo de Obras de Arte por Métodos Científicos do Instituto Superior de Arqueologia e História da Arte. Fez visitas de estudos e estágios de longa duração nos museus de Paris, Ruão, Bruxelas, Liège, Amsterdão, Londres, Roma e Florença, “para mais não citar”.	
MAGISTÉRIO	Professor do ensino primário, secundário e superior. Lecionou Tecnologia da Pintura e Técnicas de Conservação e Restauro na Escola Superior de Tecnologia de Tomar, elaborando conteúdos programáticos para as disciplinas.	
OUTROS TRABALHOS	Colaborou em consultoria, desenvolvimento de laboratório de restauro e direção de estágios em Tomar. Participou do grupo de peritos do “Projeto 10” do CDCC do Conselho da Europa, responsável por audições para estudo no desenvolvimento de diversas regiões europeias. Foi membro de instituições culturais em Portugal e no exterior.	
PUBLICAÇÕES	Poesia, ensaio, conto, crónica, crítica literária. Artes plásticas. Introduziu o concretismo poético em Portugal. Artigos em jornais e revistas nos Açores, Portugal e no exterior.	
ANTOLOGIAS	Representado em inúmeras antologias poéticas	
OBRAS TRADUZIDAS		

FERNANDO AIRES

NASCIMENTO	Local	Ponta Delgada
	Ilha	São Miguel
	Datas	→ 18/02/28 † 09/11/10
ESTUDOS	Ponta Delgada – Liceu Antero de Quental: Escola primária, Liceu, Curso Complementar de Letras. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas	
MAGISTÉRIO	Efetivo no Liceu Antero de Quental, cumulando cargo de orientador de estágios pedagógicos. Professor de Psicopedagogia na Escola de Magistério Primário de Ponta Delgada. Assistente convidado da Universidade dos Açores, de 1975 a 1994.	

OUTROS TRABALHOS	Pertenceu ao grupo que, em 1940, fundou o “Círculo Antero de Quental”, na introdução do Modernismo nos Açores
PUBLICAÇÕES	Poesia, ensaio e crônica em jornais. Colaborador assíduo da imprensa local e regional e também das revistas <i>Atlântica</i> e <i>Nova Renascença</i> . 1 diário bastante reconhecido nas Ilhas e objeto de crítica especializada em Portugal e nos EUA. (em 5 volumes). 1 livro de ficção autobiográfico. 2 volumes de contos premiados nos Açores.
ANTOLOGIAS	
OBRAS TRADUZIDAS	

JOSÉ MARTINS GARCIA TAMBÉM NA ANTOLOGIA DE JOÃO DE MELO

NASCIMENTO	Local	Criação Velha
	Ilha	Pico
	Datas	→ 17/02/41 † 04/11/02
ESTUDOS	Estudos de Liceu iniciados em Horta e terminados em Lisboa. Licenciou-se em Letras – Filologia Românica – em Lisboa.	
MAGISTÉRIO	Professor eventual no Liceu Nacional da Horta; Leitor de Português na UNIV. Católica de Paris. Lecionou na Faculdade Letras de Lisboa. Nos E.U.A., foi professor convidado da Brown University (Providence). Após doutorar-se na Universidade dos Açores foi aí professor e vice-reitor. Também Introduziu a disciplina Literatura e Cultura Açoriana,	
OUTROS TRABALHOS	Dirigiu a revista Arquipélago, na Universidade dos Açores.	
PUBLICAÇÕES	Ensaio, Conto, Poesia.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

MARCOLINO CANDEIAS

NASCIMENTO	Local	Angra do Heroísmo
	Ilha	Terceira
	Data	
ESTUDOS	Secundários, em Angra do Heroísmo. Bacharelou-se em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, licenciando-se ainda em Línguas e Literaturas Modernas.	
MAGISTÉRIO	Professor estagiário, Assistente na Universidades dos Açores e de Coimbra. Leitor de Língua, Literatura e Culturas Portuguesa e Brasileira na Universidade de Montreal, tendo apresentado um primeiro pequeno projeto em Estudos Luso-Brasileiros	
OUTROS TRABALHOS	Diretor da Secção de Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Montreal. Participou de vários Congressos com Conferências, na Maison Internationale de la Culture e na Societé des Ecrivains Canadiens, em Montreal. Posteriormente, nos Açores, foi Diretor da Casa de Cultura da Juventude de Angra do Heroísmo, no fim do mandato do VII governo e também no mandato do VIII Governo. Preside o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo.	
PUBLICAÇÕES	Foi tido como voz importante do Grupo chamado de Geração Glacial, colaborando em jornais e revistas nacionais e estrangeiras. Publicou livros de poemas.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS	Alguns poemas traduzidos para inglês e eslovaco.	

MARIA DE FÁTIMA BORGES TAMBÉM NA ANTOLOGIA DE JOÃO DE MELO

NASCIMENTO	Local	Ribeira Grande
	Ilha	São Miguel
	Datas	1943
ESTUDOS	Secundários em Ponta Delgada. Faculdade de Letras da Universidade de Letras. Obteve licenciatura na Universidade dos Açores, em Estudos Portugueses e Ingleses	
MAGISTÉRIO	Assistente Convidada na Universidade dos Açores, em Cultura Portuguesa	
OUTROS TRABALHOS	Bancária em Ponta Delgada	
PUBLICAÇÕES	Contos e crônicas em livro e em revistas de Ponta Delgada, de Barcelona e de Lisboa. Publicou ainda em Jornal de Lisboa (<i>Independente</i>) e em jornais locais	
ANTOLOGIAS	Aparece em <i>Antologia Panorâmica do Conto Açoriano</i> , de Lisboa (1978)	
OBRAS TRADUZIDAS	em <i>27 Erzähler Aus Portugal</i> , de Berlim, 1993	

ONÉSIMO TEOTÔNIO DE ALMEIDA TAMBÉM NA ANTOLOGIA DE MELO

NASCIMENTO	Local	Pico da Pedra
	Ilha	São Miguel
	Data	1946
ESTUDOS	Seminário de Angra do Heroísmo e Universidade Católica de Lisboa. Licenciou-se em Filosofia na Brown University de Providence, Rhode Island, EUA, onde fez também Doutorado.	
MAGISTÉRIO	Filosofia e Literatura, na Brown University de Providence, tendo aí criado nova disciplina: "Literatura Açoriana". Leciona na Brown University desde 1975. Leciona também uma disciplina sobre Valores e Mundividências	
OUTROS TRABALHOS	Diretor do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University. Fundador e editor da revista Gávea-Brown	
PUBLICAÇÕES	Poesia, peças de teatro, ensaios, contos. Colaboração em jornais, revistas e rádio.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

URBANO BETTENCOURT TAMBÉM NA ANTOLOGIA DE JOÃO DE MELO

NASCIMENTO	Local	Freguesia da Piedade
	Ilha	Pico
	Datas	
ESTUDOS	Estudos secundários no Seminário de Angra. Na faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, licenciou-se em Filologia Românica. Fez Curso de Doutoramento na Universidade dos Açores	
MAGISTÉRIO	Português e Francês nas Escolas da Amora, Bela Vista (Setúbal), Lagoa e Antero de Quental de 1980 a 1990. Desde 1990, leciona da Universidade dos Açores.	
OUTROS TRABALHOS	Participação de Colóquios, Encontros, no país e no estrangeiro, proferindo conferências sobre literatura açoriana e outras literaturas insulares. Viveu, na Guiné-Bissau, como miliciano, na patente de alferes, na guerra colonial. Aderiu ao movimento Glacial do jornal <i>A União</i> .	
PUBLICAÇÕES	Participação de Colóquios, Encontros, no país e no estrangeiro, com conferências sobre literatura açoriana e outras literaturas insulares.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

VICTOR RUI DORES

NASCIMENTO	Local	Vila de Santa Cruz
	Ilha	Graciosa
	Data	1958
ESTUDOS	Fixado na Ilha Terceira, estudou no Liceu Nacional e Angra do Heroísmo. Licenciou-se em Línguas e Literaturas (Inglês e Alemão), na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Estuda etnomusicologia e etnografia. Pesquisa sotaques, pronúncias e variantes dialetais das ilhas açorianas. Possui Certificado de Estatuto de Formador conferido pela Direção Regional de Educação e Formação em Didáticas Específicas (Inglês e Alemão) e Expressão Dramática	
MAGISTÉRIO	Escola Secundária Manuel de Arraiga, em Horta, ilha do Faial	
OUTROS TRABALHOS	Cumpru Serviço Militar, com patentes de aspirante e Alferes, na Força Aérea. Foi presidente da Comissão Executiva Provisória do Conservatório Regional da Horta. É representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação e Presidente da Assembleia Geral da "Azórica", Associação de Defesa do Ambiente. Ator e encenador no grupo de teatro da Escola Secundária Manuel de Arriaga, em projeto pelo qual é responsável desde 1988. Escreveu e encenou mais de 40 peças. Direção de ateliês e oficinas de Expressão Dramática. Apresenta e comenta espetáculos musicais. Colabora na RTP/RDP AÇORES.	
PUBLICAÇÕES	Poesia, Ensaio, Crítica Literária, Crônica. Crônicas para jornais e revistas nacionais, regionais e da diáspora.	
ANTOLOGIAS	Aparece em dez antologias: Angra, Ponta Delgada, Lisboa, Instituto Camões, Institute of Governmental Studies Press/University of Califórnia, Berkeley, Gávea-Brown Publications, Providence, Rhode Island	
OBRAS TRADUZIDAS		

VASCO PEREIRA DA COSTA TAMBÉM NA ANTOLOGIA DE MELO

	Local	Angra do Heroísmo
	Ilha	Terceira

NASCIMENTO	Data
ESTUDOS	
MAGISTÉRIO	Ensino secundário por vários anos. Docente na Escola Superior de Educação de Coimbra, ligado à formação de professores
OUTROS TRABALHOS	Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra. Conferências sobre Literatura e Pedagogia em: África do Sul, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Macau. Portugal, Senegal, Venezuela. Integrou grupo de trabalho "Culture sans frontières" da DG X da União Europeia para estudo de turismo cultural em cidades europeias de média dimensão. Integrou, representando a A.P.E., vários júris de prémios literários, notadamente o Grande Prémio A.P.E. de poesia. Representante de Portugal no programa FAULT LINES da "True and Reconciliation Commission" da República da África do Sul. Trabalha em rádio e televisão em programas culturais e literários, também exercendo funções de consultor para programas infantis. Foi Diretor regional da cultura dos Açores e Cônsul Honorário da França em Coimbra. É pintor, sob pseudónimo Manuel Policarpo. Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-Americana para Desenvolvimento.
PUBLICAÇÕES	Conto, poesia, romance, novela, nos Açores e Portugal
ANTOLOGIAS	Está na <i>Antologia da Poesia Açoriana</i> (Lisboa, 1977)
OBRAS TRADUZIDAS	Duas edições, em inglês, de <i>My Californian Friends</i> (aqui pergunto: obras traduzidas ou lançadas em inglês?)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Cristóvão (1994) *Passageiro em Trânsito*. Lisboa: Salamandra.
(2000) – *Relação de Bordo II*. Porto: Campo das Letras.
- CHRYSTELLO, Helena e GIRÃO, Rosário (2011) – *Antologia Bilingue de Autores Açorianos* – trad. Chrys Chrystello, Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.
- ISAACSON Walter (2011) – *Steve Jobs: a biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MELO, João de (1978) - *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*. Lisboa: Veja.
- LOBATO, Monteiro (1976) – *Fábulas*. São Paulo: Brasiliense.
- Presidência do Governo Regional dos Açores Gabinete de Apoio à Comunicação Social – Apresentação de Catarse de Cristóvão de Aguiar e Francisco
- † Apresentação de Catarse de Cristóvão de Aguiar e Francisco de Aguiar – Disponível 11/091/2012
- PEREIRA, Isidro S.J. (1961) (*Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. 3 ed. Porto: Apostolado da Imprensa Qdivertido.com.br (2003-2011). Contos infantis, historinhas e fábulas Disponível em janeiro de 2012.

25. ROLF KEMMLER, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL, PORTUGAL/ALEMANHA



Rolf Kemmler

TEMA 2.2. NOTAS SOBRE A PERCEÇÃO DOS AÇORES NO MUNDO ANGLÓFONO NOVECENTISTA I: OS HABITANTES DOS AÇORES SEGUNDO THOMAS ASHE (1813) E MARK TWAIN (1869)

Dentro da cada vez mais rica da literatura de viagens sobre Portugal no século XIX, também os Açores mereceram alguma atenção por parte de escritores vindos de países anglófonos. Com os seus escritos publicados, estes autores, quer fossem amadores ou mesmo profissionais, chegaram a estabelecer uma imagem sobre os Açores que viria a tipificar aspetos da vivência nos Açores nesse século. Baseado sobretudo nas informações

fornecidas sobre a ilha de São Miguel, tentaremos fazer uma primeira abordagem de alguns aspetos que iluminam como os Açores e os açorianos foram vistos por autores anglófonos como Ashe / Haydn (1813), Webster (1821), Boid (1834), Bullar / Bullar (1841), Henriques (1867), Weeks (1882) e *last but not least*, o autor mais famoso de todos eles, Mark Twain (1869, 1899).

1 INTRODUÇÃO

Por causa da sua característica de constituir território português 'no meio do atlântico' que se oferecia como escala entre determinados destinos, o arquipélago dos Açores não podia deixar de dar nas vistas do número cada vez mais crescente de viajantes entre a Inglaterra e os territórios anglófonos no continente americano, ou mesmo para aqueles que procuravam o ambiente salutar das Furnas. Sem tomar em consideração referências furtivas em manuais geográficos, históricos ou em outras publicações de natureza científica, a literatura de viagens pertencente ao mundo anglófono dedicada exclusiva ou maioritariamente aos Açores, é bastante notável, pelo que em primeiro lugar nos ocuparemos de uma sistematização.

2. PARA UMA SISTEMATIZAÇÃO DA LITERATURA DE VIAGENS ANGLÓFONA

Contrário a Leite 1991 (219-220) que apresenta traduções para o português, foi a nossa preocupação uma referência a todas as publicações que podem ser consideradas no presente contexto, sem tomar em conta as traduções. Apesar da tentativa de recolher o número mais completo de obras, a presente sistematização não pretende ser exaustiva.

2.1 PUBLICAÇÕES DE NATUREZA MONOGRÁFICA

Entre as obras pertencentes à literatura de viagens que concentram pelo menos uma parte considerável às impressões que o respetivo autor tinha adquirido do arquipélago dos Açores durante a sua viagem, contam-se pelo menos que as seguintes onze obras de natureza monográfica:

Ashe, Thomas (1813): History of the Azores, or Western Islands
Webster, John While (1821): A description of the Island of St. Michael
Boid, Edward (1835): A Description of the Azores or Western Islands
Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841): A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas
Henriques, Borges de F. (1867): A trip to the Azores or Western Islands
Swindells, Rupert (1876): A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores
Gibbons, Marianna (1880): Happy Days: a Summer Tour to the Azores and Lisbon
Baker, Charlotte Alice (1882): A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira
Weeks, Lyman H. (1882): Among the Azores
Walker, Walter Frederick (1886): The Azores or Western Islands
Roundell, Julia Anne Elizabeth (1889): A Visit to the Azores, with a Chapter on Madeira

De entre estas obras, as de Ashe (1813), Webster (1821) e Swindells (1876) são quase exclusivamente dedicadas somente à Ilha de São Miguel. Como não era de esperar diferente, também na obra de Bullar / Bullar (em dois volumes!), cujo título leva a crer que os autores tenham estado quase somente em São Miguel quando também visitaram as outras ilhas do arquipélago, mas também a obra de Boid (1835) concentra uma parte considerável das suas informações sobre o arquipélago na ilha de São Miguel. Já nas obras de Henriques (1867),

Gibbons (1880), Baker (1882), Weeks (1882), Walker (1886) e Roundell (1889) não se observa a mesma primazia de São Miguel.

2.2 ARTIGOS EM REVISTAS DE DIVULGAÇÃO

Ao lado das publicações monográficas, existe um número desconhecido de artigos sobre viagens aos Açores em revistas anglófonas de divulgação. Na impossibilidade de dar uma informação completa sobre este corpus, aproveitamos para referir alguns títulos que pertencem a esta categoria:⁶⁴

«*The Azores, or Western Isles No. I: St. Michael's*» (August 24th, 1839)
«*The Azores, or Western Isles No. II: Fayal*» (September 14th, 1839)
Benjamin, Samuel Greene Wheeler (1873): «*A Cruise among the Azores*»
Dabney Roxana Lewis (1873): «*Summer Cruise Among the Azores and Canary Islands*»
Thorpe, T. E. (1890): «*St. Michael's*».

E natural que um estudo dos relatos de viagens em forma de artigo somente poderá ser feito depois de uma pesquisa exaustiva do espólio existente.

2.3 OUTRAS OBRAS

Para além das obras já referidas, existe um número considerável de obras de natureza monográfica em que os Açores ou aspetos relacionados com os Açores são mencionados de forma algo efémera, de entre as quais são de destacar as seguintes obras:

Steele, Robert (1810): *A tour through part of the Atlantic, or Recollections from Madeira, the Azores (or Western Isles), and Newfoundland*
Heriot, George (1813): *Travels through the Canadas*
Fowler, John (1831): *Journal of a tour in the state of New York, in the year 1830*
Murray, Charles Augustus (1839): *Travels in North America during the years 1834, 1835, and 1836*
Osborne, John (1844): *Guide to the Madeiras, Azores, British and foreign West Indies, Mexico, and Northern South-America*
Twain, Mark (1869, 1899): *The Innocents Abroad*
Benjamin, Samuel Greene Wheeler (1878): *The Atlantic islands as resorts of health and pleasure*
Godman, Frederick Du Cane (1870): *Natural History of the Azores or Western Islands. keine Reiseliteratur, sondern natwiss*
Brassey, Annie Allnutt (1885): *In the Trades, the Tropics, & the Roaring Forties.*
Kettle, William R. (1887): *A report on the artificial harbour of Ponta Delgada, St. Michael's, Azores Islands*
Trelease, William (1897): *Botanical Observations on the Azores.*
Dabney, Roxana Lewis (1899): *Annals of the Dabney family in Fayal*

Nos 13 capítulos da sua obra, Benjamin (1878) trata não somente dos Açores (capítulo II, págs. 33-56), mas também da Madeira (capítulo V, págs. 94-120). Para além disso, a obra é dedicada às demais ilhas atlânticas (tais como os Bahamas, os Bermudas ou Tenerife). De forma ainda mais restrita, as obras de Steele (1810), Heriot (1813), Fowler (1831), Murray (1839), Twain (1869), Brassey (1885), e naturalmente também o guia de viagens de Osborne (1844), não se ocupam em primeiro lugar com os Açores, pelo que as referências chegam a ser algo efémeras (pelo menos se consideramos o resto das respetivas obras). Por outro lado, as obras de Godman (1870) e Trelease (1897) são de natureza científica, baseando-se em observações feitas pelos próprios autores aquando da sua presença no arquipélago. De maneira semelhante, o opúsculo de Kettle (1887) pronuncia-se sobre o porto

⁶⁴ Obviamente, artigos anteriores não foram considerados e deverão ser objeto de estudo de outras investigações. Entre este número é de destacar o artigo de Masson / Banks (1778) que constitui uma carta escrita pelo botanista escocês Francis Masson (1741-1805), a qual, sendo motivada sobretudo por interesse científico fornece algumas informações de primeira mão sobre a ilha em finais do século XVIII, tendo sido publicada na revista *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*.

artificial da Ponta Delgada, ao passo que a obra de Dabney (1899) constitui uma história da sua família como cónsules americanos residentes no Faial.

3. HISTORY OF AÇORES (1813) DE THOMAS ASHE

Pelo que consta, a descrição monográfica mais antiga dos Açores por um autor anglo-saxónico no século XIX⁶⁵ foi escrita pelo escritor irlandês Thomas Ashe (1770-1835) que se identifica na dedicatória,⁶⁶ assinada por T. A., como «Captain Light Dragoons»,⁶⁷ isto é, Capitão de Dragões Ligeiros. Com uma gravura na folha de anterosto, a obra ocupa viii e vi páginas, 1 mapa e 310 páginas com o próprio texto, sendo prefácio as páginas i-vi da autoria do editor Joseph Timothy Haydn (ca 1786-1856). O conteúdo do livro é repartido em quarenta e três cartas, aparentemente dirigidas ao Conde de Moira como membro do parlamento britânico.⁶⁸ Depois de umas cartas (*letters*) que introduzem na 'questão dos Açores' (segundo a perspetiva do autor) e na história Açoriana (cartas I-VI; págs. 1-387), a maior parte do livro é dedicada a São Miguel ('St. Michael'; cartas VII-XXXVIII; págs. 39-266). No que toca ao resto do arquipélago, são destacadas nas últimas cinco cartas as ilhas de Santa Maria ('St. Mary'; carta XXXIX; págs. 267-275); Terceira ('Tercera'; carta XL; págs. 276-285); Graciosa e São Jorge ('Graciosa and St. George'; carta XLI; págs. 286-293); Faial ('Fayal'; carta XLII; págs. 294-); Flores ('Flores'; carta XLIII; págs. 303-310). Tanto o Corvo como o Pico, não se encontram descritos numa carta separada, sendo apenas mencionadas na lista das nove ilhas do arquipélago em Ashe (1813: 28). Para explicar este facto, o autor constata que não chegou a visitar as duas ilhas do grupo ocidental por causa «[...] *the impossibility of obtaining a ready passage to Flores and Corvo [...]*» (Ashe 1813: 303), ao passo que não visitou o Pico ao contrário das restantes ilhas do grupo central, por considerar «[...] *the anchorage of Pico being bad [...]*» (Ashe 1813: 293).

3.1 AS AVALIAÇÕES DA HISTORY OF AÇORES NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

Mesmo imediatamente a seguir à sua publicação, a obra semianónima de Ashe motivou fortes críticas, tanto por parte de portugueses residentes na Grã-Bretanha, como por parte dos próprios ingleses. Parece que a primeira reação à obra foi publicada num artigo em língua portuguesa nos números 22 e 23 d'*O Investigador portuguez em Inglaterra: ou, Jornal literário, político, &c.* (1813, VI: 164-180; 312-318), tendo a tradução inglesa do mesmo texto sido reproduzida no mesmo ano entre outros assuntos no opúsculo *Representations of the Brazilian Merchants* (RBM 1813: 45-89).⁶⁹ Desde o primeiro parágrafo, onde o redator desconhecido fala de um «[...] *rare spectacle of impudence which the author has exhibited [...]*», ou seja, «[...] *o insólito espetáculo de descaramento mostrado*

⁶⁵Segundo informa Watt (1824, III: entrada AZORES), as publicações que se referiam aos Açores anteriormente à publicação do livro de Ashe eram relatórios sobre batalhas ou obras relacionadas com a navegação. Apesar de referir várias obras do autor, inclusive Ashe (1812), Watt (1824, I: fol. 49 r) não menciona a obra sobre os Açores.

⁶⁶A obra é dedicada «to the right honourable Francis, Earl of Moira [...]» (Ashe 1813: [iii]), ou seja Francis Rawdon-Hastings (1754-1826), segundo Conde de Moira (e mais tarde primeiro Marquês de Hastings) que na altura era Governador-Geral da Índia (de 1813-1821; cf. Barker 1891).

⁶⁷Henderson (1885: 169) informa que Ashe terá sido oficial do 83.º Regimento de Infantaria durante algum tempo. A breve biografia do autor não permite a confirmação de que realmente tenha ocupado o cargo referido na dedicatória.

⁶⁸Cf. Ashe (1813: 6): «I confess that it affords me pleasure, and, perhaps, gratifies my vanity, to be permitted to address my communications to a member of the British parliament, whose system of policy is at length arousing the spirit of our country».

⁶⁹Infelizmente ainda não tivemos acesso ao texto original português. Devido às referências no texto inglês (RBM 1813: 45, 77), não cabe, porém, dúvida que se trata de uma tradução do artigo português.

*pelo autor [...]» [tradução RK], a atitude do redator português é marcadamente negativo, o que o leva a refutar muitas das afirmações feitas por Ashe ao longo do seu texto interessantíssimo. Mas não é só o conteúdo da obra, senão também o autor que é encarado de forma crítica, como se vê na nota de rodapé à tradução da carta de uma pessoa identificada como 'F. Borges' (RBM 1813: 90-95), datada de Ponta Delgada de 2 de abril de 1813 (igualmente reproduzida no *Investigador* 1813, VI: 377-380), e na qual os redatores d'*O Investigador portuguez* documentam as suas dúvidas sobre a pertença do autor ao exército aliado:*

The author is not a military man, as we have been informed; and perhaps we shall soon know for a certainty his name and employment (RPM 1813: 93).

A segunda obra de natureza monográfica que quase exclusivamente se dedica a São Miguel é da autoria de John White Webster (1793-1850). É da seguinte maneira que Webster (1821: iii-iv) se refere à obra de Ashe:

The only work having for its object a particular account of the Azores, which I have met with, is the incorrect, and, in many instances, fabulous, "History of the Azores by T. A." published in 1813.*

The credit of this work is given by the Azoreans, to Ashe, the author of "Travels in the United States." I was informed in St. Michael, that he had been a few days only in the city of Ponta Delgada, and visited no other place. On his arrival in England, he published the "History, &c." for a perfectly just account of which, the reader is referred to the Quarterly Review, for 1814.

Segundo a apreciação do escritor contemporâneo,⁷⁰ a obra de Ashe é tão incorreta como produto de fantasia. Na nota de rodapé, Webster identifica Ashe como a pessoa que é reputada como autor da obra nos Açores. Ao ser correta a afirmação de que Ashe somente teria passado uns poucos dias na Ponta Delgada sem ter visitado qualquer outro lugar, as suas afirmações sobre as outras localidades da ilha e sobre o povo micaelense são suspeitas.

No texto referido por Webster (1821: iv), o autor desconhecido da recensão na revista de recensões críticas *Quarterly Review* (1804) corrige a essência das informações fornecidas por Ashe sobre a história dos descobrimentos dos Açores.

Ao chegar a discutir as propostas da anexação dos Açores pela Grã-Bretanha o autor desconhecido passa a adotar uma atitude francamente negativa face às constatações fantasiosas do capitão de dragões ligeiros (*QR* 1814: 199-203) para culminar na seguinte avaliação final:

⁷⁰Conforme as informações dadas por Rogers (1988: 130), Webster casou com uma filha de Thomas Hickling (cf. 3.2) em Ponta Delgada, tendo passado um ano na ilha: «On the lawn of the Hickling mansion in Ponta Delgada in 1818, Harriet Frederica Hickling, Thomas Hickling's eleventh child and eighth daughter, married a prominent Harvardian, John White Webster (1793-1850), A.B., 1811, M.D., 1815. Webster was spending that year in the Azores doing geological research, principally on St. Michael's». Consta que Webster foi executado em agosto de 1850 por supostamente ter morto um amigo que lhe emprestara dinheiro.

The book is evidently the compilation of one of those gentlemen who write travels by the fireside, and perform their voyages up four pair of stairs. From the miserable attempts at science, and the slip-slop jargon of chemical nomenclature, we suspect that the materials were furnished by some surgeon's mate who had obtained a few days leave of absence from his captain to make the tour of the island (QR 1814: 203).

O exposto permite a constatação que todas as obras contemporâneas que se pronunciaram sobre a obra de Ashe chegaram a assumir uma postura crítica perante o conteúdo da obra, acabando por rejeitar boa parte das afirmações do 'Capitão de Dragões'.

3.2 OS AZORIANOS E OS AZORES SEGUNDO ASHE

Vejamos agora a essência das afirmações de Ashe sobre os açorianos e os Açores. Ao longo de toda a sua obra, o autor deixa manifesto estar sobretudo preocupado com a ideia de uma anexação dos Açores pela Grã-Bretanha, como eloquentemente explica o editor da obra:

The idea of placing the Western Islands under the immediate protection of Britain is far from being a mere empty scheme, or visionary project. Portugal owes this country vast sums of money, and may be happy to dissolve the debt by a transfer of the sovereignty. This would at once change the general face of the Azores, and open such new branches of trade to England, as would amply compensate for the loans made in support of the Braganza cause. The measure would not only enhance the glory of the British name, but contribute to the common benefit of all the islands. It would afford to the English that satisfaction which is truly noble, from imparting the means of dispelling superstition, enthusiasm, poverty, and ignorance; of admitting the inhabitants of the Azores to those rights of which they are at present dispossessed, or which have been withheld, from their first establishment to the present time (Haydn em Ashe 1813: iv).

Por acreditar que a 'libertação' dos Açores do 'jugo português' deve ser encarada como uma bondade (tanto para o erário régio português como para os habitantes do arquipélago), convém saber mais sobre a avaliação dos açorianos por Ashe:

An objection to this may, perhaps, be made, referring to the moral spirit of the inhabitants. You may be told, that the love of glory is here unknown: that the Azoreans are mere animals, who consider only what will fatten them. This objection I have already removed. The latent spirit of the people has ceased to operate - or, rather, it has been palsied under the arbitrary hand of their present government. They are, however, a good, and an honest people, who prefer the olive to the laurel, and who seek for distinction by industry rather than by arms (Ashe 1813: 14).

Mesmo que o 'espírito moral' dos açorianos possa ser questionado, o autor vem à sua defesa: afinal, os açorianos são um povo bom e honesto que foi relegado à passividade devido à opressão constante pelo seu governo atual. Mas, continua no seguinte trecho, na verdade o povo açoriano estaria farto da tirania da casa de

Bragança, estando apenas à espera de livrar-se dos opressores. Para Ashe, a passagem (de forma pacífica, claro) dos Açores e da Madeira ao domínio britânico não seria somente benéfica para a coroa britânica, nem que seja em pagamento da guerra em Portugal, mas também traria a liberdade desejada aos açorianos:

The Azoreans are, at length, impatient of tyranny; they are only awaiting a signal to throw off the yoke. Situated, however, as their sovereign at present is, it would not be generous to countenance any step manifesting a tendency to insurrection or force. On the contrary, I would offer the Prince Regent the most solid advantages in exchange for the independence of these islands: receiving their freedom from his dominion, in the first instance, for the blood and treasure which England has shed for his cause in Portugal. If his highness will relinquish the Madeiras with the Azores; we may then, with propriety, surrender all claim to the great debt which he owes to the British government for his removal to, and final settlement in, his American empire (Ashe 1813: 15-16).

Para o nosso autor, o povo açoriano é bom e trabalhador. Até parece bucólica a descrição do povo entre Vila Franca e as Furnas:

The time of my observation was also fortunate. The sun was but just diffusing his refulgent beams over the fruitful land, and the villagers and peasants, who lived by the sweat of their brow, were collecting to pursue their respective functions. Accordingly, some were engaged in cutting the corn, and some in binding the sheaves; some were employed in the sunny vineyard, and others in the shade of the orange grove; here the brawny stripling was driving his goats to market, and there the canorous damsel was preparing the fibrous plant, which she was afterwards to spin for her own benefit and the benefit of her country. The genius of the former appeared to exert itself with uncommon fervor and felicity; like a vital principle it descended to his sons and his daughters, his man servants, and his maid servants, the cattle and the stranger within his gates. The whole population was animated by the spirit of industry; everyone was active as the busy insect proposed by the Royal Moralist as a pattern and reproof to the ignominious sluggard. All was industrious - save one (Ashe 1813: 94).

A pessoa ociosa, descrita pelo nosso autor, foi um frade mendicante que encontrou durante o caminho para as Furnas (Ashe 1813: 94-95). Tendo chegado às Furnas na companhia do mendicante, o autor terá sido muito bem acolhido pelo povo das Furnas, recusando, porém, ficar nos seus casebres pois teria sido convidado para ficar em casa do cônsul americano.⁷¹

On entering the village, I was surrounded by the peasantry, who offered me the accommodation of their huts; but, as I had an order from the American Consul to occupy his hospitable house, I declined their kind importunity, and would have retired to rest so soon as I possibly could. In this intention, however, I met with

⁷¹Será que se trata da residência de verão do Vice-Cônsul americano nos Açores Thomas Hickling (1745-1834), chamada *Yankee Hall* (1780) e que constitui o núcleo inicial do atual Parque do hotel *Terra Nostra*? No entanto, as já referidas palavras do genro do próprio Hickling levam a supor que a viagem de Ashe pela ilha nunca teria acontecido...

an amiable interruption: the worthy villagers waited upon me with offers of eggs, bread, poultry and wine. Generous in everything, they would have given me the little aliment and drink which they themselves scantily, but faithfully, received from the hands of nature. Indeed, the simplicity of their manners, the civility and gentleness of their carriage, and their hospitality to me, gained them instantly my esteem (Ashe 1813: 105).

O povo açoriano é caracterizado como modesto, acolhedor e bem-educado. A imagem fornecida sobre a população das Furnas é reforçada no retrato dos frades franciscanos do convento de São Francisco das Furnas, cuja existência não conseguimos confirmar:⁷²

They amount to twelve or thirteen, are of the order of St. Francis, and, though mendicants by profession, they possess an independence and hospitality that are beautiful features of their character, and form a strong contrast with the avariciousness and servile existence of the continental Portuguese (Ashe 1813: 15-108).

Ashe chega desta forma a distinguir os açorianos dos portugueses continentais, os quais destaca pelos seus traços negativos da avareza e da servilidade. No que respeita a natureza e o aproveitamento dos seus recursos Ashe (1813: 134-135) põe em questão a capacidade de os açorianos ultrapassarem as suas superstições, pelo que se torna necessário recorrer ao auxílio dos ingleses iluminados:

But superstition and terror palsy the capacity of the Portuguese: it remains for the English to bring to light the hidden treasures of Pico de Fer: the Portuguese will never struggle against difficulties which priests and dæmons unite in rendering more and more insurmountable (Ashe 1813: 15-16).

Se bem que o conhecimento pessoal de alguns religiosos franciscanos em cujos mosteiros foi albergado o leva a uma avaliação mais benévola dos frades como indivíduos, a postura marcadamente negativa torna-se mais uma vez evidente no seguinte trecho:⁷³

But the places where intrigues are conducted on a principle unknown to the rest of the world is at the female convents; I say different, because every nun, celebrated for wit or beauty, not only possesses a lover, but boasts of her possession; corresponds with him publicly and sends him presents of preserved fruits, artificial flowers, and rings and ornaments composed of her own hair. Never was love carried on in a more con amore manner. The lover daily attends at the gate, the nun converses with him for hours, and the parting is often attended with that effusion of sentiment which is the true characteristic of impassioned hearts. And yet these

⁷²E isso apesar da sua postura sempre crítica perante o clero católico português de que Ashe (1813: 107) não faz segredo: «I have an instinctive antipathy to pampered priests, but as the features of this reverend Padre shone with the polish of benevolence, as well as luxury, I cheerfully followed him to his convent».

⁷³No entanto, fica manifesto o fascínio do autor com a vida monástica nos Açores. Deixando de lado a história semelhantemente camiliana de duas irmãs, 'presas' no Convento de Nossa Senhora da Esperança da Ponta Delgada por causa dos seus amores, Ashe (1813: 256-257) oferece a seguinte constatação sobre a vida nos mosteiros femininos: «The greatest harmony and friendship exists amongst the inmates of each house, and the novitiates, and the daughters of the poor, are educated in their gloomy walls in a manner that is truly astonishing, and which is a strange contrast with the education of those who have not been in convents: an education which barely extends beyond the alphabet, which I esteem worse than the most direct and barbarous ignorance». Para Ashe, o facto de as religiosas nos mosteiros receberem uma educação bastante cuidada choca com a realidade da falta de educação para a restante população do sexo feminino que fica sem educação.

tender lovers are perpetually separated by two iron gates, and continue attached to each other though conscious that they can never experience any other than the delights of a mental intercourse. At least I could never learn that it is possible to gain access to a nunnery, nor is it at all understood that the nuns, who enjoy this platonic intercourse with the men, are by any means of perverted judgment or depraved mind (Ashe 1813: 184).

Na percepção do autor, todas as religiosas bonitas, recolhidas nos mosteiros e conventos açorianos, dispõem de amantes aparece nas grades para encontrar-se com as suas amadas. Tanto esta descrição geral dos amores não consumados, como de outras histórias que têm a ver com religiosas de que Ashe declara ter conhecimento indireto, permitem perceber que a mera noção do recolhimento de mulheres em mosteiros e conventos era estranho ao autor. Na verdade, observa-se ao longo de toda a obra que Ashe quase parece obcecado pelas mulheres nos mosteiros açorianos, pois várias vezes chega a pronunciar-se sobre quão lamentável julga a perda dessas mulheres bonitas à sociedade e ao mundo. No que respeita aos habitantes de 'Cete Cetades', ou seja, das Sete Cidades, Ashe (1813: 204) constata que têm menos em comum com portugueses do que com os árabes:

Their villages, which are numerous, occupy the arable lands which encompass two thirds of the mountains which bound the Lakes. The houses are neatly built of lavatic stone but do not abound in furniture, and in many a mattress of rushes serve the peaceable inhabitants to sleep on. In their customs they approach nearer to the Moors than to the continental Portuguese. The women particularly hold their arms upright to their ears and sit on the ground in a Moorish posture. The men employ themselves daily in their vineyards, orange gardens, and corn lands, and the youth were fully employed in drying, breaking, scratching, and kicking the flax to fit it for spinning, while the women were occupied in spinning and reeling it, to fit it for weaving, and in weaving, cutting and finishing the cloth for the markets.

Mas é mesmo a nível geral que Ashe constata que os açorianos seriam superiores aos portugueses continentais, que, para ele, reúnem a soma de tudo que é negativo:

The continental Portuguese have as many ill qualities as these their descendants have good ones. They are universally unpolished, brutal, and ignorant; guilty of the most despicable treachery; cruel to a degree; not sparing even their own brother, if his death will turn out anything to their advantage. Their bodies meagre, and badly proportioned, their features irregular, and their complexion tawny. Looking upon labour as mean and unmanly, they make their women and slaves perform all the necessary drudgeries of life. Whereas the exotic Portuguese, the inhabitants of the island, differ entirely from their ancestors in their persons, tempers, and principles. Their bodies are tall and well proportioned, their features are mild and regular, their complexion inclined to florid. They are naturally industrious, and employ themselves daily in the hardest labours. They are by no means unskilful in the practical part of agriculture, and are acquainted with several methods of breeding and nourishing their cattle, which the continental, Portuguese are entirely ignorant of (Ashe 1813: 209-210).

Na compreensão do nosso autor, todos os aspetos negativos nos portugueses do continente mudaram para o positivo com os seus descendentes açorianos.⁷⁴ Dado que não acredita que a razão disso seria meramente uma questão de longitude ou latitude, acaba por isolar o bom clima açoriano como sendo responsável pela qualidade superior dos açorianos:

I would assign it to purity of climate, and on the principle that it strengthens the mind as well as the body, and serves to create that fire of imagination which is necessary for invention, and which produces the works of art, of genius, and of taste (Ashe 1813: 221).

Se não fossem, portanto, as características negativas dos opressores portugueses, tais como a superstição, a intolerância religiosa e a falta de liberdade em geral, Ashe (1813: 225-227) manifesta a sua convicção que os açorianos poderiam criar uma civilização bem-sucedida. Fica evidente que para ele o maior 'problema' da sociedade açoriana para o autor seria a religião católica, tendo a 'dependência' dos padres inclusive motivado aquilo que identifica como pouca moralidade, falta de honra e vaidade das pessoas, bem como a ausência de qualquer afeto dentro do seio familiar.⁷⁵ Ao resumir as suas observações sobre o povo açoriano, Ashe (1813: 231) chega à seguinte caracterização final:

And yet, I might have described them in two words: they are an ignorant yet inoffensive people: a people who only want some leading minds to rouse them into action, and point them to their proper end: or, rather, as I have just said, like a lifeless ball sleeping in the cannon, they only want some superior, intelligence, to give them both impulse and direction.

Noutras palavras, os açorianos, ignorantes e inocentes, na visão do nosso autor estão à espera somente de chegar-lhe qualquer faísca para tirar-lhes da sua letargia. Na sua avaliação final sobre o comportamento dos açorianos, o autor contrasta as suas observações constantemente com a norma na sociedade britânica:

The Portuguese loves his repast in solitude, and eats without a fork. We like society at meals, and feel disgust at seeing a person serve himself with his fingers (Ashe 1813: 258).

No que toca às mulheres açorianas da classe mais elevada, uma amiga chamada Dona Paulino terá explicado ao nosso autor que estas não são outra coisa senão prisioneiras dos seus maridos, sendo os padres os únicos que também têm acesso legítimo a elas:

Perpetually secluded; going abroad very rarely, and under a veil, with which the face is completely covered, the sun can impress no blemish on the freshness, or the colouring of the complexion of the better order of females in these islands; an acrid and saline air, such as is common in Lisbon, can never affect the

⁷⁴ Não se consegue imaginar louvor mais forte do que o que afirma Ashe (1813: 221): «In this light the inhabitants of these islands ought to be celebrated for inventive capacity and intellectual endowments. For, what people of the earth are blest with such a climate as these?»

⁷⁵ Perante estas ponderações, a avaliação da religiosidade açoriana por Ashe (1813: 230) não pode deixar de ser sumariamente negativa: «When this is the ruling system, what must be expected from such established ignorance, but errors in the first Concoction».

fairness and the delicacy of their skin. And for whom are so many charms so carefully preserved? For the sight of one single man; for a tyrant who holds his wife in perpetual captivity. An insuperable line of separation is drawn, in these countries, between the two constituent halves of the human species: the one the graces of which form a contrast so agreeable to the force and the masculine beauties of the other, a prisoner in the Azores, becomes the exclusive slave of one individual. No man but the proprietor or his priest can enter where the wife is: no one must behold her face without the husband's permission. Nowhere is jealousy carried to such a horrid excess; nowhere is it more ferocious. An inevitable death awaits the stranger who shall attempt to introduce himself into the apartments of the wife, or address a few words to her on meeting her out of doors (Ashe 1813: 260-261).

Aparentemente, pelo menos nos olhos do viajante inglês, a atitude protetora dos maridos micalenses não é completamente em vão, pois a ele as mulheres parecem irresistivelmente atrativas:

The idea of a very fat woman is almost always associated in England and Holland with that of flabbiness of flesh, of defect in the elasticity of the contours. This is not, however, the case with the women of the Azores in general. Those of St. Michael's in particular, more favoured by nature than the females of the other islands, preserve longer their firmness of flesh: and that attractive property, added to the softness, to the fairness of their skin, to the freshness of their carnation, render them very agreeable, very desirable women, when their en-bon-point is not carried to excess (Ashe 1813: 265).

Mas não é somente para os habitantes de São Miguel, o autor tem palavras simpáticas para os residentes da Terceira. Ao criticar o facto de os terceirenses somente usarem produtos vindos do continente ou do Brasil, em vez dos produtos superiores da própria ilha, Ashe (1813: 281) até chega a declarar que do ponto de vista civilizacional os terceirenses seriam superiores aos restantes habitantes dos Açores:

I know not whether to attribute this insensibility to the bounty of nature, to perversion of judgment, or to depravity of heart. Yet it cannot be the latter, for the people of Tercera are held in great estimation; regarded as mild and benevolent; as superior in point of civilization to the inhabitants of the sister islands around.

Também os habitantes da Graciosa são descritos de forma simpática. Estes são descritos como pacíficos, ignorantes e felizes – mas não no sentido de serem bárbaros!

The character of the inhabitants accords with the features of the country. They are mild and peaceable, ignorant and happy. When I say ignorant, let it not be thought that I am speaking of a horde of savages. Every operation performed by the people of Graciosa bears the stamp of the most perfect intelligence. Their houses are well built; their boats of a construction from their own model; their linen wove by themselves; the fruit trees ranged judiciously in their fields, which have all the embellished aspect of your orchards and plantations, without their tedious uniformity; all their farms cultivated to the highest degree, and the instruments of their

arts for the most part made by themselves; such are the rights which they possessed, at least to my esteem, notwithstanding the little time which I had to be acquainted with them (Ashe 1813: 287-288).

Em relação ao Pico, o facto de o autor não ter sido capaz visitar a ilha pessoalmente chega a condicionar a informação sobre a ilha e os seus habitantes, pois limita-se a falar da forma de povoação na ilha:

The inhabitants of the Peak prefer to live in detached houses, villas, and hamlets, to towns and villages (Ashe 1813: 296).

Ao estabelecer novamente uma comparação com o carácter negativo dos portugueses continentais, o autor tem mais uma oportunidade de destacar uma característica positiva nos açorianos, destacando desta vez a hospitalidade dos faialenses:

There is a great uniformity in the character of the Portuguese. The Portuguese of all parts are the same. And the Portuguese of the fifteenth century, and him of the present day, are in principle and manners the same. There is one trait, however, in the disposition of these islanders, which is marked with peculiar force at Fayal, and which it would be peculiarly illiberal in me to pass over, I mean their civil and hospitable conduct to strangers. The hospitality, of other countries is a matter of policy or convenience, in civilized Europe of the first, in savage America of the latter, but the hospitality of the people of the Western Isles is not the running account of posted or ledgered courtesies, or of abject necessity, it springs, like all their qualities, their faults, their virtues, directly from the heart. The heart of an Azorean is by nature mild, and he sympathizes; it is tender, and he loves; it is generous, and he gives; it is social, and he is hospitable (Ashe 1813: 300-301).

Ao passo que Ashe reputa a hospitalidade europeia, em geral, como sendo mais devida ao hábito do que à sua disposição geral das pessoas, sendo tratada mais como necessidade nas Américas, ele vê nos açorianos (e mais ainda nos faialenses) a disponibilidade natural que deriva de um coração generoso e puro...

4. MARK TWAIN E OS AÇORES EM THE INNOCENTS ABROAD (1869)

Em inícios de 1867, o jornalista americano Samuel Longhorn Clement (1835-1910) teve conhecimento do projeto de viagem que era suposto levar cerca de 150 passageiros americanos no navio *Quaker City* (1854-1871) à Terra Santa, ao Egito, à Crimeia, à Grécia e outros pontos de interesse.⁷⁶ Mark Twain, como o jornalista já na altura era mais conhecido como escritor popular, resolveu pagar o preço de \$1250 para participar na viagem, obviamente com a intenção de capitalizar da excursão através da sua publicação sendo o resultado dos seus

⁷⁶ Cf. a reprodução do opúsculo publicitário em Twain (1899: 47): «Excursion to the Holy Land, Egypt, the Crimea, Greece, and Intermediate Points of Interest».

esforços publicado em forma de livro em 1869.⁷⁷ Entre os muitos tópicos do livro, o tempo que o navio passou nos Açores é mencionado nos capítulos V e VI (Twain 1999: 77-94). A primeira referência que Mark Twain (1899: 82) faz aos açorianos aquando da chegada do navio à Horta, refere-se aos marinheiros que vêm a bordo do navio:

A swarm of swarthy, noisy, lying, shoulder-shrugging, gesticulating Portuguese boatmen, with brass rings in their ears and fraud in their hearts, climbed the ship's sides, and various parties of us contracted with them to take us ashore at so much a head, silver coin of any country.

Os marinheiros são descritos como portugueses sujos, barulhentos, mentirosos e ignorantes – noutras palavras, uma péssima primeira imagem. Mas a segunda imagem é semelhantemente negativa, uma vez que o autor testemunha a perseguição constante dos viajantes por pedintes durante o tempo inteiro da sua presença na ilha:

The group on the pier was a rusty one - men and women, and boys and girls, all ragged and barefoot, uncombed and unclean, and by instinct, education, and profession beggars. They trooped after us, and never more while we tarried in Fayal did we get rid of them.

Perante estes primeiros contactos, pouco admira o testemunho francamente negativo da população do Faial. No entanto, ele parece reconhecer, no início do capítulo VI, que nos Estados Unidos as informações sobre os Açores devem ser bastante escassas:

I think the Azores must be very little known in America. Out of our whole ship's company there was not a solitary individual who knew anything whatever about them. Some of the party, well-read concerning most other lands, had no other information about the Azores than that they were a group of nine or ten small islands far out in the Atlantic, something more than halfway between New York and Gibraltar (Twain 1899: 86).

Claro está, o remédio é o fornecimento de algumas informações essenciais sobre a ilha e os seus habitantes – o que leva a um dos trechos mais famosos do autor sobre os Açorianos:

The community is eminently Portuguese - that is to say, it is slow, poor, shiftless, sleepy, and lazy (Twain 1899: 86).

Por ser portuguesa, a população açoriana nos olhos do nosso autor é, portanto, lenta, pobre, torpe, sonolenta e preguiçosa. Twain (1899: 86-87) não consegue mesmo encontrar nada de positivo sobre os açorianos, ainda mais porque vê neles uma ignorância e aversão à inovação que o irrita de maneira perceptível:

Everything is staid and settled, for the country was one hundred years old when Columbus discovered America. The principal crop is corn, and they raise it and grind it just as their great-great-grandfathers

⁷⁷ Como afirma o próprio Twain (1899: xxxvii-xxxviii), ele escreveu cartas para os jornais *Daily Alta California* (San Francisco), bem como *New York Tribune* e *New York Herald* (New York) que posteriormente foram aproveitadas para a publicação em forma cosmográfica com 60 capítulos.

did. They plow with a board slightly shod with iron; their trifling little harrows are drawn by men and women; small windmills grind the corn, ten bushels a day, and there is one assistant superintendent to feed the mill and a general superintendent to stand by and keep him from going to sleep. When the wind changes they hitch on some donkeys and actually turn the whole upper half of the mill around until the sails are in proper position, instead of fixing the concern so that the sails could be moved instead of the mill. Oxen tread the wheat from the ear, after the fashion prevalent in the time of Methuselah. There is not a wheelbarrow in the land - they carry everything on their heads, or on donkeys, or in a wicker-bodied cart, whose wheels are solid blocks of wood and whose axles turn with the wheel. There is not a modern plow in the islands or a threshing machine. All attempts to introduce them have failed. The good Catholic Portuguese crossed himself and prayed God to shield him from all blasphemous desire to know more than his father did before him.

Se bem que a descrição da moagem no moinho, com a atividade do superintendente adjunto face à inércia do superintendente (que não tem mais nada a fazer do que supervisionar a produção) lembre em certa maneira aspetos do funcionamento da função pública portuguesa moderna, os comentários sobre a ausência dos carrinhos de mão, dos arados modernos e das máquinas de debulha levam a crer que Mark Twain terá estado mais interessado num retrato negativo duma sociedade que encarava como retrógrada e inferior. Também o seguinte trecho parece ser mais elucidativo sobre a atitude do autor do que uma fiel descrição do observado:

The donkeys and the men, women, and children of a family all eat and sleep in the same room, and are unclean, are ravaged by vermin, and are truly happy. The people lie, and cheat the stranger, and are desperately ignorant, and have hardly any reverence for their dead (Twain 1899: 89).

As pessoas descritas obviamente vivem a vida pobre dos lavradores, acolhendo os animais em casa, sendo sujeitos mas contentes. Os comentários sobre a honestidade e ignorância das pessoas permitem mesmo ver alguma amargura, talvez até compreensível desde o ponto de vista de viajante que se vê explorado financeiramente simplesmente por ignorar a língua e os costumes locais.

5. CONCLUSÃO

Um dos alvos principais do presente artigo foi a apresentação e sistematização das obras que forneceram informações sobre os Açores no século XIX. Como pertencentes à categoria da literatura de viagens, é de destacar o grupo das publicações de natureza monográfica, no qual (até agora) contamos onze publicações maioritariamente dedicadas aos Açores ou às vivências dos autores no arquipélago. As motivações que levaram os autores a escrever as suas obras sobre os Açores divergem de obra para obra, podendo isolar-se razões políticas, científicas ou mesmo a vontade de informar sobre as maravilhas do arquipélago. Tanto na categoria dos artigos em revistas de divulgação (inteiramente dedicados aos Açores) como nas outras obras, nas quais os Açores somente adquirem um papel secundário em relação ao resto das obras, deve-se constatar que o levantamento é

forçosamente provisório, pois falta proceder a uma investigação bibliográfica exaustiva antes de um tratamento completo deste corpus. No entanto, é possível estudar obras individuais e, pelo que escolhemos a obra de Ashe (1813) que é tido por ser a primeira publicação monográfica em inglês sobre os Açores, bem como os respetivos capítulos na obra de viagens de Mark Twain. Pouco admira que o povo açoriano não se saia propriamente bem nas referências dos nossos autores. Para Ashe, que aparentemente terá escrito o seu livro com base de um conhecimento apenas rudimentar que travou com a ilha de São Miguel, os açorianos são um povo bom e honesto, trabalhador, acolhedor, mas também supersticioso e demasiadamente religioso (ou seja, aderente a uma religião que o autor condena). Para o autor, as qualidades positivas dos açorianos explicam-se pelo clima do arquipélago, o que na sua argumentação faz perfeito sentido, pois para ele os portugueses do continente reúnem as piores qualidades num ser humano. Tal como a descrição das ilhas como terra de lavoura e que fornecem outros bens naturais, para Ashe, a caracterização dos açorianos serve a um determinado fim: trata-se de uma idealização dos Açores no sentido de garantir o interesse por parte dos governantes ingleses, visando uma anexação dos Açores pela Grã-Bretanha. Na verdade, a agenda do autor não é nada secreta, é declarada frequentemente ao longo da obra, pelo que tudo leva a crer que caracterizações do povo como ignorante, mas inofensivo, etc. se integram perfeitamente na sua agenda.

Na sua passagem pelo Faial, Mark Twain, um dos maiores escritores americanos de oitocentos, pinta uma imagem bastante negativa dos faialenses que toma como portugueses típicos (por não partilhar a agenda colonial com Ashe não precisava de idealizar os açorianos face aos portugueses do continente). Sendo esta imagem obviamente governada pela forma em que o autor conheceu os primeiros habitantes da ilha (que eram logo pedintes e pessoas desonestas a aproveitar-se dos viajantes), a atitude de o autor é não só marcadamente negativa, mas até adquire traços cínicos. Mesmo que na altura a obra de Ashe talvez não tenha sido levado demasiadamente a sério por causa dos seus traços fantasiosos que motivaram imediatamente a rejeição na literatura séria da época, as referências aos açorianos nas duas obras não podiam deixar de deixar as suas marcas na perceção dos habitantes do arquipélago no espaço anglófono oitocentista, ainda mais a obra de Mark Twain, pois era um dos livros de viagens mais populares no século XIX. Os comentários sobre os habitantes das ilhas tornam evidente que ambos os autores vieram aos Açores com bastantes preconceitos sobre o povo português em geral, julgando o observado, como frequentemente acontece na literatura de viagens, desde uma posição de superioridade. Obviamente sem qualquer disposição para repensar a pertinência dos seus preconceitos, os dois autores chegaram de facto a eternizá-los através das suas obras. Na obra de Ashe a atitude do autor talvez não seja tão surpreendente, por ele visar uma integração dos Açores no domínio britânico. Neste sentido, a sua descrição dos Açores na sua inteireza integra-se na estratégia da própria obra. No que concerne a Mark Twain, porém, especialmente se atendermos às suas origens modestas, não deixa de ser notável a falta de tolerância geral no seu relato sobre os Açores, como ainda a falta de compreensão pelas circunstâncias de vida das pessoas que, se viam condenadas a viver na penúria.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 FONTES PRIMÁRIAS

Ashe, T[homas] (1812) *A commercial view, and geographical sketch, of the Brasils in South America, and of the island of Madeira, being a description of the Portuguese colonies, Islands, Cities, Chief Towns, Harbours, Rivers, &c. &c. together with their Climate, Soil, and Produce; Trade, Religion, Manners, Customs, &c.* Londres: printed and published by Allen & Co.

A[sh], T[homas] (1813) *History of the Azores, or Western Islands, containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire, illustrated by Maps and other Engravings*, Londres: Printed for Sherwood, Neely, and Jones.

Baker, C[harlotte] Alice (1882) *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira*, Boston; Nova Iorque: Lee and Shepard, Publishers; Charles T. Dillingham.

Masson, Francis / Banks, Joseph (1778) "An Account of the Island of St. Miguel: By Mr Francis Masson, in a Letter to Mr William Aiton, Botanical Gardener to His Majesty, Communicated by Joseph Banks, Esq. F. R. S." in *Philosophical Transactions of the Royal Society of Londres* 68 (1778), pp. 601-610.

Benjamin, S[amuel] G[reene] W[heeler] (1873) "A Cruise among the Azores" in *Scribner's Monthly, an Illustrated Magazine for the People* 5 (September 1873), pp. 513-522.

Benjamin, S[amuel] G[reene] W[heeler] (1878) *The Atlantic islands as resorts of health and pleasure*, Nova Iorque: Harper & Brothers, Publishers.

Boyd, E[dward] (1835) *A Description of the Azores or Western Islands: From personal observation, comprising remarks on their peculiarities, topographical, geological, statistical, etc., and on their hitherto neglected condition*, Londres, Edward Bull (Late Bull and Churton).

Brassey, Annie Allnutt (1885) *In the Trades, the Tropics, & the Roaring Forties*, Nova Iorque: Henry Holt and Company.

Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841) *A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas*, vol. I, Londres: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].

Dabney [Roxana Lewis] (1873) "Summer Cruise Among the Azores and Canary Islands" in *Harper's New Monthly Magazine* 276 (May, 1873), pp. 865-875.

Dabney, Roxana Lewis (1899) *Annals of the Dabney family in Fayal*, Boston: edição da autora para circulação particular.

Fowler, John (1831) *Journal of a tour in the state of Nova Iorque, in the year 1830; with remarks on agriculture in those parts most eligible for settlers: and return to England by the Western islands, in consequence of shipwreck in the Robert Fulton*, Londres: Whittaker, Treacher, and Arnot.

Freitas, Bernardino José de Sena (1845) *Uma Viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel em junho de 1840*, Lisboa: Na Imprensa Nacional.

Gibbons, Marianna (1880) *Happy Days: a Summer Tour to the Azores and Lisbon: Described in a series of Letters, Written for the Times*, Lancaster: John A. Hiestand.

Godman, Frederick Du Cane (1870) *Natural History of the Azores or Western Islands*, Londres, John van Voorst.

Henriques, Borges de F. (1867) *A trip to the Azores or Western Islands*, Boston: Lee and Shepard.

Heriot, George (1813) *Travels through the Canadas, containing a description of the picturesque scenery on some of the rivers and lakes; with an account of the productions, commerce, and inhabitants of those provinces. To which is subjoined a comparative view of the manners and customs of several of the Indian nations of North and South America*, Londres : Richard Phillips.

Kettle, William R. (1887) *A report on the artificial harbour of Ponta Delgada, St. Michael's, Azores Islands: from the observations made during a visit to the same, November-December, 1886*, s.l.: R. Holmes Laurie.

Murray, Charles Augustus (1839) *Travels in North America during the years 1834, 1835, and 1836: including a summer residence with the Pawnee tribe of Indians in the remote prairies of the Missouri, and a visit to Cuba and the Azores Islands*, volume I, Londres: Richard Bentley.

Osborne, John (1844) *Guide to the Madeiras, Azores, British and foreign West Indies, Mexico, and Northern South-America: compiled from documents specially furnished by the agents of the Royal Mail Steam Packet Company, and other authentic sources, with a description of the passage across the Isthmus of Panama*, Londres: Simpkin, Marshall & Co.

Roundell, Julia Anne Elizabeth (1889) *A Visit to the Azores, with a Chapter on Madeira*, Londres: Bickers and Son.

Steele, Robert (1810) *A tour through part of the Atlantic, or Recollections from Madeira, the Azores (or Western Isles), and Newfoundland: (including the period of discovery, produce, manners and customs of each place, with memorandums from the convents), visited in the summer of 1809, in H.M.S. Vestal*, Londres: Printed for J. J. Stockdale.

Swindells, Rupert (1876) *A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores*, Manchester: ed autor.

"The Azores, or Western Isles No. I.: St. Michael's" in *The Saturday Magazine* 458 (August 24th, 1839), pp. 65-67.

"The Azores, or Western Isles No. II.: Fayal" in *The Saturday Magazine* 462 (September 14th, 1839), pp. 97-98.

Thorpe, T. E. (1890) "St. Michael's" in *The English Illustrated Magazine* (1889-1890).

Trelease, William (1897) *Botanical Observations on the Azores*, St. Louis: Missouri Botanical Garden.

Twain, Mark (1899) *The Innocents Abroad*, Volume I, Nova Iorque: American Publishing Company (Writings of Mark Twain; 1).

Walker, Walter Frederick (1886) *The Azores or Western Islands: A political, commercial and geographical account, containing what is historically known of these islands, and descriptive of their scenery, inhabitants, and natural productions; having special reference to the eastern group consisting of St. Michael and St. Mary, the Formigas and Dollabaret Rocks; including suggestions to travellers and invalids who may resort to the archipelago in search of health*, Londres: Trübner & Co.

Webster, John While (1821) *A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western Islands: originally communicated to the Linnean Society of New-England*, Boston: Published by R. P. & C. Williams

Weeks, Lyman H. (1882) *Among the Azores*, Boston: James R. Osgood and Company.

6.1 FONTES PRIMÁRIAS

- Castelo-Branco, Maria dos Remédios (1995) "Viajantes ingleses nos Açores nos inícios do Século XIX" in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, págs. 283-289.
- Afonso, João (1995) "Dos Anais da Família Dabney para a História Oitocentista dos Açores numa Perspetiva Atlântica" in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, págs. 231-266.
- Vermette, Mary T. Sílvia (1995) "Os Yankees e o Faial" in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, págs. 291-318.
- Barker, George Fisher Russell (1891) "Hastings, Francis Rawdon, first Marquis of Hastings and second Earl of Moira (1754–1826)" in Stephen (1885, XXV: 117-122).
- Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1986). *Um inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas*, tradução por João Hickling Anglin, com um prefácio de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Instituto Cultural da Ponta Delgada [primeira edição 1949].
- Calado, Kathleen J. Mundell (1988) "Prescription, description: a doctor-invalid and his brother explore the Azores" in *Arquipélago: História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, pp. 233-245 in <http://hdl.handle.net/10400.3/1066> (
- Costa, Ricardo Manuel Madruga da (2004) "Os Açores em finais do regime de capitania geral, 1800-1820", tese de doutoramento, Ponta Delgada: Universidade dos Açores in <http://hdl.handle.net/10400.3/517> (última consulta: 28 de fevereiro de 2011).
- Costa, Ricardo Manuel Madruga da (1999) "As invasões francesas e a transferência da coroa portuguesa para o Brasil: algumas repercussões nos Açores" in *Arquipélago: História* 3 (2ª série) ISSN 0871-7664, págs. 275-324 in <http://hdl.handle.net/10400.3/286> (última consulta: 28 de fevereiro de 2011).
- Dabney, Roxana Lewis (2004-2006) *Anais da Família Dabney no Faial*, 3 volumes, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura Roxana Dabney Coedição: Núcleo Cultura da Horta e Instituto Açoriano de Cultura Ano: 2006 Páginas: 652 Vendas: Instituto Açoriano de Cultura (maio, 1873), pp. 865-875.
- Henderson, Thomas Finlayson (1885) "Ashe, Thomas (1770-1835)" in Stephen (1885, II: 169)
- Leite, João Emanuel Cabral (1991) *Estrangeiros nos Açores no Século XIX*, Ponta Delgada: Eurosigno in <http://hdl.handle.net/10216/19462>
- Leite, José Guilherme Reis (1988) "Os Açores e os interesses ingleses no Atlântico durante a Guerra Peninsular" in *Arquipélago: História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, págs. 101-122 in <http://hdl.handle.net/10400.3/1059> (última consulta: 28 de fevereiro de 2012).
- QR (1814) = "ART. XIII. *History of the Azores, or Western Islands; containing an Account of the Government, Laws, and Religion; the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants; and demonstrating the Importance of these Valuable Islands to the British Empire.* Londres. 1813." in *The Quarterly Review* 11 (April & July 1814) pp. 190-203.
- RBM (1813) = *Representations of the Brazilian Merchants against the insults offered to the Portuguese flag, and against the violent and oppressive capture of several of their vessels by some officers belonging to the English Navy: to which is added a short analysis of a work entitled The History of the Azores, of Western islands &c. in which is shown the injustice of that author towards the Portuguese nation, and the impudence with which he proposes to the English government to seize upon those islands, as an indemnity for the debt which is owing from Portugal to Great Britain; and also, other interesting pieces*, Londres: Printed by J. Darling, Minerva Press.
- Rogers, Francis Millet (1988) "St. Michael's Hicklings, Fayal Dabneys, and their british connections" in *Arquipélago: História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, pp. 123-148 in <http://hdl.handle.net/10400.3/1060>
- Stephen, Leslie (ed.) (1885) *Dictionary of National Biography*, 63 vols. Londres: Smith, Elder, & Co.

26. RUI FARIA SILVA, CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE



TEMA 1.3.2. IMIGRAÇÃO AÇORIANA: NOVAS VIAS DE APRESENTAÇÃO ÀS NOVAS GERAÇÕES, RUI FARIA, CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

Esta apresentação é para as gerações de descendentes de emigrantes açorianos que não conhecem a terra de seus pais - o futuro da história e cultura açoriana em países da diáspora. Mas como fazemos regressar estudantes às escolas oficiais de Língua Portuguesa ou às salas educativas dos clubes? A proposta é aproveitarmos o que gerações de académicos e investigadores da nossa história açoriana nos ofereceram e transmitir às novas

gerações açorianas de uma forma mais próxima deles, com o apoio da Arte, como o teatro, por exemplo. Acredito que não poderemos ensinar uma língua estrangeira sem que os alunos sintam a sua história. A partir deste princípio, e desde 2007, o grupo de Teatro “O Figurino” do Município da Ribeira Grande tem desenvolvido um projeto pedagógico junto das escolas, e não só, com o objetivo de divulgar a história e cultura do concelho, das ilhas, assim como o ensino da emigração açoriana através do teatro, música e outras atividades interativas. Algumas provas do seu prematuro sucesso são-nos demonstradas pelos professores e estudantes que anseiam pelo início dos projetos ou pelas sessões programadas. Em todos os nossos trabalhos recolhemos dados dos alunos e professores que nos levaram à conclusão simples de que os alunos têm captado a informação. Alguns até já visitaram o nosso Arquivo Municipal à procura da documentação dos seus familiares, nomeadamente, as fichas de emigrante. O nosso grande objetivo era ver se os alunos, por sua própria iniciativa, tomavam o próximo passo, o mais difícil para os nossos estudantes mais jovens, pesquisarem e perguntarem para saberem mais. Muitos o fizeram!

O Dr. Manuel, investigador e historiador, passou a sua vida entre toneladas de informações, documentos e livros. Nestas suas pesquisas surgem informações sobre o nosso passado e ferramentas para o nosso futuro, mas sempre que acabava um trabalho tinha sempre dois desejos: o primeiro era a vontade de continuar outro trabalho e voltar aos livros, aos documentos, aos jornais, voltar ao trabalho, como costumava dizer; o segundo desejo era descobrir quem iria ler toda aquela informação? Quem iria estudá-la e investigá-la? Quem iria questionar as suas teorias? Estes desejos perseguiram o Dr. Manuel em cada trabalho que iniciava ou terminava.

Um dia, sentado nas mesas da Biblioteca, entre jornais e livros, encheu-se de coragem e foi perguntar a um grupo de rapazes se eles achavam que todos os livros parados nas estantes que viam eram realmente necessários para a sua vida? Necessário não é, mas se não os lermos, a professora chumba-nos, respondeu apressadamente, e entre um sorriso, um dos rapazes. E o que é que falta a vocês para lerem mais por vossa iniciativa, para descobrirem mais? Questionou mais uma vez o Dr. Manuel. Oh meu senhor, isto dos livros pode ser um pouco chato, muitas vezes não se percebe metade do que se lê e limitamo-nos a decorar. Eles falam aqui, apontando para o livro que estudava, de coisas que já não existem ou então de outras que nunca vimos. Como poderemos ter atenção a algo que não cativa e se os professores insistam nas mesmas técnicas de ensino que não resultam e, além disso, têm provas suficientes para verem isso, respondeu o mais esperto dos rapazes. O Dr. Manuel, não satisfeito, tentou mais pergunta. Mas vocês estão aqui a ler e a pesquisar? Tenho-vos visto aqui várias vezes? Pois, mas nós somos uma exceção que confirma a regra da não-leitura entre os jovens e a falta de interesse generalizada dos nossos colegas. E não é só cá, com os meus primos que estão na América é a mesma coisa. Os meus tios querem que os filhos aprendem o português, mas eles já tentaram várias vezes nas escolas de língua portuguesa

lá, mas ora desistem ou não continuam todos os anos e agora com estes cortes, muitas escolas ameaçam terminar os seus propósitos.

Aquele alerta para os filhos dos emigrantes deixou o Dr. Manuel curioso e fê-lo regressar para os seus estudos. Este trabalho que agora se apresenta é uma tentativa de alerta para o tempo em que estamos e para as técnicas que estamos a utilizar no nosso ensino, nomeadamente, no nosso ensino da língua portuguesa nos países da diáspora que, além das condições que os professores e alunos dispõem, alia-se um estilo de educação similar ao que se encontra nas escolas públicas portuguesas, o do ensino passivo. A língua é o início de muito ou quase tudo, é i.e. como Batista e Marujo afirmam, (1) *a definição e afirmação de uma identidade, contribui para um maior equilíbrio emocional e para a consciencialização de uma cidadania plena*. A Língua é uma porta que abre oportunidades, mas também as fecha e aí está a grande alavanca pela qual teremos de repensar o modo de transmitir o saber.

O Dr. Manuel tentou pesquisar como andava o ensino da língua portuguesa nos países da nossa diáspora. Leu artigos de Manuela Marujo, Aida Batista, José Carlos Teixeira e percebeu que no Canadá, o ensino da língua portuguesa apresenta muitas dificuldades, talvez ainda mais do que em Portugal. O Dr. Manuel apercebeu-se que existem diferentes problemas. O que lhe saltou aos olhos foi o que leu de Mayone Dias sobre os falares “emigreses” e a herança paterna dos pais, mas também a composição das turmas de alunos com necessidades de aprendizagem muito diferentes entre si. O que leu como problemas, o Dr. Manuel viu partes da solução e contributos significativos para a evolução da própria língua que sempre acreditou não ser estática; sobre o problema da diversidade dos alunos, viu a oportunidade de enriquecer os mais fracos e comprometer os mais ágeis no processo de aprendizagem com os colegas. Outros problemas que observava mostravam-se essenciais na sua resposta, como viu no relatório da Reunião de Trabalho de 5 novembro de 2007 da FLAD, nomeadamente a falta de estatística sobre o ensino da língua portuguesa no mundo e a impossibilidade de agir de forma direta no ensino do português no ensino básico e secundário público norte-americano. Até aqui, estava entusiasmado com a sua pesquisa. O Dr. Manuel voltou-se para as suas leituras e intrigava-o o facto de ainda não terem visto, os responsáveis, que o ensino como está não está a corresponder às necessidades nem aos anseios de uma geração de filhos de emigrantes que não conheceram a humidade das ilhas açorianas ou as pronúncias em uma só ilha. Mas o que fazer de novo? Questionou-se várias vezes.

Os seus amigos no canto da sala estavam a trabalhar em conjunto. O Dr. Manuel juntou-se a eles e tentou perceber o que andavam eles a fazer. Para surpresa dele, estavam a fazer um trabalho, proposto pelo seu professor de português, sobre como deveria ser o ensino da língua e da história portuguesa na escola deles? Que interessante, achou o Dr. Manuel. Mas digam-me, querendo saber mais, vocês já chegaram a uma conclusão? A única conclusão a que chegamos foi que as aulas formatadas como estão não estão bem e, como tal, terão de ser

repensadas. O Dr. achou graça, mas queria saber mais. E como acham que se deve fazer isso? Nós estamos inclinados a ver a solução pelo lado da Arte, da criatividade... Entretanto, o Dr. Manuel interrompe o raciocínio dos rapazes e sugere “o teatro, por exemplo?”. Sim, o teatro pode ser muito bem uma das soluções, responderam os rapazes em tom de ideia consensual. Depois desta pequena conversa, voltou-se para o seu lápis e caderno e começou a escrever: “O modo como é definida a educação da língua portuguesa nos países da Diáspora e como esta é transmitida, não deixa espaço para os interessados saberem mais sobre a sua história, saber mais sobre a terra natal de seus pais – podemos gostar de coisas que não sentimos, mas só podemos amar aquilo que sentimos. Portanto, vamos dar às futuras gerações algo que eles sentem e de que possam fazer parte, e não algo que ouvem, ouvem e não deixem de somente ouvir. O sucesso em estudar e promover a história e cultura da emigração açoriana a gerações que desconhecem o clima das ilhas e o estrato verde delas oferecem-me duas soluções: a primeira é na continuação de gerações académicas como José Carlos Teixeira, Onésimo Almeida, Gilberta Rocha, Walter Piazza, Artur Madeira, Dinis Borges, Vamberto Freitas, entre muitos outros. Segundo, na utilização de novos mecanismos, inspirando o estudo da história e cultura da emigração Açoriana. A inspiração é a principal chave. Não podemos dar como objetivo primário e principal a leitura de páginas. A solução é dar os livros como instrumento, e não como único instrumento. Teremos de deixar a arte fazer parte deste processo, fazer parte do seu sucesso. Se a ferramenta académica está assegurada por algumas gerações, então viremo-nos com mais atenção para outras necessidades, o de oferecer a história e cultura às gerações descendentes de emigrantes. O ensino tradicional da língua portuguesa a estes descendentes não poderá ser a única ferramenta ao dispor nas várias escolas de língua portuguesa que existem nos Estados Unidos e Canadá. Teremos de passar mais tempo pela cultura, pelo teatro, pela arte como veículo ativo dos alunos na sua aprendizagem.”

O Dr. Manuel estava entusiasmado a escrever sem parar até ser interrompido por um dos rapazes. Diga meu rapaz? Olhe senhor, encontramos aqui uma ferramenta pedagógica que se está a utilizar na Ribeira Grande como forma de transmissão da história local aos alunos. Veja. O Dr. Manuel sentiu-se um jovem explorador entre a rapaziada mais nova e mudou para os óculos de ver ao perto, a fim de apreciar as fotografias e vídeos do iPad de um dos rapazes. Eram imagens do Grupo de Teatro “Figurino” da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Está a ver senhor? Eles têm este projeto que é muito interessante e que pode ser uma das ferramentas a usar no novo método de ensino que temos de apresentar ao prof.. O Dr. Manuel agradeceu o interesse e a partilha daquelas imagens. Ficou curioso, aproveitou a deixa e continuou nas suas linhas. “A minha apresentação é baseada na sugestão de diferentes formas de conseguir ensinar o português às novas gerações nascidas nos países de acolhimento, apresentando alguns resultados práticos de experiências que tiveram lugar na ilha de São Miguel, a qual acredito que poderá ser importante para a mudança necessária do rumo da educação da língua portuguesa na diáspora. Ensinando o alfabeto e gramática durante duas ou três horas semanais porque “os meus pais dizem para o fazer” não é interessante, não é apelativo. Não podemos ensinar uma língua estrangeira sem que os alunos

sintam a sua história, sem que sintam as ilhas de bruma, a beleza das lagoas açorianas ou compreender uma Viola da Terra. Eles devem sentir antes de começar a aprender. E como podemos fazer isto? Através da arte!”

Enquanto pensava sobre o que continuar a escrever, começou a ligar e a pesquisar na internet sobre o que realmente este grupo “Figurino” andava a fazer de diferente e que resultados estavam a ter. Depois de algum tempo e esquecendo a pausa para almoço, achava-se já com matéria suficiente para o rascunho que andava a fazer e lá continuou nas suas linhas.

“Desde 2007, o grupo de Teatro municipal “Figurino” do Concelho de Ribeira Grande tem desenvolvido um projeto com o objetivo de divulgar a história e cultura da cidade e da ilha, assim como do ensino da emigração Açoriana através do teatro, música e outras atividades interativas. O principal objetivo do “Figurino” é transmitir, de uma forma dinâmica, a informação de honradas senhoras e cavalheiros de pesquisadores que nos deixaram enormes contribuições para sabermos mais de nós próprios. Para dar uma forma mais interessante e apelativa à história e língua Portuguesa, temos de ser mais criativos e menos formais.

Em 2007, o grupo apresentou-se com a peça “A Ribeira Grande e o Foral”, durante as comemorações dos 500 anos de elevação da Ribeira Grande a Vila. Nesta direção, apresentaram a história da elevação da Ribeira Grande a Vila no ano de 1507 pelo Foral de D. Manuel e que nos foi deixada por Gaspar Frutuoso para a prosperidade, criando, o grupo de teatro, uma versão teatral da mesma. No fim da peça, foi distribuído pelos professores um inquérito a ser distribuído pelos alunos que assistiram à peça, mas com um pormenor, o inquérito, uma espécie de teste, só deveria ser entregue aos alunos duas semanas depois da apresentação da peça de teatro, pois os autores do projeto estavam esperançados que depois de duas semanas seria difícil para os estudantes se lembrarem de factos históricos e culturais apresentados na peça. O questionário disponha de respostas rápidas, uma parte de resposta em desenvolvimento e a outra em sistema de verdadeiro ou falso. Quase setenta e cinco por cento das perguntas foram baseadas no que os alunos viram na peça de teatro, ficando a restante percentagem para ser respondida depois de alguma pesquisa a ser realizada pelos alunos sem obrigação para tal. Não dispondo dos livros habituais para as respostas, o sucesso estaria na memória e na biblioteca municipal.

O objetivo do projeto “Figurino” com esta experiência era testemunhar até que ponto a história oferecida aos estudantes em base artística, como foi neste caso o teatro, teriam resultados positivos, ou não. A resposta dada aos questionários foi a melhor das surpresas. A percentagem de respostas corretas foi elevada, especialmente com perguntas específicas, nas quais incluíam datas e nomes. Nas perguntas de desenvolvimento notaram-se problemas na gramática, mas a substância estava lá. O que mais

impressionou os autores dos projetos foram as respostas que não constavam da peça teatral e que necessitavam de pesquisa para serem respondidas. O objetivo era ver se os alunos, por sua própria iniciativa, tomavam aquele passo sempre mais difícil para os estudantes mais jovens, o de pesquisarem e perguntarem para saberem mais. Muitos alunos o fizeram e recorreram à Biblioteca Municipal na procura de respostas. O sucesso do projeto estava à vista.”

O Dr. Manuel estava entusiasmado com este rascunho e apressou-se a pesquisar iniciativas ou estudos que recordassem o papel da arte como ferramenta eficaz para o ensino da língua. Entre os vários livros que foi escondendo o tampo da sua mesa de estudo, destacavam-se os autores brasileiros e foi percebendo que o Brasil já entendeu há muito tempo que a arte é uma ferramenta preciosa no ensino da língua. O Dr. Manuel retomou o pensamento para esta problemática do ensino através da Arte e do Teatro em particular, relembrando o grupo de teatro “Figurino”. Em algumas entrevistas com responsáveis deste projeto teatral, compreendeu que o sucesso não está no ensinar, mas na partilha de conhecimento entre professor e aluno. Ia apercebendo-se que deveríamos prestar mais atenção aos mais novos e a maneira correta de o fazer estará na compreensão do que lhes pode motivar. A prova disto tem sido demonstrada pelos professores e estudantes que anseiam pela próxima apresentação das novas experiências pedagógicas do “Figurino”. O Dr. Manuel apercebeu-se que depois das primeiras experiências deste grupo, a receção dos professores e estudantes foi muito satisfatória e os resultados direcionaram-nos para o contínuo trabalho nesta área da aprendizagem através da arte e, neste caso, através do teatro. Desde então, o “Figurino” leva a cena os projetos “À Volta de *Gaspar Frutuoso*”, o projeto histórico “*Cinco Passos*” e os projetos relacionados com a emigração açoriana, “*Emigração vai à Escola*” e “*Emigração com Idosos*”, projetos que têm tido bastante aceitação e muito bons resultados na Ribeira Grande e em outros concelhos da ilha onde o grupo é frequentemente convidado a participar.

O projeto “*Emigração vai à Escola*” e o Projeto “*Emigração com Idosos*” são facultados aos alunos utilizando bases académicas mas em ações criativas e na audição daqueles que disponham da memória das *coisas*, os mais idosos. Neste sentido, os idosos com os mais jovens partilham experiências de vida que cada geração tem ou teve, tornando estes dois projetos aliciantes no programa escolar ribeiragrandense e de outras escolas fora deste concelho que requerem estes projetos. Os objetivos destes dois projetos foi o de levar a história e cultura da Emigração Açoriana ao público que ainda retém na sua memória fatos sobre a emigração Açoriana e a outras que retêm mas não a compreendem, como os estudantes que sabem do “barril da América” ou “O tio em Toronto”, mas não imaginam o que foi a emigração Açoriana e a sua importância na história Açoriana. Uma das ferramentas mais apelativas para o sucesso destas “aulas” sobre a emigração açoriana, é a base de dados pública (<http://mea.cm-ribeiragrande.pt>) de documentação sobre a emigração que está à disposição no sítio da internet do Museu da Emigração Açoriana. Esta base de dados é um sucesso no projeto “*A Emigração vai à Escola*”, pois permite que os alunos possam pesquisar de maneira rápida um documento do tio ou avô que está ainda emigrado,

ou não, e poder oferecer o fruto da sua pesquisa a este seu familiar, recebendo, em alguns casos, ofertas físicas que servem de incentivo ao aluno para continuar a pesquisar. Este tipo de incentivo tem-se revelado deveras inspirador para a contínua aposta do “Figurino” neste tipo de ações com as escolas.

Depois de mais algumas leituras e outros tantos apontamentos, o Dr. Manuel colocava agora a questão prática de como pôr isto em ação? Como poderia aplicar isto na educação da língua portuguesa aos descendentes de açorianos? Refletiu e começou a rabiscar pensamentos. Em primeiro lugar, escrevia ele, *“Devemos repensar os meios tradicionais usados nas salas de aulas que, infelizmente, não têm resultado de maneira satisfatória no ensino do português; segundo, enraizar fortes bases de cultura Açoriana antes de tentarem ensinar a língua, pois a língua deverá ser entendida como um processo da cultura de um povo e não o início de tudo, pois se um chinês quiser aprender português, certamente será difícil se esta língua não for aplicada como proveito de retorno, quer económica ou política, como é o caso dos descendentes de açorianos nos países da Diáspora que ainda não vêm a importância da língua portuguesa como forma de sucesso das suas carreiras, daí os estímulos para o ensino da mesma deverá passar pela afetação da cultura açoriana e portuguesa no processo de ensino utilizando, para tal, a arte e o envolvimento recíproco nos projetos do aluno e professor.”* O Dr. Manuel sentia-se cansado e dava por terminado a sua pesquisa por hoje, mas já via algumas luzes naquilo que viria a ser um trabalho final sobre novas propostas processuais do ensino da língua portuguesa nos países da Diáspora. Começava a acreditar que o sucesso da língua portuguesa nos descendentes de açorianos deveria ser vista num segundo patamar, sempre depois de oferecermos a mágica cultura açoriana. As ferramentas estão por todo o lado e aos olhares de todos com as festas, as filarmónicas, os bailios, o desporto, desde Lowel a Toronto. Entendeu que se deve usar o que eles veem e ouvem. A arte em bases académicas é um bom veículo para o ensino da língua portuguesa na diáspora. Dá espaço para eles sentirem e apreciarem a cultura e só depois *atacar* com a língua. O Dr. Manuel acreditava cada vez mais no sucesso destes procedimentos, no poder do informalismo do teatro e na direção que levará um aluno a escrever algo para ser aplicado na prática, como uma peça de teatro. Os alunos procuram a experiência e não o resultado, procuram o desafio e não a espera. O Dr. Manuel estava tão entusiasmado que até levou consigo vários livros para ir aprofundando a questão em casa.

FOTOGRAFIAS DE ALGUNS DOS TRABALHOS DO GRUPO DE TEATRO MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE, “FIGURINO”



"FIGURINO": RECRIAÇÃO TEATRAL COM ALUNOS DO QUADRO "OS EMIGRANTES" DE DOMINGOS REBELOS E "OS REGRESSANTES" DE TOMÁS B. VIEIRA



"FIGURINO" – TRADIÇÕES TRAZIDAS DA DIÁSPORA, O HALLOWEEN



RECRIAÇÃO TEATRO DE "QUANDO OS SINOS TOCAM A REBATE" DE SACUNTALA DE MIRANDA



“FIGURINO” – RECRIAÇÃO TEATRAL DE QUANDO RIBEIRA GRANDE SE

TORNOU VILA EM 1507



“FIGURINO” – RECRIAÇÃO TEATRAL DAS LUTAS LIBERAIS E O PAPEL DO LOCAL DA LADEIRA DA VELHA (PORTO FORMOSO, RIBEIRA GRANDE)

BIBLIOGRAFIA

(org.) Marujo, Manuela (2010) Avós e migração: raízes e identidade, Toronto: University of Toronto, Department of Spanish and Portuguese: Friends of Portuguese Studies

(org.) Marujo, Manuela e Ferreira, Pedro (2010) Ensinar português nas universidades da América do Norte = Teaching portuguese in north american universities, Toronto: Department of Spanish and Portuguese-University; [Lisboa]: Instituto Camões

Santos, Odete (1988) O português, na escola, hoje: contributos para uma pedagogia da comunicação em língua moderna, Lisboa: Editora Caminho

FLAD (2007) Promoção da Língua Portuguesa no Mundo, <http://www.flad.pt/documentos/121622604859qMG0he4Yh87DC6.pdf>

(org.) Batista, Aida e Marujo, Manuela – A Língua Portuguesa na Sociedade Canadiana: Afirmação de uma Identidade, Toronto

Teixeira, Carlos e Da Rosa, Victor M. P. (200) The portuguese in Canada, Toronto: University of Toronto Press

27. SIMONA VERMEIRE, UNIVERSIDADE DO MINHO, ROMÉLIA



TEMA 1.3.1. O CONTÁGIO MEMÉTICO NO ROMANCE ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ DE JOSÉ SARAMAGO, SIMONA VERMEIRE, ROMÉNIA, UNIVERSIDADE DO MINHO, CEHUM, BOLSEIRA DA FCT

"We are all tainted with viral origins. The whole quality of human consciousness [. . .] is basically a virus mechanism." (Burroughs, 1981: 25)

"You will encounter a resisting organism that forces you to talk. That organism is the word." (Burroughs, 1962:57)

A epidemia, como representação literária recorrente na obra de José Saramago⁷⁸, configura uma visão do mundo que opõe dois paradigmas de replicação da informação incorporada: biológica (através dos vírus que parasitam o *soma*) e cognitiva (através dos patogénicos da mente). Focalizar o interesse crítico no segundo tópico de replicação de informação mental num dos romances mais representativos na abordagem deste assunto, *O Ensaio sobre a Lucidez*, tem como objetivo uma leitura que configura um ponto de vista literário evolucionista em relação ao discurso do contágio omnipresente na obra de José Saramago. Explorar o potencial replicativo das unidades cognitivas impõe um percurso analítico interdisciplinar na recuperação dos sentidos conferido ao neologismo *meme*, termo emergente na obra do biossociólogo Richard Dawkins, *The Selfish Gene* (1989: 192):

"We need a name for the new replicator, a noun that conveys the idea of a unit of cultural transmission, or a unit of imitation. 'Mimeme' comes from a suitable Greek root, but I want a monosyllable that sounds a bit like 'gene'. I hope my classicist friends will forgive me, if I abbreviate mimeme to meme. If it is any consolation, it could alternatively be thought of as being related to 'memory', or to the French word mème. It should be pronounced to rhyme with 'cream'."

A inauguração desta linha de pensamento abre novos caminhos à interpretação da evolução humana da mente incorporada (o meme sendo o replicador informacional analógico do gene), dentro dum paradigma teórico emergente: a memética. Desenvolvida por vários cientistas, psicólogos, filósofos e antropólogos, como Daniel Denett, Richard Brodie, Aaron Linch e Susan Blackmoore, a memética não foi reconhecida como ciência tendo em conta a sua falta de provas científicas empíricas⁷⁹ (as entidades internas do cérebro não são ainda observáveis), mas também, o seu ponto de vista reducionista em relação ao desenvolvimento cultural.

⁷⁸ Na maioria dos seus romances há um núcleo contagiante recorrente: epidemia de gravidez (*Jangada de Pedra*), epidemia de falta de lucidez (*Ensaio sobre a Lucidez*), epidemia da cegueira branca (*O Ensaio sobre a Cegueira*), epidemia da peste (*Memorial do Convento, Que farei com este livro?*), a replicação das identidades somáticas (*O Homem Duplicado, A Morte de Ricardo Reis*), a epidemia da imortalidade (*As intermitências da Morte*).

⁷⁹ McNamara, Adam (2011), "Can we measure meme" in "Frontiers in evolutionary neuroscience". Disponível em http://www.frontiersin.org/Journal/Abstract.aspx?ART_DOI=10.3389%2Ffnevo.2011.00001&name=evolutionary_neuroscience em 02/12/2011. O autor parte do substrato neuronal como base para investigar cientificamente os memes: " [...] memes are termed as either internally or externally represented (i-memes/e-memes) in relation to whether they are represented as a neural substrate".

Abordar as ideias, os comportamentos humanos como replicadores da informação, de modo similar à evolução, através da replicação hereditária dos genes, implica uma perspectiva transdisciplinar que alarga o vivo para além da perspectiva biológica; a partir desta perspectiva, o estudo do meme gerou o termo consiliência⁸⁰, que o sociobiólogo Edward O. Wilson propõe como uma “solução epistemológica” que integra as ciências humanísticas no estudo das ciências evolucionistas. Os conceitos da memética e da consiliência abriram novas possibilidades de interpretar os textos literários, como “produtos culturais” resultantes do processo bio-evolucionista⁸¹: a dinâmica vital dos memes, os tropos e os conceitos tomados de empréstimo da biologia abriram um novo horizonte de emergência no campo da crítica literária: biocrítica ou os estudos da literatura evolucionista (“darwinian Lit-Crit”⁸²). O meme, metáfora da memória na literatura⁸³, exige um percurso analítico evolucionista da ficção de inspiração darwinista: interpretar o romance *O Ensaio sobre a Lucidez* em função da dinâmica de difusão, de constituição, mutação, competição-seleção dos memes, seguindo um modelo epidemiológico que alterna “um parasitar” biológico com um contágio memético seria a meta crítica para completar o percurso analítico das representações do contágio viral na obra de José Saramago. O contacto epistemológico entre memética e epidemiologia torna-se evidente mesmo a um nível superficial dos sintagmas metafóricos associados ao termo *meme*: “virus of the mind” (Dawkins 1993) ou “thought contagion” (Lynch, 1996). Este “virus-like view” (Ewald, 2000: 18), esta perspectiva epidemiológica aplicada ao fenómeno cultural aponta para uma “disseminação ilimitada” das ideias: a transmissão horizontal⁸⁴, (durante a mesma geração) com vários “centros” de infeção e vetores de sentido, e vertical (de uma geração para outra) tornam o contágio memético um processo contínuo e sem limites claros em relação a uma epidemia que ataca o corpo físico e que pode ser limitada no tempo e no espaço. A memética tenta identificar estes padrões epidemiológicos na difusão de ideias e padrões culturais, detetando possíveis códigos parasitários, para configurar o *design* do parasita da mente. Transferindo estas ambições para o campo da literatura, poderíamos focalizar a nossa atenção crítica sobre uma possível “epidemiologia das representações”, como difusão ao nível ficcional da informação “endémica”.

⁸⁰“Literally a ‘jumping together’ of knowledge by the linking of facts and fact-based theory across disciplines to create a common groundwork of explanation.” (Wilson, 1998:7)

⁸¹ A tendência de reinterpretar o mundo de uma maneira complexa que faz concorrer várias áreas de saberes para seguir a linha evolutiva do corpo humano já foi claramente indicada pelo filósofo Michel Serres: “Pan tue Panoptès: l’âge du message tue l’ère théorique. Les sciences humaines vont-elles réabsorber les sciences exactes, comme elles l’avaient fait dans l’Antiquité ? Comme elles le disent par le mythe ?” (Serres, 1985 :49) e “[...] comment se fait-il que les sciences les plus objectives et dures se rapprochent plus et mieux du corps que celles dont on pourrait concevoir qu’elles devraient en parler au plus près ?” (Serres, 1999 :125).

⁸² O darwinismo literário é considerado por vários teóricos da crítica literária e da evolução da cultura (Joseph Carroll, Brett Cooke, Frederick Turner, Jonathan Gottschall, Michael Austin, Brian Boyd) um ramo das ciências da literatura, emergente do neodarwinismo, que estuda os textos ficcionais num contexto coevolucionista dos genes e memes, de interação entre as características genéticas transmitidas e as configurações culturais.

⁸³ O metadiscorso, a teoria da retórica literária veicula os memes profundos, os metamemes, que tornam a literatura viva nos nossos pensamentos.

⁸⁴ “I have assumed that during most of human evolution memes were transmitted largely vertically, and changed at speeds not very different from human genetic change, but that there was sufficient horizontal transmission to make memetic driving possible. Nowadays, however, memetic transmission is very fast and largely horizontal.” (Blackmore, 2003:37-38)

A metáfora do vírus na literatura pós-modernista foi explorada ao nível da linguagem como “entidade mutante” e desterritorializante⁸⁵ do significado. Na literatura americana, William Burroughs foi o escritor que “antecipou” Richard Dawkins nos seus textos de ficção, aproximando-se do conceito de meme: em *Word Virus* (1998) indica a linguagem como mecanismo viral replicativo semântico, instrumento de controlo ideológico. A perspetiva do vírus não é reduzida apenas à linguagem, mas associa-se aos vários “produtos do pensamento” (assim como indica também a visão memética de Dawkins): os vírus são “simply very small units of sound and image” (Burroughs, 1998:301) que podem ameaçar a integridade do corpo biológico, tal como aparece no texto *The Ticket That Exploded* (1962:49), organismos parasitas que invadem o sistema central nervoso, provocando morte e horror. Os memes que interferem na vida somática das pessoas através dos “produtos do pensamento” aparecem como representação literária recorrente nos romances de José Saramago, simbolizando a continuidade e a unidade do corpo, entidade de carne e pensamento; tal como Burroughs, Saramago materializa o pensamento, esculpindo-o na carne do corpo como uma invasão agressiva da informação à consistência somática, configurando um “ecossistema” memético incluindo *memplexes*⁸⁶ políticos, filosóficos e religiosos. Cada obra de ficção saramaguiana desenvolve, numa técnica de contraponto, tópicos epidémicos em que alternam o parasitar biológico e o parasitar memético, a praga impondo sempre sequências obrigatórias (a quarentena, a propaganda política, filosófica e religiosa) que tornam as mentes num terreno fértil para novos memes. Poderia a “leitura” da lucidez, no romance *Ensaio sobre a Lucidez*, ter uma interpretação memética, de percurso seletivo das entidades replicantes, como código em contínua construção de uma “sabedoria” de sobrevivência? E qual seria o replicador destinado à sobreviver, o gene ou o meme? Neste caso de processo automático de replicação⁸⁷ qual seria o sentido da lucidez? Seria o homem mais do que um “recipiente” de memes e de genes, erguendo “muros de brancura” contra os replicadores à procura de uma [própria] identidade? Partindo de uma situação de crise política, imaginada como um *fiasco* ideológico da democracia dissolvida num ato epidémico de abstenção, Saramago implica o leitor num memplex filosófico complexo de confronto permanente entre várias “fontes de lucidez” canalizadas por vários discursos de propaganda. O voto em branco seria, então, uma realidade memética latente que desenvolve “virtualidades” entre um espaço mental imunodeficiente propício à replicação das informações parasitas (desvios ideológicos da política) e um espaço mental imune à infestação propagandística? A prontidão da mente para obedecer a instruções dos discursos políticos é anulada pela vacina do “voto em branco” que implica uma insolação hermética do convívio social, pois a coerência social é determinada por uma epidemia

⁸⁵ “Se déterritorialiser, c’est quitter une habitude, une sédentarité. Plus clairement, c’est échapper à une aliénation, à des processus de subjectivation précis” (Deleuze, 1972 : 162).

⁸⁶ O conceito de memplex apareceu pela primeira vez no livro *The Meme Machine* (1999) de Susan Blackmore, sendo definido como um conjunto de memes que trabalham juntos para facilitarem a transmissão da informação em grupo. A autora explica o memplex de religião: “The purpose of religion may seem awkward or even unintelligible, but to the host the memplex of religion creates a paradigm through which he or she can solve philosophical questions and feel content in knowing that these questions can be solved. The built-in defense mechanisms against other explanations will furthermore protect the host (and the memplex) from being subjected to changes of this basic belief system. Aside from protecting the host from hostile meme-intrusions, religions also include a factor of ‘conversion’. All major world-religions have a religious task to spread the religion and convert non-believers. Next to that, they all have their own holy scriptures which hasten spreading and make sure the memes can survive over time”. (Blackmore, 1999: 187-194).

⁸⁷ “My own body is a meme machine designed by a long history of meme-gene coevolution. It is furnished with plenty of memes it has already copied, and surrounded by masses more potentially copyable memes from which it has to choose.” (Blackmore, 2000:40)

memética que pressupõe ataques “subtis” e contínuos dos vírus que se introduzem na mente. Por isso, a abstenção dos eleitores é acompanhada por um mutismo obstinado que corta o canal de transmissão memética através da fala. “O claustro” voluntário contra o parasitar da mente provoca danos ao próprio corpo que fica sujeito à situação de estado de sítio, abusado e ameaçado na sua parte somática, percecionada como “embalagem” e veículo dos memes danosos e subversivos do memplex político da democracia. Neste caso, a opção de se opor à tendência geral memética (o voto), cimentada pela tradição maciça retórica, revela-se como um ato fatal contra os próprios genes:

We now have two effects operating. First, everyone gets gradually better at imitating the successful memes, which means that more and more memes are created and culture expands. Second, genes for the ability to copy meme fountains and their popular memes have an advantage and more people come to behave this way. But this now creates selection pressure for the ability to discriminate between useful and useless memes (i.e., useful or useless from the genes' point of view), because copying a popular meme just might prove fatal. As memes evolve in one direction or another, according to the outcome of memetic selection and the kinds of memes the meme fountains happen to be best at propagating, survival increasingly depends on the ability to choose which memes to copy and which to avoid. (Blackmore, 2000: 32)

No romance *Ensaio sobre a Lucidez*, o percurso memético é “uma consequência intertextual” da epidemia de cegueira branca do romance *Ensaio sobre a cegueira*; o contágio por um vírus biológico misterioso do romance *Ensaio sobre a Cegueira* provoca uma epidemia de voto em branco, de comportamento memético (a abstenção generalizada) que expressa um pensamento antimemético (*shift paradigm*).⁸⁸ O sucesso reprodutivo diferencial garante a evolução, o voto em branco (que podem ser interpretados também como um “antimeme”, pois a brancura da mente é uma forma subversiva de cancelar o efeito sedutor⁸⁹ da ideologia, em proveito da unicidade da *soma*), produzindo mudanças de paradigmas mentais. Esta “brancura” da mente poderia ser associada à proliferação excessiva das imagens da hiperrealidade; não é por acaso que a epidemia da cegueira que simboliza o vazio do excessivo visual provoca uma reação epidémica de esvaziamento da mente. O voto em branco pode ser interpretado como uma purificação da paisagem mental que instala um novo paradigma de pensar o mundo (no romance *Ensaio sobre a Lucidez*), em analogia com a epidemia de cegueira branca, um novo paradigma de sentir a realidade (no romance *Ensaio sobre a Cegueira*). A acumulação de mutações induz a evolução que se estende

⁸⁸ Esta representação literária de Saramago, relativa à dinâmica dos memes, é uma forma suprema de versatilidade do ato de pensar; no nosso texto argumentativo, o voto em branco vai ser interpretado como um processo subversivo do pensamento memético.

⁸⁹ “Em todo o caso, só alguém com uma prodigiosa ignorância histórica poderia crer que da competição entre as ideias pudesse resultar o triunfo da verdade. É certo que as ideias competem entre si, mas as vencedoras são normalmente as que têm o poder e a loucura humana do seu lado. [...] A teoria darwiniana diz-nos que o interesse na verdade não é necessário para a sobrevivência ou a reprodução. Muitas vezes, é mesmo uma desvantagem. [...] Entre os seres humanos, os melhores enganadores são os que se enganam a si próprios; «Enganamo-nos a nos próprios a fim de melhor enganarmos os outros» diz Wright.” (Gray, 2007:37).

para além dos processos biológicos como uma dinâmica de replicadores, tendo como objetivo a adaptação da mente ao meio; os eventuais “erros” no processo de replicação dos memes podem produzir um replicador mais potente, assim como o “voto em branco” um espaço mental esvaziando-se preparado para outras virtualidades meméticas. A mutação ao nível dos conteúdos meméticos indica a “fenda de liberdade” na qual as pessoas podem inserir “desvios” do processo replicador da informação, tendo em vista que o meme é um código informacional, móvel, transformável, suscetível, apesar da sua fiabilidade, de mudanças e “interpretações” originais:

Assim é, além disso, há outro fator importante, talvez o mais importante de todos, Qual, Por muito que se tenha tentado e continue a tentar-se, nunca se há de conseguir que as pessoas pensem todas da mesma maneira, [...]” (Saramago, 2004:88)

A seleção dos memes políticos implica uma “leitura” metamémica “descodificada” pelo discurso oral que segue as leis da manipulação de propaganda, de propagação dos memes através das ondas sonoras. O aspeto oral do discurso propagandista no romance *Ensaio sobre a Cegueira* predomina em comparação com os outros meios de infestação das mentes, sustentando a visão linguística de José Saramago em relação à incorporação da oralidade no texto escrito; a prosódia da frase prepara a mente, através da função fática da linguagem, para uma recetividade adequada ao parasitar memético. A linguagem torna-se uma *performance* que tenta atrair as mentes numa espécie de *vórtex* de adesão unânime que paralisa uma possível suscetibilidade para memes concorrentes:

Language is a good way of creating memes with high fecundity and fidelity. For example, sound carries better than visual stimuli to several people at once. Sounds digitized into words can be copied with higher fidelity than continuously varying sounds. Using different word orders in different circumstances opens up more niches for memes to occupy and so on. For this general reason we should expect language memes to succeed in memetic evolutions and then memetic driving to cause the spread of the genes that make that language possible. That is, in an environment in which simple language is spreading memetically, the meme fountains will have the best command of the new language because they are good at imitation, while the people who cannot pick it up will be at a disadvantage in a way they never would have been before language appeared. (Blackmore, 2000: 33)

O discurso do primeiro-ministro (que concretiza um outro meme ocorrente em situações epidémicas – o discurso da conspiração), referindo-se à crise do contágio do voto em branco, indica a epidemia de cegueira dos olhos como origem desta nova epidemia de cegueira do pensamento (a clonagem da mente como imagem do poder autorreplicativo dos pensamentos...). No estudo evolucionista aplicado aos vários períodos culturais, *On Deep History and the Brain* (2008), Daniel Lord Smail considera a epidemia (a praga) como um dos fatores de “stress” ecológico que pode contribuir para a configuração do perfil psicofarmacológico da mente. Será que se

poderia pensar nesta referência intertextual de Saramago (a epidemia do voto em branco surge quatro anos depois da epidemia da cegueira como uma resposta automática do corpo ritmado pelo pulsar ideológico) como uma alusão ao poder da irradiação da praga na mente, provocando um reflexo memético? As duas atitudes epistemológicas, a epidemiologia e a memética, conjugam variantes do contágio no longo fragmento abaixo citado do romance *Ensaio sobre a Lucidez*, um verdadeiro “bloco semântico de memes”:

Senhor presidente, meus senhores, usemos dar um passo em frente, substituamos o silêncio pela palavra, acabemos com este estúpido e inútil fingimento de que nada aconteceu antes, falemos abertamente sobre o que foi a nossa vida, se era vida aquilo, durante o tempo em que estivemos cegos, que os jornais recordem, que os escritores escrevam, que a televisão mostre as imagens da cidade tomadas depois de termos recuperado a visão, convençam-se as pessoas a falar dos males de toda a espécie que tiveram de suportar, falem dos mortos, dos desaparecidos, das ruínas, dos incêndios, do lixo, da podridão, e depois, quando tivermos arrancado os farrapos de falsa normalidade com que temos andado a querer tapar a chaga, diremos que a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma, chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre a brancura da cegueira de há quatro anos e o voto em branco de agora, a comparação é grosseira e enganosa, sou o primeiro a reconhecê-lo, e não faltará quem liminarmente a rejeite como uma ofensa à inteligência, à lógica e ao senso comum, mas é possível que muitas pessoas, e espero que depressa se venham a converter em esmagadora maioria, se deixem impressionar, que se perguntem diante do espelho se não estarão outra vez cegas, se esta cegueira, ainda mais vergonhosa que a outra, não os estará a desviar da direção correta, a empurrar para o desastre extremo que seria o desmoronamento talvez definitivo de um sistema político que, sem que nos tivéssemos apercebido da ameaça, transportava desde a origem, no seu núcleo vital, isto é, no exercício do voto, a semente da sua própria destruição ou, hipótese não menos inquietante, de uma passagem a algo completamente novo, desconhecido, tão diferente que, ai, criados como fomos à sombra de rotinas eleitorais que durante gerações e gerações lograram escamotear o que vemos agora ser um dos seus trunfos mais importantes, nos não teríamos com certeza lugar. Creio firmemente, continuou o primeiro-ministro, que a mudança estratégica de que necessitávamos está à vista, creio que a recondução do sistema ao status quo está ao nosso alcance, porém, eu sou o primeiro-ministro deste país, não um vulgar vendedor de banha da cobra que vem prometer maravilhas, em todo o caso dir-vos-ei que, se não conseguirmos resultados em vinte e quatro horas, confie que começaremos a percebê-los antes que passem vinte e quatro dias, mas a luta será longa e trabalhosa, reduzir a nova peste. (Saramago, 2

Uma leitura orientada no sentido de detetar valências meméticas no discurso oficial do primeiro-ministro enfatiza, desde as primeiras palavras, um “desafio” (“substituamos o silêncio pela palavra”) lançado contra uma possível “virgindade” da mente (no sentido da originalidade identitária), fazendo referência aos memes veiculados

pelos mass-media. O mundo dos simulacros, da contaminação viral através das imagens veiculando memes, expõe a mente humana a um outro tipo de cegueira que torna os vírus do pensamento uma base “transparente” da realidade: “man is nothing but a dirty little germ - an irrational virus marring a universe of transparency” (Baudrillard, 1993:61). Este fragmento citado é um exemplo de genética de ideias, uma prova literária de que a cultura é uma matéria viva que tem uma evolução paralela ao desenvolvimento biológico do corpo e que existe mesmo o perigo de sermos utilizados como recipientes dos replicadores: somos os recipientes biológicos dos nossos próprios genes e dos memes, um sistema replicador do *eu* a que Susan Blackmore chama “memeplexo”⁹⁰. O romance *Ensaio sobre a Lucidez* pode abrir novos caminhos de interpretação em relação ao “jogo” entre dois tipos de replicadores, um ponto de vista original sobre a incorporação de vários tipos de informação: o vírus biológico (através das referências intertextuais à epidemia de cegueira branca no romance *O Ensaio sobre a Cegueira*) e o vírus da mente (o meme). A configuração do mundo material (neste caso o corpo humano) a partir da informação veiculada, mas, sobretudo, a partir do contágio entre vários tipos de informação reverte fundamentalmente para questões de ontologia: como podemos interpretar a nossa “existência” se somos apenas a “concretização” material de vários tipos de informação replicada? ⁹¹ A dinâmica dos memes em termos de transmissão não segue sempre as regras de “sedução”, de indução, de “infiltração discreta” na mente, mas, sobretudo, um “discurso conflitual” de competição-seleção, como no caso dos “genes egoístas” (R. Dawkins), onde os memes mais comuns se impõem como os mais fortes (“a luta será longa e trabalhosa, reduzir a nova peste”). O processo de seleção determina a aparição de mutantes (“a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma”, “sem que nos tivéssemos apercebido da ameaça”, “hipótese não menos inquietante, de uma passagem a algo completamente novo, desconhecido, tão diferente”). Da mesma maneira, dirigindo o seu discurso para um “terreno memético”, o primeiro-ministro do romance *Ensaio sobre a Lucidez* faz referências autodenunciadoras em relação à “fragilidade” racional de veiculação e inserção dos memes na mente: “a comparação é grosseira e enganosa”, “uma ofensa à inteligência, à lógica e ao senso comum”, “se deixem impressionar”, “desviar da direção correta”. O alvo do seu discurso impõe uma perspectiva claramente evolucionista, de seleção dos memes mais fortes que sejam colocados num grande número de “recipientes” humanos, através da linguagem, “o cavalo troiano” que seduz a mente transformada num palco de alternância entre dúvida e persuasão: “e espero que depressa se venham a converter em esmagadora maioria, se deixem impressionar, que se perguntem diante do espelho se não estarão outra vez cegas, se esta cegueira, ainda mais vergonhosa que a outra, não os estará a desviar da direção correta, [...]”. A transmissão vertical dos memes (que trabalham para si próprios e não para o indivíduo ou organismo) de uma geração para outra, no exercício “democrático” do voto, torna-se uma maneira

⁹⁰Susan Blackmore (1999), “Meme, Myself, I” in “New Scientist”. Disponível em: <http://www.susanblackmore.co.uk/journalism/NSmeme%201999.htm> em 08/10/2011: “Just as selfish genes group together for mutual protection, so whenever memes can propagate better as part of a group than on their own they form co-adapted meme complexes, or memeplexes. Memeplexes include languages, religions, scientific theories, political ideologies and belief systems such as acupuncture or astrology. Like memes, memeplexes spread as long there is some reason for them to be copied. Some are true or useful; others are copied despite being false”.

⁹¹A. Lynch, (1996), “Memes: Self-replicants or Mysticism”. Disponível em <http://www.wired.com/braintennis/96/43/bt0a.html>: em 13/10/2011: “Memeticists don’t say that people have memes, we say that memes have people”.

de capitalizar “ideologias” (neste caso, políticas), memosfera fundamental de coerência social: “sombra de rotinas eleitorais que durante gerações e gerações lograram escamotear [...]”. Estas “rotinas” são dispositivos transportadores dos memes, verdadeiros “protetores” que garantem a qualidade e a fidelidade de replicação, num processo similar à transmissão genética. A propaganda transforma o corpo em “meme machine”⁹², que veicula os memes nos corpos, “diminuindo” a complexidade ideológica do mundo aos simples fenômenos da mente. Os mitos antigos são, desta maneira, substituídos pelo discurso propagandista, derivado das ideologias políticas e lendas urbanas, proliferando e contagiando matrizes cognitivas que configuram novas “realidades” de convivência. Uma consequência de uma situação epidémica é o controlo da propagação através de um outro meme, da quarentena, efeito da colisão entre vários memplexes. No romance *Ensaio sobre a Lucidez*, o estado de sítio indica este esforço de proteção de uma *memosfera*, tornando-se a cláusula do corpo e a coerção da mente um esforço conjugado para preservar o mesmo “canal memético”: as pessoas são reduzidas pela ideologia política a meras “ferramentas” eleitorais. O desvio deste caminho preestabelecido pelos hábitos e ritmos meméticos (o exercício do voto será, então, interpretado como um ato automático do corpo ideológico) provoca uma colisão inevitável. A quarentena da mente é quase um projeto utópico de controlar e vigiar um fluxo imprescindível de pensamentos, de impedir um processo de contágio que provoque uma degradação do meio vital dos corpos veiculando memes:

“[...] a cidade, reparando bem, já não faz parte do mundo conhecido, tornou-se numa panela cheia de comida podre e de vermes, numa ilha empurrada para um mar que não é o seu, um lugar onde rebentou um perigoso foco de infeção e que, à cautela, foi posto em regime de quarentena, à espera de que a peste perca a virulência ou, por não ter mais a quem matar, acabe por se devorar a si mesma. (Saramago, 2004: 117)

A propaganda política que gera através de discursos “doses de certezas”, configurando novas perspectivas ideológicas de uma maneira “industrial”, explora instintos básicos de sobrevivência, justificando a coesão social em memplexes da nacionalidade que “garantissem” os princípios das instituições democráticas:

Queridos compatriotas, queridas compatriotas, o país tem vivido nas últimas semanas aquela que é sem dúvida a mais grave crise de quantas a história do nosso povo regista desde o alvorecer da nacionalidade, nunca como agora foi tão imperiosa a necessidade de uma defesa à outrance da coesão nacional, alguns, uma minoria em comparação com a população do país, mal aconselhados, influenciados por ideias que nada têm que ver com o correto funcionamento das instituições democráticas vigentes e do respeito que se lhes deve, vêm-se comportando como inimigos mortais dessa coesão, é por isso que sobre a pacífica sociedade que temos sido paira hoje a ameaça terrível de um enfrentamento civil de

consequências previsíveis para o futuro da pátria, o governo foi o primeiro a compreender a sede de liberdade expressada na tentativa de saída da capital levada a cabo por aqueles a quem sempre reconheceu como patriotas da mais pura água, esses que em circunstâncias das mais adversas têm atuado, quer pelo voto quer pelo exemplo da sua vida dia a dia, como autênticos e incorruptíveis defensores da legalidade, assim reconstituindo e renovando o melhor do velho espírito legionário, honrando, ao serviço do bem cívico, as suas tradições, ao virarem decididamente as costas à capital, Sodoma e Gomorra reunidas no nosso tempo, assim demonstraram um ânimo combativo merecedor de todos os louvores e que o governo reconhece, [...] (SARAMAGO, 2004:163)

A técnica propagandística remete para a diabolização do “inimigo memético” (“inimigos mortais”), que veicula comportamentos subversivos contra um sistema ideológico preservado pela tradição, pelo “velho espírito legionário”; a virulência do discurso constrói-se em séries binárias opostas (“inimigos mortais”, “patriotas da mais pura água”, “autênticos e incorruptíveis defensores da legalidade”), dividindo o mundo em dois campos de confronto obrigatório (os ouvintes não têm uma terceira opção, pois o mundo é construído à imagem do voto, “escolher” uma fórmula política da sociedade ou ficar excluído. O intertexto bíblico que se refere a um mundo apocalíptico provocado pelo castigo, Sodoma e Gomorra, e a “salvação” dos patriotas, dos “legionários” do paradigma democrático do voto, reconstrói, de uma maneira alusiva, a experiência extrema do nazismo, que aniquilava o espaço mental e somático do inimigo através de uma quarentena abusiva. A hostilidade toma formas intolerantes em relação a estes “hereges” meméticos, polarizando uma guerra aparentemente metafísica, entre o Bem e o Mal, numa metapropaganda destinada a diminuir o impacto de uma outra fonte memética: “*mal aconselhados, influenciados por ideias que nada têm que ver com o correto funcionamento das instituições democráticas vigentes*”. Fortificar o próprio memplex memético para prevenir “falhas” de vulnerabilidade em relação a um possível ataque intrusivo por um outro paradigma do pensamento seria uma estratégia que teria um alcance importante no que respeita ao impacto psicológico, mas também ao número de pessoas contaminadas através dos meios de comunicação social:

Faça saltar da cama o seu melhor redator de discursos, ponha-o a trabalhar à vista, e entretanto despache à comunicação social a informação de que o ministro do interior falará pela rádio às seis horas, a televisão e os jornais ficam para depois, o importante neste caso é a rádio, São quase cinco horas, senhor primeiro-ministro, Não precisa de mo dizer, tenho relógio, Desculpe, só queria mostrar que o tempo é apertado, Se o seu escritor não for capaz de arrumar trinta linhas num quarto de hora, com ou sem sintaxe, melhor é pô-lo na rua, E que deverá ele escrever, Qualquer arrazoado que convença aquela gente a voltar para casa, que lhe inflame os brios patrióticos, diga que é um crime de lesa-pátria deixar a capital abandonada às mãos das hordas subversivas, diga que todos aqueles que votaram nos partidos que estruturam o atual sistema político, incluindo, como não se pode evitar referir, o partido do meio, nosso

direto competidor, constituem a primeira linha de defesa das instituições democráticas, diga que os lares que deixaram desprotegidos serão assaltados e saqueados pelas quadrilhas insurretas, não diga que nós os assaltaremos se for necessário, Podíamos acrescentar que cada cidadão que decida regressar a casa, quaisquer que sejam a sua idade e a sua condição social, será considerado pelo governo como um fiel propagandista da legalidade, Propagandista não me parece muito apropriado, é demasiado vulgar, demasiado comercial, além disso, a legalidade já goza de suficiente propaganda, levamos o tempo todo a falar dela, Então, defensores, heraldos ou legionários, Legionários é melhor, e soa forte, marcial, defensores seria um termo sem tesura, daria uma ideia negativa, de passividade, heraldos cheira a idade média, ao passo que a palavra legionários sugere imediatamente ação combativa, ânimo atacante, ainda por cima, como sabemos, é um vocábulo de sólidas tradições, [...] neste momento todos os rádios dos carros estão ligados, o que importa é que a notícia da comunicação ao país seja anunciada já e repetida minuto a minuto, O que eu temo, senhor primeiro-ministro, é que o estado de espírito de todas aquelas pessoas não esteja muito no sentido de se deixarem convencer, se lhes dizemos que vai ser lida uma comunicação do governo, o mais provável é pensarem que os autorizamos a passar, as consequências da decepção podem ser gravíssimas, É muito simples, o seu redator de arengas vai ter de justificar o pão que come e todo o mais que lhe pagamos, ele que se desenrasque com o léxico e a retórica [...] (Saramago, 2004: 154-155)

A estratégia de infestação segue uma hierarquia dos canais transportadores de meme, tendo em vista a importância da função fática da linguagem, o impacto emocional que facilita a inserção da informação na mente dos virtuais hospedeiros: a rádio tem prioridade, pois a informação dirigida só ao ouvido permite a construção fantasmática da realidade a partir do medo veiculado de uma maneira sistemática repetitiva (“o que importa é que a notícia da comunicação ao país seja anunciada já e repetida minuto a minuto”) pelas palavras de um orador especializado em textos que disfarçam a realidade. A imagem aparecerá só depois, através da televisão e jornais, para apoiar este “desvio” perceptivo controlado na configuração de um mundo estável de “certezas” meméticas. Os mecanismos da propaganda são claramente indicados pelo controlo de informação, da censura (“diga que os lares que deixaram desprotegidos serão assaltados e saqueados pelas quadrilhas insurretas, não diga que nós os assaltaremos se for necessário”), mas também por uma seleção lexical muito rigorosa em relação ao próprio termo de propagandista. Mais uma vez o termo legionário impõe-se no discurso, através das suas conotações marciais e do seu uso conetado com “sólidas tradições” ideológicas (memeplexes que tiveram sucesso por um longo período de tempo na história de perseguição humana). Esta propaganda intensivamente mediatizada que tem por objetivo persuadir “com o léxico e a retórica” é um *topos* literário emergente também no romance *Intermitências da Morte*, onde a epidemia da imortalidade impõe um discurso patético propagandista de quarentena dos corpos doentes nos próprios lares. Neste caso, o controlo do movimento demográfico representa um esforço de preservar o memeplex religioso, de regresso “aos valores transcendentais”:

Teoricamente assim é, ainda que, como sabemos, eles sejam capacíssimos de espremer de uma pedra a água que lá não está e depois vendê-la mais cara, de um modo ou outro continuo sem ver que ideia é essa sua, É simples, senhor primeiro-ministro, Oxalá o seja, Em poucas palavras, estancar o caudal da oferta, E isso como se conseguiria, Convencendo as famílias, em nome dos mais sagrados princípios de humanidade, de amor ao próximo e de solidariedade, a ficar com os seus enfermos terminais em casa, E como crê que poderá produzir esse milagre, Estou a pensar numa grande campanha de publicidade em todos os meios de difusão, imprensa, televisão e rádio, incluindo desfiles de rua, sessões de esclarecimento, distribuição de panfletos e autocolantes, teatro de rua e de sala, cinema, sobretudo dramas sentimentais e desenhos animados, uma campanha capaz de emocionar até às lágrimas, uma campanha que leve ao arrependimento os parentes desencaminhados dos seus deveres e obrigações, que torne as pessoas solidárias, abnegadas, compassivas, estou convencido de que em pouquíssimo tempo as famílias pecadoras se tornariam conscientes da imperdoável crueza do seu atual comportamento e regressariam aos valores transcendentais que ainda não há muito tempo eram os seus mais sólidos alicerces (Saramago, 200: 60)

Nos dois fragmentos citados acima existem varias referências ao discurso literário, quanto ao léxico e à retórica, à sintaxe, aos universais humanos como temas literários de impacto intersubjetivo (“em nome dos mais sagrados princípios de humanidade, de amor ao próximo e de solidariedade”), indicando a replicação memética através da propaganda sempre associada ao universo de ficção, onde o Senso seria um resultado dos erros na adaptação dos memes ao ecossistema mental de fantasmas: os memes sucedidos, inseridos na mente, são aqueles que preenchem uma falha de inadequação estrutural afetivo, tornar menos denso o mundo real, produzindo um senso conectado sempre com o universo ficcional. O romance *Ensaio sobre a Lucidez* explora de uma maneira sistemática este discurso orientado para a manipulação dos comportamentos meméticos visando alargar a complexidade do simbolismo da lucidez: o descondicionamento e a desprogramação do ato memético, como subversão das ideologias políticas que uniformizam a paisagem mental. A ideologia como estrutura de representação no espaço literário poderia constituir um contexto reflexivo em relação à inserção do memes através das várias formas discursivas das “ideias itinerantes”, num ritmo de repetição obsessivo; a matriz discursiva do texto ideológico e literário teria em comum um “palco estilístico” incorporando conteúdos meméticos. Mas, o espaço literário adiciona o nível simbolístico subversivo, um verdadeiro “ensaio sobre a lucidez” que obriga o leitor a um confronto pessoal crítico de análise metamémica. A literatura, como *performance* artística da memória cognitiva e afetiva da experiência humana, transpõe vários paradigmas meméticos num plano de expressão estética, configurando uma “base” para novos espaços de liberdade em relação aos memes: “denunciar” os “lares” normativos da mente provoca espaços livres para uma interpretação própria, criativa do mundo. O simbolismo associado a este ato interpretativo implica um indeterminismo e uma abertura do texto literário suscetível de impregnar a mente de valências virtuais na conotação do real, ultrapassando o nível teleológico das propagandas reais que mobilizam o aparelho burocrático de uma maneira que se quer científica.

Censurar, desinformar, manipular a informação disponível em função do alvo memético da propaganda torna-se *topos* literário comum na maioria das obras de José Saramago, conectado sobretudo com situações de epidemias biológicas. A propaganda exaltante, marcial, empática toma várias formas de expressão, numa variedade impressionante, que deixa pouco espaço de revolta para os outros memes rivais:

O vexame do ministro do interior foi ter de testemunhar, impotente, como, a pretexto de uma impostergável urgência nacional, o primeiro-ministro punha em movimento, ainda por cima com a forçada concordância do presidente da república, a maquinaria mediática que, englobando imprensa, rádio, televisão e todas as mais subexpressões escritas, auditivas e visualizáveis disponíveis, quer decorrentes quer concorrentes, haveria de convencer a população da capital de que, desgraçadamente, estava outra vez cega. (SARAMAGO, 2005:186)

À cegueira física ocorrente quatro anos antes da epidemia da abstenção, o governo opõe um outro tipo de cegueira, provocada por uma intensiva propaganda que explora de uma maneira abusiva o visual; a confusão provocada pela explosão de informações visuais invalida o ato cognitivo próprio, sendo o corpo assaltado pelos memes, veiculando a sua única razão de existência – o processo autorreplicativo⁹³:

Digamos que pôs a estopa e eu contribuí com o prego, e que a estopa e o prego juntos me autorizam a afirmar que o voto em branco é uma manifestação de cegueira tão destrutiva como a outra, Ou de lucidez, disse o ministro da justiça, Quê, perguntou o ministro do interior, que julgou ter ouvido mal, Disse que o voto em branco poderia ser apreciado como uma manifestação de lucidez por parte de quem o usou, Como se atreve, em pleno conselho do governo, a pronunciar semelhante barbaridade antidemocrática, deveria ter vergonha, nem parece um ministro da justiça, explodiu o da defesa, Pergunto-me se alguma vez terei sido tão ministro da justiça, ou de justiça, como neste momento, Com um pouco mais ainda me vai fazer acreditar que votou em branco, observou o ministro do interior ironicamente, Não, não votei em branco, mas pensá-lo-ei na próxima ocasião. (Saramago, 2004:176)

O corpo deficiente de experiência visual reconstrói um mundo memético “fraco”, tendo em conta a construção de um universo de vivência sensorial diferente, a partir dos sentidos pouco explorados durante a predominância sensorial da visão: o tato, o olfato, o sabor, implicam uma empatia entre o corpo e o mundo, um contacto sensorial direto que torna as estereotipias visuais inválidas no ato de cognição. A cegueira física do romance *Ensaio sobre a cegueira* “prepara” um corpo imune à epidemia ideológica do voto do romance *Ensaio sobre a cegueira*: as personagens que viveram uma vez a “experiência total” do corpo através da cegueira

⁹³ In our new mimetic view of the universe, we should see these great steps in copying technology not as inventions consciously created for our own benefit, but as the inevitable consequences of memetic evolution. And cui bono? The memes. It is this process that may one day let memes right off the leash. (Blackmore, 2000:40)

ganharam outras “visões do mundo” inflexíveis em relação à manipulação memética habitual. O corpo redescoberto através da cegueira ganha a lucidez necessária para se opor ao fluxo memético que configura padrões obrigatórios de existência; o sofrimento da *soma* seria um “desvio” necessário contra o engano da mente:

Le corps survit en faisant son affaire de ce double aveuglement. Il ne triche pas, mais demeure silencieux ; il dit la vérité, mais nous l’entendons mal. Son expérience l’emporte sur toute spéculation. Patior, ergo sum. Je suis d’abord ce que la douleur a fait de mon corps ; après seulement, loin derrière et longtemps après, je suis ce que je pense. Je vois que tu souffres et comment tu t’y prends pour supporter la douleur, je peux te dire qui tu es ; ce que tu penses avoue rarement et ce que tu dis ment à l’infini. (Serres, 1999 :56)

O confronto entre o ministro de justiça e o ministro de defesa é um momento dilemático na interpretação subversiva dos papéis sociais que nos obriga a escolher um caminho memético: ser ministro de justiça não implica sempre lucidez do pensamento, mas, antes, seguir uma coerência artificialmente construída pelo processo replicativo do meme da “democracia”; a autodenúncia deste falso modelo de lucidez provoca uma reação de defesa do próprio memeplex político (a opção de Saramago pela figura do ministro de defesa transforma o espaço mental num jogo estratégico de xadrez de inserção de inimigos meméticos no terreno do adversário...). Técnicas de verosimilhanças da mentira e da falsificação das fontes informativas, impregnando o discurso oficial dos representantes políticos de confiança, como o do presidente, provocam dissonâncias cognitivas (“introduzirei as alterações que achar convenientes”), variantes enganadoras da lucidez, que invadirão a mente, como os papéis que bombardeiam fisicamente a cidade, veículos “brancos” da nova cegueira de lucidez:

O que proponho, senhor primeiro-ministro, é uma ação rápida, de choque, com helicópteros, Não me diga que está a pensar em bombardear a cidade, Sim senhor, estou a pensar em bombardeá-la com papéis, Com papéis, Precisamente, senhor primeiro-ministro, com papéis, em primeiro lugar, por ordem de importância, teríamos uma proclamação assinada pelo senhor presidente da república e dirigida à população da capital, em segundo lugar, uma série de mensagens breves e eficazes que abram caminho e preparem os espíritos para as ações de efeito previsivelmente mais lento que o senhor primeiro-ministro preconizou, isto é, os jornais, a televisão, as recordações de vivências do tempo em que estivemos cegos, relatos de escritores, etc., a propósito, lembro que o meu ministério dispõe da sua própria equipa de redatores, pessoas muito treinadas na arte de convencer as pessoas, o que, segundo tenho entendido, só com muito esforço e por pouco tempo os escritores conseguem, A ideia parece-me excelente, interrompeu o presidente da república, mas evidentemente o texto terá de vir à minha aprovação, introduzirei as alterações que achar convenientes, de todo o modo acho bem, é uma ideia estupenda, que tem, além do resto, a enorme vantagem política de colocar a figura do presidente da república na primeira linha de combate, é uma boa ideia, sim senhor. (Saramago, 2004:183)

Poderíamos associar este ato simbólico de difusão visível da informação através da “chuva dos papéis” à propaganda branca, que tem sempre uma fonte abertamente identificada (neste caso o governo) e que prefere optar, numa primeira etapa, por métodos brandos de persuasão, através dos discursos que tentam apresentar e argumentar um ponto de vista. Os memes atravessam de uma maneira viral as máquinas tecnológicas do sistema político, alternando várias “morfologias” da propaganda, para que o conteúdo seja acessível a um maior número de hospedeiros mentais. Na ótica literária de Saramago, a força de replicação dos memes, no contexto político, denuncia o descontrolo e a proliferação da informação “canalizada” através dos meios tecnológicos (que permitem uma velocidade fatal no processo do contágio memético), subvertendo os princípios básicos da própria democracia: a liberdade de expressão não pode proibir a propaganda, que, em realidade, revela ser uma forma perversa de proselitismo⁹⁴:

Tomai a severidade dos meus avisos, não como uma ameaça, mas como um cautério para a infeta supuração política que haveis gerado no vosso seio e em que vos estais revolvendo. Voltareis a ver-me e a ouvir-me no dia em que tiverdes merecido o perdão que, apesar de tudo, estamos inclinados a conceder-vos, eu, vosso presidente, o governo que haveis elegido em melhores tempos, e a parte sã e pura do nosso povo, essa de que neste momento não sois dignos. Até esse dia, adeus, e que o senhor vos proteja. (Saramago, 2004: 99)

Este proselitismo fervente que defende um memplex político opõe-se ao martírio do corpo que se protege contra a contaminação ideológica; a morte da mulher vidente que salvou a humanidade cega demonstra que a verdadeira cegueira não é dos olhos, mas da mente, esvaziada da lucidez pela invasão contínua do fluxo memético.

BIBLIOGRAFIA:

- Aunger, Robert (2002), *The Electric Meme*, Nova Iorque: Free Press.
- Blackmore, Susan (1999), *The Meme Machine*, Oxford: Oxford University Press. Blackmore, Susan (1999), “Meme, Myself, I” in “New Scientist”. Disponível em: <http://www.susanblackmore.co.uk/journalism/NSmeme%201999.htm> em 08.10.2011
- Blackmore, Susan (2000), “The memes’s eye view”. In Robert Aunger (ed.). *Dawinizing Culture. The Status of Memetics as a Science*. Oxford: Oxford University Press.
- Brodie, Richard, (1996), *Virus of the Mind*, Seattle: Integral Press.
- Burroughs, William (1981), *Cities of the Red Night*, Nova Iorque: Henry Holt and Company.
- Burroughs, William (1961), *The Ticket That Exploded*, Nova Iorque: Grove Press.
- Burroughs, William (1998), *The Word Virus*, Nova Iorque: Grove Press.
- Carroll, Joseph (ed.) (2004), *Literary Darwinism*, Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Dawkins, Richard (1989), *The Selfish Gene*, Oxford: Oxford University Press.
- Dawkins, R. (1993), “Viruses of the mind”. In B. Dahlbohm (ed). *Dennett and his Critics: Demystifying Mind*. Oxford: Blackwell.
- Ewald, Paul W. (2000), *Plague Time: How Stealth Infections Cause Cancers, Heart Disease and Other Deadly Ailments*. Londres: The Free Press.
- Deleuze, Deleuze (1972). *L’Anti-Oedipe. Capitalisme et schizophrénie*, Paris : Les éditions de Minuit.
- Guillo, Dominique (2009). *La Culture, le gène et le virus – La mémétique en question*. Paris : Hermann.

⁹⁴ Como um vírus de computador, o meme prolifera antes pelo simples facto de programar a sua retransmissão. Recordemos o exemplo clássico dos dois missionários em missão num país rico e politicamente estável - um deles diz: «O fim está próximo, arrependei-vos ou tereis um grande sofrimento», enquanto a mensagem do outro recomenda apenas que se goze uma vida feliz. Embora a segunda mensagem seja muito atraente e reconfortante, será a primeira que triunfará. Porquê? Porque, se realmente acreditarmos que o fim está próximo, faremos um esforço tremendo visando a conversão do maior número de pessoas possível, ao passo que a segunda crença não requer o mesmo empenhamento no proselitismo.” (Zizek, 2010: 172)

- Gray, John (2007), *Sobre Humanos e outros animais*, Lisboa: Edições Asa.
- McNamara, Adam (2011), "Can we measure meme" in "Frontiers in evolutionary neuroscience". Disponível em http://www.frontiersin.org/Journal/Abstract.aspx?ART_DOI=10.3389%2Ffnevo.2011.00001&name=evolutionary_neuroscience em 02/12/2011.
- Lynch, A. (1996), "Memes: Self-replicants or Mysticism". Disponível em <http://www.wired.com/braintennis/96/43/bt0a.html>: em 13/10/2011
- Lynch, A. (1996). *Thought Contagion: How Belief Spreads Through Society*, Nova Iorque: Basic Books.
- Serres, Michel (1985), *Les cinq sens*, Paris: Bernard Grasset.
- Serres, Michel (1999), *Variations sur le Corps*, Baumes-les-Dames : Le Pommier.
- Wilson, Edward O. (1998), *Consilience: the Unity of Knowledge*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Smail, Lord Daniel (2008), *On Deep History and the Brain*, California: University of California Press.
- Zizek, Slavoj (2010). *Viver no fim dos tempos*, Lisboa: Relógio da Água.

28. URBANO BETTENCOURT, ESCRITOR CONVIDADO, UNIVERSIDADE DOS AÇORES



Manuel Urbano Bettencourt Machado

TEMA 3: FERNANDO AIRES E A GERAÇÃO DE (19)40, URBANO BETTENCOURT, UNIVERSIDADE DOS AÇORES, PONTA DELGADA.

Numa entrada do seu diário, com a data de 15 de fevereiro de 1998, escreveu Fernando Aires:

A rever fotografias de há quase cinquenta anos. O grupo do Jade em casa do António Canavarro, na Rocha Quebrada (Pópulo). Está o Jacinto Albergaria, está o Eduíno, o Eduardo Vasconcelos Moniz (o sujeito que o havia de assassinar ainda não tinha nascido). Estou eu. É o grupo fundador do Círculo Literário Antero de Quental que, pelos anos 40 (mais precisamente, 46), se arvorou em mentor do movimento modernista a introduzir na Ilha e se destinava, por definição, a acabar com o conservantismo que estagnava as letras açorianas. Em 48 junta-se-nos o Carlos Wallenstein, o Rui-Guilherme de Moraes, Mário Barradas, Machado da Luz, tudo rapazes frequentando ainda o Liceu de Ponta Delgada. José Enes, Dias de Melo., Madalena Férin, gente de nome feito, vêm dar credibilidade ao projeto. Naquele tempo vivia-se no Estado Novo. O que cheirava a novidade, cheirava a subversão, que era sinónimo de comunismo. Assim, éramos elementos suspeitos, «espíritos imbuídos de ideias perniciosas», como se dizia de nós. (1999: 62)

Não é de geração que nos fala o texto de Fernando Aires, apenas de grupo – a, que aliás, já se chamou o «grupo de Ponta Delgada», o «grupo d'A Ilha» (nome do jornal onde mais sistematicamente se manifestaram as suas intenções e intervenções estéticas), «grupo de 47» (Silveira, 1986: 40) ou mesmo o «grupo do Bar Jade», designação da preferência de Fernando Aires (1990: 27). Na verdade, aquilo que em primeiro lugar se deteta é a existência de um grupo, entidade mais facilmente delimitável do que a de geração, conceito de contornos fluidos,

imprecisos por vezes, insuscetíveis de uma delimitação rigorosa a régua e esquadro. Se a idade pode ser um dos critérios para falar de geração, importaria definir a amplitude temporal que a circunscreveria, analisando ainda a noção pessoal de pertença ou não a uma geração; neste caso, entrariam em jogo fatores como afinidades ou proximidades estéticas, convergências ou divergências em relação ao grupo etário, ressaltando-se ainda o facto de que, mesmo dando sinais de vida pela década de quarenta, a nível da imprensa, esta geração só se afirma de forma definitiva em livro a partir do início da década seguinte. Em todo o caso, o sentido de geração não era totalmente alheio à reflexão e à prática desses tempos.

A 27 de outubro de 1945, o jornal *A Ilha* trazia à esquerda da primeira página um *fundo* de Pedro da Silveira intitulado «Posição e ponto de partida duma geração». O texto de Pedro da Silveira não constituía um manifesto, mas procedia a uma análise do quadro histórico e social em que se situava uma geração, a sua, e das tarefas que lhe eram exigidas nesse contexto. A leitura de outros textos do autor vindos a público n' *A Ilha* permite-nos uma perspetiva mais abrangente dessa análise e dos vetores que a enformavam, nomeadamente o fim da segunda guerra e o triunfo da democracia sobre a irracionalidade, com o que isso criava de expectativas (goradas, como se sabe) de uma transformação política interna, no sentido de um outro modelo político e social. E esse mesmo sentido de geração já tivera, em termos meramente literários, um afloramento anterior com a *Miscelânea de prosa e verso* editada em 1943 por Carlos Tomé. Aí se reúnem textos de Egito Gonçalves (precisamente um dos militares continentais expedicionários em S. Miguel), Gustavo de Fraga, J. M. Camilo de Melo, Lopes de Araújo, Lopes de Almeida, Raposo de Lima e Virgílio de Oliveira. A breve nota de apresentação, não assinada, traz à consideração alguns aspetos da literatura na sua dimensão institucional ao referir a insuficiência da imprensa enquanto lugar onde os autores possam devidamente instituir-se como tais, ocupando o seu espaço público e de onde possam estabelecer um diálogo com o leitor: é um meio de comunicação fugaz, precário, que se esgota no próprio momento da publicação e traduz, além do mais, uma cedência do jornalista às expectativas e sobretudo ao gosto do leitor comum. Só livro poderia fazer face a estas limitações, pelo seu carácter duradouro, não sujeito às contingências do tempo, aberto à comunidade de leitores presentes e futuros. Na perspetiva do seu editor, *Miscelânea* cumpria a missão de assinalar a presença da nova geração no mundo em preparação: «mensagem, embora modesta, da Mocidade de hoje ao Mundo de amanhã.» (Tomé, 1943: 6).

Em qualquer dos casos, e olhando para esses anos de 1940, o que importa ressaltar para lá de tudo é a existência de um conjunto de jovens (uns mais do que outros, biologicamente) que partilham um determinado momento histórico, têm em comum um quadro de referências estéticas e literárias e o propósito de intervenção e de afirmação literária num espaço social e cultural (também geográfico) bem definido – e de que o referido texto de Fernando Aires dá conta. Aos nomes referidos por este, acrescenta Eduíno de Jesus os de Fernando de Lima e Eduardo Bettencourt de Ávila, registando que outros que não pertenciam ao Círculo acabaram por integrar a sua

roda literária, como por exemplo, Pedro da Silveira. Eduíno de Jesus traça ainda um quadro da arte e da literatura nos Açores nesses anos, ao mesmo tempo que desenvolve e aprofunda os propósitos do grupo:

«Os nossos objetivos eram, por um lado, acabar com o ostracismo a que estavam votadas nos Açores a literatura e as artes modernas, não obstante o prestígio que tinham nas letras (por se ignorar ou fazendo-se por ignorar a sua obra «modernista») autores como Armando Côrtes-Rodrigues e Vitorino Nemésio e o contributo dado à modernidade no campo das artes plásticas por Canto da Maia, Domingos Rebelo, Albuquerque Bettencourt, António Dacosta, e, por outro lado, encontrar, pela teoria e na prática a identidade (se a tinha) de uma literatura propriamente açoriana, seguindo o exemplo de Cabo Verde e na pegada de Roberto de Mesquita, Vitorino Nemésio, etc. Não foi fácil. Naquele tempo, a palavra «Modernismo», nos Açores, ainda cheirava a enxofre e pronunciá-la era como anunciar a 8.ª praga do Egito, e quanto a ideias «nativistas», mesmo só no âmbito da Literatura, sustentá-las era concitar a suspeição de antipatriotismo, um pouco como hoje, é certo, mas com a agravante de que, naquela altura, se indistinguiam os conceitos de «pátria» e «Estado Novo», do que resultava as ideias «nativistas» serem tidas por abjurantes do tabeliônico «repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas». (1987: 3)

As referências de Eduíno são claras: a modernidade nas artes plásticas e na literatura, o exemplo (a *lição*, dirá Pedro da Silveira) colhido noutra espaço insular, o cabo-verdiano, a proposta de uma reflexão teórica que, acompanhando a prática literária, indagasse a possibilidade e os termos de uma literatura açoriana. Em suma, tratava-se de um projeto que articulasse as expressões estéticas da modernidade com uma reavaliação da tradição açoriana em várias dimensões (a poética de Mesquita e o enquadramento da literatura açoriana, uma questão que vinha já desde meados do século XIX e atravessava praticamente o século XX até àquele momento). Sob um outro ângulo, o que aí se configurava era a construção de um projeto cultural e literário assente numa dinâmica de exterior-interior, não numa atitude de simples imitação, mas de incorporação e transformação de acordo com as condições do próprio espaço, uma «poética da relação», para utilizar os termos de Edouard Glissant. Aos modernismos português e cabo-verdiano, referidos por Eduíno, importa ainda acrescentar o modernismo brasileiro da Semana de Arte de 1922 como um dos *modelos* mais presentes no horizonte do grupo. As águas literárias agitavam-se, mas é preciso ver que as coisas não começavam de modo abrupto (como os próprios intervenientes reconhecem). Desde 1945, Pedro da Silveira (alguns anos mais velho) vinha marcando uma presença incisiva no jornal *A Ilha*, onde, a 14 de julho desse ano, inaugurara uma secção intitulada «Notas sobre Literatura Contemporânea», em que se ocupou da moderna literatura cabo-verdiana e do seu poeta Jorge Barbosa. Ao longo dos seis anos seguintes, Pedro da Silveira «visitou» com regularidade os escritores cabo-verdianos e publicou-os cá, alguns deles tendo-se mesmo estreado no jornal de Ponta Delgada. Estava aí aquele que foi um dos principais campos de referência literária e sociocultural do grupo, em termos práticos e teóricos (ao lado do modernismo português de 1915 e do modernismo brasileiro de 1922). De resto, em mensagem

eletrónica de 17.09.2006, o próprio Eduíno de Jesus se referia a este aspeto e ao papel desempenhado pelo cabo-verdiano João de Deus Lopes da Silva, comandante da marinha mercante e irmão do escritor Baltasar Lopes, que a bordo do seu navio reunia em tertúlia os jovens intelectuais de Ponta Delgada, sempre que por cá passava. E quatro anos antes disso, já Ruy Galvão de Carvalho escrevia sobre a poesia modernista e sobre ela fazia palestras de «introdução», uma delas no liceu e em que se empenhara na demonstração de que a poesia modernista é uma poesia de inquietude metafísica de «consciencialização da vida interior». Ocupara-se explicitamente de Orfeu e da *Presença* e ilustrara as suas palavras com exemplos concretos, a tentar afeiçoar os «ouvidos burgueses dos tradicionalistas» (*A Ilha*, 1 de fevereiro de 1941, p. 2). De resto, sobre o ambiente desses anos em Ponta Delgada, importa ter em conta o depoimento prestado a J. M. Tavares Rebelo pelo poeta português Egito Gonçalves, que, na sua condição de militar expedicionário, esteve em Ponta Delgada entre 1942 e 1944 e viria a reconhecer mais tarde a importância e o papel desse tempo na sua formação e mesmo no despertar da sua vocação literária:

Tive a sorte de ser “expedido” para S. Miguel onde me foi dado conviver com alguns dos escritores de Ponta Delgada. Estive ali dois anos e, transitando pela cidade, ou enchendo os olhos pelas estradas de Nordeste aos Mosteiros, frequentando o “Bureau de Turismo” que me fornecia as últimas novidades em livros, eu ia crescendo... (...) sei quanto devo, na minha formação, aos dois anos que ali passei... trouxe dos Açores um acréscimo de cultura, o interesse por coisas que antes desconhecia, e os olhos cheios de uma paisagem inesquecível. (Rebelo, 2001: p. 9)

E, dentre os seus mentores ou padrinhos literários, referia Egito Gonçalves os nomes de Armando Côrtes-Rodrigues, Diogo Ivens, Ruy Galvão de Carvalho e João da Silva Júnior⁹⁵, que, não sendo um escritor, sempre esteve ao lado deles, enquanto divulgador atento das suas obras e livreiro que também era, mediante o seu Bureau de Turismo; viria depois a conviver com os jovens da geração seguinte, uns e outros convocados no seu primeiro livro, *Poema para os Companheiros da Ilha* (1950).

Sobre o sentido geral desse tempo, a sua dinâmica e a sua projeção, interrogava-se ainda Egito Gonçalves:

“Sempre uma incógnita insolúvel me perturbou: se os acasos da sorte não me tivessem levado para Ponta Delgada, o que teria sido? Como poderia a literatura ter surgido, se surgisse?” (Rebelo, *ibidem*)

⁹⁵ Em mensagem eletrónica que me enviou a 10 de março de 2012 (data do centenário de nascimento de Silva Júnior), escreveu Eduíno de Jesus: «Pelo Bureau do Turismo (não sei se se escrevia "tourismo", assim hibridamente), passavam, no tempo da 2ª Guerra, e ali se encontravam, os rapazes do 1º Grupo de *A Ilha* (o Egito Gonçalves, o Silva Duarte, o Virgílio Filipe e outros), e às vezes também o Côrtes-Rodrigues e não sei se ainda o Ruy Galvão e o Diogo Ivens. Depois da dispersão deste Grupo com o fim da Guerra, o Grupo que os substituiu n' *A Ilha* também aparecia no Bureau: o Pedro, eu e o Jacinto, o Fernando de Lima, etc. O Silva Júnior lá estava para nos aturar. Acho que merece ser lembrado. A História da Literatura moderna nos Açores passou pelo seu Bureau.»

Apesar de o Bar Jade estar referenciado como o ponto de encontro ou de tertúlia do grupo, não há informação muito precisa sobre o seu «funcionamento», digamos assim. As referências que a ele faz Fernando Aires são meramente pontuais e falta-nos a evocação memorialista que poderia traçar-nos um quadro mais preciso do seu «ambiente», embora possamos admitir alguma atitude de hostilidade decorrente da atitude geral do meio citadino que tanto Eduíno de Jesus como Fernando Aires anotam, respetivamente, na referida entrevista e no volume V de *Era uma vez o tempo*. Ainda assim, um apontamento mais específico ocorre numa mensagem eletrónica de Eduíno de Jesus. A 27 de janeiro de 2006, e a propósito da passagem dos 250 anos do nascimento de Mozart, enviei a um grupo de amigos o poema «Mozart no céu», de Manuel Bandeira. E recebi em resposta o seguinte comentário de Eduíno de Jesus, que é também um depoimento geracional:

Manuel Bandeira é ainda hoje o "meu" poeta da saudade (a minha grande saudade!) da tertúlia do Bar Jade. Vocês, os rapazes de hoje, não podem ler os "modernistas" do 1º Modernismo português, o de 1915-17, ou do modernismo brasileiro da Semana de Arte Moderna de 22, com a mesma emoção que nós, os rapazes de há 60 anos. Vocês já nasceram "modernos", não há extravagância estética que não seja familiar a vocês. Mas nós tínhamos nascido românticos (podíamos admitir no máximo as ousadias realistas de um Cesário Verde), quando, de repente, descobrimos Pessoa e o seu entourage paúlco-interseccionista-sensacionista/futurista. Foi o delírio! Os brasileiros vieram logo a seguir. Ler Bandeira em voz alta no Bar Jade e "gozar" o arrepio que isso fazia o auditório bufar, remexer-se nas cadeiras ou pagar a conta e ir bocejar para outro lado, era um prazer malévolos nosso que jamais foi possível sentir de novo depois desse tempo passado.

Qual o papel, o desempenho do «grupo do Jade», do Círculo Literário Antero de Quental? Em primeiro lugar, o grupo deve ser avaliado por aquilo que foram as suas atividades (iniciadas efetivamente a partir de 1948) e as dos seus membros individualmente. E *A Ilha* constitui, neste aspeto, um bom repositório. Aí é possível encontrar o registo das Conferências promovidas pelo Círculo, os recitais de Carlos Wallenstein no Cine Jade e no Liceu, trazendo ao conhecimento do público micalense a moderna poesia de língua portuguesa: lá estão, nos recitais de 19 e 23 de setembro de 1949, nomes como os de Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Eugénio de Andrade, Vitorino Nemésio, Violante de Cisneiros/Armando Côrtes-Rodrigues, José Régio, Miguel Torga, os cabo-verdianos Manuel Lopes e Jorge Barbosa, o brasileiro Manuel Bandeira.

A Ilha é, no entanto, mais do que isso. Não poderá dizer-se que foi o porta-voz do modernismo, nunca o foi: nas mesmas páginas onde a poesia e a estética modernistas marcavam presença era possível encontrar a notícia de uma série de conferências a organizar pela Mocidade Portuguesa, e com a informação de que João Ilhéu faria um soneto alusivo ao tema de cada uma delas (faria... e fez mesmo e o jornal publicou alguns deles). Mas graças

ao ecletismo e à tolerância do seu diretor José Barbosa, *A Ilha* tornou-se o local mais visível onde o modernismo pôde manifestar-se, um espaço aberto a outros jovens como Eduíno Borges Garcia e à colaboração diversificada que de Portugal chegava e aberto igualmente a discursos e universos de diferentes quadrantes literários e culturais, em especial os referentes a Cabo Verde, como se disse, e ainda ao Brasil e a Angola, no mundo de língua portuguesa. É ainda o local privilegiado para observar o que foi nesses anos o esforço de renovação e também as resistências verificadas: aí está o fundamentado ensaísmo de Eduíno de Jesus, as polémicas literárias entre antigos e modernos (mesmo entre alguns modernos como Jacinto Soares de Albergaria e Pedro da Silveira); aí está o eco dos pruridos moralistas provocados pela exposição de Victor Câmara, «o maior *sismo* artístico de que há memória nos Açores» (Jesus, 1987: 3) e que justificaram um ensaio de Eduíno de Jesus sobre o problema da moral na arte (10.6.1949); aí está, já por 1953, o debate motivado pelos quatro textos de Eduíno Borges Garcia reunidos posteriormente em separata sob o título de *Por uma autêntica literatura açoriana*⁹⁶ – uma proposta de reflexão que prolonga, noutra contexto histórico, ideológico, a atividade teórica que, desde meados do século XIX, tem vindo a ser feita em torno da literatura açoriana – e neste aspeto os artigos de Borges Garcia (mesmo lacunares do ponto de vista informativo) integram-se nitidamente nos propósitos do grupo. Em segundo lugar, importaria referir que, mesmo indiretamente, se deve a um membro deste grupo⁹⁷ uma parte da divulgação e estudo da literatura açoriana no sul do Brasil, em especial do que se tem desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob orientação de Luiz Ant3nio de Assis Brasil, conforme mensagem eletr3nica do pr3prio (23.6.1999):

«Esquecia de dizer: conheci, pois emigrou para o Brasil e veio residir em Porto Alegre, o Eduardo Vasconcelos Moniz a que te referes a certa altura do teu livro [O Gosto das Palavras III]. Aqui, dedicou-se ao com3rcio. Tive com ele imensas conversas e foi ele quem me introduziu na literatura açoriana, despertando-me para nomes ent3o desconhecidos, como Pedro da Silveira, Vitorino Nem3sio, Roberto de Mesquita. (Eu tinha ent3o 19 ou 20 anos). Emprestou-me o Mau tempo no Canal, que li de um s3 golpe, e, o que n3o entendi, ele me explicou. Li dele pr3prio alguns contos interessantes.»⁹⁸

Em terceiro lugar, 3 justo incluir nesta esp3cie de vis3o global a proje3o do grupo em termos açorianos, traduzida na aproxima3o de outros autores ao grupo do Jade, como j3 Fernando Aires deixa ver na entrada do di3rio inicialmente referida e que Eduíno de Jesus, novamente, integra numa leitura abrangente:

⁹⁶ J3 depois de editada a separata, Borges Garcia publicou n' *A Ilha* (30 de janeiro de 1954) um quinto texto em que responde a d3vidas suscitadas pelos quatro primeiros.

⁹⁷ Eduardo Vasconcelos Moniz, «que se calou, mas nunca se desinteressou.» (Silveira, 1986: 42)

⁹⁸ Luiz Ant3nio Assis Brasil deixou um depoimento mais extenso sobre o assunto em «De como conheci Pedro da Silveira», in SAAL, n.º 4, revista *Saber/Açores*, n.º 43. Ponta Delgada, junho 2 de 2003.

«A geração a que pertenci só veio a adquirir dimensão verdadeiramente açoriana nos anos 50, quando convergiram no mesmo combate pela renovação estética e temática da literatura dos Açores, em que estávamos empenhados, autores como João Afonso, José Enes, Borges Garcia, Silva Grelo [pseudónimo poético de Cunha de Oliveira], Coelho de Sousa, Tomás da Rosa, Dias de Melo, Madalena Féris, etc. (Jesus, 1987: 3)

Finalmente, o papel do grupo, da geração, deve ser avaliado pelo futuro que veio a ser: a escrita e a atividade cultural de uns e outros, a poesia de Pedro da Silveira, Eduíno de Jesus e de Jacinto Soares de Albergaria, o diário e a narrativa de Fernando Aires, a narrativa de Fernando de Lima, de Eduíno Borges Garcia e de Eduardo Vasconcelos Moniz, a investigação dos dois primeiros deles e de Fernando Aires e de Borges Garcia, o ensaísmo e a crítica de artes plásticas por Eduíno de Jesus. É certo que houve aqui diversos andamentos, para utilizarmos a gíria política em circulação: os que não se publicaram em livro, como Vasconcelos Moniz, ou que só postumamente foram editados como Borges Garcia, ou ainda o caso de Fernando Lima, cujos contos só tardiamente foram reunidos em livro – em contraponto aos que fizeram um percurso literário regular, mesmo que precocemente interrompido, como aconteceu com Jacinto Soares de Albergaria. Entre todos eles, o destino literário de Fernando Aires merece uma palavra especial, porque também me parecem especiais os traços que o configuram.

Em 1988, Fernando Aires tem sessenta anos. Por coincidência editorial, esse é o ano em que se estreia em livro de ficção com um volume de contos, *Histórias do entardecer* (premiado num concurso da Direção Regional da Cultura) e em que surge *Era uma Vez o Tempo*, que ficaria depois como o primeiro volume do seu diário⁹⁹. Mesmo tendo publicado mais dois livros de ficção narrativa, Fernando Aires acabaria por ser reconhecido fundamentalmente como diarista. Ora, há neste caso alguns aspetos peculiares a considerar: Fernando Aires não é um escritor com carreira feita, que faça do diário uma muleta ou que precise dele como arena para ajuste de contas com adversários, concorrentes e inimigos ou que se sirva do diário como vitrina para derrame e exposição das dores de umbigo e de cotovelo. Ou seja, o diário nasce como um projeto literário em si mesmo, trata-se de um *diário intransitivo*. Numa outra perspetiva, refira-se que a primeira entrada do diário traz a data de 18 de dezembro de 1982, quando Fernando Aires já ultrapassara «o meio do caminho da nossa vida» – é um homem a quem a idade e a experiência proporcionavam um conhecimento do mundo e a sabedoria necessária para fazer contas ao tempo ido e abrir-se ao que lhe restava, no espaço concreto da ilha. Tudo isso confere a *Era uma Vez o Tempo* um timbre muito especial e o coloca num lugar de destaque na diarística nacional, como escreve Eugénio Lisboa num volume de conjunto dedicado a Fernando Aires e que constitui um olhar plural sobre uma obra também ela diversa e plural:

⁹⁹ Seguir-se-iam mais quatro volume de *Era uma Vez o Tempo* (em 1990, 1993, 1997, 1999).

Os cinco volumes do seu diário ficarão, creio eu, como um dos melhores momentos da diarística nacional, ao lado dos de Raul Brandão, Miguel Torga, Vergílio Ferreira e Manuel Laranjeira. Pela sutileza e perturbada serenidade que o caracteriza, uma boa oitava acima destes. (Lisboa, 2011: 45)

Feito o desvio, regresso a essa geração de (19)40 para uma nota final e muito pessoal. Vendo as coisas de um outro lado que é o meu (e na dupla perspetiva de quem escreve e se ocupa da escrita dos outros), direi que aquilo que desses tempos continua ainda a tocar-me de perto é a atitude de reflexão e prática que dialoga com a pluralidade das referências externas, sem complexos e sem a pretensão de pôr-se em bicos de pés para ser visto *lá fora*. A prática cultural e literária arranca sempre de um chão, sabendo que há mais mundo para lá do horizonte – a inteligência está em saber compreendê-lo, depois desconstruí-lo, reescrevendo-o ao serviço de uma *causa* que é a nossa. Esta será talvez a melhor lição transmitida pela geração de quarenta aos que vieram depois. É também a melhor lição que estes poderiam receber dos que vieram antes. Entre o Bar Jade e o jornal *A Ilha* cabia, afinal, o mundo todo e arredores.

BIBLIOGRAFIA

- A Ilha*, 1 de fevereiro de 1941.
Aires, Fernando (1990), *Era uma Vez o Tempo. Diário*, 2.º vol. Ponta Delgada, Instituto Cultural.
Aires, Fernando (1999), *Era uma Vez o Tempo. Diário V*. Lisboa, Edições Salamandra.
Jesus, Eduíno de (1987), Entrevista ao Suplemento «Quarto Crescente», n.º 153, jornal *A União*, 6 de fevereiro, p. 3.
Rebelo, J. M. Tavares (2001), «O poeta que se formou na “Universidade de Ponta Delgada”», in *Atlântico Expresso*, 2 de julho, p. 9.
Lisboa, Eugénio (2011), «Fernando Aires – um grande escritor açoriano», in Leonor Simas-Almeida, Maria João Ruivo Sousa e Onésimo Teotónio Almeida (orgs.), *Fernando Aires. Era uma vez o seu tempo*. Ponta Delgada, Instituto Cultural, pp. 45-46.
Silveira, Pedro da (1986), «Aqueles anos de 1940 e tal», in Onésimo Teotónio Almeida (org.), *Da Literatura Açoriana – subsídios para um balanço*. Angra, SREC, (1986), pp. 31-42.
Tomé, Carlos (ed.), (1943), *Miscelânea de prosa e verso*. Ponta Delgada, oficinas tipográficas do *Correio dos Açores*.

29. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR, CONVIDADO



VASCO PEREIRA DA COSTA nasceu em Angra do Heroísmo, no ano de 1948. Professor do ensino secundário, durante vários anos, esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra. Desempenhou durante vários anos as funções de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra. Tem proferido conferências sobre temas literários e

pedagógicos em Portugal e nos EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Itália. Integrou o grupo de trabalho Culture sans frontières da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão. Em representação da A. P. E. tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de poesia. Foi representante de Portugal no programa FAULT LINES da True and Reconciliation Commission da República da África do Sul. Tem trabalhado para a rádio e para a televisão em programas de índole literária e cultural e exercido, nesta área, funções de consultor para programas infantis. Foi Diretor Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores (2003-2008) e antes disso foi cônsul honorário de França em Coimbra. Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD). É Doutor Honoris Causa pela Universidade de São José (Macau)

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS:

Nas Escadas do Império: Contos. (1978) Coimbra, Centelha
Amanhece a Cidade, romance. (1979) Coimbra ed. Centelha
Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, (1980) novela; Ed. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Lisboa.
Ilhíada; (1981), (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. Gaivota.
[Plantador de Palavras, Vendedor de Lérias, 1.º Prémio Torga de 1984; \(ler extrato aqui\)](#), (1984) Coimbra, Câmara Municipal,
Memória Breve, (1987) contos. Angra do Heroísmo, Inst.º Açoriano de Cultura
Terras; (1997), (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras
Riscos de Marear; (1992) (poesia) Ponta Delgada : Eurosigno
Sobre-Ripas-Sobre-Rimas; (1994), Coimbra: Minerva
My Californian Friends; (1999), ed. Gávea-Brown:
[My Californian Friends \(2ª Edição\)](#) (2000) Viseu, Palimage Editores
Fogo Oculto Calendário de Letras, 2011
2011 In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia
Além do mais é pintor, com o pseudónimo Manuel Policarpo. A sua mais recente Exposição intitulava-se

As Ilhas Conhecidas - Cartografia e Iconografia



2. TEMA 1.1 A LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE

TRABALHO FINAL N\A RECEBIDO

30. VILCA MARLENE MERÍZIO, ESCRITORA, STA CATARINA, BRASIL



TEMA 1.1.4. HOMENAGEM A ALMEIDA PAVÃO, DAS RAÍZES À DIÁSPORA: PERENIDADE GARANTIDA PELA ARTE, VILCA MARLENE MERÍZIO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A partir de 1992, entidades culturais catarinenses receberam do Governo dos Açores biblioteca de autores açorianos: Núcleo de Estudos Açorianos, da UFSC, e o Museu Etnográfico – Casa dos Açores, de Biguaçu. Entre esse acervo, desponta a obra de J. de Almeida Pavão. Ser humano de incontestável envergadura moral e intelectual que, com simpatia e alma aberta, partilhava com amigos e familiares saberes e fazeres. Em 1996, expôs sua obra na UFSC: sucesso! Pessoas queriam conhecer os livros, mas não havia exemplares à venda. Tive a sorte de receber doze publicações do autor. Pergunto-me: quem ou quantos catarinenses leram a obra de Almeida Pavão? Amigos, alguns privilegiados que já foram aos Açores, outros poucos que sabem da existência dessas bibliotecas? O que fazer, então? Minha sugestão é divulgar em congressos, escolas, universidades, associações literárias (proliferam academias...) o que tais obras, ao lado de outras de igual valor, encerram, ao mesmo tempo que revelam, do universo açoriano: tipos humanos, ideias, comportamentos, tradição, reflexões e pesquisa, desde a realidade do homem ilhéu às profundezas do imaginário. Do popular ao erudito; da cátedra ao ambiente familiar. Tudo junto: eu criador e eu social.

Obra como criação cultural, ressonância do passado que se perpetua, pela arte, além-fronteira, atingindo público que, das mesmas raízes, ainda conserva o poder de sentir-se como se tivesse “corpo e alma de Ilha, mesmo fora dela”, Que sente essa “ausência perene” da qual fala o autor: “perpétua saudade que identifica a ânsia da partida com o desejo do retorno. Um cárcere que se transporta dentro de nós, à maneira duma tartaruga que fosse capaz de engolir a carapaça que a protege, mas que a oprime’. Assim também somos e sentimos, nós, os descendentes dos que primeiro dos Açores imigraram para SC. Conheci o Prof. Doutor José de Almeida Pavão nos corredores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, quando ele e a Sra. Dona Lili pediam informações a respeito do local onde ficava a parada de ônibus para o centro da cidade. A universidade estava em greve e o Prof. Pavão acabara de lecionar para uma turma do Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas. Ouvi o pedido de informação por acaso: também eu saíra de meu gabinete com certo atraso. Na secretaria do curso, naquela hora de almoço, não mais havia professores nem funcionários. Passava das doze horas.

Era 1986. Eu sabia da presença do casal Pavão em Florianópolis, mas ainda não os conhecia. Apresentamo-nos e, em razão da dificuldade em apanhar condução àquela hora e por considerar deselegante deixá-los sem companhia, convidei-os para almoçar em minha casa, que ficava a pouca distância da universidade. Aceitaram. Fomos a pé. A feijoada agradou-lhes. A Sra. Dona Lili confessou-se surpreendida pela facilidade como havíamos nos entrosado, inclusive almoçando juntos, em minha casa, numa segunda-feira, nem mesmo duas horas decorridas do nosso primeiro encontro.¹⁰⁰ Havíamos, naquele instante, iniciado uma trajetória de amizade, amor e respeito que até hoje perduram, mesmo já tendo os dois amigos partido para outra dimensão espiritual. Mais duas vezes, o Prof. Pavão e a Sra. Dona Lili voltaram a Santa Catarina. Em julho de 1987, por ocasião da II Semana de Estudos Açorianos, na UFSC, visitaram-nos com uma comitiva grande, nela incluída uma representação do Governo Regional e professores da Universidade dos Açores, inclusive os Doutores António M. Machado Pires, Rosa Goulart e Maria Margarida Maia Gouveia, entre outros. Prof. Pavão e a Sra. Dona Lili também foram à minha residência, dessa vez na casa de sítio, em Picadas do Sul, São José, onde, com todos os outros convidados, serviram-se de um churrasco à moda gaúcha, sem que os comensais sentassem formalmente à mesa. Lembro-me da observação da Sra. Dona Lili, dirigindo o olhar complacente para os outros visitantes açorianos, como que a me desculpar: *em Roma, como os romanos*; e, sentando-se num banquinho baixo de madeira, apoiou o prato com saladas, farofa e carne de boi, nas pernas, tentando equilibrar o copo de suco de pitanga na mão esquerda. O Prof. Pavão, em paz, e à vontade, com mais sorte, pois encontrara uma pilastra sobre a qual apoiara o prato, e com a bonomia que lhe era característica, interessava-se em saber como se assava tão deliciosa carne de gado.

No mesmo ano, em outubro, cheguei a Ponta Delgada, onde permaneci por cinco anos, sempre amparada pelo casal Pavão que me abriu as portas de seu lar, pondo-me em contato com pessoas da sociedade açoriana, além de me dar – e à minha família – preciosas lições de vida e riquíssimas aulas sobre o Arquipélago dos Açores, Portugal Continental e as terras da diáspora no hemisfério norte. Que me lembre, só mais tarde, em 1996, o casal Pavão retornou à Santa Catarina para participar das comemorações do Festival do Mar. E por que menciono sempre a Senhora Dona Lili, quando penso ou falo no Prof. Pavão? Por que o casal era inseparável. E, acredito, o caráter e a fibra da Sra. Olívia da Conceição Pereira de Almeida Pavão, a Dona Lili, devem ter servido de substrato para a composição dos traços fortes e positivos que marcaram certas personagens criadas pelo escritor J. Almeida Pavão.

Uma vez o professor me disse: *minha mulher é uma generala*, expressão que encontrei mais tarde no romance *O Fundo do Lago*, ao ser revelado o caráter de Liduína, esposa de Clemente Guimarães, mulher de espírito aberto, *paradigma de tolerância e compreensão*:

¹⁰⁰ Foi naquela ocasião, que o Prof. Pavão falou-me entusiasticamente sobre os Açores, que eu conhecia apenas pelas lembranças da minha avó, pela história da colonização de Santa Catarina e pela vivência com os maneirinhos do litoral catarinense, na época ainda discriminados pelos descendentes dos colonizadores alemães e italianos do interior do Estado (com quem convivi até os meus dezanove anos).

– *A minha mulher é uma generala. Nasceu para mandar. Eu obedeço como soldado disciplinado.*
[...] *Se alguma vez o Guimarães tentava pôr-lhe objeções, o olhar de Liduína fulminava-o sem mais delongas como a traduzir em linguagem discursiva:*
– *É inútil, Clemente, não gastes argumentos desnecessários.*
O marido, a justificar esta subserviência nada custosa, explicava aos estranhos:
– *A nossa vida é pautada por uma norma que nós observamos religiosamente: em casa, manda ela, mas fora sou eu que dou a sentença final.* (Pavão, 1987:31).

O excesso de zelo de Liduína para com o esposo Clemente é marcante.

No romance: *Guimarães tinha uma dívida perpétua de reconhecimento para com a mulher, embora com algumas reticências: a Liduína, com a imaginação incandescida pelo ciúme, arvorava-o às culminâncias dum Don Juan* (1987:31).

Acontecido na vida real: no final da década de oitenta, não sei precisar a data, houve um congresso promovido em Ponta Delgada pela Universidade dos Açores sobre as comunidades de cultura de raiz açoriana (se bem me lembro) a que compareceram o reitor da UFSC e outros professores catarinenses. Fazia parte da programação cultural do evento um passeio pelos pontos turísticos da ilha de São Miguel. No dia aprazado, à entrada do autocarro, quando ainda estávamos escolhendo o lugar para sentar, a Sra. Dona Lili, sorridente, depois de me cumprimentar com dois beijinhos e um abraço, observou, sorrindo:

– *Então, estás com meu marido ao peito, hein!*

Sem entender o tom a observação, disse-lhe que não, que trazia o Prof. Pavão no coração – e logo acrescentei com sinceridade, mas também, no fundo, preocupada com a fama das mulheres brasileiras no estrangeiro: *trago no meu coração toda a família Pavão, a senhora também.* E ela, sem cerimônias, tocou no broche de marquesite com a forma de um pavão, recém-adquirido numa ourivesaria de Ponta Delgada, e que eu usava na lapela do casaco. Rimos, e o caso ficou por aí, embora a mesma cena tenha se repetido sempre que eu aparecia com o tal broche na gola de um vestido ou do casaco. Lembro agora que antes, assim que cheguei a Ponta Delgada, em 1987, sem marido, a quem o casal conhecia, e com quatro filhos, três dos quais já adultos, num jantar oferecido, se não me falha a memória pela Universidade dos Açores no Hotel São Pedro (acredito que foi durante o mesmo congresso), a convite do casal Pavão, sentei-me à mesa junto com os seus amigos. Trajava eu um *tailleur* de veludo verde cujo casaco, sobre um vestido tomara que caia, apresentava um decote quadrado (no meu entendimento não muito pronunciado). Assim que me acomodei ao seu lado, a Sra. Dona Lili, tirando uma echarpe da sua bolsa, ofereceu-me para cobrir-me o colo: *é melhor agasalhar-se, pode pegar uma constipação...* explicou-me ela. Acedi, agradecida, entendendo o que nós, as mulheres, às vezes não dizemos por palavras; no entanto, agimos por

precaução. A partir daí, aprendi, e muito, com a Sra. Dona Lili, a viver nos Açores sem perturbar a vizinhança ou quem quer que fosse, em especial as mulheres.

E foram incontáveis naquela época, os domingos que passamos juntos, na residência do casal, junto com a família, nos passeios pela ilha (muitas vezes o Prof. Pavão me disse: *vocês – referindo-se também aos meus filhos – conhecem a ilha de São Miguel muito mais que a maioria dos micaelenses*), nos aniversários em minha casa, quando eu lhes servia feijoada ou sopa de mocotó (na falta de melhor...), quando o Prof. Pavão podia, então, oferecer-nos árias musicais do seu seletto repertório. E agora me vêm à mente também as canções do Aníbal Raposo e da Conceição Tavares que, admiravelmente, junto com os demais convidados davam-nos provas da beleza contida na música portuguesa. E havia o serão poético. Ah! Que encanto, meu Deus! E se espaço houvesse, outros nomes ilustres aqui poderia apontar. Em quase todas as quintas-feiras, no final da tarde, ou muito cedo, logo depois do almoço, de 1987 a 1992, excetuando apenas quando estavam em viagem ou com sérios compromissos, o casal passava rapidamente por minha residência – só o tempo de um chá – para, no sentido de dar-me apoio. Jamais poderei deixar de me sentir grata e orgulhosa por tão generoso acolhimento, acompanhamento incondicional e companheirismo durante a minha formação em Ponta Delgada. Amor familiar mesmo. Com simpatia e alma aberta, ambos partilhavam seus saberes e fazeres. Por isso, aos dois, a minha gratidão, ternura e amor agora materializados nesta homenagem. Vi-os pela última vez quando, em novembro de 2002, voltei a Ponta Delgada e, numa visita, ministrei Reiki à Senhora Dona Lili, a pedido do Prof. Pavão. Ele me disse:

- Primeiro ela, quero que Lili fique bem.

Dona Lili adormeceu na sala. O Prof. Pavão arrumou-lhe as almofadas e levou-me até a porta. Despedimo-nos pela última vez. Em 2003, telefonei para a filha do casal, cujo endereço eletrônico eu encontrara por acaso. Doutora Leonor me deu a notícia: o Prof. Pavão, meu querido amigo e compadre, havia falecido. A Senhora Dona Lili estava bem; mas nunca mais a vi. De ambos, conservo intato o calor da amizade e condolente saudade. Vivesse entre nós hoje, Prof. Pavão estaria com 93 anos de idade. Faleceu com 84 anos, dos quais, conforme já dito, cinco tive a graça de partilhar com ele e sua família (1987-1992) num convívio de muita amizade, compreensão, troca de experiências e aprendizagem (da minha parte), cheguei mesmo a convidá-lo para padrinho de crisma do meu filho mais moço, então com 17 anos. De 1992 até sua morte, continuamos a amizade jamais quebrada pelos longos períodos de ausência física; pelo contrário, cada vez mais solidificada pelo respeito mútuo e admiração crescente.

Quando optei por homenagear o escritor açoriano J. Almeida Pavão¹⁰¹, tinha em minhas mãos quase uma vintena de livros de sua autoria, grande parte dos quais oferecidos pelo próprio autor, outros, minuciosamente

¹⁰¹ Nome próprio conforme anuncia o escrito na capa de *Horas sem Tédio* (2001). Ou: José de Almeida Pavão, José Almeida Pavão, ou, ainda José de Almeida Pavão Jr., poeta, romancista, ensaísta, pesquisador, amante inveterado e divulgador da cultura açoriana. Prof. Doutor Pavão tinha o dom de ensinar por tudo o que vivia e contava. Era um *homem de bem*, como o definiu Vamberto Freitas. A Prof.ª Doutora Maria do Céu Fraga,

garimpados em bibliotecas catarinenses, todos configurando o retrato da feição poética e científico-literária desse grande humanista nascido em Ponta Delgada em 1919 e falecido na mesma cidade em 20 de setembro de 2003. Do seu patrimônio imaterial, remontam *mais de sessenta publicações, que incluem investigação, ensaios e ficção* (Pavão, 2001, 2ª orelha), dos quais contam estudos e análises literárias, ensaios, artigos e teses sobre grandes nomes e temas da literatura portuguesa. Consegui pelo site Estante Virtual sua primeira obra publicada sob o título *Sub Tegmine Fagi, de 1947*: sete ensaios a que o autor pediu que não rotulassem de crítica literária: (1) *A sombra de Bernardim Ribeiro nas 'Saudades da Terra' de Gaspar Frutuoso*, (2) *Mito e Fatalismo no Sentimento Trágico dos Gregos*, (3) *Os Reflexos do Fatalismo Grego num Clássico e num Romântico*, (4) *O sentido da Realidade em Júlio Dantas*, (5) *A indisciplina Romântica de Eça na sua Evolução Literária*, (6) *O Diabo na Literatura* e (7) *A Eternidade de D. João*.

Nas *Duas Palavras de Abertura*, texto que antecede os ensaios *Sub Tegmine Fagi* (1947), o autor posiciona-se a respeito da crítica portuguesa da época e seus autores, que se *arroga[va]m um saber enciclopédico aliado à superabundância do talento capaz de devassar todas as esferas*, e que se vangloriavam de *dizer mal da prosa ou dos versos dos outros* Dizia J. Almeida Pavão que a verdadeira Crítica, era aquela que, segundo ele, deveria ocupar *um lugar ao sol, como subsidiária da Cultura, que desempenha papel relevante [e] que voga muito acima desses conceitos comezinhos de se dizer à boca pequena o que não havia coragem para ser dito em público... E continuava, no mesmo parágrafo... o mal dos portugueses está no uso e no abuso das Ideias Gerais, apanágio de tantos pseudo-Fradiques, que escondem a sua superficialidade no ouropele da ciência barata dos compêndios* (Pavão, 1947:1). E esse testemunho inabitual, maneira de ser que fugia à regra do senso comum expresso naquele momento, foi o fulcro determinante por onde navegaram suas obras vindouras. Com esse pronunciamento, inaugurou-se a pedra fundamental onde se alicerçou o eixo do que pode ser considerado o seu mito pessoal, no dizer de Charles Mauron (1962), ou como mais recente tem-se evidenciado, expandindo em viva voz o estilo do seu pensamento de acordo com as Ciências da Vida (Parreiras, 2006); melhor eu diria: as ciências literárias que servem de fonte e de foz da criação artística.

Essa opção por repelir a má-língua no julgamento de obras alheias, manifestada ainda no começo de sua carreira, acompanhar-lhe-ia por toda vida, imprimindo-lhe incontestável envergadura moral e intelectual e plena aceitação em toda a comunidade científica. Ainda há algumas semanas, no Brasil, às margens do Atlântico Sul, na ilha de Anhatomirim, ouvi dele dizer: o Doutor Pavão *era um querido*. E quem dizia, num misto de ternura e reconhecimento e com conhecimento de causa, era a Prof.^a Doutora Maria da Graça Borges Castanho. Impunha-se naquele distante 1947, publicamente, o homem de letras, o professor que defendia a crítica de pendor construtivo, aquela que, na sua *função interpretativa, pode abrir novos horizontes ou lançar um rasto de luz nas*

que o substituiu na cadeira de Literatura Portuguesa na Universidade dos Açores confirmou: o Professor *conseguia muito bem conciliar a parte da exposição de ideias, em que era muito vivo, com a parte do trabalho duro, onde ele também era muito exigente* (Açoriano Oriental, 2003:3).

trevas de que por vezes se rodeia a solução de um problema não raro mal posto... Prof.; Pavão era a favor da crítica (e ele a grafava com letra maiúscula) que, desprovida de ideias preconcebidas, orienta[ria] as correntes de gosto e da opinião, ao mesmo tempo, sistematiza[ndo] a Cultura (Pavão, 1947: I). Contundente, o mestre afirmava: ser um crítico de arte não implica necessariamente que este seja um poeta ou um pintor, interpretando, comentando ou corrigindo aquilo que ele próprio não faz ou pode não ser capaz de fazer.

E tomando os imperativos da profissão que abraçou, o magistério, força que o impeliu ao estudo permanente e ao uso exclusivo de todas as energias, com sacrifício quase completo doutros sectores de atividade espiritual, punha-se ao lado do professor competente que, ao contrário do pedagogo de atitude despótica, rejubila-se com o ...aparecimento de novos valores que despontam para a vida; e concluía o humanista micaelense que exercia o magistério como um sacerdócio: é no interesse desinteressado de si próprio que se cifra a beleza do magistério, ... assim como disse Aquiles a propósito de um filho: Mas este era muito melhor do que era o pai (Pavão: 1947: III-IV). Queria que os seus alunos ultrapassassem-no em sabedoria (impossível, isso!). Educador e Amigo assim era J. Almeida Pavão. Homem de fé tinha o dom de ensinar por tudo o que vivia e contava. Era um *homem de bem*, definiu-o Vamberto Freitas. A Prof.^a Doutora Maria do Céu Fraga, que o substituiu na cadeira de Literatura Portuguesa na Universidade dos Açores confirmou: o Professor *conseguia muito bem conciliar a parte da exposição de ideias, em que era muito vivo, com a parte do trabalho duro, onde ele também era muito exigente (Açoriano Oriental, 2003:3).*

Na dedicatória de *Sub Tegmine Fagi* (1947) dirige-se ao Pai, com uma ternura que tanto envolve a sua ascendência quanto a descendência (dois filho e netos); a sua ternura paternal transcende a família de sangue e bafeja alunos e amigos. Na dedicatória ao Pai, diz: *À memória de meu Pai em/ quem encontrei, acima de tudo/ um Amigo, o melhor exemplo/ a legar ao meu filho* (Pavão, 1947: Dedicatória). E, assim, amigo de todos, ouvindo para aprender e ensinando sempre, até o final do seu tempo, foi fiel a si mesmo, deixando o registro escrito de suas pesquisas e estudos como investigador, ensaísta, articulista, romancista, poeta e professor. Poderia dizer mesmo que esse pendor de J. Almeida Pavão ergue-o ao estatuto das bem-aventuranças quando partilha, de boa vontade, casos e causos do seu cotidiano. Nesses momentos, a modéstia que o identificava dava provas da sua grandeza interna, permitindo que o seu nome fosse inscrito indelevelmente na galeria dos que se afirmam como os melhores, desde a terra onde medraram suas raízes até os países da diáspora açoriana.

Ainda em relação às suas obras de investigação, vieram outros textos ensaísticos onde foram abordadas obras de Gil Vicente, Frei Luís de Sousa e Garrett, Luís de Camões e Fernando Pessoa, Antero de Quental, Vitorino Nemésio, só para citar alguns, desde a poesia à ficção narrativa; do romance clássico ao folclore; do teatro às tradições populares; do documento histórico, político e social aos temas religiosos; das referências às paisagens telúrica e humana da ilha de São Miguel ao falar das gentes dos Açores e de Santa Catarina. Nada escapou ao

ensaísta que tinha na alma o condão de transformar em poesia tudo o que os seus olhos viam e o coração sentia. Em 1956, publicou *O Sacrifício*. Ensaio que aborda o tema do sentimento religioso. Na *Nota Breve* que antecede o texto, diz que *é um trabalho de pura especulação, sem apologia a nenhum credo*. Da segunda parte, das Manifestações do Sacrifício Antropocêntrico entre os Primitivos, destaca que *...o homem crê no destino, mas integra[...]o no mundo da sua vivência* (Pavão, 1956: 219). E a sua compreensão sobre o destino foi transposta para a ficção. Tanto que, no que se refere às narrativas, a força arquetípica do destino, da sorte ou do fado, provavelmente pesou na escolha das diretrizes que o ajudaram a compor as suas personagens, muito especialmente as femininas, como é o caso, por exemplo, de Marianinha e Margarida.

Em *Marianinha* (1997), o narrador, no final do romance, dá a entender que crê no destino e na previsão da cigana. Entretanto, Marianinha, sofrida e calada, vivendo num tempo mais afastado do nosso, justificava-se, lembrando as palavras da mãe a propósito de uma promessa que pretendia que a filha fizesse a favor da recuperação do marido dependente de drogas ilícitas: *nós, os humanos, é que somos responsáveis pelos nossos atos. Para isso Deus nos concedeu inteira liberdade*. Ela nada fizera para receber a punição de ter um marido malandro, irresponsável, traficante e usuário de drogas. Por isso, em seus pensamentos, ainda acovardado pela educação assentada na religião do castigo, terminava sempre com um ato de contrição: *– Perdoai-me, Senhor, por vos ter ofendido* (Pavão, 1997:138). Mesmo reconhecendo a situação, subjazia na consciência o pecado. A culpa instalara-se na inocente. Em *O Além da Ilha* (1990), mais culta e socializada do que Marianinha, Margarida tem outra concepção a respeito do seu próprio destino. Ao dar contas de sua vida e, principalmente, do seu labor literário para a amiga confidente, à pergunta *Onde aprendeste tudo isto*, responde:

– Na busca de um encontro comigo própria e da minha própria liberdade.

Foi a luta contra a adversidade que me ensinou. Deixar de me submeter passivamente ao destino. E o destino...é constituído ...por um conjunto de circunstâncias criadas por nós próprios. Fui eu a grande responsável do que me aconteceu. E, como tal, hei de superar-me a mim mesma. Tem de ser a razão a vencer e, com esta armadura de sofrimento, sinto-me mais forte para enfrentar o futuro. (Pavão, 1990:131).

Os tempos eram outros. A evolução acontecia. A descoberta da força interior alavancava as consciências, embora a fé numa força superior continuasse tão forte quanto em todos nos tempos idos:

– Creio numa força sobrenatural, misteriosa que, neste mundo, me instila a coragem que sinto para enfrentar o mundo. Um Deus interior, que se instala no meu próprio ser. Uma voz que sinto e cujos ecos reboam, ao mesmo tempo estranhos e inerentes à minha essência. Um Deus feito de vontade e determinação.

E o julgamento da amiga madeirense encerrou a questão: Marianinha, agora, depois de todo o sacrifício pelo qual passara era *Uma alma que sofre metamorfoseada num ser que pensa* (Pavão, 1990: p. 222-223). Estava posto

o Mistério...Mas o escritor não escreve para si mesmo, porque, se assim fosse, ele encontraria no texto criado apenas o seu saber, a sua vontade, os seus projetos. E encontrar-se-ia inexoravelmente! E não se sabe o que poderia resultar disso. Dentro da sua condição humana, poderia encerrar-se na redoma das suas fraquezas ou cristalizar-se nos picos de glória, não mais se importando com a magnificência do cenário natural em que habitasse, no caso em foco, o arquipélago dos Açores, tão cheio de exuberâncias e tão frágil quanto aos cataclismos. Nem a sua gente tão rica de predicados, persistente, forte e generosa no lar farto, mas também com aquela parte, mesmo que minoria, solta de língua e encolhida na casca de um, céu cinzento, despertaria o seu interesse de pintor das letras nessa ilha mãe e madrasta conforme o capricho momentâneo da natureza.

A aclamação aos santos, o sacrifício dos romeiros por uma boa causa, o folclore, as danças populares, as quadrinhas, as sopas do Espírito Santo, a fé no Senhor Santo Cristo, as promessas, a cultura urbana e a do campo, a evolução dos costumes, a destrinça entre vizinhos e gerações conflitantes, a vontade de expansão mar a fora quando a falta do que comer desenha sonhos de abundância, a coragem da entrega ao desconhecido (o Além da Ilha...), tudo fornecia matéria para o imaginário de J. Almeida Pavão. Mas, se na sua obra, o riso e o pranto coabitam, a tragédia é sobreposta pelo engraçado – *Queres mais água, Jacinta?* – pela resolução dos conflitos, pela volta à paz. E quando penso num espírito tão singular quanto o de J. Almeida Pavão ao tratar de uma rica e múltipla gama de temas e modos da cultura da sua região, lembro-me da pergunta que frequentemente José Martins Garcia impunha quando procurava demarcar uma obra literária posta em leitura: qual o modo pelo qual o autor descortina o fulcro de sua obra? E se me fosse dado responder, não vacilaria em dizer que J. Almeida Pavão escrevia (para usar uma expressão de David Mourão-Ferreira) o que ele considerava mais sublime e sagrado: a Vida com tudo o que ela é. Possivelmente bebendo na fonte dos grandes mestres da literatura portuguesa, também ele, Mestre, respeitou os costumes de sua terra natal, com seus altos e baixos, evidenciando a sua gente, com as suas glórias, seus tropeços, misérias e condenações. Possivelmente, enjoou-se quando teve de contar as mazelas escondidas nas quatro paredes de uma casa, a velha mortificação da alma quando se sabe que a inimidade alicerçada na traição floresce entre irmãos, vizinhos e parentes. Condescendente, sabia a distância que vai da aceitação à comiseração. Salva tudo isso o seu lirismo pungente que lhe permite intrometer-se na diegese, deixando sua voz ser reconhecida por aqueles que com ele privavam. Mesmo assim, em seus aproximados 54 anos de escrita ininterrupta, falou, anunciou, denunciou. Disse. Disse diretamente pela palavra oral, por fábulas, pelo exemplo, sobretudo pelo registro escrito, cuja leitura comprova ainda hoje o monumento que sua obra é.

Em todos os tempos, e em todas as pátrias, na relação autor/leitor, uns mais que outros escritores têm o condão de conduzir o leitor na direção do seu objetivo, muito embora o próprio texto distancie-se da intenção primeira do autor. Jean-Paul Sartre (2004:14) afirmou que o escritor lida com os significados enquanto os poetas silenciam ao alcançarem o que está além do signo, além da linguagem, além das palavras que se instalam no nível exterior do homem. O poeta vê as palavras *do avesso, como se não pertencessem à condição humana*; o escritor

não se serve da palavra como um signo de um aspecto do mundo, ele apenas a reveste da imagem de um desses aspectos, criando o *espelho do mundo*, onde a sonoridade, a extensão, as desinências, as aliterações, as onomatopeias e as animizações representam muito mais do que significam. Por outro lado, Milan Kundera (1991: 18) partilha a ideia de que *a única razão de ser do romance é descobrir uma porção de vida até então desconhecida da existência*. Eu diria que, J. Almeida Pavão, acima de tudo, e principalmente nas suas narrativas, descobre e desvela para revelar aquilo que sua percepção primeiro viu e sentiu como coisa verdadeira, fermentou o visto, o sentido e o intuído em seu imaginário, depois manifestou a amálgama criada sob forma de arte literária. O modo de ser, de pensar e de agir de suas personagens – que vão do cômico ao trágico – pode até ser apontado como originado em fatos reais, mas a sua obra ganha foros de universalidade quando a literariedade do conjunto transcende o regional. É dentro desse aspecto que J. Almeida Pavão, no mais das vezes, deu voz ao seu eu lírico que surge demasiado em sua prosa de ficção. Bem assim como Sartre diz: *a palavra que arranca o prosador de si mesmo e o lança no meio do mundo, devolve ao poeta, como num espelho, a sua própria imagem* (2004: 15 e 16).

O ser lírico manifesto na prosa de José de Almeida Pavão já foi apontado por Francisco Topa na Apresentação de *A Roda do Tempo*, de J. Almeida Pavão (1993: 3), aquando da sua segunda edição, ao focar o tempo da memória, que se expressa pela presença de:

... um eu claramente expresso ... um eu que se projeta e se revela, mesmo no discurso sobre os outros, à maneira de uma fotografia em espelho que revelasse mais o interior do fotógrafo. Concluída a leitura, a imagem mais forte que nos fica é desse eu – entrevisto de perfil, denunciado por pequenos traços que vão assumindo contornos líricos.

Francisco Topa exemplifica essa quase osmose entre autor/narrador e personagem do conto *Entre a terra e o mar*. Depois de fixado o retrato de João Lezinho, maltrapilho e miserento, pai de família, morador de praia de cuja casa o mar, à medida que lhe dava o sustento, perturbava-lhe o modo de viver; o confidente que lhe destruíra o teto, não era o causador dos males de sua vida:

– Má raios partam o vento, que não deixa em paz o mar! (Pavão, 1993: 179).

J. Almeida Pavão é um poeta e, concomitantemente, investigador convicto. Ele, pelos seus escritos, fala, conta, acrescenta, declara, traz à lembrança, relaciona, contorna, interpela, persuade e ensina. Nele é a mente que opera através do coração. O poeta convive, partilha, comove e nos comove pela sua própria comoção. Por isso, não posso deixar de fazer menção a dois dos textos de *Evocações* (1968: 167-175): *A Personalidade de Milorde* e *Lamentos de uma Formiga*, o primeiro dedicado ao filho Eduardo, o segundo uma forma de, em nome do seu próprio altruísmo, fazer jus à cigarra tão vilipendiada na literatura pela fama de malandra.

Amiga cigarra... Admiro-te pela felicidade de seres boa... Admiro-te... vivendo o sonho da tua arte e a beleza do teu canto com uma firmeza inquebrantável, superior ao desânimo ou à decepção que poderia trazer-te uma visão mais lúcida do mundo e dos seres que o habitam.

Admiro-te pela ingenuidade com que interpretas a maldade dos outros... pela fome que te realça, em pequenos e curtos contrastes, os contornos da ventura que persistes em não perder, insensível aos favores alheios.

Admiro-te ... por aquela felicidade que eu não tenho e que imagino nos outros que eu julgo menos tristes e menos desventurados do que eu. Uma felicidade que se reflete no fundo da minha alma como uma dor de ausência e de privação daquilo que se deseja e que se crê que nunca se possa possuir. Felicidade que é, que se sente, que se quer e que se imagina. (Pavão, 1968:181).

Aí o retrato do homem em reverência à Natureza. Bem essa a imagem que trago do Prof. Pavão. Desde que optei por homenageá-lo, falando de sua vasta obra, pensei reportar-me apenas à sua obras de prosa poética e ficção narrativa: *Evocações* (1968), *O Fundo do Lago* (1987), *O Além da Ilha* (1990), *A Roda do Tempo* (1993) e *Marianinha* (1997); no entanto, o texto por si só se constrói e, diante da memória saudosa do querido amigo e autor, outros trechos foram transpondo o umbral da escolha. Do elenco acima citado, que pretendi que fosse o *corpus* deste trabalho, só não faz parte *Os Xailes Negros*. Explico: por ironia do destino, talvez, não encontrei exemplar algum em toda Santa Catarina¹⁰² e nem mesmo nas bibliotecas públicas, livrarias e sebos do Brasil. O exemplar que, cuidadosamente ocupava lugar de destaque no meu acervo particular, também sumiu. Portanto, de *Os Xailes Negros* só tenho em mãos limitada bibliografia passiva. Aliás, sobre a fortuna crítica da obra de J. Almeida Pavão, em Santa Catarina, infelizmente existe pouco material. Sobre essa falta, Vamberto Freitas, ao considerar J. Almeida Pavão como o profissional *sempre pronto para ver o bom e o positivo na obra alheia* (*Açoriano Oriental*, 2003:3), afirmou ter existido uma *certa injustiça crítica* em relação à obra de Almeida Pavão, em especial frente a *Os Xailes Negros*, *precioso documento sobre a mais conturbada época moderna do nosso país* (Freitas, 1992:73 e 74).

... os Xailes Negros contém em si... uma clareza narrativa,, algumas das poucas... pulsações dos anos 60 e 70, em Portugal. Narrativa ora de hesitações, ora de intromissões mais ensaísticas e moralistas do que ficcionais ... nos seus melhores momentos quase que desanda para nos oferecer um retrato perfeito do seu tempo. Romance de denúncia e ao mesmo tempo, de clara apologia de um mundo que está visivelmente a cair, digamos que é o texto perfeito da era nacional caetanista. Reconhece um passado perdido, mas teme a incógnita do futuro.

¹⁰² É possível que o Prof. Celestino Sachet possua exemplar de *Os Xailes Negros*, mas não me foi possível contato com o professor.

O meio físico – o das ilhas – e psíquico – como resultado de se ser ilha e de se estar na ilha – prendem o ser à terra ao mesmo tempo que estimulam a fuga pelo mar ou ar; e essa vontade de emigrar que pode parecer ser o fim da miséria como solução de abundância para a maioria dos autores açorianos, em Almeida Pavão não é. A fuga malsucedida de Guiomar e o amante da novela *Crime na Povoação Velha*, escrita pela personagem Margarida a partir da informação histórica fornecida por Gaspar Frutuoso e encaixada na narrativa principal sob a forma de *mise en abyme* do romance *O Além da Ilha* (1990) provam-nos que não é. José Martins Garcia demonstra que para J. Almeida Pavão, o ato de emigrar reveste-se de um tom próprio: ... *partir para a América representa a solução para situações difíceis, por outro lado, essa solução acarreta dissabores e frustração* (19877: 121-122) ao exemplificar com o sofrimento de Manuel, personagem de *Passaporte para a América (Evocações, 1968:133-140)*, micaelense de torna-viagem que, embora tentasse se convencer de que havia realizado seus sonhos de felicidade fora da ilha (levaria uma conterrânea como consorte), no estrangeiro seus projetos *de vida são totalmente aniquilados* quando ela o *larga com um filho de uma ano, para casar com um rapaz da sua idade*. E J. Almeida Pavão conta:

Ao regressar:

... Manuel voltou. Vinte e cinco anos... decorrido[s] como vinte e cinco séculos. As primeiras notícias não tinham sido boas, valha a verdade! Custara-lhe, de começo, a entender aquela algaravia dos diabos, as letras eram poucas e valera-lhe o primo ...

– E tua viola, Manuel?

– Qual viola! A gente tem lá tempo para pensar na viola? Nem para dormir... ... era dormir com o corpo moído e bêbado de sono.. Mas as saudades! ... À hora de deitar, o Manuel não ocultou uma lágrima de júbilo ao deparar com a sua velha cama com uma nova colcha de fustão branco... (Pavão: 1987:134-1137)

Assim, nas narrativas de Almeida Pavão, a emigração surge como arremedo de uma situação conflituosa, tal como no caso da afilhada Fatinha, que, violentada pelo padrinho Sebastião, aceita o casamento com o amor da sua vida (José Luís) e viaja para o exterior, com aquele marido, cujos olhos estavam postos na terra da abundância, aceitando criar o filho que não era seu (*No Fundo do Lago: 1990*). O amor que unia os dois jovens venceu, embora o remorso tenha acompanhado insistentemente Alexandre, o pai da noiva, o qual, visitando a filha e já com saudades da ilha, não se acostumava com as comodidades americanas: e na América...*uma saudade súbita fazia-lhe rolar uma lágrima que vinha perder-se, evaporando-se com o calor da face*. (Pavão, 1987: 246). A saudade, sempre presente nas lágrimas do açoriano que parte e na mágoa do açoriano que fica. Outro caso de violação sexual acometida pela figura de um padrinho e sogro em relação à sua afilhada e nora está presente em *Marianinha* (Pavão, 1997), cujo desfecho leva o irmão da agredida a cometer um crime de assassinato em defesa da irmã, personagem que também sofre calada a ausência de um marido inconsequente dedicado à droga e a outras delinquências até à sua prisão e morte:

Marianinha escrevia agora um presente sem futuro. Era como se mão estranha lhe tivesse arrancado as últimas páginas do livro da sua existência... em cujo percurso as relações entre a realidade e o sonho se combinam em movimentos recíprocos, mas divergentes. [...] A existência de Marianinha assemelhava-se a uma hora de crepúsculo eternizada e sem cambiantes ou a uma paisagem lunar, feita de solidão e silêncio. Viver para quê?

Salvou-a o filhinho, o seu luzeiro de esperança: – *Querido filho da minha alma! Vais ser feliz!*

Mais uma vez, o bem vencia.

Em *O Além da Ilha* (1990:150-151), outra desdita: o namorado de Margarida, açoriana afastada de sua ilha, estudando em Lisboa, engana-a. Ela engravida e, com receio de não ser compreendida pelos pais, esconde a verdade. Depois de um acidente, em que perde a criança, a mãe descobre a situação e a ajuda. O pai também a perdoa. Mas, durante o conflito, expulsa do colégio onde era interna, e sem o apoio do noivo, a personagem entrelaça no mesmo sentimento de medo e vergonha, a proteção e a saudade: a Mãe e a Ilha – Mãe/Ilha.

A Mãe e a Ilha ... um espaço virtual de tranquilidade de espírito, de segurança e de paz, a constituir um mundo endêmico, muito diverso dos outros mundos, seguro, no isolamento e na distância, pelo mar que o cercava como uma muralha protetora. A Ilha-ermo transmutava-se num objeto de sonho e de refrigério. Agora era outra Ilha que ela tinha dentro de si e do seu desamparo. Duas Ilhas que contracenavam numa dialéctica de forças entre a saudade e aquele pavor de se sentir só. Terrivelmente, irremediavelmente só. A Mãe e a Ilha convertiam-se... na Ilha-Mãe.

E a ilha, essa ilha que viaja, como disse José Martins Garcia (1987:119) transformada em ilha-mãe era o mesmo caracol em cujo corpo se enlaça o cárcere e a liberdade. Para J. Almeida Pavão: *A Verdadeira Ilha, que transita das coordenadas geográficas para um mundo de irrealidade que se interioriza em mim, participando dum devir que só morre com a alma* (1990:15). Miguel de Unamuno (1989:127;130) diz que toda a narrativa de ficção contém de uma forma ou de outra traços da vida do próprio criador literário. A permanência de certos romances que se eternizam são testemunhos do movimento constante: tudo o que se processa no imaginário do autor traz em si parte do seu criador; por isso o poema ou a obra de ficção contém uma porção autobiográfica. E se o escritor foi sensibilizado por uma pessoa, no momento em que ele se apropria das características daquele ser, o resultado é uma ficção; portanto quando o personagem nasce ele nasce do escritor ou poeta não importa em quem ele tenha sido inspirado. *Viver na história é viver a história! E um modo de viver a história é contá-la, criá-la em livros.*¹⁰³ Quer dizer, há uma lógica entre a intencionalidade do escritor e a utilização de certas virtudes e/ou

¹⁰³ ... *toda obra de ficción, todo poema, cuando es vivo, es autobiográfico. E mais: Todo ser de ficción... hace parte del autor mismo. Y se éste pone en su poema un hombre de carne y hueso a quien há conocido, es después de haberlo hecho suyo, parte de si mesmo. Vivir en la historia y vivir la historia! Y un modo de vivir la historia es contarla, crearla em libros...* Toda obra de ficção é autobiográfica. Todo ser de ficção...faz

características físicas de determinadas pessoas do seu convívio para compor as personagens. Afinal, o autor está trabalhando com fatores humanos e podem coincidir, ou ele mesmo pode optar, por valer-se de certas prerrogativas que suavizam ou enfatizam traços de personalidades dos que vivem a sua volta. Em relação ao ciúme, por exemplo, no romance *Marianinha*, a personagem Teresinha, acintosamente ciumenta, culpava as demais mulheres pelos possíveis deslizes do marido Bezerra, ao qual desculpava as pequenas traições, ou à *pequena 'facadinha' no matrimônio*, em nome da condescendência usual própria das mulheres da primeira metade do século passado que aceitavam a ideia corrente da necessidade viril do homem, *espécie de atributo imanente ao sexo masculino*, de dar uma escapadela conjugal. Mas a culpada sempre era a outra, a instigante que provocava o deslize.

Não seria a velhaca da Lajinha que andaria a pôr a cabeça do marido a andar à roda? O diabo que o jurasse, se não tinha sido ela a provocá-lo, com aqueles trejeitos dengosos de serigaita lambida. [...] amaldiçoava agora as mulheres da Lomba – mãe e filha – às quais não dirigia palavra, dizendo, furibunda para si:

– Rica justiça, não há dúvida! Matam o meu rico marido e pouco faltou para porem em liberdade o assassino. Má fogo os abrase, que não quero vê-los diante de mim! (Pavão, 1997:154 e 184).

Mas essa leitura de ir além do texto, depende da capacidade de interpretação do leitor que figura sempre como colaborador da obra literária desde o momento em que ele desvenda o mistério que encerra aquela escrita, recriando, por sua vez a trama apresentada. E esse apelo implícito do autor também se faz presente na obra de J. Almeida Pavão, haja vista a sua preocupação com o meio social, político, cultural e familiar do arquipélago açoriano. O texto de ficção vale pelo que é e não pelo que nele busca o pesquisador. Milan Kundera (1991:60), em *A Arte do Romance*, diz categoricamente *que o romancista não é nem um historiador nem um profeta: é um explorador de existências* e explica que a existência, sendo o campo das possibilidades humanas, permite o desvelamento do que é estar-se no mundo. Assim, há que se entender os elementos constitutivos da obra de arte literária como uma possibilidade humana resultante da própria vida, tanto na forma de retrato das personagens, quanto na ação e no cenário. O universo literário é um mundo de possibilidades não importa de que fontes foram bebidas. A imaginação do autor é que as faz frutificar até despojarem-se do seu élan primordial que pode ou não estar vinculado à realidade de vida do autor.

No Prefácio da 1ª edição de *O Fundo do Lago* (1978), J. Almeida Pavão, vale-se da assertiva de Jean Cohen, *O poeta é poeta não pelo que pensou, mas pelo que disse*, querendo dizer que a obra, sendo *pertença do público*, não pode explicar-se pelas *intenções que lhe sejam porventura subjacentes*; o leitor é que se

parte dele mesmo. E se esse colocar em seu poema um homem de carne e osso a quem conheceu, depois de se ter apropriado dele, ele é parte de si mesmo.... Viver na história é viver a história! E um modo de viver a história é contá-la, criá-la em livros (Unamuno, 1989:127;130) (tradução nossa).

converte em seu *juiz ou intérprete*. O que o autor tentava era, pela segunda vez, a *experiência de um romance tipicamente açoriano*.

E no Prefácio da 2ª edição da mesma obra (1987), justifica, nove anos mais tarde: *O Fundo do Lago pretende ser em parte um testemunho ou um depoimento sobre uma época e uma sociedade conturbadas, na região insular, reflexo de uma viragem maior a nível nacional...*, evidenciando o comportamento de *certas personagens por entre as manifestações frequentemente estereotipadas, próprias das agitações de massa* e de aspectos específicos da emigração. Na obra, *entremeiam-se o cômico e o trágico que transpostos para o plano da ficção, não deixam de se constituir como componentes irrecusáveis duma teia, que é a própria vida real.* (Pavão, 1987). A História, nesse caso, pano de fundo da trama, foi utilizada como uma situação existencial por meio das ações das personagens, em especial de Liduína, deixando à mostra a caracterização do homem e da mulher das ilhas em plena sociedade que evoluía.

A conversa, que principiara em separado, em dois grupos, segundo os sexos, acabou por se generalizar e descambou para a política, a incidir sobre a nova ordem social e sobre as últimas conquistas revolucionárias: ...nem reforma agrária, nem ocupações ou expropriações, poucas reivindicações e, quanto a saneamentos, praticamente zero. Uma miséria! Não havia dúvida de que o povo açoriano ainda se encontrava muito pouco e muito mal esclarecido... (Pavão, 1987:81).

Essa mesma preocupação com a realidade insular circundante e a sua transposição como matéria ficcional é reafirmada, assim como já fora nos romances anteriores, pelo autor micalense no texto *Uma vida de romance*, que precede o primeiro capítulo de *Marianinha*:

Uma vida de romance ou romance de uma vida? Dois termos mutuamente imbricados...Uma existência real romanceada na sua essencialidade, que assume..., uma expressão escrita literatizada. Há realidades que, na sua intensidade factual e dramática, se assemelham à superlativação ou à refração, próprias do ficcionismo, como há ficções que se afiguram ao acontecido no tablado da realidade vivida e sentida. A história duma vida ou uma vida com história para contar. Sim porque há vidas sem história. Mas a história (referimo-nos à estória) também possui a sua autonomia, mesmo quando procura refletir a realidade vivida. Autonomia na medida em que a sua ação se desenrola numa linha paralela à do real que caminha ao seu lado, mas sem nunca se encontrarem. (Pavão, 1997: 15) .

Ao transcender o seu mister de investigador, a ligação com sua terra natal faz J. Almeida Pavão deixar rolar a pena a partir de sua alma iluminada e descreve a ilha em peças ricas em imagens metafóricas que, afastando-se do documental, transportam o leitor para o mundo infinito da poesia. E é principalmente no romance *Marianinha*,

a par do que vinha acontecendo em outras obras de cunho ficcional que J. Almeida Pavão consegue as mais ternas páginas sobre os cenários em que assentam as suas estórias: as paisagens paradisíacas da ilha de São Miguel que, por toda a sua vivacidade, são actantes encenando num espaço humanizado, ou melhor, dizendo, personagens e uma ilha animizada. No entanto, a voz do narrador de *Marianinha* alerta que não é no aspecto turístico das ilhas, no passeio pó fora *que se revela a alma insular*. É preciso *...ver por dentro, vivendo a vida dos seus habitantes, comungando do seu teor comum de existência, penetrando e assimilando um pouco dos seus mundos. Tudo o mais é paisagem* (Pavão, 1997:106).

E ainda na mesma obra, aparece a confissão de um genuíno ilhéu que conhece as vicissitudes de habitar um território coroadado de belezas naturais, mas afeito às intempéries meteorológicas desde o vento cortante aos sismos destruidores: *as narrativas sobre a História Insular, a constituírem-se num extenso martirólogo e num holocausto dos que não teimaram em não arredar pé*. Referia-se ele às Sete Cidades, uma das descrições mais comoventes de todo o conjunto da obra de J. Almeida Pavão, se bem que sejam irretocáveis todas as outras que aparecem em trechos sucessivos, em especial às que compõem as Aquarelas, de *A Roda do Tempo* (1993). Na voz do narrador de *Marianinha*:

Do outro lado da cumieira e num plano bastante inferior ao das lagoas, divisava-se o mar que... parecia espreguiçar-se numa dolência de mostrengo que se deixa amansar, matizado na superfície por salpicos brancos que se moviam irregularmente com a mesma lentidão. Quanto às lagoas, eram o resultado duma natureza indomável que se devolve a si própria, repondo o caos que originou com esses rastos de beleza compensatória das suas fúrias desorganizadas. (Pavão, 1997).

Uma natureza cruel nos seus caprichos, em relação ao homem que habita as ilhas que, talvez por isso mesmo, na sua exuberância endêmica, tornam-no mais interiorizado, mais centrado na profundidade do seu ser de onde se projeta por meio de manifestações que surpreendem pela poeticidade de suas imagens tecidas por palavras cuja melodia transporta o leitor para aquele mar de saudade, ora leitoso e materno das costas da Povoação no sentido do Nordeste, ora virilmente mexido pelo turbilhão das ondas da costa ocidental (se não estou em erro, lá pelas bandas da Ribeira Grande) da ilha de São Miguel. Muito mais se teria a dizer a respeito da obra multifacetada do escritor J. Almeida Pavão, mas o que ainda resta como sugestão é a retomada dos estudos sobre esse autor tão genuinamente açoriano que deve ter sua obra completa reeditada. Quando comecei a traçar os objetivos desta palestra, lembrei-me de que a partir de 1992, entidades culturais catarinenses receberam do Governo Regional dos Açores bibliotecas de autores açorianos, entre eles o Núcleo de Estudos Açorianos, da UFSC, e o Museu Etnográfico – Casa dos Açores, de Biguaçu. Fui até esses locais. Realmente os livros estão lá. Na Biblioteca Central da UFSC existem quatro títulos de livros de J. de Almeida Pavão. Onde estariam o acervo completo que em 1996, o professor visitante expôs no hall de entrada da reitoria da UFSC? Já naquela ocasião, pessoas queriam conhecer os livros, mas não havia exemplares à venda. Hoje continuam ausentes nas livrarias do país. Tive a sorte de receber

doze publicações do autor e encontrar mais três livros nos sebos contatados pela internet e cinco nas bibliotecas públicas de Florianópolis. Pergunto-me: quem ou quantos catarinenses leram a obra de Almeida Pavão? Amigos, alguns privilegiados que já foram aos Açores, outros poucos que sabem da existência dessas bibliotecas? Lembro mais uma vez as palavras de Jean-Paul Sartre que dizia que *a obra literária é um estranho pião que só existe em movimento* (2001: 35). Para que esse pião/obra literária comece a rodopiar tem de existir o ato concreto da leitura; pião e obra literária só permanecem na dança enquanto o rodopio/leitura durar. O que fazer, então? Minha sugestão é divulgar em colóquios (e aqui a minha saudação comovida aos organizadores deste evento), escolas, universidades, associações literárias (proliferam academias...) o que tais obras, ao lado de outras de igual valor, encerram, ao mesmo tempo que revelam, do universo açoriano: tipos humanos, ideias, comportamentos, tradição, reflexões e pesquisa, desde a realidade do homem ilhéu às profundezas do imaginário. Do popular ao erudito; da cátedra ao ambiente familiar. Tudo junto: eu criador e eu social. Obra como criação cultural, ressonância do passado que se perpetua, pela arte, além-fronteira, atingindo público que, das mesmas raízes, ainda conserva o poder de sentir-se como se *tivesse corpo e alma de Ilha, mesmo fora dela*, que sente essa *ausência perene* da qual fala o autor: *perpétua saudade que identifica a ânsia da partida com o desejo do retorno. Um cárcere que se transporta dentro de nós, à maneira duma tartaruga que fosse capaz de engolir a carapaça que a protege, mas que a oprime.* (Pavão: 1987:15) Assim também somos e sentimos, nós, os descendentes dos que primeiro dos Açores emigraram para SC. E termino, embora pesem os preconceitos (imaginários, espero!), entre compadrios, valendo-me da despedida dos dois personagens de *Um ladrão na Noite*, de *A Roda do Tempo* (1993:168):

– *Um compadre é sempre compadre até a morte – gritava o Capote, limpando os olhos com a manga da camisa, enquanto o Roqueira, apertando-lhe o peito num amplexo mais prolongado, confirmava com a voz igualmente comovida, sublinhada por um soluço:*

– *Até à morte!*

E assim, das raízes à diáspora, para sempre, a arte permanece e, por meio dela, sobrevive a amizade, eternamente. E transcende!

REFERÊNCIAS

- Açoriano Oriental. (2003) “Um humanista e incansável lutador pela cultura açoriana”, in Abertura. LITERATURA, Cultura e Evocação da Vida e Obra do Autor de “Xailes Negros”, 28 de setembro de 2003.
- Mauron, Charles. (1962) *Des Métaphores obsédants au Mythe Personnel*. Introduction à La Psychocritique, Paris: Librairie José Corti.
- Eco, Umberto. (1979) *Leitura do Texto Literário*. Lector in Fabula. A cooperação interpretativa nos textos literários, Lisboa: Editorial Presença.
- Freitas, Vamberto. (1992) *O Imaginário dos Escritores Açorianos*, Lisboa: Salamandra.
- Garcia, José Martins. (1987) *Para uma Literatura Açoriana*, Universidade dos Açores: Ponta Delgada.
- Kundera, Milan. (1991) *A Arte do Romance*, Tradução de Luísa Feijó e Maria João Delgado, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pavão Jr., José de Almeida. (1947) *Sub Tegmine Fagi*. Ensaios, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada/ Livraria Âmbar.
- Parreiras, Márcia M. M. (2006) *Ludwig Flek e a historiografia da Ciência diagnosticada de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida*. Disponível em www.bibliotecadigital.ufmg.br>. Acesso em 10 fevereiro de 2012.

Pavão Jr., José de Almeida. (1956) O Sacrifício. Ensaio, Coleção Arquipélago, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada/Coimbra Editora, Limitada.

Pavão, José Almeida. (1987) O Fundo do Lago, Direção Regional dos Assuntos Culturais/SREC/Açores, Ponta Delgada: Signo Editora.

Pavão, José de Almeida. (1968) Evocações. Páginas dum Álbum, Ponta Delgada: Diário dos Açores.

Pavão, José Almeida. (1990) O Além da Ilha, Ponta Delgada: Empresa Gráfica Açoreana.

Pavão, José Almeida. (1993) A Roda do Tempo, Ponta Delgada: Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Pavão, José Almeida. (1997) Marianinha, Ponta Delgada: Coingra.

Pavão, José Almeida (2001) Horas sem Tédio, Ponta Delgada.

Sartre, Jean-Paul. (2004) Que é a Literatura? Tradução Carlos Felipe Moisés, São Paulo: Ática.

Topa, Francisco. (1993) Apresentação de A Roda do Tempo, de José Almeida Pavão. Ponta Delgada: Direção Regional dos Assuntos Culturais. 1993. Página consultada em fevereiro de 2012 <[http:// webletras.up.pt/topa](http://webletras.up.pt/topa)>.

Unamuno, Miguel de. (1989) San Manuel Bueno, Martir. Como se hace una novela, Barcelona: Alianza Editorial, S.A.

31. ZILDA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL



TEMA 1.3.1. UM TRIBUTO AO MESTRE ISAAC NICOLAU SALUM, ZILDA MARIA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL COM A PRESENÇA DA FILHA DO AUTOR MARIA JOSEFINA LEUBA SALUM E APRESENTAÇÃO DE VÍDEO HOMENAGEM

O texto tem o propósito de prestar um singelo tributo ao Prof. Dr. Isaac Nicolau Salum, teólogo, linguista e filólogo brasileiro, conhecedor profundo da língua portuguesa, das demais línguas românicas, do grego, do latim, além da Bíblia e da língua hebraica, em virtude da sua formação religiosa. Motivada por gratidão e apreço para com o Prof. Salum, dedico uma homenagem ao mestre maior de todos os que receberam a dádiva de encontrá-lo no caminho. Oportuno dedicar um tributo num encontro da Lusofonia a quem tanto zelo e empenho devotou à língua portuguesa. Oportuno, também, dedicar-lhe um tributo nos Açores, dada a sua origem: sua seis vezes bisavó materna nasceu na Freguesia de Nossa Senhora das Angústias - Ilha do Faial, Arquipélago dos Açores -, na primeira metade do século XVIII. O texto inclui: (a) dados biográficos do Prof. Salum com base no livro *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*, publicado sob a direção de Francisco da Silva Borba pela T. A. Queiroz e EDUSP, em 1981, e no texto inédito *Breve biografia de Isaac Nicolau Salum*, escrito em 2005 por Maria Josefina Leuba Salum, uma de suas filhas, e a mim gentilmente cedido com o intuito de subsidiar a apresentação de trabalho no Colóquio; (b) depoimentos de familiares, colegas e ex-alunos; (c) referências a artigos de autoria do mestre Salum, os quais descrevem, analisam e interpretam padrões de comunicação escrita do português, publicados na coluna *Linguagem e Estilo* do Jornal *Folha da Manhã*, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Theodoro Henrique Maurer Júnior, em 1956-1957, os quais não foram citados na bibliografia que consta do livro *Estudos de filologia e linguística*. Tenho, com isso, a intenção de partilhar preciosas lições de português dadas por quem, no artigo *À rua ou na rua* (set. 1956), escreveu: “Estudar a língua é o meu ofício e meu prazer”.

INTRODUÇÃO

Inserido no tema *Homenagem contra o Esquecimento*, o texto tem o propósito de prestar um singelo tributo ao mestre Isaac Nicolau Salum, teólogo, filólogo e linguista brasileiro, conhecedor profundo da língua portuguesa, das demais línguas românicas, do grego, do latim, além da Bíblia e da língua hebraica, em virtude da sua formação religiosa. Motivada por gratidão e apreço para com o Prof. Salum, por tudo o que me fez e pelo que representou no meu percurso acadêmico e na minha vida, sinto-me gratificada ao dedicar um tributo ao Mestre maior de todos os que receberam a dádiva de encontrá-lo no caminho, em primeiro lugar, por ter sido sua aluna e depois docente da área de Linguística Românica da Universidade de São Paulo (USP) e, em segundo lugar, pelo privilégio de ter recebido de suas mãos exemplares de artigos publicados, em 1956-1957, no jornal *Folha da Manhã*, aos quais dedico a seção 3 deste texto. Oportuno dedicar um tributo num encontro da Lusofonia a quem tanto zelo e empenho devotou à língua portuguesa. Oportuno, também, dedicar-lhe um tributo nos Açores, dada a sua ascendência açoriana. O que me cabe, neste texto, é a iniciativa ao tributo ao Mestre. Partilho, portanto, a sua autoria com os familiares, amigos, colegas e alunos do Prof. Salum que, tão pronta e gentilmente, aquiesceram ao meu convite para participarem desta homenagem por meio de depoimentos pessoais; partilho, também, a autoria com o Prof. Bechara e com o Prof. Antônio Cândido, aqui citados, que, no livro *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum* (1981), já haviam escrito sobre o mesmo tema; com Maria Josefina Leuba Salum, uma de suas filhas, que gentilmente me cedeu o texto inédito *Breve biografia de Isaac Nicolau Salum* (2005)¹⁰⁴ com o intuito de subsidiar este trabalho; com Marcos Chaves, autor do texto também inédito *As três ilhoas*, e, ainda, e principalmente, com o próprio homenageado nas citações de artigos de sua autoria publicados no jornal *Folha da Manhã* (1956) e de um depoimento feito no encerramento de um ciclo de conferências que o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB – promoveu em julho de 1980, o qual foi publicado na *Revista do IEB* (1980). O texto inclui: (1) dados biográficos do Prof. Isaac Nicolau Salum; (2) depoimentos de familiares, amigos, colegas e ex-alunos do Prof. Isaac Nicolau Salum; (3) referências a artigos de autoria do Prof. Isaac Nicolau Salum.

1 DADOS BIOGRÁFICOS DO PROF. ISAAC NICOLAU SALUM

Isaac Nicolau Salum (24/03/1913 – 03/05/1993). Os dados biográficos do Prof. Salum dão destaque à sua ascendência açoriana e tomam por base a *Apresentação* do livro *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum* (1981), o texto inédito *Breve biografia de Isaac Nicolau Salum* de Maria Josefina Leuba Salum (2005); a autobiografia que consta do artigo *Depoimento e Demonstração* (1980), a súpula genealógica de Marcos Chaves, intitulada *As Três Ilhoas* (2012) e as seções *As “Três Ilhoas”* e *Professor Isaac Nicolau Salum – 1913* da obra *História de Alpinópolis: nos séculos XVIII, XIX e XX, até 1983*, de José Iglair Lopes (2002). Isaac Nicolau Salum nasceu em Alpinópolis, antiga Ventania, situada no sul do estado de Minas Gerais, a 350 km da capital mineira, no dia 24 de março de 1913. Se estivesse vivo, completaria, em 2013, 100 anos. Filho de Maria Jesuína

¹⁰⁴ Este texto que segue para vs, ainda inédito, eu o preparei mais como um documento que fique para meus filhos, de modo que um dia - quando a curiosidade da maturidade chegar - debrucem-se sobre o perfil do vovô que pouco pôde conviver com eles.

de Jesus, posteriormente Maria Vilela Salum (1887-1968), nascida também em Ventania, e de Nicolau Jorge Salum (1882-1958), de Tel-abessa, Síria, o Mestre é o terceiro filho do casal de seis filhos, sendo Rita Gonçalves de Faria (mãe Sia Rita) e Francisco Quirino dos Reis Sobrinho seus avós maternos, e Maria Sallum e Jorge Sallum, paternos. Casou-se com Antoinette Leuba (Nety) em 24 de junho de 1942, com quem viveu durante 50 anos, até seu falecimento, tendo tido com ela cinco filhos: Maria Luiza Salum Caporali – 21/03/1943 – (Lily), Carlos Augusto Leuba Salum – 31/05/1945 –, Maria Josefina Leuba Salum – 1º/05/1948 – (Suzy), Marta Heloísa Leuba Salum – 8/04/1952 – (Lisy) e Maria Elizabeth Leuba Salum - 18/01/1955 - (Betty) (Salum, 2005: 12-13).

A sua ascendência açoriana é do lado materno: sua seis vezes bisavó materna, Júlia Maria da Caridade, a segunda das chamadas três “Ilhoas”, nasceu na primeira metade do século XVIII, em 8 de fevereiro de 1707, na Vila da Horta, Freguesia de Nossa Senhora das Angústias – Ilha do Faial, Arquipélago dos Açores – Portugal. As *Três Ilhoas* foram três irmãs açorianas – Antônia da Graça, Júlia Maria da Caridade e Helena Maria de Jesus –, filhas de Manuel Gonçalves Corrêa, apelidado de “O Burgão”, e de Maria Nunes, casados religiosamente em 22 de julho de 1685. Imigraram para o Brasil com a mãe, viúva, tendo desembarcado no Rio de Janeiro por volta de 1723 e fixado residência em Minas Gerais, para onde foram provavelmente ao encontro do irmão, Antônio Nunes, casado com Ana Maria Silveira, sobrinha de Diogo Garcia da Cruz, também natural da Freguesia de Nossa Senhora das Angústias, em cuja residência moraram, no Rio das Mortes Pequeno, Freguesia de São João del Rei. Júlia Maria da Caridade casou-se com Diogo Garcia da Cruz, em 29 de junho de 1724, na Capela de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, com quem teve 14 filhos. Residiram em Carrancas e posteriormente em Madre de Deus. Deram origem, dentre outras, a tradicionais e importantes famílias: aos Garcias, Carvalhos, Nogueiras, Vilelas, Reis e Figueiredos. (Lopes, 2002: 84-85; Chaves, 2012: 1-2). Sobre a sua infância, em Alpinópolis, segue o relato de sua filha Maria Josefina:

... Viveu uma infância cheia de relatos e recordações: dos Congados e das Cavalhadas, das Festas de Santo Reis, dos passeios na Gruta e dos banhos no Rio Conquista, dos meninos levados, das brigas de rua punidas com energia pelo pai no retorno a casa, das amizades e inimizades na escola, dos brinquedos com carrinhos improvisados com rodinhas de carretel de madeira, da venda de laranjas e mangas colhidas no pomar de casa carregadas em cestos pelas ruas e da relação afetuosa com sua mãe e com sua avó, a mãe Sia Rita, ambas muito amadas por ele e cuja memória preservou com emoção por toda a vida. (Salum, 2005: 4)

O curso primário foi feito em sua cidade natal, na Escola Pública masculina, e o curso secundário, no Ginásio Mineiro de Muzambinho, no sul de Minas. Fez seu curso superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, diplomando-se em Letras Clássicas e Português, e em Línguas Estrangeiras (1937-1939). Fez, simultaneamente, curso superior de Teologia, bacharelando-se pela Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, em São Paulo (1938-1940). Iniciou suas atividades docentes como professor

secundário de português, latim, francês e grego em 1937, e ingressou no magistério de 3º grau como teólogo, na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, onde lecionou de 1942 a 1951. Foi professor estável de latim na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Mackenzie (1947-1959) e professor assistente do Prof. Maurer na cadeira de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1947-1967), tendo sido, em 1968, nomeado regente da Cadeira. Sua carreira científica desenvolveu-se na Universidade de São Paulo: em 1954, defendeu tese de doutoramento, intitulada *A Contribuição Linguística do Cristianismo na România Antiga*, sob a orientação do Prof. Maurer. Em 1967, fez o Concurso de Livre-Docência, com a tese *A Semana Astrológica e a Judeu-Cristã: Introdução à Problemática da Nomenclatura Semanal Românica*; em 1968, submeteu-se ao Concurso de Cátedra com a tese *A Problemática da Nomenclatura Semanal Românica*. Em 1985, recebeu o título de Professor Emérito da USP (Apresentação, 1981: 2). Exerceu várias funções administrativas na USP: chefia do Departamento de Linguística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH (1970-1973), vice-direção da Faculdade de Educação (1972-1975), presidência da Comissão de Pós-Graduação da FFLCH (1976-1979). Foi membro do *Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta*, a partir de 1969, como um dos responsáveis por sua execução em São Paulo. Nesse mesmo ano, convocou uma reunião de que resultou a fundação do *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo - GEL*. (Apresentação, 1981: 2). Na FFLCH-USP, foi criador e divulgador do estudo da língua romena dada a sua importância para a reconstituição do latim vulgar e, pois, para o estudo comparativo das línguas românicas, a cujo ensino se dedicou, mesmo após sua aposentadoria, em encontros semanais com o grupo de professores da área de Linguística Românica. Devotou-se, também, ao ensino de uma *abordagem sintático-semântica do texto*, de sua criação, que concebe

o texto um enunciado ou uma sucessão coerente de enunciados. Os períodos que se alinham são enunciados coordenados, os parágrafos são uma sucessão de períodos coordenados, os capítulos uma sucessão de parágrafos coordenados. (...)

[A Interrelação sintático-semântica do texto engloba] considerações de natureza múltipla, incluindo as históricas, mitológicas, psicológicas, sociológicas, retóricas, fonológicas e rítmicas, tudo isso sem sair do texto, ou antes, saindo precisamente do texto. Isso quer dizer que este método de análise não é um sucedâneo ou substituto de quaisquer outras abordagens, mas reclama uma anatomização sintática – que não deve ser atomização – como ponto de partida. Não é atomização nem é requinte terminológico – aliás, elimina quase totalmente a terminologia –, valorizando, por questão de justiça, os dados da boa gramática tradicional, naquilo em que os estudos modernos ainda não a conseguiram substituir.” (Salum, 1972: 4)

A sua vocação maior foi o magistério: indicava, esclarecia, tendo sido orientador não só de direito, mas também de fato de inúmeras dissertações de mestrado e de teses de doutoramento. Realmente lhe era impossível

sobrar tempo para dedicar-se aos textos próprios que lhe teriam rendido inúmeras publicações. Optou mesmo por ser o Mestre e o autor anônimo através dos trabalhos de seus alunos. E ensina-nos a arte de ensinar:

Desde muito, venho percebendo que ensinar – verbo que vem de in + signare, isto é, “marcar dentro”, e é bem parente de inculcar, que vem de in + calcare, “calcar dentro”, “imprimir” – é, antes de tudo, “fazer aprender”, que vem de ad + prehendere, “apanhar”, “agarrar”. Fazer aprender é, dando as orientações metodológicas, “fazer estudar. (Salum, 1980: 196)

Transcrevo a seguinte notícia publicada por ocasião de seu falecimento em 03/05/1993:

Perde a Universidade de São Paulo um dos seus mais dignos mestres, pela vastidão da sua ciência e pelo calor humano que a todos contagiava. O Prof. Salum era o modelo de sábio e santo, cujas lições não ficam apenas no que escreveu, ficam mais na lapidação profissional e científica de grande parte do magistério secundário e superior que labuta no Brasil, especialmente em São Paulo, muitos dos quais pertencem hoje ao que de melhor ostentam a investigação e a pesquisa entre nós. Seus livros - representados pelas teses universitárias -, suas traduções e supervisões de obras básicas, seus gráficos que nos anteciparam alguns temas da linguística textual, suas aulas e suas arguições de teses, seu coração sempre dadivoso e acolhedor, tudo isso fazia do Prof. Salum um mestre e um amigo (...) uma lição de vida totalmente dedicada às letras e à religião. (Noticiário. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. n. 5, 1º semestre de 1993). (apud Salum, 2005: 18)

2 DEPOIMENTOS DE FAMILIARES, AMIGOS, COLEGAS E EX-ALUNOS DO PROF. ISAAC NICOLAU SALUM

Esta seção dedica uma homenagem ao pai, avô, tio, amigo, colega e professor Isaac Nicolau Salum. Assim sendo, as informações apresentadas a seguir retratam as vozes de familiares, amigos, colegas e alunos do Mestre, aos quais agradeço o envio de seus depoimentos. Reproduzo seus textos por veicularem, de forma mais fiel, os seus discursos, e, pois, o que significam suas experiências. Chamo as memórias aqui relatadas de um elogio e um agradecimento ao Mestre que nos acolheu e nos deu a mão para o aprendizado das línguas românicas e, em especial, da missão de ser professor. Início com o depoimento de seus amigos, seguido pelo de seus ex-alunos, alguns deles posteriormente colegas, o de seus familiares e concluo com o meu depoimento. Trago, também, ao texto outras homenagens que lhe foram prestadas e é com elas que começo esta seção. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA é professor, gramático e filólogo brasileiro de renome internacional: professor titular e emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF); titular da cadeira nº 16 da Academia Brasileira de Filologia e da cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras; membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra; patrono da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia – AICL. Referindo-se ao “nosso” Salum, assim se expressou na mensagem eletrônica de 08/02/2012, em resposta ao convite que lhe formulei para o envio de depoimento:

Prezada Prof.ª Zilda,

Achei excelente e justa sua proposta de homenagear nosso Salum, saudosa memória. Tão logo me livre de compromisso destas próximas semanas, lhe atendo ao pedido. Você conhece a homenagem ao Salum, e daí poderá tirar o que eu disse do amigo. Abraços e até os Açores.

Evanildo Bechara

É o que faço agora, reportando-me à homenagem que Bechara presta ao amigo de “inteligência luminosa”:

A primeira impressão que nos transmite a sua presença é a de alguém que de nós se aproxima em busca de aprender mais. Entretanto, pela sua inteligência luminosa, pela sua cultura multiforme e pela sua curiosidade intelectual sem limites e sem hierarquizações (...) o pretense aluno ávido de informações se transforma logo no professor seguro, que faz calar aos circunstantes, convencidos de que têm muito mais para aprender do que para ensinar. (...) [Destacando os valores da humildade e do verdadeiro mestre, assim se expressa:] A verdade é que Salum ensina a todos nós com uma modéstia tal, como se estivesse a nos pedir perdão pelo muito que sabe; mas, sua lição não termina aí; dá-nos também o modelo do verdadeiro mestre, desse mestre de que hoje tanto precisamos – misto de estudo e de autoridade, mas com sorriso, como diz – para fazer que o magistério saia de seus augustos limites de sala de aula e participe dos destinos mais altos da sociedade brasileira.

(Bechara, 1981: 303-304)

ANTÔNIO CÂNDIDO DE MELLO E SOUZA é ensaísta e crítico literário respeitado internacionalmente, doutor em Ciências Sociais, professor titular aposentado de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH-USP, professor emérito da USP e da UNESP, doutor *honoris causa* da Unicamp; foi honrado com o Prêmio Camões em 1998. A origem açoriana comum levou o Prof. Antônio Cândido a chamar o amigo de “primo”, dedicando-lhe uma homenagem de mesmo nome – *O primo* – em *Cândido* (1981: 299-301). Foram, também, colegas de universidade nos bancos escolares e na atividade acadêmica:

Salum e eu somos um para o outro o “Primo”, que é como nos tratamos. Sendo muito remoto, o nosso parentesco é mais de boa vontade que de outra coisa, mas nós o consideramos próximo e atuante, como se tivesse vivido ontem o casal de açorianos do qual descendemos, lavradores perto do Rio das Mortes Pequeno, Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII. Além do mais somos vizinhos de torrão - ele da Ventania (atual Alpinópolis) e eu (apesar de nascido no Rio) de Santa Rita de Cássia (atual Cássia), uma de cada lado de Passos, no sudoeste de Minas, e todas as três em fila inclinada no Vale do Rio Grande. Por isso conhecemos a mesma gente, tivemos experiências parecidas e falamos mais ou menos do mesmo jeito. (...)

[Cândido destaca a sabedoria, honestidade intelectual e respeito pelo próximo:] O que sempre me impressionou no Salum foi a sapiência. Um sábio ele é, sem dúvida, com todo o arsenal de

informação e reflexão que o termo implica. Os amigos gostariam que fosse menos enrolado e um pouco mais afoito, para publicar o que elabora lentamente e guarda na gaveta ou arredores, sempre querendo melhorar, completar, tornar o escrito mais útil e acabado. Trata-se de certa ilusão de totalidade, derivada de sua honestidade fundamental, do rigoroso escrúpulo que cancela qualquer improvisação e do respeito tanto pela ciência quanto pelo próximo. (...)

[Assinala, também, a sua capacidade de doação,] a boa disposição para resolver os problemas dos outros; a aplicação minuciosa ao interesse alheio (...)

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER é professor emérito da USP, instituição onde exerceu a função de diretor do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH) Sérgio Buarque de Holanda e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), e de Coordenador Geral da Coordenadoria de Comunicação Social (CODAC). Foi, também, diretor geral do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Em Witter (dez.-fev. 1993-1994: 145-146), faz uma homenagem ao Mestre, intitulada *O PROFESSOR*:

Isaac Nicolau Salum é um caso perfeito do homem certo que escolhe uma profissão certa e a exerce com a certeza de estar contribuindo para o avanço da própria humanidade. Foi, é e será sempre o professor. O professor que acredita no que faz, faz com empenho e ensina de verdade... Suas obras de intelectual consagrado continuarão por muito tempo a "dar aulas" às gerações que nos sucederem. A minha lembrança mais marcante do Prof. Salum continua sendo aquela da minha adolescência... Nos primeiros dias de aula no Colégio Estadual e Escola Normal de Mogi das Cruzes. Ano de 1946... (...)

Voltemos ao mestre Salum, dessas lembranças de menino. Pacientemente ele explicava a todos nós a importância de se aprender latim e lastimava que o grego já não fosse matéria obrigatória... Sabia, no entanto, com a sensibilidade que era também sua marca que todos nós preferíamos brincar e "jogar bola" a estudar as complicadas declinações que ele, com todo empenho, procurava amenizar, tornando o seu aprendizado o menos aversivo possível. E, todos nós, que com ele convivemos, não esqueceremos de sua forma de nos fazer gravar os sufixos de cada uma delas. Ele cantava e andava na frente da classe e, como bom maestro, exigia que os pequenos cantores o acompanhassem. (...)

Foi um professor secundário de seu tempo e formou muitos jovens que acabaram engenheiros, médicos, dentistas, advogados e também professores, Os que escolheram seguir o mestre nesta profissão, ao mesmo tempo penosa e gratificante, tiveram nele um modelo a ser seguido. Muitos de nós, que como ele passamos por diferentes graus de ensino, saindo da experiência do professor normalista para chegar às funções de professor universitário, sabemos o que ele nos queria inculcar quando dizia que só fôssemos "dar aulas" se realmente "gostássemos de crianças e não gostássemos de ser ricos". Queria dizer que gostássemos de dar aulas e não de ter posses além daquelas que nos permitissem uma vida segura e digna para exercer, como ele exercia, o magistério.

(...) todos saímos dessa escola com marcas indeléveis deixadas por homens que exerciam a nobre e digna profissão de ensinar... Dentre esses muitos homens está Isaac Nicolau Salum, um homem que acima de tudo foi professor. E, como professor, soube orientar sem tolher, exigir sem impor, e deixar fluir as qualidades de cada um. Eu sinto saudade desse homem, desse ser diferenciado, desse professor que foi Mestre: Isaac Nicolau Salum."

IZIDORO BLIKSTEIN é licenciado em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tem mestrado pela Université de Lyon – França, é doutor, livre-docente e titular em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo, professor aposentado do Departamento de Linguística da FFLCH-USP. Atualmente, é professor e consultor de Semiótica e Comunicação e professor de Comunicação Corporativa e *Media Training*. Izidoro prestou várias homenagens ao Mestre, de quem foi aluno e amigo exemplar. Em artigo intitulado *Maurer, Salum e a Romanística: pioneirismo, sabedoria e humildade* (set.-dez. 1994: 261), registra

O professor Maurer tornou-se catedrático de Filologia Românica em 1952, aposentando-se em 1967, quando o sucedeu o professor Salum, que permaneceu como titular da área até a aposentadoria, em 1983. Ambos, infelizmente, já faleceram, mas deixaram a sua marca indelével de cultura e de erudição e...sobretudo de humanismo e de humildade.

Na seção Homenagem da Revista da USP (dez.-fev. 1993-1994: 147-153), Izidoro deixa um outro depoimento ao Mestre:

Mas...o que falar do Prof. Salum? A sua passagem pela Faculdade foi tão exuberante que talvez não caiba num depoimento limitado como este e deva, na verdade, ser matéria de uma dissertação de mestrado ou, melhor ainda, de uma pesquisa que conduza a uma tese de doutorado. Vou, portanto, ater-me a alguns aspectos de sua atuação como professor, pesquisador e como ser humano, irradiando um exemplo de sabedoria e humildade a servir de guia para todos os que querem aventurar-se pelas veredas do magistério. Tenho a certeza, contudo, de que o Prof. Salum retrucaria, declarando categoricamente: "Eu não sou nem fui nada disso. (...) E quantas coisas não terá feito o Prof. Salum? Aulas, conferências, orientação, conversas, conselhos, estímulos, artigos, teses, palestras, mais aulas, mais conselhos, mais orientação, mais conversas, contínuas e infatigáveis pesquisas, enfim...a inteireza de uma vocação como professor. Mas que tipo de professor foi Isaac Nicolau Salum? (...)

Estar disponível, dentro mas também fora do espaço da sala de aula. Sem nenhum formalismo, o Prof. Salum conversava e trocava ideias sobre fatos linguísticos com qualquer pessoa (não necessariamente o aluno "oficial"), independentemente da condição social, do momento ou do lugar. Para o Prof. Salum, todo ser humano pode produzir uma "ciência" linguística: para tal, é preciso que sejamos atentos observadores, com sensibilidade e memória atiladas, capazes de saber perceber, registrar e interpretar a contínua produção de fatos linguísticos por parte do falante. (...)

[Conclui, observando que o] Prof. Salum, ao protestar contra o epíteto humanista, a ele aplicado, permite-nos desenhar a inteireza de sua figura humana e intelectual, mais do que nunca viva entre nós, com a sua humanidade, mas sobretudo com a sua generosidade e a sua grandeza de espírito:

"Se o Prof. Aubreton é um humanista, eu não posso ser posto junto: ele é um nome europeu, eu sou apenas um professorzinho brasileiro, que, especialmente nestes últimos anos, só estudo um pouco de teimoso. De qualquer maneira, se as minhas 'tolices' não o escandalizaram, eu lhe agradeço a complacência". Não, Prof. Salum, nós é que lhe agradecemos por tudo o que o senhor fez pela Faculdade, pela Universidade e pela cultura brasileira.

Izidoro expressa, mais uma vez, o apreço e a admiração pelo Mestre através do seguinte depoimento, preparado especialmente para o tributo no Colóquio dos Açores:

O Prof. Isaac Nicolau Salum foi, para mim, além de competente orientador de minhas teses de doutorado e de livre-docência na USP, um exemplo de probidade intelectual e humildade. Pioneiro no ensino e na pesquisa na área de Filologia Românica, o Prof. Salum estava sempre aberto para as novidades no campo dos estudos da linguagem. Com efeito, ele praticava uma linguística de alto nível, denominada Desconstrução do Texto ["Método Gráfico para o Estudo Estilístico do Texto"]. Ele desconstruía o texto, mostrando todas as suas relações sintáticas e semânticas. Criava uma árvore sintático-semântica que ilustrava toda a rede de dependências entre as palavras e as orações no texto: tratava-se, na verdade, de um trabalho de coesão e coerência textuais. Com isso, o Prof. Salum fazia uma radiografia do texto. Portanto, era um trabalho de linguística sincrônica, ao qual ele aliava o aspecto diacrônico com seus conhecimentos de Filologia, Grego, Latim, Árabe, Hebraico etc. O Prof. Salum fazia uma bela junção da Filologia, da Linguística Histórica e da Linguística Estrutural.

*Como ser humano, o Prof. Salum era um erudito que tinha uma atitude humanística e humilde perante a vida. Essa postura humilde, que é a verdadeira atitude científica, nos ensinava a reconhecer que nem sempre estamos certos e que o outro pode ter razão. Com esse espírito democrático, ele impulsionou o desenvolvimento da Linguística entre nós, embora sempre dizendo que não era linguista. Para percebermos o reconhecimento de sua figura, basta observar a lista de professores que participaram do livro *Estudos de Filologia e Linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum* (Borba (org.) 1981. T. A. Queiroz e Editora da Universidade de São Paulo). Em depoimento, o Prof. Antônio Cândido afirma: "Sei pouco da sua atividade no campo religioso, mas acho significativo a circunstância de pertencer ele originariamente a um setor da Igreja Presbiteriana que vai sempre dividindo-se, dando lugar a organizações cada vez mais abertas, que procuram inserir o Cristianismo na luta pela solução dos problemas na terra. Esta tendência afina bem com a sua personalidade tolerante mas atuante, capaz de indignação e estrilos oportunos quando os princípios estão em jogo" (op. cit.: 301). E isso realmente o Prof. Salum fez. Embora não fosse filiado a nenhum partido político,*

ele era capaz de, com toda a transparência, manifestar-se corajosamente pelos princípios democráticos. Era capaz, por exemplo, de, em sala de aula, discursar a favor de um intelectual que eventualmente tivesse sido cassado. Ele tinha essa coragem, essa bravura política. Houve aqueles que ofereceram resistência à Linguística, mas é preciso esclarecer que houve professores, como o Prof. Salum, com a mente suficientemente aberta, para aceitarem as novidades e as integrarem em seu campo de conhecimento. E com isso a Linguística conseguiu desenvolver-se, transformando-se em um departamento que reúne diferentes tendências.

ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO é licenciado em Letras Clássicas (1959), com especialização em 1960, é doutor em Linguística (1968), livre-docente (1997) e titular em Filologia e Língua Portuguesa (2002) pela USP. Foi professor titular nas três universidades oficiais paulistas e é professor titular aposentado da USP e da UNICAMP. Na mensagem eletrônica enviada com o depoimento, datada de 13/02/2012, Ataliba, ex-aluno do Prof. Salum, escreve: “Meus parabéns pela ideia de homenagear o Prof. Salum, a quem me referi na conferência de encerramento do II Congresso Internacional de Linguística Histórica”, 10/02/2012.

Conheci o Prof. Salum como seu aluno de Filologia Românica na USP e, pouco depois, por sua participação na Igreja Evangélica de São Paulo, cujo pastor era o Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr., catedrático da mesma disciplina. Em 1962, fui convidado a lecionar Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, hoje integrada à Unesp. Tendo pedido sua ajuda, o Prof. Salum preparou os quatro cursos anuais que ia ministrar, iniciando-me no magistério superior. Em 1970, pedi ao Prof. Salum que aceitasse a coordenação da equipe paulista do Projeto NURC [Norma Urbana Culta], tarefa que ele aceitou, assegurando assim que os trabalhos desse projeto tivessem sucesso em São Paulo. Sua ajuda foi decisiva nos primeiros tempos do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, associação que conta hoje com 6000 associados. Ele segurava, por assim dizer, os arroubos dos jovens associados, garantindo que os objetivos da jovem sociedade fossem atingidos. É preciso lembrar também que ele ajudou o Prof. Maurer na implantação da Linguística na USP. Homem generoso e extremamente culto, ele não hesitava em deixar suas coisas de lado sempre que alguém o procurava, pedindo ajuda.

CARLOS ALBERTO DA FONSECA, bacharel e licenciado em Letras (Português / Sânscrito), mestre e doutor em Linguística pela FFLCH-USP, é professor aposentado do Curso de Língua e Literatura Sânscrita da FFLCH-USP (1974-2001). É com humor, admiração e estima que fala do seu Mestre num depoimento que intitula *Nicolau, Nicolau, é o Melhor e Não Faz Mal!!!*

Havia resolvido iniciar este texto lembrando o episódio “Bună dimineața!”, mas a memória me deu um passa-moleque e colocou na frente essa paródia do conhecido jingle do comprimido que meus sentimentos se entrecantavam no dia seguinte às aulas do Prof. Salum enquanto tentava colocar

ordem na montanha de informações com que havia topado no dia anterior. Era nas calendas de 1975, os dois semestres, e eu e mais dois colegas – Wilson Galhego e José Luiz Fiorin – formávamos a turma das disciplinas “Romeno e Ibero-romance: exame contrastivo I e II”, nas quais, além de aprendermos a gramática do romeno, nos fascinávamos com as análises comparativas dessa gramática com as das demais línguas românicas. As aulas eram autênticas touradas: tínhamos que pegar à unha toneladas de referências, além da aprendizagem da língua romena, porque era durante ela que se faziam os contrastes. Um pé lá e outro cá, a cada feria nos surpreendia a erudição acadêmica sem limites e a generosidade de alma daquele homem que escolhera o magistério superior como coroamento de sua passagem por este mundo-vida. A expressão “Bună dimineața!” foi das primeiras que descobrimos sozinhos e em todas as aulas saudávamos o Mestre quando ele chegava para a aula, carregando aquela pasta entulhada de livros e recortes de papel com textos “engarfanhados” naqueles seus esquemas geniais de descobertas de mecanismos de textualização e, nos dias de alguma temperatura mais baixa, seu boiné de lã xadrez com protetores para as orelhas. Ele fez parte também da Banca Examinadora de minha dissertação de Mestrado, da qual saí com um 9,8 com distinção e uma cópia do trabalho (a que ele lera) com centenas de anotações do que ele chamava de lana-caprina, minudências de correções ou sugestões de linguagem escrita que ele queria fosse sempre rigorosa. Numa delas, uma tia minha, na plateia, ergueu-se em minha defesa: “existe, sim; lá no meu Nordeste, todo pernambucano como eu conhece um tipo de pé de algodão que é mais uma árvore do que um arbusto”. Isso em função de uma tradução que eu fizera de uma palavra sânscrita como “árvores de algodão” (“algodoeiro” só não me servia – uma ideia de floresta/bosque era importante ali) porque eu não queria que parte da palavra arbusto reverberasse um sentido que naquele trecho o texto não apresentava. E assim se deu a convivência com aquele exemplo de humanidade e de homem de humanidades. O “Bună dimineața!”? Ah ali pela terceira ou quarta aulas, havia ainda muito contraste a aprender, saudei-o animadamente (achava que tinha aprendido num vocativo a chave do mundo), ainda no térreo do bloco B dos prédios do CRUSP, onde então estavam abrigados os cursos da área de Letras, com um “Bună dimineața, Învațatorule!” – “Bom dia, professor”. Interrompendo o passo e colocando a mão em concha junto à boca, corrigiu-me sorrindo, falando ao meu pé de ouvido: “Isso você diga a um professor primário, que já fui com orgulho. Mas agora somos ambos, cada um, um Professorule”. Lição aprendida, saudoso e sempre estimado Mestre. E seu admirado Colombo, está por aí?

DIANA LUZ PESSOA DE BARROS é professora titular aposentada do Departamento de Linguística da FFLCH-USP; exerce atualmente, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, as funções de professora da graduação e da pós-graduação, e de coordenadora da Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Em seu depoimento, *Isaac Nicolau Salum: exemplo de intelectual*, deixa registrado:

Conheci o Professor Isaac Nicolau Salum quando era aluna do primeiro ano do Curso de Letras na Faculdade de Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Fui, com o entusiasmo dos 18 anos, a um congresso de linguística na Universidade de Marília. Não sei mais do que se falou lá, mas sei que foi um deslumbramento o contato, mesmo à distância, com os grandes linguistas brasileiros da época. Lá vi, pela primeira vez, o professor Salum, de quem já tinha ouvido falar pelos meus professores, quase todos seus ex-alunos e admiradores. A jovem estudante de letras encontrou, naquele primeiro encontro, um modelo a ser seguido e difícil de ser atingido. A admiração se manteve em outros contatos, sobretudo no GEL - Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, de que o professor Salum era o mentor. Muitos anos depois, já professora na Universidade de São Paulo, pude, finalmente, ter um relacionamento mais próximo com o professor Salum, como colega na Universidade. Convidou-me para bancas de seus orientandos, passou-me um aluno, que foi o meu primeiro orientando de doutorado, estivemos juntos em reuniões do Conselho do Departamento e em bancas examinadoras diversas, conversamos no café e nos corredores. A proximidade e o amadurecimento não impediram, porém, que mantivéssemos a relação de professor e aluna. O professor Salum continuou sempre a ser o mestre, que, em grupos de estudos sobre as línguas românicas, em aulas de romeno, galego ou catalão, em estudos precursores dos textos, a partir das propostas de Tesnière, em conversas informais, dava-nos lições de linguística e de vida. A passagem do tempo e a maior proximidade não apagaram ou mesmo fizeram diminuir o caráter exemplar do professor Isaac Nicolau Salum, como muitas vezes acontece com nossos ídolos da infância ou da juventude. Isaac Nicolau Salum foi um modelo de professor, visto à distância por uma aluna de primeiro ano de Letras e manteve-se, no contato mais estreito com uma colega-aluna, como um exemplo de intelectual.

ELISA GUIMARÃES PINTO é mestre e doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, onde lecionou na área de Filologia e Língua Portuguesa, bem como orientou mestrandos e doutorandos na mesma área. Atualmente, é professora titular da área de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Guardo do Prof. Isaac Nicolau Salum a mais bela das lembranças. Fui sua aluna no curso de pós-graduação em Letras da Universidade de São Paulo. Participei de aulas magistrais, reveladoras do senso crítico de um analista ao mesmo tempo carinhoso e exigente - acima de tudo, competente e perspicaz. Essas aulas permanecem incorporadas ao repertório antológico de meus textos os mais ricos e os mais cativantes. De aluna pós-graduanda passei a ser, na mesma Universidade, colega do Prof. Salum. Aí, encontraram-se os dois mineiros; ele, de Muzambinho; eu, de São Sebastião do Rio Verde - duas cidadezinhas incrustadas nas montanhas de Minas Gerais. Colega exemplar, transmitia a ciência da amizade sincera, do devotamento oportuno, da oferta no momento preciso. Profundamente modesto, encantava-me com a arte de ocultar nas dobras da modéstia seu imenso

cabedal de sabedoria. Enfim, não poderei nunca varrer da memória esse mineiro de alma pura, inteligência brilhante, espírito austero, coração magnânimo.

MARIA VALÉRIA ADERSON DE MELLO VARGAS tem bacharelado em Letras – Português e Sânscrito, mestrado em Filologia e Língua Portuguesa e doutorado em Filologia e Linguística Românica pela FFLCH-USP. É professora aposentada do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP, tendo atuado na Área de Língua e Literatura Sânscrita (graduação) e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Atualmente, é professora do corpo permanente do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul. Na mensagem eletrônica que acompanhou o envio do depoimento, de 28/02/2012, Maria Valéria, ex-aluna do Prof. Salum, agradecendo-me o convite, diz “um prazer lembrar meu convívio com o Prof. Salum. Que saudades!!” Intitula o seu depoimento *Meu convívio com o Prof. Salum*:

O Professor Salum foi, sem dúvida, meu grande mestre. Devo-lhe muito em relação a minha formação acadêmica, mas o legado maior se situa no desenvolvimento de uma prática mais acurada de reflexão do papel social e histórico do ser humano em diferentes culturas. Em 1979, por orientação do Prof. Izidoro Blikstein, cursei a disciplina “Romeno X Ibero-romance: exame contrastivo I e II”, ministrada pelo Prof. Salum, no curso de pós-graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP. São fortes as lembranças das aulas, em que o romeno era tomado como paradigma para o estudo de uma série de reflexos do latim nas línguas ibero-românicas e em que o exame contrastivo entre o romeno e essas línguas era enriquecido pela tomada de exemplos de outros idiomas do ramo: ítalo-romance, reto-romance e galo-romance. Essa abordagem serviu-me de modelo para o estudo dos aspectos linguísticos, geográficos e histórico-culturais dos textos sânscritos, em especial, do romance sânscrito clássico, objeto de minha pesquisa de Mestrado naquela época. Durante dois semestres, a condição de única aluna da disciplina tornou possível a elaboração conjunta de vários quadros comparativos de fenômenos das línguas românicas e do sânscrito e, desse modo, a reflexão estendia-se para mais um ramo das línguas indoeuropeias. Esse convívio com o Prof. Salum resultou numa forte amizade entre nós e numa profunda admiração de minha parte por seu modo de agir, fundamentado, sobretudo, na ética e no respeito ao ser humano, fosse quem fosse. Seu amplo conhecimento, sua vivacidade e bom humor, suas “histórias de mineiro”, como dizia, davam o “tom” àqueles encontros inesquecíveis. Por essas razões, considero um privilégio poder dizer que fui aluna do Professor Salum.

OPAZIA CHAIN FERES tem licenciatura, mestrado e doutorado em Letras pela FFLCH-USP. É professora de Língua e Literatura Italiana na Universidade Federal Fluminense – UFF. Em seu depoimento, Opázia rememora as inesquecíveis festas romenas, organizadas pela Associação Cultural Brasil-Romênia, na companhia agradável do Mestre querido:

Quando cursei a disciplina Linguística Românica durante minha graduação em Letras na FFLCH da Universidade de São Paulo – USP, conheci aquela figura singular isenta de qualquer vaidade, distante dos estereótipos do intelectual, do erudito, do sábio e mais distante ainda do asséptico título de profissional. Em sua simplicidade havia algo da graça de um menino, que se doava aos estudos, aos alunos, aos amigos – a quem dele precisasse. Quase como um avô, que compartilha as próprias lembranças, recordava para nós, alunos, como era a USP do seu tempo de estudante, queixava-se da falta de menção aos gramáticos do século XV, fonte de tantas teorias então em voga ou dava suas preciosas aulas... São lembranças de um mundo acolhedor e querido. Sua inteligência privilegiada e formação rigorosa permitiam ao professor Salum ‘brincar’ com os conteúdos programáticos: um dia ele entrou na sala de aula declamando ‘O teu lenço’, de Guimarães Passos: com uma explicação rápida e eficaz, em poucos minutos, transformou o soneto numa pintura em movimento... Em outra ocasião, declamou uma poesia numa língua que nós não identificamos: ele havia, apenas, substituído os sufixos de uso corriqueiro por outros de uso excepcional. Uma noite foi aplaudido entusiasticamente pela colônia romena, que ouviu uma sua conferência num romeno irrepreensível: senti-me flutuar como num mundo perfeito de ideias, sem poder aquilatar o alcance de tamanha precisão.

E as festas? Sua timidez era um convite a nossas provocações para que entrasse nas brincadeiras dos saudosos bailes romenos. Ele também tinha essa qualidade mágica – compartilhada por sua sobrinha e assistente Professora Onélia de Lima Salum: a de transmitir, em linguagem simples, acessível a alunos ignaros do latim, o conteúdo de uma disciplina que partia em grande parte dessa língua. Quem avaliava os alunos era Onélia. Um dia, contou-me o José Carlos (Barcellos), de bom humor nato, luz fascinante e saudosa memória, que depois de ter sabido de sua nota (e da minha), dez, colocou as mãos sobre a cabeça e exclamou: “Que vergonha!”...

Tínhamos o professor Salum como único, irrepitível, seja pela profundidade e abrangência de seus conhecimentos, seja pela simplicidade do seu ser. Quem o visse pelas ruas da cidade de São Paulo ou pelos corredores da USP, sandálias nos pés, boné na cabeça, oclinhos no nariz – e não o conhecesse – jamais imaginaria estar diante de um personagem de tamanha envergadura. Longe dos holofotes, ele apontava os erros dos colegas em cartas pessoais. Nenhum estrelismo: apenas o conhecimento, a naturalidade do saber, sua pele.

MARIA ZÉLIA BORGES é doutora em Linguística pela FFLCH-USP e professora aposentada pela Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Conheci o professor quando entrei na USP e o via circular sua grandeza, com a maior simplicidade e despreensão. Logo de saída encantei-me diante daquele professor e aos poucos o fui conhecendo

pelo que fora no Mackenzie e era, então, na USP: plataforma de lançamento para novos valores, incentivador e modelo permanente, orientador e, por fim, prêmio maior para seus alunos e colegas.

Ele foi mestre, orientador quando a ele recorri, amigo e vizinho pelas ruas e pelo bairro em que morávamos na década de 70. Cursava ainda a graduação quando me convidou para frequentar suas aulas para a pós-graduação (subida honra para mim). A mim se referia dizendo “a menina da beira da Fernão Dias”. Conto como glória ter vindo, como ele, das Minas Gerais. Até me atrevo a dizer que, se ele tivesse conhecido Wilson Pereira, poeta de Coromandel – MG –, gostaria de repetir junto comigo:

*O que eu tenho de Minas em mim
é este sonho de subir montanhas
e garimpar estrelas.*

Passo, agora, ao depoimento dos familiares do Mestre.

MARIA LUÍZA (LILY) SALUM CAPORALI, a filha mais velha do Prof. Salum, fez enfermagem na USP e se especializou em Saúde Pública, com mestrado na Faculdade de Saúde Pública e doutorado em Comunicação pela USP. Trabalhou na área até essa data, cumprindo funções de administração em Serviços de Saúde Pública e dando aula nas Escolas de Enfermagem da USP e Escola Paulista. Falando sobre a influência do pai em sua vida profissional e pessoal, faz um lindo depoimento em que aborda um aspecto único relativo ao método de análise linguístico-retórica do texto do Prof. Salum, que os seus alunos e colegas provavelmente desconhecem, certamente fazendo com que o Mestre seja conhecido e reconhecido não somente como artista das Letras, mas também do pensamento humano.

Entre 1984 e 1986, atraída pelas formas especiais de expressão de doentes de tuberculose com os quais trabalhei no final da década de 1970, linguagens diferenciadas da verbal e aproximando-se das linguagens visuais, cinestésicas e sonoras, procurei referências sobre essas manifestações mantendo paralelamente longas conversações com o professor Salum sobre seus diagramas. Neste caso, conversações sobre a sua abordagem sintático-estilística de um texto e formas de graficar processos de pensamento humano dentro das áreas da psicologia cognitiva e suas implicações, e sobre estudos de simetrias da natureza sob o princípio da ordem onde a geometria, as matemáticas e as artes se faziam presentes. Entre gráficos ou formas de representação, falávamos e observávamos sistemas arbóreos encontrados na existência real de plantas, árvores sobretudo, rios e outros, incluindo traços no chão arenoso provindos de ventos e outros movimentos.

Essa característica do professor de observação da natureza pouco se fez conhecer porque fazia parte de momentos livres em que ele dava asas a sua imaginação e a seus processos intuitivos de pensamento. Quando ele se via obrigado a pensar mais objetivamente os conceitos mentais, eram os

temas de maior concentração nas conversas em que ele, com o seu método, mostrava como desmembrar um texto a partir de significação, sentido e suas conexões com a compreensão humana do mundo. Como minha área no momento era saúde resultante de aspectos anatômicos, fisiológicos e funcionais do corpo humano, a psicologia funcional e suas resultantes norteavam a construção e o desenvolvimento de diagramas equivalentes aos que ele propunha.

Entre 1987 e 1991, fiz um doutorado na Escola de Comunicações e Artes, tendo o Professor Luis Barco como meu orientador. Nesse processo estudei formas de comunicação não verbal e, em todos os momentos de pesquisa, desenvolvimento de ideias e conclusões, criei gráficos sempre pensando nas classificações, na ordem e nas conexões que o professor Salum aplicava em seus diagramas. Nesse percurso, falávamos sobre autores do final do século XIX e início do século XX ligados a diferentes áreas do conhecimento, que se preocuparam com formas de pensamento e linguagem e suas relações com processos de aprendizagem, observação do mundo, criação nas artes e na música e estudos neuropsíquicos.

Viajando aos Estados Unidos e vivendo em Filadélfia por um ano, recolhi razoável bibliografia sobre esses assuntos que me deram a base do doutorado. Em 1991, já não pude ter o meu pai presente na defesa de tese por sua doença. Mas, desde então, avancei as ideias desenvolvidas com ele, aplicando-as na música, nas artes visuais e na cinestesiologia, áreas pelas quais passei estudando e desenvolvendo práticas até os dias de hoje. Como profissional, hoje sou ceramista e músico, mas não deixo de estar com suas ideias metodológicas em tudo o que faço. Além disso, dentro dos próximos dois meses, inicio cursos para professores sobre formas de aplicar processos de pensamento e expressão de ideias na aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades criativas. Isso, visando o ingresso de artes nas escolas, encontrando professores ainda não preparados para as linguagens humanas mais expressivas: a sonora, a cinestésica, a visual e a plástica. Aplicando métodos arbóreos e simétricos, componho música e faço meu trabalho artístico nas artes visuais e plásticas, conectando e sincronizando as linguagens do som, da imagem e do movimento através de seus sentidos e códigos. Tudo isso tenho a possibilidade de desenvolver porque há por detrás um método de conceituação, classificação e construção (incluindo a criação) aprendido com o professor Salum, sem que ele pudesse imaginar que este poderia ser aplicado em outras áreas do conhecimento, sobretudo como um possível desenvolvimento humano.

SÉRGIO AUGUSTO CAPORALI FILHO, neto do Prof. Salum, filho de Maria Luiza, é professor da Universidade Federal de Porto Rico, na área de Ciências Médicas, engenheiro especializado em Ergonomia. Revela, em seu depoimento, que aprendeu com o avô a arte de ser professor, os valores da solidariedade e do amor ao próximo.

Vô Isaac!

Ele sempre foi um vovô bonzinho, tranquilo e muito interessado nos seus estudos. Não tenho muitas lembranças de brincar com o vô, mas sim de conversar com ele sobre coisas da vida e do seu trabalho. Lembro também que ele lavava sua roupa no tanque da sua casa, que era vegetariano e que gostava muito de tomar água de bolinha (água com gás em garrafa de vidro). Mas nada disso foi o que eu realmente aprendi dele! Hoje sou professor da Escola de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de Porto Rico, sendo minhas áreas de atuação a Higiene Industrial, a Ergonomia e a Segurança do Trabalho. Como engenheiro, trabalhei no campo de fabricação industrial e consultoria por vários anos e acumulei experiências práticas que são muito úteis para o ensino das disciplinas associadas à Higiene e Segurança Industrial. Comecei a dar aula logo depois que me formei em Engenharia em Lima, Peru, em 1994. Vivo fora do Brasil desde 1989 e, desde 1996, quando comecei os meus estudos de pós-graduação, dou aula como minha atividade laboral principal. Vivi no Peru de 1989 até 1996, em Porto Rico de 1996 até 1998, nos Estados Unidos de 1999 até 2003 e, desde então, em Porto Rico novamente. A vida me levou a vários lugares e várias culturas, uma oportunidade que me permitiu conhecer vários ambientes docentes. Durante essa trajetória, conheci alguns professores que foram forjando o meu estilo de ministrar aulas. Cada um deles aportou em um aspecto diferente! Uns na parte técnica, outros com sua metodologia e alguns mais com sua paixão de ensinar. Essas pessoas contribuíram muito para o meu desenvolvimento como professor e essa influência é reconhecida frequentemente pelos meus alunos. O que realmente me faz destoar do grupo de docentes, segundo as avaliações dos meus alunos, é uma característica muito especial, uma qualidade aprendida que pode ser traduzida como a consciência de que a verdadeira função de um professor é a de incentivar seus alunos pelo exemplo, pelo respeito, pelo verdadeiro sentimento de que as palavras de um docente têm uma repercussão muito mais perene do que se imagina. Essa qualidade eu aprendi com o meu avô, com o vô Isaac. A vontade de ajudar os alunos em sua vida, tanto dentro como fora do salão de aula, eu herdei dele. Sinto-me honrado por ter recebido dele esse presente, esse empurrão que me faz decolar na viagem do ensino, o prazer em fazer o que faço. Esta é a lembrança latente que guardo do professor Salum, do meu vovô, do meu professor!

FLÁVIO AUGUSTO CAPORALI também é neto do Prof. Salum, filho mais novo de Maria Luiza. É artista plástico, dedicando-se às pinturas marinhas, e reside em Lima, Peru. Guarda reminiscências boas da convivência com o avô e conserva seus ensinamentos:

Meu querido, o vô Isaac, participou de nossas vidas numa relação de amor, de compreensão. Elevado nos estudos e na intelectualidade, também dedicou-se à família, dando o melhor de si para seus filhos, sua esposa e nós, os netos. Meu vô Isaac se deixou iluminar pelas belezas da vida com um espírito puro e profundamente religioso. Sua inspiração, seus trabalhos, hinos e poemas sempre me

atraíram e hoje, no que posso e faço, procuro pensar no que ele dizia e fazia pensando nos homens, nas sociedades humanas e seu desenvolvimento espiritual.

MARIA JOSEFINA (SUZY) LEUBA SALUM, a terceira de cinco filhos, tem graduação em Enfermagem (1973) e habilitação em Enfermagem em Saúde Pública (1974) pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. É mestre em Fisiologia Humana (1979), doutora em Ciências (1985) pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo e professora aposentada do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva – EEUSP – desde 2001. Maria Josefina destaca, em seu depoimento, o ambiente em que foi criada, os traços do pai e os valores que dele recebeu.

Minha primeira lembrança é de 1952, quando meu pai concluía a tese de doutorado. As folhas de papel de seda sobrepostas e separadas por folhas de papel carbono iam sendo tocadas e preenchidas por minha mãe, à medida que ele produzia o texto oralmente. Infatigáveis, os dois prosseguiam noite adentro. Vez por outra, era preciso fazer correções, peça por peça, delicadamente, de modo a preservar a integridade do papel. Foi nesse ambiente de trabalho intelectual que eu cresci, cultivando a solidariedade com os de casa e os de fora.

Generoso, paciente, amoroso e especialmente entusiasmado no desempenho de sua missão teológica e intelectual, meu pai ensinou-me a cumprir minhas obrigações com responsabilidade, estimulando em mim o amor pela humanidade e a tolerância frente às adversidades. Guiada por ele aprendi a organizar o pensamento e a rever exaustivamente o que escrevia. Vem dele também o gosto pelo estudo. Não para dar respostas previsíveis, mas para realizar um trajeto incessante de ampliação e aprofundamento do conhecimento. E isso me permitiu reconhecer no estudo sistemático e criterioso uma fonte inesgotável de prazer e aperfeiçoamento, suspeitando dos modismos e respeitando os clássicos. Não fosse ele, não teria reunido forças para sobreviver aos desmandos de uma pós-modernidade que veio para celebrar o que é imediatista, efêmero e superficial.

No seu *blog* <http://leuba.blogspot.com>, há um lindo e meigo depoimento de uma neta do Prof. Salum, Taís Meneguelo Lobo Leuba Salum, filha de Carlos Augusto Leuba Salum. Ainda menina, motivada pela leitura do texto *Humanismo, Humildade e Sabedoria* – disponível no *blog* –, de autoria de Izidoro Blikstein, Taís escreve:

Ler este artigo provoca em mim uma saudade imensa. Eu também me orgulho por ter convivido, ainda que por pouco tempo, com o Prof. Salum, para mim, o meu querido avô Isaac, para sempre guardado no meu coração.

Abraços,

Taís Meneguelo Lobo Leuba Salum

sábado, Maio 23, 2009 5:11:00 PM

MARTA HELOÍSA (LISY) LEUBA SALUM, a quarta de cinco filhos, é artista plástica, mestre em Antropologia e doutora em Arte Africana. Traz ao depoimento prazerosas lembranças da vida em família e da sua adolescência, e assinala a veia poética do pai através dos versos que traz à memória.

Penso sobre o papai um pouco como cada um de meus irmãos. Afinal sua presença entre nós, também na família, era de um observador silencioso, de uma inquietude sem par, mas serena, além é claro de um rigor severo no trato intelectual, ainda que extremamente amoroso, como foi sempre, com todos. Na vida acadêmica e universitária de hoje é raro não recair no esquecimento aquele que como ele buscou a totalidade atento a sua vocação – o que parece importar de menos nos dias atuais.

Três lembranças de melhor sempre me vêm para desanuviar a imagem da implacável tristeza que tomou partes dele depois que chegou à compulsória. Da minha adolescência lembro não haver noite de céu aberto em que ele não nos fazia partícipes da especulação se eram mesmo estrelas cadentes o que havíamos visto, indo ao telefone para falar com quem quer que atendesse no observatório astronômico da USP àquelas horas da noite. Já não sei se eram mesmo dele as suas para mim preferidas Três Marias.

Imbatíveis foram, desde sempre, as ocasiões em que, todo feliz por alguma descoberta nos estudos ou boa conversa sobre eles, vinha cantando todo desafinado que era o Pai Francisco, rodopiando a passos largos e com os olhos virados: "(...) como ele vem todo requebrado, parece um boneco desengonçado (...)". Ele tinha essa habilidade genética de dobrar as pálpebras, fazendo com que tivéssemos medo e ao mesmo tempo ríssemos, quando crianças. Certamente que maior que esta, da genética, era sua habilidade de zombar-se de si próprio. Talvez um modo de esvair-se de seduções exteriores e centrar-se no que considerava ser seu sempre a fazer.

Para tentar entender sua forma de ser, de olhar para os outros e para si, e de dedicar-se de amor aos estudos e aos outros ensinando, lembro sempre de sua tradução de um hino (original em alemão, creio). No tecer da vida parece comportar todos os embates que transparecem (podem transparecer) em tudo o que ele foi, fez e deixou no mundo. Bom seria se na Universidade, ainda mais hoje, pudéssemos fazer valer, sem literalidade e com largueza naturalmente, o que dizem seus versos que aqui transcrevo a partir do que guardo na memória:

"No urdir da minha vida trabalho e ajudo a Deus, mas a seleção das cores fica aos cuidados seus."

"De cima no direito ele antevê o padrão, debaixo olhando o avesso só vejo imperfeição."

"Às vezes acho estranho tecer tristeza e dor, mas continuo a obra, confio em seu amor."

"Ele enche lançadeira, pois sabe o que convém, e eu tecerei com zelo, e a obra sairá bem."

"Chegado ao fim da vida com ele irei morar, e irei pelo direito a tela examinar."

"Então verei bem claro por que razão se uniu o gozo à dor na tela que a mão de Deus urdiu".

MARIA ELIZABETH (BETTY) LEUBA SALUM, a última de cinco filhos, é bacharel em Português e Francês (1977) pela FFLCH-USP, licenciada em Português (1977) pela FE-USP e doutora em Filologia e Língua Portuguesa (2007) pela FFLCH-USP. É professora da área de português do Centro de Línguas da FFLCH-USP desde 2000. Maria Elizabeth fala do pai e do professor:

Do Isaac, meu pai, herdei o gosto pela conversa com desconhecidos nas ruas, nas filas de banco, nos bancos dos ônibus. Do professor Salum, herdei o gosto pela análise dos fatos linguísticos posta a serviço da compreensão daquilo que se ouve e que se lê, assim como daquilo que se fala e que se escreve.

ONÉLIA DE LIMA SALUM ANDRADE, sobrinha do Prof. Salum, é professora aposentada do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP, tendo sido assistente do Prof. Salum junto à disciplina Linguística e Filologia Românica.

Onélia, atendendo igualmente ao convite que lhe fiz para um depoimento, destaca o gosto do Prof. Salum pelo estudo, pesquisa e ensino, e assinala um aspecto singular da sua produção, referente a publicações ligadas à sua vivência espiritual, nas quais se revela um outro traço do Mestre, a sua veia poética.

Lembro-me de muitos fatos ligados ao Prof. Salum, por causa do convívio de anos com ele, na qualidade de sua sobrinha, sua aluna no colegial e pós-graduação, sua orientanda para obtenção do Título de Mestre, sua assistente na FFLCH/USP, junto à disciplina Filologia / Linguística Românica.

O que ressalta, nas lembranças desse convívio, é que o Mestre Salum foi, antes de tudo, professor. Na preocupação de passar os conhecimentos aos alunos, ler teses de orientandos, o tempo correu sem que realizasse muitas publicações. Enquanto discutia temas com os alunos, no escritório da casa da Guapiaçu (SP), via-se o professor subindo e descendo as escadas junto às estantes, apresentando, diretamente a eles, desde as primeiras gramáticas das línguas românicas (Diez, Meyer-Lübke), até outros livros mais modernos, frisando que era importante conhecer as obras fundamentais e não apenas ler menção delas nos manuais. Na medida do possível, os alunos de pós-graduação deveriam ter conhecimentos da maior parte das línguas românicas, com ênfase especial no romeno, estudado no segundo ano de Românica e na pós-graduação, por ser fonte importante de comparação com as outras línguas e de reconstituição do latim vulgar.

Não costumava responder perguntas diretamente nem facilitar a vida dos alunos: queria ensinar a estudar; para uma pergunta, ele aparecia com os braços cheios de livros que continham a resposta...Achava importante o aspecto visual do ensino. Os mais antigos alunos de graduação lembram-se dos “terríveis” mapas geográficos e históricos, que deviam executar para aprovação em Românica. No desejo de explicar os textos latinos para tradução, esquematizava longos períodos que mal cabiam no quadro negro. É essa a origem do trabalho de esquematização de textos e, dentro dos textos, períodos e orações. Esse trabalho com textos, de anos, infelizmente, está inédito – o professor

Salum queria estudar, pesquisar e, depois, ensinar: publicações não eram sua preocupação. Gostaria de mencionar, aqui, alguns trabalhos publicados, ligados a uma vivência fundamental em sua existência, a espiritual, que não são divulgados na comunidade acadêmica: algumas traduções de letras de hinos, que mostram, também, a vocação poética do Prof. Salum e que fazem parte de hinários de Igrejas Protestantes e da Igreja Episcopal Anglicana, e alguns poemas religiosos publicados em boletins de igrejas. Mestre entusiasmado e cortês no trato, o Prof. Salum sempre foi estimado pelos alunos, e seu saber, respeitado. De suas ideias somente uns poucos que receberam cópias de seus rascunhos se lembrarão por inteiro, mas as atitudes ficaram, e vamos sempre nos lembrar de seu exemplo.

ZILDA MARIA ZAPPAROLI – professora associada aposentada junto ao Departamento de Linguística da FFLCH-USP, instituição em que obteve os títulos de mestre, doutora e livre-docente, e onde continua desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e orientação no Curso de Pós-Graduação em Linguística, área de Semiótica e Linguística Geral. Foi professora assistente do Prof. Salum na área de Linguística Românica (1980-1994), junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP.

Sou do interior de São Paulo, da cidade de Itu, de formação tradicional. Conheci o Prof. Salum como chefe do Departamento de Linguística e Línguas Orientais da FFLCH-USP (1970-1973), quando eu cursava pós-graduação em Linguística. Contrariando qualquer imagem que eu pudesse ter feito de um professor catedrático da USP, lá estava diante de mim um homem simples, humilde, acessível, acolhedor, muito distante dos estereótipos do erudito; portador, sim, de uma intelectualidade e de uma sabedoria incomparável na visão do mundo e do homem, mas, ao mesmo tempo, um ser humano especial, que vivenciava, intensamente, os valores cristãos da doação, do respeito e do amor ao próximo. Tudo isso sem falar no convívio agradável que proporcionava, dotado que era de um brilhante humor. Todos esses valores, alguns talvez aparentemente opostos, estavam em diálogo, em comunhão, em sintonia no Mestre que foi para mim, como cheguei a dizer ao meu pai, um segundo pai. Foi assim que encontrei nele não só um exemplo de Mestre como de pessoa humana. Fiquei encantada! Certamente, também, o Mestre tenha “farejado”¹⁰⁵ em mim não uma mineira, mas uma interiorana. Fui acolhida por ele e, a partir daí, não mais o abandonei, e nem ele a mim.

Tive o privilégio de receber suas orientações, de ter correções e anotações feitas, com riqueza de detalhes, nos meus trabalhos de pesquisa – sempre disposto a informar e a orientar, até por telefone, consultas sobre dúvidas que eu lhe apresentava. Tive a felicidade de usufruir a amizade e o convívio intelectual com o Mestre não só na USP, mas também na sua residência, na rua Guapiaçu, em que contava com o acolhimento cordial e a simpatia de todos – a D. Antoinette Leuba – a D. Nety, sua esposa –, os seus filhos e a Maria Aparecida Moreira – a Cida –, que nos brindava com seus deliciosos

¹⁰⁵ Na seção 3, encontra-se o esclarecimento para o uso de “farejar”, quando cito o artigo de jornal *À Rua ou NA Rua?*.

pães de queijo. O Mestre dedicou-me especial atenção sobretudo nos momentos delicados e difíceis que vivi na USP, expressando apoio e solidariedade até mesmo através de um respeitoso silêncio.

O prazer de ensinar o levava a reunir-se com professores da área para estudos das línguas românicas. Como sua assistente na área de Linguística Românica, integrei o grupo de professores que se reuniam semanalmente, às segundas-feiras de manhã, para, sob a orientação do Mestre, desenvolverem estudos a partir do seu método de análise de textos e fazerem uma incursão pelas línguas românicas, em especial o romeno, ao qual o Mestre dava maior atenção, sempre destacando seus aspectos singulares.

O Prof. Salum mantinha relacionamento estreito e amistoso com a cultura romena, representada em São Paulo pela Sociedade Cultural Brasil-Romênia, cujo presidente era o Sr. Augustin Hila Fratsila. Tive a felicidade de participar, juntamente com o Mestre, professores e alunos da área, das tradicionais festas romenas promovidas pela Sociedade – já lembradas pela Opázia –, saboreando músicas, danças e pratos típicos da cultura romena. Seguir os passos do Mestre significa, antes de tudo, dedicar-se ao estudo e às tarefas da docência no sentido mais pleno, o de educador. Foi esse o testemunho de vida que o Mestre me deixou e que ilumina o meu percurso na prática do magistério.

É do recôndito do meu coração, onde a linguagem dos sentimentos pode alcançar, com profundo respeito e consideração, que lhe digo, com carinho de filha, muito obrigada.

3. REFERÊNCIAS A ARTIGOS DE AUTORIA DO PROF. ISAAC NICOLAU SALUM

Numa das últimas visitas que fiz ao Prof. Salum em sua residência, na rua Guapiaçu, 19, Bairro de Indianópolis em São Paulo, cerca de dois anos antes de ele nos deixar, conversávamos na sala, quando me pediu licença, foi até o seu escritório e retornou, oferecendo-me recortes originais de páginas de jornal com artigos de sua autoria publicados, em 1956 e 1957, na coluna *Linguagem e Estilo* do Jornal *Folha da Manhã*, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Theodoro Henrique Maurer Júnior. Disse-me: “Leve para você que já não vou mais fazer uso disso”.

Trata-se de artigos que descrevem, analisam e interpretam padrões de comunicação escrita do português, redigidos em resposta a consultas feitas por leitores. Esses artigos não estão citados na bibliografia que reúne os trabalhos que o Mestre publicou, no livro *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum* (1981). Nesta seção, partilho um pouco das preciosas lições de língua portuguesa que me foram presenteadas por quem, no artigo *À rua ou na rua*, escreveu: “Estudar a língua é o meu ofício e meu prazer”, reportando-me a uma série de artigos publicados de setembro a dezembro de 1956, em que o Mestre discute a questão do uso do *à* ou *em* nos complementos de lugar. O Mestre inicia o primeiro deles, intitulado *A ou Em*, reconhecendo que

A matéria é vasta e complexa, se discutida do ponto de vista românico, e parece ficar um tanto além do alcance desta coluna. Mas, a examiná-la só no Português, perder-se-ia um pouco a visão do conjunto. Tentemos, pois, hoje uma história sucinta do problema, fazendo comparação com

sobriedade, só para ceder ao “uso do cachimbo”! E que o passeio e o piquenique não tragam indigestão!

Para isso, partindo do Latim Clássico, observa que “o Latim Vulgar perdeu logo a noção das sutilezas de significação ligadas às formas de advérbios de lugar, à oposição dos casos e aos matizes secundários de significação das preposições, do que resultou uma simplificação do seu quadro e do seu uso”. Embora o foco seja a língua portuguesa, não deixa de tecer comparações com outras línguas românicas: romeno, sardo, italiano, francês, galego. Destaca que “foram *ad* e *in* as duas preposições que sobreviveram com maior vitalidade, na expressão das noções de repouso e direção. (...) Mas, tanto no Latim Vulgar, embora talvez menos, como no Latim Clássico, *in* e *ad* se opunham francamente, e não para exprimir repouso e direção, como é a tendência hoje em Português (...)”. Conclui esse artigo, observando que, se a oposição entre *ad* e *in* se atenuar ou desaparecer, “ou o uso de *ad* e *in* tenderá a confundir-se, ou uma eliminará a outra, ou ambas ajeitarão um *modus vivendi*, ou cada uma ‘se defenderá’, buscando aliança e proteção com certos complementos específicos”.

No artigo *Complementos de Lugar*, discute a construção dos complementos de procedência e de lugar *onde* e, no artigo *Localização e Direção*, os de localização e direção, “que são os que oferecem maiores problemas”. Conclui este último notando que

Mas eu creio que vale a pena economizar a quota de boa vontade e de paciência do leitor, para continuar a ter leitor. Por isso não convém cansá-lo mais com outras distinções. Chegando a este ponto, poderemos dar satisfação aos que preferem morar à rua X, n.o ..., a morar na rua X, n.o É o que nos irá ocupar a atenção num dos próximos artigos.

No artigo *À Rua ou NA Rua?*, o Mestre refere-se à terra em que nasceu e em que viveu sua infância e parte de sua juventude com amor e patriotismo. Brinca com a língua portuguesa e com as palavras, tal é a familiaridade que tem com elas, transita entre as estratégias da oralidade e da escrita, conjugando as duas modalidades da língua num texto brilhante, reflexivo e crítico. Observando que, com o verbo *morar* e derivados, a preposição *em* e *a* são usadas no português do Brasil, adverte que não se pode considerar erro o que já está consagrado pelo uso. O texto está entremeado de parênteses com observações brilhantes e o mais das vezes com um tom de delicada ironia, retratando bem o delicioso estilo do Mestre, em que erudição se harmoniza com humor, rigor com espontaneidade, seriedade com descontração, franqueza com respeito, “sua personalidade tolerante mas atuante, capaz de indignação e estrilos oportunos quando os princípios estão em jogo” (Mello e Souza, 1981: 301).

É tal a genialidade linguística e literária com que o Mestre responde a um consultante anônimo, que tive a nítida impressão de estar face a face com ele, ao vivo e a cores. A leitura do texto permitiu-me revivenciar momentos únicos de alegria e de prazer na companhia do Mestre.

À RUA ou NA RUA?

Quem escrever para esta seção, sobretudo protestando, deve assinar, datar e pôr o lugar de onde escreve na carta; senão, atirado o envelope fora, só ficam as soluções do contexto e uma porção de interrogações na mente. É o que acontece com a carta (?) do sr. (?), do Estado de Minas. Enviou-nos uma... página de protesto, furioso, só porque eu disse, em resposta rápida a um consulente de Tupã, neste Estado, que “é indiferente dizer-se “moro na rua tal” ou “à rua tal”. Digo entre parênteses que sei que é página, porque é página mesmo, que é de protesto, porque começa pela exclamação “Caramba!”, a letra é tremida de raiva, e termina com uns conselhos meio desafortunados para que eu leia Cândido de Figueiredo e Mário Barreto, e finalmente que é de Minas, porque o “missivista” diz que “cá em Minas” qualquer aluno de grupo sabe que preposição é palavra invariável! Mas quem é que o contesta?! Eu também aprendi isso lá, e não desaprendi aqui! Mas fechemos o parêntese.

Falando sério, eu não devia amofinar-me com um protesto anônimo e neurastênico. Segundo uma velha anedota, o presidente Lincoln achava que quem está com raiva de alguém deve escrever a carta de desabafo, mas deve depois atirá-la às urtigas (se não tiver cesto), porque, escrito o desabafo, não há mais função para a carta! Transforme-se essa opinião narrada em conselho e não há conselho, nem melhor, nem mais sábio, sobretudo para nós, depois que fomos vítimas do “reajustamento”, apenas das tarifas postais! É até meio cristão esse conselho; meio apenas, porque, escrevendo a carta, chegou-se a dar um lugarzinho, inofensivo embora, à ira. Quer dizer que eu devia mandar ao cesto estas notas? Não, porque isto aqui não é desabafo, mas lição, e sobretudo um devaneio de homem da terra. Eu levo a sério o meu mal humorado “consulente”, porque o assunto é sério mesmo, e porque ele é mineiro, e por isso me faz pensar. Desabafar-me do quê?! Carta anônima não ofende a ninguém. Demais estudar a língua é o meu ofício e meu prazer; (...) se a zanga entrar no meio, até o prazer – que é a única utilidade que fica – vai-se embora. Não podendo misturar o útil ao doce, deixo ao menos de misturar-lhe o fel.

Se eu disse que são indiferentes as duas regências, prefira ele e cada um a que lhe parece mais correta ou mais espontânea. Mas, democraticamente, deixe os outros preferirem a outra, se o quiserem. São indiferentes do ponto de vista de correção e legitimidade, mas não quanto à extensão ou espontaneidade do seu uso. Pessoalmente, prefiro em, mas muitas vezes uso a. E eu também sou mineiro: nasci em Minas, numa aldeia, Ventania, hoje cidade, Alpinópolis, e até comarca; lá aprendi, não em grupo escolar (...), mas numa escola primária, com Seu Laninho (o inesquecível Seu Laninho!), que preposição era palavra invariável! (...)

Mas eu, aqui, nostálgico (continuemos as confidências), nas bancas examinadoras, farejo mineiros. Se ouço e vejo um candidato falando “dialeto” semelhante ao meu, e o vejo humilde, modesto, sério, mas jeitoso e sobretudo manso e tímido, sem covardia, está feito o diagnóstico. Aviso o meu colega de banca, paulistano, o Prof. Toniolo: “Este é mineiro.” Com um ah! meio céptico ele às

vezes sorri. Mas eu isolo o “cabra”, localizo-o diplomaticamente, sem indiscrição, “à mineira”, e pronto: é de Jacuí, Ouro Fino, Formiga, Mariana, Três Pontas, Lafaiete, ou não sei mais onde! E eu digo-lhe triunfante: “Eu já sabia!” Claro está que há uma margem de erro, que eu atenuo e quase elimino, farejando mineiramente. (...)

Mas voltemos à sua prezada “missiva”. Em Minas, li *Cândido de Figueiredo*, acompanhei as respostas de João Ribeiro a consultas de Português, aprendi a ler os clássicos e os nossos, até os da língua brasileira; alguns dos antigos, porque, infelizmente, só há não muito tenho podido ler os mais modernos. (...)

Se quiser combater o que é usual, combata. Mas eu aqui lhe repito uma frase bem brasileira, bem mineira, de que gosto muito: estará “dando murros em ponta de faca”! E eu nem cheguei “à rua”! Examinaremos apenas esse problema, sem regionalismos, da próxima vez. Continue lendo-nos, mas à mineira, isto é, com mais mansidão e sem ofender São Paulo, o que não pode fazer um mineiro legítimo!

I. N. SALUM

4. CONCLUSÃO

Os diferentes depoimentos celebram que Isaac Nicolau Salum foi e continua sendo um dos Mestres mais representativos da Universidade de São Paulo. Do Mestre Salum não ficaram apenas primorosas lições das línguas românicas, mas também e sobretudo exemplos da sua figura humana e intelectual, do seu rigor e honestidade científica, da sua generosidade, do seu entusiasmo e da sua modernidade. Além, e acima de tudo, o Prof. Salum é o modelo do autêntico Mestre. Realizou a missão de professor que ele mesmo procurou, que ele mesmo almejou e que, com sua vontade e inteligência, ele mesmo escolheu. Com o dom divino e sublime com que foi dotado, ele teve, ao escolher essa profissão, uma intuição exata, uma visão total da grandeza da missão a que se propôs. A Susy, numa das mensagens que me enviou, disse: “Salum não nos abandona”. Isso é certo, porque ficaram lembranças do pai, do avô, do tio, do mestre, do colega, ficou a saudade, ficaram as lições dos livros e da vida, ficou um presente de Deus dado a cada um com extremo carinho. Neste ano que antecede a comemoração do centenário de seu nascimento, receba, Mestre Salum, esta nossa homenagem póstuma. Nós todos lhe agradecemos por ter sido quem foi e como foi, por ter aceitado partilhar conosco a sua sabedoria, o seu delicioso humor, por ter-nos deixado, além de preciosas lições de filologia e de linguística, lições de vida, de humanidade, de humildade, de dignidade, de amor ao próximo. A sua vida valeu a pena! “Descansa, ó alma”, pois “Tuas obras Te coroam”¹⁰⁶. Mestre querido, todos nós, seus familiares, amigos, colegas e alunos, somos disso testemunhas.

5. AGRADECIMENTOS

¹⁰⁶ Faço referência ao nome de dois hinos cujas letras de salmos são de autoria do prof. Salum: “Descansa, ó alma”, hino congregacional, baseado em trecho do poema sinfônico “Finlândia”, de Sibelius, e aproveitado em “Salmos e Hinos” (n. 373); existe arranjo para coro, intitulado “As Tuas mãos dirigem meu destino” – <http://www.abordo.com.br/nassau/art_01.htm> – e “Tuas obras Te coroam”, trecho de movimento coral de Beethoven, aproveitado no hino n. 70 de “Salmos e Hinos” – <http://www.abordo.com.br/nassau/art_01.htm>.

Aos familiares, amigos, colegas e alunos do Mestre Salum, pelo enriquecimento do texto com seus depoimentos.

À Susy, pela prestimosa ajuda com o envio de informações, pela produção de vídeo para apresentação no Colóquio dos Açores e por representar pessoalmente o pai na homenagem que lhe será prestada no *Colóquio*, juntamente com José Sérgio Larotonda Jr., seu marido.

Ao Manoel, que sempre devotou um grande apreço para com o Prof. Salum, pelo apoio na execução dos eslaides para a apresentação oral no Colóquio.

Acima de tudo, ao Mestre Salum, por tudo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APRESENTAÇÃO (1981). In: BORBA, Francisco da Silva (Org.). *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. T. A. Queiroz, EDUSP, FAPESP, p. 1-6. (Biblioteca Universitária de Língua e Linguística; v. 2).
- BECHARA, Evanildo Cavalcante (1981). Isaac Nicolau Salum. In: BORBA, Francisco da Silva (Org.). *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. T. A. Queiroz, EDUSP, FAPESP, p. 303-304. (Biblioteca Universitária de Língua e Linguística; v. 2).
- BLIKSTEIN, Izidoro (dez.-fev. 1993-1994). Humanismo, Humildade e Sabedoria. Homenagem a Isaac Nicolau Salum. *Revista da USP*, São Paulo: Superintendência de Comunicação Social da USP, n. 20, p. 147-153. Disponível em <http://www.ventaniaonline.com.br/isaac_salum.htm> e em <<http://leuba.blogspot.com/2006/08/isaac-nicolau-salum-quem-foi.html>>.
- BLIKSTEIN, Izidoro (set.-dez. 1994). Maurer, Salum e a Romanística: pioneirismo, sabedoria e humildade. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 8, n. 22, p. 259-261. Perfis de Mestres. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300031>>.
- CÂNDIDO DE MELLO E SOUZA, Antônio (1981). O Primo. In: BORBA, Francisco da Silva (Org.). *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. T. A. Queiroz, EDUSP, FAPESP, p. 299-301. (Biblioteca Universitária de Língua e Linguística; v. 2).
- CHAVES, Marcos (2012). *As três ilhoas*. São Paulo. Texto inédito.
- LOPES, José Iglair (2002). *História de Alpinópolis: nos séculos XVIII, XIX e XX, até 1983*. Belo Horizonte: O Lutador.
- SALUM, Isaac Nicolau (1972). *Abordagem sintático-semântica do texto*. São Paulo, FFLCH/USP, 20 f. Mimeografado.
- SALUM, Isaac Nicolau (1980). Depoimento e Demonstração. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB*, São Paulo: IEB/USP, n. 22, p. 191-216. Disponível em <www.ieb.usp.br>.
- SALUM, Isaac Nicolau (set.-dez. 1956). A ou Em, Complementos de Lugar, Localização e Direção, À rua ou na rua? NA Rua ou À Rua. *Folha da Manhã*, São Paulo. Linguagem e Estilo.
- SALUM, Maria Josefina Leuba (2005). *Breve biografia de Isaac Nicolau Salum*. São Paulo. Texto inédito.
- Witter, José Sebastião (dez.-fev. 1993-1994). O Professor. Homenagem Isaac Nicolau Salum. *Revista da USP*, São Paulo: Superintendência de Comunicação Social da USP, n. 20, p. 145-146. Disponível em <http://www.ventaniaonline.com.br/isaac_salum.htm>.
-

18º COLÓQUIO OURENSE, GALIZA 2012

	NOME	TÍTULO DO TRABALHO	TEMA
1)	AFONSO TEIXEIRA FILHO	UMA TRADUÇÃO DESNECESSÁRIA	3.1
2)	ÁLAMO OLIVEIRA	LITERATURA AÇORIANA – UM OLHAR DE CONTEMPORANEIDADE	1.2.
3)	ALEXANDRE LUÍS	O PROTAGONISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SÉC. XVI A XXI	1.4.2
4)	CARLA LUÍS	O PROTAGONISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SÉC. XVI A XXI	1.4.2.
5)	ANABELA MIMOSO	A ILHA CABE DENTRO DE UMA LÁGRIMA	1.2
6)	ANABELA SARDO 2	AFEIÇÕES E OBSESSÕES EM O PONTO DE VISTA DOS DEMÓNIOS DE ANA TERESA PEREIRA	1.2
7)	ANABELA SARDO 1	A INEFÁVEL PUREZA DA PALAVRA NO ARTIFÍCIO INVULGAR DAS IMAGENS POÉTICAS DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO	1.2
8)	ELISA BRANQUINHO	A INEFÁVEL PUREZA DA PALAVRA NO ARTIFÍCIO INVULGAR DAS IMAGENS POÉTICAS DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO	1.2
9)	ZAIDA FERREIRA PINTO	A INEFÁVEL PUREZA DA PALAVRA NO ARTIFÍCIO INVULGAR DAS IMAGENS POÉTICAS DE E. BETTENCOURT PINTO	1.2.
10)	ÂNGELO CRISTÓVÃO		xx
11)	ARTUR ALONSO NOVELHE	UMA LÍNGUA PARA A PAZ	1.4.2
12)	CARLOS DURÃO	APONTAMENTOS GRAMATICAIS SOBRE O PORTUGUÊS GALEGO	2.2.
13)	CHRYS CHRYSTELLO	LITERATURA AÇORIANA/MANIFESTO 2012	1.2
14)	CONCHA ROUSIA	MODERADOR	xx
15)	EDUARDO BETTENCOURT PINTO	AÇORES: A LUZ SOBRE O ROSTO. FOTO MONTAGEM	1.2
16)	EVANDRO V. OURIQUES	DESINSULAÇÃO DE CULTURAS E NATUREZA: A TRANSFORMAÇÃO EPISTÊMICA DOS CONCEITOS JUVENTUDE E RIQUEZA NA TRADIÇÃO LUSÓFONA E IBERO-AMERICANA	1.4.2.
17)	EVANILDO BECHARA	INTERVENÇÃO NO PAINEL DAS ACADEMIAS	1.42.
18)	HELENA CHRYSTELLO	ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS	7
19)	ISAAC ESTRAVIZ	DICIONÁRIO ESTRAVIZ	2
20)	JOÃO MALACA CASTELEIRO	INTERVENÇÃO NO PAINEL DAS ACADEMIAS	1.4.2
21)	JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA	INTERVENÇÃO NO PAINEL DAS ACADEMIAS	1.4.2
22)	JOSÉ NUNO DA CÂMARA PEREIRA		
23)	LUÍS BLASCO Foz	CELSO EMÍLIO FERRERO	2.1
24)	LUÍS GAIVÃO	LUSOFONIA: UM ESPAÇO DE ECOLOGIA DE SABERES, DE SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DE FRONTEIRA.	1.4.0
25)	MANUEL POLICARPO		
26)	Mª HELENA ANÇÃ	INSULARIDADES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO PORTUGUÊS: O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA	1.4.2.
27)	Mª ZÉLIA BORGES	MEMÓRIA DE UMA ALDEIA NO LIVRO CAIXÃO DAS ALMAS	1.1
28)	PERPÉTUA SANTOS SILVA	PATRIMÓNIO DE ORIGEM PORTUGUESA EM MACAU: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES CHINESES	1.4.0
29)	RAUL LEAL GAIÃO	AÇORIANOS EM MACAU - ÁUREO DA COSTA NUNES – DA ATIVIDADE PASTORAL À CRIAÇÃO MUSICAL	1.2
30)	ROLF KEMMLER	DALE BROWN: ACT OF WAR 2005 - POSSIBILIDADES E VICISSITUDES DA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA INGLÊS-PORTUGUÊS	3.1
31)	SANDRA PÉREZ LÓPEZ	TRADUTORES DE PORTUGUÊS, O ACORDO ORTOGRÁFICO E AS COMUNIDADES IMAGINADAS	3.1
32)	SIMONA VERMEIRE	PROJETO INTERNACIONAL SINFO-SARAMAGO	1.1
33)	VALENTIM FAGIM	PARA UMA HISTÓRIA DO LUSISMO	2.2
34)	VASCO PEREIRA DA COSTA	A AUTOESCOLHA POÉTICA DE CELSO EMÍLIO FERREIRO	2.1

1. AFONSO TEIXEIRA FILHO, DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS MODERNAS. FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, SÃO PAULO, BRASIL



TEMA 3.1 UMA TRADUÇÃO DESNECESSÁRIA, SUBSÍDIOS DA TEORIA DA TRADUÇÃO PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS,

Publicou-se, no Brasil, em 1966, uma seleção de poemas galegos de Rosalía de Castro. Diz o livro que os poemas são apresentados em tradução para o Português feita por Ecléa Bosi. Se considerarmos essas duas línguas como coparticipantes de um diassistema (como uma única língua), a tradução entre elas seria trabalho desnecessário, ou mesmo despropositado. A análise dessas traduções revela que, na maioria dos casos, o que se alterou foram apenas termos regionalistas como nomes de comidas, trajes de dança, bailados, etc. Não se tratou, portanto, de tradução, mas de paráfrase. Outra obra sobre poesia galega, publicada no Brasil¹⁰⁷, apresenta os poemas em edição anotada. As notas referem-se apenas a palavras galegas – bem como a sintaxe e expressões – que causariam embaraço ao leitor brasileiro. Apenas cinco por cento das palavras remetem a notas, e muitas dessas notas dizem respeito a termos regionalistas. Esse tipo de análise comparativa é instrumento da Teoria da Tradução. Os Estudos da Tradução têm meios que podem auxiliar a Filologia no aprimoramento da taxonomia linguística e poderão ser úteis para determinar com maior precisão o parentesco ou desfiliação dos dialectos portugueses. Com base naquilo que Antoine Berman, teórico da tradução, chama de “tendências deformadoras da tradução” – simplificar estruturas complexas, esclarecer o que no original parece obscuro, alongar a frase, embelezar o texto, evitar a polissemia, alterar o ritmo da sentença, etc. – pretendemos mostrar como essas deformações ou desvios podem auxiliar a determinação do parentesco ou distanciamento linguístico, o que depende da maior ou menor frequência com que aparecem em um texto traduzido.

1. INTRODUÇÃO

Discute-se, até aos dias de hoje, na Galiza, a identidade da língua galega frente à portuguesa. Uma corrente postula ser o galego uma língua diferente do português; outra corrente, a vê como um dialeto lusitano; outra mais

¹⁰⁷ Vieira, Yara Frateschi (org.), *Antologia de poesia galega*. Campinas: Unicamp, 1996.

vê as duas línguas como parte de um diassistema, no qual o sistema do português apresenta diferenças parciais em relação ao do galego. O problema na postulação dessas teses é que elas envolvem dois conceitos que não podem mais ser considerados como científicos: língua e dialeto. E são conceitos que não interessam ao filólogo; a ele só interessa saber de que sistema uma determinada língua deriva. José Leite de Vasconcellos já mostrava, no século XIX, como eram ridículas as teses que postulavam uma linhagem celta para o português. Mostrou, todavia, o eminente filólogo que o português apresentava substratos celtas, mas que, indiscutivelmente, provinha do Latim. Mostrou ele, também, que a língua mirandesa não pertencia ao sistema linguístico galego-português, mas ao asturo-leonês e que se teria desenvolvido diretamente do latim. Vasconcellos classificava o mirandês como um codialeto português, ao lado do galego, do rionorês e guadramilês. Entretanto, afirmava como dialetos propriamente ditos do português o interamense, o trasmontano, o beirão e o meridional. Embora as propostas taxionômicas de Leite de Vasconcellos representem, até hoje, o ponto de partida para o estabelecimento dos diversos falares galego-portugueses, no decorrer dos anos que se lhe seguiram, novas descobertas no campo da linguística e da arqueologia, bem como novas pesquisas de campo, possibilitaram a elaboração de um sistema ligeiramente diferenciado do de Vasconcellos, como o de Paiva Boléo e de Lindley Cintra, este último adotado nas academias. Paiva Boléo, por sua vez, adotará o termo “falar” para designar aquilo que Vasconcellos denominou “dialeto”, e “dialeto” para o que Vasconcellos denominou codialeto. Ademais, Boléo acrescentou ao sistema outros dois falares e renomeou alguns. Assim ficou o sistema de Boléo: minhoto, trasmontano, beirão, do Baixo Vouga e Mondego, de Castelo Branco e Portalegre e, por fim, meridional. Elimina o galego de sua classificação dos dialetos e acrescenta o barranquenho, um dialeto português com forte influência castelhana. Lindley Cintra, em 1971, elaborou um sistema diferente, embora tributário aos de Vasconcellos e de Boléo. Cintra descreve três zonas linguísticas: a dos dialetos galegos, a dos dialetos portugueses setentrionais e a dos centro-meridionais. E desconsidera o mirandês, por pertencer a outro território linguístico.

O trabalho desses dedicados linguistas, que empreenderam as mais desgastantes pesquisas com o propósito de compor um atlas linguístico do português dos territórios do Portugal continental e insular e da Galiza, revela que a importância dada à terminologia era secundária para eles. Termos como línguas, falares, dialetos, codialetos e subdialetos eram, de certa maneira, causadores de embaraço para eles. E, em relação a esses termos, eles não estiveram de acordo. E, como eles, não se entende, entre si, grande número de linguistas e filólogos. Procuremos definir, pois, o sentido de língua e dialeto. Quaisquer que sejam as definições que dermos aos termos língua e dialeto, não bastarão para descrever precisamente o objeto de que tratam. Se considerarmos dialeto como “modo de falar” – sentido etimológico do termo –, devemos considerar todas as línguas do mundo como dialetos e, portanto, o termo se torna desnecessário. Se considerarmos dialeto como uma variante de uma determinada língua, teremos que mensurar o grau dessa variação; teremos também de determinar de que língua um determinado dialeto se formou e, dessa forma, incorremos numa questão de hierarquia linguística (o que sempre acaba acontecendo), que nada tem de científica.

Quanto mais distantes estiverem as línguas, maior será o número de palavras não compreendidas na conversação. Dessa forma, um falante do português entende perfeitamente outro falante do português; entende um galego com facilidade; com um pouco mais de dificuldade, entende o castelhano; um pouco mais ainda, o mirandês; e assim por diante. No entanto, mesmo esse critério é precário, pois um falante do espanhol tem mais dificuldade de entender o do português do que um falante do português de entender um do espanhol; alguns brasileiros, por exemplo, sentem ser mais difícil entender a um português do que a um galego. É praticamente impossível definir-se cientificamente o que seja dialeto. Em outras palavras: não se pode definir o termo com precisão científica. O mesmo acontece com o termo “língua”, o qual, dado o grande número de definições que o termo apresenta, não pode apresentar uma definição científica. Consideremos, especificamente, a questão do português em relação ao galego. As variações entre essas duas línguas são tão pequenas que permitem que o falante de uma compreenda o falante da outra.¹⁰⁸ As diferenças entre uma e outra não são maiores do que as diferenças apresentadas entre alguns dialetos portugueses; não são maiores do que as diferenças existentes entre alguns dialetos galegos. Não cabe aqui apresentar uma comparação entre o português e o galego para defender a tese de que sejam uma só língua. Mas, dada a proximidade entre elas, pode-se suspeitar de que uma delas seja uma variação dialetal da outra, porque é indefensável a ideia de que elas se desenvolveram independentemente a partir do latim, como o fizeram o castelhano e o mirandês, por exemplo. Restaria a tese de que tanto o português como o galego adviessem de uma língua comum da Idade Média, o galaico-português, a língua dos trovadores. Mas, todas as outras variações do português e do galego também vieram daí. Não temos, portanto, como separar uma língua da outra. Parece que os linguistas que advogam a tese de duas línguas, ou dois sistemas, pautaram suas ideias na localização geográfica do território galego, apartado do português. Mas esse território isola-se de Portugal devido a uma fronteira meramente política. Dessa forma, a única diferença entre o galego e o português seria dada pelo superestrato castelhano, ou seja, pela influência da língua castelhano sobre o galego. O galego, portanto, seria um português de fronteira e nada mais. Essa língua tem, contudo, muitas outras diversidades, idiosincrasias e desenvolvimentos próprios; não bastantes, contudo, para que seja uma língua apartada do português.

2. FRONTEIRAS POLÍTICAS E FRONTEIRAS LINGUÍSTICAS

Um dos grandes problemas com que um estudioso das variantes de uma língua se defronta ao elaborar um mapa linguístico é o do estabelecimento de fronteiras linguísticas, pois elas são móveis e dinâmicas. Mal um estudo acaba de ser formulado, determinando uma fronteira para determinado dialeto, logo tem de ser refeito, sobretudo quando essas fronteiras encontram-se próximas de pequenas aldeias. Dessa forma, é difícil determinar-se, com precisão, onde dois dialetos ou duas línguas se separam. Hoje, devido à criação do bloco da União

¹⁰⁸ Devem-se levar em consideração questões fonéticas. Elas, todavia, não impedem que os falantes se comuniquem, bastando para tal que um falante peça ao outro para que se pronuncie mais devagar.

Europeia, as fronteiras tendem a se tornar cada vez mais tênues. Não é, contudo o que se tem verificado entre Portugal e a Galiza. A região da Galiza encontra-se ainda pouco acessível aos portugueses, da mesma forma que o galego tem dificuldade de dirigir-se ao norte de Portugal. Embora haja muitas estradas e caminhos, não há transporte público entre as regiões. Quem se dirige de Verín, no sul da Galiza, para Chaves, no norte de Portugal, terá de ir em carro próprio ou tomar um táxi. O mesmo acontece em toda a fronteira norte de Portugal, com exceção do Noroeste. O caso de Verín e Chaves é ainda mais sintomático se pensarmos que as duas cidades estabeleceram um acordo formando uma “eurocidade”, ou seja, uma comunidade multinacional, sem fronteiras.

Em 1999, foi extinto o serviço de comboios para o nordeste de Portugal, o que isolou ainda mais as comunidades linguísticas da região. Se isso, por um lado, favorece a preservação das línguas regionais, por outro, dificulta a vida dos habitantes. Afora o problema social, provoca também um isolamento contínuo entre o português e o galego. A Galiza é uma comunidade política autônoma. Não é, porém, soberana. Às autoridades políticas regionais e espanholas interessa que continue assim. Parece que esse é também o propósito das autoridades linguísticas da Galiza, que estabeleceram para a língua uma ortografia inspirada no “rexurdimento”¹⁰⁹. O propósito da Real Academia Galega não foi o de firmar a língua em seu melhor momento literário, mas o de torná-la distinta e distante do português. Contra essa atitude há um grupo de intelectuais (escritores e acadêmicos) que defende a integração do galego ao português; esse movimento é denominado reintegracionismo. E a integração parece ser a melhor solução tanto para a língua galega como para o povo da Galiza, mas deixemos esse assunto para o final.

O que se quis dizer aqui é que a decisão política acaba interferindo na postura do linguista, o qual deixa de considerar a língua como um fenômeno aparte e acaba influenciado por outros critérios meramente especulativos que nada valem para o estudo que ele empreende. A situação de complexidade em que se encontram os estudos linguísticos não nos permite aceitar mais termos como língua e dialeto e os utilizamos aqui sempre em sentido lato. E mesmo que se pudesse determinar com precisão o que é uma língua e o que é um dialeto, isso só seria possível em um sentido diacrônico, ou seja, determinar a existência de um dialeto em um dado momento da história da língua. No caso do galego, houve um momento na história em que ele e o português eram idênticos. Hoje, apresentam diferenças entre si. Essas diferenças, contudo, não são maiores do que aquelas que separam um ou outro dialeto do português. O fato é que a taxonomia linguística deveria contar com outros instrumentos para a classificação das línguas. Antes de mais nada, porém, é preciso que se determine o que é e o que não é importante em uma classificação linguística. Se ela servir apenas para determinar que uma língua está hierarquicamente subordinada a outra, tal classificação não terá serventia alguma. O que importa saber é que a língua, considerada como um organismo vivo, nasceu em determinado lugar, foi transportada para outro (ou não),

¹⁰⁹ Ressurgimento ou renascimento. Movimento político e cultural, iniciado na Galiza, em meados do século XIX, em favor do nacionalismo galego. O marco mais importante desse movimento foi a publicação, em 1863, dos *Cantares Gallegos*, de Rosalía de Castro.

ali se desenvolveu, recebeu influência de outra(s) línguas(s) e, por sua vez, influenciou outras mais. E, a partir daí, se poderá dizer o que ela é. Valendo-se de outros instrumentos, ainda inéditos, para o estudo da Filologia poderíamos determinar com mais precisão o parentesco entre as línguas. Por exemplo, por meio da Teoria da Tradução.

3. SUBSÍDIOS

A tradução é a única técnica existente que permite estabelecer contato entre dois sistemas distintos de comunicação. Mesmo quando um estrangeiro faz uso de gestos para ser entendido, ele está envolvido em um processo de tradução. No entanto, tradução é algo bem mais complexo do que o fazer-se entender. O termo tradução deriva do latim *traductio, onis*, que tem o sentido etimológico de levar de um lugar para outro, transferir, fazer passar por cima. É como se algo saísse de um lugar e, sem tocar o chão, chegasse a outro. O grego utilizava outra palavra, *metaphrasos*, cujo sentido etimológico seria o de exprimir algo para além de, para acima de. As duas acepções comportam a ideia de tirar algo de um lugar e apresentá-lo em outro lugar, como algo desconhecido, como uma surpresa. Não existe tradução se não houver estranhamento. Todavia, diversos tradutores buscam adaptar o texto original em tudo aquilo que ele tem de estranho – o léxico, a frase, a cultura, etc. – para a cultura de chegada. Modificam eles os topônimos, as criaturas, as plantas, as danças, as canções, os tecidos, a comida, transformando-os em coisas da própria cultura da língua para a qual traduzem. Há quem transforme leões em tigres, grouns em cegonhas, pegas em pardais, iguarias em alimentos do cotidiano. Há também os tradutores mais radicais, que procuram adaptar a língua de chegada à língua do original, como o fez Chateaubriand ao traduzir o *Paraíso perdido* de Milton.¹¹⁰ Os teóricos da tradução também se perdem quando tratam de discutir sobre qual seria a melhor forma de tradução e que grau de estranhamento uma tradução deveria ter. Deveria haver um ponto de estranhamento em que o leitor reconheceria a existência do estranho sem deixar de compreender a própria língua. Mas tal mensuração é impossível. O que importa, entretanto, é saber que sem o estranhamento não se pode falar em tradução. Se despojarmos o texto de todos os elementos estranhos que contém, teremos, como resultado, uma paráfrase, uma história contada de novo, recriada, reelaborada.

O tradutor honesto busca evitar ao máximo a paráfrase, o que significa, no jargão do tradutor, ser fiel ao original. Nem sempre o consegue e, algumas vezes, é mais fiel à letra, outras, ao sentido. Buscar o equilíbrio parece ser o procedimento correto. Mas não estamos aqui para falar de tradução e sim de que forma a Teoria da Tradução pode contribuir para os estudos linguísticos. Para isso, tomamos como exemplo uma tradução para o português de um poema de Rosalía de Castro, a poetisa galega do “rexurdimento”. No ano de 1966, foi publicada no Brasil uma antologia poética de Rosalía de Castro, cujo título era: *Rosalía de Castro. Poesia. Seleção e versão do galego e do espanhol: Ecléa Bosi*.¹¹¹ A poetisa galega era, até então, pouco conhecida no Brasil. As traduções de Ecléa Bosi

¹¹⁰ René-François de Chateaubriand, poeta romântico francês, dedicou-se, no exílio, a traduzir o *Paradise Lost* de John Milton. Para isso procurou, em suas próprias palavras, subverter o Francês, violentando-o com estruturas e vocábulos próprios do inglês.

¹¹¹ Dispomos da segunda edição, a de 1987.

foram elogiadas pela imprensa, pela crítica e por acadêmicos. No entanto, não se tratavam de traduções, mas de paráfrases, quando os poemas originais eram escritos em galego. A língua galega só poderia ser traduzida para o português se português e galego se tratassem de dois sistemas linguísticos distintos.¹¹² Um texto, escrito em uma determinada língua, terá tantos mais termos a serem traduzidos para outra, quanto maiores forem as distâncias entre elas. Uma tradução do russo para português implica a transposição da maioria dos termos; uma tradução do castelhano para o português terá, por sua vez, muito menos termos a serem vertidos. Quando um texto não tem necessidade de ser traduzido, bastando ao leitor a consulta de um termo ou outro, é porque o texto está na própria língua do leitor. Ainda que o termo linguístico para língua tenha várias e controvertidas definições, todas elas entendem a língua como uma unidade de comunicação entre todos os seus falantes.

Dessa forma, o que justificaria uma tradução de Rosalía de Castro para o português? Cremos que nada o justifica. Ao lermos a “tradução” percebemos, em primeiro lugar, tratar-se de uma paráfrase. Poucos termos são efetivamente traduzidos. Outros são traduzidos por motivos poéticos, para acomodar o verso ou por questões de musicalidade. Há palavras que foram trocadas por sinônimos, embora existam no português, ainda que menos frequentes do que no galego. Contudo, o que mais detém a atenção de quem compara o original com a versão é a mudança de termos regionais, como aqueles que designam os trajes da dança e os alimentos da região. O teórico francês da Tradução, Antoine Berman, em *A tradução e a letra* (Berman, 2007), desenvolveu um método de análise de tradução que consistia em observar que espécies de “desvios” uma tradução continha. Esses desvios podiam ser de ordem ideológica, comercial, linguística, estética, etc., quando se modificava o teor do texto original para não ofender o leitor, por exemplo, ou para embelezar o texto. A esses desvios, Berman chamou de tendências deformadoras da tradução e definiu treze deles.

O primeiro desvio, anotado por Berman, é a racionalização, que “diz respeito em primeiro lugar às estruturas sintáticas do original” (Berman, 2007). Embora essa tendência possa ser observada em qualquer tradução, ela se dará, necessariamente, entre uma língua que apresenta flexão nominal e outra que não apresenta. Mas pode ser frequente entre duas línguas que não apresentam esse tipo de flexão, como, por exemplo, entre o inglês e o português. O segundo desvio é a clarificação, que implica tornar o texto mais claro para o leitor. Aquilo que o autor, muitas vezes, pretende deixar no terreno da dúvida, acaba no terreno da certeza na tradução. O terceiro desvio é o alongamento que consiste, como o próprio nome o diz, em alongar as frases na tradução. Deve ser mais frequente quando se traduz de uma língua sintética por uma língua analítica. No entanto, o próprio Berman adverte que essa tendência ocorre entre todas as línguas e que é inerente ao tradutor, carecendo de uma base linguística. O quarto desvio é o enobrecimento, que consiste em embelezar o original. Além de ser um processo inerente ao tradutor, que sempre será influenciado pelo ritmo de sua própria língua,

¹¹² Em sentido vulgar, duas línguas diferentes. Se utilizássemos o termo dialeto, teríamos de considerá-lo aqui como variante de uma língua, pois, da maneira que vem sendo utilizado, serve até mesmo para designar as línguas faladas na Itália. Não faz sentido considerar-se o veneziano, por exemplo, como dialeto do italiano; tampouco o siciliano e o corso.

esse processo deverá ocorrer com mais frequência entre línguas que diferem entre si quanto ao número de sílabas, quanto à posição do acento tônico na palavra, etc. Em seguida, temos o “empobrecimento qualitativo”, que é a substituição de termos, expressões e modos de dizer por outros que não traduzem a riqueza sonora e significativa do que foi substituído. O empobrecimento quantitativo, por sua vez, diz respeito à substituição dos vários significantes de um mesmo sentido por um menor número de significantes ou por um único significante. Outro desvio, a homogeneização consiste em unificar o que aparece como diverso. O oitavo desvio enunciado por Berman é a destruição dos ritmos. Essa tendência deverá ser mais redundante entre línguas que apresentam diferente número de sílabas entre vocábulos semelhantes, bem como acentuação diversa. O nono desvio é a destruição das redes significantes subjacentes, ou seja, a tendência que o tradutor tem de ignorar termos que formam, entre si, uma rede de significantes ou de significados: uso sistemático de aumentativos, de comparativos, de superlativos, de determinados verbos e não de outros, etc. A destruição de sistematismos é o próximo desvio. Quando se procura racionalizar, clarificar ou alongar o texto, nele se acabam introduzindo elementos que ele rejeita, o que acaba por destruir o sistema desenvolvido pela mente do autor para a sua obra, tornando-a incoerente.

Depois desse desvio, Berman tratará da destruição ou exotização das redes de linguagens vernaculares, o que, *grosso modo*, significa evitar os termos regionais ou dialetais. Esse tipo de tendência é bastante comum na tradução entre línguas próximas entre si. O décimo segundo desvio é a destruição das locuções. Como os provérbios transmitem um sentido ou uma experiência que também se encontram em outros provérbios de outras línguas, a tradução não pode simplesmente verter-lhes o sentido, mas buscar, quando possível, um provérbio equivalente ao traduzido. Por fim, temos o apagamento das superposições de línguas, que ocorre quando se traduz obras que fazem uso de mais de uma língua, é a próxima tendência observada por Berman. Um romance paraguaio, por exemplo, que contenha diálogos em espanhol e em guarani, representa bem a oralidade daquele país bilíngue. Traduzir os diálogos para uma única língua destruiria essa oralidade presente no original.

No texto de Ecléa Bosi, reproduzido abaixo, podemos perceber diversos desses desvios. Ela procura sinônimos para substituir termos hoje em desuso no Brasil; busca, dessa forma, tornar o texto mais comercial ou mais fácil de ser entendido. Quando muda o nome dos trajes da dança para termos mais vulgares, tem em mente uma preocupação ideológica e estética, ou seja, reproduzir uma linguagem bem próxima à coloquial, como se encontra no galego. Quando, por outro lado, acrescenta palavras ao verso (palavras que não se encontram no original), está atenta ao ritmo do verso: outra preocupação estética. Há também no texto de Ecléa Bosi uma preocupação comercial: ela imaginava, certamente, que leitores só se interessariam pela poetisa se não encontrassem no livro coisas estranhas, coisas que não entendessem. É também uma deformação facilitadora. Se prosseguirmos com a análise, encontraremos outros desvios, mas isso iria além de nosso escopo, aqui. O que nos interessa é, pois, mostrar que determinados desvios são mais frequentes quando a tradução se dá entre línguas mais próximas e outros são mais frequentes quando se trata de línguas mais afastadas entre si. Numa tradução

entre o russo e o português, a substituição de um termo por um sinônimo não representará um desvio, uma vez que poucos termos se assemelham entre as duas línguas. O mesmo não ocorre quando se trata de uma tradução do castelhano para o português. E muito menos se a tradução for do galego para o português. Já adiantamos que o galego e o português, por serem a mesma língua, não permitem uma tradução entre os dois sistemas, a menos que utilizemos o termo tradução em sentido lato. Nesse caso, uma tradução entre o galego e o português apresentaria outras espécies de desvios, desvios esses que são mais frequentes entre línguas semelhantes.

4. A VERSÃO DE UM POEMA DE ROSALÍA DE CASTRO

O poema cuja versão analisaremos é “Has de cantar”, do livro *Cantares gallegos*.

<p><i>Has de cantar, que che hei de dar zonchos; has de cantar, que che hei de dar moitos.</i></p> <p>- - Has de cantar, meniña gaiteira, has de cantar, que me morro de pena.</p> <p>Canta, meniña, na veira da fonte; canta, dareiche boliños do pote.</p> <p>Canta, meniña, con brando compás, dareiche unha proia da pedra do lar.</p> <p>Papiñas con leite tamén che darei; sopiñas con viño, torrexas con mel.</p> <p>Patatas asadas con sal e vinagre, que saben a noces, ¡que ricas que saben!</p> <p>¡Que feira, rapaza, si cantas faremos...! Festiña por fóra, festiña por dentro.</p> <p>Canta si queres, rapaza do demo; canta si queres, dareiche un mantelo.</p> <p>Canta si queres, na lingua que eu falo; dareiche un mantelo, dareiche un refaixo.</p> <p>Co son da gaitiña, co son da pandeira,</p>	<p>Hás de cantar que te dou castanhas,; hás de cantar que te darei tantas.</p> <p>- - Hás de cantar, menina <u>travessa</u>, hás de cantar, que morro de pena.</p> <p>Canta, menina, na beira da fonte, canta, que dou-te bolinhos do pote.</p> <p>Canta, menina, com brando compasso, que dou-te uma broa da pedra do lar.</p> <p><u>Sopinhas</u> com leite também te darei, manjares com vinho, torradas com mel.</p> <p>Batatas assadas com sal e vinagre, com gosto de nozes de bom paladar!</p> <p>Que feira, menina, se cantas faremos!... Festejos por fora, festejos por dentro.</p> <p>Canta se queres, menina do demo, canta que dou-te <u>avental</u> como prêmio.</p> <p>Canta se queres na língua que eu falo; que dou-te uma <u>saia</u> e um cinto bordado.</p> <p>Ao som da gaitinha, ao som do pandeiro,</p>
---	--

<p>che pido que cantes, rapaza morena.</p> <p>Co son da gaitiña, co son do tambor, che pido que cantes, meniña, por Dios.</p> <p>- II - Así mo pediron na veira do mar, ó pé das ondiñas que veñen e van.</p> <p>Así mo pediron na beira do río que corre entre as herbas do campo frorido.</p> <p>Cantaban os grilos, os galos cantaban, o vento entre as follas runxindo pasaba.</p> <p>Campaban os prados, manaban as fontes entre herbas e viñas, figueiras e robres.</p> <p>Tocaban as gaitas. Ó son das pandeiras, bailaban os mozos cas mozas modestas.</p> <p>¡Que cofias tan brancas! ¡Que panos con freco! ¡Que dengues de grana! ¡Que sintas! ¡Que adresos!</p> <p>¡Que ricos mandiles! ¡Que verdes refaixos! ¡Que feitos xustillos de cor colorado!</p> <p>Tan vivos colores a vista trubaban; de velos tan váreos o sol se folgaba.</p> <p>De velos bulindo por montes e veigas, coidou que eran rosas garridas e frescas. [...]</p>	<p>mas canta, menina de rosto moreno.</p> <p>Ao som da gaitinha, ao som do tambor, mas peço que cantes menina, onde for.</p> <p>- II - Assim me pediram na beira do mar, ao pé das ondinhas que vêm e que vão.</p> <p>Assim me pediram na beira do rio que corre entre as ervas do campo florido.</p> <p>Cantavam os grilos, os galos cantavam, o vento entre as folhas <u>fremindo</u> passava.</p> <p><u>Abriam</u>-se os prados, manavam as fontes, entre ervas e vinhas, figueiras e robres.</p> <p>Tocavam as gaitas ao som dos pandeiros, bailavam com graça os pares modestos.</p> <p>Que toucas tão brancas, que lenços bordados, que xales tão finos, que cintos, que <u>ornatos</u>!</p> <p>Que <u>aventais</u> floridos, que verde rodado, que lindos corpetes de tom variado!</p> <p>Tão vívidas cores a vista turvavam, de vê-las tão várias o sol se <u>alegrava</u>.</p> <p>Ao vê-las bulindo por montes e veigas <u>pensou</u> que eram rosas garridas e frescas. [...]</p>
--	---

As palavras destacadas em negrito, na coluna da esquerda (texto em galego) são aquelas que um leitor de língua portuguesa estranharia. As palavras em negrito, no texto da direita (português do Brasil) são os únicos que, de fato, foram vertidos do sistema galego para o sistema brasileiro. Os termos destacados em itálico (na coluna da direita) representam alterações semânticas, desnecessárias para o entendimento do falante brasileiro, embora úteis para a acomodação rítmica do verso. Delas, trataremos em seguida. O termo “gaiteira” também

existe em português, embora seja raro no Brasil, razão pela qual a tradutora o substituiu por “travessa”. O segundo termo assinalado, “sopinhas”, não é um bom substituto para “papiñas”, uma vez que também é frequente, no Brasil, o termo “papinha”, ainda que seja mais usado para designar a comida dada às crianças, ou a qualquer um que não pode mastigar. Por certo, a tradutora fez uma aproximação semântica entre os dois termos para que o leitor não entendesse as “sopiñas”, que aparecem dois versos abaixo, como “sopas”, mas como guisados ou algo parecido. O terceiro termo destacado é “aventall”. A substituição de “mantel” (equivalente semântico de “mantelo”) por “aventall” não representa um ganho semântico; sequer representa uma solução para o verso, pois se tivesse usado “mantel” em vez de “aventall”, o verso ficaria com as mesmas cinco sílabas do original. Pouco depois, a tradutora substituirá o mesmo “mantelo” por saia e verterá “dareiche um mantelo” por “que dou-te uma saia”. Se tivesse escrito “que dou-te um mantel”, preservaria o mesmo número de sílaba. Mas, de qualquer forma, o verso continuaria com o problema da colocação pronominal, que deveria ser escrito “que te dou uma saia”, mais correto gramaticalmente e mais apropriado à linguagem coloquial. Em seguida, temos a palavra “fremindo” em lugar de “rangendo”; “ranger” é o equivalente do verbo “runxir” (ou “rungir”). Depois, substituiu-se o verbo “campar” por “abrir”, embora o “campar” tenha o mesmo sentido em português que em galego. Mais abaixo, percebe-se a substituição de “adrosos” por “ornatos”, embora exista, em português, o termo “adereço”; e, na estrofe seguinte, traduz-se “mandiles” por “aventais”, provavelmente, porque o termo “mandil” é pouco corriqueiro no Brasil. Pouco depois, a tradutora preferiu trocar a palavra portuguesa “folgar” por “alegrar”, pelo fato de “folgar” ter, hoje em dia, o sentido de “abusar” (em jargão). Todavia, o termo “folgar” foi bastante usado no passado com o sentido de “alegrar”; e, da mesma forma, o termo “cuidar” já é pouco utilizado no Brasil com o sentido de “pensar”. Quis a tradutora, portanto, fazer uso de termos mais atuais e corriqueiros para reproduzir a linguagem popular da poetisa galega. O propósito da tradutora, ao preocupar-se com a frequência dos termos em português do Brasil não foi o de traduzir esses termos, mas de substituí-los por termos mais próximos da linguagem popular. Esses termos não foram, portanto, traduzidos, mas parafraseados.

Das 278 palavras que contém o trecho reproduzido acima, apenas 12 (4%) são estranhas ao português (em negrito no texto original), a maioria delas referindo-se a nomes dos trajes utilizados no baile camponês. Rosalía de Castro fez uso desses termos para que seu poema soasse em galego, para que cantasse na língua que falava. Se o poema fosse escrito por um poeta regionalista português ou brasileiro, ele também utilizaria termos desconhecidos da maioria dos falantes de outros lugares onde o português é a língua falada. Os nomes dos trajes são nomes típicos e não, propriamente, palavras estrangeiras. Pela análise do texto vertido, percebe-se que o resultado não foi uma tradução, mas uma paródia do texto original em que se perderam os termos tipicamente regionais, bem como a paisagem, os sons e as cores da Galiza. É como se Rosalía de Castro tivesse vivido entre camponeses de alguma localidade do Brasil. Ecléa Bosi empregou diversos processos tradutológicos para adaptar o texto de Rosalía de Castro para o leitor brasileiro contemporâneo, mas apagou, na versão que fez, aquele caráter de estranhamento que uma tradução deve manter quando se propõe a reproduzir costumes de outras terras.

Ademais, nessa versão, muito pouco foi mudado, fenômeno que ocorre quando se traduz textos entre duas línguas semelhantes. Se a versão apresentada acima não fosse feita em versos, mais semelhante ainda estaria do texto original. E tão próxima estaria que bastava colocar uma ou outra nota de rodapé a uma ou outra palavra.

No livro *Antologia de poesia galega* (Vieira, 1996), os poemas são apresentados no original junto com umas poucas notas de rodapé para facilitar a leitura. E isso basta. Bastaria também para qualquer poema regionalista escrito em português, o qual tampouco não poderia carecer de notas de rodapé. Dessa forma, podemos afirmar que uma análise de textos galegos, feita por meio da Teoria da Tradução, não aponta nenhum indício de que um texto galego não possa ser entendido por um leitor que fale apenas o português. Além disso, a análise coloca em dúvida que o galego e o português sejam línguas distintas em si.

5. CONCLUSÃO:

O debate travado em torno da questão de ser ou não ser o galego uma língua apartada do português assume mais um caráter político do que científico. Se a ideia do “rexurdimento” era uma ideia de um nacionalismo galego, os adeptos dessa ideia deveriam apontar as suas armas para a Espanha e não para Portugal. A Galiza foi sempre uma terra explorada pelo governo central da Espanha. Forneceu mão de obra barata para o resto do país, teve suas matas destruídas pelas indústrias espanholas e sempre foi considerada como terra de campônios pelos espanhóis. A língua galega era desprestigiada e associada a um povo ignorante que não sabia falar o espanhol. Nas poucas escolas que havia na região, ensinava-se o castelhano e os escritores e outros intelectuais galegos escreviam e se expressavam em espanhol. Portugal, por sua vez, pautou sua autonomia e manteve a soberania graças a uma luta constante contra o castelhano. Luta que envolveu heroísmos – como a deposição de Dona Leonor Teles pelo Mestre de Avis, para que Portugal não se submetesse ao trono de Castela – e tragédias – como a de Inês de Castro que foi morta para que Portugal não perdesse a soberania para a mesma Castela. Mas a morte trágica e desnecessária de D. Sebastião e o curto reinado de Henrique puseram fim à soberania portuguesa em 1581. Mas as tradições se mantiveram, mantiveram-se os costumes, manteve-se a língua. E Portugal recuperou a soberania em 1640. E o reino sobreviveu porque recusou integrar-se aos reinos espanhóis, mesmo quando isso era necessário, como na luta contra os mouros. Leão uniu-se a Castela para expulsar os mouros da Espanha. Portugal expulsou os mouros sozinho. A Galiza, no entanto, move-se sem rumo em direção a uma independência abstrata que por certo não terá nenhuma consequência. Enquanto Portugal lutou com armas, a Galiza lutou com sonhos. Se pretende algum dia tornar-se livre, deverá rejeitar a subserviência ao trono espanhol. Então, terá dois caminhos a escolher: ou a independência plena ou a união com Portugal. A Galiza e Portugal têm a mesma língua, a mesma cultura e expressam os mesmos sentimentos. Nenhuma língua do mundo tem, como no português, um termo para designar a saudade, com a exceção do mirandês, que diz “suidade”. Mas o galego conhece a saudade tão bem quanto o português que, no passado, diziam, a uma só voz, “soidade”.

*São do que nunca enlacei.
Ai, como eu tenho saudades
Dos sonhos que não sonhei!...*
(Mário de Sá Carneiro, “Dispersão”)

6. BIBLIOGRAFIA:

- Bassetto, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*, vol. I. São Paulo: EDUSP, 2005.
Bassetto, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*, vol. II. São Paulo: EDUSP, 2010.
Berman, Antoine. *A tradução e a letra – ou o albergue do longínquo*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.
Boléo, Manuel de Paiva. *Estudos de linguística portuguesa e românica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1974.
Castro, Rosalía de. *Cantares gallegos*. Vigo: Imp. de D. Juan Compañel, 1863.
_____. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1960.
_____. *Poesía*. Tradução e versão do galego e do espanhol: Ecléa Bosi. São Paulo: Brasiliense, 1987.
Cintra, Luís F. Lindley. *Estudos de dialetologia portuguesa*. Sá da Costa: Lisboa, 1995.
Cunha, Celso Ferreira. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename, 1982.
Dono, Xesús Domínguez (org.). *O galego – Aproximacións á súa historia, sistema linguístico, dialectoloxía e usos*. Vigo: Irindo, s/d.
Vieira, Yara Frateschi. *Antologia da poesia galega*. Campinas: Unicamp, 1996.
Iordan, Iorgu e Manoliu, Maria. *Manual de lingüística românica*. Madrid: Gredos, 1972.
Vasconcellos, J. Leite de. *Estudos de philologia mirandesa*. Dois volumes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.
_____. *Opúsculos*. Vol. IV – Filologia (parte II). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.
Vicente, Alonso Zamora. *Dialectología española*. Madrid: Gredos,

2. ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR AÇORIANO CONVIDADO AICL, TERCEIRA, AÇORES



ÁLAMO OLIVEIRA (José Henrique do)

TEMA 1.2 LITERATURA AÇORIANA – UM OLHAR DE CONTEMPORANEIDADE, ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR AÇORIANO CONVIDADO AICL, ILHA TERCEIRA, AÇORES

A ilha é espaço de múltiplos entendimentos e é espaço privilegiado para a criação artística, nomeadamente, a literária. Os escritores continuam a fazer leituras da realidade açoriana, relevando a insularidade e a emigração dela decorrente.

1.

Este é já o 18º colóquio da lusofonia e é a primeira vez que tenho o privilégio de estar presente, participando. Foram muitos os motivos que justificam essa ausência. Por isso, deixo o meu profundo agradecimento ao Chrys Chrystello pelo seu persistente convite – agradecimento que estendo a toda a equipa que vem a colaborar com ele. Apesar da não-presença, tenho procurado estar atento ao desenvolvimento dos temas tratados em cada um dos colóquios, todos eles versando, sob os ângulos mais variados, a lusofonia, analisando uma língua que mantém uma dinâmica muito própria e uma textura que lhe permite sobreviver em espaços habitados por outras línguas. Mapear a lusofonia é trabalho feito e aceite em áreas dos cinco continentes e a sua grandeza espanta mais do que a sua dispersão. É, porventura, nessa dispersão que estes colóquios têm feito refletir a unidade linguística, ao ponto de nos espantarem os custos socioculturais e financeiros que o recente acordo ortográfico vem a provocar, sem que a sua aplicação seja totalmente consensual. A definição pessoal de «pátria» alargou-se. Já se vai utilizando, com muita comodidade, a expressão «literatura lusófona», sem mais desconforto linguístico e cultural.

2.

Numa aprendizagem escolar de geografia, aliada a um quotidiano redondo de mar à volta, a ilha é um espaço instável, transitório, com múltiplos sentidos. Até há pouco tempo, valia a certeza das outras ilhas que cada açoriano avistava do balcão da sua casa, observando os barcos que iam e vinham e que destruíam qualquer noção de cárcere e de exílio. Foi nos mapas das escolas que muitos se convenceram que nascer numa ilha não era uma fatalidade, antes uma espécie de destino inclassificável, já que todos nascem com um barco nos pés. Depois, há os que defendem que as ilhas são anunciadoras naturais dos continentes e, em muitos casos, suas sentinelas, portas de partidas e de regressos. Mas há os que entendem que uma ilha pode ser um lugar mágico – porventura fantástico –, porque reserva esperanças e cultiva desejos, que acendem e apagam como que tocados por tempestades e bonanças. Nemésio fala da ilha como sendo «esfinge do mar» – esfinge que não devora o homem, antes o agasalha e amamenta.(1). A ilha é também o lugar onde é possível ver crescer a utopia, numa correlação de forças entre o que é a predisposição de sonhar e o que se inventa para ficar além da ilha, através das débeis informações que vão chegando do resto do Mundo. E é ainda o lugar onde sentir a insularidade pode tocar a perceção mítica do que é a fragilidade física da ilha. Por isso, uma ilha é um espaço de significação plural. Mais do que nunca, voluntária ou involuntariamente, as ilhas são invejadas. Quem não vive nelas procura criá-las. Isto é: cria a sua ilha interior, mantendo-se cioso dela, ocultando-a com nevoeiros enformados por sentimentos muitas vezes contraditórios, mas que não são partilháveis por necessidade de pertença ou por necessidade de proteção uterina. A globalização trouxe este outro conceito de ilha: a ilha interior. Se, informativa e tecnicamente, as ilhas geofísicas encurtaram distâncias entre si e se aproximaram dos continentes, parece notar-se esse outro entendimento de ilha, em que o Mundo se contamina com uma espécie de insularidade global. Daí, que o homem procure, cada vez mais, a conquista dos espaços extraterrestres, com o mesmo espírito de aventura científica com que, há séculos, andarihou na descoberta das terras de aquém e de além-mar, arrostando a mesma ânsia de romper limites e de conhecer outros espaços de vivência possível. A insularidade será, assim, um efeito de estufa mais universal do que semanticamente se lhe possa atribuir.

3.

Luís Ribeiro aponta, como característica do açoriano, a capacidade de criação artística. Mas há que confinar esta apreciação apenas à área da criação literária. Por isso, importa deixar expresso que a criatividade açoriana engloba escritores (poetas, romancistas, contistas, dramaturgos, ensaístas), artistas plásticos, compositores, músicos, intérpretes, cineastas, encenadores, atores. A par disto, há um vasto, utilitário e imaginativo património etnográfico; um não menos vasto e belo repertório de folclore; um notável recheio de literatura oral nas áreas do romanceiro, cancionero e adagiário. A escrita de criação e de ensaística tem dado à Literatura portuguesa nomes de açorianos que não podem ser ignorados pela História dessa mesma Literatura. Desde logo, Antero (1842-1891) e logo Roberto de Mesquita (1871-1923), Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), Vitorino Nemésio (1901-1978), Alfred Lewis (1922-1977), escritor da diáspora com um romance – *Home Is an Island* – publicado em 1955, na prestigiada editora de Nova Iorque, a Random House. E mais: Almeida Firmino (1934-1977), Natália Correia (1923-1993), Pedro da Silveira (1922-2003), José Martins Garcia (1941-2002), Emanuel Félix (1936-2004). Irreportáveis, porque a lista ficaria longa demais, são os nomes dos escritores dos Açores e dos espaços da diáspora. São às dezenas e tocam todas as áreas da escrita, repartidos por épocas, agregados por gerações, por confluências temáticas e estilísticas, que tornam os Açores na região portuguesa com maior atividade editorial, apoiada por um suplementarismo cultural que os jornais promovem e desenvolvem. Atendendo a esta realidade, enformada por especificidades temáticas, qualidade e quantidade, foi de forma quase inocente que se começou a falar de Literatura açoriana. A designação caiu mal nos meios académicos do continente português, que a entenderam mais como uma afirmação política do que como mera arrumação cultural. E pensava-se que, com a revolução de abril, se processava também uma revolução de mentalidades nas universidades portuguesas. No entanto, o apego à intocabilidade das teses académicas acabou por se tornar em hostilidade declarada e, depois, em indiferença sobranceira. Quando em 1983, foi instituída, na Brown University (Providence, Estados Unidos da América), a cadeira de Literatura açoriana, os meios académicos portugueses bombardearam a iniciativa com tiros de prestígio mofento, conservados no bafio do seu próprio conservadorismo. Alguns anos depois, a Universidade dos Açores resolveu criar também a cadeira de Literatura açoriana. A verdade é que só pecou pela demora. Esta referência ao isolacionismo, que os académicos portugueses (salvo honrosas exceções) têm dedicado à Literatura açoriana, serve para relevar a atenção que algumas universidades estrangeiras, com destaque para o Brasil, Estados Unidos da América e Canadá, vêm a dar à produção literária dos Açores.

4.

Das especificidades temáticas da Literatura açoriana, salienta-se a insularidade – tema predominante ao longo dos tempos, se bem que expressa com colorações diferentes: impressionistas, expressionistas, realistas, neorrealistas, sobejando franjas surrealistas. Daí, resultaram livros de poesia, ficção narrativa, teatro e ensaio. E ficaram retratos e relatos de tempos e de factos que nos revelam a vivência social, económica, política e cultural dos açorianos. E são retratos e relatos deixados, não na perspetiva isolacionista e insociável de mundo à parte,

mas naquela que, reconhecendo a especificidade, a coloca como complemento natural do próprio universo. Por isso, é fácil entender que a emigração seja o tema decorrente da insularidade, não só como atitude emergente da situação económica, mas também como forma de afirmar uma ancestral vocação universalista. A escrita açoriana sobre emigração não se fica pela saudade grafada «numa pedrinha do cais». Ela revela, em parceria com os testemunhos dados pelos escritores da diáspora, situações vividas e comoventes, que dão conta da evolução dessa mesma emigração. Como tema declinado que agora é, já faz parte da memória coletiva, dando azo a um outro entendimento de se ser açoriano. Mais do que nascer e permanecer numa ilha, ser açoriano é uma raiz que se desenvolve em qualquer parte do Mundo, mas que não adultera a matriz de origem. A emigração continua a ser um filão que, literariamente, persiste em ser explorado. A diluição das comunidades nos dois países de preferência emigrante (Estados Unidos da América e Canadá), mais os novos surtos emigratórios ditados pela crise e o que vem emergindo da contaminação pela aculturação, ainda constituem apetências reais para qualquer escritor criativo ou ensaísta. Os meios literários dos dois países citados estão já a dar uma atenção especial àquilo que designam por «literatura étnica». Na década de 60, o governo português defrontou-se com a guerra colonial. Durante 14 longos anos, Angola, Moçambique e Guiné lutaram pela sua independência. A revolução de abril de 74 trouxe, a Portugal, o regime democrático. A guerra colonial acabou e seguiram-se as independências e as autonomias. Enquanto a guerra prevaleceu, o governo português lembrou-se dos Açores. Os seus jovens foram convocados para combater nas linhas da frente em nome duma portugalidade que a necessidade acendeu. É por esta altura que surge, num simples suplemento literário de um jornal angrense (2), uma novíssima geração de escritores, quase todos escolhendo a poesia como forma de expressão. Eles escolheram ser irreverentes, politicamente incorretos, denunciantes. Apesar da sua juventude, mostraram estar animados por sentimentos inalienáveis de justiça social e de grande capacidade de serem solidários: solidários com os povos que lutavam pela sua liberdade e com o povo a que pertenciam – povo que viam posto no limiar da pobreza e sob a mordação da prepotência. Quatro dos romances publicados em Portugal, que refletem a problemática da guerra colonial, foram escritos por açorianos. (3). Atualmente, os escritores açorianos, sem deixarem de ter em consideração a sua condição de ilhéus, envolvem-se numa escrita liderada por ideais sem fronteiras, denunciando as faltas de solidariedade e a existência de flagelos como o racismo, a xenofobia e o ditatorialismo – enfim, autoritarismos velhos vestidos de comportamentos novos.

5.

Apesar das mudanças ditadas pela evolução das sociedades, os criativos açorianos continuam a testificar a afirmação nemesiana: «Como as sereias, temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar.» (4). É esta vivência anfíbia que dá, ao ilhéu, uma forma peculiar de partilhar os seus afetos. Ele ama a ilha sem se ater nas razões da Razão. Este amor não tem paralelo com os denominados amores pátrios. E é este entendimento de amor pela terra onde nasceu ou de que descende que o predispõe a desenvolver o seu poder criativo, para cumprir uma escrita emocionada pela teluricidade da ilha e, sobretudo, por aquilo que ele tem de mais íntimo: o imaginário fantástico de um povo que tem, pelo mar, um fascínio de caminho a percorrer e

onde lhe é permitido ousar a palavra liberdade. Na ilha, até a solidão se curva perante um cantar de melro. A alma como que se desbarreta perante a ara sagrada que a ilha é. A dispersão dos açorianos reforça a corrente dos seus afetos. Os escritores açorianos, ao assumirem a sua açorianidade, abrem desafios para a redescoberta das ilhas, através de viagens no mar das intuições, rumadas, com atenção e persistência, na pesquisa do real e do poético, desfibrando cada ângulo e cada imagem por dentro. O saber olhar os Açores obedece a fruições que captam e fixam o mítico e o prosaico, o inefável e o violento, o poético e o supérfluo, o pitoresco e o folclórico, o fantástico e o comezinho. Os Açores não são a reserva do paraíso, mas também não são o sepulcro da inocência. Por isso, são ilhas que devolvem a capacidade de sonhar com os espaços da utopia, subvertendo os nevoeiros do fantástico e desvendando os segredos dos homens que as manhãs declinam na linha do horizonte. É desta realidade que os escritores açorianos se alimentam e falam. A sua contemporaneidade é o seu saber do Mundo e dos mundos, usando o seu poder criativo no fazer duma literatura que, paulatinamente, mas de forma indelével, se manifesta eivada de especificidades e de diferenças. Só é pena que o ser diferente seja um direito que ainda incomoda e assusta.

Álamo Oliveira

6. NOTAS:

NEMÉSIO, Vitorino – «Da Universal Inquietude». In *Sob os Signos de Agora*, pp. 162/178, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1995 Suplemento «Glacial», coordenado por Carlos Faria e que foi publicado no jornal *A União*, de 1967 a 1973 São os seguintes romances: *Lugar de Massacre*, de José Martins Garcia, 1ª ed. 1975; *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo, 1ª ed. 1984; *Ciclone de setembro*, de Cristóvão de Aguiar, 1ª ed. 1985. Em 1990, o autor autonomizou, em edição própria, a parte referente à guerra colonial, com o título de *Braço Tatuado. Até Hoje Memórias de Cão*, de Álamo Oliveira, 1ª ed. 1987 NEMÉSIO, Vitorino – «Açorianidade». In *Ínsula* (revista), nºs 7/8 – julho e agosto de 1932, Ponta Delgada

3. ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS, UBI, CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA DA UNIV. DE COIMBRA, COVILHÃ, PORTUGAL (ALUIS@UBI.PT),

4. CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS, CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS DA UTAD, UBI, COVILHÃ, PORTUGAL (CXAVIER@UBI.PT)



TEMA: 1.4.2. O PROTAGONISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SÉCULOS XV A XXI),

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Lusofonia, Relações Internacionais, CPLP, Descobrimientos e Expansão Ultramarina.

Com a presente comunicação pretendemos, de olhos postos no passado, interpretando o presente e projetando o futuro, refletir sobre o protagonismo da língua portuguesa na evolução das relações internacionais desde o século XV, não deixando de trazer à colação os principais quadros históricos em que esteve envolvida. Como é sabido, a sua prosperidade transformou-a efetivamente numa peça angular da independência nacional, até porque ajudou a consubstanciar e a elevar a um patamar superior a influência portuguesa no Mundo, fruto, em larga escala, da sua difusão por via de fenómenos como os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina, que fizeram inclusivamente de Portugal o país pioneiro da globalização. Afinal, não é despidendo afirmar que o bem cultural mais valioso e duradouro que os Portugueses legaram a outros povos, situados em diferentes continentes e mares, foi a sua língua. Na realidade, difundindo-se largamente através das (novas) rotas marítimas, daí a sua vocação transoceânica, ou talássica, esta “mercadoria espiritual” e instrumento de comunicação não tardou a assumir um papel preponderante no âmbito dos contactos entre diversos povos, assim como em matéria de interpenetração de culturas e civilizações diferenciadas, favorecendo o processo de crescimento da comunidade internacional e de incremento das relações internacionais. Sublinhe-se, assim, o seu antigo trajeto de “língua companheira do império”, de língua franca, de língua de comércio e, não menos importante, de língua de evangelização. E os Açores, que ajudaram a conceder funcionalidade aos impérios ibéricos, sobretudo durante o período reinante da navegação à vela e graças fundamentalmente à sua posição geográfica e estratégica, não deixaram de contribuir para toda esta dinâmica de proliferação e mundialização da língua portuguesa, bem como da espanhola. Desaparecido o Império Luso na segunda metade do século XX, é indubitável que, entre Portugal e as suas ex-colónias, continua a sobreviver um relevante sentimento de proximidade e de comunhão em redor de um extenso leque de valores e padrões culturais, de velhas experiências históricas vividas em comum, fruto de numerosos séculos de convivência e de miscigenação - daí a constituição, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que almeja a preservação e expansão do português pelo mundo, bem como a cooperação política, social, económica e cultural entre os países envolvidos. No fundo, a língua portuguesa tem incontestavelmente vingado como o principal baluarte ou laço de união, inclusive afetiva, entre Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor. Desta lista de países, facilmente se depreende que, no que diz respeito à afirmação territorial da Lusofonia, o Atlântico Sul, nas suas duas margens, emerge como um espaço estrategicamente marcante e decisivo. Por outro lado, as últimas décadas têm permitido esclarecer que a valorização da língua de Camões decorre profundamente do seu poder de criar e difundir cultura, da sua variedade, da sua vivacidade, do orgulho e prazer que se sente em manejá-la, quer em termos orais quer escritos, em estudá-la e em ensiná-la. Por consequência, a sua força reside expressivamente na literatura, nos versos das canções, nos jornais, nas revistas, no cinema, entre outros destacados campos de desenvoltura. Pretendemos, de olhos postos no passado, interpretando o presente e projetando o futuro, refletir sobre o protagonismo da língua portuguesa na evolução das relações internacionais desde o século XV. Como é sabido, a sua prosperidade transformou-a, efetivamente, numa peça angular da independência nacional, até porque ajudou

a consubstanciar e a elevar a um patamar superior a influência portuguesa no Mundo, fruto, em larga escala, da sua difusão por via de fenómenos como os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina, que fizeram inclusivamente de Portugal o país pioneiro da globalização.

Desde logo, devemos sublinhar que este reconhecido pilar da soberania nacional constitui, indubitavelmente, uma peça charneira do património cultural lusitano, tratando-se, no fundo, do principal tesouro que os Portugueses legaram a outros povos situados em diferentes continentes (Luís e Luís, 2010: 215). Aliás, se recuarmos ao século XVI, verificamos que já o humanista João de Barros, ao refletir sobre o futuro do legado português, adverte para o facto de que, mesmo após a extinção dos vestígios materiais da presença lusitana nos espaços ultramarinos, a língua e a cultura portuguesas continuariam, inexoravelmente, gravadas no espírito das populações autóctones, senão vejamos este trecho retirado do afamado Diálogo em Louvor da nossa Linguagem: *“As armas e padrões portuguesas, póstos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das três pártes da terra, materiâes sam, e póde-âs o tempo gastár, però nam gastará doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses nestas terras leixárem”* (Buescu, 1978: 90). Tomemos também como fonte do reconhecimento da relevância histórico-cultural da língua portuguesa outro inolvidável vulto de Quinhentos, Fernão de Oliveira, o qual fundamentava a sua posição de paladino do aperfeiçoamento e do nacionalismo linguísticos na perenidade, afetividade e parecença que a língua lusa podia despertar nos territórios ondeurgia expandi-la. Anotemos, por conseguinte, o contexto a isso atinente:

“[...] e com tudo apliquemos nosso trabalho a nossa lingua e gente e ficara com mayor eternidade a memoria delle: e nam trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos dellas louuados e amados porque a semelhança é causa do amor e mays em as linguas.” (1988: quinto capítulo)

Todavia, é bom lembrar que não seria possível encontrarmos a nossa marca espalhada pelos quatro cantos do Mundo sem o engenho criativo e a aguerrida determinação com que o povo português, localizado no extremo ocidental da Europa, enfrentou os perigosos mares do Orbe, vencendo, consequentemente, a barreira milenar da distância, sobretudo graças ao árduo labor realizado, e assente na experiência e em técnicas decisivas (navegação astronómica, cartografia moderna...), em torno da elevação do bravo e mecânico Oceano Atlântico à função de principal autoestrada do fenómeno de desencravamento relacionador à escala mundial (Luís e Luís, 2010: 215). Assim, e como já havíamos mencionado, os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina tornaram Portugal o país pioneiro da globalização e contribuíram para fomentar significativamente o alastramento geográfico e humano da comunidade internacional (com os seus limites a excederem largamente o ancestral universo mediterrânico), promovendo, por conseguinte, a multiplicação das relações internacionais (Fernandes, 2008: 297-303). Em suma, os dois fatores anteriormente enunciados, aos quais devemos ainda aditar o da emigração, até porque

pertencemos a um país fortemente ligado a este fenómeno, que, de resto, tem vindo de novo a aumentar significativamente nos últimos anos, fruto da degradação das condições de trabalho e das elevadas taxas de desemprego, auxiliam e perpetuam a difusão da língua e cultura portuguesas pelo Mundo, numa dimensão pluriocêânica e pluricontinental. De facto, o português, expandindo-se quer através de canais oficiais quer de ordem mais informal e espontânea, por assim dizer, prestou um assinalável contributo ao incremento das crescentes e regulares relações comerciais e diplomáticas, mas também possibilitou a circulação de modos de pensar, sentir, agir e criar. A bem dizer, a língua lusa revelou-se, inclusive, um útil instrumento de evangelização, de salvação das almas, logo a religião transfigurou-se num poderoso veículo de propagação linguística (Alonso Romo, 1998: 113-126). Conforme nota Rui Manuel Loureiro, reportando-se, neste caso concreto, ao Oriente, *“na prática verificou-se frequentemente uma associação estreita entre a missão cristã e o ensino da língua portuguesa, uma vez que os principais difusores oficiais da língua eram precisamente os religiosos do Padroado português”* (d.l. 1992: 110).

Como facilmente se percebe, a extraordinária irradiação do nosso idioma por variadas e insólitas paragens é inseparável do percurso histórico trilhado pelo pequeno país de onde é originário. A língua portuguesa, transitando primeiramente através das (novas) rotas marítimas exploradas pelas armadas nacionais, daí a sua vocação transoceânica, ou talássica, não tardou a ocupar um papel preponderante no âmbito do desenvolvimento dos contactos entre povos assaz diversos, assim como em matéria de interpenetração de culturas e civilizações diferenciadas (Luís e Luís, 2010: 216). Em relação ao passado, importa obrigatoriamente frisar o seu antigo estatuto de *“língua companheira do império”* (Asensio, 1960: 399-413; Curto, d.l. 1993: 357-373; Curto, 1998: 414-433; Almeida, 2004: 901-905; Luís, 2008: 82-83, 718 e ss.), manifestando-se, inequivocamente, como um dos elementos mais determinantes no que concerne à afirmação e preservação do nosso edifício imperial. E os Açores, que ajudaram a conceder funcionalidade aos impérios ibéricos, sobretudo durante o período reinante da navegação à vela e graças fundamentalmente à sua posição geográfica e estratégica, não deixaram de contribuir para toda esta dinâmica de proliferação e mundialização da língua portuguesa, bem como da espanhola. Mas concretizando um pouco mais, assinale-se, entre outras situações, o exercício de construção cultural do Império Luso no Oriente, ocupando este processo algum espaço no inventário das intenções quer do gabinete real quer do próprio magistrado delegado na Índia. Por exemplo, é sabido que em 1512, na primitiva escola de Cochim, fundada por Afonso de Albuquerque, o famoso Leão dos Mares, 100 meninos aprendiam português por cartinhas despachadas pelo rei D. Manuel I para essa finalidade (Luís e Luís, 2010: 216):

“Em cochim achey hũa arca de cartinhas por omde imsynam os meninos, e pareceo me que voss alteza as nam mandara pera apodrecerem estamdo n arca, e ordeney huum homem casado aquy, que imsynase os moços a ler e esprever, e averá na escolla perto de cem moços, e sam deles filhos de panicaees e d omeens honrrados; sam muito agudos e tomam bem o que lh emsynam e em pouco tempo, e sam

todos cristãos.” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., 1884: 44-45; cf., ainda, Barbosa, 1969: 108; Loureiro, d.l. 1992: 110)

Perante o acervo de vantagens decorrentes do ensino da língua portuguesa, somos, por razões óbvias, levados a destacar o fortalecimento simbólico da nossa hegemonia e, com ela, de projeção do poder da Europa no exterior. Podemos mesmo referir que, por vezes, o prestígio associado ao seu estatuto de língua de comunicação do povo dominador desenvolvia no seio das elites nativas locais o desejo, e até a necessidade, de a aprender, no sentido, por exemplo, de ampliar as oportunidades de progressão social. Ademais, a adoção da política de casamentos mistos auxiliava grandemente a penetração do nosso idioma no quotidiano, na linguagem doméstica dos “casados”. Para além disso, a população indígena que prestava os mais variados serviços aos Portugueses via-se igualmente contagiada pela língua de Camões (Luís e Luís, 2010: 216). Não obstante, importa mencionar que, durante o seu espantoso processo de difusão, a língua portuguesa esteve longe de conservar a sua pureza primacial, até porque foi, inevitavelmente, integrando influências das línguas “exóticas” locais. Destes empréstimos linguísticos resultaram, compreensivelmente, o enriquecimento e a ampliação do seu vocabulário. À semelhança de Malaca Casteleiro, nunca nos cansaremos de recordar a transformação do português em “língua hegemónica da comunicação internacional” (Casteleiro, d.l. 2001: 24; Luís e Luís, 2010: 216), no tempo em que os nossos lideravam o movimento de abertura dos mundos. Sem dúvida, retenha-se o seu prestimoso e ativo manuseamento em jeito de “língua franca” (ou português simplificado) ao longo dos litorais africano e asiático, sobretudo nos séculos XVI, XVII e XVIII, assim como o seu retumbante triunfo nas terras da Vera Cruz, suplantando o tupi, língua dos tupi-guaranis (Lopes, 1969; Ferreira, 1990: 13-17; Ferronha, d.l. 1992; Oliveira, 1994: 243-250; Ferro, 1998: 349-430; Kerkhof, 2003: 15-26).

Também o investigador Charles Boxer, referindo-se à Época Moderna, não deixou de assinalar a relevância da língua em questão, explicando que os Ingleses e Holandeses, quando viajavam da Europa para as terras do Oriente, sentiam necessidade de trazer a bordo um português professor da língua, sendo que o domínio desta última impunha-se como uma espécie de pré-requisito indispensável ao sucesso da prática das trocas comerciais (Boxer, 1989: 69). De igual modo, um missionário protestante alemão, a caminho da Índia, dizia, no início do século XVIII, que para espalhar o Evangelho naquelas paragens urgia conhecer a língua portuguesa (Oliveira, 1994: 247). Escusado será dizer que muitos outros testemunhos expressam a mesma ilação. No entanto, este cenário privilegiado sofreu algumas alterações. Efetivamente,

“o peso económico, a agressividade comercial, política e militar de outras potências, aliadas à nossa incapacidade para enfrentar eficazmente desafios adversos, vão contribuir para que, a partir do século XIX, século da afirmação britânica no Oriente e no Extremo Oriente, a língua franca dê lugar ao uso de outros idiomas, onde sobressai, como dominante, o inglês.” (Oliveira, 1994: 248)

Seja como for, é incontestável que o português assumiu, ainda antes de outras línguas europeias, a roupagem de língua mundial (Luís e Luís, 2010: 21), feito histórico irrefutável e gerador de um enorme motivo de orgulho nacional. Hoje em dia, sabendo que apenas um número muito reduzido de línguas possui, pelas mais variadas vicissitudes e constrangimentos, que vão desde questões demográficas, geopolíticas ou de outra natureza, uma projeção mundial, apraz-nos constatar que o português não só faz parte do grupo de idiomas, uma dúzia, com essa dimensão (Observatório de Relações Exteriores: 1999: 208), como também, ao que tudo indica, continuará a prosperar, ao passo que centenas de outros vão declinando, quando não passam inclusivamente à qualidade de línguas mortas. Com efeito, a prova viva da sua vitalidade consiste no facto de ser já a terceira mais falada no espaço da civilização ocidental, a seguir ao espanhol e ao inglês, e a sexta mais falada no mundo inteiro, deixando inclusive para trás o francês e o alemão (Fernandes, 2008: 301). Enfim, se tivermos em mente o conjunto de países que a manejam como língua oficial e a diáspora, constatamos que o número de falantes ultrapassa já os 244 milhões (Meireles, 2008: 2). Mas, como é evidente, esta posição confortável e o futuro risonho que se augura não seriam possíveis sem o contributo de todos. E referimo-nos não só à enorme comunidade de emigrantes portugueses, anónimos e famosos, espriados por diversas paragens, que conservam acesa a chama, neste particular, da portugalidade, religiosamente enfatizada a cada 10 de junho, como também ao mediatismo de certas figuras com dimensão internacional nos mais variados quadrantes.

E são imensos os setores e nomes que poderíamos citar, contudo seleccionámos, para o caso de Portugal, apenas alguns que, de uma maneira ou de outra, se tornaram muito conhecidos e, em alguns casos, até bastante mediáticos. Estamos a pensar em figuras do mundo do futebol (Luís Figo, Cristiano Ronaldo, José Mourinho...), da música, (Amália Rodrigues, Mariza, Dulce Pontes, Carlos do Carmo ...), do cinema (António de Oliveira, Maria de Medeiros...), da literatura (Luís Vaz de Camões, Padre António Vieira, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, José Saramago, António Lobo Antunes, Mário Cláudio, Álvaro de Oliveira...), cujo magnetismo que geram conduz ao desejo e até, em alguns casos, em abono de uma cabal compreensão dos conteúdos veiculados, à necessidade de aprender o idioma que professam. Naturalmente, trata-se de uma forma privilegiada de exportação da língua e cultura portuguesas e, em última análise, até da imagem do país de onde são oriundos, Portugal. Escusado será dizer que este exercício poderia ser feito com muitos outros sonantes nomes do mundo lusófono oriundos de diferentes nacionalidades. É indubitável que as últimas décadas nos têm ensinado que a valorização da língua de Camões decorre profundamente do seu poder de criar e difundir cultura, da sua variedade, da sua vivacidade, do orgulho e prazer que se sente em manejá-la, quer em termos orais quer escritos, em estudá-la e em ensiná-la (Luís e Luís, 2010: 219), não só como língua materna mas também como língua estrangeira. Com efeito, a sua força reside expressivamente na literatura, nos versos das canções, nos jornais, nas revistas, no cinema, entre outros destacados campos de desenvoltura, de resto, amplamente trabalhados e divulgados na AICL. Prova viva disso mesmo é também este 18.º Colóquio da Lusofonia, intitulado “Galiza e Açores: duas insularidades culturais

(europeias)”. Como tal, não poderíamos deixar de destacar o relevante papel que esta Associação tem vindo a desempenhar, a título exemplificativo, no meio académico de Portugal, Brasil, Galiza, apadrinhando, ao longo de vários anos, a arte e a ciência, através do veículo privilegiado de comunicação, o português, e renovando as esperanças em torno do projeto comum rubricado no mundo lusófono. Reitere-se que não é despidendo afirmar que a língua representa, efetivamente, o bem cultural mais precioso, duradouro, unificador e, diríamos mesmo, estratégico que uma sociedade pode transmitir ao longo do seu trajeto histórico, isto porque constitui também um excelente aperitivo, instigador do apetite e da curiosidade do “Outro” em relação ao “Nós”, ao que por cá se vai fazendo e dizendo, abrindo as portas a uma panóplia de oportunidades, inclusive ao mundo dos negócios e, por arrastamento, ao eventual e, de resto, desejável impulso da economia. No entanto, é bom lembrar que ninguém é, na verdade, proprietário absoluto da língua; contudo, todos aqueles que a utilizam devem ser seus fiéis promotores.

Com o intuito de indagarmos mais algumas marcas e protagonistas que operam no âmbito da projeção do português na cena internacional, não podemos deixar de referir que, mesmo que após o fim do Império Luso, na segunda metade do século XX, tenham, por vezes, medrado certos desentendimentos entre Portugal e as suas antigas colónias, continua a persistir, entre os povos envolvidos, o sentimento de proximidade e de comunhão em torno de um vasto leque de valores e padrões culturais, de velhas experiências históricas vividas em comum, fruto de vários séculos de convivência e de miscigenação. E, na realidade, os novos países nascidos da descolonização portuguesa da década de 70, que passaram a figurar como sujeitos das relações internacionais, imiscuindo-se rapidamente em variados organismos e instituições que compõem a estrutura da comunidade mundial, ajudam a firmar a divulgação e visibilidade do português na cena internacional. Repare-se, nomeadamente, que os seus representantes, tal como fazem os do Brasil, de Portugal e de Timor Leste (desde 2002), se expressam, usualmente, na língua de Camões (Fernandes, 2008: 301; Luís e Luís, 2010: 217-218). Para além do exposto, muitos outros aspetos foram ou vão contribuindo para a propagação do idioma em causa, como, por exemplo, a circunstância da língua portuguesa facilitar, em territórios como o Brasil, Moçambique, Angola, etc., a necessária intercompreensão das populações, alimentadora, por certo, da unificação nacional, de resto, desejável em cenários tão complexos e repletos de assimetrias. No fundo, tomou-se consciência de que o português, língua de comunicação do colonizador, não constituía forçosamente uma língua colonizadora. Enfim, os fatores atrás mencionados dão-nos conta do aumento da falange dos que usam oficialmente a língua portuguesa, a qual é constantemente enriquecida pela produção de várias oralidades e literaturas. São também prova viva desse mesmo dinamismo, por exemplo, os esforços movidos por países como a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Angola, etc., no sentido de engrossar o número e a consistência de certas ferramentas e infraestruturas, tais como universidades, centros de pesquisa, academias; locais de trabalho imprescindíveis à produção e transmissão da ciência, do conhecimento, logo peças inestimáveis no que concerne à capacidade de intervenção no domínio da língua.

Apesar da relevância dos aspetos atrás mencionados, um dos pontos altos da luta pela afirmação da lusofonia, e, no fundo, o corolário dos já referidos laços afetivos e culturais que remontam ao passado, é a constituição, em 1996, da CPLP, onde se incluem os países de língua portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, mais recentemente, Timor Lorosae. Não poderíamos, contudo, deixar de assinalar, desde logo pelas suas afinidades histórico-linguísticas, a perda que representa a ausência, por certo decorrente de decisões de natureza política, da Galiza neste conjunto. Seja como for, e polémicas à parte, a verdade é que, procurando vingar fraternalmente como plataforma de diálogo, de cooperação e de proteção dos interesses convergentes e dos valores culturais comuns que aproximam os seus variados membros, a CPLP intenta dar resposta aos múltiplos e complexos desafios provenientes de uma era marcada pela globalização, isto num cenário em que, note-se, o Atlântico Sul, nas suas duas margens, figura como palco estratégico cada vez mais marcante e decisivo para a afirmação da língua portuguesa, jogando-se nele muito do seu futuro. Em rigor, o peso do português, no quadro das relações internacionais vindouras, está bastante dependente do que forem capazes de fazer os países lusófonos, não isoladamente, mas como um todo coeso, organizado e solidário (Fernandes, 2008: 303). E como “não há bela sem senão”, infelizmente, a escassez de certos recursos e a não invulgar falta de uma concertação política devidamente amadurecida, ambiciosa e prática, de um planeamento a longo prazo, constituem algumas das dificuldades a superar a fim da eficiente consecução de tão vital e exigente missão de expandir o português pelo Mundo, bem como em favor da crescente promoção da cooperação política, social, económica e cultural entre os vários países em causa. Tal como é referido numa entrevista feita por Luísa Meireles a Carlos Reis, o coordenador do estudo sobre a internacionalização da língua portuguesa, “o português está em expansão mas, para se lhe dar uma verdadeira internacionalização, é preciso mais do que boa vontade. É preciso uma política da língua consistente e continuada, que lhe atribua meios e concerte esforços” (2008: 2). Ou seja, é necessário que todos os países-membros remem na mesma direção e não cedam a interesses fúteis, efémeros e paroquiais, muitas vezes decorrentes de pressões políticas, evitando, deste modo, concorrências e desentendimentos desnecessários.

Vejamos o caso do acordo ortográfico.

Na opinião de Carlos Reis, “o acordo é um instrumento ao lado de outros, que vale o que vale, não vai descaraterizar a língua, como se diz, mas vai significar alianças estratégicas, concentração de esforços” (2008: 5). Este consagrado professor catedrático da Universidade de Coimbra reconhece que “é muito importante, e sem ele temos sempre uma fragilidade, vista do exterior, que é o facto de termos duas normas ortográficas oficiais. O que não acontece com o espanhol ou o inglês, que têm apenas variantes ortográficas” (2008: 5). Como se compreende, por ação de diferentes fatores, trata-se de uma questão que tem gerado grande polémica e feito correr muita tinta. Todavia, retomando as palavras de Carlos Reis (2008: 6), “... o acordo ortográfico é indispensável do ponto de vista de política de língua, por muitas reservas que se coloquem e eu próprio coloco algumas de ordem técnica”.

Mas, para formarmos uma perspetiva mais completa dos resultados do citado estudo, em diferentes matérias, atentemos, em seguida, nesta breve súmula das principais conclusões dele retiradas por Carlos Reis:

“Primeiro que tudo, h que dar continuidade a uma política de língua. Não se espere que um ministro crie um instituto e nomeie um presidente e daí a três anos d frutos. Uma década é pouco. Segundo: É preciso ter em conta as boas práticas dos outros países e fazer análise comparativa mais afinada. Terceiro: ateno às condições locais. A política da língua não  única, nem rígida, nem igual para todos e para toda a parte. Quarto: apostar nos recursos humanos, formar professores para ensinar no estrangeiro, que é diferente de ensinar em Portugal - uma banalidade mas por vezes é preciso afirmar o óbvio. Quinto: as alianças, convocar outros esforços e outros países. A ação diplomática é fundamental para mostrar a Moçambique, Angola, Brasil que, no fundo, esta causa comum  de todos e todos beneficiamos dela. E, finalmente, é preciso esperar que a árvore cresça.” (Meireles, 2008: 13)

Perante o exposto, cumpre-nos afirmar que temos consciência de que a batalha pela difusão do português, travada em várias frentes, com o auxílio quer da enorme quantidade de lusofalantes, annimos e famosos, quer da exportação do idioma como língua estrangeira, constitui, até pelos impedimentos e dificuldades apontadas, um enorme desafio, não isento de certos dissabores e frustrações, mas também de muitas alegrias e conquistas valiosas. Seja como for, ao longo deste artigo fomos dando conta de vários indicadores bastante positivos que correm a seu favor, mas que, como  compreensível, necessitam de ser devidamente canalizados. Com efeito, sabendo que beneficiamos de uma conjuntura no âmbito da evolução do sistema mundial assaz favorável  área do Atlântico Sul (sobretudo fruto do posicionamento do Brasil, país-continente, como potência emergente, e até com justas aspirações a integrar permanentemente o Conselho de Segurança da ONU, assim como de uma nação angolana em franca ascensão), resta-nos, deixando de lado guerras ou rivalidades insignificantes e infrutíferas, unir esforços no sentido de tirarmos partido dessa situação e, em prol da defesa dos interesses convergentes, lutar concertada e solidariamente pela constante valorização do português no citado espaço, naturalmente sem prejuízo de outros recintos. Para tal, devemos contar com uma CPLP ativa, atenta às reais necessidades e aos novos desafios do século XXI e capaz de incutir, com eficiência, no seio do mundo lusófono, o espírito de união e de coesão, de resto, indispensáveis à sua própria sobrevivência. Enfim, estas são apenas breves reflexões que podemos partilhar acerca de alguns trajetos rubricados e projetos debuxados em prol da defesa de tão ilustre “mercadoria espiritual”, a língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Justino Mendes de (2004), “A Língua, Companheira do Império”, D. João III e o Império. Atas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento. Lisboa e Tomar, 4 a 8 de junho de 2002. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 901-905.
- Alonso Romo, Eduardo Javier (1998), “La Lengua Portuguesa como Instrumento de Evangelizacin: un Análisis a partir de los Textos de San Francisco Javier”, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XXXVII, Homenagem a Maria de Lourdes Belchior. Lisboa, Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 113-126.

- Asensio, Eugenio (1960), "La Lengua Compañera del Imperio". Revista de Filología Española, XLIII, 399-413.
- Barbosa, Jorge Morais (1969), A Língua Portuguesa no Mundo, 2.ª ed. revista. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1978), Gramáticos Portugueses do Século XVI. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Boxer, Charles R. (1989), "Alguns Aspectos da Influência Portuguesa no Japão, 1542-1640". Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau, número especial. Macau: Fundação Oriente e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 47-78.
- Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam (1884), direção de Raymundo Antonio Bulhão Pato, tomo I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Casteleiro, João Malaca (d.l. 2001), "Oração de Sapiência: a Vocação Transoceânica da Língua Portuguesa". Jornadas do Mar 2000. Dos Mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa. Atas do Colóquio, comunicações apresentadas na Escola Naval de 20 a 24 de novembro de 2000. Lisboa: Escola Naval, 24-25.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Página consultada a 1 de agosto de 2012, <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>>.
- Curto, Diogo Ramada (d.l. 1993), "Língua e Memória", História de Portugal, direção de José Mattoso, vol. III, No Alvorecer da Modernidade (1480-1620), coordenação de Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 357-373.
- Curto, Diogo Ramada (1998), "A Língua e o Império", História da Expansão Portuguesa, direção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. I, A Formação do Império (1415-1570). Lisboa: Temas e Debates, 414-433.
- Dias, Jorge (1995), O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa, reimpressão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Fernandes, António José (2008), As Relações Internacionais e Portugal. Da Europa do Mundo ao Mundo da Europa. Lisboa: Prefácio.
- Ferreira, Manuel (1990), "Quando o Português foi a Língua Mundial", Revista Internacional de Língua Portuguesa, 3. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 13-17.
- Ferro, João Pedro (1998), "Os Contactos Linguísticos e a Expansão da Língua Portuguesa", História dos Portugueses no Extremo Oriente, 1.º volume, tomo I, Em torno de Macau. Séculos XVI-XVII, direção de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Fundação Oriente, 349-430.
- Ferronha, António Luís (coord.), (d.l. 1992), Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Kerkhof, Maxim (2003), "Le 'Trade-Pidgin' Afro-Portugais pendant l'Expansion Portugaise", Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XLVI, Lusophonie et Multiculturalisme. Lisboa, Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 15-26.
- Lopes, David (1969), A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente durante os Séculos XVI, XVII e XVIII, 2.ª ed., revista, prefaciada e anotada por Luís de Matos. Porto: Portucalense.
- Loureiro, Rui Manuel (d.l. 1992), "A Língua Portuguesa no Oriente (Séculos XVI-XVII)", in António Luís Ferronha (coord.), Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 105-118.
- Luís, Alexandre António da Costa (2008), Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino), tese de doutoramento na área de História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Luís, Alexandre António da Costa e Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2010), "Património Cultural, Língua Portuguesa e Relações Internacionais", Praça Velha, Revista Cultural da Cidade da Guarda, 28. Guarda: Núcleo de Animação Cultural, Câmara Municipal da Guarda, 210-224.
- Magalhães, Fernando (2005), Museus Património e Identidade. Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição. Porto: Profedições, Lda., Jornal a Página.
- Martins, Guilherme d' Oliveira (2009), Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação. Lisboa: Gradiva.
- Meireles, Luísa (2008), "Está na moda aprender português". Expresso, 5 de julho (entrevista a Carlos Reis). Página consultada a 18 de julho de 2012, <<http://expresso.sapo.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>>.
- Mendes, José M. Amado (1996), Características da Cultura Portuguesa: Alguns Aspectos e sua Interpretação, separata da Revista Portuguesa de História, t. XXXI, vol. I. Coimbra, 47-65.
- Observatório de Relações Exteriores (1999), "Situação da Língua Portuguesa no Mundo", JANUS 99-2000. Anuário de Relações Exteriores. Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 208-209.
- Oliveira, Celina Veiga de (1994), "O Português como Língua Franca no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII", Le Portugais, Langue Internationale, O Português, Língua Internacional. Actes du Colloque tenu les 4,5 et 6 juin 1993. Montréal: Confederação dos Organismos Portugueses do Québec e Centre de Langues Patrimoniales de l'Université de Montréal, 243-250.
- Oliveira, Fernão de (1988), Gramática da Linguagem Portuguesa, edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Saraiva, António José (1996), A Cultura em Portugal. Teoria e História, vol. I, Introdução Geral à Cultura Portuguesa, 2.ª ed. Lisboa: Gradiva.



5. ANABELA MIMOSO, CEI-EF ULHT, V. N. DE GAIA, PORTUGAL



TEMA 1.2 «A ILHA CABE NUMA LÁGRIMA» OU EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR DA SAUDADE

Na poesia, no conto, na novela e na crónica, Eduardo Bettencourt Pinto tem abordado recorrentemente a temática da saudade. Mas é sobretudo na poesia que mais se faz sentir a nostalgia geográfica. Tal como noutros escritores açorianos na diáspora, também nele a saudade da partida está ligada à perda da idade de ouro que é a perda da infância. No entanto, em Eduardo Bettencourt Pinto essa ligação não serve de contraponto à dureza da realidade vivida depois da partida. O facto de não ter nascido nos Açores torna-o num caso *sui generis* da literatura de temática açoriana. É que, para EBP, S. Miguel, antes de ser a terra de partida, fora a terra de acolhimento, a terra da chegada. Terra-mãe, até porque era a terra da mãe. Terra que lhe abriu os braços aquando do regresso de uma outra diáspora, talvez ainda mais dolorosa, porque tinha significado um despatriamento. Ora, esta ligação entre a ilha e a infância/juventude não é, para o autor, um *topos* recorrente das literaturas da diáspora, pelo que não é despicienda. Ela corresponde, precisamente ao tempo da fixação do poeta por S. Miguel nessas duas fases bem marcantes na vida. E é deste modo que a ilha se identifica com as memórias desses tempos, logo, com a mãe, com os lugares da infância, os cheiros, a realidade social vivenciada. Mas é também a evocação dos amores juvenis, logo, a ilha tornada mulher. A saudade da ilha é também a certeza de haver um regresso sempre possível ao regaço da ilha tornada mãe. Assim, cada visita à ilha é um ciclo de chegada/partida, de encontro, logo a âncora da sua identidade pessoal. Mas é também uma visita nostálgica porque é sempre breve, transitória, e acarreta sempre a percepção da inevitável perda.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Como obra aberta que é, o texto literário possibilita múltiplas interpretações. Na impossibilidade de abarcar todos os seus sentidos, interessa-nos utilizar um modelo teórico que possibilite atribuir um sentido, ou sentidos, possível(-veis), válido(s), à obra poética de Eduardo Bettencourt Pinto, mais concretamente ao seu mais recente livro *A cor do sul nos teu olhos*. Socorremo-nos da autoridade de Carlos Reis, quando diz que toda a interpretação se dirige «de modo prioritário, à descoberta de sentidos coerentes – e não de **todos** os sentidos» (1981: 43 – sublinhado nosso). Pelas características dos textos em análise – a poesia lírica – julgamos mais interessante focar a sua estrutura profunda, o genotexto (Júlia Kristeva), ou seja, os códigos simbólicos, os fatores e impulsos, que

pertencem ao domínio do inconsciente e do determinismo histórico-sociológico, já que, preexistindo à elaboração do discurso literário, afetam o código retórico-estilístico, e permitem-nos perceber a distribuição e escolha dos lexemas, das metáforas, das comparações, das imagens, das repetições, no texto poético. Recordemos, como V.A e Silva, que «o texto literário não é uma espécie ou subdivisão do texto linguístico, suscetível de ser descrita na sua integralidade – e, por conseguinte, na sua especificidade – por uma gramática textual apta a explicar o funcionamento dum texto pertencente à “língua normal”» (1979: 24). Daí que o código linguístico seja manifestamente redutor para a compreensão do texto poético. Assim, perceber a articulação e a interação deste código ideológico com o código retórico-estilístico apresenta-se como fundamental para o entendimento do texto poético, nomeadamente do lírico. Permitem-nos também compreender a influência dos fatores socioculturais que se manifestam na obra. No caso concreto do livro em análise, tentaremos mostrar como se patenteia aí a insularidade e como se manifesta nele a saudade. Teremos apenas em conta, dada a exiguidade do espaço, o binómio ilha/mar, símbolos que mostram bem a singularidade da visão do mundo do autor e a marca da originalidade da sua poesia.

A Psicocrítica e a Poética do Imaginário vieram-nos abrir caminho para este tipo de interpretações. Estes métodos desenvolveram-se partir dos anos 80, quando o medo do biografismo foi superado, graças aos conhecimentos proporcionados pela psicologia. Tem-se em conta o autor, sim, mas para se analisar como se refletem na sua obra os conflitos, pessoais ou coletivos, como funciona a imaginação, que aspetos do subconsciente nela se fazem sentir, ou seja, procurando na obra a voz do autor e do contexto intelectual e social em que ele se insere. Obviamente que o que importa não é inventariar os factos exteriores da sua vida, tão valorizados pelo biografismo, mas perceber a forma como ele, consciente ou inconscientemente, projeta os seus conflitos, as suas pulsões, na obra que produziu. Segundo Freud, o subconsciente manifesta-se nos sonhos ou na obra literária, através, por exemplo, da repetição de imagens poéticas. Tanto Jean-Paul Weber (análise temática) como Mauron (psicocrítica) tiveram em mente essa ligação e aplicaram a psicanálise freudiana à literatura. Jung viria acrescentar a ideia de que essas imagens são manifestações do inconsciente coletivo - os arquétipos. Ora, os arquétipos «manifestam-se como estruturas psíquicas quase universais, inatas ou herdadas, uma espécie de consciência coletiva; exprimem-se por símbolos particulares carregados de um grande poder energético» diria Chevalier (1994: 14). Pertencem à memória genérica do ser humano e são comuns a todas as civilizações.

A metáfora, o símbolo, a imagem são projeções metamorfoseadas do inconsciente que, deste modo, emerge à superfície do texto. A verdade é que o «símbolo exprime o mundo percebido e vivido tal como o sujeito o sente e não segundo a sua razão crítica e ao nível da sua consciência, mas sim do seu psiquismo, afetivo e representativo, principalmente ao nível do inconsciente», esclarece Chevalier (1994: 21). É a esta segunda teoria, que parte dos trabalhos de Jung, que se chama poética do imaginário. O símbolo deixa de ser «segundo a escola freudiana, o objeto de um recalçamento, mas sim, de acordo com o pensamento de Jung, o sentido de uma procura e a resposta

de uma intuição incontrollável», acrescenta Chevalier (1994: 21). Encararemos, pois, o espaço subtextual não exclusivamente numa perspectiva individual, mas também coletiva, não perdendo, pois, de vista o contexto sociológico em que o autor forjou a sua identidade. Aos nomes já citados juntaremos também os de Philippe Malrieu, de Paul Ricoeur, de Gaston Bachelard e de Gilbert Durand, seu discípulo, como referências na análise que aqui esboçamos.

2. VIAJAR COM SOMBRAS

A geografia, «a serpenteante geografia da existência» (*Sentir*), só importa nas nossas vidas quando estamos de mal com ela. Quando queremos estar num lugar e ele foge de nós. É desta maneira que ela se torna determinante na vida e, logo, na escrita de Eduardo Bettencourt Pinto, sempre «perdido em geografias estrangeiras» (*Não sei dizer que te amo quando estou triste*). Na verdade, a partida forçada de Angola, em 1976, seria o início da longa viagem em busca do Lugar de estar. Não era, no entanto, a sua primeira viagem. Essa datava de 1958 e tivera como destino S. Miguel. Iniciava assim a sua *Bildungreise*, a (des)construção da sua identidade pessoal. A estadia não seria longa (3 anos, apenas), mas marcaria indelevelmente o autor. Por isso mesmo, os Açores, S. Miguel, aparecem tantas vezes associados à sua infância. Depois de Angola e de uma breve passagem pela Rodésia (Zimbabwe), S. Miguel seria novamente o local de acolhimento da família, entre 1976 e até 1983, ou seja, em plena juventude. Daí a associação, também frequente, com os amores juvenis, com a consciência das injustiças sociais, da pobreza, do sofrimento das crianças, da minoridade social e doméstica a que a mulher era votada.

Quando em 1983 parte para o Canadá, S. Miguel passou a configurar-se como um porta-aviões, um abrigo entre África e Pitt Meadows, ali, ancorado no meio do mar, o mesmo mar que abraça a ilha. O mar que, doravante, passaria a ser a sua estrada. Por isso mesmo, a sua importância, a sua presença constante no imaginário do autor, associado ou não à ilha, literal ou metafórico. Talvez mais do que Angola, onde o poeta nasceu, os Açores tornar-se-iam a terra de pertença, de segurança, de identificação. De facto, apesar do amor que dedica à sua terra natal e que, não raras vezes, canta, Angola tornara-se uma outra terra. As mudanças políticas, económicas e sociais provocadas, primeiro pela independência, depois pela guerra civil e pela insegurança daí resultante, haveriam de condicionar e dificultar uma identificação pacífica com a terra africana. No nosso jeito lusitano de ser, a distância geográfica implica a saudade. Saudade essa que é, para EBP, a saudade da ilha – S. Miguel –, da ilha que há em nós, da ilha-mulher, a saudade do mar, mas também a saudade da segurança, da infância, do amor e da presença da família alargada, mesmo sendo só da família materna. Obviamente que a sua criatividade que, de resto, ele caracteriza na epígrafe pedida emprestada a Rui Knopfli «Porque eu teimo, / recuso e não alinho. Sou só. / Não parcialmente, mas rigorosamente.», a sua criatividade, dizíamos, não se esgota nesta temática, antes tem um lugar muito determinante no seu imaginário. Por isso a abordaremos aqui. Ela implica ainda, de uma maneira evidente, a escolha dos tropos, a “substantivação” da sua poesia. Queremos, no entanto, deixar claro que não podemos englobar estes poemas numa literatura típica de emigração, porquanto eles não refletem a não-

integração do autor noutra cultura, noutra sociedade, mas sim e sobretudo, a ausência geográfica e temporal. De um modo especial, como veremos.

3. NÃO SEI DE QUE ILHA DA MEMÓRIA OLHAS O MAR

3.1. A ILHA

«As criações, por mais originais que sejam, retiram os elementos que as compõem das experiências perceptivas do sujeito», diria Philippe Malrieu (1996: 7).

Ora, o sujeito quando se refugia, em busca de segurança, proteção, apaziguamento, procura sempre na memória os lugares da sua preferência, os que lhe foram benéficos. Não é, pois, de estranhar que haja em EBP especificidades no modo de (re)ver a ilha, decorrentes da sua história de vida. Desde logo porque a ilha nunca é para o autor essa «solidão rochosa» de que fala Vamberto Freitas em relação a um possível cânone literário da literatura açoriana e, portanto, também não encontramos nele vestígios dessa tal «geografia cercada» a que o mesmo crítico alude (2012: 24- 25). Depois porque a ausência da ilha é também dominada pelo Tempo, maiusculizado pelo autor. Não apenas a expressão da passagem inexorável de Cronos, mas também o tempo cíclico, agrário que, para o autor, é sobretudo o tempo do regresso (e logo da partida) – é setembro – «Quero setembro na ilha da minha mãe», declara em *Intermitência*. setembro, outono, metáfora também da idade da vida. Ora, simbolicamente, a ilha é um elemento feminino por excelência, logo, frequentemente associado ao corpo da mulher. Como espaço circular que é, ela fecha-se ao exterior, tornando-se assim o espaço da interioridade, por isso, o refúgio, o centro primordial, o lugar sagrado, o ventre materno (1). Como espaço limitado, finito que, obviamente, também é, assume-se como um lugar pacífico face ao caos. Mas, como é ainda o lugar perfeito, ela representa a harmonização entre o princípio e o fim, logo, o lugar do retorno. Por isso mesmo, «as ilhas tornaram-se um dos mitos fundamentais, entre as lendas da idade de ouro» (Dic 1994: 375). Por outro lado, devemos notar que aquilo que, em EBP, é a sua quota-parte de identidade açoriana não resulta tanto da busca do encontro com o outro, mas mais da solidão do encontro consigo próprio, da procura de referentes interiores para a construção da sua identidade. Na verdade, o encontro com o(s) Outro(s) dera-se muito antes da saída da ilha. Dera-se ainda em África, ao confrontar-se, fora de casa, com uma cultura diferente da familiar. Dera-se também na sua breve passagem por Lisboa, na primeira viagem para os Açores. A ilha fora, ela própria, um local de encontro com o Outro. Logo, a ilha não é, como para a maioria dos escritores açorianos, o ponto de partida, mas um ponto de chegada na vida do poeta. Mais um ponto de chegada e, não obstante, muito determinante. Assim, a ilha, espaço real, é revisitada amiúde nas páginas da sua obra. Não é ela a «companheira de todas as águas» (*Ilha*)? Mas é também assumida como uma metáfora recorrente («no inverno sento-me numa ilha», lê-se em *Procura-me* ou «Levas contigo a ilha», em *Divagações*), o que podemos entender, já que é espaço circular, como expressão da marca do intimismo da sua poesia. De facto, é a metáfora perfeita, é o símbolo perfeito. Perfeito, porque é o reflexo do processo de construção da sua identidade que exigia, nas partidas repetidas, na

ausência, a demanda, dentro de si, de um mundo redondo, fechado e, por isso, seguro como um ventre materno – é a «ilha da mãe», lembramos -, e com o qual pudesse estabelecer um diálogo apaziguador, tornando-se assim o passado de referência. Passado não raras vezes mitificado, porque a ilha é também construída. Construída pela imaginação poética, pela associação à figura feminina, pela memória, («ilha da memória», assumirá em *Fim do dia*). Na ausência, ela é essa outra ilha, mais viva sim, porque os olhos da memória veem sempre melhor do que os nossos olhos. Por isso, dói mais o afastamento. E, como a memória nem sempre satisfaz a urgência de refúgio, a necessidade de um sólido ponto de referência, nessas alturas, há que buscar outros amparos: até um pedaço de terra perdido no rio Pitt assume a função de substituto: «A ilha, cujo nome desconheço, **acolhe-me entre a mansidão das águas / ainda frias de julho**» (*O Silêncio* – sublinhado nosso). A ilha, onde «toda a beleza era possível» (*Manhã na ilha*), porque feminina, não é só a mãe, não é só Maria, a casa da infância, o país. Ela é também Eva, tornando, mesmo difícil perceber quando esse corpo feminino é o de ilha ou o de mulher:

«Deixaste-me partir descalço / sobre as minhas feridas. / Onde estás, companheira de todas as águas? / A noite é uma janela aberta sobre o mar. / Os vasos das gardénias mais sombrias quebram-se / de encontro ao silêncio. (...) / Já não vejo o teu rosto / nos pingos de chuva que cobrem o para-brisas. / (...). Tens, sei, a natureza das florestas no outono, / e são bravos os teus cabelos como os pinheiros da costa. / Escondo-me agora na minha cama de pedra, / nos meus sonhos de vidro, nos lençóis de luar com que cubro / agora os momentos mais fundos sem ti».

Dúbio, não obstante o poema chamar-se *Ilha*. Por isso, a ausência da ilha, é também a ausência da amada: «Levas a ilha contigo, estes dias todos, belos e tão breves, o mar ao / fundo, a tua face beijada pelo vento» (*Divagações*). E dói. A brevidade do encontro, a ausência prolongada. Não admira também que, como lugar privilegiado de refúgio, a evocação da ilha seja frequentemente associada à casa, elemento também feminino: «Estava na ilha. Uma casa crescia entre as ervas e os primeiros passos no corredor do hotel» (*Manhã na ilha*). Aliás, a casa é outro símbolo feminino, um microcosmo que simboliza a intimidade repousante, a paragem, o centro. O país de um despatriado: «Uma casa é o país de um homem» (*As palavras cantam no mar*), diria o poeta, talvez motivado pela ambivalência do termo anglo-saxónico: *home*: pátria e casa. Aliás, a morada, a casa, está em estreita articulação com a geografia: a casa inscreve-se num território. A casa, a casa da infância, é também a ilha. A psicanálise explica ainda que «A ilha é um refúgio onde a consciência e a vontade se unem para fugirem aos assaltos do inconsciente: contra as vagas do Oceano procura-se o socorro da rocha» (1994: 374). Segundo Jung, na sua função de refúgio contra o mar, ela torna-se o símbolo de estabilidade. Logo, um local seguro, mesmo quando ausente, porque ela está lá, estará sempre lá para acolher o poeta nos seus naufrágios ou apenas nas suas viagens. Não admira, pois, que ela seja o cais, oferecendo a segurança dos seus braços sempre abertos: «Um dia todos nós partimos. / Mas eu regresso sempre a este cais» (*Casi Cielo*). De facto, viajante continuado, sempre em trânsito, sujeito às vicissitudes do mar intranquilo, é o porto que procura, porque, afinal «o nosso destino é a

terra» (*Sentir*). Daí a sua articulação constante com o mar. Como contraponto, como a outra face do binómio homem/mulher. É que sendo a ilha feminina, apesar disso, ou por isso mesmo, ela é forjada na rocha vulcânica, sólida e resistente à inconstância e à fluidez do mar que a cerca. Ela fica, ele flui, parte, mas num movimento de eterno retorno.

3.2. O MAR

O mar, *topos* recorrente da literatura portuguesa de todos os tempos e não só da açoriana, exerce uma atração bem evidente na obra de EBP, sobretudo na obra poética. O mar, omnipresente na ilha, pelo abraço constante que ele lhe dá, é, para a maioria dos açorianos, demasiado estreito, asfixiante, não para EBP, para quem esse abraço é visceral, logo, irresistível, porém doce e apaixonado. Mas essa atração estende-se também a essa outra característica, essa sim, comum a outros autores, que é a vocação que o mar tem de ser a estrada, o caminho de ligação/separação com o resto do mundo. Para os que sonham com as Américas a haver. De facto, ao contrário da ilha, estável, passiva, expectante, o mar movimentava-se, passa. Livre para fluir, porém, não se separa da praia que o espera: «*O que sobra da noite quando adormecemos dentro de nós? / A praia longe, o mar que nos cai dos dedos, a impregnação da pedra / enquanto o sol deflagra sobre a nossa pele como uma onda de lume?*» (*Génesis*). Logo, nesse seu fluir no tempo, o mar é o «símbolo dinâmico da vida. Tudo sai do mar e a ele regressa. Por isso, é o lugar de nascimento, transformações e renascimentos. Águas em movimento, o mar simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informais e as realidades formais, uma situação de ambivalência, que é a de incerteza, da dúvida, da indecisão, e que pode terminar bem ou mal. (*Dic* 1994: 439). E esta característica, assumida por EBP, é intrinsecamente portuguesa. J.P. Coelho notou-o, quando afirmava, a partir de uma leitura de Teófilo Braga, que, «ao invés do que sucede na cultura da Galiza, o mar em Portugal é menos motivo de elegia que motivo de epopeia, “caminho de ação”» (1992: 22). Estrada de partidas, mas também de regressos, imperiosos, cíclicos. Viagens no tempo ou em espaços ínvios: «*Os campos ardem, os pássaros / atravessam os teus olhos até ao mar.*» (*Escureço*) ou «*Observava o mar antes do crepúsculo cair/nas areias quentes da minha juventude.*» (*Viagem interior*) e ainda «*o rumor das palmeiras / é um deus de silêncio / que espera por ti / no alto mar / do verão.*» (*verão*) ou «*Quero ouvir-te porque trazes o mar contigo.*» (*domingo*). Como tal, ele está omnipresente na obra poética do autor, mesmo quando fisicamente ausente do seu horizonte visual, quando é «o mar, esse que não tenho, tropical e morno», lê-se em *Meditação de sábado*. Como elemento masculino que é, torna-se a própria essência do poeta: «*Escondo-me num poema impossível/ à procura do mar*» (*Peregrinatio*). Esta busca é também a busca de si próprio, da sua identidade. Por isso, a sua presença é uma urgência, uma necessidade: «*Onde está o mar?*», pergunta ansioso o sujeito poético em *Não sei dizer que te amo quando estou triste*. Mas, mesmo fazendo parte da sua substância, tornando-se um imperativo, como não pode estar constantemente presente, ele torna-se então o mar da memória, sempre benfazejo e belo: «*Tomar um café e pensar como o mar é lindo em setembro*» (*Peregrinatio*). O mar cíclico, portanto. Mar ou oceano, como às vezes aparece – «o mais longo oceano do outono» (*Nos campos onde moram os ventos dos teus olhos*) ou «*O meu peito é um oceano.*» (*Sentir*).

Mas, como elemento masculino que é, necessariamente que tem de buscar incessantemente o seu contraponto feminino, pois só nele se realiza. E esse contraponto é a terra, a casa, o corpo feminino (da ilha, da mulher amada?): «*Imagino o mar. / Assim escuto o rumor / do teu corpo / entre as casas brancas do litoral*» (*O rumor das tuas margens*). É a voz do mar ansiando pela terra: «*O mar chama-te deste lado / onde me deito.*», lê-se também em *Pertença*. No seu movimento de busca da companheira, mar e amor realizam a ligação inevitável: «O amor é uma viagem sem bússola. / Perde-te comigo no horizonte desse mar.» (*Outros rios*). Na verdade, a companheira, ilha, barca, porto, vela pela segurança da navegação. Por isso, «Só no amor podemos caminhar sobre o mar.», constata-se em *Pois*. É também no mar que as palavras acontecem. Aí nasce o poema. *As palavras cantam no mar*, chama-se um deles. E é aí que recebem a sua energia. Porque o mar está inextricavelmente ligado à condição de poeta e de homem: «Como fugir do mar, ó bardo!», pergunta-se no mesmo poema.

Então não admira que a presença do mar convoque o amor. Diz o poeta: «*Um odor de alegria [o cheiro das goiabas] tão breve como um pingo de água. / Penso num beijo perto do mar porque escrevo. Penso e sinto os rios de / ser homem. Todos os estranhos do mundo bebem café ao meu redor / até se afastarem devagar na chuva tropical das minhas palavras*» (*Café*). Este texto poético, particularmente rico do ponto de vista simbólico, manifesta ainda a presença lógica de mais dois elementos relacionados com o mar: os rios (sua continuação e seu símile no seu fluir constante) e a chuva (como projeção vertical, fechando o ciclo da água). Elementos masculinos, claro. Os rios. Os rios, que representam «o curso da existência humana e as flutuações dos desejos e dos sentimentos» (*Dic.*: 1994: 46) – «Os primeiros rios foram morrendo dentro de ti.» (*Tão longe o sul*), «Não tinhas um nome para recolher os meus rios» (*Casi Cielo*) –, também correm nas veias e rumam, igualmente, a um mar. Também eles a necessitar da companhia de um corpo / ilha «Abre os braços e acolhe os rios do meu corpo.» (*Outros rios*). Rios, também eles, às vezes, metafóricos: «Como se ama uma mulher junto aos rios/ da nostalgia?» (*Momento*). O amor não realizado? Adiado?

E depois há a chuva. A chuva que, simbolicamente, é «o sémen uraniano que vem fecundar a terra» (*Dic.*; 1994: 43). Masculina, pois, como, aliás, outros elementos líquidos verticais, que encontramos em *As palavras cantam no mar* (sublinhado nosso): «*Bebes nos mitos os lábios húmidos de uma mulher, o vinho que sangra / de canecas de barro, a cintilante loucura de um corpo sob o **chuveiro** / entre palmeiras altas e esguias, tanto sol a dançar no pátio que, entretanto, escureceu*», a jorrarem sobre o elemento horizontal feminino (os lábios húmidos de uma mulher). A chuva, na realidade, tão necessária à fecundidade da ilha, está muitas vezes presente nos poemas, como seria inevitável: «*Chovia hoje e eu senti-te entre as árvores*» (*Divagações*). Mas a urgência da chuva, logo de ser homem, projeta-se nas palavras: «*Chove nas últimas palavras*», dirá o poeta em *Um Caminho para o Sul*. Às vezes são mesmo as palavras que chovem, veementemente, numa «chuva tropical», como se diz no poema *Café*, porque ser poeta é também fazer amor com as palavras. No entanto, ao contrário do mar, a chuva nem

sempre é benfazeja: «Às vezes chove na janela dos anos que correram adiante de mim» (*Estações brancas*) ou «Choveu tanto hoje! A terra parecia afogar-se sob uma intransigente / sensação de vazio. / Que floresta de água fria!», lamenta em *Intermitências* ou «a água aprisiona-me», como no poema em baixo transcrito. O homem aprisionado nas suas pulsões, só senhor das palavras para as demonstrar, porque, conforme confessa, «Só com elas navego ao teu encontro»:

«A chuva é um espelho na janela. / São duras as sombras como pedras. / Onde mora a luz? / A água aprisiona-me. / Pequenas cinzas da alegria / volteiam, imparáveis, / cercando-me. / Amo-te devagar sobre um lençol / de silêncio, penso. / Amo-te para que todos os milagres aconteçam / na música que és. / Dentro de mim a vida são todos os momentos: tu, / a memória das vertigens mais belas, as montanhas / e os rios das palavras. / Só com elas navego ao teu encontro. / Chove eternamente / nesta manhã tão rente ao chão. / Nas estátuas húmidas do vento / poisam, agora e sempre, / as pombas e os pensamentos. / O cântico da água. (A chuva de abril)

Frutos do coração, as palavras ganham uma dimensão extraconfessional, porque o poeta ama realmente no poema, assim o confessa, embora sempre rente ao mar: «Uma palavra às vezes chega como um pássaro. / Voa em redor da mão e canta. / Ama-te mais e para sempre / como a luz que arde no mar» (*Sinopse*). Rente ao mar, sim, que o mar está omnipresente no seu imaginário, acompanhando a ilha, a casa, ambas femininas, como vimos, a mulher: «A casa branca, os passos leves de um gato sobre o muro. O mar ao fundo» (*As palavras cantam no mar*) «(Gostava que) Estivesses comigo ao pé do mar, / a ouvi-lo, / a ouvir-te.» (*Mulher com mar ao fundo*). A estes símbolos masculinos junta-se um outro, lógico, inevitável – o barco: «Fica o silêncio, macio, profundo, a dançar sobre a corrente fluvial do / Pitt River, uma nuvem branca ao fundo. De vez em quando, ao longe, / passa um barco. / Este silêncio é um rio dentro de mim, um sussurro, o reflexo de um / olhar sobrenatural. Comove-me. Quase choro sentindo a melancolia de / Deus passar com a brisa» (*Silêncio*). Porque o barco, símbolo polivalente, adquire, para EBP, significados ambivalentes: por um lado, barco, barca, jangada, ilha miniatura, onde Cronos fica suspenso («Prefiro viver numa jangada nas correntes doces de um rio, esquecer-me, esquecer», dirá em *Meditação de sábado*), é feminino, portanto, configura a proteção e segurança na viagem; porém, por outro, prefigura a ação, a partida, logo, é masculino: «O mar de abril, um barco / e uma gaivota, / os teus olhos.» (*As cores dos teus olhos*) ou «Encho as mãos com a terra por onde passaste. / Guardo nela os teus passos, o rumor do mar/ e do verão que levavas nos pés como um barco.» (*verão*) ou ainda «Um século cresceu dentro de mim, todos os rios do mar. Estou naquele barco ao longe de onde te aceno para que vás ao meu encontro». (*Um lenço branco*). Mais explícito ainda em: «O teu corpo ondula numa viagem / que me leva num barco de água branca / como se em cada setembro / dos teus murmúrios voltasses / com todas as rosas da madrugada / e uma gota de chuva / em cada unha» (*Viagem sobre um corpo*), ou em: «Se for [o teu nome] um barco quero viajar nele / pelo mar dos teus olhos» (*Pequeno romance de abril*).

No seu fluir, o mar assume ainda a forma de rio, rio de água, mas também de sangue, onde se navega num barco que pode ser também um berço: «*Os meus passos são escuros e os meus pensamentos partem como aves / das minhas veias. Vivo no berço de cada impulso de sangue e nalgumas / sílabas que atravessam o teu nome desde a primeira aurora do mundo*» (*Génesis*). As veias onde circula o sangue, rubro da paixão mútua: «Navego, com a voz, as tuas veias.» (*Viagem interior*). O mar pode aparecer ainda ligado a outros símbolos, marítimos eles também. Ora, porque estes têm uma forte conotação sexual masculina, acabam por reiterar o seu simbolismo. São os corcéis de Posêidon: «*um bravo cavalo de água / galopa sobre o mar.*» (*Casi Cielo*) «*marinheiro de terra enlouquecida, / potro de água a galope no esplendor/ da pele.*» (*Amor*). O simbolismo geral do mar está muitas vezes associado ao da água. Mas de uma maneira especial, num dualismo complementar. A simbologia explica: «*a água plasma, feminina, a água doce, a água lacunar, a água estagnada, e a água do oceano escumante, fecundante, masculina*» (*Dic.*; 1994: 45). De facto, a água feminina é um símbolo de pureza passiva, é também a água nascente. Já «*a ribeira, o rio e o mar representam o curso da existência humana e as flutuações dos desejos e dos sentimentos*» (*Dic.*; 1994: 46), símbolo também «*das energias inconscientes, das motivações secretas e desconhecidas*» (*Dic.*; 1994: 46). O elemento água é, pois, ambivalente, o que levou Bachelard a denunciar o seu maniqueísmo, (cit. por: Durand; 1989: 120). Essa ambivalência é notória no poema *As mãos de um homem*. Aí, a água que se espraia «*pelos tecidos da terra*», funcionaria como elemento masculino, na medida em que a alimenta, se o sujeito poético não estivesse a apelar: «*Passa pelos meus dedos / como a água pelos tecidos da terra.*», *pelo que acaba por ser elemento feminino. Como tal caber-lhe-á a função de apagar «o incêndio de África / e esta agonia de homem a correr*». A água assume aqui o papel de lenitivo, papel feminino, claro. Às vezes, porém, a ambivalência não é óbvia: «*Por entre os dedos passam os ventos do mar. / Fecho-os para recolher areia. / Levanto as mãos, o peso da noite. / Tenho tão pouco: um coração de **água** / rente ao **lunar***» (*Tão pouco* – sublinhado nosso). A água aqui é associada a um elemento feminino – o luar. Assim, “coração de água” alude à sensibilidade do poeta. De facto, nem na literatura nem nos sentimentos se pode considerar apenas a existência do preto e do branco.

O mar como água feminina, convoca Eva, o amor – Afrodite a nascer das águas, da espuma do mar. Isso acontece porque a água é também o veículo, a origem, a fonte da vida e o mar o símbolo universal da fecundidade e da fertilidade. É a água lustral aquela que acolhe Afrodite e, portanto, «*junto dela o amor nasce*» (*Dic.*; 1994: 43), explicam os símbolos. O poeta traduz desta maneira: «*assim te amo: / encostado ao mais alto trigo/ da água.*» (*Junto ao mar que anoitece*). Numa feliz sinestesia explicará: «*uma mulher é toda a música da água*» (*Momento*); ou nestas associações com a terra: «*na terra que és, na água que deixas em mim com a maciez das tuas mãos que beijo com a minha saudade, comovido e agradecido por existires.*» (*Divagações*); e ainda: «*Vê como cantam ainda as aves de todas as águas/ sobre o céu e a terra das tuas mãos abertas.*» (*Harmonia*). Essa ambivalência permite que se jogue com outras associações. Assim, tomando-a como elemento masculino, fluindo e refluindo, com o

tempo, como o tempo, ela permite falar dessa outra distância, que não a do espaço: «*Os vultos passaram com o tempo / e caíram na distância como frutos maduros. / Os primeiros rios foram morrendo / dentro de ti*» (Tão longe o sul). O fluir das águas, prefigurando o fluir do tempo, associa-se, assim, à memória: «*Tiveram [as mãos] sempre a cor da memória, a da água, / e as fronteiras todas da claridade. / Quando as tuas mãos recebiam as minhas, / entrávamos numa inebriante navegação de sentidos*». Cronos a impor-se a Eros, portanto.

Feminino é também o cabelo da mulher amada. O cabelo em conjugação com o Tempo. O movimento de ir e vir. A duração. G. Durand diria que «na poesia, a onda da cabeleira está ligada ao tempo, a esse tempo irrevocável que é o passado», (1989: 72). A onda da cabeleira permite a analogia com a onda do mar, daí que seja um elemento feminino. Feminino e muito sensual: «*Tão doces os seus cabelos que bailam sob a brisa / e deixam um perfume de desejo nesta sombra que passa por entre as / minhas mãos a caminho do mar.*» (Breves esplendores da música) ou em analogia com a corrente do rio, o desejo/rio também é feminino: «*eram cabelos húmidos sob as costas nuas, o ondear / de um rio onde o corpo, navegante, viajava enlouquecido / num ritual de águas*». A oscilação lógica e permanente entre elementos masculinos e femininos (e não só pertencentes ao binómio ilha/mar) vêm reforçar esta ideia da comunhão dos dois elementos básicos do universo: «*No sono, no chuveiro, nas imensas escadas da madrugada. O voo. Um trajeto de luz entre trevas. Pensei num barco, como se dança na água*» (Silêncio). O barco a sulcar as águas femininas: Zeus e Danae. Mas o amor também dói, sobretudo quando a distância (no espaço, no tempo) separa. Mesmo, nessas alturas, também recorre à água (afogo-me, lágrimas) para exprimir esses estados de alma: «Canto e afogo-me em recordações», confessa em *Na floresta, quem diria!* ou, lastima «*Oh, quante lacrimas per te versai*», num título que pede emprestado a uma ária de Rossini (La donna del Lago). Lágrimas em espelho, nos olhos femininos, íntimas, rente à mulher: «Vejo como chove de repente nos teus olhos» (*Depois de ti*).

O mar e a água ainda se desdobram num riquíssimo campo lexical: «*Puras são, minúsculas conchas/dando à costa da fala/a chama entontecida e fulminante da claridade.*»; «*o velho navegante das estações*» (Fim de Festa – sublinhado nosso). Essa riqueza, transplanta-se, às vezes, para campos lexicais vizinhos: «*Ondula comigo entre as tempestades brancas / dos lençóis, / atravessando a noite, o dia, / o fulgor de irremediáveis marés. / O amor é uma viagem sem bússola. / Perde-te comigo no horizonte desse mar.*» (Outros rios – sublinhado nosso). O convite à viagem a dois, à segurança da barca e do ancoradouro que é a mulher, logo, ao amor. Daí que esse mar de segurança seja aqui o mar fechado do leito, tornado, assim, símbolo masculino, enquanto os lençóis, prefigurando as ondas, são o seu complemento feminino. A cama/barca dá ao amor a segurança que a impetuosidade do mar afeta. Não é esporádico o recurso à metáfora lençol/onda, já que a voltamos a encontrar, por exemplo, em *Monólogo com o desejo*: «*Esconde as mãos por trás / da chuva, curva os braços. / Abrem-se os últimos botões / da blusa: o verão começa aí. / As canas-da-índia escondem / os murmúrios, setembro / corre entre os teus braços. / Afundo-me na terra do teu corpo / e apertas-me / entre as dunas e as árvores / até sermos a única*

maré / sobre o branco do lençol.». É um *topos*, portanto. Os lençóis inspiram ainda outra metáfora também ela ligada à água: «A cama, mar branco de nuvens» (em *A fala do romântico*). A nuvem foi e será água líquida, em ambas as fases masculina, foi do mar/rio, será chuva, mas, na fase em que está, é feminina: estática, suave, em repouso. Os dois princípios não a oporem-se, mas a complementarem-se. E mar e céu a espelharem-se, numa doce cumplicidade, porque no amor também se ascende ao céu.

3.3. A SAUDADE/ MEMÓRIA

Decorrente dessa inefável condição de ser português (o português é uma criatura saudosa, constatava Pascoaes), ou, como diz V. Freitas, «sempre um pé no futuro e outro no passado» (2012: 42), nasce o imperativo de se construir uma ponte entre ambos. E essa ponte é a saudade que nos serve para atormentar, mas também salvar, o presente, nem sempre nascido à medida do sonho. É a saudade a ausência no espaço, mas também no tempo, e dói de diferentes maneiras: «*Um frio glacial faz recordar-te uma casa / no meio do Tempo. E envelheces.*» (*Lágrimas de Água*), ou «*Fui-me embora como as aves da tarde. (...) / O crepúsculo caía / e uma ferida do tamanho do mundo crescia / no meu olhar para sempre.*» (*África*) e também «Perdeste-te no mapa da tua idade. / Ninguém te conhece nas casas da memória» (*Tão longe o Sul*). Di-lo, recorrentemente tanto na obra poética como na ficcional, com a força de um *topos*. No lugar da memória, a saudade convoca imagens de outros tempos, de invernos aquecidos com a lenha húmida, de roupa a secar nos muros. Da ilha. E é então que «a ilha cabe numa lágrima», que a visão de uma ou outra fotografia ajuda a secar: «Agora restam as fotografias, pequenas nuvens / que rumorejam nos teus dedos. / De vez em quando vais buscá-las às gavetas da melancolia. /» (*As lágrimas da água*). É consensual aceitar, como faz J.P. Coelho (1992: 45), que o lirismo saudoso marca indelevelmente a nossa literatura. A saudade que se evolva da poesia de EBP, a maioria das vezes referida como memória, materializa-se nas lágrimas. E como as lágrimas são de água, saudade e água tornam-se sinónimas. As lágrimas vêm mitigar a dor da ausência e sublimá-la. São *As lágrimas da água*, nome de um dos poemas. Assim pleonasticamente derramado na página. Um poema em que a água que cai dos céus (chuva e neblina), ou dos olhos, se espraia pela terra/ilha. O eco responde: «A ilha cabe numa lágrima». Não são as lágrimas salgadas, não prefiguram elas o mar? É que os poetas também choram. Choram a distância geográfica e temporal. Para sobreviver recorda que os mapas estão cheios de cidades: «Para trás ficam as ruínas de Alebag. Sacode o pó das sandálias e não leves nos olhos as últimas lágrimas. Em cada esquina do mundo há um barco que nos leva até outra cidade.» (*Enunciação*). Usa-se pouco, pois, a palavra saudade neste livro e, de um modo geral, em toda a obra de EBP. Mas ela está lá, dói na sensação de não pertença a esse espaço/tempo que é o do país do trabalho: «Não sou daqui, parti há muitos anos. Vivo um tempo emprestado», lê-se em *Homem a fugir do poema*. Dói quando, no inverno, não se pode estar junto ao corpo/ilha amado, e aí figura mesmo com o seu nome próprio – a exceção vem confirmar a regra – a reiterar a dor imensa da ausência: «*é mais um dia em que o mundo / é grande, / em que a saudade é imensa / e o inverno longo*» (*Mulher com mar ao fundo*). Na viagem incessante que é vida do poeta, ou é a vida, sendo o mar a estrada e a ilha a meta, a saudade é sempre a saudade do objeto amado, ilha ou mulher (Eva ou Maria), de um tempo passado (infância ou juventude), derramada num espaço adverso, num tempo a escoar-se. Sem revolta, nem mágoa. Como

quem faz contas à vida: «*O que é isto se não a memória / a correr como uma criança*» (*Depois de ti*) ou «*Estou num parque, no fim de novembro. O inverno aproxima-se. / Sou um homem com a memória de um menino.*» (*Estações brancas*). O menino que espreita por entre os poemas.

4. CONCLUSÃO

Não pretendemos considerar estas divagações como taxativas. Como diria, Durand: «No domínio tão complexo da antropologia, é preciso desconfiar das sistematizações fáceis da tipologia que alinha a obra de arte, ou o esboço de obra de arte que é a imagem, pelo comportamento pragmático» e exemplifica: «A música de um misticismo sereno de J.S. Bach foi escrita por um funcionário *bon vivant*, colérico, amante da boa mesa, e as obras mais terríficas de Goya foram gravadas ou pintadas no próprio momento em que o artista tinha vencido a angústia neurasténica» (1989: 262). Não é o poeta um fingidor? Mas a imaginação não é, como Freud pretendia, uma pura compensação com um papel limitado ao biológico. Como diria Durand: «O símbolo não tem por missão “impedir” uma ideia de chegar à consciência clara, mas resulta muito mais da impossibilidade da consciência semiológica, do signo, em exprimir a parte da felicidade ou de angústia que a consciência total sente face à inelutável instância da temporalidade» (1989: 270). De facto, a imagem simbólica é semântica. Como é a função fantástica que rege toda a criação humana, a retórica, ao transcrever um significado por meio de um processo significante, desvirtua o semantismo do símbolo. Por isso, recorreremos ao Imaginário para esta análise, explorando a riqueza metafórica dos poemas de EBP, conscientes de que a metáfora é também um desvio da objetividade, renova a terminologia e arranca-a «ao seu destino etimológico» (Durand; 1989: 285). Bachelard localiza na infância a origem do devaneio, não na infância traumática, mas na infância maravilhosa. É essa capacidade de deslumbramento, de ver a beleza das coisas com os olhos lavados, que perpassa nos poemas de EBP, porque nele haverá sempre «uma criança a correr», se bem que «no coração de um velho.» (*Meditação de sábado*), de um adulto, entenda-se. De ver e de no-lo saber dizer, substantivando-se rente à simplicidade, à elegância e à beleza formal. É verdade que a obra de arte é, para o seu criador, tanto a resolução dos múltiplos conflitos que o mantêm aprisionado, logo, um processo de projeção, com também um processo de descoberta da realidade. Diria Paul Ricoeur: «*le rêve, dira-t-on, regarde en arrière, vers l'enfance, vers le passé; l'ouvre d'art est un avance sur l'artiste lui-Même; c'est un symbole prospectif de la synthèse personnelle et l'avenir de l'homme, plutôt qu'un symptôme régressif de ses conflits non résolus*» (1969: 141). A imitação do passado (individual ou coletivo) que o imaginário, em certa medida, é, será sempre uma imitação deformada pelo mecanismo de projeção, «obriga-nos a abandonar os lugares-comuns, daí a metáfora. É também acompanhado do sentimento, mais ou menos intenso, de uma perda do eu» (Malrieu; 1996: 130). Mas o criador, diz Malrieu (1996: 170), tenta atribuir ao imaginário as formas que traduzem os problemas que o preocupam, as contradições em que vive(u) e o meio de superá-las num sentido simbólico. A imaginação funciona assim «como a reinvenção do eu através das relações de parentesco que mantém com o mundo» (1996: 173). Para tal, procede à reconstrução do passado, não ao seu prolongamento, e fá-lo numa interrogação sobre a sua experiência de vida, mas conservando o distanciamento em relação a ela. EBP fá-lo de uma maneira que lhe é própria: «*Para quê a memória? / Trago-a para que estejas agora e sempre comigo*»

(*Memória*). A memória / saudade é, pois, a forma de manter o seu amor vivo. A sua forma de se manter vivo. Este subjetivismo que povoa o universo da sua poesia e que, de resto, é comumente apontado como intrínseco à literatura portuguesa, é em *A cor do sul nos teus olhos* marcado por um erotismo nem sempre explícito e que não se esgota nos símbolos aqui abordados. A riqueza imagética da obra de EBP, cremos, não é alheia à utilização desse canal de comunicação por ele privilegiado – o computador. Aliás, o computador permitiu-lhe ainda a materialização da sua expressão poética através da fotografia, abrindo-lhe as portas para subtis jogos de interação de palavras com imagens, o que é visível nas fotografias divulgadas em vários *sítios* na *rede* e está clara na preocupação com o arranjo gráfico do livro (fotografia / palavras), bem como na decisão da sua apresentação em duplo suporte, eletrónico e papel. O leitor excede-se e torna-se, pois, o feliz espetador da materialização das imagens poéticas.

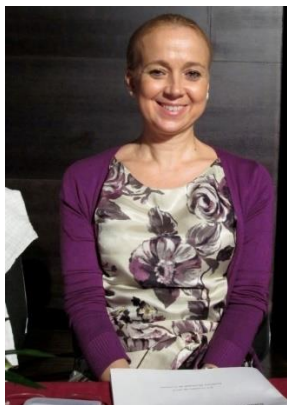
5. NOTAS

O autor recorre também a outros símbolos femininos, como por exemplo, o jardim, que partilha da mesma natureza feminina da terra, arquétipo da mãe, espaço circular, fechado, logo seguro, mas também espaço paradisíaco, íntimo, de doçura.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2. Pinto, E. B. (2012). *A cor do sul nos teus olhos*. Pitt Meadows: Seixo Publ.
3. Chevalier, J. & Gheerbrandt, A. (1994). *Dicionário de Símbolos*. Lisboa: Teorema.
4. Coelho, J.P. (1992). *A Originalidade da Cultura Portuguesa*. Lisboa: ICALP.
5. Durand, G. (1989). *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Presença.
6. Freitas, V. (2012). *Border Crossings. Leituras transatlânticas*. Ponta Delgada: Publiçor.
7. Malrieu, Ph. (1996). *A Construção do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget.
8. Reis, C. (1981). *Técnicas de Análise Textual*. Coimbra: Almedina
9. Reis, C. (2001). *O Conhecimento da Literatura*. Coimbra: Almedina.
10. Ricoeur, P. (1969). *Le conflit des interprétations*. Paris: Seuil.
11. Silva, V.A. (1979). "O Texto Literário e os seus Códigos". *Colóquio Letras*, nº 21, pp. 23-32.

6. ANABELA NAIJA SARDO, IPG, UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR GUARDA PORTUGAL



TEMA 1.2 AFEIÇÕES E OBSESSÕES EM O PONTO DE VISTA DOS DEMÓNIOS DE ANA TERESA PEREIRA,
O Ponto de Vista dos Demónios e *O Sentido da Neve* são duas obras de Ana Teresa Pereira que compilam textos que escreveu, entre dezembro de 2000 e abril de 2004, para o jornal *Público*, suplemento *Mil Folhas*, coluna "A

Quatro Mãos”. *O Ponto de Vista dos Demónios* é constituído por uma seleção de textos que retomam, com algumas alterações, as “crónicas” saídas entre outubro de 2000 e julho de 2002. Os textos deste volume são: “Água e o fogo”, “O tempo dos fantasmas”, “O anjo caído”, “Mar de sargaços”; “Nostalgia”; O menino e o boomerang”; “Dança nas trevas”; Pequeno-almoço com diamantes”; “O ponto de vista dos demónios”; “O medo do escuro”; “O amor”; “Os quasares”; “O silêncio”; “I desired dragons...”; “Com mil raios e coriscos!”; My Lady”, “O tigre”; “Porque só eu vou morrer”; “O primeiro amor”; “O sonho de Caliban”; “Recorda-me ao morrer”; “És a terra e a morte”; “As montanhas e os rios.” *O Sentido da Neve* agrupa uma seleção de outros textos saídos entre setembro de 2002 e outubro de 2004. Os textos de *O Sentido da Neve* são: “O vaso quebrado” (“O outono”, no original); “O castelo em ruínas”; “A dança”; “Se nos encontrarmos de novo”; “Você,”; “O que viram os meus olhos”; “Just a perfect day”; “Os fantasmas”; “A regra do jogo”; “A sombra do passado”; “O sentido da neve”; “The art of fiction”; “novembro em Paris”; “O desejo”; “Nossa Senhora da Árvore Seca”; “O santuário dos pensamentos” e “Os lilases”. Não aparecem, neste livro, as crónicas “De que cor são os meus olhos” e “Titan Blue”. Surgem, neste livro, dois novos textos: “A Rosa” e “Os fiordes”. Ambas as coletâneas revelam incursões pelos temas e episódios que já tinham sido ou iriam ser abordados nas narrativas pereirianas numa constância obsessiva e circular. Encontramos frases que se repetem, ideias e cenários criados fugidamente, como uma anotação, e que são, posteriormente, amadurecidos. Normalmente, são textos que evocam os livros, os filmes, as músicas, os poemas e os quadros que povoam o imaginário da autora e ajudam a dar consistência às personagens e à(s) história(s) que subjaz(em) aos seus textos desde a obra inicial. Nestes escritos, a autora espelha, reiteradamente, as suas pessoalíssimas fascinações; revela-nos as intensas cogitações desencadeadas por outras obras de Arte, do passado ou contemporâneas, reflexões e considerações sobre Literatura, Cinema, Música e Pintura. Por vezes, reconta essas criações pelas suas próprias palavras, através do seu olhar peculiar, numa espécie de camuflada écfrase¹¹³. Noutros casos, ainda, oferece ao leitor uma versão diferente do original, ou seja, a forma como, segundo a escritora, poderia ou deveria ter sido a obra a que se refere. Faz, ainda, homenagens onde se entrecruzam as temáticas de outros livros.

No eterno retorno aos seus temas de eleição e, essencialmente, aos escritores que mais admira, Ana Teresa Pereira regressa, em “O medo do escuro” (páginas 47 a 49 de *O Ponto de Vista dos Demónios*), a Henry James, iniciando o texto com uma frase do autor americano numerosas vezes repetida nos livros, nas “crónicas” e nas entrevistas dadas pela escritora: “No conto «The Middle Years», Henry James escreve «*We work in the dark – we do what we can – we give what we have. Our doubt is our passion and our passion is our task. The rest is the madness of the art*»” (Pereira, 2002: 47). Sintetiza, brevemente, o livro de James e realça a impossibilidade de da

¹¹³ *Écfrase*, do grego *ekphrasis* (em inglês, *ecphrasis*). Para um esclarecimento completo acerca do termo, que no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* é definido, muito sucintamente, como “descrição minuciosa de uma pessoa ou objeto”, pode ler-se um texto de Ryan Welsh (2007), no *Keywords Glossary* da Universidade de Chicago, acerca dos diversos sentidos do termo ao longo dos tempos. Outras obras podem ser consultadas sobre o assunto: GOODMAN, Nelson (1976), *Languages of Art*. Indianapolis: Hackett Publishing Co; WAGNER, Peter ed. (1996), *Icons-Text-Iconotexts: Essays on Ekphrasis and Intermediary*. New York: de Gruyter. (Informação disponível em <http://csmt.uchicago.edu/glossary2004/ekphrasis.htm> , consulta a 16 de março de 2012).

existência de uma segunda ocasião para o escritor: “Mas não há uma segunda oportunidade. Nunca. Só a consciência de que fazemos o que podemos... e o resto é a loucura da arte” (Pereira, 2002: 47). A propósito de Henry James que foi, como se pode ler no Website dedicado ao autor, “one of the foremost literary figures of his time, leaving us an enormous body of novels, ‘tales’ (short stories), literary and art criticism, autobiography and travel writing. Throughout the twentieth century, and on into our own, different generations of scholars have found in his work points of reference for the preoccupations of their own time, and numbers of ‘ordinary’ readers dreamed of by James but never achieved in his lifetime have been enthralled by the rich texture of his writing” (<http://www.henryjames.org.uk>, 14/04/2012), Ana Teresa Pereira refere um ensaio que a escritora britânica Virginia Woolf (1882 – 1942) escreveu sobre “os fantasmas na obra de Henry James” (Pereira, 2002: 47), publicado na obra póstuma *The Death of the Moth and Other Essays*, em 1942,¹¹⁴ e volta a aludir a mais algumas das obras de Henry James, especificamente a *Os Amigos dos Amigos*, e à incontornável referência, na obra pereiriana, *The Turn of the Screw*. Neste momento, deve salientar-se uma afirmação da escritora que, assomando discreta no texto em análise, se revela importantíssima no contexto da obra e do pensamento pereirianos sobre a literatura e a ficção, essencialmente porque logo a relaciona com um fundamental princípio jamesiano (e pereiriano?): “estamos num lugar onde tudo é possível, e o princípio de Henry James era «Never explain»” (Pereira, 2002: 47).

Em “O medo do escuro” ressurgiu a manifestação de apreço extremo de Ana Teresa Pereira por Henry James, quando a escritora:

- alude ao livro *The Portrait of a Lady*, de 1881: “O meu «The Portrait of a Lady» («O Retrato de uma Senhora») (...). É um romance que li muitas vezes, gosto de Isabel Archer (...)” (Pereira, 2002: 48);
- se refere às personagens desta narrativa;
- tece considerações sobre a mesma;
- cita frases e considera as últimas páginas do livro “de uma beleza quase assustadora” (Pereira, 2002: 48).

Inevitavelmente, e como também é comum na obra da escritora portuguesa nascida na Ilha da Madeira, Ana Teresa Pereira relaciona o livro mencionado com o filme protagonizado por Nicole Kidman: “No cinema Nicole Kidman foi uma bela Isabel Archer, e no final, na neve, deixa no ar um pouco de esperança” (Pereira, 2002: 47). Trata-se do belíssimo filme realizado por Jane Campion, em 1996, em que Nicole Kidman desempenha o papel de Isabel Archer e contracena com John Malkovich e Barbara Hershey (<http://www.imdb.com/title/tt0117364/>, 14/04/2012). Nas suas eternas deambulações e interligações, a escritora confronta o livro de James com o da

¹¹⁴ Depois da morte de Virginia Woolf, o seu marido Leonard Woolf, “set to the task of editing her vast collection of correspondence, journals, and unpublished works and also wrote an autobiography. (...). Posthumous publications include; *The Death of the Moth and Other Essays* (1942), *A Haunted House and Other Short Stories* (1944), and *The Moment and Other Essays* (1948). Virginia’s nephew, the late Professor Quentin Bell (1910-1996) wrote the award winning *Virginia Woolf: A biography* (2 vols, London: Hogarth Press, 1972)” (Biography written by C. D. Merriman for Jalic Inc. Copyright Jalic Inc. 2007. All Rights Reserved; informação disponível em http://www.online-literature.com/virginia_woolf/; consulta a 14/04/2012). (<http://ebooks.adelaide.edu.au/w/woolf/virginia/14/04/2012>

autora norte-americana Edith Wharton (1862-1937), *The House of Mirthe/A Casa da Felicidade*, publicado em 1905: “é também «o retrato de uma senhora»” (Pereira, 2002: 48), declara. Na sequência do que havia feito nos parágrafos precedentes, Ana Teresa Pereira fala desta obra de Whorton, essencialmente do lado “escuro” da mesma, comparando Isabel Archer a Lily Bart, que é “como uma rosa ou um pássaro, só existe para ser bela” (Pereira, 2002: 48). E aproxima o livro ao filme, com título homónimo, realizado por Terence Davies, no ano 2000 (<http://www.imdb.pt/title/tt0200720/>, 14/04/2012), que considera “muito intenso” e no qual Gillian Anderson “tem uma interpretação assombrosa, não é a Lily do livro, é outra pessoa, não é uma flor ou um pássaro, mas uma tempestade, e traz dentro de si, desde o início, quase visível, a escuridão” (Pereira, 2002: 49). Cada novo texto de Ana Teresa Pereira, na coletânea *O Ponto de Vista dos Demónios*, é uma declaração da mais profunda afeição àquelas que são as grandes referências da vida e obra pereirianas, sendo, ainda, em nossa opinião, uma profunda reflexão existencial. O texto “O amor” (páginas 51 a 53) começa com uma extensa citação do livro de Truman Capote, *A Harpa das Ervas*¹¹⁵, cujo tema fulcral é o amor: “Nunca amei um homem... (...) ... um homem. Só o meu pai. (...) Mas tive amor a todo o resto” (Pereira, 2002: 51).

A escritora recorda Dolly de *A Harpa das Ervas* ao ler “um poema de Rupert Brooke, «The Great Lover», em que o poeta evoca o que amou” (Pereira, 2002: 52) e do qual Ana Teresa Pereira transcreve alguns excertos da tradução portuguesa: “a côdea do pão amigo; o arco-íris; (...) as poças da água na erva” (Pereira, 2002: 52)¹¹⁶.

Ana Teresa Pereira sugere que o universo do poeta inglês, precocemente desaparecido, se aproxima do de Irish Murdoch, de quem este era um dos poetas preferidos. Ambos os universos e cosmovisões se cotejam, assemelhando-se ao da escritora portuguesa. O poema de Brooke termina, como se transcreve: “say, «He loved»” (Pereira, 2002: 52)¹¹⁷ e Ana Teresa Pereira conclui que aquele que poderia ser um bom epitáfio para Rupert Brooke e Iris Murdoch “«He loved» (...) Ele (ela) amou” (Pereira, 2002: 52), gostava a escritora portuguesa que fosse também o dela, porque, como a própria refere no texto, só amou dois homens, mas teve amor a todo o resto. O

¹¹⁵ Este livro já havia sido referido no texto “Pequeno-almoço com diamantes”, páginas 39 a 41 de *O Ponto de Vista dos Demónios*, e num outro texto de Ana Teresa Pereira, publicado no jornal *Público*, a 01 de novembro de 2003, intitulado “Preces Atendidas.”

¹¹⁶ Rupert Brooke (1914), *The Collected Poems of Rupert Brook*. New York: Dodd. Mead and Company. (e-livro disponível em <http://books.google.pt/books?id=I9kNpfp6Ni4C&pg=PA123&lpg=PA123&dq=rupert+brooke+Mataiea&source=bl&ots=fNajxmH9lh&sig=WBj2HGKZ3xYd0tC3wgd3hYBaviE&hl=pt-PT&sa=X&ei=V7CJT6jiCuqm0QWWj-nhCQ&sqi=2&ved=0CD0Q6AEwBA#v=onepage&q&f=false>, consulta a 14/04/2012).

Excerto do poema “The Great Lover”: “ (...) Of friendly bread; and many-tasting food; / Rainbows; and the blue bitter smoke of wood; / And radiant raindrops couching in cool flowers; / And flowers themselves, that sway through sunny hours, / Dreaming of moths that drink them under the moon; / Then, the cool kindness of sheets, that soon / Smooth away trouble; and the rough male kiss / Of blankets; grainy wood; live hair that is / Shining and free; blue-massing clouds; the keen / Unpassioned beauty of a great machine; / The benison of hot water; furs to touch; / The good smell of old clothes; and other such - / The comfortable smell of friendly fingers, / Hair's fragrance, and the musty reek that lingers / About dead leaves and last year's ferns.... / Dear names, / And thousand other throng to me! Royal flames; / Sweet water's dimpling laugh from tap or spring; / Holes in the ground; and voices that do sing; / Voices in laughter, too; and body's pain, / Soon turned to peace; and the deep-panting train; / Firm sands; the little dulling edge of foam / That browns and dwindles as the wave goes home; / And washen stones, gay for an hour; the cold / Graveness of iron; moist black earthen mould; / Sleep; and high places; footprints in the dew; / And oaks; and brown horse-chestnuts, glossy-new; / And new-peeled sticks; and shining pools on grass; (...).” (s.p.)

¹¹⁷ “O dear my loves, O faithless, once again / This one last gift I give: that after men / Shall know, and later lovers, far-removed, / Praise you, 'All these were lovely'; say, 'He loved.’” (Excerto do poema disponível em <http://europeanhistory.about.com/library/weekly/blbrookethegreatlover.htm>; consulta a 14/04/2012).

último parágrafo do texto “O amor” percorre aquelas que são algumas das mais profundas afeições/obsessões de Ana Teresa Pereira e que podem ser confirmadas através da análise da obra pereiriana na sua globalidade:

- os livros e os seus mais amados escritores e poetas (com destaque, neste texto, para Iris Murdoch, Henry James, Jorge Luis Borges, Rainer Maria Rilke, John Dickson Carr, Silver Kane, Rupert Brooke e Truman Capote);
- os quadros (enfatizando Mark Rotko);
- os filmes (Nicholas Ray em evidência);
- as histórias de amor vividas por alguns atores a que alude (note-se a reiterada não distinção entre o ator e a personagem);
- a música (de Bach ou de Patti Smith);
- e a natureza, as flores, os frutos, os animais, as pedras, o mar e a neve, o crepúsculo e o silêncio, os museus e tantas outras realidades banais e simples que amou e ama: “tive amor a todo o resto” (Pereira, 2002: 52).

Em “Os quasares” (páginas 55 a 57), é retomada outra das questões essenciais da obra pereiriana: os “contos de fadas”. Estes são, como a própria Ana Teresa Pereira revela e a obra confirma, histórias que marcaram indelevelmente a vida e obra da escritora e aos quais incontáveis vezes se refere. O texto que agora analisamos foi despoletado pela leitura de um belo texto da escritora catalã, nascida em 1925, Ana María Matute, que afirmava: «*los cuentos son en prosa lo más parecido a la poesía*» (Pereira, 2002: 55). A este propósito, Ana Teresa Pereira afirma que esta opinião é particularmente verdade no caso de Hans Christian Andersen (1805-1875), asseverando que “*Os seus contos podem ser lidos inúmeras vezes, como poemas*” (Pereira, 2002: 55). Consecutivamente, é sobre os contos de Andersen que tece considerações que revelam as suas emoções face a esses textos e as inter-relações que estabelece com outros temas: “*os mundos aquáticos de Monet (...) os enigmáticos palácios de gelo que surgiram na Rússia no século XVIII*” (Pereira, 2002: 55). E porque, como declara neste e em outros textos, “*neste mundo tudo está ligado*” (Pereira, 2002: 56), recorda aquele que considera ser um dos contos mais impressionantes que já leu, “*em que a morte toma a forma de um pássaro negro*” (Pereira, 2002: 56), um texto redigido pelo escritor, poeta e realizador italiano Tonino Guerra (1920-2012), intitulado *Il Cacciatiore Cieco*. A autora de *O Ponto de Vista dos Demónios* dedica uma “crónica”, como apareciam classificados estes textos, aquando da sua publicação no jornal *Público*, a Tonino Guerra. Intitula-se “O Santuário dos Pensamentos” e faz parte do livro *O Sentido da Neve*. Aí, faz referência ao conto que agora nomeia:

No livro "Il vecchio con un piede in Oriente", Tonino Guerra fala-nos de uma das suas viagens à Rússia, de um passeio com Paradjanov, à procura de igrejas abandonadas. (...). É nesse livro que está "Il cacciatiore cieco", um dos contos mais belos que já li, e a história daquele conde que se enamorou de uma princesa

representada num fresco do seu castelo, e por causa desse amor encontrou a morte. (Pereira, 2005: 71-72)¹¹⁸

Também na “crónica” “Os homens, os animais e os anjos”, saída na coluna *A Quatro Mãos*, suplemento *Mil Folhas* do jornal *Público*, a 9 de março de 2004, que era uma recensão do livro de Mário Rui de Oliveira, *O Bairro Judaico*, a escritora se refere a Tonino Guerra:

Lembro-me de uma entrevista em que Tonino Guerra pedia a Tarkovski para lhe contar a última cena de "Stalker", como se ele fosse cego. E às vezes é tão difícil encontrar as palavras para falar de algo que existe com muita força. Como "Bairro Judaico", que pode facilmente tornar-se um dos livros da vida de alguém. No final de "Nostalgia", pouco antes de imolar-se pelo fogo (a paixão pelo fogo encontra-se em Tarkovski, em Giacometti, em Tonino Guerra, em Mário Rui de Oliveira), Domenico diz: "ouve, é a voz da natureza, é a voz de Deus". E por algum motivo me lembro dessas palavras quando folheio este livro. [sic] (Pereira 2004: 13)

Repare-se que o universo de Tonino Guerra parece ter diversos pontos de contacto com o de Ana Teresa Pereira, nomeadamente, e para usar os exemplos dos excertos citados, o gosto pelas igrejas antigas, o interesse pelo cineasta russo Andrei Tarkovski, a referência ao filme *Nostalgia*, entre outros. De imediato, Ana Teresa Pereira (que tal como a escritora dinamarquesa Karen Blixen, 1885-1962, sobre quem escreve a seguir, também encontra histórias em tudo o que existe à sua volta) faz despontar no texto a cena romântica do filme *África Minha* (*Out of Africa*), uma das obras cinematográficas mais aclamadas em 1985, que contou com as excelentes interpretações de Robert Redford e de Meryl Streep. Baseada na obra de Karen Blixen, *Den afrikansk Farm* (título original - 1937), *África Minha* foi realizada por Sydney Pollack e galardoada com sete Óscares (<http://www.imdb.com/title/tt0089755> 15/04/2012). Na obra de Blixen, identicamente ao que sucede com as de Ana Teresa Pereira,

As histórias vão surgindo de dentro das histórias, como máscaras que se vão retirando sucessivamente para revelar as diferentes camadas do real e da verdade. Blixen encena num contexto histórico do passado os impulsos contraditórios do ser humano contemporâneo, dividido entre a superfície e a profundidade, a estabilidade/estagnação e a viagem, o natural e o sobrenatural, a realidade e o sonho. (<[http://www.infopedia.pt/\\$karen-blixen](http://www.infopedia.pt/$karen-blixen)>, 15/04/2012)

¹¹⁸ Este conto é reeditado no último livro de Tonino Guerra (2012), *Polvere di sole*. Salvatore Giannella Bompiani. ISBN 9788845269424. O conto foi lido, através do e-livro, em

E, perante o leitor do texto pereiriano, surge a imagem de Robert Redford que “lavava o cabelo de Meryl Streep: *He prayeth well who loveth well / Both man and bird and beast*” (Pereira, 2002: 56)¹¹⁹, alusão à cena em que Denys Finch Hatton (Robert Redford) lava o cabelo de Karen Blixen (Meryl Streep) no safari. No artigo “Out of Africa Movie Poems”¹²⁰, pode ler-se um excerto que interliga a cena e o poema de Coleridge:

Scene: Denys Finch Hatton (Robert Redford) washing Karen Blixen's (Meryl Streep's) hair on safari.

From THE RIME OF THE ANCIENT MARINER by Samuel Taylor Coleridge (1772-1834)

(Note: Denys Finch Hatton loved this poem. The lines "He prayeth well, who loveth well /Both man and bird and beast" appear on commemorative brass plaques, once placed by Denys Finch Hatton's brother Toby on the obelisk at Denys's tomb in the Ngong Hills, and still found in Ewerby Church, Lincolnshire, England. In the flyleaf of the copy of the poem owned by Karen Blixen, Denys drew a picture of a rhinoceros. This drawing is reproduced in Isak Dinesen's Letters from Africa, page 140)

"...Laughed loud and long, and all the while /His eyes went to and fro. /Ha, ha, quoth he, full plain I see /The Devil knows how to row.

Farewell, farewell, but this I tell /To thee, thou Wedding Guest: /He prayeth well, who loveth well /Both man and bird and beast." <<http://www.karenblixen.com/moviepoems.html>>, 15/04/2012)

Inesperadamente, surge o título de uma das narrativas da segunda coletânea de contos de Karen Blixen, *Contos de inverno*, que foi publicada, na Dinamarca, em 1942¹²¹: “«A Criança Sonhadora»: um menino que é adotado por um casal muito rico (...)” (Pereira, 2002: 56), assim como a menção ao conto “Tempestades” do livro *A Festa de Babette e Outras Histórias do Destino*¹²². Há quem considere o conto referido como uma das narrativas mais interessantes do livro, na qual Blixen interliga o teatro e a vida. Ana Teresa Pereira revela-nos o que pensa sobre o conto e a personagem Ariel: “os seres como ela e o velho encenador têm de fugir sempre, de ficar sozinhos” (Pereira, 2002: 56). E, logo de seguida, a referência ao “mundo insondável de «As Cariátides», um conto que faz parte do livro, de 1958, *Last Tales/Sidste Fortoellinger*.¹²³ E o penúltimo parágrafo deste texto pereiriano é, uma vez mais, o elencar daqueles que são alguns dos gostos e afeições da escritora, já conhecidos do leitor familiarizado com a obra de Ana Teresa Pereira: a noite; o cheiro a beladonas; “A Música: «Catalogue d’oiseaux»” (Pereira, 2002:

¹¹⁹ Uma vez mais a não-distinção entre os atores e as personagens e a citação de versos de um poema, desta vez de Samuel Taylor Coleridge (1772-1834).

¹²⁰ Disponível em <http://www.karenblixen.com/moviepoems.html>; consulta a 15/04/2012. A este respeito pode consultar-se também o livro de Linda G Donelson (1998), *Out of Isak Dinesen, Karen Blixen's untold story*. Penfield Books.

¹²¹ No livro *Contos de Inverno*, Karen Blixen regressa aos ambientes e paisagens dinamarqueses e a um estilo mais próximo da tradição literária do seu país de origem. A tradução portuguesa deste livro está disponível, por exemplo, numa publicação, de 1988, da Relógio d'Água Editores, Lisboa.

¹²² Karen Blixen (1958), *Anecdotes of Destiny*; (1994), *A Festa de Babette e Outras Histórias do Destino*, Edições Asa.

¹²³ Karen Blixen (2005), *As Cariátides*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

57), do compositor, organista e ornitologista francês Olivier Messiaen (1908-1992); a sua novela¹²⁴ “*para se certificar de que eles existem mesmo*” (Pereira, 2002: 57); os seus ícones: o “*do Arcanjo Miguel e uma pedra da Lua (a cada um a sua magia)*” (Pereira, 2002: 57). E continuar a acreditar, tal como aprendeu com Iris Murdoch, “*que mesmo que Deus não exista, a oração é muito importante*” (Pereira, 2002: 57). O texto termina de forma enigmática com a referência ao Universo e às realidades cósmicas, das quais destacamos a que dá título ao texto: “*quasar*”, uma quase estrela: “*os planetas, as estrelas, os quasares; e os buracos negros*” (Pereira, 2002: 57). Eduardo Prado Coelho, num texto denominado “O que morrerá comigo quando eu morrer” delimita o espaço muito particular que ocupa a obra de Ana Teresa Pereira face a outros grandes nomes da literatura nacional e internacional:

Todos os escritores se inscrevem no território que eles próprios vão criando ao se inscreverem. Como Faulkner ou Juan Rulfo, em casos mais extremos. Mas muitas vezes isso é meramente secundário, não passa de obra para obra de um mesmo autor, não ganha espessura. É apenas uma questão de moldura. Noutros casos, não é assim: Ana Teresa Pereira é um exemplo privilegiado desta segunda hipótese. (Prado Coelho, 2005)

Há, na obra pereiriana, aspetos marcantes e recorrentes, como a questão do género, a retorno das personagens, a referência obsessiva às artes, à Arte. A escritora partiu de um esquema vagamente policial para enveredar por uma ficção “fantástica” em que a paixão e a destruição andam de mãos dadas. As personagens atravessam os livros, com os mesmos nomes ou outros. As referências literárias ou fílmicas, aliás insistentes, andam quase sempre em torno das mesmas personagens. O mais importante, aquilo que constitui a força mais exuberante e fecunda, encontramos em Iris Murdoch. Mas encontramos, também, Julio Cortázar. Jorge de Sena ou Dylan Thomas e William Irish, entre muitos outros. Como nos deparamos com realizadores de cinema: Nicholas Ray, por exemplo; ou argumentistas, como Tonino Guerra. Ou atores: Katherine Hepburn, Gabriel Byrne, Robert Redford ou Meryl Streep. O que é interessante é que estas figuras acabam por ganhar todas o mesmo estatuto: são seres mágicos que se localizam neste território pereiriano muito próprio.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E ARTIGOS DE ANA TERESA PEREIRA

(2002), *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa, Relógio d' Água Editores, (101 pp.). Depósito Legal n.º: 187546/02.

(2003), “Preces Atendidas.” *Jornal Público*, suplemento *Mil Folhas*, coluna *A Quatro Mãos*, 01/11, p. 5.

(2005), *O Sentido da Neve*. Lisboa, Relógio d' Água Editores, (85 pp.). Depósito Legal n.º: 227445/05.

BIBLIOGRAFIA SOBRE ANA TERESA PEREIRA

CATALÃO, Rui (2010), “Sou capaz de qualquer coisa pelos meus livros”. *Público*, *Ípsilon* de 02/07 (disponível em <http://ipsilon.publico.pt/livros/entrevista.aspx?id=260267> ; consulta a 18/07/2010).

COELHO, Eduardo Prado, (2005) “O que morrerá comigo quando eu morrer”. *Jornal Público*, suplemento *Mil Folhas*, coluna *A Quatro Mãos*, 10/09.

COSTA, Raquel, “Ana Teresa Pereira: o ponto de vista dos demónios”. *Orgia literária*. (disponível em <http://orgialiteraria.com/?p=126> , consulta em 21/08/2008).

¹²⁴ Pressupomos que a escritora se refere à novela *A Linguagem dos Pássaros*, que saiu em novembro de 2001, pelas referências que faz à casa, aos penhascos, aos pássaros, aos anjos, aos astros, aos ícones (ver por exemplo, nas páginas 10 a 13 desse livro).

FREITAS, Patrícia Ferreira Mota (2011), *Do Escritor como Predador: Mistério e (Re)visões na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade do Porto.

GOUVEIA, Odília (2006), "Ana Teresa Pereira vence o prémio Eduardo Bettencourt". *Jornal da Madeira*, 02/05.

LUZA, Vera,

(2002), "Ana Teresa Pereira com novos livros". *Jornal da Madeira*, 18/12.

(2006), "A escrita é uma aventura apaixonante". *Jornal da Madeira, Revista Olhar*, 06/05.

(2007), "Ana Teresa Pereira confessa-se", *Jornal da Madeira, Revista Olhar*, 30/06.

NEVES, Pedro Teixeira

(2002), "O Universo Mágico de Ana Teresa Pereira". Agenda Cultural, fevereiro.

PINHEIRO, Duarte

(2009), "O fantástico em Ana Teresa Pereira". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa*, n.º 6, pp. 10 – 16. ISSN 1646-0502.6.

(2009), "A linguagem dos pássaros: o turbamento de Villalilla". *Atas do VI Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada X Colóquio de outono Comemorativo das Vanguardas*, (disponível em http://ceh.ilh.uminho.pt/outras_publicacoes_online.htm ; consulta a 14 de abril de 2012).

(2010) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Tese de Doutoramento, Porto: Universidade Fernando Pessoa.

(2011) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Fonte da Palavra. ISBN: 9789896670849.

SARDO, Anabela,

(2002), "Quando a ficção vive na e da ficção". Ensaio acerca da obra de Ana Teresa Pereira, publicado na revista *CIBERKIOSK 2002*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade (disponível em <http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/sardo.html> ; consulta a 19 de maio de 2002).

(2005), "Ana Teresa Pereira: uma 'geografia interior' de sombras e cores". *Românica, Revista de Literatura, Cores*, n.º 14, Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Edições Colibri, pp. 89-105.

(2010), "A obra de Ana Teresa Pereira: "velhas histórias, contos de fadas ou pesadelos?". *Atas/Anais*, abril 2010, 13º Colóquio da lusofonia – 5º encontro Açoriano, Florianópolis, BRASIL, pp. 51-64. ISBN: 978-989-95891-4-8.

(2010), "Os anjos e outras temáticas recorrentes na obra de Ana Teresa Pereira". *Atas finais*, outubro 2010, IX Colóquio da lusofonia, Bragança, PORTUGAL, pp. 25-34. ISBN: 978-989-95891-5-5.

(2011), "Intimidades e ambientes literários e artísticos na obra de Ana Teresa Pereira". *Atas Edição Associação dos Colóquios da lusofonia e IPMacau*, abril 2011, 15º COLÓQUIO DA LUSOFONIA – MACAU: QUATRO SÉCULOS DE LUSOFONIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO, Macau, CHINA. ISBN: 978-989-95891-7-9.

(2011), "A ilha, 'território privilegiado onde as leis são abolidas, onde o tempo se detém', em *Matar a Imagem* de Ana Teresa Pereira". *Atas finais da ASSOCIAÇÃO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA*, outubro 2011, 16º COLÓQUIO DA LUSOFONIA - 7º ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA, Santa Maria, AÇORES. ISBN: 978-989-95891-8-6.

XAVIER, Leonor, "Histórias submersas". *Máxima*, Ano 20, N.º 232, janeiro de 2008, pp. 28-30.

OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOODMAN, Nelson (1976), *Languages of Art*. Indianápolis: Hackett Publishing C.

WAGNER, Peter ed. (1996), *Icons-Text-Iconotexts: Essays on Ekphrasis and Intermediary*. Nova Iorque: de Gruyter; (disponível em <http://csmt.uchicago.edu/glossary2004/ekphrasis.htm> ; consulta a 16 de março de 2012).

INTERNET

Páginas consultadas a 14 de abril de 2012:

<<http://www.henryjames.org.uk/>>.

<<http://www.imdb.com/title/tt0117364/>>.

<http://www.online-literature.com/virginia_woolf/>.

Páginas consultadas a 15 de abril de 2012:

< <http://ebooks.adelaide.edu.au/w/woolf/virginia/>>.

<<http://www.imdb.com/title/tt0089755/>>.

<<http://www.imdb.com/title/tt0089755/>>.

<<http://www.imdb.pt/title/tt0200720/>>.

<<http://www.karenblixen.com/moviepoems.html>>.

<www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$karen-blixen](http://www.infopedia.pt/$karen-blixen)> (BLIXEN, Karen Blixen in Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003 -2012).

7. ANABELA NAIÁ SARDO IPG, GUARDA, PORTUGAL

8. ELISA BRANQUINHO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SEIA - ESCOLA SECUNDÁRIA

9. ZAIDA FERREIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E

DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR



TEMA 1.2 A INEFÁVEL PUREZA DA PALAVRA NO ARTIFÍCIO INVULGAR DAS IMAGENS POÉTICAS DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO,

O artigo, que está na base da comunicação que se pretende apresentar, tem como objetivo partilhar uma leitura possível das obras, de Eduardo Bettencourt Pinto, *Tangos nos pátios do sul* (1999) e *Travelling with Shadows/Viajar com Sombras* (2008). A análise percorrerá os caminhos que conduzirão a um sujeito poético invulgar cujos poemas são sinfonias de elegância, de suaves aromas e de nostalgias quentes. As palavras macias deixam ouvir o murmúrio do silêncio e das memórias num exercício de sublimação que cria belíssimas metáforas, perfeitas como garças, perfumadas como as flores que atravessam a sua poesia, leves e subtis como as aves, com ritmos de melancolia que elevam o poeta à leveza e ao encantamento quase irrespiráveis da criação poética. O universo imagético de Bettencourt Pinto alimenta-se, com uma requintada simplicidade, no paraíso perdido da infância, nesses “pátios” de nostalgia serena e de utopias onde tanger violinos e guitarras e onde se ouvem tangos. E, assim, o poeta/sujeito lírico é feliz “entre os rios” porque ama “o que tem e o que se foi”. Este poeta invulgar na doçura e beleza das imagens, escolhidas com severa exigência, revela, ainda, uma levíssima sensualidade, indelével e não tangível, em que a pureza das palavras ressoa, num leito de serenidade e de recriação, de matriz eugeniana (Eugénio de Andrade).

Escrevo para que oiças um piano.

Mas as palavras ardem mudas

A caminho do verão ouvindo o mar. (Pinto, 2008: 144)

O presente artigo tem como objetivo partilhar uma leitura possível das obras, de Eduardo Bettencourt Pinto, *Tango nos pátios do sul* (2001) e *Travelling with Shadows/Viajar com Sombras* (2008). A análise percorre os caminhos que conduzem a um sujeito poético invulgar cujos poemas são sinfonias de elegância, de suaves aromas

e de nostalgias quentes. As palavras macias deixam ouvir o murmúrio do silêncio e das memórias num exercício de sublimação que cria belíssimas metáforas, perfeitas como garças, perfumadas como as flores que atravessam a sua poesia, leves e subtis como as aves, com ritmos de melancolia e saudade que elevam o poeta à leveza e ao encantamento quase irrespiráveis da criação poética. O universo imagético de Bettencourt Pinto alimenta-se, com uma requintada simplicidade, no paraíso perdido da infância, em Angola, (e nas ilhas), nesses “pátios” de nostalgia serena e de utopias onde tangem violinos e guitarras e onde se ouvem tangos. Ainda assim, o poeta/criador afirma: “Sou um estrangeiro. Perdi os meus sapatos no deserto. Dormi em tendas de Sol e areia. A pele secou-se-me com a aridez dos ventos. Mas amo o que tenho e o que se foi. E sou feliz entre os rios” ¹²⁵ 15 de agosto 2012).

Este poeta invulgar na doçura e beleza das imagens, escolhidas com severa exigência, revela, ainda, uma levíssima sensualidade, indelével e não tangível, em que a pureza das palavras ressoa, num leito de serenidade e de recriação, de matriz eugeniana.¹²⁶ Deste modo, a poesia de Bettencourt Pinto é tecida com palavras cuja combinação semântica e fónica convoca as notas musicais para um concerto instrumental verbal de uma harmonia nostálgica em que as metáforas se vestem de cores, de perfumes e de formas, numa sublimação poética em constante busca da perfeição. As palavras espalham-se como folhas, vestidas de música para dançar na doçura do verso, e exalam perfumes a ondear nos terraços/pátios do sul/sombras do passado onde permanecem fragmentos de alma do sujeito poético: “*Levarás para sempre a ilha escondida / no silêncio / da voz*” (Pinto, 2008: 130). A este propósito, Eugénio Lisboa, ainda que focado no livro *Um dia qualquer em junho*, e referindo-se à extraordinária capacidade de criação do poeta, afirma:

*Poeta senhor do seu ofício, Eduardo Bettencourt Pinto sabe muito bem — como Mallarmé e muitos outros antes dele, como todos os verdadeiros poetas — que a poesia se faz com palavras, diz ele, que “são a chuva nos olhos / do poeta, / a primeira sombra / da haste fascinada.” Só com elas, por elas, deslocando-as, provocando-as, tentando-as, conseguirá convir-se “todo o fulgor solitário das chuvas.” Quando nos surpreende — nos apanha — com um “assombro de inquietude”, dá-nos um sentido de revelação pelo exercício certo de um glossário sábio e de uso reinventado. Não são palavras esdrúxulas, “entre o arcaico e o difuso”, a que ironicamente aludia Reinaldo Ferreira, são antes palavras simples, de todos os dias, mas que, contudo, como dizia Claudel, já não são as palavras de todos os dias. Ser poeta é reinventar a frescura duas vezes: no modo como se vê o mundo e no modo como se entrega àquilo que se vê como se fosse a primeira vez. (Prefácio do livro *Um dia qualquer em junho*, ¹²⁷ 23 de julho de 2012)*

¹²⁵ (<http://www.eduardopinto.com/biografia.html>).

¹²⁶ Referimo-nos ao poeta Eugénio de Andrade.

¹²⁷ http://www.eduardopinto.com/eugeniolisboa_texto.html.

A escrita de Bettencourt Pinto é “*lítica e narrativa*” como alega, muito claramente, João de Melo no prefácio “O livro da distância e do regresso” da obra *Tango nos pátios do sul*:

Múltipla de si mesma, esta poética da palavra em duplo ora impõe a poesia à prosa, ora as assume a ambas como forma e modo de narrar. A breve trecho, o leitor ergue dentro de si, como se outrossim lhe pertencessem estes poemas sensíveis, feitos de versos essenciais e por vezes aforísticos, saídos da voz de um poeta ao mesmo tempo nítido e embrumado nas suas memórias. O mesmo acontece ao lermos as prosas que abrem sobre nós o pórtico de uma «infância eterna» e à medida do homem que a viveu, nos seus lugares mais distantes, nos caminhos do regresso ao desejo e às saudades do Mundo - de Angola aos Açores e das ilhas para o Mundo. (Pinto, 2001: 8)

Armandina Maia, a propósito da faceta do poeta viajante na poesia de Bettencourt Pinto, declara: “São muitos os passos do autor, que atravessam o lugar em que edificam os textos, passos de errâncias, de retorno, de migrações, ou tão-só passos em volta, até alisar a pedra, a pedra antiquíssima, para apaziguar a cicatriz instalada na memória de quem os escreveu”¹²⁸ (23 de julho de 2012).

Também João de Melo, novamente no prefácio “O livro da distância e do regresso” da obra *Tango nos pátios do sul* reforça essa vertente da viagem ao passado como lastro e alimento da criação poética em que “o tempo só regressa às palavras” (Pinto, 2001: 8):

A toda uma literatura (a nossa, a portuguesa) de viagem, partida e perdição no espaço exterior (ao qual se chegava saindo pelo mar), vem, pois, Eduardo Bettencourt Pinto contrapor esta «narrativa» de um regresso às gratidões e aos afetos da memória. E a memória é o fio condutor desse regresso à terra africana da infância, ao tempo da primeira casa e da sua rua, aos segredos mágicos da família, aos dias da grande aventura do verbo viver, sobretudo a essa espécie de retorno aos passos perdidos do nada, daquilo que já não volta, do que nunca chegou a cumprir-se, nem como destino nem como sonho. (Pinto, 2001: 8)

Em “O cão”, na viagem de regresso ao passado, ao som da música de Rossini¹²⁹, o poeta recorda o som da guitarra dos tempos idos do sul:

Do pequeno rádio sobre a cadeira brune uma nostalgia de Rossini. Atravessa as rosas. Um rumor emerge as cinzas das emoções. Para, braço no ar. No seu movimento, suspenso, há uma guitarra que

¹²⁸ <http://www.eduardobpinto.com/armandina-ensaio.html>,

¹²⁹ Compositor italiano do Século XIX.

insiste, a euforia de campos brancos, os despídos galhos do lume. Ele quer trazer da infância as primeiras palavras, as que vêm dos rios do sul. Mas em si há um homem deitado numa rede, entre duas palmeiras, e o cão velho da melancolia a lambem-lhe as mãos. (Pinto, 2001: 29)

Em “O rio”, o poeta corre o fio das suas memórias, desvelando: “Caminhas / nos cânticos do sul.” (Pinto, 2001: 51) e “A infância foi uma casa / nos braços da tua mãe” (Pinto, 2001: 35). É o regresso às origens, aos primeiros anos de vida na longínqua terra africana, e à proteção maternal associada à ideia de casa, porto de abrigo e de segurança. Abre, então, a primeira janela na sua poesia que permite o olhar para o passado, para o mundo circundante e para si próprio: “Nos dias, que são as janelas / abertas às andorinhas, / crescem as sebes e nelas roseiras de água / brava.” (Pinto, 2001: 39). Mais adiante, declara: “Tremem-te nas mãos as raízes da memória” (Pinto, 2001: 39) e, seguindo o fio do tempo, prende as lembranças nas palavras: “Atravessavas a infância / de triciclo, / corria um cão à tua frente, / borboletas de água.” (Pinto, 2001: 42) e “Os sons de África são toda a tua infância, / ou quase. / Há uma ilha na voz da tua mãe e chama-te / para nela ouvires o mar” (Pinto, 2001: 47). Em “Biografia das sombras”, as janelas abrem-se de novo para cantar a inocência e o poeta, em belíssimas e musicais palavras, referindo-se à casa solitária da Dona Glória, revela:

*Seus pátios cintilavam com o ardor
de minúsculas flores selvagens.
Cânticos africanos, impregnados
de segredos líricos desciam os degraus
de pedra
com a harmonia
dum lago imemorial.
(Pinto, 2001: 55)*

Na memória do sujeito poético hibernam as recordações e as emoções que vestem o poema e cujo coração jamais será reduzido a cinzas:

*Uma canoa de clamores voga nas águas
do crepúsculo.
Nos baús
cresce o pó sobre a hibernação das vozes.
Ninguém ouvirá de ti o ressoar dos peregrinos,
ardilosas bicicletas de fumo cobrindo
as heras.*

*Os demónios,
com suas vestes de metal e pistolas de morte
escondidas na retórica,
não arrastarão pelas cinzas o coração da memória,
teu jarro de rosas.
Saudade é o dia das coisas que se amam.
(Pinto, 2001: 71)*

Em “*Incêndios*”, o poeta derrama uma enorme melancolia como pode ler-se no poema:

*Foi-se das acácias
o perfil da manhã.
Emudecida,
e ainda nua a idade da tua vida
nos pátios vazios.
esperada era a festa,
os exímios músicos
da ausência,
esperando de ti o sinal
para o primeiro tango,
já iam alto os pombos,
os raros soluços
das pedras.”
(Pinto, 2001: 74)*

Na obra de Bettencourt Pinto, encontramos a recorrência de palavras/representações que asseguram uma espécie de coesão imagética e uma paisagem textual que concorre para uma rede identitária no panorama semântico do poeta, de que são exemplos vocábulos como janelas, casa, luar, sol, música, luz, sombra e mãos: “A primavera chegou nas suas mãos / e correu para um espelho de luz.” (Pinto, 2008: 20). E outros como olhar, estátuas e anjos:

*Sou dum país de vento: numerosas são as estátuas
tombadas ao longo dos rios.
Venho aqui buscar
o meu pranto, os frutos e as vestes*

do meu regresso

(...)

essa música de anjos descalços

enlouquecendo

sobre a água. (Pinto, 2001: 83-84)

Como uma gaivota soubeste ouvir no sonho

o crepitar melódico das ausências,

a cabeça apoiada

na imaculada túnica dos anjos.

(Pinto, 2008: 90)

Ainda retomando a presença reiterada da palavra janela, diz-nos o sujeito poético “*A tua sombra descia da janela / como uma trepadeira / de fascínios*” (Pinto, 2008: 76). Também as palavras sandálias, cão (Nero), casa, portas, “*Um porta antiga abre-se. Entrás. / Acordas no silêncio a memória / da tua voz*” (Pinto, 2008: 82); mar, rio, chuva (nas suas várias formas), pedra, janela, árvores de fruto, flores e pássaros (estas últimas nos seus variadíssimos hipónimos) compõem a pauta da música dos poemas de Bettencourt Pinto. Na belíssima composição que se segue podem ver-se alguns desses exemplos:

O dia, escuro, tomba

sobre a relva húmida do olhar.

A mão que tensa escreve

torna-se numa pedra.

O que resta à viola das palavras

senão o último dedilhar,

a acácia apertada entre os dedos,

Setembro ao fundo, o Nero a ladrar no quintal,

tu a fechares a porta do último dia.

Chove hoje na janela onde nasce

o outro lado do mundo.

As sombras dos pinheiros dançam

sob os pássaros, aninhados num crepúsculo de águas.

Estrangeiro em quatro estações

de esquecimento, deixa cair na terra os joelhos

das tuas preces.

*E volta, volta sempre à casa onde Nero,
eterno, ladra à tua espera.
Entre as altas e brancas figueiras da chuva.*
(Pinto, 2008: 30)

Em “Amor”, poema de grande pureza e de levíssima sensualidade, quase não tangível, na claridade azul desse sentimento, o poeta, que perdeu as sandálias, através de palavras reinventadas pelas metáforas, confessa:

(...)
*Já não posso regressar ao outono:
perdi as minhas sandálias quando corria
nas dunas do teu nome.
A tua claridade cega-me
e um barco é azul
nas ondas destas sílabas. [sic]*
(Pinto, 2008: 46)

As palavras silêncio e espelhos destacam-se igualmente no universo semântico do poeta:

*“Nunca se regressa do tempo mas dos espelhos, / lagos onde te debruças e espreitas o silêncio do teu rosto
(...) No fundo dos olhos perderam-se as garças, / a clara e pueril sombra das olaias” (Pinto, 2008: 40) ou, ainda, “A
tarde desfaz-se num universo de água. / Existo / no aroma de pequenas coisas. / À esquerda, ou no espelho da tua
memória, / passo ainda. Olha. / Trago os teus passos escondidos nos meus versos” (Pinto, 2008: 44).*

No poema “Chego às colinas”, veja-se a beleza inusitada dos artifícios poéticos:

*No orvalho que resvala do silêncio ouve-se o rumor de um vestido de
hortênsias roçando os joelhos. “Quando olhava em redor” disse,
“sentia nos olhos a sombra de Chopin passear em volta da ribeira,
suspensa no monótono cantar de cisnes imaginários.”*
(Pinto, 2008: 58)

O sopro de música que se ouve na poesia de Bettencourt pode ilustrar-se com este curto, mas melodioso poema:

*Sobre os teus ombros voam as borboletas
todas de Chopin.¹³⁰
O naufrágio da voz errante.
A ilha que conheço na sede e nos olhos do silêncio.
Regressemos aos trigais suspensos
na memória,
às cantigas ardendo entre as folhas azuis da tarde.
Dois ou três melros
beberão nas tuas mãos o primeiro outono
da água. [sic]
(Pinto, 2008: 112)*

A beleza fragrante do poema “Nas folhas dos jarros” sustenta-se nos pilares dos quatro elementos: terra, água, fogo e ar, num alvoroço de sinestésias em que os sentidos se deleitam:

*Nas folhas dos jarros ouve-se o silêncio da ilha.
Sente-se a humidade das mãos dos anjos
cortando frutos, o sibilar da primavera
na respiração dos eucaliptos.
Poroso, o ar liberta odor a sonhos passados, insónias,
momentos junto ao fogo.
Por aqui, nesta íngreme enseada de palavras
alcanço o ardor destas terras.
Mas num alvoroço os pombos elevam-se
entre o azul e ravinas crespas, deixam nas rochas
um véu escuro e itinerante.
Amo-os, esguios no seu fulgor cego e solitário,
peregrinos no mistério das partidas, altas sementes
de melancolia.
Ouvirei passos de água
virem ao seu encontro, guitarras chorosas,
o ardente e talhado rosto de setembro
cobrindo-se com o doce néctar das maçãs
- um sino tocará, cansado, no tremor da tarde.*

¹³⁰ Compositor e pianista polaco do Século XIX.

*Venho a esta no regresso de uma saudade.
Trago no amor um jacinto fresco para o nome
duma criança.*
(Pinto, 2008: 56)

Também os tópicos da brancura e da primavera atravessam a poesia do poeta: “*Eram muros brancos, as primaveras. (...) essa idade tão inocente de plantar no vento / amoras brancas / e selvagens*” (Pinto, 2008: 68) ou “*Sobre esses muros agitam-se as pombas brancas / das tuas palavras; / tão quietas ouvem o mar / entre as nuvens do vento*” (Pinto, 2008: 70). No poema de abertura de *Viajar com Sombras*, o sujeito poético, com a alma submersa em ausências, sentindo a falta da casa e dos pombos, inicia a sua viagem aos pátios do passado. Em “Cântico”, “sentado na cadeira branca do verão”, revela que ouvir Schubert¹³¹ o faz morrer de saudade e que “[l]he] Doía (...) um nome a sangrar sobre as rosas” (Pinto, 2008: 16)

O sujeito lírico revela ainda que

*Os seus pensamentos viajavam para muito longe,
chegavam aos vibrantes pátios do passado,
ao imperturbável movimento das fronteiras
onde ressoaram guitarras noturnas, ao odor
do jasmim, à curva do dedo onde o vento
apontou outros sinais no horizonte do poema.
As andorinhas regressavam aos telhados, iluminadas
pelo espanto da tarde.
Ouvia Schubert, já disse.
O adeus do verão cantava com o sol nas suas costas.
A árdua brisa do destino era uma pulseira de agitações nos seus pulsos.
Chorava, juro,
encostado a um basáltico muro de sombras.*
(Pinto, 2008: 16)

As sombras não são infernos nem abismos, são somente “pátios” de nostalgia e de saudade perfumados na doçura das ausências e onde ressoam guitarras, “pátios” também dentro do poema nos quais o sujeito lírico se derrama:

¹³¹ Compositor austríaco do Século XIX.

*Eu existia na ausência do teu nome, buscando-te
nos poemas de Neruda¹³² como um náufrago,
na branca raiz da claridade,
até construir nas colinas do tempo
uma varanda sobre o mar.
(...)
Molhado, o silêncio da ilha
cheirava a hortelã.
(Pinto, 2008: 94)*

Em algumas composições destas obras de Bettencourt Pinto, pressente-se uma atmosfera de sagrado, associada à presença de alguns rituais bíblicos, como é o caso dos versos seguintes: “Lavarei os pés nesses degraus, íntimas feridas. / Fatigado pelo nevoeiro de errâncias, / descanso por fim no regresso inicial.” (Pinto, 2008: 62). Também o universo poético das palavras de Bettencourt Pinto aponta para um nível de sublimação que confere essa mesma sacração, tal é o caso de branco, pomba, pombos, pão, cânticos, sementes, maçã e anjos, de fortíssima conotação bíblica. Tal como em Eugénio de Andrade, a poesia de Bettencourt Pinto está inundada de luz, de pássaros, de anjos, de flores e de frutos (diversificados) que convocam a ideia mágica de paraíso perdido do homem. Esta luminosidade e generosa abundância, no poeta em análise, nascem das sombras que configuram as memórias presas ao paraíso da infância em Angola. À semelhança da obra eugeniana, a presença dos quatro elementos primordiais (terra, água, ar e fogo), já anteriormente mencionados, atravessam a poesia de Bettencourt Pinto e configuram um universo integrador no qual o sujeito lírico se movimenta. As palavras, zelosamente escolhidas, e as metáforas banhadas de luz e de fragrâncias produzem efeitos de cor e exalam perfumes que tocam o leitor e o transportam para dentro da emoção frásica permitindo-lhe, generosa e subtilmente, a entrada no universo imagético do poeta onde se respira a profunda, mas serena nostalgia da voz do sujeito lírico. Em “Ofício”, revela-se esse rigor e exigência num poema que pode muito bem falar da imprevisibilidade da criação e do labor na rejeição de palavras “daninhas”:

*Apagas uma palavra como o vento árido a pegada.
Sem piedade, limpas do branco o balbucio ténue
como quem arranca do chão a erva daninha.
Fica entre os dedos um cheiro a terra fresca, húmida
e fértil.
Lavrador de música, pegas noutra.
Esperas que nessa passe um barco, os cântaros se encham*

¹³² Poeta chileno do Século XX.

*de vinho para a festa, ou uma maçã amadureça
nos tristes galhos do inverno.
Nunca sabes: as palavras são bailarinas imprevisíveis;
ou te levam para um campo de águas bravas,
ou fogem de ti rindo, por seres tão pobre. [sic]*
(Pinto: 2008: 36)

As palavras ganham contornos transfiguradores, como em Eugénio de Andrade, e, quando atingem o auge da sua significação, mergulham no silêncio, nessa forma de perfeição que encerra a ideia de totalidade, apenas repassada pela corrente musical de fundo que embala suavemente as composições poéticas adensando a nostalgia que as percorre. A infância é um paraíso obsessivo em Eugénio de Andrade, assim como em Eduardo Bettencourt Pinto. As criações poéticas do autor de *Tango nos pátios do sul* e de *Viajar com sombras*, como constatámos, inspiram-se nas memórias desse tempo ido, dessa primavera longínqua, desse paraíso perdido que se ilumina trazido das sombras, em delicados andamentos de uma leveza perturbadora. Como ocorre na obra eugeniana, o olhar é um tópico recorrente na poesia de Bettencourt Pinto. O olhar permite a captação da imagem, algumas vezes através da “janela” que se abre sobre o mundo e sobre as sombras do passado “com o olhar se retorna à ilha, dizes” (Pinto, 2008: 90). O olhar faculta o exercício do fascínio, o deslumbramento (intelectual ou emotivo) que alimenta a criação imagética, esse momento único em que o real e o fantástico se conjugam e se sublimam numa espécie de aura do sagrado do ato de criação em que as palavras se erguem, renascidas, limpas do seu cansado rasto semântico, e constituem um universo poético outro, com novos e frescos referentes, bem na linha da serena pureza e “cristalinidade” da poesia eugeniana: “Levas no olhar tudo isso / e o branco poder da água.” (Pinto, 2001: 81) ou “os teus olhos guardam o azul dos rios; estão húmidos / e neles navegam as canoas da infância” (Pinto, 2008: 50).

Encontramos igualmente uma curiosa familiaridade com a poética eugeniana na presença de frutos (sobretudo a maçã) que se vestem de halos simbólicos diferenciados: “- o sabor a maçã que sinto na boca quando penso / em palavras inocentes e frágeis” (Pinto, 2008: 44) ou, então, “É isso que busco: a aridez felina das maçãs (...)” (Pinto, 2008: 68). As mãos, tópico presente em Bettencourt Pinto, constituem também uma referência temática comum aos dois poetas: “O silêncio cresce como uma rosa de fascínios / nas mãos abandonadas” (Pinto, 2008: 90); “Não posso dar-te a mão: cheguei tarde / aos anos do trigo” (Pinto, 2008: 108); “Dou-te a mão entre a névoa das harpas” (Pinto, 2008: 110). Nestas obras do poeta, podemos constatar a referência repetida às flores, à alma das flores, predominantemente das rosas, e também às estações do ano, sobretudo ao verão, (verão da vida, símbolo da maturidade, e que, em alguns poemas, morre) e a referência aos meses do ano, a abril, a junho e a outubro e, muito particularmente, ao mês de setembro, que remete para a ideia de mudança, passagem de estação, fim de um ciclo vital: “A tarde morre / em abril, / nas súbitas marés dos adivinhos” [sic] (Pinto, 2001: 81);

“setembro, costumavas dizer, vem no voo / de pássaros brancos” (Pinto, 2008: 124); *“É setembro no traço áspero do silêncio”* (Pinto, 2008: 132). A vida do sujeito poético passa e encosta-se já ao fim do verão, quase rente ao outono.

Os poemas de Bettencourt Pinto revelam uma alma serena, de profunda sensibilidade e lucidez, tocada por grandes emoções. Como já sugerimos, o poeta é emotivamente cerebral, convocando a ideia de um criador de construções artísticas, belas e sublimadas, procurando efeitos musicais para a orquestração da sua obra, com um toque de matriz simbolista. Ouve-se o murmúrio do silêncio na suave claridade de “um céu de utopias” onde *“no pó dançam estrelas breves”* (Pinto, 2008: 80). Não obstante, no fundo dos seus poemas, corre também um lado mais obscuro, menos iluminado, menos tangível, que se afoga nas sombras. Em alguns poemas, marcadamente narrativos, canta a gesta diária da mulher africana, recortada no cenário lírico das memórias onde corre um sopro de nostalgias quentes e adocicadas que gritam a voz da terra, dos “pátios” do sul:

*Que dizer de uma mulher pobre,
lavando o cansaço dos outros num tanque de cimento?
Sempre a viste ali, mesmo agora,
trinta e tal anos depois.
Pensas nas suas mãos com espuma de sabão,
o suor de vidro a cair-lhe do rosto,
(...)
dia após dia, enrugando a água suja entre os dedos
numa quietação de rio adormecido
no seu próprio silêncio.*
(Pinto, 2008: 22)

É o poeta da simplicidade subtil, mas profunda, da leveza, da elegância, da suavidade, do amor ao outro, revelando a sua humanidade, da nostalgia depurada e serena, da ausência, o poeta da brancura e das sombras, que afagam o inteiro silêncio, numa atmosfera de ternura. Deste modo, a sinfonia e a dança encantatórias presentes na poesia de Eduardo Bettencourt Pinto convocam palavras deliciosamente macias, de forte traço simbólico, como é o caso de pomba, anjo, rosa, maçã, brancura e verão, entre muitas outras. Nestes textos, há um distanciamento especular entre o sujeito lírico e a respetiva voz que enuncia como se aquele se olhasse do lado de fora num exercício de intelectualização que não deixa dúvida em relação ao papel que as memórias desempenham na criação poética do autor. Assim, as palavras, para Bettencourt Pinto, não são arremessos de alma sofrida, são antes fragmentos de utopias, lembranças, sombras, perfumes e sons, material essencial ao artifício poético e que, desde a infância, percorrem o poeta como a seiva das rosas, do jasmim ou das buganvílias.

Também a propósito do posicionamento distanciado, Eugénio Lisboa, embora fazendo referência a outra obra do poeta, sustenta a ideia de um certo pudor do eu que se esconde num “tu” e, por vezes, também num “ele”:

Outra característica que nos impressiona nesta lírica de Eduardo Bettencourt Pinto é o modo de pudor como esconde o eu do poema num tu ou num ele mais velados e menos indiscretos. Dizia Pasternak que o poeta “encara o mundo na primeira pessoa.” Cheio de um nobre pudor, o autor de *Um dia qualquer em junho* transfere a primeira pessoa (profundamente implicada) para uma discreta segunda (tu) ou mesmo remota terceira (ele). (Prefácio do livro *Um dia qualquer em junho* ¹³³ 23 de julho de 2012)

As palavras de Urbano Bettencourt, acerca do livro *Menina de Água*, podem muito bem aplicar-se às duas 10. obras que são objeto de reflexão no nosso artigo e onde ocorre, claramente, a

*(...) à celebração dos grande mitos da Luz e da Música (também dos seus contrários, a sombra e o silêncio), da Água e do Ar, e onde um insistente diálogo e a convocação da voz de um «Tu» trazem ao interior do poema os dados da contingência e de uma certa circunstancialidade que, em último caso, conduzirão sempre à verificação de uma ausência irremediável: (...).*¹³⁴

Para coroar a suave elegância e nostalgia da poética de Bettencourt Pinto, ouçamos o doce, mas sempre renovado, murmúrio do silêncio, “uma lágrima / na relva de abril”:

*Senta-te neste banco de pedra:
ouve o meu silêncio, uma lágrima
na relva de abril.
Quando te lembrares de mim
sob o entardecer dum rumor
de palmeiras,
sê uma pomba branca
na tua sombra.
(Pinto, 2008: 134)*

Em “Adeus”, derradeiro poema de *Viajar com Sombras*, o poeta anuncia que o “*silêncio nasce / no momento em que fechas a janela / e o teu olhar se enrola / no último rumor das cortinas.*” (Pinto, 2008: 182). Luísa Ribeiro, no texto “O poeta das sandálias cambadas”, referindo-se a Eduardo Bettencourt Pinto, escreve: “*enquanto este poeta se rende à paz, passando sem ruído entre os pássaros, as flores abrem-se enfeitadas pelo rio de lágrimas*

¹³³ http://www.eduardobpinto.com/eugeniolisboa_texto.html

¹³⁴ (http://www.eduardobpinto.com/urbanbettencourt_menina_da_agua.html, consulta em 23 de julho de 2012)

que as palavras provocam e nada na paisagem se mexe, ou se desfaz ao toque branco dos dedos com que ele afaga o mundo, tão só para o confirmar”¹³⁵ (23 de julho de 2012).

Terminamos, concordando com Urbano Tavares Rodrigues que, destacando a perfeição da escrita de Bettencourt Pinto, embora referindo-se unicamente à obra *Tango nos pátios do sul*, mas que consideramos poder expandir, incluindo as duas obras em reflexão neste artigo, afirma que

“Há um halo romântico, quase esotérico, a iluminar o concreto das coisas, magnificando-as sem pompa oratória. Um livro de amor a memórias reconstruídas de sublimação do quase inexistente, com uma muito viva e sóbria gama de referências metafóricas”¹³⁶

e, acrescentamos, nós, de antíteses, que concorrem para a afirmação de um poeta que, das brumas do silêncio e da sombra, de forma alquímica, atinge a luz num sereno encantamento que desvela a sua profunda sensibilidade criadora.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO

POESIA

- (1978), *Emoção*. Edição do Autor: Ponta Delgada, Açores.
(1979), *Razões*. Edição do Autor: Ponta Delgada, Açores.
(1979) *Poemas*, (c/ Jorge Arrimar). Edição do Autor: Ponta Delgada, Açores; (1993), 2ª edição, Tipografia Martinho, Macau.
(1981), *Mão Tardia*. Gaivota, SREC: Angra, Açores. (Prémio Revelação do suplemento cultural Contexto do jornal Açoriano Oriental).
(1985), *Emersos vestígios*. Sete-Estrela: Mira; (1994); 2ª edição, Seixo Publishers: Pitt Meadows: Canada.
(1991), *A Deusa da Chuva*. Gaivota, SREC, Angra, Açores. (Prémio Mário de Sá-Carneiro da Association Portugaise Culture et Promotion, St. Dennis: France, 1988, para o original, então intitulado *Regresso do olhar*.
(1997), *Menina da Água*. Éter, Jornal da Cultura: Ponta Delgada, Açores.
(1999), *Tango nos pátios do sul*. Seixo Publishers: Pitt Meadows;
(2001), 2ª edição, revista e aumentada; Campo das Letras: Porto.
(2000), *Um dia qualquer em junho*. Instituto Camões, Coleção Lusófona: Lisboa.
(2008), *Travelling with Shadows/Viajar com sombras*. Libros Libertad Publishing Ltd: Surrey.

FIÇÃO

- (1988), *As Brancas Passagens do Silêncio*. Signo: Ponta Delgada.
(1998), *Sombra duma rosa*. Edições Salamandra: Lisboa.
(1999), *O príncipe dos regressos*. Edições Salamandra: Lisboa.
(2004), *A casa das rugas*. Campo das Letras: Porto.

ANTOLOGIAS

- (1996), *Os Nove Rumores do Mar - Antologia da Poesia Açoriana Contemporânea*. Seixo Publishers: Pitt Meadows; (1999), 2ª edição, Instituto Camões, Coleção Insularidades: Lisboa. (2000), 3ª edição, Instituto Camões, Coleção Insularidades: Lisboa. (organizador)
(2012), *Balada dos Homens que Sonham*. Clube do Autor: Lisboa, ISBN 9789897240003.

TRADUÇÃO

- (1985), *Oito poemas de J. Michael Yates*. Apresentação e tradução com Rosa Pinto, Sete-Estrela, Mira.
* O autor está representado em várias publicações em Portugal, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Canadá, Angola e Letónia.

BIBLIOGRAFIA SOBRE O AUTOR

- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *A palavra e a distância em E. (de Exílio) Bettencourt Pinto*. Página consultada a 23 de julho de 2012,
<http://www.eduardopinto.com/onesimo_emails.html>.

¹³⁵ http://www.eduardopinto.com/luisa_ribeiro_sobre_o_autor.html

¹³⁶ (http://www.eduardopinto.com/urbanotrodrigues_infancia.html, 20 de agosto de 2012)

BAPTISTA, Aida, *Poeiras de Poesia*. Página consultada a 23 de julho de 2012, <http://www.eduardobpinto.com/aida_autografos.html>.

BETTENCOURT, Urbano, *Menina da Água – de Eduardo Bettencourt Pinto*. Página consultada a 23 de julho de 2012, <http://www.eduardobpinto.com/urbanbettencourt_menina_da_agua.html>.

HOFFMAN, Nelson, *Letras que vêm de longe*. Página consultada a 23 de julho de 2012, <<http://www.eduardobpinto.com/hoffman-eduardo.html>>.

LISBOA, Eugénio (2000), *O poeta, a vida presa às palavras?* Página consultada a 23 de julho de 2012, <http://www.eduardobpinto.com/eugeniolisboa_texto.html>.

MAIA, Armandina, *Um voo entre ilhas: a audácia de conquistar um espaço*. Página consultada a 23 de julho de 2012, <http://www.eduardobpinto.com/armandina_ensaio.html>.

PINTO, Eduardo Bettencourt (2006), *Biografia*. Página consultada a 8 de agosto de 2012. <<http://www.eduardobpinto.com/>, consulta a 08/08/2012>.

RIBEIRO, Luísa, *O Poeta das Sandálias Cambadas*. Página consultada a 23 de julho de 2012, <http://www.eduardobpinto.com/luisa_ribeiroautor.html>.

RODRIGUES, Urbano Tavares (2001), *Infância*. Página consultada a 23 de julho de 2012, <http://www.eduardobpinto.com/,urbanotrodrigues_infancia.html>.

10. ÂNGELO CRISTÓVÃO, AGLP, GALIZA



ÂNGELO CRISTÓVÃO, Empresário, licenciado em Psicologia, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Responsável pela página web «www.lusografia.org». Desde 1994 secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal, tendo organizado os Seminários de Políticas Linguísticas (2003, 2004, 2006). Presidiu à Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, em cujo nome interveio na Conferência Internacional - Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico, realizada na Assembleia da República em 7 de abril de 2008. Alguns artigos e comunicações:

- 1984: «Estudo antropológico da aldeia de Bustelo, Concelho de Dodro». Inédito.
- 1987: «Uma escala de atitudes perante o uso da língua», comunicação ao III Congreso Español de Psicología Social (Valência) In *Agália* #14 (1988) pp. 157-177.
- 1989: «Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola», II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Atas, 1989, Ourense, pp. 237-254.
- 1990a: «Bibliografia de Sociolinguística lusófona», in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, n.º 9, Institut de Sociolinguística Catalana. Barcelona, pp. 3-33.
- 1990b: «Medição de variáveis: competência e uso linguístico». Comunicação ao III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, outubro. Publicada em *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Ass. de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação" vol. I, 1994, Comunicações suprimidas, n.º 2.
- 1991a: «A eficácia da goma de mascar (Nicorette®) no abandono do tabagismo». Estudo com técnicas de meta-análise apresentada no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito. 83
- 1992a: «Language Planning: Atitudes», in Atas do «I Congreso de Planificación Lingüística», Santiago de Compostela, pp. 383-400.
- 1992b: «Análise causal da Teoria do Comportamento Planeado com dados supostos». 21 pp. Trabalho apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". 16 junho. Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.

2003: «Sociolinguística e cientificidade na Galiza», comunicação apresentada ao II Colóquio Anual da Lusofonia, Bragança, outubro. In Atas dos Colóquios

2004a: «Questione della língua: introdução e bibliografia», comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Univ. de Coimbra, 17 de Set.º, em: <http://www.lusografia.org/cristovao-questione.htm>

2004b (org) Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

2004c: «O contributo de António Gil à sociolinguística galega», comunicação ao III Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro. In Atas dos Colóquios

2005: «A República Literária e a Lusofonia - Semelhanças, diferenças e exemplos», comunicação ao IV Colóquio da Lusofonia. Bragança, In Atas

2006: «A lusofonia galega: processos e modelos desde 1980», comunicação apresentada ao V Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, In Atas dos Colóquios

2007: «A posição galega ante os acordos ortográficos da língua portuguesa», comunicação apresentada ao VI Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro

2008: “O processo de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa “apresentada ao VII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro

2009 “Os Discursos Sobre A Língua Na Galiza: Entre O Modelo Nacional e o Patoá” apresentada ao VIII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro

11. ARTUR ALONSO NOVELHE, AGLP, GALIZA



TEMA 1.4.2. UMA LÍNGUA PARA A PAZ,

As línguas com capacidade e poder de comunicação global, tem experimentado nestes últimos anos – graças à revolução das telecomunicações – um impulso sem precedentes, que tem a sua vez provocado uma mudança radical, tanto na sua forma de relacionamento, como nas possibilidades de partilhar amplos espaços de diferentes espectros sociais e culturais, assim como no seu relacionamento com outras línguas. No entanto no passado – e mesmo na atualidade – a maior parte destas línguas tem assentado sua posição privilegiada no mundo, graças ao poder de conquista militar, econômico ou comercial. Acharmos que essa estratégia em pleno séc. XXI é um caminho que o português não deve trilhar, mesmo tendo em consideração que na atualidade países como emergentes como Brasil ou Angola, cuja tendência expansiva a nível regional e mesmo internacional, podem ajudar a concretizar a presença do português a nível internacional. O motivo, pois deste estudo é demonstrar que uma estratégia de paz, baseada no mútuo respeito e mútuo enriquecimento é melhor forma de partilhar espaços, complementando-se e auxiliando-se mutuamente, no intuito do crescimento mútuo...

Trabalho final não recebido

12. CARLOS DURÃO, AGLP, LONDRES, REINO UNIDO



TEMA 2.2: "APONTAMENTOS GRAMATICAIS SOBRE O PORTUGUÊS GALEGO";

São focados, dum posto de vista prático, alguns aspetos gramaticais formais do português galego, na ortografia e na ortofonia, baseados nos trabalhos, feitos ou em curso, das Comissões, de Gramática, e de Lexicologia e Lexicografia, da Academia Galega da Língua Portuguesa, das suas edições dos Clássicos Galegos, do dicionário eletrónico Estraviz, e de outros trabalhos, com o intuito de concretizar a norma da variante galega da língua. *Palavras-chave:* aspetos gramaticais do português galego, ortografia, ortofonia, Clássicos Galegos, dicionário eletrónico, variante galega. Desde a participação da Galiza, como observadora, nas sessões de trabalho das negociações dos Acordos Ortográficos, de 1986, no Rio de Janeiro, e de 1990, em Lisboa, ficou patente a desejabilidade de se elaborar diversos instrumentos linguísticos, comuns a todas as variantes da língua portuguesa, entre eles um vocabulário ortográfico, um dicionário, e uma gramática, para refletir formalmente a unidade dentro da diversidade da língua. A Comissão de Lexicologia e Lexicografia da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) já elaborou um *Léxico Galego*, que partilhou com academias e empresas culturais da Lusofonia; por sua vez, a Comissão de Gramática da AGLP iniciou uns primeiros *Apontamentos Gramaticais*, com o mesmo intuito, de vir a integrar formalmente a língua da Galiza na Lusofonia. Nos falares ao norte da Raia do Minho, e da Raia seca, como também ao sul da Raia, quer dizer no que é o berço da língua, subsiste um *continuum* nortenho da língua portuguesa, foneticamente reconhecível, entre outros, por alguns traços caraterísticos, como a neutralização da labiodental *v* em *b* (assim *binho* por *vinho*), a pronúncia de *ch* como africada palatal *tx* (*txamar* por *chamar*), a clara ditongação e não monotongação de *ou*, *ei*, *ai* (assim por exemplo *ouro*, *ferreiro*, *peixe*, *baixo*, *faixa*), a não palatalização do *l* final (diferençando p.ex. *abril/abriu* ou *pardal/pardau*), a clara distinção também de p.ex. *coelho/coalho*, *senha/sanha*, *fecho/facho*, o *r* vibrante e não uvular, etc. Embora o ensurdecimento das sonoras (sibilante *z* e fricativa palatal *j*) seja geral entre o rio Návía e o Minho, elas conservam-se em zonas circunscritas ao norte da Raia: por muito minoritárias que sejam, são a testemunha de que nós somos ainda o que

fomos; e podemos acrescentar também como peculiares do N em geral formas como *dous, cousa, moucho, pousar, apousentar, apouquentar, fruta, luita, truita, entruido, carqueija, cereija, teixugo, aspeito, teito, ola, arrolar, repolo, repoludo, tomelo, friame, fiuncho, perixel*, ou a pronúncia de *uma* como *ũa* ou a de *-ção* como *-çom*, que também não é insólita ao S do Minho, mas talvez com um ressaibo arcaizante.

Assim a nossa língua, que nasceu na Galécia (*Gallaecia*), originariamente galega, veio a ser internacionalmente conhecida como português: na Galiza galego, português galego, ou portugalego se quisermos, enfim a variante ou norma galega do português; é a falada na Comunidade Autónoma da Galiza e também nas comarcas limítrofes a leste: o denominado galego oriental, das Comunidades Autónomas das Astúrias e de Castela-Leão. São falas, variedades ou dialetos galegos, componentes dessa modalidade nortenha, dentro do diassistema galego-português, e com usos próprios. Podemos conceber então a nossa língua como um conjunto de falas, ou falares, que cabem dentro duma pronúncia culta padrão da língua portuguesa, na sua forma nortenha, quer dizer independente das normas ortoépicas de Lisboa ou do Rio, e em pé de igualdade com as outras pronúncias cultas, dentro do sistema linguístico que hoje abrange amplamente o Acordo Ortográfico de 1990. Falamos pois dum português nortenho, compreendido dentro dos “dialetos galegos e dialetos portugueses setentrionais”, na terminologia de Celso Cunha e Lindley Cintra, da sua “Nova Gramática do Português Contemporâneo” (Eds. Sá da Costa, Lisboa, 1984 [antes em: Luís F. Lindley Cintra, 1971 “Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses”, *Boletim de Filologia* XXII, 81-116]). Por estar a nossa língua muito interferida pelo castelhano peninsular nortenho, uma norma galega culta, “cuidada”, que mereça a aceitação geral, deverá basear-se nas formas e nas pronúncias galegas mais próximas das portuguesas nortenhas: neste caso as mais afastadas do avanço do thetacismo castelhano (o fonema *θ*, impropriamente chamado às vezes ceceio), como também do ensurdecimento geral das vozeadas.

Mas é doutros aspetos práticos que quero tratar agora, os que se apresentam p.ex. na adaptação dos Clássicos Galegos para o padrão internacional, graficamente recolhido hoje no Acordo Ortográfico de 1990. E saliento que trato aqui de considerações práticas, como falante da minha língua, tentando “levar a vias de facto”, como dizia o saudoso E. Guerra da Cal, uma reintegração prática e contemporânea, não teórica nem erudita, como ainda é muito do escrito sobre a nossa língua a N da Raia, talvez por não se querer admitir certo medo, tanto no ortográfico quanto no fonético, um medo muito geral ao galego francamente descastelhanizado. Se, com Eugenio Coseriu, consideramos o sistema, não só como um conjunto de “imposições”, mas também como um conjunto de liberdades, digamos assim, de imposições e liberdades que são sociais e culturais, mas que variam segundo a comunidade, e enchem de vida a virtualidade total da língua, podemos então rever com novos olhos o padrão dos paradigmas verbais, começando aqui pelos verbos regulares, p.ex. *falar, bater* e *partir*, nos que paga a pena nos demorarmos um pouco.

Assim, no indicativo presente de *falar*, temos a série regular *falo, falas, fala, falamos, falais, falam*, só anotando que, na segunda pessoa do plural, nós temos tb a forma *falades*, variante popular em grande parte da Galiza, ao lado da forma *falais*, tb popular em parte da Galiza, além de ser a forma padrão geral em toda a Lusofonia; mas qual o critério a seguir na modernização dos textos? eu diria que, nos populares ou de criação poética que tenham essa forma, *falades*, deixá-la estar, até sem nota, conservando assim o seu sabor local nuns casos, ou arcaizante noutros.

No pretérito perfeito temos *falei, falaste, falou, falamos, falastes, falaram*, anotando aqui que, na segunda pessoa do singular, existe a variante popular *falache*, que cabe deixar nos textos cumprindo o critério anterior, ao lado da forma padrão nos gerais; na terceira pessoa do plural temos duas opções: deixar a forma *falaram*, se pronunciada como nos dialetos portugueses nortenhos que fazem *falárum* ou *falárom*, ou então grafar *falárom*: seguindo o critério anterior, pode-se deixar então *falárom* nos textos referidos, e nos gerais escrever *falaram*. Lembremos que a facultatividade gráfica está consagrada no Acordo Ortográfico, na BASE IX, 4ª), que diz: *É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo amámos, louvámos, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (amamos, louvamos), já que o timbre da vogal tónica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.* E em 6ª), que diz: *Assinalam-se com acento circunflexo: [...] b) Facultativamente, dêmos (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (demos); fôrma (substantivo), distinta de forma (substantivo; 3ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo formar)...* Portanto, seguindo este critério de facultatividade, podemos considerar também facultativo assinalar com acento agudo ou circunflexo as formas verbais da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, do tipo *faláram/falárom, batêram/batêrom, partíram/partírom* (mas não as do tipo *caíram, construíram*, que já o têm), para as distinguir das correspondentes formas do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, *falaram, bateram, partiram*, quando houver risco de anfibologia. Anotemos ainda que, embora a forma *falárom* é geral em toda a Galiza para o pretérito perfeito, conserva-se ainda a forma *falaram* para o mesmo tempo e nas mesmas zonas que tb mantêm ainda as sibilantes e palatais sonoras: portanto não é forma alheia a nós, e paga a pena recuperá-la plenamente para os textos gerais.

No pretérito imperfeito temos o padrão *falava, falavas, falava, falávamos, faláveis, falavam*; na primeira pessoa do plural, existe a variante popular paroxítone *falavamos*, cuja aceitação nos textos deverá reger-se pelo critério exposto, deixando nos demais casos a forma padrão proparoxítone *falávamos*, igualmente popular na Galiza; mas na segunda pessoa do plural, é recomendável grafar *falávais* em todos os textos, deixando *faláveis* para as citações e os textos de fontes lusófonas originalmente assim grafados.

No pretérito mais-que-perfeito temos o padrão *falara, falaras, falara, faláramos, faláreis, falaram*; com o mesmo critério anterior, na segunda pessoa do plural, é recomendável grafar *falárais* em todos os textos, deixando *faláreis* para as citações e os textos originalmente assim grafados.

No futuro *falarei, falarás, falará, falaremos, falareis, falarão*, pode-se escrever a variante popular *falaredes* nos mesmos casos referidos, e *falareis* nos gerais; quanto à pronúncia da sílaba final da terceira pessoa do plural, *falarão*, assim sempre grafada, cabe mencionar que na Galiza é a mesma que em *tão, vão* ou *capitão*.

O condicional tem as formas padrão *falaria, falias, falaria, falaríamos, falaríeis, fariam*; com o mesmo critério anterior, na segunda pessoa do plural, é recomendável grafar *falariais* em todos os textos, deixando *falaríeis* para as citações e os textos originalmente assim grafados.

O conjuntivo presente *fale, fales, fale, falemos, faleis, falem*, tem a forma popular *faledes*, cuja aceitação nos textos deverá reger-se pelo critério exposto, deixando nos demais casos a forma padrão *faleis*, igualmente popular na Galiza.

No pretérito imperfeito *falasse, falasses, falasse, falássemos, falásseis, falassem*, não há nada de especial que assinalar para a grafia dos textos.

No futuro *falar, falares, falar, falarmos, falardes, falarem*, igualmente não há nada de especial que assinalar, outro tanto se aplicando ao infinitivo pessoal, que neste caso é idêntico.

Quanto ao imperativo *fala, fale, falemos, falai, falem*, na segunda pessoa do plural existe a forma popular *falade*, cuja aceitação nos textos deverá reger-se pelo critério exposto, deixando nos demais casos a forma padrão *falai*, igualmente popular na Galiza.

No gerúndio, *falando*, e o participio, *falado*, também não há nada mais que assinalar.

Na segunda conjugação regular, seguindo o modelo *bater*, aplicam-se os mesmos critérios que para a anterior, só sinalando, a título ilustrativo, as seguintes alternativas, sempre, naturalmente, com preferência gráfica para a primeira: *bateis/batedes, bateste/bateche, batíamos/batíamos, bateram/batêrom* (no perfeito), *batiais/batíeis, batêrais/batêreis, batereis/bateredes, bateriais/bateríeis, batais/batades, batei/batede*.

Na terceira conjugação regular, com o modelo *partir*, e seguindo os critérios ditos, teríamos *partis/partides, partiste/partiche, partíamos/partíamos, partiram/partírom, partiais/partíeis, partírais/partíreis, partireis/partiredes, partiriais/partiríeis, partais/partades, parti/partide*.

Revistando agora alguns verbos com irregularidades, comecemos pelo verbo *dizer*; e assim temos, no presente de indicativo, *digo, dizes, diz, dizemos, dizeis, dizem*, observando que na pronúncia popular ouve-se *dí's* por *dizes*, *dí'* por *diz*, e *dí'm* por *dizem*, mas não é preciso refletir na escrita; nos tempos a seguir, valem as mesmas observações que para os regulares; mas, para o pretérito perfeito *disse, disseste, disse, dissemos, dissestes, disseram* (ou *dissérom*), cumpre observar, além da pronúncia geral palatalizada de *ss (=x)*, a popular nasalada da primeira pessoa *dissem*, por *disse*, que não se deve refletir na escrita, porque existe tb popularmente a forma padrão; e também a forma dita do “perfeito forte”, *disso*, ou *dixo*, que não é preciso refletir na escrita, salvo nalgum caso da poesia, talvez. No verbo *fazer*, notar que as formas com *ç* (indicativo e conjuntivo) costumam seguir popularmente a conjugação do verbo dialetal *faguer*: e assim temos *fago*, por *faço, faga*, por *faça*, etc., o que não se deve refletir na escrita, por ser as com *ç* autóctones, e as com *g* suspeitas de castelhanismo; além disso,

na pronúncia popular ouve-se *fa's* por *fazes*, *fai* por *faz*, e *fa'm* por *fazem*, o qual tampouco se deve refletir na escrita, salvo p.ex. em poesia ou ditados populares.

As formas com *iz* palatalizam geralmente na pronúncia popular em *ix*; no pretérito perfeito de indicativo, *fiz* tem as variantes populares *fize* e *fizem*, e *fez* tem *fizo*, tb em geral palatalizadas, mas a se refletir na escrita só em poesia ou ditados populares. No verbo *haver* é muito popular a forma *hai*, por *há* (em realidade a aglutinação *ha+i*), por forte pressão do castelhano, pelo que não se deve refletir na escrita formal, salvo nalgum possível caso de rima em poesia; na primeira pessoa do perfeito, *houve*, valem as mesmas observações mencionadas para a nasalação popular, *houvem*, a não refletir na escrita, como tb para a terceira pessoa forte, *houvo* por *houve*, igualmente a não refletir na escrita, por ser a pressão castelhana que deslocou a forma autóctone, *houve*.

No presente de indicativo de *ir*, *vou*, *vais*, *vai*, *imos* (ou *vamos*), *ides*, *vão*, devemos notar a variante popular *vás* (por *vais*), uma forma própria do conjuntivo que passou ao indicativo, e que cabe admitir em textos poéticos, e a geral na Galiza *imos*, tb conhecida no resto da Lusofonia, por *vamos* (neste caso foi a forma padrão *vamos*, própria do conjuntivo, que se estendeu ao indicativo, mas o resto do paradigma indica claramente a origem de ambas formas: a conjuntiva *vamos*, *vades*, do latim *vadamus*, *vadatis*, do vb. *vadere*, e a indicativa *imos*, *ides*, do lat. *imus*, *itis*, do vb. *ire*); considero que a forma *imos* deve ter preferência nos textos galegos para o indicativo, sem banir a outra, *vamos*, tb popular entre nós, mas que é originariamente própria do conjuntivo.

A primeira pessoa do perfeito de indicativo, *fui*, realiza popularmente o ditongo com nasalação, *fum* (como p.ex. no passo de *muito* ao dialetal *munto*), mas a não refletir na escrita; nas formas do presente de conjuntivo, o *a* tónico alonga-se popularmente em *aa* ou *aia*: assim *vaa*, *vaia*, *vaíamos*, etc., a não refletir na escrita, não sendo talvez em poesia.

Em *pedir*, as formas com *ç*, *peço*, *peça*, etc., autóctones, foram popularmente suplantadas pelos correspondentes castelhanismos *pido*, *pida*, etc., considerados analógicos por alguns, mas que de maneira nenhuma se devem admitir para a escrita formal galega.

Caso parecido acontece com *perder*, onde são as autóctones formas com *c*, *perco*, *perca*, etc., as popularmente suplantadas pelas correspondentes formas supostamente analógicas *perdo*, *perda*, etc., em realidade devidas ao castelhanismo, e, portanto, de nenhuma maneira se devem admitir na nossa escrita. *Mutatis mutandis*, para o vb. *poder*, cujas formas autóctones com *ss*, *posso*, *possa*, etc., foram popularmente suplantadas pelas correspondentes formas tb supostamente analógicas *podo*, *poda*, etc., em realidade devidas igualmente a castelhanismo, e que em puridade seriam formas do vb *podar*: por conseguinte a não se admitir na nossa escrita; na terceira pessoa do perfeito de indicativo, a forma autóctone *pôde* tb foi deslocada popularmente pela castelhana *pudo*, que só cabe admitir talvez em textos em casos de rima.

No verbo *pôr*, as formas dos tempos com *s* soam popularmente palatalizadas; a primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo, *pus*, tem popularmente nasalação, *pusem/puxem*, mas a não refletir na escrita; e a terceira pessoa, *pôs*, foi popularmente deslocada para *puso/puxo* por pressão castelhana, a não refletir na escrita, salvo talvez em poesia (até por se evitar a anfibiaologia com o vb *puxar*).

As formas com *s* do vb. *querer* são popularmente palatalizadas; a primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo, *quis*, tem popularmente nasalização, *quisem/quixem*, mas a não refletir na escrita; e a terceira pessoa, tb *quis*, foi popularmente deslocada para *quiso/quixo* por pressão castelhana, igualmente a não refletir na escrita salvo talvez em poesia.

No verbo *ser*, a primeira pessoa do presente de indicativo, a padrão *sou*, é pronunciada de regra *som*, forma então admissível na escrita; na segunda de plural, *sois*, recupera-se popularmente a tradicional *sodes*, admissível em textos literários; e a terceira de plural, *são*, é tb pronunciada *som*, mas não assim indicada na escrita.


O padrão *trazer* tem a variante dialetal *trager*, que fornece a primeira pessoa do presente de indicativo e todo o presente de conjuntivo, *trago, traga*, etc., e reduzido a *traer* fornece popularmente as formas destes mesmos tempos com *g* ou *z* substituídos por *i*: *traio, trai, traia*, etc., como tb no pretérito imperfeito, *traía*, etc., mas na escrita cumpre evitá-las, por haver anfibologia com o vb *trair*, e são só admissíveis na poesia ou no refraneiro.

No verbo *ver*, a primeira pessoa do presente de indicativo, padrão *vi*, é popularmente nasalada em *vim*, confundindo-se com a correspondente de *vir*, pelo que não é recomendável grafá-la assim.

Na conjugação pronominal pode haver ou não mesóclise, embora seja popular a sua ausência: assim p.ex. *cantarei-te*, ou *cantar-te-ei* (forma que tb tem tradição entre nós, e que foi utilizada por Rosalia de Castro).

Quando nestes casos resulta entrar em contato uma vogal com um ditongo crescente tónico, *ei, eu, ou, iu*, etc., há alternância: *lavei-o* ou *lavei-no*, *levou-a* ou *levou-na*, *sentiu-a* ou *sentiu-na*, *colheu-o* ou *colheu-no*, *sei-o* ou *sei-no*, *partiu-o* ou *partiu-no*, por eufonia da pronúncia, ou por analogia com a terceira pessoa do plural (p.ex. *lavaram-no*, *levaram-na*), ou ainda por estes ditongos crescentes serem nasalados nalguns casos, p.ex. *canteim*, *tapeim*, *voum*, *seim*, que logicamente resultam em *cantei-no*, *tapei-na*, *vou-no*, *sei-no*; cabe, portanto, grafar ou não, neste caso sendo facultativa a sua pronúncia na leitura, e ambas formas igualmente aceitáveis. As mesmas considerações para casos como *colhi-o* ou *colhim-no*, isto é, segundo a zona e o contexto. Continuando com os critérios de editoração de p.ex. a poesia, mencionemos que palavras como *ele, pele, vale, mole, fole*, consideradas geralmente como bissilábicas, pronunciam-se entre nós monossilábicas no singular, ou então hesitam, como testemunham p.ex. os derivados de *fole*, *fôlego* e *folgo*, ou de *mole*, *amolegar* e *amolgar*, quer dizer com mais ou menos uma sílaba; por conseguinte, para a contagem silábica dos versos galegos não é preciso fazer uma elisão do *e* final com um apóstrofo, mas pode-se deixar a forma plena, sabendo que se elide na leitura. Ainda outra peculiaridade nortenha é a forma *che* de objeto direto do pronome pessoal, empregada no diálogo nalgumas zonas da Galiza, p.ex. *vou-che dar*, por *vou-te dar*, que cabe deixar nos textos poéticos ou de diálogo popular, por funcionar nesses casos como forma alomórfica local de *te*, que é igualmente popular nas outras zonas da Galiza. Anotemos que esta forma tem longa tradição escrita entre nós: assim p.ex. *dar-ch-ei*, nas *Cantigas de Santa Maria*, ou igualmente *dizerte ey* e *dizerche ey* na mesma *Crónica Troiana*.

Carlos Durão, agosto 2012



13. CHRYS CHRYSTELLO, AICL - AÇORES, AUSTRÁLIA



TEMA 1.2. AÇORIANIDADE

Este painel que se chama HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO E AÇORIANIDADES visa divulgar a obra de autores dos Açores para que se libertem das leis do esquecimento a que Portugal e o resto do mundo os vota. Como este colóquio se chama GALIZA E AÇORES, DUAS INSULARIDADES CULTURAIS e como da Galiza sabem vocês, deixem-me dar-vos a conhecer um pouco do arquipélago tal como o descrevi em *Crónica Açores*: uma circum-navegação. A ilha para **Natália Correia** é Mãe-Ilha, para **Cristóvão de Aguiar**, Marilha, para **Daniel de Sá**, Ilha-Mãe, para **Vasco Pereira da Costa**, Ilha-Menina, mas para mim nem mãe, nem madrastra, nem Marília nem menina, mas Ilha-Filha, que nunca enteada. Para amar e ver engrandecer nas dores da adolescência que são sempre partos difíceis. Sempre fui ilhéu, perdi o sotaque sem malbaratar as Ilhas-Filhas. Trago-as a reboque, corrente multifacetada de vivências, mundos e culturas distantes. Nasci em Portugal, ilhota perdida da Europa durante o Estado Novo, seguidamente vivi um capítulo naufragado da História Trágico-marítima nas ilhas de Timor e de Bali, seguido da então (pen)ínsula de Macau (fechada da China pelas Portas do Cerco), encontrei a pátria na imensa ilha-continente da Austrália, e a mátria na esquecida ilhoa de Bragança no nordeste transmontano, antes de navegar à deriva para arribar à Atlântida Açores. Quase todos desconhecem o arquipélago, mas alguns já ouviram o sotaque micaelense “de uma falsa sonoridade afrancesada” tão difícil de entender. As ilhas são cumes de montanhas submersas que assomam, a intervalos, no meio do Grande Mar Oceano povoadas por gente orgulhosa e ciosa das suas tradições e costumes, concêntricas na sua família nuclear que começa a ser dizimada pelo chamado progresso. Os políticos ocupados na sua sobrevivência sempre se olvidaram da presença mágica destas ilhas. Têm reduzidas proporções e populações, uma espécie de triângulo das Bermudas, onde tudo desaparece dos telejornais. Foi assim durante o feudalismo imposto aos seus povoadores e assim se manteve durante o Estado Novo. São evocadas pelos terramotos e vulcões ou pelo anticiclone do bom ou mau tempo. Deste isolamento surgiu um forte Açorianidade definida de mil e um modos.

Pessoalmente, acolho o conceito de **José Martins Garcia** que, «*por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura*», admite a existência de uma literatura açoriana «*enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*»¹³⁷.

Onésimo de Almeida escreveu dois livros e coordenou outro sobre o tema: A “*Questão da Literatura Açoriana*” (1983), “*Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço*” (1986) e “*Açores, Açorianos, Açorianidade*” (1989). Antes, **Eduíno Borges Garcia** escrevera artigos sobre literatura açoriana, no semanário “*A Ilha*”, reunidos em opúsculo, nos quais não utilizava a expressão separada do contexto nacional.

Em “*Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana*”, 1988, **J. Almeida Pavão** afirmava

“...a existência de uma Literatura Açoriana...assume-se com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Portuguesa Continental. Literatura Açoriana sê-lo-ia, se porventura os Açores se tornassem num território ou numa nação independente. E, aí, haveria que inscrevê-la dentro de novas premissas.”

Pedro da Silveira (1922-2003) autor de “*A Ilha e o Mundo* (1953)” foi perentório:

«... O que custava era aceitar que os escritores açorianos estivessem a desenvolver uma escrita que se diferenciava da de outros autores de Língua portuguesa. É que, nessa escrita, eram visíveis as especificidades que identificavam o açoriano como ser moldado por elementos atmosféricos e sociológicos diferentes, adaptado a vivências e comportamentos que, ao longo dos séculos, foi assimilando, pois, viver numa ilha implica(va) uma outra noção de mundividência. A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina¹³⁸».

Falava-se em artesanato, folclore e cultura açoriana, mas era embaraçoso falar em literatura açoriana, por razões políticas. Em 1975, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista já extinto, como candidato a Presidente da futura República. Contra a vontade da maioria, os separatistas insistiram em usar a literatura como sinal de identidade nacional.

J. Almeida Pavão (1988) diria de Onésimo Almeida:

*“o seu critério, assente na idiosincrasia do homem nado e criado das Ilhas, levanta a dificuldade de englobarmos no mesmo conteúdo da Literatura Açoriana os autores que as habitaram, como o **Almeida Firmino de Narcose** ou as visitaram, descortinando as suas peculiaridades pelo impacto de estruturas temperamentais forjadas em ambientes diversos, como é o caso de Raul Brandão de “*As Ilhas Desconhecidas*”. Entendemos que deverão ser abrangidos num rótulo comum de **insularidade e açorianidade** três extratos diversos de idiosincrasias:*

— Um de formação endógena, dos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;

¹³⁷ http://lusofonia.com.sapo.pt/acoresh/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11

¹³⁸ (“Açores”, Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado por João José Cochofel Iniciativas Editoriais 1977)

— *O dos insularizados ou «ilhanizados», adotando a designação feliz utilizada por Álamo Oliveira, a propósito do já referido poeta Almeida Firmino;*

— *E ainda o dos estranhos, como o também já mencionado Raul Brandão e este autor.”*

Há ainda quem prefira o termo “*matriz açoriana*”. Considere-se que há vários tipos de autores, os residentes no arquipélago, os emigrados e descendentes, e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Falta destringir quais incluir nessa designação açórica.

Machado Pires diz “*há autores açorianos que estando fora dos Açores, deles se ocupam sistematicamente de modo direto e indireto*” (p. 57)” sugerindo “*literatura de significação açoriana*” para acentuar a existência da literatura ligada à peculiaridade açoriana”¹³⁹

No 11º colóquio da Lusofonia (abril 2009), **Cristóvão de Aguiar** rejeitou (mais uma vez) o rótulo de literatura açoriana, por considerar que “*é equívoco, porque pode parecer que é uma literatura separada da literatura portuguesa*». Mas, adianta **Eduardo Bettencourt Pinto**, angolano, «*escritor açoriano*» por escolha própria «*É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa*».

Um escritor açoriano injustamente esquecido, **José Martins Garcia** nasceu no Pico (1941). Foi assistente na Faculdade de Letras de Lisboa (1971-77) e lecionou na Brown University, (1979-84), ingressando na Universidade dos Açores, onde permaneceu até à sua morte, novembro 2002. Ali introduziu a cadeira de Literatura e Cultura Açorianas, doutorou-se com uma tese sobre Fernando Pessoa e atingiu a cátedra. Foi Vice-reitor e dirigiu a revista Arquipélago, do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas. A sua obra apresenta uma diversidade de intervenções desde o ensaísmo, à poesia, passando pelo romance, pelo conto e pela crítica jornalística.

David Mourão-Ferreira, um dos maiores críticos literários, dele disse (1987):

“Se não vivêssemos, vicentinamente, num País em que a “barca do purgatório” anda sempre mais carregada que as outras duas /.../ o nome de José Martins Garcia deveria ser hoje unanimemente saudado como o do escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou; /.../ com igual mestria tanto abrange os registos da mitificação narrativa como os da exegese crítica, tanto os da desmistificação satírica como os da transfiguração telúrica, e que sem dúvida não encontra paralelo, pela convergência e concentração de todos estes vetores, na produção de qualquer outro seu coetâneo.”

Lentamente, os escritores foram encontrando o seu espaço. Não há mingua de quantidade, mas tem sido limitada a sua projeção além-ilhas, com exceções como **João de Melo, Cristóvão de Aguiar, Álamo Oliveira, Eduíno de Jesus, Fernando Aires, Vasco Pereira da Costa, Eduardo Bettencourt Pinto, Norberto Ávila, Urbano Bettencourt e Dias de Melo**, para citar alguns. Os Colóquios com estas homenagens contra o esquecimento pretendem ir além, levar os Açores ao mundo, em especial aos que não têm vínculos familiares nem conhecimento desta realidade. Independentemente da Açorianidade, mas por via dela, pretende-se que mais lusofalantes e

¹³⁹ (p. 59 – “Para um conceito de literatura açoriana” in Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaios. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1987).

lusófilos fiquem a conhecer a realidade insular e as suas peculiaridades, que no fundo por motivos e entornos diferentes acolhem tantas semelhanças com os autores galegos. É preciso manter as portas abertas, construir pontes e encontrar os nossos irmãos perdidos, tal como escreveu em julho passado, Concha Rousia:

*É noite, e meus irmãos andam perdidos
meus irmãos e irmãs andam longe de casa
dessa casa nossa que não tem portas
Manterei o lume aceso para seu regresso
juntarei mais e mais e mais lenha
e mesmo se eles nunca mais regressem
eu ficarei sempre a esperar por eles*

Ou como escreveu PEDRO DA SILVEIRA¹⁴⁰ no castelo de Vila Nova De Cerveira, setembro 1959

INSCRITO SOBRE A ÁGUA D'UM RIO

(a Ernesto Guerra da Cal e também em memória de Rosália de Castro e de João Verde)

*Há um cais no outro lado;
Atrás do cais, árvores;
Além das árvores, uma casa.
Montes ao longe:
Mais perto, verdes,
Azulados os outros.*

*Com uma espingarda em cada olho
E nas mãos uma espingarda,
Um fantasma assombra o cais.*

*A água olha-o, calada.
Calada, fuge.
Desgostosa.
Mas feliz.*

TEMA 1.1 MANIFESTO AICL 2012, A LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE

Em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberalismo, que desde os anos 90 vem tomando dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental. O país precisa de mais de se servir dos seus “sages” para usar um termo francês em vez do mais habitual pensadores ou filósofos que não incluiria todos os que pretendo incluir. Um conselho de sábios, por assim dizer seria aquilo que o país necessita para vencer a crise e sairmos da podridão da partidarite viciada em cunhas, nepotismo e esquemas. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados e um plano de mudança e ação a muito longo prazo e buscar a força e iniciativa dos mais jovens para as levar a cabo. Não devemos deixar que Portugal se perca na sua atual insignificância quando grande parte da sua história foi feita de grandes homens que se sobrepuseram, pela sua visão, a gerações de séculos de Velhos do Restelo. São estes que hoje guiam os nossos filhos e netos para uma subserviência e dependência total

¹⁴⁰ Pedro Laureano Mendonça da Silveira (Fajã Grande, 5 de Setembro de 1922 — Lisboa, 2003), mais conhecido por *Pedro da Silveira*

ao grande capital internacional sem esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um retrocesso ao pior da Grande Revolução Industrial ou rumo a uma criação de novos servos da gleba, automatizados, controlados e vigiados, mas sobretudo intelectualmente deficientes. A receita universalmente seguida é a da ignorância, em que quase todos hoje vivem, aliviada com um voyeurismo exacerbado em Big Brother e quejandos, e outras telenovelas da vida real que a TV projeta incessantemente nas horas poucas de lazer. Acrescentemos a esta fórmula mágica o entorpecimento futebolístico que ajuda a exacerbar paixões e ventilar frustrações recalçadas e temos o caldo mágico para as gerações futuras. Um sistema educacional e cultural forte seria a base para partirmos para o futuro em que ainda acreditamos. Temos alguns exemplos de gente excepcional, mas infelizmente a grande maioria emigrou e faz carreira no estrangeiro porque este país só apoia a mediocridade. Tratou-se de alunos que se não contentaram com a mediocridade do ensino e brilharam sem se deixarem enredar na modorra anquilosante dos que os governam. É esta situação de exceção que nos traz algumas esperanças. A minha geração e, antes dela, a dos nossos patronos foi criada na certeza de que nada era fácil nem havia almoços grátis. Havia trabalho, muito e mal pago, e a réstia de esperança de que este fosse reconhecido pois todas as promoções eram a pulso na longa escalada que encetámos. Assim, essa geração subiu a novos patamares à custa de trabalho, esforço, estudo e aprendizagem contínua. Tínhamos coisas sagradas a que chamávamos princípios e ética. Líamos, debatíamos, estudávamos e continuávamos a aprender toda a vida. Nada era fácil. Hoje constata-se o que foi feito nas últimas duas décadas para destruir o tecido escolar, com a facilitação extrema apenas para falsificar estatísticas, programas especialmente elaborados para ninguém ficar para trás, uma redução substancial da quantidade e conteúdo de matérias a aprender, o lento esquecimento a que a História foi votada porque os nossos antepassados eram politicamente incorretos, a marginalização da Filosofia porque poderia levar os jovens a pensar e os maus tratos dados à Língua Portuguesa.

Temos hoje uma vasta gama de professores incultos, e a maioria dos alunos analfabetos funcionais incapazes de compreender ou debater o que leem. Os autores que estudamos foram substituídos para que hoje fosse quase impossível criar uma geração filológica-linguística como a do Cenáculo ou até mesmo compreender esse fenomenal, extraordinária e inexplicável centro de espírito e de estudo, de fantasia, de ideias numa sociedade banal como era a de Lisboa naquela época. O Cenáculo era uma reunião permanente de jovens em casa de Antero, dia e noite, todos tinham ali os seus melhores livros, notas, provisões de princípios e de tabaco. Cada um deles possuía conhecimentos profundos sobre, pelo menos, uma das ciências base que são a matriz do conhecimento: física, química, matemáticas, filosofia, direito, história e linguística. Quando Antero regressa do estrangeiro pleno de ideias e leituras novas é como que a vinda do Rei Artur à Corte de Camelot e daí nasceram as Conferências do Casino, cheias de cultura europeia, de fervor revolucionário, da romanesca efervescência intelectual e sentimental. Essa geração de jovens tentou trazer algo de novo e bom à nossa cultura, debatendo o Estado da Nação. As Conferências do Casino podem considerar-se um manifesto de geração. Perdoem esta curta digressão para vos explicar o que pretendo. Denominam-se assim por terem tido lugar numa sala alugada do Casino

Lisbonense e foram uma série de cinco palestras realizadas em Lisboa no ano de 1871 pelo grupo do Cenáculo formado, por sua vez, pelas mesmas pessoas, que constituem a Geração de 70. Antero é o grande impulsionador desde 1868, iniciando os outros membros do grupo em Proudhon. A 18 de maio 1871 foi divulgado o manifesto, já anteriormente distribuído em prospectos, e que foi assinado pelos doze nomes que tinham intenções organizadoras destas Conferências Democráticas.

22 de maio de 1871 A 1ª Conferência: "*O Espírito das Conferências*", proferida por Antero de Quental consistiu num desenvolvimento do programa previamente apresentado. Antero referiu-se à ignorância e indiferença que caracterizava a sociedade portuguesa, falando da repulsa do povo português pelas ideias novas e na missão de que eram incumbidos os "grandes espíritos" e que consistia na preparação das consciências e inteligências para o progresso das sociedades e resultados da ciência. Para Antero o ponto fulcral seria a Revolução, o seu conceito, que define como um conceito nobre e elevado. A conclusão da palestra termina com o apelo às "almas de boa vontade" para meditarem nos problemas que iriam ser apresentados e para as suas possíveis soluções.

27 de maio de 1871 2ª Conferência: "*Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*" também proferida por Antero. Em primeiro lugar Antero julga a História, como uma entidade, o juízo moral, social e político. Em seguida enumera e discute as causas da decadência. Aponta o Absolutismo, a Monarquia Absoluta que constituía a "ruína das liberdades sociais", o centralismo imperialista que coartara as liberdades nacionais, rumo a uma cega submissão; por fim, o desenvolvimento de hábitos prejudiciais de grandeza e ociosidade que conduziram ao esvaziamento de população de uma nação pequena, substituindo o trabalho agrícola pela procura incerta de riqueza, a disciplina pelo risco, o trabalho pela aventura. Para Antero a solução destes problemas seria:

" (...) a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, (...), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. (...) a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal (...) à inércia industrial oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea (...), organizada de uma maneira solidária e equitativa..."¹⁴¹ A conclusão insere uma dimensão progressista, a instauração de uma revolução, a ação pacífica, a crença no progresso inspirado na moralização social (Proudhon), num tom idealista e retórico.

5 de junho de 1871 3ª Conferência: "*A Literatura Portuguesa*" proferida por Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras que faz uma crítica aos valores da literatura nacional. Cita a negação sistemática dos valores literários nacionais, excetuando escritores como Luís de Camões, Gil Vicente e poucos mais. Tem a sua vertente revolucionária ao inculcar a ideia de que a literatura portuguesa deverá

¹⁴¹ QUENTAL, Antero de, 2ª Conferência: *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Casino Lisbonense, 27 de maio de 1871 in MEDINA, João, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Ed. Moraes, 1980, 1ª ed., pp. 157-158.

ter caráter nacional, mas pautada por valores universais. O modelo e guia desta renovação salvadora da literatura nacional seria Chateaubriand, com o conceito de Belo absoluto como ideal da literatura, constituindo esta um retrato da Humanidade na sua totalidade.

12 de junho de 1871¹⁴² 4ª Conferência: "A Literatura Nova ou o Realismo como Nova Expressão de Arte" por Eça de Queirós salientou a necessidade de se operar uma revolução na literatura. A revolução é um facto permanente, porque manifestação concreta da lei natural de transformação constante, e uma teoria jurídica, pois obedece a um ideal, a uma ideia. É uma influência proudhoniana. O espírito revolucionário tem tendência a invadir todas as sociedades modernas, afirmando-se nas áreas científica, política e social. A revolução constitui uma forma, um mecanismo, um sistema, que também se preocupa com o princípio estético. O espírito da revolução procura o verdadeiro na ciência, o justo na consciência e o belo na arte. A arte, nas sociedades, encontra-se ligada ao seu progresso e decadência e o artista sob a influência do meio, dos costumes do tempo, do estado dos espíritos, do movimento geral... Foca ainda as relações da literatura, da moral e da sociedade. A arte deve visar um fim moral, auxiliando o desenvolvimento da ideia de justiça nas sociedades. Fazendo a crítica dos temperamentos e dos costumes, a arte auxilia a ciência e a consciência.

19 de junho de 1871 5ª Conferência: "A Questão do Ensino" proferida por Adolfo Coelho traça o quadro desolador do ensino em Portugal, mesmo o superior, através da História. A solução proposta passa por uma mais ampla liberdade de consciência. Para Adolfo Coelho do Estado nada havia a esperar. Tomando isto em consideração, o remédio seria apelar para a iniciativa privada, para que esta difundisse o verdadeiro espírito científico, o único que beneficiaria o ensino.

26 de junho de 1871 Quando Salomão Saragga se preparava para realizar a sua Conferência "História Crítica de Jesus", o Governo, mandou encerrar a sala do Casino Lisbonense e proibir as Conferências. No mesmo dia Antero redige um protesto no café Central, hoje Livraria Sá da Costa.

Vivemos hoje uma encruzilhada como a da Geração de 1870 e das Conferências do Casino, sendo a enumeração de problemas bem semelhante à de então. Embora maioritariamente preocupados com os aspetos mais vastos da Língua Portuguesa, linguística, literatura, história, também nós constituímos um grupo heterogéneo unidos apenas naquilo que nos é comum, a língua de todos nós. A nossa língua configura o mundo, sem esquecer, porém, que Wittgenstein disse que o limite da nossa nacionalidade é o limite do nosso alcance linguístico. Os Colóquios são uma prova insofismável de que tudo é possível com custos mínimos desde que se dê liberdade às pessoas para criarem no seio da nossa associação projetos com os quais se identifiquem e que se destinam a pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa de forma conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político – na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes. Em defesa da

¹⁴² http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/eca_queiroz/conferencias_casino.html

Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem. É aqui no nosso seio de oradores, patronos e patronos especiais como os que aqui temos hoje, que nos podemos afirmar como plataforma de arranque de uma congregação de um Conselho de Sábios e de jovens cultos e dinâmicos para pensar e agir rumo ao futuro sem nos deixarmos abater pelo negativismo da crise que visa embotar a nossa capacidade de realização.

Resumidamente foi isto que os colóquios fizeram ao longo de uma década, numa prova da vitalidade que a sociedade civil atuante pode ter quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos. Resta apenas que todos os que aqui estão se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente e aos governos dos países de expressão portuguesa e que este sirva de ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

PARA TERMINAR INTERROGUE-SE Quanto vale um idioma? Se a língua portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria num nicho de luxo ou esquecida em um canto, para promoção de minimercado? Estamos acostumados a medir o valor económico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si. Um recente estudo solicitado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à língua portuguesa. *-É um percentual interessante e até conveniente, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%)* - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, professor visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual foi reitor até julho passado. O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades económicas. Privilegia, assim, relações económicas que exigem uma dada língua. E descarta atividades que podem ser executadas por trabalhador de outra nacionalidade ou competência linguística. Por essa lógica, ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é fulcral. Além das "indústrias da língua", há as ligadas a fornecedores de produtos em português, como a administração pública, e as que têm forte conteúdo de língua, como o setor de serviços, ou a que induz maior conteúdo de língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos.

Por último, o peso de processos em que o conteúdo de uma língua tem predomínio menor ou só relativo, ainda assim enquanto fazem brotar impérios no próprio circuito de trocas de um idioma. No Brasil, é o que ocorreria, por exemplo, à extração de petróleo e de minérios, ou ao agronegócio. Apesar de o estudo não visar o Brasil, a pesquisa indica que o fenómeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos. Línguas com muitos utilizadores fornecem mercado maior para bens culturais. O crescimento sustentado da última década fez o gigante da língua portuguesa saltar aos olhos globais. O Brasil virou protagonista das relações comerciais mantidas entre países lusófonos, mercado que movimenta um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9 mil

milhões em 2009 para US\$ 2,3 mil milhões em 2010, diz o Banco Mundial. Já o PIB dos imigrantes de língua portuguesa em outros países gira em US\$ 107 mil milhões (2009). A diferença entre os países pobres e os ricos não é a idade do país. Isto está demonstrado por países como o Egito, que têm mais de 5.000 anos, e são pobres. Por outro lado, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, que há 200 anos eram inexpressivos, hoje são países desenvolvidos e ricos. A diferença entre países pobres e ricos também não reside nos recursos naturais disponíveis. O Japão, possui um território limitado, 80% montanhoso, inadequado para a agricultura e para a criação de gado, mas é a segunda economia mundial. O Japão é uma imensa fábrica flutuante, que importa matéria-prima do mundo inteiro e exporta produtos manufaturados. Outro exemplo é a Suíça, que não planta cacau, mas tem o melhor chocolate do mundo. No seu pequeno território, cria animais, e cultiva o solo apenas durante quatro meses ao ano. No entanto, fabrica laticínios da melhor qualidade. É um país pequeno que passa uma imagem de segurança, ordem e trabalho, pelo que se transformou no cofre-forte do mundo. No relacionamento entre gestores dos países ricos e os seus homólogos dos países pobres, fica demonstrado que não há qualquer diferença intelectual. A raça, ou a cor da pele, também não são importantes: os imigrantes rotulados como preguiçosos nos seus países de origem, são a força produtiva dos países europeus ricos. Onde está então a diferença? Está no nível de consciência do povo, no seu espírito. A evolução da consciência deve constituir o objetivo primordial do Estado, em todos os níveis do poder. Os bens e os serviços, são apenas meios... A educação (para a vida) e a cultura ao longo dos anos, deve plasmar consciências coletivas, estruturadas nos valores eternos da sociedade: moralidade, espiritualidade e ética.

SOLUÇÃO-SÍNTESE:

transformar a consciência do Português. O processo deve começar na comunidade onde vive e convive o cidadão. A comunidade, quando está politicamente organizada em Associação de Moradores, Clube de Mães, Clube de Idosos, etc., torna-se um microestado. As transformações desejadas pela Nação para Portugal, serão efetuadas nesses microestados, que são os átomos do organismo nacional – confirma a Física Quântica. Ao analisarmos a conduta das pessoas nos países ricos e desenvolvidos, constatamos que a grande maioria segue o paradigma quântico, isto é, a prevalência do espírito sobre a matéria, ao adotarem os seguintes princípios de vida:

1. *A ética, como base;*
2. *A integridade;*
3. *A responsabilidade*
4. *O respeito às leis e aos regulamentos;*
5. *O respeito pelos direitos dos outros cidadãos;*
6. *O amor ao trabalho;*
7. *O esforço pela poupança e pelo investimento;*
8. *O desejo de superação;*
9. *A pontualidade;*

Somos como somos, porque vemos os erros e só encolhemos os ombros e dizemos: “não interessa!...” A preocupação de todos, deve ser com a sociedade, que é a causa, e não com a classe política, que é o triste efeito. Só assim conseguiremos mudar o Portugal de hoje. Vamos agir! Reflitamos sobre o que disse Martin Luther King: " *O que é mais preocupante, não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, ou dos sem ética. O que é mais preocupante, é o silêncio dos que são bons...*"

14. CONCHA ROUSIA, AGLP, GALIZA



CONCHA Rodríguez PÉREZ, nascida o 04-10-1962, em Covas (Os Brancos, Galiza). **Psicoterapeuta**. Licenciada em 1995 em psicologia **pola Universidade de Santiago de Compostela, especialidade em psicologia clínica. Master in Science**, Marriage and Family Therapy, Universidade de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação intitulada **“Multilingualism and psychotherapy”**. Secretária da Fundação Academia Galega da Língua Portuguesa e cofundadora da Academia Galega da Língua Portuguesa em 2008. Membro da Associação Galega da Língua desde 2004. Membro da associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa. Presidente pela parte galega do Instituto Cultural Brasil Galiza, fundado em 2009, apresentado publicamente em Santa Catarina em março de 2010 e em Madrid em outubro deste mesmo ano. Membro da Junta Diretiva da Ordem dos Psicólogos da Galiza, e Coordenadora da Comissão Cultural, desde onde, entre outras atividades criou o Prémio Literário ‘Rosa de Cem folhas’ que vai pela sua quarta edição.

PUBLICAÇÕES:

- **As Sete Fontes**, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa ArcosOnline (www.arconline.com), Arcos de Valdevez, Portugal.
- **"Dez x Dez"** 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).
- **"Cem Vaga-lumes"** Obra composta por 16 haikus premiados e publicados polo Concelho de Ames, ano 2006.
- **Herança**, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.
- **Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural**, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.
- **Nas Águas do Verso**. Antologia. 2008, Porto, Portugal.
- **Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado**. 2008, Gráficas Juvia.
- **Poeta, Mostra a tua Cara**. Antologia. 2008, RG, Brasil.
- **Mulheres**. Antologia poética. 2011, Mulheres Feministas do Condado, Galiza.
- **IV Antologia de poesia lusófona**. 2012. Folheto, Leiria, Portugal.
- Volume 7 da Coleção **"Poesia do Brasil"**, XV Congresso Brasileiro de Poesia, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Tem publicado **poemas, contos, crónicas, e outros textos** em revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural.
 - **Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita**, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.
 - **Um dia**, Publicado em A Nossa Terra; 2006. Análise da violência de género.
 - **Mudança de Narrativa Linguística**, Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa 2008.

PRÉMIOS

☐ Prémio de Narrativa do Concelho de **Marim**, 2004, Galiza.

☐ Prémio de poesia do Concelho **Ames**, 2005, Galiza.

☐ Ganhadora do **Certame Literário Feminista do Condado**, 2006, Galiza. Com o romance “A Língua de Joana C”

Em março de 2010 fez parte da Comitativa Oficial à Academia Brasileira de Letras, onde proferiu uma palestra sobre a participação da Galiza nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa. Em 2011 fez parte da comitativa oficial do 15º Colóquio a Macau. Foi nomeada Patrona da AICL no 16º Colóquio, Out.º 2011.

Administradora do blogue ‘República da Rousia’: republicadarousia.blogspot.com

APRESENTA O LIVRO NÂNTIA

15. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR CONVIDADO AICL, VANCOUVER, CANADÁ,



TEMA 2.2. RESUMO DE AÇORES: A LUZ SOBRE O ROSTO.

FOTO MONTAGEM DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO

A luz sobre o rosto é uma incursão visual e sonora de momentos vividos nos bastidores dos Colóquios da Lusofonia em Santa Maria e Lagoa, S. Miguel, Açores. Uma visão, em suma, de uma geografia emocional no contacto com o seu quotidiano, os seus rituais de luz e sombra, a pique sobre os mitos e o itinerário da memória em cada um de nós.

Trabalho final não recebido dentro dos prazos

16. EVANDRO V. OURIQUES, CONVIDADO AGLP, COORDENADOR DO NETCCON. NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES DE COMUNICAÇÃO E CONSCIÊNCIA. ECO. UFRJ, RIO DE JANEIRO, BRASIL



TEMA 1.4.2. DESINSULAÇÃO PSICOPOLÍTICA DE CULTURAS E NATUREZA: A MUTAÇÃO EPISTÊMICA DOS CONCEITOS JUVENTUDE E RIQUEZA NA TRADIÇÃO LUSÓFONA E IBERO-AMERICANA,

Pensar sem raiva nem ódio é a base da mutação epistêmica que desinsula culturas em meio à atual mutação social: (1) a insulação contra e na Juventude acaba quando a Cultura se religa à Natureza e sua "cosmologia negra", à relação mágica das culturas ancestrais, populares e jovens com o mundo natural e o mundo dos objetos; (2) e a insulação em geral acaba quando a Riqueza, mais do que a redução ativista ao mesmo dos *shoppings*, é a experiência do vigor da Diversidade, na qual o "pensamento da pele" e o "pensamento respiratório" são centrais.

DESINSULAÇÃO DE CULTURAS: O CASO DOS CONCEITOS JUVENTUDE E RIQUEZA NAS TRADIÇÕES LUSÓFONA E IBERO-AMERICANA, EVANDRO VIEIRA OURIQUES¹⁴³

O autor traz três ideias-chave e as articula sob a perspectiva psicopolítica da comunicação e da cultura: (1) insulação, entendida como a operação psicopolítica (operações psicológicas para efeitos políticos) do *epistemocídio*; (2) *juventude*, entendida como o mito do herói do *crescimento ilimitado*; e (3) *riqueza*, entendida como o conjunto de bens e serviços para o qual está comprovado não existirem recursos naturais suficientes para produzi-la para todos. É assim que o artigo trata de como o *sujeito do autocontrole e dos balanços anuais* insula culturas organizadas pela *dádiva*, para as quais a Natureza é viva, e de que porque *desinsular* é operação epistêmica, fundada na *generosidade*.

PALAVRAS-CHAVE Comunicação intercultural; desenvolvimentismo; psicopolítica; dádiva; generosidade

1. OPÇÃO

O tema é complexo. Circunscrevo-me a trazer aqui três ideias-chave e a articulá-las sob minha perspectiva, a da *psicopolítica da comunicação e da cultura*, e de sua metodologia operacional, a *gestão da mente*, que tem apresentado resultados positivos em movê-lo:

1. *Insulação*, entendida como a operação psicopolítica (operações psicológicas para efeitos políticos) do *epistemocídio* (Boaventura, 2004);
2. *Juventude*, entendida como o mito do herói do *crescimento ilimitado* (Ouriques, 2012b); e
3. *Riqueza*, entendida como o conjunto de bens e serviços, para o qual está comprovado não existirem recursos naturais suficientes para produzi-la para todos (The Worldwatch Institute, 2010).

Faço isto, de maneira sintética, para mostrar a necessidade do aprofundamento de trabalho conjunto sobre como a *insulação* é resultado da cartilha do “sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais” (Vogl, *apud* Welzer, 2012:17), dedicado ao crescimento que jamais se completa; o *crescimento ilimitado*. Vale dizer, o *desenvolvimentismo*, que interrompe a fala da *dádiva* (Godbout, 1999), a fala dos *desinsulados*, e instaura o *regime de servidão* (Birman, 2006), o regime dos *insulados*.

¹⁴³ Evandro Vieira Ouriques é Acadêmico Correspondente da AGLP, coordenador do NETCCON-Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência.ECO.Universidade Federal do Rio de Janeiro, supervisor de pesquisas de Pós-doutorado em Estudos Culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea. UFRJ, vice-coordenador do GT Comunicación y Estudios Socioculturales da ALAIC-Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación e professor-pesquisador convidado do Programa de Doctorado en Comunicación en Contextos Interculturales, da Universidad de La Frontera, Chile. Transdisciplinar e não-dualista, dedica-se à *Psicopolítica da Comunicação e da Cultura*, e à sua metodologia, a *Gestão da Mente*, com a qual potencializa mudanças de mentalidade em indivíduos, casais, redes, organizações, projetos, produtos e planejamentos estratégicos. Tem publicações no Chile, Dinamarca, Estados Unidos, Portugal, Colômbia, Reino Unido e Brasil. Dentre elas *Diálogo entre as Civilizações: a experiência brasileira*, que organizou para a ONU e a UNESCO em 2002 em função do 11 de Setembro. Recebeu do Reputation Institute o prêmio de Melhor Acadêmico do Mundo, o *Best Scholar 2010*, da Propeg/Academia Brasileira de Letras a Menção Honrosa do Prêmio Jeca Tatu e da Universal Zulu Nation o título de Guerreiro Zulu. www.evandrovieiraouriques.com.br

2. GANÂNCIA E INSULAÇÃO

Quando falamos em *desinsulação de culturas* é decisivo lembrar que estamos diante de um *sintoma*, na medida em que o próprio da *Cultura* é a *Comunicação*, e, portanto, *insular* é *matar*; e, por mais que seja óbvio, que *des-insular* é *viver*. Como anunciam as primeiras lições, a *Cultura* é a maneira como os humanos fazem vigorar em rede, cada um em acordo com sua *Diferença*, os *valores societais*, o que demanda-lhes lidar epistemicamente de maneira não-dualista com a *Semelhança*. De que então a insulação de culturas é *sintoma*? Minha caminhada mostra-me que insular culturas é a tarefa central do rereido “sujeito do controle contínuo e dos balanços anuais” (Welzer: 2012:17), que controla, mede e observa como fazer do *outro* devedor e manter-se na posição de credor. É este *estado mental* (este complexo de pensamentos, afetos e percepções) que fez e faz com que hoje cerca 8% da população mundial controle aproximadamente 80% do que se entende como “riqueza”, o que interrompe o fluxo de *reciprocidade*, o *princípio da dádiva* (Godbout, 1999), o constante receber e retribuir, no sentido de Marcel Mauss, e que funda a *rede*, o *biológico*, o *psíquico*, a *língua* e o *social*:

“O moderno, pseudo-emancipado do dever da reciprocidade, desmorona sob o peso da acumulação do que ele recebe sem retribuir, torna-se um doente, e sua sensibilidade o torna incapaz de suportar as relações humanas¹⁴⁴. Um ser humano vulnerável, que perdeu seu sistema de defesa imunitária contra as relações negativas, fugindo do ciclo dar-receber-retribuir por medo de se deixar enganar, ‘asseptizando’ o ciclo em relações unilaterais, objetivas, precisas, calculáveis, mecânicas, predeterminadas, contabilizáveis, explícitas, objetivadas, frias...ao passo que (...) retribuir é dar, é receber e retribuir, receber é dar, receber, retribuir é estar sempre fazendo existir a sociedade, toda sociedade.” (id.:252-253)

Portanto estamos tratando da mudança civilizatória, a do fim do referido “sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais”, tarefa psicopolítica imensa de mudança que vem sendo feita de forma gradativa há séculos e a qual se dedicam aqueles que são gratos à *dádiva* de estarem vivos, e as celebram em suas ações, que a consagram, chamadas de saúde mental, justiça social, equidade econômica, segurança ambiental, direitos humanos, direitos da Terra. O abandono da *dádiva* é, exatamente, a raiz do movimento que *insula* e que é preciso investigarmos sob todas as formas para aumentar nosso poder de *desinsular*. Neste sentido há que se fazer a pergunta seminal: entendemos ou não o que é a *vida*? Há que se decidir antes de prosseguir, pois a disputa pelo *sentido* e sobretudo pela sua impossibilidade pós-moderna é severa: (1) ou vemos a vida como um *caos*, e nos entregamos por exemplo à tristeza, desesperança, ódio e/ou vingança (Ouriques, 2012b); (2) ou a vemos como *autopoiesis*, como *Natureza*, no sentido de Spinoza (não há nada fora dela, fora deste fluxo de aparecer e desaparecer) e nos entregamos ao “desprendimento, perdão, renúncia, amor, respeito, dignidade, redenção,

¹⁴⁴ Godbout lembra a incapacidade de assistir ao espetáculo do abate de um animal, mas suportando perfeitamente o tratamento que é dado a eles pelos métodos de criação moderna desde que tal seja feito às escondidas e visto apenas insulado no plástico da proteção epistemológico e físico da proteção comercial.

salvação, reparação, compaixão, tudo que está no cerne das relações entre os seres e que é alimentado pela dádiva” (Godbout, 1999:253), na qual fala o *inefável* e a qual nossa civilização helenicamente insiste em temer, com o emblemático caráter temível dos presentes gregos (*id.*:16):

“Por medo (frequentemente legítimo, é claro) de se deixar enganar, o moderno não consegue mais abandonar-se à corrente cósmica, ‘prender-se’. Ele reduz todo o universo a objetos aparentemente não ameaçadores porque não prendem, não comprometem, objetos dos quais ele pode desligar-se instantaneamente. E ele gera a poluição, sufoca naquilo que ele rejeita e que acaba por rejeitá-lo.” (*id.*:252)

Há que se perguntar, portanto, como Jacques Godbout e Alain Caillé o fazem no magnífico e aqui fartamente citado livro *O Espírito da Dádiva*, em virtude de qual proeza as ciências sociais conseguem falar dos vínculos sociais, portanto, digo eu, de culturas desinsuladas, sem designar os estados mentais da *dádiva*?

“É a grande ruptura com o cosmo, com o ato de pertencer a um mundo mais vasto (...). É a introversão pela transformação do resto do mundo em objeto suscetível de se tornar uma mercadoria e de obedecer a leis inelutáveis -as da física e as do mercado. Lembremos uma última vez esse tema frequentemente afirmado por Mauss: ‘Originariamente, as próprias coisas tinham frequentemente uma personalidade e uma virtude’. (...) ‘Esse vaivém das almas e das coisas que se confundem entre si’ (...) é essencial à dádiva - moderna e primitiva”. (*id.*:247)

Quem está em situação de *insulação* precisa saber que é alvo do epistemocídio voltado contra o que os galegos chamam de *sentimento da terra*, vale dizer, da paisagem e da terra como vivas, da Natureza como viva, como Mãe, como dádiva, “pura gratuidade germinativa do mundo material” (Eagleton, 2005:287-288). É este esquecimento da face Mãe da Natureza que cria o estado mental *Império*, que suspende a *reciprocidade*, substituindo-a pelo *regime de servidão* e, assim, *insula*, inclusive as tradições lusófona e ibero-americana. Como lembrei no livro que organizei para a ONU e a UNESCO em 2002 como resposta ao 11 de setembro, a respeito de qual seria uma experiência brasileira que possa ajudar ao *Diálogo entre as Civilizações*,

“A dificuldade do ser humano em lidar com a ambiguidade da Mãe Natureza faz com ele esteja preso entre uma infância mutilada e uma adolescência que não passa, em um quadro traumatizado de personalidade psíquica e sócio-político-econômica que quer tudo a qualquer preço.” (Ouriques, 2002:257)

Ou seja, este “querer tudo” é tentativa de evitar o *desaparecer*. Por isto o *consumismo*, que demanda insular culturas para que elas deixem de ser elas mesmas e trabalhem para o “sujeito do autocontrole contínuo e

dos balanços anuais” produzindo mais e mais objetos submetidos ao esvaziamento de suas personalidades e virtudes, o que os des-anima, ao contrário do que vigora nas epistemes que se quer insular: o fato de a Natureza ser viva, como disse. Esta fetichização dos objetos os insula em relação à morte e alimenta-se da angústia de encontrar o *objeto eterno*, o “tampão perfeito”, formado, como na ilusão dos 24 quadros/segundo do cinema, pela superposição contínua de objetos disponibilizados pela obsolescência programada. Supõe-se assim eliminar a *morte*, o primeiro movimento de *insulação*, quando na *dádiva*

“(…) as coisas aparecem e desaparecem. A dádiva é o aparecimento de alguma coisa, de um talento, de um nada. A dádiva é um nascimento. A dádiva é o que aparece e não estava previsto nem pelo gesto, nem pela lei, nem mesmo a da dádiva. É todo o paradoxo da gratuidade. Essa graça que aparece a mais”.
(Godbout, 1999:251)

3. JUVENTUDE NÃO-HEROICA

Da complexidade do histórico do conceito *Juventude* retenho aqui que o primeiro adolescente moderno típico talvez tenha sido Siegfried, de Richard Wagner, que sintetizava o conjunto de características que viriam a fazer do conceito adolescente/jovem¹⁴⁵ o herói do século XX, o “século da adolescência”, que, vemos, está a se desdobrar para o século XXI com as intervenções no corpo no sentido de eliminar deles os sinais naturais do envelhecimento, vale dizer, de retirar dele a presença da *dádiva*, com seu referido aparecer e desaparecer. É assim que a desconstrução e ressignificação psicopolítica do conceito de *Juventude* é duplamente importante para o exercício da *desinsulação*, pois:

1. Ele é o lugar da consolidação da produção do esquecimento da *dádiva*. Isto é feito com o treinamento escolar e mediático do indivíduo para que ele se entenda como um *projeto de futuro* (“*o que você vai ser quando você crescer?*”). A complexidade do *aprender a conhecer*, apontado pela UNESCO como o primeiro fundamento da Educação (mesmo sob intenso ataque das forças insuladoras ela adverte que é preciso voltar à questão do *conhecer*, portanto à questão epistêmica), é reduzida ao *controlar, medir e observar* (Welzer, 2012:16). Através de macabros *rituais de esquecimento*, como o ensino da matemática (nenhuma ligação dela com a vida é apresentada), da competitividade e da mensuração do desempenho individual através dos sistemas de notação, tornam verdade supostamente absoluta um futuro de autocontrole contínuo para a positivação dos balanços anuais.

“Os alunos de hoje em dia mal conseguem imaginar que possam existir conteúdos informativos de alguma função ou associados a algum valor além da competição ou de provas de desempenho. O aprendizado surge como mera acumulação e armazenamento de ‘mais’ conhecimento e informação.”
(*id.*:21)

¹⁴⁵ “(...) embora existam coincidências de sentidos entre adolescência e juventude, na nossa sociedade se trabalha com dois conceitos distintos para cada grupo. A ideia de adolescência está mais associada ao processo de desenvolvimento, e juventude é considerada como uma fase de preparação, do ponto de vista social, para a vida adulta” (ANDI, 2006:16). Para uma boa síntese dos conceitos adolescência e juventude, ver *id.*:14-28.

2. E, ao mesmo tempo, *juventude* como se compreende hoje, é o lugar do esquecimento da *origem*, uma vez que *juventude* é o lugar para onde todos querem faustianamente ir e ficar: o da *juventude eterna*, que tenta suspender, através da venda da alma e do ganho da *tekné*, a morte, o que faz desaparecer a *origem*, a *dádiva* e, assim, ao mesmo tempo, a possibilidade de chegar-se à idade adulta, aquela na qual o indivíduo é capaz de mudar o mundo. É pela generalização da repulsa a ser adulto que a Oxford University, através de sua editora, dicionarizou na entrada do século XXI a palavra *adultescent* (origin 1990s: blend of adult+adolescent). É assim que avança o crescimento da tendência brutal de fazer desaparecer as culturas que não sejam movidas epistemicamente pelo *crescimento ilimitado*.

Como bem mostram Humberto Maturana e Gerda Verden-Zoller (2004) a democracia como uma forma de convivência só pode existir entre adultos que tenham vivido, na infância, relações de total aceitação materna. Ora, se o projeto da escola e da mídia é o abandono da *Mãe*, consolidado na juventude a busca do futuro dos rendimentos, para o qual o *afetivo* e o *lúdico* são perda de tempo e fontes de *desconfiança*, já que fazem parte da *dádiva*, o que temos é renovação geracional da cultura insuladora do patriarcado europeu, que nos trouxe à atual situação de autoritarismo, dominação, competição predatória, desrespeito à diversidade biológica e cultural e profunda ignorância do que são os direitos humanos, culturais e os da Terra.

4. RIQUEZA DA DÁDIVA

Da mesma forma, da complexidade do conceito *riqueza* retenho aqui o fato já referido de que os bens e serviços entendidos como *riqueza* são impossíveis de produzir para todos por absoluta falta de recursos naturais, o que está comprovado cientificamente, malgrado a maioria os desejarem e as políticas públicas da direita, do centro e da esquerda igualmente o anunciarem como possíveis, no *futuro*, desde que se cresça “infinitamente”. Como diz Welzer,

“O princípio do infinito não domina apenas externamente, mas também dentro de nós. Hegel já caracterizara o trabalho como um deleite constantemente prorrogado e um desejo refreado (...), e Max Weber descrevera o homem correspondente como ‘especialista sem espírito, hedonista sem coração’, resumindo amargamente: ‘Esse ‘nada’ imagina ter galgado um degrau jamais atingido da Humanidade.’”
(id.:22-23)

É por isto, como disse em outro lugar, que “o drama deste século é romper com o modelo de produção de riqueza historicamente construído e ratificado, com a cultura do hiperconsumo que se enraizou com o capitalismo e que desde o século 19 tem a mesma lógica” (Silva & Ouriques, 2010).

5. GENEROSIDADE E DESINSULAÇÃO

Penso ter deixado claro que o “aparecer a mais” da *dádiva* é o oposto da *ganância*, o estado mental que insula, originado pela *ignorância* e pelo *ódio* (Ouriques, 2012b), pois ao tentar fazer desaparecer a morte a *ganância* torna escassa a vida, que em verdade, é *abundância*, diversidade cultural na unidade humana. Daí a

generosidade, este aparecer a mais sem interesse nem propósito, ser a atitude fundamental para a desinsulação de culturas. É *generoso* vivenciar que tudo é vivo, que tudo e todos, animados que são, têm direito à vida, pois são um modo da Natureza. Por isto é a *generosidade* o antídoto da *ignorância*, do *ódio* e da *ganância*, estes outros nomes do *princípio insulador*:

“Na generosidade existe criação, e o dicionário Petit Robert define generosidade como a disposição de dar mais do que se é obrigado a fazer, indo, pois, além das regras da própria dádiva. Essa generosidade traz o reconhecimento, um novo nascimento conjunto, uma nova dádiva não prevista, e assim por diante, infinitamente.” (Godbout, 1999:251)

Sabemos faz tempo que os sistemas de pensamento *Filosofia* e *História*, de natureza cognitiva, e os quais nos acostumados a usar como referência para as decisões que qualificam nossa ação no mundo, foram duramente abalados ao ponto de terem suas mortes anunciadas no século passado, uma vez que *cognição* e *informação* indiferenciaram-se na “cultura” tecno-lógica, aqui com hífen, como o faz Márcio Tavares d’Amaral, para lembrar que no estado mental do sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais a *tekné* tornou-se o próprio *logos*. É assim que estes tempos de trabalho pós-fordista é marcado pela subsunção do indivíduo, no sentido de Cornelius Castoriadis (1999), de seu *território mental* (Ouriques, 2009), através do “sensível não-empírico (o *outro* da linguagem e do pensamento)” (Lazzarato & Negri, 2001:97;105) domesticado, como vimos rapidamente, pelos aparelhos de captura comunicativo-financeiros que avançam sua onipresença e onisciência, pois se

“ (...) na Sibéria, vai-se morrer na floresta para alimentar os animais (...) [e assim retribuir-se] aquilo que se recebeu deles (...) com o mercado, ao contrário, mata-se até extinguir a espécie. Visto desse ângulo, o mercado não é, pois, uma generalização da troca. Representa, ao contrário, uma perversão, uma exacerbação até a extinção dos protagonistas, também progressivamente metamorfoseados em objetos”. (Godbout, 1999:246)

Ora, assim, desinsular culturas implica em uma revisão complexa, profunda, transdisciplinar e coletiva da maneira como se pensa hoje. Por exemplo, a ênfase teoricista na incomensurabilidade, incompatibilidade e intradutibilidade das culturas que nos afasta das delicadas negociações epistêmicas e morais que sucedem, como mostrou Néstor Canclini, entre culturas, dentro das culturas, entre indivíduos e dentro deles mesmos ao lidar com a discrepância, a ambiguidade e o conflito. Como venho procurando esclarecer de maneira sistemática em todo o meu trabalho, a desinsulação de culturas depende da recuperação do caráter psicopolítico das práticas linguísticas (Ouriques, 2010) o que permite re-conhecer a efetiva força *objetiva* do que chamamos *subjetividade*, deixarmos de fazer o jogo epistêmico de reforçar a *economia da escassez* como se ela fosse “objetiva”, e assim desestabilizarmos conceitos centrais deste estado mental, como os de *juventude* e *riqueza*. Ora, quando

reconhece-se que é o *conhecimento*, e portanto a *consciência*, a principal força produtiva do que os franceses chamam de *capitalismo cognitivo* e *sociedade do conhecimento*, os anglo-saxões de *knowledge society*, os alemães de *Wissensgesellschaft* (Gorz, 2005:15), os italianos de *trabalho imaterial* (Lazzarato & Negri, 1991) e determinados autores de *sociedade da sabedoria* (Covey, 2005), é mais que hora de reconhecer que *insular* e, portanto, *desinsular*, é uma operação sempre e apenas psicopolítica, o que Galiza conhece bem e da maneira mais triste, por ter sido e ainda ser objeto de operação histórica e extrema de substituição linguística.

“A dádiva é a alternativa à dialética do senhor e do escravo. Não se trata de dominar os outros, nem de ser dominado; nem de domar a natureza, nem de ser esmagado por ela; mas de pertencer a um conjunto mais amplo, de restabelecer a relação, de tornar-se membro.” (Godbout, 1999:252)

Para desinsular precisamos voltar às epistemes que movem as tradições culturais que são insuladas: as *animistas*, para as quais não há espiritualidade, misticismo, esoterismo, magia. Há simplesmente as personalidades e as virtudes das almas e das coisas, todas juntas e misturadas.

“Dar é entrar na corrente, no circuito, sair do pensamento linear, conectar-se horizontalmente, mas também verticalmente, no tempo, encontrando os ancestrais. A extensão espacial do mercado encurta o tempo e faz com que os ancestrais se tornem cadáveres transformados em pó. Inversamente, o que une os parceiros da dádiva não é seu status nem seu interesse comercial, e sim sua história, o que se passou anteriormente entre eles (...). É aliás a própria definição da vida. A dádiva é o gesto concreto e cotidiano que nos liga ao cosmo, que rompe com o dualismo e nos conecta com o mundo”. (id.)

6. BIBLIOGRAFIA

1. Andi (2006). Na sala de espera: a cobertura jornalística sobre promoção de saúde e direitos reprodutivos na adolescência. Organizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância [coordenação Veet Vivarta; pesquisa Guilherme Canela]. Editora Cortez, São Paulo.
2. Birman, Joel (2006). Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
3. Castoriadis, Cornelius (1999). Figures du pensable. Éditions du Seuil, Paris.
4. Covey, Stephen (2005). O oitavo hábito: da eficácia à grandeza. Editora Campus, São Paulo.
5. Dowbor, Ladislau (2010a). Um modelo mundial insustentável. In A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental: 2003-2010, o Brasil em transformação, vol. 1. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. pp. 147-156.
6. _____ (2010b). Organizar a base da sociedade. In A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental: 2003-2010, o Brasil em transformação, vol. 1. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. pp. 183-199.
7. Eagleton, Terry (2005). Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
8. Godbout, Jacques (1999). O Espírito da Dádiva. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
9. Gorz, André (2005). O imaterial: conhecimento, valor e capital. Annablume Editora, São Paulo.
10. Lazzarato, Maurizio & Negri, Antonio (2001). Trabalho imaterial. DP&A Editora, Rio de Janeiro.
11. Maturana, Humberto & Verden-zoller, Gerda (2004). Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. Editora Palas Athena, São Paulo.
12. Ouriques, Evandro Vieira (org.) (2002). Diálogo entre as civilizações: a experiência brasileira. ONU - Organização das Nações Unidas e UNESCO, Brasil.
13. Ouriques, Evandro Vieira (2010). O conceito envolvimento e o caráter político das práticas linguísticas. In Resende, Viviane de Melo & Pereira, Fábio Henrique (orgs.). Práticas socioculturais e discurso: debates transdisciplinares. Labcom - Universidade de Beira Interior, Covilhã, Portugal. pp. 175-196.

14. _____ (2012a). Psychopolitics and Mind Management: the way for the responsible decision-making of multi-actors at multilevel on a territorial scope. *In* Ashley, Patricia & Crowther, David. Territories of Social Responsibility: Opening the Research and Policy Agenda. Gower, United Kingdom.
15. _____ (2012b). Psicopolítica e emancipação intercultural: a questão Galiza, Brasil e Lusofonia. *In* Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, Vol. 5 Academia Galega da Língua Portuguesa, Santiago de Compostela. No prelo.
16. _____ (2009). Território mental: o nó górdio da democracia. *Revista Democracia Viva*, IBASE. Nº 46, maio de 2009. pp. 76-81.
17. Santos, Boaventura de Sousa *et al.* (2004), "Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo", *in* Boaventura de Sousa Santos (org), *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Afrontamento, Porto. pp. 19-101
18. Sheldrake, Rupert (1003). O renascimento da natureza: o reflorescimento da Ciência e de Deus. Cultrix, São Paulo.
19. Silva, Edinho & Ouriques, Evandro Vieira (2010). Desafios à Sustentabilidade. *Folha de São Paulo*, Tendências/Debates, p. 3. 21 de dezembro.
20. The Worldwatch Institute (2010). 2010, Estado do mundo: transformando culturas, do consumismo à sustentabilidade. The Worldwatch Institute, Brasil.
21. Welzer, Harald (2012). Infraestruturas mentais: como o crescimento se instalou no mundo e nas nossas almas. Heinrich Boll Stiftung, Rio de Janeiro.
22. Winnicott, D. W (2005). Privação e delinquência. Mastins Fontes, São Paulo.

17. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, AICL, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa. Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928. Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô. Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949. Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos. Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes. Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro *Primeiros Ensaio de Língua Portuguesa* artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas

especializadas. Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964. Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).

Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições. Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;



Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi membro do Comit  Scientifique, para o quadri nio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005. A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete. Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Defini o da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promo o da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educa o.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

- o A Evolu o do Pensamento Concessivo no Português (1954),
- o O Futuro em Românico (1962),
- o A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),
- o A Contribui o de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),
- o Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),
- o As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodiza o (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a Moderna Gramática Portuguesa, amplamente utilizada em escolas e meios acad micos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a dire o geral de Ant nio Houaiss.   professor da UERJ e da UFF e membro da ABL e patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007.



18. HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & AICL



HELENA CHRYSTELLO, Vice-presidente da direção, membro dos comités

científico e executivo dos colóquios desde o primeiro, preside ao secretariado e é moderadora de sessões.

Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso pela Universidade Aberta; curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional. Lecionou, desde 1976/1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).

Foi Professora Assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002/2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005). Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986/1988). Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais, com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade. Pertence à ACT/CATS ‘Association Canadienne de Traductologie’ e à SLP.

Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009.

É coautora com a Professora Doutora Maria Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) da Antologia de (17) autores açorianos contemporâneos (originalmente destinada ao currículo regional) cuja edição bilingue (PT-EN) de 15 autores, foi lançada no 16º colóquio. Na EB 2,3 da Maia é Coordenadora do Departamento de Línguas e exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente. Prepara nova obra sobre dramaturgia açoriana.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO

APRESENTA A ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS.

19. ISAAC ALONSO ESTRAVIZ, AGLP



TEMA "SANTOS JÚNIOR E OS INTELCTUAIS GALEGOS".

Trabalho final não apresentado nos prazos

20. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



JOÃO MALACA CASTELEIRO licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa. É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado. Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia. Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e o responsável pela versão portuguesa do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos. Assumiu funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos. Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo*, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento. O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998. A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. **É patrono dos Colóquios da Lusofonia** desde 2007 e um convicto defensor da adoção do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.



21. JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA, PRESIDENTE AGLP, GALIZA



Trabalho final não apresentado dentro do prazo

22. JOSÉ NUNO DA CAMARA PEREIRA, ARTISTA PLÁSTICO CONVIDADO AICL, SANTA MARIA, AÇORES



ZÉ NUNO DA CAMARA PEREIRA, Nasceu em 1937, na Ilha de Santa Maria, Açores, licenciado em Pintura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Artista residente no Centro de Arte Moderna em 1985-86 e bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana (1987-88). Durante este período frequentou o Center for Advanced Visual Studies do M.I.T. - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge USA. Além das exposições individuais e coletivas que participou, destacam-se os seguintes prémios:

- **1984** "O Futuro é já hoje?" - Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian. 1ª Bienal dos Açores e Atlântico - Menção Honrosa da SREC.
- **1986** III Exposição de Artes Plástica da Fundação Calouste Gulbenkian. AICA-Philae – 1º Prémio da Associação Internacional de Críticos de Arte. Artista do ano.
- **1987** Prémios SEAT atribuídos às figuras que se destacaram nas diferentes áreas de intervenção social do país.
- **2000** Prémio Domingos Rebelo - Direção Regional da Cultura, Açores.

Está igualmente representado naquilo que se designa como Arte Pública:

- Paredes descobradas no altar-mor e na entrada da Igreja Matriz de Almada, a convite do Arquiteto Nuno Teotónio Pereira.
- Instalações/Homenagens a Goethe e Fernando Pessoa, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Relevos da entrada e envolvente da escadaria da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada e teto do Teatro Faialense, a convite do Arquiteto José Lamas.
- Painel de Azulejos, Escola Secundária de Lagoa, São Miguel.
- Painel de Azulejos, Jardim dos Corte-Reais, Angra do Heroísmo.
- Jardim de Pedra para as Vinhas do Pico (candidatas a Património da Humanidade).
- Escultura Pública "Áxis", Pousada do Castelinho de S. Sebastião, 2006.

APRESENTA EXPOSIÇÃO DE PINTURA

23. LUÍS GONÇALES BLASCO (FOZ), AGLP, GALIZA



TEMA 2.1. CELSO EMÍLIO FERREIRO, LUÍS GONÇALES BLASCO AGLP

Celso Emílio Ferreiro (Cela Nova, 1912, Vigo, 1979) foi escritor prolífico que chegou a ser conhecido pelo grande público principalmente como escritor de poesia cívica, ou de compromisso social. O poema mais conhecido, «Longa Noite de Pedra», foi um dos mais citados, recitados, aprendidos e reproduzidos na Galiza. A obra de Celso Emílio é objeto de homenagens na Galiza durante o ano 2012. Um dos aspetos menos estudados do poeta é o seu ponto de vista em relação ao modelo de língua. O autor dá a conhecimento documentos que demonstram a sua filiação pró-lusófona. Um dos episódios mais marcantes e citados da discussão intelectual sobre o galego, é o que se produziu com a publicação do artigo «A recuperação literária do galego», de Manuel Rodrigues Lapa, publicado pela primeira vez em 1973, e contestado por Ramón Piñeiro na revista Grial número 42, no mesmo ano. Precisamente nessa altura Celso Emílio Ferreiro manifestava-se parcialmente de acordo com Rodrigues Lapa. Alguns usos linguísticos do poeta confirmavam essa tendência.

CELSO E A SUA LÍNGUA

Já escrevi e falei em Celso Emílio Ferreiro umas quantas vezes e em diferentes meios, muitas delas quando em 1989 lhe foi dedicado o Dia das Letras. Mas sempre foram temas referidos à política, especialmente ao seu compromisso político. Neste ano em que se cumprem cem do seu nascimento quero falar mais uma vez do velho amigo, tocando outro assunto: as suas relações com a lusofonia. Se algum livro de poesia teve sucesso foi Longa noite de pedra; este está introduzido por dois textos de poetas queridos e admirados por Celso: Salvatore Quasimodo e Manuel Bandeira. O de Quasimodo disse:

Ser dun tempo e dunha terra. Eis o segredo da poesía máis humán e verdadeira.

Celso traduz o texto do italiano, mas esse Eis o segredo, em 1962, indica bem a ideia que Celso tinha do galego. O texto de Bandeira disse: Não quero mais saber do lirismo que não é libertação. Neste caso Celso não traduz nem adapta, o motivo é evidente: não crê que o deva fazer; por se não estiver claro, o poema que dá título ao livro também está introduzido por um texto de um poeta brasileiro:

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho*

tinha uma pedra

no meio do caminho tinha uma pedra

Carlos Drummond de Andrade

Cumprir dizê-lo já bem alto é claro: Celso era um grande leitor e admirador da poesia em português, da brasileira sobretudo. E também há que dizê-lo alto é claro: tanto Andrade como Bandeira, o grande vanguardista, eram qualquer coisa menos prosaicos. Digo isto porque há quem pensa que Celso mamou nos poetas social-realistas espanhóis que, tantas vezes, caíram no prosaísmo. Não é fácil saber todas as leituras portuguesas nem os correspondentes lusófonos de Celso: não era a ordem uma das suas virtudes, de tanto estar contra a ordem estabelecida Celso levou isso à sua vida pessoal. Não é que não guardasse cópia das cartas que escrevia, é que podia perder alguma das que recebia e também lhe ocorria com os livros. Não era despreço, não, era - simplesmente - que não sabia onde os / as “guardava”. Os seus câmbios de *domicílio também não o ajudavam*. Porém, sei por seu filho; Luís, que eram abundantes os livros em português na sua biblioteca (alguns dedicados); também sei por ele dos seus (seguramente não todos) correspondentes lusófonos: para além dos citados acrescentarei: Fernando de Assis Pacheco, Stella Leonardos Cobassa, Arsénio Mota, Manuel Oliveira Guerra, Joaquim Ponte, Manuel Rodrigues Lapa e José Viale Moutinho. Vejamos algumas declarações de Celso: no livro de Alfonso Magariños, *Galicia: Conflictos e Supervivencia* (Ed. Castrelos. Vigo. 1979) diz:

*"Concordo en parte coa tese de Rodrigues Lapa. Sin perder os seus vocábulos caraterísticos nin a súa morfoloxía propia, a nosa língoa deve achegarse, cando elo sexa factible (hoxe ainda non o é), á língoa portuguesa (...), especialmente na grafía e nalgunhas formas sintáticas que noutro tempo foron tamén galegas e que se perderon pola forte castelanización do noso idioma. Isto abrirá á nosa fala - e polo tanto á nosa cultura- perspectivas incalculables cara o mundo luso-brasileiro e o das antigas colónias portuguesas, que forman unha comunidade de máis de cento trinta millóns de persoas"*¹⁴⁶

Apesar dos condicionantes que põe o poeta, havia que ser valente para “concordar”, mesmo parcialmente, com Rodrigues Lapa em 1979 em plena cruzada anti-reintegracionista. Mas esta ideia não era nova em Celso, já a 1º de fevereiro 1964, na entrevista publicada em La Noche por Xosé Fernández Ferreiro, dizia:

O noso idioma, por outra parte, sendo como é matriz do galaico-portugués, ten un futuro radiante. Pensemos no Brasil que dentro dunhas ducias de anos, será un país tan importante e poderoso coma os Estados Unidos, ou a URSS, de hoxe. No Brasil fá-lase a nosa lengoa¹⁴⁷".

Assim de clarinho. E que a coisa vinha de velho, num texto que lhe podemos atribuir a ele publicado em Guieiro, 1º de janeiro de 36 lia-se:

¹⁴⁶O sublinhado é meu.

¹⁴⁷O sublinhado é meu.

Problemas da F.M.G.

*Logo teremos que establecer as esferas onde teñan desenrolo, inteferencias as nosas
Relacións, que serán istas:*

(...)

1.º Império da Língua: Outro servio de relacións, cuio nacimiento, intensidade e ampritude é, fora das considerables razóns sustanciás, por razóns de estratexia, da meirande urxencia. Portugal coas suas colonias e Brasil.

2.º Sob o pseudónimo / heterónimo de Aristides Siveiral publica Celso As cantigas de escárneo e maldecir. Entre elas figura este poema:

Un bípedo ronzal

*Portugués, non. Resulta moi ridículo
que o nome dunha patria benemérita
se enlixo apelidando a este pedículo
parásito ronzal de alma pretérita.*

*Non digas Portugués, di portugálico
pois gálico rezuma o rostro estólido
diste pinpín pasmón microcefálico
que ten un non sei que de peido sólido. pola*

*Chámalle ó tal, memez enciclopédica,
acólito sandeu, mula ortopédica,
bípedo insólito, orneo asnal.*

*Pero non Portugués, que isso dá pábulo
á que a xente confuna ó probe rábulo
co gran país de Antero de Quental.*

O poema está dedicado a Serafín Portugal Soto, primo do ex-conselheiro Miras. Portugal, um dos mais ativos inimigos de Celso, secretário da Irmandade, orgulhouse perante Xosé Manuel del Caño de ter expulsado Celso. publicou um livro que foi rejeitado pela própria Deputação provincial de Ourense, governada pelo Partido Popular. Nele chegava a lhe chamar falangista, quando quem realmente torcia pelo fascismo era o Serafín. Para além da crítica, Celso demonstra neste poema o seu grande amor por Portugal; este amor também o sentia pelo Brasil como demonstra no seguinte poema:

Samba

*Si eu non fose ave de paso
quedaríame eiquí a vivir*

*coiste vente, iste donaire
iste gasalleiro abril
que tanxe na madrugada
arpas que xamáis ouvín.*

*Si eu non fose ave de paso
quedaríame eiquí a vivir
que os camiños arrecenden
a laranxa e a alelí.
Misteriosos vagalumes
andan de noite a bulir,
semellando no aire quedo
unha chuvia de rubís.*

*Si o tempo tivera portas
eu pecharíame eiquí,
que os mences desta terra
son moi doces de durmir.
Balbordos de samba baixan
de outas torres de almasí,
lúa grande na badía
cun mar tinguído de anil.*

*Mais eu son ave de paso
sin lugar para vivir.
Busco unha fonte de paso
nun escondido país.*

*Si o mar tivera barandas
iría verte ao Brasil.
Mais como non ten barandas,
meu amor, ¿por onde hei dir?*

Río de Xaneiro, agosto, 1968

Pensara em fazer um espólio do léxico utilizado por Ferreira mas, finalmente, limitei o espólio à sua correspondência comigo (1969-1972) por julgar que o léxico dela havia ser mais espontâneo e descuidado, nele achei como palavras de uso sistemático formas proibidas até há pouco, algumas ainda o estão pela normativa ILG-RAG; eis algumas: até, ao, estabelecer, -bel, sofrer, achar, perto, coñecer, treidor.

24. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, LISBOA, PORTUGAL



TEMA: 1.4.0. LUSOFONIA: UM ESPAÇO DE ECOLOGIA DE SABERES, DE SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DE FRONTEIRA. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO.

Palavras-chave: colonialismo semiperiférico – lusofonia - ecologia de saberes – pensamento de fronteira – tradução cultural – sociologia das ausências – sociologia das emergências.

TEORIA DO PENSAMENTO ABISSAL. “ESTE LADO” E “O OUTRO LADO” DA LINHA ABISSAL E O COLONIALISMO SEMIPERIFÉRICO PORTUGUÊS.

A teoria do “pensamento abissal” (Santos, 2009: 23-71) propõe que a dominação económica, política e cultural específica do capitalismo, aplicada pelos colonialismos de modelos diversos, conduziu a determinadas hierarquias de conhecimentos e à tese de que o capitalismo global é hoje mais um regime cultural e civilizacional do que um modo de produção, abarcando domínios sociais impensáveis até há pouco tempo: a família, a religião, a gestão do tempo, a capacidade de concentração, o mérito, a moral, etc., com reflexos nos comportamentos sociais contemporâneos. A teoria citada consiste, fundamentalmente, num sistema de distinção de realidades invisíveis e visíveis, em que as primeiras fundamentam as segundas, e na asserção de que a realidade social está dividida em dois polos: “o deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”.

1. “ESTE LADO DA LINHA”.

No polo “deste lado da linha” podemos encontrar “tudo aquilo que é relevante” para a sociedade do Estado-nação em que a cidadania é herança dos princípios fundadores do liberalismo e que, entretanto, evoluiu para o contemporâneo neoliberalismo. E esse “tudo aquilo que é relevante” referido, pode descrever-se: o Estado, a legalidade e a ciência moderna. No âmbito destes três conceitos, que são os portadores da verdade, da paz e dos valores, se sustenta o paradigma da sociedade ocidental e global. Esta sociedade ocidental mantém-se, então, no balanço, permanentemente em tensão, entre o “ pilar da regulação social” (composto pelo princípio de Estado, princípio de comunidade e princípio de mercado) e o “ pilar da emancipação” (onde coabitam três lógicas da racionalidade, a saber: a estético-expressiva (artes e literatura), a cognitiva (ciência e tecnologia) e a moral (prática da ética e do discurso). O polo “deste lado da linha” tem, também, generalizada, a convicção de que só o seu direito é que pode fazer a distinção entre aquilo que é legal e aquilo que é ilegal, e por conseguinte, é ele que define aquilo que existe e aquilo que não existe e a ciência moderna que deste polo também faz parte, como

vimos, monopoliza a distinção entre o verdadeiro e o falso, subalternizando todos os outros conhecimentos alternativos não padronizados, como, por exemplo, a Filosofia ou a Teologia. Perante tanto monopólio destes dois pilares, “ pilar da regulação social” e “ pilar da emancipação” sistemática e hegemonicamente utilizados por “ este lado da linha” abissal, como se poderá, então, descrever o outro polo, o do “ outro lado da linha” e quais as suas características?

2. O “OUTRO LADO DA LINHA”.

Boaventura Sousa Santos fá-lo (Santos, 2009:25-36), ao referir que “o outro lado da linha” é onde se inscrevem os “territórios coloniais” e que nestes, a dicotomia que se aplica não é a dos dois pilares referidos, mas sim a da “apropriação/violência” (Santos 2009:32-36). As consequências são devastadoras: neste “outro lado da linha” não existe o conhecimento real que só pode ser certificado pelas ciências para atingir o grau de verdadeiro e, então, o que se nos apresenta não passa de crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, e tudo o que aconteça neste “outro lado da linha” torna-se descartável, invisível, não existe, não tem lei.

3. PENSAMENTO ABISSAL E COLONIALISMO.

Encontro nesta “teoria do pensamento abissal” a forma expressiva mais clarificadora da origem dos processos de colonização: o domínio político, económico, social e cultural que conduziu, pelos percursos diversos que a história moderna regista, ao apagamento e ao silêncio de populações, culturas, saberes e economias alternativas que deixaram, em muitos casos, de existir, para que, “este lado da linha” aí implementasse, ou tentasse implementar, de forma sempre parcial e imperfeita, nesses lugares coloniais, a teoria dos dois pilares de regulação social e da emancipação, ou seja, as características de domínio eurocêntrico, liberal e de cobiça. Esta teoria justificou, perante os poderes hegemónicos eurocênticos e imperiais a posse e exploração dos territórios coloniais e todas as violências inomináveis que se lhe seguiram, e pode bem ser sintetizada pelo hegemónico título do poema de Kipling (1899) “o fardo do homem branco”.

4. O PENSAMENTO PÓS-ABISSAL.

Regressando a Boaventura de Sousa Santos e dando continuidade ao seu pensamento sobre o assunto, ele afirma que ao “pensamento abissal” tal como foi referenciado, seguiu-se, após a Segunda Guerra Mundial, a descolonização, as suas consequências migracionistas e o recente fenómeno do terrorismo global, ou seja, um volte-face, um retorno (retorno porque referente ao “estado natural” do *Leviatã* (1651) hobbesiano) em que o “outro lado da linha” tem vindo a invadir o interior “deste lado da linha”, trazendo insegurança e originando uma nova forma de cidade e de Estado a que a velha fórmula de Estado-nação não consegue dar resposta cabal. Assim, têm vindo a aparecer “deste lado da linha” algumas formas de governo de “tipo colonial” e de “governo

indireto”¹⁴⁸, e que, de entre outras, apresentam as características de privatização e despolitização de emergências sociais, dos fracos à mercê dos fortes, das cidades com zonas selvagens e zonas civilizadas e defendidas, enfim um conjunto de consequências que, embora não venham ao caso presente, Boaventura de Sousa Santos vai chamar de ascensão do “fascismo social” (que apresenta cinco formas distintas).¹⁴⁹ O que interessa aqui reportar é que se dá, agora, o surgimento dum “cosmopolitismo subalterno”, um contramovimento de oposição cultural e política contra-hegemónica. Chama-se a este cosmopolitismo de “pensamento pós-abissal” e fundamenta-se no pensamento de que a compreensão do Mundo vai muito além da visão ocidental, e trata, sobretudo, de aprender com o Sul, usando uma “epistemologia do Sul, passando a atribuir relevo a uma “ecologia de saberes”.¹⁵⁰

- **5. A EXPANSÃO PORTUGUESA PELO “OUTRO LADO DA LINHA” E ALGUNS INTERCÂMBIOS, EM LUSOFONIA.**

- 5.1. OS ESPAÇOS DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA, PELO “OUTRO LADO DA LINHA”: UM MUNDO DE INTERCÂMBIOS.**

Em todos os espaços geográfico-culturais por onde se processou a expansão portuguesa iniciada no séc. XV e terminada no regresso “contra imperial” das “caravelas descolonizadoras”, na sequência da revolução do 25 de abril de 1974, necessariamente se processaram miríades de relações com morfologias tão diversas quanto os encontros podem ser: espanto inicial, curiosidade mútua, comércio, proselitismo religioso, amor, miscigenação física, racismo, desamor e guerra, escravatura com seus violentíssimos deslocamentos humanos em massa, domínio político e económico de diversidades localizadas, influências linguísticas transversais e traduções culturais, hibridismos, ideologias em choque frontal, filosofias e mitologias, imposições jurídicas, fraqueza ou fortaleza de administrações, recolha de ensinamentos, regressos traumáticos e independências por completar, frustrações e fantasmas, muitos fantasmas por caçar e muitas mais “nuances” de intercâmbios sem fim. Muitos destes intercâmbios passaram a integrar os sistemas de conhecimento dos diversos “outros” depois que avistados, ao mesmo tempo que reclassificava, permanentemente, por processo inverso, o sistema de conhecimento que tinha embarcado em Lisboa, nos diversos olhares que regressavam diferentes e desiguais, pois que aquela expansão ultramarina de que falamos estendeu-se do Atlântico, ao Índico e Pacífico e atracou nas Américas, nas Áfricas do Norte, Ocidental, do Sul e Oriental, nas Índias Ocidentais e Orientais, na Oceânia, na China e Japão. Em cada uma dessas geografias espaço-temporais e humanas, novas e diferentes formas de relacionamento político, comercial, económico e cultural surgiram, até que as circunstâncias históricas, sobretudo do século XVII em diante, despertaram noutras potências, leia-se, sobretudo Inglaterra e Países Baixos mas também França, a cobiça de comércios tão relevantes que, na sequência, passaram a orientar-se por um novo direito dos mares, como Hugo

¹⁴⁸ Colonialismo indireto foi uma forma de governo muito utilizada pelo colonialismo inglês em que as estruturas tradicionais de poder locais eram chamadas a colaborar com a administração colonial. Opõe-se ao colonialismo direto em que a potência colonizadora impunha diretamente administração ‘metropolitana’, como aconteceu nos colonialismos francês, português e espanhol.

¹⁴⁹ Santos distingue cinco formas de fascismo social: fascismo do apartheid social; fascismo contratual; fascismo territorial; fascismo paraestatal; fascismo da insegurança. Vd. Santos (2009:37-39) e, sbto. Santos (20010:310-313).

¹⁵⁰ Ecologia dos saberes. Vd. Santos (2010:143-153).

Grócio no seu tratado *De Mare Liberum* (1606) contrapunha ao visionário “Mare Nostrum” que dividia o mundo em duas zonas de influência (Tratado de Tordesilhas) entre Portugal e Espanha.

5.2. OS CAMINHOS DA LUSOFONIA, NESSE “OUTRO LADO DA LINHA”.

Trata-se, então, de tentar descobrir as pistas que, de algum modo, para além de todo o ciclo imperial português, agora fechado, possam ter contribuído para a emergência da “lusofonia”, um conceito novo mas nem por isso menos causticado e castigado por noções e estudos pós-colonialistas que, em geral ausentes sobre a questão do colonialismo português, muitas vezes o mistificaram, por se esquecerem, frequentes vezes, da especificidade deste colonialismo diferenciado dos outros colonialismos que manteve, portanto, outras consequências. A “emergência da lusofonia” como possibilidade e apesar do colonialismo português é, então, objeto deste ensaio. E, como tal emergência se originou nas muitas experiências sociais disponíveis no imenso espaço geográfico e humano por onde o conceito de “império português” se mitificou, vamos tentar saber, com o auxílio prestimoso da “sociologia das ausências”, qual terá sido o mistério envolvente dum conceito de “lusofonia” que tem arrastado tanta polémica.

6. OS ANTECEDENTES DA LUSOFONIA.

6.1. O COLONIALISMO SEMIPERIFÉRICO E OS SISTEMAS INTERMÉDIOS DE IDENTIDADES.

Santos (2010:214) é de opinião de que Portugal, como país periférico do sistema europeu, praticava um correspondente “colonialismo semiperiférico” ou “colonialismo subalterno”, relativamente ao colonialismo hegemónico da Inglaterra, e essa perifericidade era dupla, ocorrendo no domínio das práticas e dos discursos coloniais. Este facto, não permitiu a Portugal criar as condições para a prática de um “neocolonialismo”, como outras nações ex-colonizadoras europeias o fizeram. Por outro lado, o colonialismo português possui uma outra diferença radical, que é o facto de ter sido tanto “antecipatório” (iniciou-se no século XV enquanto as outras nações europeias começaram quando já o século XVI se adiantara) como “tardio” (só acabou em 1975, quando as outras nações tinham descolonizado a seguir à Segunda Guerra Mundial). Esta extensa duração, aliada às características de “colonialismo subalterno” provocou, é Santos quem o afirma (2010: 211-255), “sistemas intermédios de identidades” que intervêm ativamente no nosso tempo pós-colonial, tanto no antigo império como nos agora países independentes que foram antigas colónias, durante esta viagem que começou há mais de quinhentos anos. Passados que são, na generalidade, os tempos duma vigorosa afirmação das identidades nacionalistas dos novos países, na sequência da luta de libertação nacional que os conduziu às independências, pois que o colonialismo lhes impedia a expressão das ricas diversidades culturais (recordemos que estamos no “outro lado da linha” abissal), e dado que o colonialismo faz o reconhecimento do outro não como sujeito, mas sim como objeto, surge, atualmente, como mais importante, a necessidade de afirmação dos países como sujeitos na geoestratégia regional de cada um deles, na prossecução de políticas económicas, sociais e culturais tendentes ao progresso das suas populações. É público que os processos de libertação, iniciados em 1961 e concluídos em 1975 conduziram - estávamos no tempo da guerra fria - a opções previsíveis de alinhamento ideológico com o

bloco socialista que era aliado dos movimentos de libertação, afastando-os, no início das respetivas independências, da esfera da ex-potência colonial “semiperiférica” que era Portugal, tanto mais que as guerras entre os dois blocos hegemónicos (URSS/EUA/Pacto de Varsóvia/NATO) se transferiam, nessa ocasião, para longe das superpotências (preferentemente para África), ao mesmo tempo que, regressado do tempo das caravelas “imperiais”, Portugal desembarcava no cais de partida, integrando, agora, uma Comunidade Europeia que o acolheu na hora da incerteza. Mas regressava, perdido o império, cheio de fantasmas, tal como muitos outros fantasmas povoaram os novos países de língua oficial portuguesa. Desde logo, relativamente ao colonizador, o fantasma do total desmembramento dum império colonial mais mítico que real, de que a morte do Rei D. Sebastião e do seu projeto africanista iniciara o longo declínio com a perda não apenas da independência, mas de vários outros territórios ultramarinos (1580); depois, desde o século XVII, esse império restante dos mares e das riquezas orientais continuou a transferir-se para outras mãos. Seguiu-se a proclamação da independência do Brasil (1822), com um Imperador português (D. Pedro) à sua cabeça. Tal facto provocou uma grande desorientação na metrópole que desembocou na longa e terrível guerra civil no território português europeu. Que fazer de Portugal, perguntavam os pensadores da Geração de 70¹⁵¹? Seguidamente, a Conferência de Berlim (1885) e o Ultimatum inglês (1890) obrigaram Portugal a investir na ocupação efetiva e na administração e aproveitamento dos territórios coloniais africanos, até então, na realidade, ‘governados’ da capital sob uma forma política distante, distraída, ignorante e ineficiente.

Mas foi neste momento que começou o verdadeiro colonialismo português, dando mais rigor e sistematização à esparsa e inconsequente colonização efetuada até então e que se registava em alguns pontos da costa africana, quase exclusivamente para a captura e o comércio de escravos. No litoral angolano este comércio dependia, à data, quase exclusivamente de comerciantes negreiros brasileiros, sendo muito mais intensas as relações comerciais e culturais com o Brasil do que com Portugal. Para os lugares desabitados transpunham-se gentes de várias origens sociais, culturais e étnicas, enquanto nos lugares habitados por etnias e culturas sem língua escrita e sem capacidade de defesa perante o ‘descobridor’ (América e África) a língua portuguesa também serviu como forte instrumento de comunicação e poder. Nos lugares de culturas avançadas e com poder civilizatório e militar de resposta (Índia, China, Japão) ou demasiado longínquos (Oceânia e Austrália), foram preferidas as relações comerciais, religiosas e culturais e a troca de conhecimentos, sendo que no percurso marítimo até à Índia, a presença militar e naval se encontrava excepcionalmente bem organizada, numa rede de vigias e postos de apoio estratégico às navegações. Os “sistemas intermédios de identidades” gerados nestes mundos tão díspares e longínquos foram, efetivamente, muito diversos de lugar para lugar e, dada a escassez de gente dum reino tão pequeno e pouco populoso, igualmente, naqueles locais onde prevalecia a necessidade urgente de população, de administração e desenvolvimento económico se procedeu à miscigenação e à cooptação de naturais.

¹⁵¹ A Geração de 70 foi um grupo de intelectuais portugueses que tentaram revolucionar o pensamento e a cultura portuguesas, nos finais do século XIX, quando Portugal se encontrava entre dúvidas relativas ao futuro nacional: Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Batalha Reis, Guilherme de Azevedo. Exerceram forte influência no pensamento nacional.

7. LUSOTROPICALISMO...

Gilberto Freyre na sua teoria do “lusotropicalismo”, aproveitada de bom grado e oportunisticamente pelo Estado Novo, descreve algumas das características propícias à miscigenação física e cultural de que a identidade portuguesa era, à partida dos descobrimentos, já portadora (influências culturais europeias, africanas, árabes), que teriam proporcionado esse carácter preponderante de aceitação do diverso, de integração tropical e de facilidade para a miscigenação. Além do mais, Freyre descrevia as três características portuguesas inerentes a uma postura colonial: miscibilidade, mobilidade e aclimabilidade. Se é um facto que assim Portugal produziu os mestiços, pelo império fora (se bem que em escalas diversas), também é verdade que o racismo era latente nas sociedades coloniais portuguesas e os negros, índios e mestiços foram sempre tratados como inferiores na escala social e, durante o Estado Novo, com a prática do indigenato (Leis de 1926; 1930; 1933), em África, só ascendiam à nacionalidade portuguesa os naturais que soubessem ler e escrever, vestissem e professassem a mesma religião dos portugueses e mantivessem padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus. Esta lei só acabou em 1961. Citada por Almeida (2000:167), Cláudia Castelo (1998: dissertação de mestrado) é de opinião que o discurso lusotropicalista “*teria entrado no imaginário nacional e viria a ser reciclado, hoje, na ideia de comunidade lusófona*”. Almeida (2000:161) coloca, igualmente, dúvidas, quando refere que vislumbra uma intenção no “*recurso crescente à expressão “lusofonia” para reconstruir o reino do espírito (dos produtos culturais, ainda que também no plano institucional, com a CPLP...) o que se perdeu na materialidade político-económica.*”

8. ... E A SUA CRÍTICA.

A realidade, no entanto, não teria sido tão pacífica quanto esta teoria lusotropicalista argumentava e a violência intrínseca do imperialismo e da colonização portuguesa acontecia, sendo natural que muitas sublevações sucedessem contra a presença colonial, mormente entre o final do séc. XIX e o princípio do XX:

Enders (1997:70-72) refere:

Entre 1841 e 1920, René Pélissier recenseou pelo menos 72 campanhas na Guiné e 160 em Moçambique, de 1854 a 1916. No decurso do último decénio do século XIX, 45% do Orçamento de Angola, que é a colónia onde o esforço de guerra é mais importante, é gasto com as operações militares. A pacificação exige aí a presença de 40.000 homens entre 1848 e 1926. A submissão do Sul de Angola, e particularmente dos Ovambos, necessita das expedições metropolitanas até 1915.

9. A EMERGÊNCIA DA LUSOFONIA, PELA MÃO DA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS.

9.1. LUSOFONIA E COLONIALIDADE.

Então, e porque não é a história que nos traz até aqui, mas sim a lusofonia, afirmou-se mais atrás que Portugal regressou, em 1975, dum Império transformado em mito e no fim de uma guerra onde houve milhares de mortos e muitos mais feridos física e moralmente. Muitos fantasmas imperiais ainda ficaram por resolver, enquanto do

lado dos novos países de língua oficial portuguesa, em razão de fenómenos de oposição ao colonizador, muitos fantasmas perduram por entre as memórias de tanta e tão cruel guerra. Mas, apesar da violência colonial referida, e porque este tipo de colonialismo assumiu as características do citado “colonialismo subalterno”, ainda foi possível resgatar uma teia de relações entre colonizado e colonizador que passou para lá do lado político, social, e até do lado do confronto militar, criando uma zona de muitas interferências culturais e de aproximação entre os povos que pela língua portuguesa, nas suas diferentes utilizações, como materna, nacional ou segunda, conseguiram e conseguem comunicar-se e olhar-se, traduzir-se, criando culturas cada vez mais enriquecidas de novas construções e hibridismos. Braga (1999: 204) refere que as “civilizações luso-afro-brasileiras teriam sabido preservar formas de convívio fundamentadas na sensibilidade, que muito podem acrescentar ao novo homem do século XXI” e identifica o “espaço da Comunidade [lusófono] e o espaço do convívio fraterno e generoso, em que a afirmação da afetividade, longe de ser sentimentalismo piegas, é um ato de grandeza.”

No sentido em que caminhamos, é a esse sentimento que podemos chamar a “lusofonia”. Não se sabe qual a origem do termo, mas terá sido criado na linha de pensamento do congénere “francofonia” (por Onésime Reclus, em 1880, e mais tarde Léopold Sédar-Senghor, em 1960) e Pinto (2009: 55) é de opinião que este termo “lusofonia” “para a maioria dos estudiosos, tem um sentido que ultrapassa o conteúdo linguístico-etimológico”. Terá? Encontramo-nos perante o dilema que Aníbal Quijano (2009: 112) relata:

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objetivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados. Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados.

Parece-me ter sido este o caso do “colonialismo semiperiférico” português que apesar dos aspetos negativos inerentes, não consumou o “epistemicídio” completo, ou seja (Santos: 2009:10) “a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” (vd., também, Santos, 1998: 208) não tendo sido total, permitiu que se construíssem janelas de relacionamento. Numa entrevista ao ex-Secretário Executivo da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)¹⁵², Luís Fonseca, Pinto (2009: 55) relata a opinião daquele responsável: “a lusofonia, entendida no seu aspeto amplo, no seu aspeto integrador e de aproximação das culturas, dos valores e, inclusivamente das próprias vontades políticas dos países, pode constituir o cimento da CPLP”. Na realidade, esclarece Pinto (2005: 342):

¹⁵² Criada em 17 de Julho de 1996: inclui Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tome e Príncipe e, a partir de 2002, Timor Leste.

“o marxismo político nas colónias portuguesas de África serviu de instrumento da independência e, no período pós-independência, impôs uma exclusividade política e cultural que condicionou, ou melhor, impediu, o projeto da Lusofonia, visto pelos nacionalistas africanos e pelos seus aliados marxistas como uma estratégia neocolonialista”.

Existem vários modelos de relação entre o colonizador e o colonizado: o extermínio completo e sistemático do povo indígena (EUA, Austrália, Perú, México), facto considerado crime contra a humanidade, a transferência de populações, as chamadas “reservas” (EUA), o apartheid (discriminação social, jurídica e racial), a assimilação e em casos muito pontuais e excepcionais, a miscigenação física e cultural (espaços no nordeste brasileiro, Cabo Verde). Não assertivo, o quadro exposto serve para discussão. Posta a reflexão sobre o que se entende por “lusofonia”, passemos ao outro assunto que completa o capítulo: a “lusofonia”, emergiu, também, pela mão da “sociologia das ausências”?

9.2. LUSOFONIA E SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS.

Boaventura de Sousa Santos (2002:246) escreve:

...o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma rutura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças.”

Nos espaços coloniais a produção de não-existência foi paradigmática na desqualificação, invisibilidade e descarte de muitos outros saberes nos contextos locais, em virtude da própria prática intrínseca do colonialismo que trazia agregada a “razão indolente” eurocêntrica.

Esta “razão indolente” é criticada por Santos, sobretudo porque nela ocorrem, segundo o mesmo autor, quatro formas diferentes de se constituir: a razão impotente, a razão arrogante, a razão metonímica e a razão proléptica.¹⁵³ E Santos (2002: 240) atribui à “consolidação do Estado liberal na Europa e América do Norte, às revoluções industriais e ao desenvolvimento capitalista, ao colonialismo e ao imperialismo, (...) o contexto sociopolítico em que a razão indolente se desenvolveu.” Sendo um “colonialismo semiperiférico”, como referido, o colonialismo de Portugal não terá praticado uma “razão metonímica” tão radical como as potências coloniais de

¹⁵³ Razão impotente – nada pode fazer contra uma necessidade exterior a ela; razão arrogante – livre e incondicional, não tem necessidade de exercer-se; razão metonímica – a única forma de racionalidade que exclui qualquer outro tipo de racionalidade; razão proléptica – que concebe o futuro como superação do presente, linear, automática e infinita, não se preocupando em cuidar do futuro. (Vd. Santos, (2002: 238-239).

capitalismo industrial, que não tenha permitido, nos interstícios das lógicas de racionalidade, nos seus espaços, tanto metropolitanos como coloniais, a identificação de alguns outros saberes e práticas sociais com os quais interagiu e que hoje ainda permanecem. Na realidade, Santos (2002: 247) distingue cinco modos de produção da não-existência e entre eles, o primeiro é o da “monocultura do saber e do rigor do saber”, o qual “*consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respetivamente*”.

A expansão portuguesa tão alargada nos espaços geográficos e nos tempos contemporâneos à época, por vezes, quando foram simultâneos, possibilitou a legitimação de outras culturas e saberes, como o facto de as viagens terem transplantado conhecimentos científicos diversos, nas áreas das tecnologias, das ciências, da medicina, da zoologia, da botânica, da agricultura, e das culturas, religiões e línguas que foram sendo traduzidas, sincretizadas, na conceção da época, e até se terem trocado conceções estéticas diversas, sem uma exclusivista monocultura paradigmática. Em suma, à “monocultura do saber” responde-se com a “sociologia das ausências”. Quanto ao segundo modo de produção da não existência, “a monocultura do tempo linear”, que responde à ideia do progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização do liberalismo, o mesmo “colonialismo semiperiférico” português, não era dos modelos de colonialismos que seguiam na frente do sistema mundial capitalista e imperialista e, se era apontado pelas grandes potências imperiais por ter contemplado algumas assimetrias em relação ao centro, mais se refletiriam, por certo, nas suas colónias. Combate-se esta “monocultura do tempo linear” com a “ecologia das temporalidades”. Relativamente ao terceiro modo de produção da não existência, a “lógica da classificação social”, assente na monocultura da naturalização das diferenças e distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias, por exemplo as classificações racial e sexual, também o colonialismo português não terá seguido uma via de ortodoxia absoluta, pois, como referido, utilizou, sem dúvida o racismo e o patrimonialismo, como armas de poder e domínio, mas permitiu e até promoveu, em variadas paragens, a cooptação, a miscigenação e, ainda algumas práticas de colonialismo indireto (Índia, Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Guiné).

Santos (2002: 247-248) escreve:

A relação de dominação é a consequência e não a causa dessa hierarquia e pode ser mesmo considerada como uma obrigação de quem é classificado como superior (por exemplo, o “fardo do homem branco” em sua missão civilizadora). Embora as duas formas de classificação (raça e sexo) sejam decisivas para que a relação capital/trabalho se estabilize e se difunda globalmente, a classificação racial foi a mais profundamente reconstruída pelo capitalismo, como têm mostrado, entre outros, Wallerstein e Balibar (1991) e, de uma maneira mais incisiva, Quijano (2000), e Dussel (2001). De acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade

insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior.

A esta “lógica da classificação social” é contraposta a “ecologia dos reconhecimentos”. A “lógica da escala global”, em que o universal e o global são as formas por que se expressa a quarta “lógica da produção da inexistência”, fazem com que a não-existência seja produzida sob a forma do particular e do local. Efetivamente o “colonialismo semiperiférico” português permitiu, pela incapacidade da sua “subalternidade” (relativamente a outros modelos de colonialismos), a prática desta lógica tanto nos territórios colonizados quanto mesmo no território metropolitano. É a “ecologia das trans-escalas” que se opõe à “lógica da produção da escala global”, através da recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemónica. Quanto ao quinto critério para a produção duma lógica de não-existência, “a lógica produtivista”, as formas de capitalismo imperialista nas colónias portuguesas não obedeceram, por incapacidade da potência colonizadora, ao rigorismo teórico e prático pressuposto, mas não terão deixado de, tendencialmente se inscreverem numa lógica em que a não-existência foi produzida sobre a forma de “improdutivo” que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional. O regime de indigenato é uma prova cabal. A “ecologia da produtividade” dará resposta ao quinto critério da não-existência, o da “lógica produtivista”. Santos (2004: 249) é de opinião que:

A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemónicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemónicas poderem ser objeto de disputa política.

O exercício da “sociologia das ausências”, exige imaginação sociológica que abarca duas espécies: a imaginação epistemológica (diversifica os saberes, perspectivas e escalas de identificação, análise e avaliação das práticas) e a imaginação democrática (reconhece diferentes práticas e atores sociais). Regressando à questão que atrás se colocava, será que a emergência da lusofonia teve a ajuda ou foi conduzida pela mão da “sociologia das ausências”? Padilha (2008:58) argumenta:

... hoje vê-se que os estudiosos das literaturas produzidas em África já se podem valer, com segurança, dos instrumentais críticos produzidos por africanos, instrumentais que se sustentam, de modo cada vez mais competente, em signos africanos. Tais signos expõem e desenvolvem outras formas de pensamento que, por um lado, enfatizam a diferença colonial e, por outro, revelam o investimento desses sujeitos do conhecimento em suas histórias locais.

Consideremos, agora, o caso extremo de Margarido (2000: 66-67), para quem a língua não passou de um “agente específico da dominação destinado a repelir o outro”. Parece não corresponder a uma observação isenta de alguma paixão, já que outros pensadores e escritores não lhe atribuíram, apenas, essa função, mas a ela justapuseram algumas outras funções: a língua como fator de unidade nacional (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Brasil, Timor Leste, São Tomé e Príncipe), como possibilidade de encontro, mesmo que na relação agressora de poder entre colono/colonizado, e que, por fim, contendo em si esse exercício de dominar (o poder legislativo, religioso, administrativo, educacional), igualmente transportou aquilo que, na ausência de escrita, as oraturas, para além de por si próprias, puderam deixar como testemunho escrito. Permita-se a opinião do escritor Manuel Rui (2008: 27) enquadrando a língua escrita do colonizador na problemática da sociologia das ausências e ressaltando o duplo papel da lusofonia: espaço de resistência e espaço de conhecimento do outro.

Quando chegaste, mais velhos contavam estórias. Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz. Na nossa harmonia. O texto oral. E só era texto não apenas pela fala, mas porque havia árvores, parrelas sobre o crepitar de braços da floresta. E era texto porque havia gesto. Texto porque havia dança. Texto porque havia ritual. Texto falado ouvido e visto. É certo que podias ter pedido para ouvir e ver as estórias que os mais velhos contavam quando chegaste! Mas não! Preferiste disparar os canhões. A partir daí, comecei a pensar que tu não eras tu, mas outro, por me parecer difícil aceitar que da tua identidade fazia parte esse projeto de chegar e bombardear o meu texto. Mais tarde viria a constatar que detinhas mais outra arma poderosa além do canhão: a escrita. E que também sistematicamente no texto que fazias escrito tentavas destruir o meu texto ouvido e visto. Eu sou eu e a minha identidade nunca a havia pensado integrando a destruição do que não me pertence. Mas agora sinto vontade de me apoderar do teu canhão, desmontá-lo peça a peça, refazê-lo e disparar não contra o teu texto não na intenção de o liquidar, mas para exterminar dele a parte que me agride. Afinal assim identificando-me sempre eu/até posso ajudar-te à busca de uma identidade em que sejas tu quando eu te olho/em vez de seres o outro. Mas para fazer isto eu tenho que transformar e transformo-me. Assim na minha oratura para além das estórias antigas na memória do tempo eu vou passar a incluir-te. Vou inventar novas estórias...

As “estórias” passaram a incorporar o invasor, e o invadido e o invasor, ambos, iniciaram uma transformação que começou “no início” e é duradoura. A tradução começou nas “estórias” orais reconduzidas pela escrita. Na oratura agora passada a escrita, perpassou, nos interstícios da colonização, uma “sociologia das ausências” que modificou a identidade dos participantes. Até porque, e cito o pensador Eduardo Lourenço (1999: 174):

A lusofonia é uma “esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que conscientemente/ou inconscientemente, a ela se vincula”; mais, ela é “um continente imaterial

disperso onde a língua se perpetuou essencialmente a mesma, para lhe chamarmos, ainda, portuguesa e outra na modulação que os contactos com novas áreas linguísticas lhe imprimiu, ao longo dos séculos.”

E para que não haja essencialismos neocolonialistas:

o inocente tema da lusofonia é uma selva obscura ou voluntariamente obscurecida pela interferência ou coexistência nele de leituras, de intenções inconfessadas ou inconfessáveis, outras vezes bem explícitas, mas todas elas expressões de contextos, situações, mitologias culturais, de todo em todo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas.

Afirma igualmente Lourenço que a única centralidade portuguesa para a esfera da lusofonia é a “essência genealógica de caráter estritamente comunicacional” embora saiba que *“uma língua partilhada é bem outra coisa que intercomunicação. É uma partilha de ser e de sentir.”* Partilha de ser e de sentir, carga histórica de domínios impostos e opressivos, violentos, mas também de comunicação e de resistência, de comércio, de sentimento, de gestos vários, infelizes muitos, felizes outros, de muitas diversidades culturais, de amores e desamores, aí ficou, espalhada pelos 250 milhões de pessoas que a utilizam, o poder de comunicação duma língua global. Global e antihegemónica, porque desejada pelos oito países que a têm como nacional, todos eles inscritos no Sul de periferias regionais e mundiais, adjuvante no trabalho de recuperação dos saberes e das práticas culturais que, através da “sociologia das ausências” se vai produzindo. Deveremos, então, destacar a grande evolução do discurso e das práticas, relativamente ao lusotropicalismo ou às ideias confusas de comunidade lusófona, inicialmente propaladas.

10. LUSOFONIA E SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS.

10.1. DE UMA ECOLOGIA DE SABERES PARA UM COSMOPOLITISMO PÓS-ABISSAL E CONTRA-HEGEMÓNICO, NOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA.

Neste “outro lado da linha”, nos territórios ex-coloniais portugueses, ou pelo menos não em todos eles, carece de sentido afirmar que o conhecimento real não existisse e que tudo o que se passava seriam (Santos, 2009: 25) “crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos”, sendo invisível e sem lei. O Portugal semiperiférico, com um tipo de “colonialismo semiperiférico” ao criar polos de desenvolvimento nas colónias, criou elites urbanas e de alguma forma, sistemas económicos e sociais coloniais modernos que, arrisco afirmar, ultrapassaram, em espaços e alguns parâmetros, momentos e mentalidades, o estádio de desenvolvimento da “metrópole” europeia. Por outras palavras, o “ pilar da regulação social” (a conceção dum Estado Novo imperial, a impossível unidade de uma comunidade de um povo do Minho a Timor e a imposição às colónias duma economia vigiada e subalterna), não foi capaz de encontrar resposta às demandas do “ pilar da emancipação” (territórios coloniais de grande riqueza e variedade étnica, linguística e cultural, expressas em diversas formas de artes, literaturas, jornalismo, música, folclore; de grande e potencial desenvolvimento científico e tecnológico:

agricultura, pecuária, medicina tropical, fontes de energia; e de uma moral, a nível de discurso económico-social, muito mais liberal do que na “metrópole” e que ao nível da ética, desejava, com assertividade, libertar-se dos ditames duma colonização castradora, racista, violenta e anacrónica. Deste estado ou panorama, em minha opinião, resultou, nas colónias portuguesas, muito embora todos os problemas mencionados, uma economia de semicapitalismo (e de racismos vários), um relacionamento sociológico interno entre os indígenas (pretos, brancos e mestiços) e os metropolitanos que para lá se transferiram, uma contribuição para a construção das características nacionalistas que incorporou, com naturalidade, muito daquilo que parecia ser impossível, entre colonizador e colonizado. Mas isso aconteceu e “lusofonia” é o seu nome. Os países de Língua Oficial Portuguesa e Portugal, todos eles situados em periferias e subalternidades no sul das diversas esferas regionais e/ou mundiais, estão a contribuir, para um diferente e especial “cosmopolitismo subalterno”, e também para um contramovimento de identidades e oposição cultural e política contra-hegemónica, ou seja, para um “cosmopolitismo pós-abissal”, numa pluralidade imensa de culturas, expressas pela língua portuguesa. É, pois, a “lusofonia” um resultado e um contributo, igualmente, para a “sociologia das emergências”, sendo que esta (Santos, 2004: 256-257) *“amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta (...) e propõe uma nova semântica das expectativas”*. A lusofonia deveria trilhar a caminhada do futuro, na utilização da supramencionada “ecologia das trans-escalas”, através deste permanente e contínuo sopesar entre as experiências sociais disponíveis que a “sociologia das ausências” vai tornando visíveis e as experiências sociais que a “sociologia das emergências” vai expandindo, analisando os “globalismos localizados”, reconfigurando-os e, com a “imaginação epistemológica” e a “imaginação democrática”, contribuir para a pludiversidade dos conhecimentos e agentes das práticas. Santos aponta, então, que o verdadeiro problema é propor novas formas de pensar as totalidades e de conceber novos sentidos, ao mesmo tempo que se opõe à monocultura da razão metonímica, a grande teoria. Qual é, então, a alternativa? Qual o sentido das lutas pela emancipação social? E a resposta vem pela noção de “tradução”, (Santos, 2002: 262) *“procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências”*. No que se refere a África, o que mais afetou negativamente o sul foi o facto de ter de adaptar-se e resistir às imposições do Norte. Banuri (1990: 66) é de opinião que os povos indígenas foram obrigados a afastar as suas próprias energias positivas de transformação social, para poderem responder ao objetivo negativo de resistir ao domínio cultural, político e económico do colonizador, e Serequeberham (1991: 22) tem a opinião de que são dois os desafios colocados à filosofia africana, a saber, desconstruir as heranças eurocêntricas que o colonialismo lhe impôs (da educação, à política, do direito às culturas) e reconstruir e revitalizar a herança africana interrompida pelo colonialismo e neocolonialismo. Trata-se de um regresso ao diagnóstico, através do “globalismo localizado”, tendo em vista a sua reversão contra-hegemónica.

10.2. LUSOFONIA E TRADUÇÃO CULTURAL.

No trabalho de tradução dos saberes, Santos introduz o conceito de “hermenêutica diatópica” (Santos, 2002: 262-267), que é “uma interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas

entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas” e cita, como exemplo, a hermenêutica diatópica a propósito da preocupação isomórfica com a dignidade humana entre o conceito de direitos humanos ocidental, o islâmico de *umma* e o hindu de *dharma*. Não é possível continuar a estudar, nos limites deste trabalho, as interessantíssimas questões relativas às traduções possíveis nos espaços transfronteiriços culturais e no âmbito das sociologias das ausências e das emergências. No espaço lusófono, há 250 milhões de pessoas que procuram exercer, consciente e/ou inconscientemente, este trabalho de resgate e tradução de práticas e de culturas, nem que seja por tudo aquilo que é transportado numa língua comum (que pode e deve ajudar ao estudo e recuperação das línguas nacionais) e que não ficou definitivamente perdido pelas vicissitudes da história e do colonialismo. Termina, como não poderia deixar de ser, com Santos (2002: 268):

(...) o trabalho de tradução assenta num pressuposto sobre o qual deve ser criado o consenso transcultural: a teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral. Sem este universalismo negativo, a tradução é um trabalho colonial, por mais pós-colonial que se afirme. (...)

(...) O que traduzir? O conceito fulcral na resposta a esta questão é o conceito de zona de contacto. Zonas de contacto são campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem. As duas zonas de contacto constitutivas da modernidade ocidental são a zona epistemológica, onde se confrontaram a ciência moderna e o saber ordinário, e a zona colonial, onde se defrontaram o colonizador e o colonizado. São duas zonas caracterizadas pela extrema disparidade entre as realidades em contacto e pela extrema desigualdade das relações de poder entre elas.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . Almeida, Miguel Vale (1998), «Tristes Luso-Trópicos – raízes e ramificações dos discursos luso-tropicalistas», in *Um Mar Cor da Terra – raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- . Banuri, Tarik (1990), «Development and the Politics of Knowledge. A Critical Interpretation of the Social Role of Modernization Theories in the Development of the Third World», in Marglin, F. A. E Marglin, S. A., *Dominating Knowledge: Development, Culture and Resistance*. Oxford: Clarendon Press. 29-72.
- . Braga, José Alberto (1999) (coord), *José Aparecido o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova Editores.
- . Dussel, Enrique (2001), *Hacia una filosofía política crítica*. Bilbao: Desclee de Brouwer.
- . Enders, Amélie (1997), *História da África Lusófona*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- . Freyre, Gilberto (s.d), *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Livros do Brasil. (1ª ed 1940).
- . Gaivão, Luís Mascarenhas (2010), *CPLP: A Cultura Como Principal Fator de Coesão*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- . Hobbes, Thommas (s/d), *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Tradução de João Paulo Morais e Maria Beatriz Nizza da Silva, 2.ª ed.
- . Lourenço, Eduardo (1999), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- . Margarido, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- . Padilha, Laura Cavalcante (2008) «Literatura Angolana, Suas Cartografias e Seus Embates Contra a Colonialidade», in Ribeiro, M. C. e Padilha, L. C. (orgs) *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento. 57-73.
- . Pinto, José Filipe (2005), *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e discontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- . Pinto, José Filipe (2009), *Estratégias da ou para a Lusofonia: o futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- . Plumb, John Harold (2001), «Introdução», in Boxer, C. R., *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70. 11-17.
- . Quijano, Anibal (2000), «Colonialidad del poder y clasificación social», in *Journal of World Systems Research*, 6 (2). 342-386.
- . Quijano, Anibal (2009), «Colonialidade do poder e classificação social», in Santos, B. S. e Meneses, M. P. (orgs), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina. 73-117.

- . Rui, Manuel (2008), «Eu e o Outro – o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto», in Padilha, L. C. e Ribeiro, M. C., *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento.
- . Santos, Boaventura Sousa (1998), *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Gradiva.
- . Santos, Boaventura Sousa (2001), «Os Processos da Globalização», in Santos, B.S. (org), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- . Santos, Boaventura Sousa (2002), «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63. 237-280.
- . Santos, Boaventura Sousa (2009), «Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes» in Santos B. S. e Meneses, M. P. (orgs) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. 23-71.
- . Santos, Boaventura Sousa (2010), *a gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento. 2ª ed.
- . Santos, Boaventura Sousa (2010), «Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade», in Santos. B. S. ,*a gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.
- . Santos, Boaventura Sousa e Meneses, Maria Paula (2009), «Introdução», in “Santos, B. S. e Meneses, M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- . Serequeberham, Tsenay (1991), «Introduction» in Serequeberham, T. (org), *African Philosophy: The Essential Redings*. Nova Iorque: Paragon, xvii-xxii.
- . Wallerstein, Immanuel e Balibar, Etienne (1991), *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. Nova Iorque: New Press.

25. MANUEL POLICARPO, PINTOR CONVIDADO DA AICL, TERCEIRA, AÇORES



Manuel Policarpo é oriundo da ilha do Pico. Com rápida passagem pela Terceira, desde há muito que vai calcorreando o mundo. Contudo, quando lhe perguntam onde nasceu, responde, mitificando:

*nasci numa ilha
por cima do mundo.*

Alardeia que é circunstância do tempo e dos espaços e que apenas caminha por onde o levam seus próprios passos. Mas reclama a sua condição de intelectual europeu e, por isso, mantém uma altiva distância por tudo o que é localista, regionalista, nacionalista, com pavor por toda a manifestação chauvinista.

Vagamundeou o planeta – a Europa, antes de mais, onde descobre a latinidade e o romanismo como essência do aprendizado; as áfrias, de que não detém nem ao menos os cheiros; as américas que o deslumbram de Norte a Sul; as árias que o inebriam, mas que lhe deixam, apenas, fugazes miradas que, a custo, guarda na memória. Reconhece, no entanto, ser ilhéu do Atlântico, reivindicando a ancestralidade de povoador primeiro dos Açores, reproduzindo, sobretudo, por mor de um tal capitão Thomé Gregório Ramalho, fecundador insaciável da Prainha do Norte, e de um tal João Salinas, escravo dos religiosos de São Francisco de Angra, putativo pai de uma pequena que vem a casar com Manuel de Barcelos, do melhor semental do Ramo Grande da Terceira: escravo e senhor, assim organiza o seu código genético.

Aprendeu as capacidades expressivas da cor, primeiramente com a mãe, artista do efémero, artífice de flores de açúcar, hábil manuseadora dos corantes *for cooking effects (special effects...)*, que deslumbravam a

burguesia angrense. Aliás, em entrevista a um diário português entretanto desaparecido, em 1978, considera que a gastronomia é a mais próxima arte da pintura. Mas também aprendeu as pinceladas infantis com velhas tias, que matavam as tardes húmidas esticando telas, bordando panos, repetindo mortas naturezas, moribundas cenas de caça, ingénuas representações etnográficas.

Depois, partiu, sem bilhete de retorno, à descoberta de sítios, paisagens, museus, mausoléus, poetas, escultores, pintores, gente, cidades com gente dentro, campos infindos com alma pressentida. Correu o Vale de Santarém, Ceca, Meca, a Casa do Diabo, o Cu de Judas, a Canada do Briado... Nunca tirou fotografias, com a presunção de que as pupilas dos olhos estabeleceriam *free connection* com os infindáveis rams da memória, e que guardaria no disco duro os motivos essenciais do que queria figurar. Enganou-se: reconhece, hoje, que muito jeito lhe daria uma oficina que procedesse a um upgrade no disco duro da moleirinha.

Nunca vendeu um quadro, vejam bem.

Afirma, no entanto, ter olhos de cartógrafo, mãos impulsivas, índole de gravador. Experimenta, experimenta sempre, nunca estabelecendo, a priori, a técnica que vai utilizar. Deslumbra-se com o exótico, e vai inscrevendo mapas, rotas, mitos, símbolos... crendo, assim simular, em síntese, o que viu em vasos gregos, em *paper-rocks* indo-americanos, nos flamengos prediletos, nos impressionistas afeiçoados, nos contemporâneos ousados. Confuso, portanto.

Por isso dele dizem: é um *poseur*! – alça a sobrancelha esquerda por detrás das lentes do estigmatismo com desdenhoso trejeito perante a mediocridade e, tão só porque peregrinou as sete partidas e já tem cãs sobejas e aprendizagens múltiplas, nem sequer reage aos que o sussurram como diletante, cultivando uma ironia que, por vezes, roça o sarcasmo impiedoso.

- ‘Tou-me maribando! – proclama do pico do Pico da sua altivez senhoril, do cume da sua libertada escravidão, do topo da sabedoria que lhe concedeu o passadio.

Nunca vendeu um quadro, mas tem uma invejada coleção de arte, que foi construindo através de trocas com pintores conhecidos e ignorados – desde o Camboja, Rajastão, franças e araganças, quase todas as *presque-îles*. E, assim, as suas obras estão dependuradas nos muros dos quintos do mundo.

Afirmam os amigos mais íntimos que do que gosta, mesmo é da blague. E ninguém, como ele, de um modo muito vencidista-esquerdelhista, conforme à sua feição de incorrigível *vieux soixante-buitard*, *négligé soigné*, cultiva a amizade seletiva, libertária, boémia e transgressora. Donde, custa a entender por que, finalmente, resolve mostrar, em exibição, o que tem feito. Por mim, que o conheço há perto de sessenta anos, creio que é por amor às suas Ilhíadas (ao Pico e à Terceira de afeições terrunhas, primacialmente) e também por vínculos de fraternidade a Dimas Simas Lopes, condiscípulo, utópico como ele que resolve sustentar uma galeria no não-lugar, cartografado no Terreiro do Galhardo, Ladeira Branca, freguesia da Feteira, ilha Terceira, Açores, *omphalós*, do planeta. - Uma recente Exposição Intitulava-se *As Ilhas Conhecidas - Cartografia e Iconografia*



26. MARIA HELENA ANÇÃ, (MARIAHELENA@UA.PT), CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES / UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL



TEMA -1.4.2. INSULARIDADES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO PORTUGUÊS: O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA,

O termo 'insularidade,' em contexto migratório, pode remeter para o modo de estar e de sentir de alguns estrangeiros, quando o não-domínio da língua portuguesa (LP) e das regras socioculturais, neste caso, em Portugal, constituem uma barreira real ou imaginada. Assim, escolhem viver na 'sua ilha' e interagem quase exclusivamente no seio da sua comunidade de origem. Pelo contrário, outros optarão por conservar as suas referências maternas e acrescentar a estas novas referências da sociedade de acolhimento. A fim de ilustrar estas duas situações, apresentaremos um estudo do qual seleccionámos duas participantes: uma cabo-verdiana e uma chinesa. Nas suas narrativas são relatados os seus percursos linguísticos e de integração e cuja análise incidiu sobre dois eixos temáticos: *consciência etnolinguística* e *integração* que se especificam, posteriormente, em outros eixos subsequentes. As narrativas registadas traduzem percursos distintos, quer na LP quer na sociedade portuguesa, com posturas também singulares face à(s) sua(s) LM(s) e ao lugar ocupado por esta(s) no (re)desenho das suas

identidades. Paradoxalmente, a locutora cabo-verdiana é aquela que manifesta mais fortemente a sua insularidade, não obstante viver há vários anos em Portugal e ter nascido num país de língua oficial portuguesa.

Palavras-chave: LP, insularidades e imigração, identidade.

1 INTRODUÇÃO

No *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 5, Morais (1949: 994) define **insularidade** como “a qualidade do que é insular”, ou seja, “tornar igual ou semelhante a ilha”. Nesta conformidade, *insulares* serão também os cidadãos estrangeiros que chegam a Portugal, movendo-se pouco ou nada na língua do país de acolhimento. Na sua trajetória de integração podem optar por manter a sua insularidade, fechando-se sobre a sua língua e cultura e interagindo apenas no seio da sua comunidade de origem, ou, pelo contrário, mesmo conservando as suas referências maternas, fazem pontes e cruzamentos entre o seu passado linguístico e cultural e o seu presente/futuro na sociedade de acolhimento, (re)modelando, assim, uma nova identidade. Como afirmam vários autores (Byram, 2006; Deveau, Landry e Allard, 2005) as línguas são símbolos de identidade e usadas pelos falantes para marcar as suas (diferentes) identidades sociais, dado que cada um pertence a vários grupos sociais, e também (etno)linguísticas. Estas últimas apontam para componentes distintas, como a ‘autodefinição’ (*quem sou eu?* em diferentes planos e situações) e o ‘engajamento identitário’, remetendo para a significação afetiva dessa identidade (Deveau, Landry e Allard, 2005). Nesta perspetiva, parece-nos oportuno introduzir o conceito de ‘consciência etnolinguística’, um pouco na linha de Dabène (1994: 103). Para esta autora, este tipo de consciência permite ao sujeito relacionar o seu repertório linguístico com a sua definição identitária, considerando a língua um elemento “geneticamente constitutivo da sua personalidade”¹⁵⁴ e ainda uma marca de pertença a uma dada comunidade. Em contextos migratórios, as identidades vão ganhando novos contornos sociais, culturais e linguísticos, constituindo “*nouveaux territoires intimes, nouveaux passages vers l’altérité*” (utilizando as palavras de Gohard-Radenkovic e Rachedi (2009), retiradas do subtítulo da obra *Récits de vie, récits de langues et mobilités*). As línguas, com efeito, são apropriadas, e apropriam-nos, nos novos territórios de acolhimento e entram na nossa história de vida, marcando novos traços da nossa personalidade e identidade. No entanto, é necessário que a integração, em território alheio / nosso território agora, seja uma das finalidades das nossas vivências e que sobre ele um espaço de partilha se construa, sob pena de isolamento (no seu nicho, sua ilha?). Como afirma Pena Pires, a integração designa “o modo como os atores são incorporados num espaço social comum” (2003:13). A propósito de um estudo com três jovens africanos¹⁵⁵, estudantes na Universidade de Friburgo, e no quadro de narrativas [de vida], Gerber clarifica a terminologia, preferindo a palavra ‘adaptação’ a integração. Trabalhando sobre narrativas que são, pela sua natureza, subjetivas, o termo adaptação parece ser mais preciso e adequado:

¹⁵⁴ Tradução nossa.

¹⁵⁵ Respetivamente da Etiópia, de Marrocos e do Togo.

“Les stratégies [d’adaptation] que nous avons identifiées répondent à des tensions perçus par nos interlocuteurs – dont ils ont eux-mêmes fait l’expérience ou, plus généralement, vécues par le groupe social de “l’étranger visible” auquel ils s’identifient (ou non)” (2009:251)

Por outro lado, e ainda segundo a mesma autora, a narrativa, transmissora de representações individuais, não permite julgar efetivamente o grau de integração dos informantes, mas apenas as percepções das estratégias que utilizaram para *“négocier leur place dans la société d’accueil”* (Gerber, 2009:251).

2. O ESTUDO

Este trabalho enquadra-se num estudo mais vasto¹⁵⁶, do qual apenas selecionámos duas jovens imigrantes em Portugal: CV e CH.

CV é uma cabo-verdiana de 34 anos, auxiliar de educação numa Escola do 1º Ciclo, nos arredores de Lisboa. Veio para Portugal há 13 anos. Diz ter o nível de escolaridade correspondente ao 10º ano. Considera sua LM o Crioulo Cabo-verdiano, porque foi a língua com que cresceu, “a primeira língua, a língua do país de origem”;

CH é uma chinesa de 17 anos que frequenta o 10º ano, em Aveiro. Ajuda também os pais no restaurante de que estes são proprietários, residindo esta família em Portugal há apenas 3 anos. Considera o Chinês e o Português como LMs, porque são as línguas que fala melhor e que usa “normalmente”.

Com cada uma destas duas jovens foram realizadas entrevistas semidiretivas, respetivamente na escola onde trabalhava CV e no restaurante dos pais de CH.

Para analisar as suas narrativas elegemos dois eixos temáticos, a saber:

27. ‘consciência etnolinguística’ que contempla a ‘afetividade face às línguas’ (LP e LM/língua materna) e a ‘identidade pelas línguas’ (LP, LM);

28. ‘integração’ que se abre em ‘ancoragem’ e ‘rota’. A primeira representa a forma pela qual a integração é/não é facilitada e processa-se de duas modalidades: modalidade referencial, conhecimento do mundo, da cultura (erudita e/ou do quotidiano), mas também de amigos, familiares; e modalidade linguística, o elo através de (algum) conhecimento da língua¹⁵⁷. Por seu turno, a ‘rota’ consolida-se com expectativas e projetos futuros na LP/pela LP (permanecer em Portugal, partir para outros países de LP...)

Esquemmatizando:

Eixos de análise
Consciência etnolinguística
1. ‘afetividade face às línguas’
2. ‘identidade pelas línguas’

¹⁵⁶ *Aproximações à Língua Portuguesa: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal* (POCI/CED/56110/2004), projeto coordenado por M. H. Ançã.

¹⁵⁷ Em suma, pretende-se responder a estas questões: de que forma o conhecimento do meu mundo/língua ajuda a minha integração em Portugal? de que forma o conhecimento de outros mundos/línguas ajuda a minha integração em Portugal?

3)	Integração
2.1. 'ancoragem'	
2.2. 'rota'	
(Ançã, 2007).	

Passemos, então, à análise das narrativas de CV e CH.

4) **CONSCIÊNCIA ETNOLINGUÍSTICA**

No campo 'afetividade', CV centra-se no Crioulo unicamente, não sendo identificada, neste âmbito, a LP. O Crioulo é referido com bastante densidade, porque, por um lado, é mais "natural" e espontâneo ("Falo Crioulo porque eu sinto mais natural", "Sai automaticamente"), por outro, porque o Crioulo remete para a vida, infância, adolescência, solo materno ("é a alegria, o bem-estar, sei lá, é muita coisa, infância, é adolescência, os amigos, "a terra, é saudade").

CH tem um forte sentimento de pertença em relação ao Chinês. Focaliza-o com orgulho e alguma nostalgia, pela distância geográfica sentida pela própria e pela distância que a sua língua e cultura apresentam para a maioria dos portugueses:

"O Chinês é propriamente a minha LM, (...) sempre gostei e sei falar bem, aprendi desde pequena.", "Às vezes (...), há, por exemplo, aqui no restaurante, (...) pessoas [que dizem]: "Olha eu sei falar Chinês!", não é assim falar bem, mas é umas palavras, uma pessoa sente-se, olha: ele sabe um bocadinho cultura do meu país... sente-se mais contente".

Quanto ao Português, CH refere-se muito positivamente, afirmando, por três vezes, gostar muito da LP e, além disso, ter jeito (" Eu acho que tenho jeito para Português, nem sei bem porquê, mas tenho"). De salientar ainda as referências ao Francês, que compara com o Português em termos de línguas próximas ("Para o Francês, a LP dá um bocadinho de jeito (...) são línguas da mesma origem"), mas do qual 'não gosta tanto' como do Português.

No campo 'identidade', encontramos marcas, quer no discurso de CV quer no de CH.

CV, curiosamente, refere a LP como parte de uma 'identidade' adquirida no passado e em construção no presente ("é lembrar da nossa História, (do) que fomos, colonização, imigração", "é ser um bocadinho cidadão europeu"). Em CV, o Crioulo, sua LM, representa as raízes profundas da sua identidade: "Falar Crioulo é ser cabo-verdiana", "[é] ser badia¹⁵⁸, é ser africana".

Para CH, a primeira língua e a primeira terra são os pilares da sua identidade: "Eu acho que a LM é a primeira língua (...), contacto, depois de nascer", "[A China] é o país onde nasci, uma pessoa tem sempre uma relação

¹⁵⁸ Natural ou habitante de Santiago.

especial com aquela terra”. Contudo, vivendo em Portugal, praticamente não fala Chinês: “Preciso muito mais de Português do que Chinês”.

Verificamos, por conseguinte, que a falante CV apresenta laços afetivos e identitários muito marcados com a sua LM. Na sua voz, a LP representa o passado colonial, sem já o peso ideológico do colonialismo, mas como uma pequena porta para o exterior, uma nova identidade em construção (“[é] ser um bocadinho cidadão europeu”). Em CH, os laços com o Chinês também são evidentes, embora de uma forma, por ventura, mais mítica pelo geograficamente longínquo, e por ter deixado o país natal muito jovem, aos 13 anos e meio. Contudo, a LP é, no presente, a referência quotidiana, enquanto o Chinês, língua de herança, será a matriz e o simbólico. Se, primeiramente, CH afirmou que ambas as línguas eram suas LMs, no decurso da entrevista, os espaços aparecem distintos, embora cruzados: as fortes raízes familiares a que se juntam as novas raízes que começam agora a crescer.

5) INTEGRAÇÃO

Como já mencionado, este eixo abre-se em duas vias: ‘ancoragem’, ou seja, a forma pela qual a integração foi facilitada (por elos referenciais ou por elos linguísticos) e ‘rota’, projetos/destinos futuros com a LP.

Assim, a ancoragem referencial é muito nítida em CV e muito ténue/inexistente em CH.

Para CV, partindo do pressuposto de que onde há cabo-verdianos, há solidariedade, chegar a Portugal e encontrar parentes ou amigos de amigos facilitou muito: *“Mesmo os cabo-verdianos não tendo cá familiares, já têm conhecidos, já têm um amigo (...) já têm um amigo do amigo”. Por outro lado, “já estava preparada”, de algum modo, para viver em Portugal, “porque na escola aprendemos coisas cá de Portugal” (...), “da cultura”.*

Para CH, a integração no início, “custou um bocadinho” porque “não conhecia nada”: “É muito complicado viver no meio de pessoas estranhas”, mas rapidamente se adaptou através da Escola e dos colegas e amigos que foi conhecendo. Aliás, a Escola desempenha um papel muito positivo na convivência entre nativos e não nativos (Reste e Ançã, 2011).

Quanto à ancoragem linguística, as perspetivas são diferenciadas, como expetável. CV conhecia já a língua e um pouco da sociedade portuguesa, enquanto CH não tinha quaisquer conhecimentos.

CH sublinha que a colonização “trouxe coisas boas”, e a LP foi, sem dúvida, uma delas. Chegar a Portugal e saber comunicar, “facilita as coisas”. No entanto, como diz também em relação à LP, nunca necessitou muito de usar esta língua, enquanto estava em Cabo Verde, dado falar sempre Crioulo (“Em Cabo Verde falamos Crioulo no dia a dia”), só quando chegou a Portugal, se apercebeu da sua importância:

“Depois de eu ter vindo para cá, eu percebi melhor o Português, qual é a necessidade de falar, qual a importância de falar o Português e de saber falar Português (...) porque são falhas que no meu caso trouxe desde a escola, nunca, nunca dei muita importância, n’ é? até que eu tenho dificuldades em falar Português (...)”

As dificuldades linguísticas, que a locutora CV diz sentir, nunca foram colmatadas. Não investiu posteriormente numa aprendizagem mais sistemática da LP, como fazem alguns estrangeiros, nomeadamente os ucranianos que investem numa autoaprendizagem e/ou procuram aulas de LP em Centros ou Associações, em Portugal (Ançã, 2008). Este facto leva CV, de algum modo, a fechar-se na ‘sua ilha’ e a contactar essencialmente com cabo-verdianos, seus vizinhos e amigos.

Quanto a CH, quando chegou a Portugal, não sabia falar a língua do país. Sentia-se de princípio muito sozinha. Contudo, por frequentar a Escola, com rapidez aprendeu a LP, e cedo se sentiu falante desta nova língua, tendo compreendido imediatamente que esta seria uma ‘chave’ para a sua inserção e sucesso escolar e social. Desde logo a considerou LM a par do Chinês.

Podemos concluir que a LM e os saberes referenciais anteriores não tiveram grande impacto nestas entrevistadas. No entanto, CH ultrapassou as barreiras socioculturais e linguísticas, porque o meio em que se movia lhes facilitou a descoberta e a construção de âncoras. CV, com um percurso linguístico que passou (muito?)¹⁵⁹ pela LP e possuindo várias referências culturais, é aquela que parece menos ‘ancorada’. Trabalha num bairro e numa escola onde predominam cabo-verdianos e os seus amigos são principalmente de Cabo Verde.

Recuperando Gerber (2009), podemos afirmar que as estratégias de adaptação de CH para se ancorar na sociedade portuguesa passaram pela grande vontade e predisposição (nas suas palavras), para a aprendizagem da LP. Quanto a CV, apenas lamenta as suas fracas competências em língua (do seu ponto de vista), limitando-se a ouvir falar Português para ‘aprender qualquer coisa’ (“ouvindo as pessoas”, “estar atento”).

No que toca à ‘rota’, perspectivada esta como inscrição no futuro, apresenta-se deste modo: a rota de CV é vaga, afirma querer ficar em Portugal e “ir a Cabo Verde, só de férias”. Pelo contrário, no caso de CH, a rota está traçada. CH pretende licenciar-se em Medicina, em Portugal, ser médica neste país, mas põe a hipótese de ir à China aprender Medicina Oriental e voltar para Portugal com os novos conhecimentos: [quero]“*aprender alguma coisa lá e depois voltar para cá*”.

Sintetizando: no campo ‘integração’ as duas vias, ancoragem e rota, que a sustentam, vão a par. De um lado, temos CV, do outro lado, CH. CV isola-se na sua insularidade, revendo-se apenas nos seus pares, é imprecisa, não quer ter muita ambição, pretende somente permanecer em Portugal, sem grandes projetos. A outra jovem define a sua rota, com amarras cada vez mais sólidas a Portugal, sem, no entanto, se desligar da herança do Oriente.

6) COMENTÁRIO FINAL

Como pudemos constatar, os modos de viver *insularidades* são distintos nestas duas jovens entrevistadas. A cabo-verdiana que vive em Portugal há mais de uma década, e aprendeu em Cabo Verde a língua oficial, não considerou necessário desenvolver competências de adaptação linguística, – embora não tivesse tido uma prática diária de LP no país natal –, nem desenvolveu competências de adaptação a nível sociocultural. O seu (não?) saber-viver na língua e no território transformou os seus horizontes numa espécie de fronteira. Digamos que a adaptação

¹⁵⁹ O Português é ainda a única língua oficial em Cabo Verde, embora se estejam a criar condições para que o Crioulo tenha o mesmo estatuto.

é um patamar anterior à integração, no qual o sujeito desenvolve estratégias e competências que conduzem à integração propriamente dita. Foi o caso de CH, que tendo chegado a Portugal sem quaisquer saberes anteriores, em pouco tempo construiu sólidas âncoras, que tornaram a sua ilha num lugar mais amplo e habitável, onde o ocidente e o oriente se cruzam, mas não se fecham.

7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ançã, Maria Helena (2007), "Ser e estar nas línguas: relato de três mulheres imigrantes em Portugal". In Ana Paula Pedro, António Martins e Carlos Fernandes (coord.). *Congresso Educação e Democracia. Representações sociais, práticas educativas e cidadania*. Aveiro: Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro, 389-397 (CD-ROM).
- Ançã, Maria Helena (2008), "Apropriação da Língua Portuguesa: o exemplo de um público ucraniano adulto e jovem adulto". In Paulo Osório e Rosa Meyer (orgs. e coord), *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira – Da(s) Teoria(s) à(s) Prática(s)*. Lisboa: LIDEL Editores, 119-137.
- Byram, Michael (2006), *Langues et identités. Étude préliminaire. Langue de scolarisation*. Estrasburgo: Division des Politiques linguistiques.
- Dabène, Louise (1994), *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues*. Paris: Hachette.
- Deveau, Kenneth, Rodrigue, Landry et Allard, Réal (2005), "Au-delà de l'autodéfinition. Composantes distinctes de l'identité ethnolinguistique" in *Érudit*, 20, 79-93
- <http://erudit.org/apropos/utilisation/htm>, acedido em 16/08/2012).
- Gerber, Alexandra (2009), "Le récit de vie, un récit initiatique révélateur d'un double processus de médiation. Le cas d'étudiants africains dans le contexte fribourgeois". In Aline Gohard-Radenkovic, et Lilyane Rachedi (dir.) *Récits de vie, récits de langues et mobilités. Nouveaux territoires intimes, nouveaux passages vers l'altérité*. Paris: L'Harmattan, 251-267.
- Gohard-Radenkovic, Aline et Rachedi, Lilyane (dir.) (2009), *Récits de vie, récits de langues et mobilités. Nouveaux territoires intimes, nouveaux passages vers l'altérité*. Paris: L'Harmattan.
- Morais Silva, António (1949), *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 5. Lisboa: Editorial Confluência.
- Reste, Carmen D. e Ançã, Maria Helena (2011), "Gostar da pessoa pelo que ela tem dentro...relações de convivência entre alunos autóctones e alunos estrangeiros" in *Indagatio Didática*, Vol.3, 1
- <http://portal.doc.ua.pt/journals/index.php/ID/article/view/Article/917>, acedido em 16/03/2011).
- Pena Pires, Rui (2003), *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.

27. MARIA ZÉLIA BORGES, UPM, JUBILADA, S. PAULO, BRASIL.



TEMA 1.1. UMA OBRA DE MEMÓRIA DA SERRA: O CAIXÃO DAS ALMAS,

Uso, em mote, trecho de um poema de Vilca Marlene Merízio, para tratar de um livro de Antropologia.

Altero o poema em sua partição de versos, para que melhor sirva a meu propósito:

*Hoje, só as pontes construídas
pelo fio da memória,
que, às vezes se perde, mas logo retorna,*

tecem a história,

O livro de Antropologia, da autoria de Dr. Alberto Martinho – *O caixão das almas* foi usado na elaboração de sua dissertação de mestrado. Homem voltado para o futuro, pois era, então, professor a preparar jovens para profissão na vida adulta, foi sagaz ao registrar a memória de sua aldeia, ciente de que um povo que não preserva seu passado não saberá construir seu futuro. Na obra em questão, usa a memória de uma taberneira da Aldeia da Giesta, na Serra da Estrela, Portugal, calcada em fatos que parecem tecer obra de ficção, em autobiografia, mas baseados em justa teoria, cujos tópicos se apresentam apenas em uma introdução e em índice remissivo aposto no final do livro. Simultaneamente, sua obra se presta a estudo de língua portuguesa, pois ressalta, em grifos e explicações parentéticas, questões relativas a variantes lexicais, interessando, portanto, a estudiosos da Lusofonia.

1.1. O AUTOR DO LIVRO

Alberto Trindade Martinho nasceu na Aldeia de Giesta, onde se passam os fatos narrados em *O caixão das Almas* – desigualdade social numa aldeia serrana. Deu este nome a sua aldeia natal assim como buscou pseudónimos para seus habitantes em respeito à privacidade a que têm direito seus sujeitos e a comunidade em foco. Contudo, acabou por revelar o nome real da vila porque, em nota de rodapé, à página 29, afirma ter indicado sua população de 682 residentes (em Martinho, 1972). Mas em notas biográficas apostas à orelha da primeira capa inclui entre suas publicações uma única obra de 1972, *Sabugueiro, uma Aldeia da Serra da Estrela*. Parece que estamos diante de um ato falho que acaba por revelar o nome da aldeia que camuflou em *Caixão das Almas*. Junto desta indicação aparecem duas outras referentes à mesma Serra: *O Pastoreio e o Queijo da Serra* (1978) e *O Queijo da Serra* (1980). Justifico minha afirmação de que o Dr. Martinho é homem voltado para o futuro enquanto professor por longos anos, a preparar jovens para profissão na vida adulta, mas trabalha na preservação da memória de sua terra com sua obra escrita, à frente de proposta de concessão de título de Professor emérito do Instituto Politécnico da Guarda, em sua Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH). Tal proposta foi assinada pela Diretora da ESTH, (Prof. Anabela Sardo), pela Presidente do Conselho Técnico-Científico, (Prof. Zaida Pinto Ferreira) e pelo Presidente do Conselho Pedagógico, (Prof. José Alexandre Martins). Justificam sua proposta alegando ser o Professor:

- Figura de relevo no mundo empresarial, tanto a nível regional como nacional, com destaque no setor do Turismo, área de estudos da ESTH;
- Professor em vários graus de ensino, nomeadamente no Ensino Superior, tendo lecionado na Universidade Católica Portuguesa, durante 17 anos, e na Escola Superior de Turismo e Hotelaria – IPG, durante os últimos 8 anos;
- Ao longo do seu percurso académico, o Professor tem evidenciado um profundo interesse na:
 - o Área de investigação - realização de comunicações, artigos, projectos nacionais e internacionais, bem como participação em coordenação científica de estudos e em júris de Mestrado e de Licenciatura;
 - o Área pedagógica – leção de unidades curriculares no âmbito da Sociologia, Antropologia e Património Histórico-Cultural, entre outras, ao nível de Licenciaturas e de Mestrados; orientação de estágios e pirulitos de fim de curso;
 - o Área administrativa – participação em vários órgãos da ESTH e de outras instituições externas de reconhecido interesse público, relacionadas com as áreas de formação do IPG;
- Foi autor e coautor de inúmeras publicações, quer de artigos quer de livros, com temáticas relevantes para as áreas de formação da ESTH/IPG, bem como para a região em que esta instituição se encontra inserida;
- Elemento de renome na sociedade civil, em particular no Concelho de Seia e Distrito da Guarda, com ligação a diversas instituições e associações, tanto locais como nacionais, de interesse para o desenvolvimento do projeto educativo da ESTH/IPG;

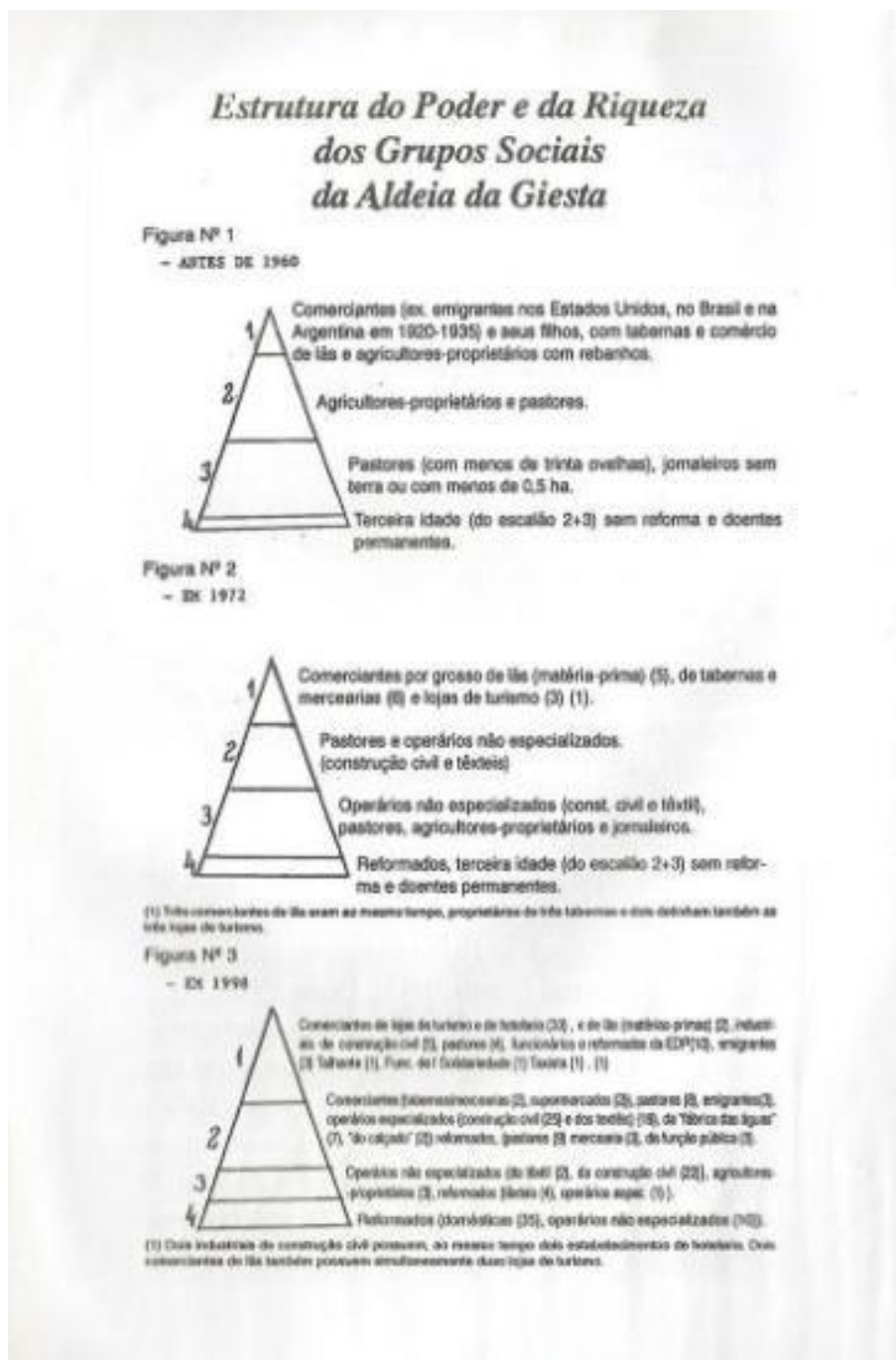
1.2. A OBRA CAIXÃO DAS ALMAS

Assim, o livro resultante de pesquisa antropológica, da autoria de Alberto Martinho – O caixão das almas – foi elaborado inicialmente como dissertação de término da Licenciatura, em 1972 e, posteriormente, revisto e publicado em 1998. Em sua visão crítica da Antropologia, Lalande (1993: s/n) afirma:

A antropologia é [...] um grupo de ciências que têm como objeto comum o homem, por um lado, na sua natureza física e mental e, por outro, no seu desenvolvimento histórico e pré-histórico. Ela também compreenderia, pois, neste sentido, toda a psicologia humana, a moral, a história, a ciência das artes e das religiões [...]

Consequentemente, uma obra de antropologia se vale muito da memória. A obra que ora nos ocupa usa a memória de uma taberneira da Aldeia da Giesta, na Serra da Estrela, Portugal, calcada em fatos que parecem tecer obra de ficção, em forma de autobiografia, mas baseados em justa teoria, cujos tópicos se apresentam apenas em uma introdução e em índice remissivo apostro no final do livro. É justamente isto que permite uma leitura agradável: embora se trate de uma pesquisa de antropologia, desenvolve-se como uma novela de costumes. Simultaneamente, a obra se presta a estudo da língua portuguesa, pois ressalta, em grifos e explicações parentéticas, questões relativas a variantes lexicais, interessando, portanto, a estudiosos da Lusofonia. A obra contém pequena introdução que nos apresenta seu fulcro e objetivo: “o estudo da desigualdade social, numa aldeia serrana” (Martinho, 1898: 11). Para a consecução deste objetivo, analisa a ocupação dos sujeitos, as festas e a taberna. A ocupação dos sujeitos permitiu-lhes mobilidade social; as festas foram “válvulas de escape em relação à tradição” (idem, p.17) seja na competição nos leilões, seja nas comidas e bebidas consumidas, seja no vestuário usado. A taberna é o espaço onde todos se reúnem, é o espaço da troca de bens e de ideias. Também nela se pedem conselhos para o casamento, dinheiro para compra de animais, de terras, de casas e até para despesas da consulta à bruxa. Aberta 24 horas, sem folga semanal, Somente as mulheres não eram delas assíduas, aparecendo apenas para a compra de víveres e de alguma roupa. Unicamente a mulher de hábitos mais dissolutos a frequenta. É nela que se agrupam rapazes, se inicia a convivência e se ajustam contas. Martinho (idem: 14) apresenta esquematicamente a mudança dos diversos grupos sociais nas figuras 1, 2 e 3, aqui transcritas *ipsis litteris*. Veja-se imagem abaixo. Destaco mudança de condições de vida da taberneira: nascida no setor 3 da pirâmide e que ascende até o de número 2 na vida adulta. Não comentarei a ascensão de outros grupos ou pessoas para não me alongar demais. Nascida em 1921 em péssimas condições: 11ª entre 13 filhos, seu parto ocupou quase oito dias. Umas velhotas “apararam-na”¹ em um avental sujo, pois não havia médico. A mãe, não produzindo leite, alimentava-a com um pano molhado em água e torcido em um pouco de açúcar e lhe dava umas colheres de leite de ovelha para “arribar”. No batismo teve irmãos por padrinhos e a água usada para aspergir sua cabeça foi trazida da fonte. No almoço comemorativo havia porco morto na véspera e embutidos. A comida imprópria e o frio faziam-lhe crescer o ventre, ao que a mãe chamava “ar dos anjos” (Martinho 1998: 30). Quando seu ventre crescia, era

levada à casa de uma tia para “erguer o ventre (esfregava-me a barriga com azeite e ligava-me à volta dos intestinos com um pano branco. Ao mesmo tempo ela rezava a reza do olhado, para afastar as bruxas que faziam mal às crianças” (Idem: 31).



Era levada pela mãe ao colo quando esta transportava comida para os irmãos que trabalhavam na lavoura. (Na volta, com a filha nos braços, a mãe transportava lenha na cabeça). Depois de dois meses do nascimento, já lhe davam pequena colher de sopa de couve temperada com um naco de carne. Era enrolada em farrapos de roupas velhas cortadas. Dormia com os pais e como urinava nos cobertores, uma vez que não havia lençóis, a cama

cheirava mal e os cobertores, secos à lareira, cheiravam a fumo. Perdeu três irmãos, tornados “anjinhos”. A taberneira, narradora onisciente, lembra seus primeiros passos, quando acariciava o cão que a lambia. Mais crescadinha, seguia a mãe que “fazia a vida da casa”. Ajudava na ordenha das cabras e ia à escola apenas nos dias de chuva. Já aos oito anos foi forçada a deixar a escola. Perpassada sua infância, volta-se para a adolescência e os deslocamentos inverniais dos homens da família. De sua adolescência, conta que ficou sozinha em casa, pois a mãe estava muito doente. Assumiu todas as tarefas. Pouco frequentava os bailaricos dominicais com os jovens de sua idade, calçados de tamancos e tamancas enquanto os homens adultos bebiam vinho nas duas tabernas existentes na vila. Seus irmãos dormiam todos no palheiro dos animais na parte mais elevada, um meio-soalho. Seus pais ocupavam um quarto enquanto as meninas dormiam todas juntas num mesmo colchão, noutra pequeno quarto, onde a cama era umas tábuas corridas, com um colchão cheio de palha de centeio. Por mobília, numa salinha, havia apenas uma mesa com dois bancos corridos onde se matava o porco na rua e uma arca de pinho onde ficavam todas as roupas de vestir. Já na fase de namoro, destaca as brincadeiras e brinquedos dos jovens, arrolando-os e descrevendo-os (pp. 45 a. 47): saltivão, jogo do coque, o agarra, o jogo dos púcaros, jogo do pau. Deter-me-ei, no próximo tópico apenas no primeiro jogo apontado, para não me alongar em demasia.

O namoro dos filhos era problema a ser evitado pelos pais que se esforçavam para retardar os casamentos já que precisavam de braços para o trabalho. Relativamente a namoro e casamento há vários termos comentados no tópico seguinte. A gravidez antes do casamento era fortemente censurada. Relata, com riqueza de detalhes, seu casamento, o ritual, as festas da boda e os presentes recebidos, destacando como mais importante o calçamento na Igreja. Relata a divisão de tarefas entre marido e mulher, bem como as relações familiares, a bem dizer, as implicâncias entre membros da família. O marido trabalhava com o pai e dois irmãos numa sociedade bastante informal, na compra de lã das ovelhas por todo o país. Seus primeiros tempos de casada foram bastante trabalhosos, ocupando-se ela das tarefas da casa e da venda de pão e de centeio, transportados na cabeça e no plantio de batatas. O princípio de vida do casal, segundo Maria Serrana, a narradora-personagem, foi bastante penoso, de poupança forçada, quando até evitavam o consumo de vinho: este vinha de fora e era muito caro.

Nascido o primeiro filho deixava-o sob a guarda do sogro na taberna e na mercearia. No ano seguinte ao casamento seu sogro deu uma loja com alvará de taberna para ser explorada pelos três filhos com a seguinte recomendação: “As mulheres (noras) não podem lá por as patas” (Martinho 1998: 64). Após um ano de abertura da loja o sogro permitiu que as noras atendessem aos fregueses. Começou entre eles a concorrência e o despique (definido no próximo tópico). A mãe incentivava sempre a rivalidade entre os irmãos, que acabaram por se separarem nos negócios. Morto seu marido, após longo sofrimento com a tuberculose, Maria Serrana ainda permaneceu trabalhando ligada a um cunhado até 1971, quando comprou sua parte na sociedade. A partir de então, ficava dia sim, dia não na taberna e assim passou a observar as mudanças ocorridas na aldeia: situação dos trabalhadores, seus meios de locomoção e suas roupas. Sirvam de exemplo para cada item: jornaleiro (Martinho 1998: 82); motorizada (Idem); mota, camisola de raixa (Martinho 1998: 82). Como taberneira, podia observar

hábitos alimentares e de outros consumos de seus conterrâneos e de aldeias vizinhas; também hábitos religiosos e de festas. Registra no decorrer de toda sua vida, ditos de sua gente, com tom proverbial, dos quais compraz-me anotar alguns: “O pão quente traz o diabo no ventre” (p. 34); Andar na serra é andar na guerra” (40); O bêbado e o borrachão dizem o que têm no coração” (p. 222). A justiça é de tarraxa, tanto alevanta como abaixa” (p. 143). Restam mais dois capítulos no livro: A viuvez e a morte, seguido de um Epílogo, sobre o qual poderíamos tecer comentários. Desta parte, apraz-me ainda registrar alguns nomes próprios, pelo que têm de graciosos, divertidos e envolventes: José do Casaco (p. 139) António do Forreta (p. 145) Fernando da Arisca (p. 146). Henrique da Cova (p. 147) Laurindo do Alto (148) Rosa dos Cestos (p. 150). Mas vai-se esgotando o limite de páginas e o tempo para nossa comunicação corre célere. Por isto vejo-me forçada a passar para o tópico seguinte antes de finalizar.

2. VOCABULÁRIO CARACTERÍSTICO DA OBRA

O vocabulário é memória do linguajar da Serra, pois registra variantes locais no sentido e na forma de alguns termos, usados sobretudo pela taberneira narradora, Martinho cuidou de ressaltar tais vocábulos com o destaque gráfico de aspas, ou apodo-lhes explicações entre parênteses. Destaco alguns para comentar e o faço em ordem alfabética:

- **Anjinho**

O DH diz ser a expressão de uso informal para designar “criança morta no início da infância” O DPE vê a expressão como de uso popular.

- **Aparar**

O DH como regionalismo do NE do Brasil quando usado no sentido de “dar assistência a (parto)”. O DPE não registra tal sentido.

- **Arrebantar, fragão e mocha**

“Uma cabra mocha tinha caído de um fragão e arrebantou” (Martinho 1998: 79) Temos aqui três vocábulos explicados pelo autor em notas de rodapé, na mesma página:

arrebantar: rebentar os intestinos e o estômago;

fragão: pedra de granito grande. O DPE registra a forma apenas como aumentativo de fraga (esta última forma sim, registrada como 1. rocha escarpada; penhasco; rochedo; 2. calhau grande; pedregulho;

mocha: sem chifres. No DPE o vocábulo masculino aparece com significado de 1. diz-se do animal que não tem armação porque lha cortaram ou porque nasceu sem ela, devendo tê-la; 2. mutilado;

No feminino significa apenas cabeça (gíria),

No DH a forma masculina significa “desprovido de chifres, ou com os chifres aparados. E a feminina designa “a fêmea do mocho”.

- **Arribar**

O DH registra sem observação quanto a regionalismo ou qualquer uso especial com o significado de ‘melhorar de saúde, de sorte ou financeiramente’. O DPE não registra tal sentido.

- **Caixão das almas**

Martinho (1998: 162) comenta em nota de rodapé: “O caixão das almas era, no entanto, a última marca de desigualdade (invisível), no contexto da tradição. Anteriormente, p. 76, explica a lexia: “[...] havia pessoas que não deixavam quaisquer haveres ou dinheiro. Então ia-se buscar ao sobrado da sacristia que confina com a igreja, o caixão das almas. No fundo, este caixão das almas era composto por umas tábuas grossas, dispostas na horizontal com outras tábuas pregadas ao lado, onde o corpo era depositado e levado até o cemitério. Depois do corpo baixar à sepultura, trazia-se, de novo o caixão das almas, para a sacristia, servindo este novamente, quando morresse alguém e não tivesse ‘eira nem beira’, isto é, qualquer casa ou palheira, alguma ‘courela’ ou dinheiro para comprar um caixão.”

Procurei pela expressão e encontrei variantes dela, no Google: Caixão de São Vicente, Caixão da Irmandade de S. Vicente, Caixão de São Vicente de Paula, Caixão dos Pobres, Caixão das Almas. Lembro-me de que, na

minha cidade natal, no sul de Minas Gerais, havia, no necrotério da Santa Casa um caixão nesses moldes. Fui, então, procurar outras pessoas que se lembrassem dele e encontrei uma apenas² Acontece que esta pessoa, um pouco mais velha que eu, morava também na mesma rua em que ficava a Santa Casa (eu morava, na minha infância, em frente a mesma) e se referiu ao objeto como “caixão dos pobres”. Meus inúmeros irmãos, com os quais não fui criada, pois vivi sempre com minha avó materna, não conhecem tal sintagma cristalizado. Austregésilo de Athayde foi um dos que a ele se referiu.

- **camisola de raixa**

Martinho explica entre parênteses (p. 82): de pano de lã com desenhos à frente em pano preto às tirinhas (sic). O DPE define o vocábulo como substantivo feminino, de origem obscura, que designa “pano grosseiro de algodão. E O DH registra-o com o mesmo significado sob a observação “diacronismo antigo”.

- **Chibarro**

Vocábulo definido em Martinho com nota de rodapé, à p. 79: cabrito com um a dois anos. O DPE registra o vocábulo como “1. bode novo, castrado; chibéu; chibato”. O DH também registra o vocábulo tendo entre seus significados.

- **courela**

Na definição de caixão das almas aparece outra palavra explicada pelo autor: courela. Sua explicação vem em nota de rodapé, à mesma p. 76: “pequena propriedade que não excede 200m²”. O vocábulo aparece dicionarizado em Portugal como “nesga de terra de cultivo” (DPE) No Brasil, o DH registra o vocábulo como variante de coirela, considerando-o diacronismo antigo, que designa medida agrária correspondente a 100 braças de comprimento por 10 braças de largura.

- **Desmancho e já vai de pipo**

Expressões relativas à gravidez explicadas por Martinho (1998:47). Contudo desmancho aparece no DPE e no DH, como expressão popular para aborto. Ir de pipo aparece no DPE apenas, na forma popular andar de pipo, significando “estar grávida”.

- **Despique**

O DPE define o vocábulo como 1. Desafio 2. Desforra; vingança; 3. situação em que os cantadores respondem um ao outro, improvisando. É o DH que depois de definir como vingança, desforra, atenta para sua condição de regionalismo em Portugal, com o significado de “competição entre duas ou mais pessoas; rivalidade, confronto, luta”.

- **Fazer a vida da casa**

Expressão explicada entre parênteses (Matinho, 1998: 33) como: cozinhava a comida nas trempes, à lareira e nas panelas de ferro. Ao mesmo tempo lhe ensinava orações.

- **Ficar empenhado**

O verbo empenhar não constitui variante da Serra, embora apareça explicado entre parênteses por Martinho (1998:47). Tal verbo já aparece no DPE com o sentido de “contrair dívidas”.

- **Jornaleiro**

Martinho (1998: 82) assim define, entre parênteses, trabalhador que “vende alguns dias.

- **Motorizada, mota**

Martinho nem explica a palavra motorizada que aparece à p. 82 de sua obra. Ela aparece definida no DPE: substantivo feminino, “veículo de duas rodas com motor de cilindrada inferior à de uma motocicleta”; O DPE registra mota¹, como substantivo feminino, forma reduzida de motocicleta; mota², como substantivo feminino 1. aterro à beira dos rios para resguardar os terrenos marginais das inundações; 2. terra amontoada junto do tronco ou da haste de uma planta; e mota³, também substantivo feminino, designação dada em Timor aos cursos de água.

No Brasil, o DH registra também três formas, mas apenas mota² nos interessa aqui. Define-a como a forma de mesmo número em Portugal, afirmando ser regionalismo, de uso informal

- **Queijo encolhido**

O adjetivo caracteriza queijo com defeitos, segundo explicação dada entre parênteses (Martinho 1998: 40). O sintagma cristalizado não aparece nos dicionários aqui citados nem em alguns outros, dicionários regionalistas do Brasil, também consultados. desviando-se do sentido original do vocábulo, tal como está dicionarizado tanto no Brasil como em Portugal. O adjetivo encolhido significa, 1. que se encolheu, diminuído; contraído, encurtado; como adjetivo e substantivo masculino 2. que ou aquele que se mostra acanhado,

tímido, retraído ou sem energia. O sentido de defeituoso aparece atribuído apenas no linguajar da Serra da Estrela.

- **Saltivão**

Martinho (1998: 45), descreve o jogo assim nomeado: “Enquanto uns [rapazes] curvavam o corpo (a 45 graus) outros saltavam por cima, colocando, em seguida, o seu corpo na posição curva para os outros saltarem” O DPE corrige para saltinvão e dá o sinônimo eixo. Apresenta-lhe a etimologia: “de salto+em+vão”. No DH, rubrica ludologia, aparece como carniça, regionalismo do NE do Brasil. Tal dicionário apresenta os sinônimos pular carniça, eixo, eixo-badeixo. Conversei com pessoas da minha geração que afirmam ter o jogo o nome de pular gela no Sul de Minas Gerais e pular sela em São Paulo. O segundo nome é confirmado no Google, por Tatiane Costa (Google: 25-10-2008.).

- **Tamanco, tamanca**

Na obra em foco, o autor não faz destaque gráfico nestes vocábulos como nas demais variantes, consideradas como tais na Serra. Segundo o DPE,

O DPE define igualmente as duas formas: “calçado rústico, de couro grosseiro e base de madeira”. Em Portugal a forma feminina aparece em apenas uma locução: pôr-se / ter-se nas suas tamancas, isto é, “não ceder, teimar, sustentar a sua posição digna”, A forma masculina aparece em entrar de tamancos, isto é “intervir de forma pouco subtil, grosseira”. O DH dá como sinônimas a forma feminina e a masculina. Mas, na entrada tamanca, diferencia uma da outra, ao afirmar que a tamanca é “tamanco baixo, de entrada aberta, usado especialmente por mulheres; taroca” Esta última forma é apontada como regionalismo de Portugal (dialeto). Em locução cristalizada: temos, no Brasil as formas nos dois gêneros em duas entradas, com os mesmos significados de Portugal: a) pisar nas tamancas(os) e entrar de tamancos. Considera como Regionalismo: Brasil. Uso: informal., uma terceira locução, trepar-se nas tamancas, “zangar-se, irritar-se; crescer nos cascos”, esta sim, apenas com a forma feminina.

- **Súcia**

Parece interessante a evolução do vocábulo súcia. O DH registra-lhe a etimologia; regressivo, de sociedade (pronunciado à lusitana suciedade), de caráter burlesco; ver soci-; f.hist. a1805 sucia. O dicionário registra-o como forma obsoleta em 1 Diacronismo: obsoleto. assembleia, sociedade, convívio familiar. Mais dois outros significados que lhe dados: 2 reunião de indivíduos de má índole ou de má fama; malta, bando 3 Regionalismo: Brasil. festa familiar; pagode. O Dicionário da Porto Editora só registra significado pejorativo. O livro de que ora tratamos, às pp. 19 e 20, lhe dá o significado entre parênteses: confraternização. E usa a palavra em contextos de reuniões comemorativas, de momentos de lazer. Na Serra, a palavra recuperou seu sentido original. Martinho (p. 19) afirma: “É na taberna que o rapaz se inicia na vivência grupal harmônica, com a súcia (confraternização), mas também é aqui que se ajustam as contas de uma questão conflitual que, por vezes, acaba dirimida à facada”. Ao que Martinho acrescenta: “A taberna é, pois, um espelho da aldeia, que reflete as imagens dos vários grupos domésticos, quer através das marcas visíveis (o que se come, o que se bebe, o que se veste, o que se diz nas conversas), quer através das invisíveis, materializadas nos livros de registros dos gastos [...]”

Já anunciei de antemão meu cuidado para não ultrapassar limites de espaço e tempo para minha fala. Quero, porém, incluir uma observação: o livro de que aqui falo é obra de ciência, mas sem o ranço do cientificismo, definido pelo DH em seu uso pejorativo ou seja “tendência a valorizar excessivamente as noções científicas, ou pretensamente científicas, em qualquer campo da vida prática, intelectual ou moral”. Ao contrário, dá lugar a tópicos curtos de teoria antropológica e detém-se numa novela que nos permite leitura amena e pitoresca. Mais pitoresca se tornará ainda depois de conhecerem a Serra da Estrela, hospedando-se na Quinta do Crestelo, refúgio campestre, do qual uma colega brasileira, que foi comigo por lá, assim escreveu em seu diário de viagem: “Hotel Fazenda magnificamente equipado com recursos bem rurais, mas um rural ‘civilizado’, regado a bom gosto nos mínimos detalhes”. (Guimarães, 2012: inédito, por enquanto). Junto minha voz à dela para decantar a delícia do cardápio, a gentileza, a disponibilidade dos funcionários que lá nos recebem. Acrescento que meu texto é também

meu modo de agradecer à generosidade aliada ao talento do Dr. Martinho, que faz, além de textos, obras outras que dignificam sua terra.

3. NOTA DE RODAPÉ

1. Os termos com destaque gráfico, quer os grafados em itálico, quer os grafados entre aspas, aparecem comentados no tópico seguinte. Intitulado Vocabulário caraterístico da obra

2 Pessoa entrevistada: Margarida Maria Martins, ex-professora, na cidade de Cristina, Sul de Minas Gerais

4. ABREVIATURAS E SIGLAS

a1805 – antes de 1805

f.hist. – forma histórica

DH - Dicionário Houaiss

DPE -Dicionário da Porto Editora

NE – Nordeste

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- COSTA, Tatiane – Brincadeira Pular sela (ou carniça). [http](http://). Disponível em 15de outubro de 2008.
- Dicionário PRO de língua portuguesa. Porto: Porto Editora, 2005. Licença de uso em versão eletrônica renovada em outubro de 2011.
- GUIMARÃES, Elisa ☞ Diário de Viagem (março - abril de 2012, inédito)
- HOUAISS, Antônio (2001). Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LALANDE, André ☞ Vocabulário técnico e crítico da filosofia. Trad. Fátima Sá Correia. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MERÍZIO, Vílca Marlene ☞ Janelas da alma. Livro de desejos e afetos. Florianópolis: Papa-Livro, 2011.

28. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, SANTARÉM, PORTUGAL



TEMA 1.4.0. PATRIMÓNIO DE ORIGEM PORTUGUESA EM MACAU: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES CHINESES, PERPÉTUA SANTOS SILVA, INVESTIGADORA DO CIES-IUL, DOCENTE NA ESCOLA SUPERIOR DA EDUCAÇÃO DE SANTARÉM

1. INTRODUÇÃO

Macau, conhecida como cidade do jogo, viu, em 2005, um conjunto de monumentos serem classificados como Património Mundial da UNESCO. Refletindo o processo de desenvolvimento da antiga cidade portuguesa ao longo da história, o conjunto classificado representa a simbiose e intercâmbio de culturas em Macau, revelando-se da maior importância na construção de uma imagem multifacetada da cidade, incorporando aspetos que ultrapassem a sua reputação como uma *Las Vegas asiática* potenciando a sua singularidade patrimonial e cultural. Estudos recentes têm abordado a questão da formação da imagem de Macau enquanto destino turístico (Choi, Lehto e

Morrison, 2007; McCartney, Butler e Bennett, 2008; Tang, Choi, Morrison e Lehto, 2009), assim como alguns autores têm vindo a dedicar alguma atenção à temática do turismo cultural e à tensão entre o desenvolvimento do jogo em contraponto com a vertente histórica e patrimonial em Macau (Sheng e Tsui, 2009; Cros, 2008; Loi, 2008; Cheng, 2003; Chu, 2003). Aparentemente, existem vários nichos de mercado que valorizam diferentemente as várias possibilidades que Macau oferece e que vão de encontro a representações que igualmente identificámos: Macau é muito mais do que o jogo. Em investigação recente, procurámos perceber junto de um número alargado de estudantes de língua portuguesa (na sua esmagadora maioria, estudantes chineses) o que mais valorizavam na cidade e, se entre as características livremente apontadas, surgiram aspetos relacionados com a língua e a cultura portuguesas e com que frequência e peso no conjunto das respostas. Com base nos resultados a que chegámos, abordaremos, nesta comunicação, as representações destes estudantes sobre a herança patrimonial e cultural de origem portuguesa em Macau.

2. ALGUMAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A IMAGEM DE MACAU

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidos alguns trabalhos sobre a formação da imagem de Macau enquanto destino turístico, sendo bastante interessantes e, até, reveladores os resultados a que os vários autores têm chegado, nomeadamente no que respeita à “herança cultural e patrimonial” de origem portuguesa e à tão recorrente representação, que durante tanto tempo circulou a propósito de Macau, de que nada ou muito pouco iria sobreviver a curto espaço de tempo. Usaremos, a título exemplificativo e para ilustrar o que acabamos de referir, alguns dados coligidos a partir de alguns desses trabalhos. Choi, Lehto e Morrison (2007) conduziram uma investigação sobre um conjunto de recursos disponíveis na internet, com o objetivo de comparar a imagem de Macau projetada pelas entidades oficiais locais, os Serviços de Turismo (DST), com a veiculada noutras fontes, como revistas e publicações em linha dedicadas ao turismo enquanto atividade económica e comercial e blogues de viagens/viajantes. De uma forma genérica, os autores pretendiam identificar as palavras ou frases e a associação de palavras usada para descrever Macau como destino turístico, procedendo a uma comparação entre os diferentes recursos analisados¹⁶⁰. As palavras “Português”, “Chinês” e “China” foram as mais usadas nas várias subcategorias, o que, segundo os autores, reforça a ideia de que Macau oferece uma mistura única das culturas portuguesa e chinesa; palavras como “cidade”, “antigo” e “edifício” apontam para uma projeção de Macau como local onde se podem encontrar muitas construções antigas e atracões históricas e patrimoniais – sendo a imagem de cidade patrimonial confirmada pela análise das imagens disponibilizadas nos sítios observados (Choi, Lehto e Morrison, 2007:121-123). Sendo Macau uma cidade cuja economia se centra no setor do jogo e sendo essa, à partida, a representação sobre Macau mais comum, merece comentário adicional, desde logo, a sua posição em cada subcategoria – surgindo como a 4ª palavra mais referida nas revistas e a 5ª nos blogues, aparece apenas como 11ª e 20ª, respetivamente, nos sites comerciais e guias de viagens; no site do turismo de Macau, surge

¹⁶⁰ A amostra selecionada pelos autores, para além da página eletrónica dos Serviços de Turismo de Macau, contemplou 61 sítios eletrónicos, incluindo 12 revistas, 15 guias de viagens, 20 sítios comerciais e 14 blogues.

apenas como 47ª mais frequente, tendência que aponta para uma aposta noutras valências da cidade que procura distanciar-se da imagem de cidade do jogo, embora aos visitantes – como sugere a frequência encontrada nos blogues – pareça interessar este tipo de atração. No que respeita, precisamente, às atrações mais referidas, as Ruínas de S. Paulo surgem no topo, quer como a referência mais mencionada quer como a imagem mais disponibilizada nos sítios analisados pelos autores. O emblemático Hotel-Casino Lisboa aparece em primeiro lugar para as revistas e entre os 5 primeiros elementos mais referidos para os restantes recursos investigados à exceção dos Serviços de Turismo em que surge na 11ª posição, sendo curioso que neste organismo oficial as duas referências mais frequentes sejam as Ilhas da Taipa e Coloane, seguidas do Centro Cultural e, só depois, do carismático Largo do Senado e das Ruínas de S. Paulo. De um modo global, as atrações de Macau mais referidas correspondem às representações normalmente associadas ao território: património e casinos. Para a análise das imagens, os autores desenvolveram um procedimento semelhante, tendo sido coligidas todas as imagens dos recursos em linha observados, seguindo os resultados apurados pelos autores a tendência encontrada anteriormente, não restando dúvidas quanto ao significado do património nos sítios em consideração com a exceção das Revistas que mais enfatizam o “Jogo” e a “população local” assunto que parece não estar no centro das atenções da DST sugerindo os dados que a entidade responsável pela promoção turística de Macau procura demonstrar que a cidade tem muito mais a oferecer para além do jogo. Sendo a maioria dos visitantes de Macau oriundos da China Continental, uma representação que lhes está associada é a de que o que lhes interessa particularmente é jogar não tendo qualquer apetência para desenvolver um maior conhecimento da história da cidade, e apreciar os seus monumentos. Não podemos afirmar que os chineses tenham uma apetência pelo jogo superior aos indivíduos de qualquer outra origem, não sabemos como é o ambiente noutros países e territórios onde o jogo é legal, não conhecemos a realidade de, por exemplo, Las Vegas ou Monte Carlo; é uma evidência que, em Macau, é comum encontrar grupos de pessoas a jogar numa qualquer esquina, nos parques e jardins, nas ruelas à porta de casa assim como também é regular ouvir dos apartamentos vizinhos o rolar das pedras do *mah-jong*, por vezes até tarde da noite. É também certo que na China continental o jogo é proibido e sendo Macau o local nas imediações onde é legal, onde se podem encontrar inúmeras e diversificadas opções e onde seguramente será mais fácil deslocarem-se, não será de estranhar que tal se constitua como um fator de grande atração para que aqueles que vivem no primeiro sistema se predisponham a conhecer o segundo. De acordo com Cros (2009:92), os três roteiros turísticos mais oferecidos pelas operadoras locais para os visitantes oriundos da RPC são: 1) MICE¹⁶¹/conferências, atraindo 10% dos visitantes; 2) visita a pontos de interesse (*sightseeing*, no original), atraindo igualmente 10% dos visitantes; e 3) jogo e compras, com alguma visita a locais de interesse, sendo o roteiro que abrange maior número de visitantes: 80%. Com base num questionário lançado a 1100 turistas chineses em outubro de 2007, Cros concluiu que, do segmento que viaja para Macau com o propósito de se divertir e de visitar algumas atrações turísticas, 54% prefere fazer um percurso autónomo por *O Centro Histórico de Macau*, Património Mundial, 13% demonstra um interesse particular em conhecer de forma mais profunda igrejas,

¹⁶¹ MICE – Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions

galerias de arte e museus, 33% demonstra a vontade de compreender melhor a história e a cultura de Macau e 34% apenas pretende tirar fotografias a alguns dos bonitos monumentos e fazer algumas refeições (Cros, 2009:93). Aparentemente, existem vários nichos de mercado que valorizam diferentemente as várias possibilidades que Macau oferece e que vão de encontro ao que tantos dos nossos interlocutores repetidamente nos mostraram: Macau é muito mais do que o jogo. Aliás, as representações sobre a imagem de Macau com que fomos confrontados ao longo de todo o processo de investigação que conduzimos na Região estão de acordo ou seguem a mesma linha dos resultados apurados pelos investigadores anteriormente referidos. É certo que, no nosso caso, em momento algum se tratou de recolher opiniões junto de turistas, mas sim dos residentes locais, uns com permanências mais prolongadas, outros menos, uns naturais de Portugal, outros locais e outros ainda oriundos da China Continental e, também estes, uns mais recentemente chegados outros com duradouras experiências de vida na Região. De entre os nossos vários interlocutores, destacamos aqui alguns resultados obtidos junto de alunos chineses que estudavam português (e em português) em Macau. Procurando perceber o que os estudantes mais valorizavam, e se entre as referências mencionadas surgiram aspetos relacionados com a língua e a cultura portuguesas e com que frequência e peso no conjunto das respostas, pedimos que identificassem, de forma absolutamente livre, três aspetos que considerassem características específicas de Macau. Os resultados são igualmente interessantes.

3. AS REPRESENTAÇÕES SOBRE MACAU DOS ESTUDANTES CHINESES

De uma forma genérica, considerando os aspetos mais apontados, encontramos por ordem de frequência, as referências aos “Casinos”, às emblemáticas “Ruínas de S. Paulo”, à “Arquitetura antiga” da cidade misturando os estilos português e chinês, à “Diversidade Gastronómica”, e à vertente turística do território – tendo sido dado destaque ao “Grande Prémio de Macau”. A seguir, é salientada a “Gastronomia portuguesa”, o “Jogo”, a “Torre de Macau”, a dimensão reduzida do território e o facto de Macau apresentar uma “mistura de duas culturas”, simbolizando o “Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa”. Sistematizada a informação em grandes categorias, é evidente o peso dos aspetos relacionados com o Património nas escolhas dos estudantes, destacando-se de forma esmagadora em relação às restantes categorias encontradas. Embora o jogo tenha assumido uma proporção bastante elevada, sendo a expressão “Casinos” mesmo a mais referida (33.4% do total), as referências a esta atividade são largamente ultrapassadas pelos aspetos relativos ao Património que, nos seus mais variados aspetos, é característica destacada por 90.8% dos estudantes que responderam a esta questão.

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS DE MACAU AGRUPADAS POR CATEGORIA (10 MAIS REFERIDAS)

Categorias	Total	
	%	Pos.
Património	90.8	1
Jogo e Casinos	45.7	2
Culturas	34.0	3
Gastronomia	29.1	4
Turismo e Atividades turísticas	19.1	5
População	15.9	6

Espaço e localização	13.4	7
Línguas	10.5	8
Aspetos Gerais	9.4	9
Direito e organização política	6.4	10

Fonte: Questionários aos estudantes

Valerá a pena examinar um pouco melhor as respostas dos estudantes. Tomando como ângulo da análise as referências explícitas ou diretas a aspetos da cultura portuguesa verificamos que estas assumem o predomínio em relação às demais características apontadas. Na categoria “Património” (tabela 2), das 1366 referências registadas, 75.9% referem-se de forma explícita à origem portuguesa dos monumentos, sendo que em 25.5% dos casos é dado relevo à combinatória portuguesa e chinesa do estilo arquitetónico da cidade; já as referências a monumentos chineses, sejam templos ou outros monumentos, assumem um peso quase residual de apenas 8.2%.

TABELA 2 – PATRIMÓNIO

Categorias	Total	
	n	%
Edifícios portugueses (ex. R. S. Paulo., Senado, Guia, Pal. do Governo, Fortaleza do Monte, Calçada)	644	47.1
Estilo arquitetónico (mistura, combinatória)	349	25.5
Peso histórico dos monumentos e arquitetura portuguesa	26	1.9
Estátuas de portugueses	9	0.7
Nomes das ruas	9	0.7
Subtotal com referências portuguesas	1037	75.9
Templo de A-má	88	6.5
Templos	10	0,7
Estátuas de Kun lam e A-má	8	0.6
Riquexó	5	0.4
Edifícios chineses (sem especificar)	1	0.1
Subtotal com referências chinesas	112	8.2
Outros aspetos (ex.: jardins, pontes, museus, Centro Cultural, Torre de Macau, Praças e Largos)	217	15.9
Total	1366	100.0

Fonte: Questionário aos estudantes

As referências às “culturas” (tabela 3), configurando uma outra categoria na qual a informação foi agregada, de igual modo enfatizam o cruzamento de culturas, caracterizando-se Macau como “o ponto de encontro”; quando referidas as diversas culturas em presença, não obstante ser a predominante, volta a ser a chinesa a encontrar menos destaque entre as referências dos alunos.

TABELA 3 – CULTURAS

Categorias	Total	
	n	%
Mistura das culturas portuguesa e chinesa	212	41.5
Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa	109	21.3
Cultura portuguesa	91	17.8
Multicultural	44	8.6
Cultura local	23	4.5
Cultura macaense	17	3.3
Cultura chinesa	15	2.9
Total	511	100.0

Fonte: Questionário aos estudantes

Tomando ainda a categoria “gastronomia” (tabela 4), podemos verificar que ocorre facto idêntico: sendo certo que o que mais podemos encontrar em Macau são as diferentes cozinhas chinesas, nas respostas dos

inquiridos estas são absolutamente residuais; merecendo a diversidade existente o maior destaque, seguindo-se a culinária portuguesa e ultrapassando a macaense, claramente, a chinesa.

TABELA 4 – GASTRONOMIA

Categorias	Total	
	n	%
Diversidade gastronómica	222	50.7
Gastronomia portuguesa	149	34.0
Gastronomia macaense	56	12.8
Gastronomia chinesa	11	2.5
Total	438	100.0

Fonte: Questionário aos estudantes

Uma leitura mais detalhada da informação obtida junto dos estudantes de português permite perceber que, isoladamente, é dado pouco destaque aos aspetos da cultura chinesa, não faltando, contudo, no território inúmeras características e tradições com as quais, seguramente, uma significativa parte dos nossos inquiridos se identifica. O que não significa que a cultura chinesa não tenha sido referida, mas estas referências surgem acima de tudo associadas a uma *cultura ocidental, europeia ou portuguesa* nos seus mais diversificados elementos, dos quais se destacam os gastronómicos e patrimoniais. Se nos concentrarmos precisamente nos aspetos patrimoniais, os mais evidentes na cidade, e os que colheram uma maior atenção por parte dos nossos inquiridos, sendo maior a diversidade de referências apontadas, verificamos que à exceção do Templo de A-Má, que na verdade é, à semelhança das Ruínas de S. Paulo, um *ex-libris* da cidade poucos são os elementos do património chinês a ser referidos; os templos, que podemos encontrar por toda a cidade e ilhas, alguns deles de uma extrema beleza, mereceram apenas 10 referências e as estátuas de Kun lam e de A-Má apenas 8, o que os coloca, respetivamente, como o 45º e 48º aspetos mais referidos; já as igrejas e catedrais figuram como a 19ª característica de Macau mais apontada. Enfatiza-se, portanto, a cruzamento de ambas as culturas, parecendo que as questões relacionadas com um mundo mais chinês (a referência à cultura chinesa isolada foi referida por apenas 15 inquiridos), só por si, não têm significado em matéria de distintividade, o que fará algum sentido se pensarmos que o que se pretende, acima de tudo, é uma demarcação em relação à China, país de que Macau é parte integrante mas com um estatuto *especial* que importa manter e, para isso, torna-se premente a construção de uma imagem que se diferencie, atribuindo à cidade propriedades únicas no contexto regional mais amplo em que se insere. E o que é verdadeiramente interessante não é o destaque que é dado aos aspetos da cultura portuguesa, mas sim como a sua instrumentalização é feita de uma forma *inclusiva*, pressupondo a simbiose e coexistência de outros elementos da cultura local, e é nessa sobreposição que radica a *diferença* de Macau apresentando-se a cidade como portadora de *identidades conciliadas* fazendo apelo a uma combinatória de elementos orientais e ocidentais.

Outras características foram igualmente apontadas e, embora com menor incidência, ainda assim merecedoras de algumas notas. Uma dessas características é a realidade linguística de Macau, no conjunto as referências às “Línguas” constituem a 8ª categoria mais mencionada, sendo o carácter bilingue da Região destacado e surgindo a

existência da língua portuguesa como a 16ª entre as 108 características encontradas após sistematização. Posicionando-se um pouco mais abaixo, surgem as referências às características do sistema jurídico de Macau que, como sabemos, é de matriz portuguesa, e à fórmula encontrada para atribuir um estatuto especial a Macau: o princípio *“um país, dois sistemas”*. Os resultados encontrados parecem contrariar algumas posições mais radicais relativamente à percepção dos residentes quanto à importância que as *questões lusófonas* terão para a RAEM. Leong e Lo afirmam que, na sequência do sucesso da inscrição de “O Centro Histórico de Macau” na Lista de Património Mundial da UNESCO, *“os monumentos históricos devem merecer mais importância e melhor atenção por parte dos cidadãos de Macau, para conhecerem melhor a cidade em que vivem e para poderem ter uma percepção mais clara do seu peculiar valor cultural”* (2006:1055) e consideram que a *“alegria que devia causar à generalidade dos cidadãos de Macau (...) não é tão grande como se esperava”*.

E apresentam a sua justificação, sugerindo que existe uma descoincidência entre as características da população e a sua representatividade nos monumentos que foram selecionados para integrarem a candidatura, afirmando que:

“mais de 95% [dos residentes] são chineses de sangue chinês dos 25 monumentos e praças classificados 20 lugares pertencem à arquitetura ocidental que foram construídos pelos portugueses, nos últimos 4 séculos e só apenas 5 lugares são construções típicas do sul da China, com particularidades culturais chinesas (idem:1055) e considerando que os pontos, na sua maioria (80%) são construções ocidentais e as chinesas não têm mais do que um papel de figurante na lista toda” (idem:1058).

Mas não ficam por aqui na sua comparação. Os autores apresentam, também, uma análise do ponto de vista religioso e encontram *“um contraste entre os pontos do Centro Histórico e as crenças religiosas da população de Macau (...) sobretudo entre o catolicismo e o budismo”*, sendo que os lugares católicos representam 44% dos monumentos classificados, mas apenas cerca de 6% da população, enquanto o budismo, que se encontra em 12% dos monumentos atinge cerca de 80% da população (idem:1064). Estabelecem ainda relação entre a origem migrante dos residentes e o facto de, na sua maioria, os residentes serem recentes em Macau o que diminuirá a sua capacidade de se relacionarem e de se interessarem pelo Património classificado, cuja história e funções desconhecem, afirmando que a Lista do Património Mundial de Macau não é um resultado da modernidade, não incluindo lugares de interesse turístico com os quais a generalidade dos cidadãos de Macau se identifica, e consideram que *“para além de dar um peso grande ao Ocidente e ao catolicismo, [encerram] em si um certo sabor a “nobreza intelectual” (idem:1066).*

Se bem percebemos o objetivo do texto destes autores, o que pretendiam era chamar a atenção para a necessidade de promover localmente o património uma vez que a maioria dos residentes não se identificariam com os monumentos constantes da lista classificada mas, como é evidente, a “contabilidade” apresentada para

demonstrar essa necessidade surge-nos bastante forçada e absolutamente irreal – o recurso a uma espécie de “estatística racial” parece-nos de eficácia duvidosa e nesse sentido apontam, claramente, os resultados a que chegámos: não há dúvidas quanto à valorização dada pelos estudantes chineses às várias dimensões mais portuguesas da cidade. Mais recentemente, em encontro com um conjunto de estudantes chineses que se encontrava a frequentar aulas de português no IPOR, tentámos perceber, mais uma vez, quais as referências que espontaneamente os nossos interlocutores nos apontavam como característica de Macau e, novamente, é o património a surgir com maior centralidade mas desta vez com particular incidência sobre “O Centro Histórico de Macau”, entretanto classificado Património Mundial da Humanidade, que, nas palavras de um aluno: *“mostra as características, não só a arquitetura mas também a forma de vida dos portugueses e dos chineses”* e, segundo outra aluna, *“são misturados de cultura portuguesa e chinesa”*. Voltam a ser salientadas as características gastronómicas – *“a comida portuguesa, porque só podemos provar a comida portuguesa em Macau, sem ser em Portugal é só em Macau. É deliciosa”*; é apontado o Patuá como *“único crioulo falado em Macau, não consegue encontrar outro sítio no mundo que fale este diálogo”*; a língua portuguesa como língua oficial, que nos é apresentada como *“característica muito única de Macau”*; o segmento lusófono da população com particular ênfase nos macaenses e uma longa e interessante explicação sobre quem são e o que é ser macaense, a tolerância entre povos diferentes, a cultura portuguesa numa cidade chinesa e a longa história de Macau. Como é evidente, estas são respostas de estudantes, não tendo características mais amplas de representatividade. Não podemos avaliar o significado que a esmagadora maioria da população atribui aos monumentos da cidade e à sua dimensão mais portuguesa, mas sabemos que algures na rua dos Tim-tins um senhor chinês prefere ouvir a rádio portuguesa, que residentes chineses se insurgem contra o desaparecimento de alguns símbolos do passado de Macau e que surgiu um movimento local que conseguiu travar a construção de um edifício do Governo Central, limitando o número de andares, cuja altura iria impedir que se visse o Farol da Guia. Se de um modo geral são as razões mais pragmáticas e instrumentais a presidir às razões que levaram a maioria destes estudantes a estudar língua portuguesa, surgindo com maior saliência as referências ao estatuto oficial da língua portuguesa em Macau, as necessidades profissionais do uso da língua, a sua utilidade no domínio do direito e como fator de ligação ao exterior (nomeadamente aos países lusófonos), estas não são contudo as únicas motivações que levam os estudantes chineses a aprender português, surgindo, muitas vezes, combinadas com outra ordem de razões nas quais podemos ver, claramente, como valorizam o património cultural de origem portuguesa em Macau (nas mais diversas vertentes, seja patrimonial, gastronómico ou linguístico). Vejamos algumas das observações dos estudantes, nas suas próprias palavras:

Aprendo português porque sou um cidadão português e por isso tenho uma obrigação de perceber a língua portuguesa, ou seja, a língua nacional. Mas o mais importante é que a língua portuguesa é uma chave para perceber Macau melhor. Há muita documentação no passado escrita só em português, em particular documentação oficial, por isso para perceber Macau melhor e como os portugueses

governaram Macau, perceber a lógica da governação, é importante a língua portuguesa (Aluno IPOR, Curso de Aperfeiçoamento, doutorando em Gestão Pública).

Macau é influenciado pela cultura portuguesa, eu cresci em Macau [natural da China], sendo que aprendendo a língua portuguesa faz-me uma parte desta cidade e desta cultura (Aluno IPOR, Curso Avançado, trabalha no ramo da engenharia e não precisa da língua portuguesa no trabalho).

Em Macau os povos português e chinês convivem durante muitos anos e gosto muito desta atmosfera (Aluno IPOR, Curso Avançado, funcionário público, área da segurança).

[Começou a estudar por necessidades profissionais] e gradualmente também passei a interessar-me em aprender essa língua porque ao aprender mais uma língua podemos aprender também mais culturas; acho que a cultura é um meio para perceber a situação ou a vida, a civilização de outro povo (Aluna IPOR, Curso de Relações Internacionais, funcionária pública na área jurídica).

[fez o seu percurso escolar desde a infância em escolas portuguesas] antigamente era preciso para arranjar um emprego, neste momento continuo no IPOR para aperfeiçoar o português, principalmente os termos gramaticais, e para conhecer melhor os países lusófonos – sabemos muito bem que Macau é uma plataforma entre a China e outros países lusófonos. (...) De qualquer maneira, tenho de proteger a nossa língua e a cultura cá em Macau, é muito importante para continuar coisas turísticas cá em Macau (Aluno IPOR, Curso de Relações Internacionais, funcionário público, área da segurança).

(...) depois da transição de Macau para a China em 1999 eu estive em Portugal alguns meses e penso que isto é muito importante para mim, porque a cultura portuguesa atraiu muito a minha atenção. Adoro. Adoro. Agora não estou aqui por causa de necessidade, embora ainda tenha de falar português lá no serviço, mas o importante é que interessa, tenho muito interesse pela língua estrangeira e penso que esta tem origem latina que é muito interessante; quando viajamos para países estrangeiros podemos observar muitas coisas que aquela pessoa que fala inglês não sabe. Aquelas pedras muito antigas que têm palavras latinas, é muito interessante para mim (Aluno IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, área de obras públicas).

É verdade que eu gostava de estudar português, por um lado eu gosto muito da cultura portuguesa e por outro lado é por o meu trabalho (...) para verificar os documentos que escrevem em português. Outro lado é que eu tenho amigos portugueses, são amizade, eu gosto muito deles, por isso é melhor eu estudar

mais para comunicar bem (Aluna IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, serviços de identificação).

(...) tenho mais amigos portugueses e amigos macaenses também, por causa disso [estuda português], porque eles gostam, e um chinês aprender português é mais fácil fazer amizades. Mais amizade e mais comunicação (Aluna IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, área municipal).

Encontramos aqui outro tipo de motivações que, sem se desligarem das anteriormente referidas, apontam para outras lógicas de aproximação – o potenciar relações interpessoais, o conhecimento de outras maneiras de ser e de agir e a descoberta do outro cultural que, embora distante, não se apresenta como exótico porque faz parte do quotidiano destes alunos estando presente em Macau. E esta é uma questão que é transversal à maioria dos discursos e das observações feitas: Macau é especial, é diferente e tem uma longa história da qual fazemos parte e que queremos preservar.

4. EM JEITO DE CONCLUSÃO

Enquanto cidade turística, é o passado histórico que se assume como o símbolo que faz de Macau um destino aliciante, onde a cada esquina se podem encontrar as marcas físicas, múltiplas, do encontro de culturas, plasmadas nas várias campanhas promovidas e que vendem uma imagem de Macau como a cidade da *diferença*, aspeto que acaba por ser percebido por um conjunto de visitantes da cidade – pese embora o facto de na sua esmagadora maioria estarmos em presença de um turismo de jogo. Mas este passado histórico, nas suas mais variadas dimensões, é amplamente apropriado constituindo-se como referência cultural sobre a qual se encontra alicerçada a *questão da diferença de Macau e em Macau*. A *diferença de Macau*, construída a partir do seu particularismo histórico, que é o de ter sido administrada por Portugal durante tão longo período de tempo e no que daqui resulta, procura conferir algum tipo de especificidade ao território que lhe permita ser *distinto*. Distinto por relação quer às regiões vizinhas quer à própria China da qual faz parte. E se não interessa ao Governo da RAEM, nem ao próprio Governo Central, que Macau esqueça o seu passado histórico e se transforme numa cidade da China, igual a tantas outras, funcionando a língua e a cultura portuguesas como elementos a que o poder instituído recorre e dos quais faz uso no estabelecimento do seu discurso da *diferença*, também são estes os aspetos a povoar as imagens que passam nas narrativas dos estudantes inquiridos na nossa investigação:

“Manter a língua portuguesa em Macau significa manter Macau especial. Macau tem culturas diversas, em Macau há a diferença da China Continental, porque na China só fala chinês, em Macau é especial porque tem a fala chinesa e portuguesa. Eu queria manter a língua portuguesa no futuro, para os nossos filhos. Eu queria. É só a minha opinião...

(Aluna de português no IPOR. Natural da China., maio de 2010)

8) 5. BIBLIOGRAFIA

- Choi, Soojin, Letho, Xiran e Morisson, Alastair (2007), "Destination image representation on the Web: Content analysis of Macau Travel related websites", in *Tourism Management*, 28, 118-129.
- Cros, Hilary (2009), "Emerging Issues for Cultural Tourism in Macau", in *Journal of Current Chinese Affairs*, 38, 1, 73-99.
- Cheng Ying (2003), *Tourism Development in Hong Kong and Macau under the Impact of Pearl River Delta Development: a Comparative Study*, Hong Kong, University of Hong Kong Thesis.
- Chu Bo Ling (2003), *Cultural Tourism in Macau and Singapore*, Hong Kong, University of Hong Kong Thesis.
- Leong kam Man e Lo lat Tim (2006), "Algumas reflexões sobre a política cultural, após a bem-sucedida inscrição de «O Centro Histórico de Macau», na Lista do Património Mundial da Unesco", in *Revista Administração*, nº 73, vol. XIX, Macau, Serviços de Administração e Função Pública, pp.1055-1072.
- Li Sheng e Yanming Tsui (2009), "Casino booms and local politics: The city of Macao", in *Cities*, 26, 67-73.
- Loi Kim leng (2008), "The Role of Gaming as Recreation in Travel Destination Choice – Attitude Comparison between Tourists and Residents in Macao", *Journal of Macau Polytechnic Institute*, Macau, 2008 Issue (serial no. 2), pp. 62-77.
- McCartney, Glenn, Butler, Richard e Bennett, Marion (2008), "A Strategic Use of the Communication Mix in Destination Image-Formation Process", in *Journal of Travel Research*, Volume 47, nr. 2, Sage Publications, pp. 183-196.
- Silva, Perpétua Santos (2005), *Estudantes do Português na RAEM no início do Séc. XXI*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa, ISCTE-IUL, texto policopiado.
- Silva, Perpétua Santos (2011), *A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau*, Dissertação de Doutoramento, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa, ISCTE-IUL, texto policopiado.
- Tang, Choi, Morrison e Lehto (2009), "The many faces of Macau: A correspondence analysis of the images communicated by online tourism information sources in English and Chinese", in *Journal of Vacation Marketing*, vol. 15, No. 1, 79-94.

29. RAUL LEAL GAIÃO, LISBOA, PORTUGAL



TEMA 2: AÇORIANOS EM MACAU: ÁUREO DA COSTA NUNES E CASTRO – DA ATIVIDADE PASTORAL À CRIAÇÃO MUSICAL, RAUL LEAL GAIÃO

A criação musical de Áureo da Costa Nunes e Castro, com uma identidade própria, linguagem original e pessoal, é um itinerário construído na recriação de sonoridades diversas: a tradição musical açoriana, a música gregoriana e polifónica religiosa, a atmosfera chinesa de sons repercussivos e do canto melopeico dos bonzos, os sons da vida de Macau, as sonoridades ritmadas dos tin-tins e do amola facas, a melopeia do merendeiro e das aguadeiras, os sons das festividades do Ano Novo Chinês e Dança do Dragão. Nasceu no Pico onde cresceu (até aos 14 anos), viveu em Macau onde frequentou o seminário e exerceu a sua atividade sacerdotal (apenas com

uma curta estadia em Lisboa para frequentar o Conservatório), em contacto com a vida macaense imbuída da cultura chinesa. Pretendemos distinguir o seu percurso musical como compositor, maestro e pedagogo. O objetivo fundamental deste texto não pretende ser um estudo técnico sobre a sua obra, mas dar a conhecer aos macaenses, aos açorianos e aos portugueses em geral, a personalidade e a sua atividade musical, pois somente um número restrito de pessoas terá algum conhecimento da sua obra, uma vez que desenvolveu a sua atividade longe daqui, num tempo em que se ignorava o que se passava pelas terras do Oriente.

1. INTRODUÇÃO – INTERCÂMBIO CULTURAL OCIDENTE/ORIENTE

Os portugueses, a partir do século XVI, desempenharam um papel preponderante no intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente e em que Macau serviu de ponte e de palco a diversas comunicações artísticas. No referente à música, por tradição, a cultura chinesa não concedeu a esta arte o espaço e a atenção que as civilizações ocidentais lhe reservaram. A música desempenhava um papel funcional ligado a um pretexto qualquer: as representações, os rituais religiosos, as cerimónias fúnebres, as festividades. A criação de agrupamentos instrumentais organizados e uma grafia musical codificada é recente. Desde o século XVI, os jesuítas levaram para o Oriente, para além do cristianismo, as artes, os costumes e os usos ocidentais, introduzindo na China a música ocidental. O Colégio de S. Paulo em Macau introduz muito cedo o ensino da música. Em 1882 um padre jesuíta leva para Macau um professor de música munido de instrumentos necessários para a formação de uma orquestra, que viria a ser a Orquestra do Seminário de S. José e que funcionou até à década de 50 do século XX, chegando a ser constituída por cerca de 26 instrumentistas (Jardim, 1992). O seminário possuía também uma banda. O movimento musical nas diversas paróquias de Macau foi intenso, pois praticamente todas as igrejas possuíam um coro ou um grupo instrumental. A criação da orquestra de Câmara de Macau possibilitou a incorporação da música chinesa nos seus concertos e o Festival Internacional de Música de Macau, criado em 1987, promoveu o intercâmbio cultural e musical entre Ocidente e Oriente, onde se tem apresentado a música e os músicos destes dois mundos. Adé, na simplicidade da sua expressão crioula, revela a sua importância na apresentação da música ocidental e chinesa:

*Grándi sonata co cantata [Grandes sonatas e cantatas]
Na passado mês di Outubro,/Gente di tudo mundo, sentado na casa [No passado mês de outubro,/Gente de todo o mundo, em casa,]
Vitá mám, abri tivisám,/Qui sabroso, [Ao deitar a mão à televisão,/Que delícia,]
Olá nosso Macau na diánti,/Raganhado qui raganhado tentá ilôtro. [Viu na sua frente a nossa Macau/Muito alegre a sorrir-lhe.]
Unga semana a fio êle já fazê/Unga festa di quebrá testa! [Numa semana a fio, levou a efeito/Um festival de arromba!]
Cantoria co musicata já sai/Di grandura assi grándi, /Qui istonteá tudo gente. [Os cantos e a musicata/Eram de tamanha envergadura,/Que deixaram a gentinha maravilhada.]
Um-cento musiquéro capaz/Vêm aqui di Tera-China [Uns cem hábeis músicos/Vieram da China até aqui]
Pa tocá mus'ca bom uvi,/Dôs nhónha pedaçóna [Para executarem lindas composições./Duas cantoras mulheraças]
Vêm di Eropa pa cantá:/Unga sai voz fino de canário,/Otrunga voz grôso di áde-macho. [Vieram da Europa para cantar:/Uma tinha voz fininha de canário,/A outra, voz grossa de pato.]
Di Eropa já vêm tamêm,/Unga nhum co voz di liám [Da Europa se deslocou também/Um homem com voz de leão,]
Pa cantá quanto regra di ópra./Nhum abri bóca goelá [Para cantar árias de ópera./Com a boca toda aberta aos gritos,]
Lampiám di lumiá rua istremecê,/Vidro di janala começa rachá. [Fazia estremecer os postes de iluminação/E estalar os vidros das janelas]. (Ferreira, 1990, p.45 e p.143)*

2. SONORIDADES DE MACAU

Na observação de Eugénio de Andrade, “Macau é uma cidade com as tripas de fora [...], os seus rumores, os seus cheiros, a pulsação do seu olhar, o suor do seu corpo” vem ao nosso encontro ao dobrar de cada esquina (Andrade, 1993, p. 13). É na rua que homens e mulheres têm a sua casa: “*aqui trabalham e comem, aqui discutem e riem, aqui fazem dos seus dias um longo ofício de paciência*” (Andrade, 1993, p. 13). Os diversos sons dos instrumentos musicais chineses, as flautas, os gong(o)s e os sinos ecoam pelas ruas, nas festas populares e cerimónias religiosas, nas festividades do Ano Novo Chinês, do Barco-Dragão, das danças do Dragão, ...; o canto melopeico dos bonzos, os sons da vida de Macau, as sonoridades ritmadas dos tin-tins, os pregões do merendeiro e das aguadeiras, da rapariga vendedora de pratos saborosos e picantes, *sin-a-sá-ó-fan*, da hortaliça, *pac tchoi*, de seda e panos, *mao fá pouu*, do vendedor de amendoins torrados, *plic-ploc-ham tchoi fa-sam*, e de pato, *si...ii...áp*, todos estes sons constituíam uma atmosfera sonora que envolvia quem andava pelas ruas de Macau e que não deixou de impressionar Áureo Castro. A música, como a arte em geral, congrega uma pluralidade de experiências que influenciam e moldam quem a faz ou produz, por mais radicado que esteja numa qualquer tradição sociocultural. O cruzamento do olhar de Áureo Castro pelo diversificado campo sonoro e musical da sua experiência, não deixou de integrar todas estas sonoridades, gerando e criando o seu universo sonoro.

3. PERCURSO DE VIDA

Áureo da Costa Nunes e Castro nasceu na Candelária, ilha do Pico, em 1917, entre o vulcânico, mutante e majestoso Pico e o mar “de águas sem fim”. O seu primeiro contacto com a música ocorreu quando era ainda criança no coro da igreja da Candelária, no qual cantou como soprano. O fervor religioso açoriano, a diáspora missionária de sacerdotes ou de candidatos ao sacerdócio ao longo do século XX, os laços familiares (era sobrinho de D. José da Costa Nunes, bispo de Macau entre 1920-1940) criaram as condições para que aos 14 anos fosse embalado para Macau (chegou no dia 15 de setembro de 1931) pela mão do seu tio, onde obtém formação sacerdotal no Seminário Diocesano de S. José, recebendo a ordenação no dia 8 de setembro de 1943. No Seminário de S. José estuda Teoria, Solfejo e Harmonia com os padres Wilhelm Schmid e António André Ngan¹⁶². Foi inicialmente nomeado pároco da igreja de S. Lourenço para cujo coro escreveu inúmeras peças para uso nos atos litúrgicos. Posteriormente, exerce a sua ação pastoral na Sé Catedral e é Diretor interino do *Clarim*, periódico católico. Em 1952 ingressa no Conservatório Nacional de Música de Lisboa para estudar composição, curso completado em 1958, e onde estuda canto e piano com Croner de Vasconcelos, Arminda Correia e Biermann. Faleceu em 1992 no Hospital Conde de S. Januário, em Macau.

4. ATIVIDADE MUSICAL DE ÁUREO DE CASTRO

¹⁶² Para além de professor de música, Mons Ngan elaborou dois manuais para ensino do português: “Método de Português para uso nas escolas estrangeiras” (1944) e “Método de Português para uso das escolas Chinesas” (1945), usados durante 50 anos. O primeiro era mesmo usado na escola primária, principalmente para as crianças chinesas que iniciavam os seus estudos no sistema português. Na década de 70 é usado nas aulas de português do Instituto D. Melchior Carneiro, escola de língua veicular chinesa (Grosso, 2007, p. 167).

A atividade musical de Áureo da Costa é múltipla e diversificada: compositor, maestro e pedagogo. Durante o período de frequência do Conservatório em Lisboa é assistente do maestro e musicólogo português, Mário Sampaio Ribeiro, no Coro do Centro Universitário da Universidade de Lisboa. Foi o período mais profícuo, em termos de composição musical. Professor de música, dedica-se intensamente à música gregoriana e à polifonia sacra antiga. Em 1958 rege a disciplina de Música no Seminário de S. José. É também professor de música e de Canto Coral no Liceu nacional Infante D. Henrique (Macau), inculcando nos seus alunos o gosto pela música gregoriana. Em 1959 criou o grupo Coral Polifónico de Macau com um repertório de peças de polifonia sacra e profana da Renascença, sobressaindo os polifonistas portugueses entre os quais Francisco Martins, D. Manuel Cardoso, Diogo Dias Melgaz, Joaquim Casimiro, Filipe de Magalhães, D. João IV ...; neste repertório não deixou de incluir canções chinesas e portuguesas. Por convite, foi diretor de um coro em Hong Kong durante mais de um ano. Como muitos alunos lhe solicitavam com alguma regularidade aulas de música e piano, em 1962 criou a Academia de Música S. Pio X (sendo o seu primeiro diretor) para o ensino da música, composta por músicos amadores e professores da Academia e criada por sugestão conjunta do prelado da diocese de Macau e do Dr. Ivo Cruz (então Diretor do Conservatório Nacional de Lisboa). A Academia tinha como propósito proporcionar aos jovens de Macau, portugueses e chineses, uma instrução musical em termos académicos (com ensino bilingue, português e chinês e também inglês). A sua intensa atividade sacerdotal, a dedicação à Academia, ao ensino e ao Grupo Coral, não lhe deixou a disponibilidade ideal para compor. O período criativo mais intenso foi durante a frequência do Conservatório, como já referimos anteriormente.

A vivência e contacto com a cultura chinesa marcaram a sua criação musical, num intercâmbio cultural contínuo: faz a harmonização de canções chinesas (cantadas por portugueses) e de canções portuguesas (cantadas por chineses). Na sua música procura pintar algumas cenas de Macau com tintas a respirar a atmosfera chinesa, nomeadamente em *Cenas de Macau/Suite China*, cuja temática se insere na ambiência de Macau e na cultura chinesa e composta de vários andamentos (Jardim, 2010):

- *Invocação: tenta descrever um pôr-do-sol na Barra, com o regresso dos barcos de pesca;*
- *Oração num Templo Budista: sugerida por uma oração num templo budista, com o canto melopeico dos bonzos acompanhados de ocasionais toques de sinetas e gongos;*
- *Barcos-Dragão – reminiscência dos barcos dragão, realizada na ilha verde.*

Escrita (quando ainda era estudante do conservatório) em forma de sonata, a peça começa com ritmo e temas melódicos sugeridos pela regata e pela calma do rio. São os primeiros passos em busca de uma linguagem harmónica a prescindir dos clássicos trâmites da harmonia tonal, podendo servir de roupagem a melodias do folclore chinês, muitas das quais se baseiam nas escalas pentatónicas.

A música coral (com piano, acompanhamento orquestral ou *a capella*) representa a parte mais significativa da sua obra, mas escreveu e compôs:

I Obras para orquestra/conjunto de câmara

II Obras para piano/órgão

III Obras para canto e piano/órgão

IV Obras para coro e orquestra

V Obras para coro “a capella”

VI Obras para coro com acompanhamento instrumental.

As suas obras, publicadas, a maior parte, após a sua morte, estão reunidas nos seguintes volumes:

Exultate, 2 vols., Seminário de S. José, 1996

Aurei Carmina, Obras para piano e órgão, Dioecesis Macaonensis, 2001.

Aurei Carmina, Choro, Dioecesis Macaonensis, 2003.

2. RECONHECIMENTO DA SUA OBRA MUSICAL

Logo na apresentação do *Te Deum* em Lisboa, a obra musical de Áureo de Castro mereceu da parte de Croner de Vasconcelos um destaque pela forte singularidade no panorama musical nacional: “*Até que enfim aparece neste país uma obra deste género*”. Simão Barreto salienta a relevância da sua ação no campo musical e no ambiente cultural de Macau: “*Falar de Áureo de Castro, como músico, é falar de uma das personagens mais importantes no campo da música de Macau deste século e a quem a cultura macaense muito deve. [...] Ao longo dos anos trouxe e atraiu para Macau inúmeros músicos, solistas e coros de todo o mundo e de todas as tendências*” (Simão Barreto, 1996, p. 132). Simão Barreto reconhece a originalidade e a forte arquitetura das suas composições: “*Tinha uma linguagem própria, original e muito pessoal. As suas obras caracterizam-se por uma construção sólida, bem arquitetada, com uma textura musical muito rica, com um estilo original e com uma linguagem de vincada personalidade*” (Simão Barreto, 1996, p. 132). “*Fazia e perfazia o que tinha escrito, de tal modo que é difícil, se não impossível, modificar, corrigir ou acrescentar o que quer que seja, depois de ele ter dado a forma definitiva*”. (Simão Barreto, 1996, p. 133). Margareth Lynn, compiladora e organizadora das composições de Áureo de Castro, acentua a sua capacidade para exprimir as mais diversas emoções numa linguagem harmoniosa: “*P. Áureo tinha uma aguda sensibilidade para realçar o sentido das palavras, tendo sido capaz de evocar em suas composições uma miríade de sentimentos e emoções -, mistério, súplica, piedade, contemplação, majestade, ternura e alegria -, através de um imaginativo uso da harmonia e de nuances tímbricas e dinâmicas.*” Lynn, 2003, p. VIII) Lynn destaca ainda: “*merecem especial menção a encantadora simplicidade da Cantata Sancta Cecília, a nostálgica beleza do poema de amor de Alma minha gentil, de Luís de Camões, a exuberância de Gong Tzi Fa Choi (Canção do Ano Novo Lunar) para vozes a capella, com a exploração dos sons onomatopaicos do idioma chinês, e o majestoso Te Deum para coro e orquestra*”. (Lynn, 2003, p. VIII). Durante 30 anos, entre os anos de 1960 até à sua morte em 1993, P. Áureo da Costa Nunes e Castro foi, sem dúvida, o mais importante músico que Macau conheceu.

9) BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Eugénio de (1993) *Pequeno Caderno do Oriente*, Macau: Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente.
- Baguet Jr., Gabriel (1999) "Percurso e trajetórias de uma História, A Música em Macau na Transição de Poderes". In *Camões*, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, N° 7, outubro-dezembro de 1999, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, 84-95.
- Barreira, Ninélio (1994), *Ou-Mun, Coisas e Tipos de Macau*, Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Barreto, Simão (1996) "Áureo de Castro (1917-1992)", *Revista de Cultura*, N° 26 (II Série), jan-mar, 1996, Instituto Cultural de Macau, 131-140.
- Ferreira, José dos Santos (1990) *Docí Papiçám di Macau*, Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Grosso, Maria José dos Reis (2007) *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*, Macau: Universidade de Macau.
- Jardim, O. Veiga (2010) "Padre Áureo da Costa Nunes e Castro (1917-1992)" In *DITEMA Dicionário Temático de Macau*, volume I, Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau, Universidade de Macau, 287-289.
- Jardim, O. Veiga (1992) "Música em Macau: Temas e Variações", In *Revista Macau*, N° 8, 1992, 146-154.
- Lynn, Margaret (2003) "Prefácio", In *Aurei Carmina, Choro*, Dioecesis Macaonensis.
- Mesquita, Pedro Dá (s.d) *Academia de Música S. Pio X, 40 Aniversário 1962-2002*.
- Qichen, Huang (1994) "Macau Ponte do Intercâmbio Cultural entre a China e o Ocidente do Século XVI ao Século XVIII", In *Revista de Cultura*, n 21, (II série), out- dez 1994, Macau: Instituto Cultural de Macau, 153-178.

30. ROLF KEMMLER, CEL-UTAD, VILA REAL, PORTUGAL/ ALEMANHA*



TEMA 3.1. DALE BROWN: ACT OF WAR (2005) - POSSIBILIDADES E VICISSITUDES DA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA INGLÊS-PORTUGUÊS.

Em 2005, Dale Brown, um conhecido autor americano de livros pertencentes ao género de romances de ficção pertencentes ao género dos *techno-thriller* publicou o primeiro volume *Act of War* daquilo que estava previsto de ser o início de uma série de romances dedicados ao grupo de comandos de alta tecnologia TALON. O título e o enredo da história prometem uma leitura fácil e cheia de ação a todos aqueles leitores que gostam daquele tipo de leituras. No entanto, tal como um ano mais tarde se observaria no romance *Edge of Battle* em que algumas das personagens (sobretudo as hispanofalantes) comunicam num *Spanglish* bastante curioso, um leitor lusófono não pode deixar de estranhar perante as palavras portuguesas utilizadas na comunicação entre os americanos e algumas personagens secundárias brasileiras que aqueles encontram no âmbito de uma pequena incursão bélica ao Brasil. À primeira vista, impõe-se a noção de que o autor se possa ter servido de uma ferramenta de tradução automática. Pela proximidade que muitas palavras e frases 'portuguesas' no romance em questão parecem ter

com a língua inglesa, julgamos interessante proceder a uma análise das traduções portuguesas face ao que se presume ser o texto inglês de que o autor terá partido. Para finalizar, serão propostas soluções mais adequadas para algumas das traduções que parecem mais problemáticas.

1. O AUTOR

Nascido em Buffalo no estado de Nova Iorque no ano de 1956, nos anos setenta Dale Brown frequentou a Universidade de Penn State, onde se licenciou em História da Europa Ocidental. Em 1978 entrou na Força Aérea dos Estados Unidos onde passou a servir de *bombardeiro-navegador em vários aviões de guerra. Depois de abandonar a carreira militar em 1987, Dale Brown veio a escrever 24 romances techno thriller desde 1987 e 2012, muitos dos quais tiveram bastante êxito livreiro.*¹⁶³

2. ACT OF WAR (2005): O CONTEÚDO

Na cidade fictícia de Kingman City, perto de Houston, no estado do Texas um grupo de terroristas pertencentes ao *Grupo do Abate de la Movimento Meio Ambiente (GAMMA; sic!)* explode uma bomba atómica portátil na refinaria da empresa TransGlobal Energy. A primeira pessoa a acudir no local de desastre é o Major Jason Richter, o engenheiro vice-diretor do laboratório de transformação de batalhas de infantaria (pertencente no laboratório de investigação do exército) e criador dos dispositivos cibernéticos de infantaria (*Cybernetic Infantry Device, CID*).¹⁶⁴ Dentro do exemplar experimental do seu exoesqueleto protetor automatizado, Richter consegue salvar um grupo de estudante e uma jornalista de televisão, o que de imediato torna o CID conhecido em todo o mundo. Devido a esta amostra, o Conselheiro de Segurança Nacional (NSA) do presidente dos Estados Unidos, Robert Chamberlain, decide constituir a *Task Force TALON*, incumbindo Richter e os seus companheiros, bem como representantes de outros ramos das Forças Armadas e do FBI a tentar encontrar e parar os terroristas que lançaram o ataque a Houston. Depois de receber informações sobre o paradeiro de um dos dirigentes de GAMMA no Brasil, Richter resolve viajar ao Brasil no âmbito de uma missão clandestina que só no último minuto é autorizada por Chamberlain. Com Richter vão o comandante militar de TALON, o Sargento-mor Ray Jefferson, a sua ajudante Ariadna Vega, bem como a repórter Kristen Skyy e a sua equipa.

No Porto de Santos (SP), Richter chega na altura certa para salvar o ativista Manuel Pereira e a sua família de um ataque paramilitar. Este é montado pelo antigo capitão russo Pavel Khalimov e elementos corruptos da Polícia Militar do Estado de São Paulo que agem a mando do antigo coronel russo Yegor Zakharov (um antigo comandante nas forças nucleares soviéticas e ex-oligarca do petróleo), que viera a substituir Pereira como o número dois de GAMMA. Ao saber que Zakharov é o responsável principal pelo ataque a Kingman City, os americanos conseguem convencer Pereira de levá-los ao paradeiro de Jorge Ruiz, o líder de GAMMA, para tentar salvá-lo da morte certa.

¹⁶³Deve-se acrescentar a este número a série *Dale Brown's Dreamland* que Dale Brown escreve em co-autoria com Jim DeFelice e que até agora conta com treze volumes desde 2001 até 2011. Para mais informações sobre o autor, cf. a página de informações pessoais em Brown (s.d.).

¹⁶⁴Em Brown (2006: 63) o título inglês é «[...] deputy director of the Army Research Lab's Infantry Transformation BattleLab, the creator of the Cybernetic Infantry Device [...]».

Em Abeté (MG), os civis do grupo encontram-se com o juiz Amaral, um antigo jurista de quem se descobre que é o pai natural de Jorge Ruiz. As visitas na quinta acabam com encontrar o líder do movimento ambientalista quando são emboscados por Zakharov e os seus terroristas. Após a inevitável confrontação entre os terroristas russos e os americanos, estes acabam por salvar todos os civis, mas Zakharov e Khalimov fogem. Apercebendo-se cada vez mais de que foram traídos por alguém que sabia das suas deslocações e informara Zakharov, o grupo regressa aos Estados Unidos. No momento da sua chegada à base no Novo México, Chamberlain informa Richter e o seu grupo que estão sob investigação criminal e que a existência da *Task Force* TALON está posta em causa. Apesar disso, o dono da TransGlobal Energy, Harold Kingman, convence o presidente de emprestar-lhe TALON para guardar a sede em São Francisco, precisamente na altura quando os terroristas russos atacam em força... Os elementos de TALON nos CID conseguem repelir alguns ataques, mas há destruições nas principais pontes e a sede da empresa de Kingman acaba por ser destruída pela parte explosiva de uma bomba atómica que foi impedida de ter uma reação nuclear. É no Egito que TALON procura os terroristas e os seus apoiantes que levaram a bomba atómica a San Francisco. A ação culmina na morte de Kristen Skyy, que acaba por ser autorizada a acompanhar a ação contraterrorista por Chamberlain, tendo sido presa como refém por um dos terroristas, o que mais uma vez reforça as suspeitas de Richter que deve haver um informador em posição elevada. Pouco depois, em Washington, a Casa Branca é atacada por mísseis. Chamberlain afasta o presidente e Kingman dos espaços atacados, diretamente aos braços de Zakharov, que, afinal, trabalha para Chamberlain e o *Consortium* que sempre teve como objetivo matar Kingman. Dado, porém, que os CID de TALON estavam postados nos arredores da Casa Branca depois do regresso do Egito. Richter e Jefferson conseguem salvar o presidente e fere Zakharov e Chamberlain quando tentam fugir num helicóptero, acabando este último por falecer.

3. ANÁLISE DAS TRADUÇÕES PORTUGUESAS

Se deixarmos de lado as repetições dos termos frequentemente repetidos que são referidos em Brown (2006: vii-viii), encontramos 180 ocorrências em que palavras soltas, frases completas ou contextos em línguas estrangeiras (outras que o inglês como língua materna do autor) se encontram utilizadas ao longo do romance. Parece evidente que a intenção do autor terá sido aumentar o colorido local e linguístico do romance a fim de dar uma maior credibilidade às personagens em situações de contacto linguístico.

3.1 A CORRESPONDÊNCIA COM O AUTOR

Perante a nossa curiosidade despertada pelas formas portuguesas em *Act of War* (Brown 2006) e as formas espanholas em *Edge of Battle* (Brown 2007), contactámos o autor em 8 de fevereiro de 2009 para saber mais sobre o método de tradução.

The foreign language texts led me to assume that you might have used an internet or software based translation routine, which is why I take the liberty in asking you whether you could tell me exactly how you obtained the foreign language texts published in aforementioned books. More exactly, the question

is whether you have used tools such as the Altavista babelfish or any one or several of the many translating programs on the market.

Dois dias depois, chegou a resposta bastante esclarecedora do autor que reza o seguinte:

Dear Dr. Kemmler:

Yes, I did use online translation services. I'm not sure which ones I used, but Babelfish and Altavista both sound familiar, so it might have been one or both of them.

I have been told that the Spanish translations in "Edge of Battle" are atrocious, and I'd be very interested to learn more about how these services work and why they were so far off.

*I happen to have Google Translate on my browser's home page right now, and I would sign off by using it to say *Ich habe nicht einen Newsletter, aber ich häufig aktualisieren Nachrichten über www.AirBattleForce.com .. Vielen Dank für Ihre E-Mail.**

How close is that to "I don't have a newsletter but I frequently update news on www.AirBattleForce.com.

Thanks for your e-mail." ?

Dale...

Na sua resposta, Dale Brown reconhece ter utilizado serviços *on-line* de tradução. Se bem que não tenha certeza qual terá sido o serviço utilizado na elaboração das traduções em questão, a mensagem confirma que conhece e utiliza atualmente o serviço Google Translate.¹⁶⁵ Perante as formas de línguas estrangeiras que se encontram nestes dois romances, a verdadeira questão não é, portanto, como nos demais casos de traduções, a competência do tradutor, mas sim, a competência dos serviços de tradução automática que estavam ao alcance de Dale Brown como autor que não domina aquelas línguas.

3.2. LÍNGUAS ESTRANGEIRAS EM ACT OF WAR

Em *Act of War*, a língua portuguesa não é a única língua estrangeira que se encontra utilizada. Dentro das 180 ocorrências que encontramos, temos a seguinte distribuição:¹⁶⁶

árabe egípcio	12 ocorrências
espanhol	9 ocorrências
português	100 ocorrências
russo	56 ocorrências

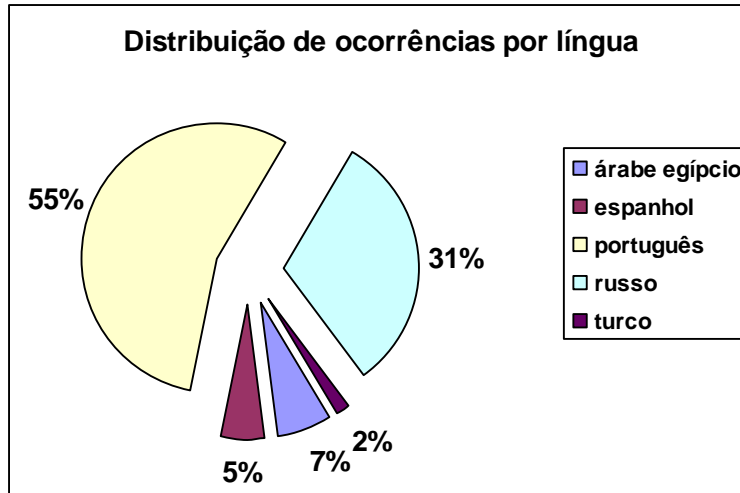
¹⁶⁵Google Translate pode ser utilizado através da ligação translate.google.com.

¹⁶⁶Dado que todas as citações são de Brown (2006), somente será indicado o número das páginas em que se encontra o texto citado.

turco

3 ocorrências

A distribuição percentual é a seguinte:



O facto de a língua portuguesa ser a língua estrangeira mais utilizada no romance, justifica prestarmos mais atenção às traduções portuguesas. A seguir, porém, ofereceremos uma breve panorâmica do tratamento das outras línguas, por ordem alfabética. O árabe egípcio encontra-se em doze ocorrências. Na primeira, Brown (2006: 336) define qual é a língua que Yusuf Gemici fala naquele momento:

[1]

"Ahlan wa sahlán," Gemici said in Egyptian Arabic (336).

Na maioria dos casos, trata-se de frases ou palavras expressas por falantes nativos, mas nos exemplos [2] e [3] quem fala é um agente infiltrado do FBI, pelo que o uso da língua também é comentado:

[2]

"Misae el kher." *"Ahlan bik,"* the man said in response, in stilted but passable Arabic with an American accent. (336).

[3]

"Enta bititkallim inglizi?" *"Yes, of course, I speak English,"* Gemici replied (336).

O espanhol somente é falado por Ariadna Vega, uma americana de origens latino-americanas, e em três casos a Ray Jefferson de quem se diz que fala «[...] pidgin Spanish to make himself understood [...]» (247).

[4]

"Ojete!" Ari exclaimed. *"No, jerk, I mean you."* (148)

No exemplo [4], Ariadna Vega utiliza um palavrão mexicano que corresponde mais à palavra americana *asshole* do que à forma 'jerk' que usa na frase seguinte.

[5]

"I'll keep it. ¿Una muchacha consiguió protegerse, no? A girl's gotta use protection, right?" (242)

Ao ficar com uma pistola, Ariadna Vega declara que uma rapariga tem que defender-se. Para corresponder melhor com o texto inglês, a frase no exemplo [5] parecia mais adequada como '*¿Una muchacha tiene que usar protección, no?*' ou melhor ainda '*¿Una muchacha tiene que protegerse, no?*'. Tal como acontece com as palavras árabes também as palavras em russo não se encontram escritas em alfabeto cirílico, mas sim na transcrição romanizada.

[6]

"Spasibo," Zakharov responded, draining then refilling his glass (103).

Спасибо, uma das palavras russas mais conhecidas por significar 'obrigado', tem como equivalente em inglês a forma *thanks*. Também nos exemplos russos, nem todas as formas estão completamente adequadas. Assim, no exemplo [7] o autor optou por usar a palavra americana *Colonel* em vez da forma russa *polkovnik*. Afinal, como testemunha GT (s.d.), «Да, полковник» significa em inglês 'yes, Colonel' e em português 'sim, Coronel:

[8]

"Da, Colonel," Khalimov responded (286).

Mais adiante, porém, encontra-se a forma russa correta...

[9]

"Davajte vyhodit' zdes', Polkovnik," Khalimov growled (389).

O uso da língua russa por parte de falantes de inglês carece de explicação. Assim, quando Bolton tenta fazer sair os terroristas de uma sala, as palavras russas que diz são atribuídas ao sistema de tradução automática do seu CID:

[10]

"Whoever is in this room, come out immediately," Bolton said through his electronically synthesized voice. *"Sdacha teper!"* he tried in Russian, using his on-board voice translator (359-360).

O turco, afinal, somente se encontra em três ocasiões quando o navio de Yusuf Gemici é revistado pela guarda costeira e este responde em turco e inglês:

[11]

"Evet, anliyorum," Gemici said, sniffing. "I understand." (39).

Por constar que a palavra turca *evet* significa 'yes' em inglês e 'sim' em português, parece que Dale Brown terá partido de 'yes, I understand', ou seja, 'sim, entendo'...

4.1. AS TRADUÇÕES PORTUGUESAS EM ACT OF WAR

Devido às palavras do próprio autor, optámos por utilizar o serviço Google Translate que hoje em dia parece ser o serviço de tradução automática de *browser* mais utilizado e mais desenvolvido (cf. Google Translate s.d.). É de notar que quando Dale Brown escreveu o livro, o serviço AltaVista BabelFish era um dos serviços do género

que gozava de maior renome, tendo, no entanto, perdido bastante da adesão anterior.¹⁶⁷ Dado que na esmagadora maioria das ocorrências portuguesas é possível reconstruir o presumível texto original do qual o autor partiu na tradução, utilizámos sobretudo o Google Translate para conferir as nossas leituras das formas inglesas. O Bing Translator somente será utilizado quando as traduções oferecem informações pertinentes.¹⁶⁸

4.1.1 ASPETOS MORFOSSINTÁTICOS

O primeiro aspeto que se nota nas ocorrências levantadas é a disconcordância de algumas formas verbais utilizadas. Entre elas a correspondência entre o verbo inglês 'to be' e os verbos portugueses 'ser' e 'estar' demonstra ser de alguma dificuldade.

[12]

“Onde e Zakharov agora?” (223)

Parece evidente que a frase inglesa original correspondente ao texto [12] deve ser **‘Where is Zakharov now?’*. Devido ao carácter temporário expresso por 'now', o verbo mais adequado, porém, é 'estar' e não 'ser', pelo que o equivalente em português deveria ser *'Onde está o Zakharov agora?’* ou *'Onde está Zakharov agora?’* sem artigo.

Entre as ferramentas de tradução GT (s.d.) propõe em primeiro lugar a solução certa 'Onde está', mas oferece as alternativas «Onde é; Onde está a; Onde fica; Onde está o». BT (2012) somente oferece a tradução «Onde está o Zakharov agora?» que julgamos mais adequada.

[13]

“Quem esta? Pode me ajudar?”(221).

No texto [13] observa-se o contrário. Perante um texto inglês que se presume como **‘Who is it? Can you help me?’* a tradução mais adequada seria *'Quem é? Pode me ajudar?’*

A proposta de GT (s.d.) coincide na essência com a nossa solução mas acrescenta o pronome pessoal «Quem é? Você pode me ajudar?». BT (2012) vai para além disso e acrescenta o pronome pessoal 'ele', possivelmente para traduzir a palavra inglesa 'it': «Quem é ele? Você pode me ajudar?».

[14]

“Nao sabe,” Pereira replied. (223)

A afirmação em [14] equivale ao inglês **‘Don't know’* devia ser *'Não sei'*, uma vez que se trata não da terceira mas da primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

GT (s.d.) oferece não só a primeira e a terceira pessoa do singular, mas também primeira e a terceira pessoa do plural, assim com a terceira pessoa do plural de 'conhecer', mas também a terceira «não sei; não sabe; não sabem; não sabemos; não conhecem».

[15]

¹⁶⁷A evolução do serviço de tradução automática Babelfish (que tem o seu nome graças ao livro *The Hitchhiker's Guide to the Galaxy* de Douglas Adams, 1979) para o Bing Translator (BT 2012) é descrita em Damaster (2012). Dado que esta ferramenta hoje não apresenta as mesmas características como o AltaVista Babelfish em inícios do século XXI, optámos por não incluí-lo na presente investigação.

¹⁶⁸Em todas as ocorrências em que o próprio autor não fornece nenhum equivalente em inglês, acrescentamos o asterisco (*) às formas inglesas para documentar que estas foram estabelecidas com base nas formas portuguesas. As formas inglesas não acompanhadas por asterisco são do próprio autor.

“Compreenda tudo, senhor. We have one of them in our sights now.” (257)

Considerando que o texto inglês de partida do exemplo [15] seja *'I understand everything, Sir', não se percebe a razão por quê a frase contém o que parece um conjuntivo do presente. Em português, a forma mais adequada seria 'Entendo tudo'.

GT (s.d.) oferece as alternativas «Eu entendo tudo; Entendo tudo; Compreendo tudo».

[16]

“Ido, senhor,” Judge Amaral said (257).

Em português, o equivalente mais adequado de *'Gone, Sir' seria 'Foi-se', mas nunca o pretérito perfeito 'ido'.

Curiosamente, GT (s.d.) parece estupefacto, pois propõe como alternativa principal «Gone, Sir» (e só oferece alternativas vernáculas como 'Senhor' para Sir), ao passo que BT (2012) oferece a solução igualmente inaceitável «Ido, Sir».

[17]

“Vindo rapidamente! Eu necessito-o ...!” (249).

Parece que o Juiz Amaral diria em inglês *'Come fast! I need it...' no texto 17. É evidente que o uso do gerúndio nesta situação não se justifica, pois parece mais adequado uma solução como 'Venham depressa! Eu preciso disso...' ou mesmo 'Venham depressa! Eu preciso de vocês...' (o que corresponderia a 'Come fast! I need you...').

Tanto GT (s.d.) como BT (2012) somente oferecem formas verbais finitas.

Dado que as ferramentas de tradução automática não conseguem avaliar os contextos extralinguísticos, outro problema frequente são aquilo que se pode interpretar como erros de concordância.

[18]

“Muito obrigado,” Kristen said. “I believe we’ve met, senhor (245).

Dado que no texto [18] é uma mulher que fala em português o adjetivo deve concordar com a pessoa do sexo feminino que fala, pelo que a solução mais vulgar e mais adequada seria *Muito obrigada*. O texto original inglês *'thanks a lot' é invariável. GT (s.d.) oferece várias alternativas, de entre as quais as últimas são agramáticas: «muito obrigado; muito obrigada, thanks a lot; agradecimentos muito; graças um lote». BT (2012) somente oferece «Muito obrigado».

[19]

“I said go!” Amaral shouted. “Marco! Jose! Onde estão vocês? Vindo aqui ...!” (248).

Também o exemplo [19] constitui um erro de concordância, uma vez que na norma culta o plural de 'estão' exigiria outro plural 'vocês'. O presumível texto inglês *'Where are you two? Come here!' leva a esperar em português *Onde estão vocês? Venham cá...*

GT (s.d.) oferece como solução principal «Onde estão vocês? Venha cá!». Para a segunda frase oferece as alternativas «Venha aqui; vir aqui; vêm aqui; vem aqui», das quais nenhuma parece adequada para o texto de origem em questão. A proposta de BT (2012), enfim, «Onde está você dois? Vem cá!» deve considerar-se agramática.

[20]

“Pode falar Jorge Ruiz?” (223).

Se podemos supor uma frase de origem como *'Can you talk to Jorge Ruiz?', é de constatar que no exemplo [20] falta a preposição 'com'. A tradução adequada deveria ser *“Pode falar com Jorge Ruiz?”* ou *'Você pode falar com Jorge Ruiz?'*. GT (s.d.) oferece como solução principal «Você pode falar com Jorge Ruiz?» (tal como, aliás, BT 2012). Para a primeira parte da frase oferece as alternativas «Pode falar com; Você pode conversar com; Pode falar; Você pode falar» – as últimas duas alternativas correspondem, portanto, à solução sem preposição!

[21]

“Uh... senhor, nos temos um problema aqui,” the pilot radioed back. (258).

No exemplo [21] falta o acento no pronome pessoal 'nós' – mas também poderia ser eliminado como em *'Coronel, temos um problema aqui'* e a tradução não deixaria de fazer sentido em relação ao presumível texto de base *'Sir, we've got a problem here'. GT (s.d.) e BT (2012) propõem unanimemente «Senhor, nós temos um problema aqui».

[22]

Porto do Santos (207)

No exemplo [22], o *'Porto de Santos'*, cuja denominação oficial inglesa é *'Port of Santos'*, a tradução resultou no uso da contração da preposição com o artigo definido, ou seja, 'do' em vez da simples preposição 'de'.

GT (s.d.) e BT (2012) propõem como solução principal «Porto de Santos», mas GT (s.d.) ainda oferece as alternativas menos adequadas «Portuária de Santos; O Porto de Santos». Nalguns casos é omitido o artigo, o que seria menos aceitável no português europeu (PE), mas perfeitamente aceitável no português do Brasil (PB):

[23]

“Manuel, onde nós encontraríamos Jorge? Where would we find him?” (242).

[24]

Kristen motioned to the boy and asked in broken Portuguese, *“Quem atacou seu filho, Manuel?”* (222).

O nome do grupo ambientalista / terrorista é algo difícil, uma vez que são misturadas palavras portuguesas um artigo espanhol e numa sintaxe duvidosa.

[25]

Grupo do Abaete de la Movimento Meio Ambiente (vii, 89).

O grupo chamado pelo autor como «Environmental Movement Group of Abaete» utiliza o artigo feminino espanhol 'la' em vez da forma portuguesa 'do'. Mesmo que uma tradução como *'Grupo ambientalista do Abaeté' pareça mais adequada, julgamos que o resultado deve corresponder com a abreviatura GAMMA, pelo que a tradução rigorosa mais adequada seria **Grupo do Abaete do Movimento Meio Ambiente'*.

[26]

Guerra Alliance de la Movimento Meio Ambiente (vii, 89).

Semelhantemente, o equivalente da 'Environmental Movement Combat Alliance' deveria ser '*Aliança do Movimento de Luta Ambiental', mas parece que uma tradução como '*Guerra da Aliança do Movimento Meio Ambiente*' ficaria menos mal...

4.1.2 ASPETOS ORTOGRÁFICOS

A acentuação gráfica do português é omitida em muitos casos. Ignoramos se isto foi um erro da ferramenta da tradução automática ou se foi erro do autor.

[27]

Jorge Ruiz was born in Abaete, Brazil, one hundred and sixty kilometers northwest of Belo Horizonte, the capital city of the state of Minas Gerais (86).

Ao longo de todo o romance, todas as ocorrências do nome do município de Abaeté (MG) é escrito sem acento agudo.

[28]

Nao...nao ...impossivel ...inacreditavel ... (105).

Este exemplo da tradução de '*no, no, impossible, unbelievable' demonstra que Dale Brown omitiu a maioria da acentuação gráfica e do til, uma vez que a grafia certa seria '*não, não, impossível, inacreditável*'.

O mesmo acontece nos exemplos autoexplicativos [29], [30] e [31] onde o til é omitido:

[29]

"Nao!" Pereira shouted [...] (214).

[30]

"I'm a reporter. Televisao," she replied (221).

deveria ser *Televisão* *Television

[31]

"Tenente Quintao is here just as an escort [...] (244).

São raros os exemplos em que há letras a mais ou a menos:

[32]

The newly formed lake was called Repressa Kingman, named for the president of the American company, TransGlobal Energy Corporation... (84)

O '*Kingman Dam' é traduzido como 'Repressa Kingman', e não Represa Kingman com a sibilante simples. Sem esclarecer as diferenças, GT (s.d.) oferece as duas traduções essenciais «barragem; represa; Dam; barragem de; dique». O termo 'barragem' é mais utilizado no PE, o termo 'represa' no PB.

[33]

"No unusual activity in this area, and the commandante of the local PME barracks reports no unusual movement or strangers in the area (84).

A grafia de '*commandante*' (com <-mm->) em vez de '*comandante*' parece uma óbvia interferência da palavra '*commander'.

[34]

Originating in the lushly forested highlands of western Paraná near the Paraguay border, the Piquiri River was the last of the “living” rivers of Brazil [...] (84)

No nome do Rio Piquiri falta a última letra.

[35]

“But you do allow him to come back, don’t you, *Advocado?*” Kristen asked (245).

Evidentemente, o equivalente português da palavra inglesa 'lawyer' em [35] deveria ser '*advogado*' com <-g-> em vez de <-c->.

[36]

He liked to drink straight vodka but would make do with strong Brazilian *agua ardente*; [...] (98)

A norma da ortografia portuguesa prevê a grafia junta de *aguardente*, mesmo que este derive de *água ardente*.

4.1.3 OPÇÕES ERRADAS

Para além dos exemplos já comentados ainda há um número de opções que simplesmente consideramos erradas.

[37]

“*Direita lá, senhor. Right there, sir,*” (213)

O equivalente português mais adequado de 'Right there, sir' parece ser '*Ali mesmo, senhor*'.

GT (s.d.) propõe «Bem ali, senhor; Ali mesmo, senhor; Ali senhor; Logo ali». A misturar português e inglês, BT (2012) apresenta a solução nada adequada «Ali, sir»!

[38]

“*Olhar Para fora! Tem um foguete!*” he shouted, but he was too late (219)

Não duvidamos que o texto original do texto [38] teria sido algo como *'Look out there! He's got a rocket!' A tradução publicada não faz muito sentido, pois fica evidente pelo contexto que uma tradução portuguesa como '*Olhe por aí! Tem um míssil!*' seria mais adequada. GT (s.d.) oferece como tradução principal «Olhe por aí! Ele tem um foguete», bem com as alternativas «um foguetão; de um foguete; um foguete de; um míssil». BT (2012) oferece a solução não mais adequada «Olhe lá fora! Ele tem um foguete!».

[39]

“*Quem é aquele? O deus, o que é ele?*” (221)

O contexto do exemplo [39] (uma pessoa vê pela primeira vez um CID) leva-nos a supor um texto inglês como *'Who is this? O God, what is that?'. Consequentemente, o equivalente português mais adequado parece-nos '*Quem é isso? Ó Deus, o que é isso?*'. GT (s.d.) apresenta uma tradução «Quem é esse? Ó Deus, o que é?». Já BT (2012) oferece uma tradução que nos parece bastante mais adequada: «Quem é? Ó Deus, o que é isso?».

[40]

They might be *Atividade de Inteligencia do Brasil*, the Brazilian Intelligence Agency [...] (219)

Os serviços secretos mencionados no texto [40] chamam-se *Agência Brasileira de Inteligência*. O termo 'Atividade de Inteligência do Brasil' encontra-se na história da organização na sua página de internet.

[41]

Amaral saw the cameras and recording equipment and waved his hands. “*Nao câmeras, nao retratos,*” he said (244).

Como provável reflexo da frase inglesa *'No cameras, no pictures', parece-nos que a melhor tradução seria *Sem câmeras, sem fotos*.

GT (s.d.) oferece a tradução «Sem câmeras, sem imagens», BT (2012) propõe «Sem câmeras, sem fotos».

[42]

Nenhuma transmissão de suas vozes, aprovação?» (245)

Se a frase parece defeituosa, julgamos que se deve ao texto inglês que presumimos como 'No transmission of your voices, okay?' A tradução resultante seria '*Nenhuma transmissão das suas vozes, de acordo?*'. GT (s.d.) propõe «Não há transmissão de suas vozes, ok?» e BT (2012) «Nenhuma transmissão de suas vozes, OK?».

[43]

“Sim, agradecimentos a você,” Jorge Ruiz said (260).

Em português, esperar-se-ia por um agradecimento semelhante a *'Yes, thanks to you' uma frase como '*Sim, graças a você*'. É precisamente esta a solução principal de GT (s.d.): «Sim, graças a você». No entanto, a ferramenta também apresenta outras alternativas, que não se aplicam ao presente caso: «graças a vós; agradecimentos a você; graças a você; graças a vocês».¹⁶⁹

4.1.4 PALAVRAS ESTRANGEIRAS NA BOCA DE FALANTES BRASILEIROS

Nos seguintes exemplos trata-se da escolha de palavras erradas, as quais cremos que se devem a escolhas mais ou menos conscientes da parte do autor, pois optou por utilizar palavras de outras línguas românicas.

[44]

“Carajo,” she gasped as she thrust her hips forward [...] (211).

Trata-se claramente de uma palavra espanhola, equivalente da palavra portuguesa 'caralho'. O palavrão equivalente em inglês seria *Fuck.

[45]

You would shamelessly put your fingers into your wife’s *chumino* and continue to suck her breasts while your son watched? (211).

Também se trata de uma palavra espanhola que equivale ao palavrão portuguesa 'cona' e à palavra inglesa '*cunt'. Dado que todas as três línguas usam também o latinismo 'vagina', conclui-se que a escolha deste palavrão terá sido consciente.

[46]

“Ai, ai, mon Dios,” she moaned as she spread her legs invitingly (211).

¹⁶⁹A penúltima alternativa «graças a você» não tem pertinência, uma vez que a vogal <e> não existe no português moderno.

No exemplo [46] temos a palavra espanhola 'Díós' e o pronome possessivo francês 'mon'. Nada nos leva a duvidar que a tradução correta para o português deveria ser '*Ai meu Deus*' ou '*Ai Ai meu Deus*', pois parece que o original inglês será '* Oh my God'.

4.1.5 AMERICANISMOS

Consideramos americanismos as ocorrências como em [44] e [45]. O uso de *Sim?* em [44] em vez de 'Está bem', 'não é' ou outras soluções parece muito mais típico do inglês dos Estados Unidos do que no português. Similarmente, o uso frequente de Senhor nos exemplos como [45] lembra muito o uso americano do honorífico 'Sir', cujo uso naturalmente será reforçado num ambiente militar.

[47]

We must be strong and united until our common enemy is brought down. *Sim?* (110)

Está bem?

[48]

"Don't be afraid, *senhor* (245)

4.1.6 FRASES LUSO-INGLESAS

No nosso corpus ainda encontramos oito ocorrências daquilo que chamámos 'frases mistas'. Trata-se de frases, na maioria das vezes pronunciadas por Manuel Pereira, quando este quer falar inglês e socorre-se da sua língua materna. O resultado carece de qualquer comentário...

[49]

"I think Zakharov in charge now," Pereira said. "Jorge want only to warn of *poluicao*, of *corrupcao*—Zakharov, *nao*. He is *violencia*, *guerra*, *poder* (222).

[50]

Pereira closed his eyes, lowered his head, then nodded. "*Sim*," he said. "*Terrivel*. *Desventurado*. He must be stopped. He is very powerful, *importante*." He swallowed hard, then looked away. "*Desculpe*. I am sorry. Zakharov is not GAMMA, GAMMA is not Zakharov. Jorge wants only *paz*, *respeito*, *esperanca*. Zakharov wants only *violencia*. I never trust Zakharov. Jorge only trust him." (222).

[51]

"The government seize his farm, move his family's gravesite, and sold it, but the new owners allow him to visit and hide there. He... *como você diz* . . . *torna-se re-energizado* . . . strong, refreshed, there. Maybe he go there." (223).

4.1.7 TRADUÇÕES ADEQUADAS

Apesar do exposto, deve-se declarar em honra das ferramentas de tradução automática e do autor que nem tudo está mal com as traduções portuguesas. Afinal, 32 das traduções parecem-nos aceitáveis. Trata-se na maioria de poucas palavras, mas como se pode ver nos seguintes exemplos, não se pode discutir a pertinência das traduções:

[52]

"*Muito obrigado*," Ruiz shouted over the roar of the helicopter's jet engine (96).

[53]

Now take me to her, *imediatamente!* (213).

[54]

“*Um pouco.* A little.” (222).

[55]

“*Sim,*” Kristen replied. “*Eu sou Kristen Skyy, SATCOM One News. Senhor e senhora Amaral?*” (244).

[56]

“*Muitas vezes.* Many times (246).

5. CONCLUSÕES

O romance *Act of War*, um *techno thriller* do autor americano Dale Brown, apresenta 180 ocorrências de palavras ou frases em línguas estrangeiras. Cem ocorrências (ou seja 55%) correspondem a traduções portuguesas, para cuja elaboração o próprio autor concedeu que terá utilizado ferramentas de tradução automática que se encontram à livre consulta na internet. Por considerarmos que somente 32 das ocorrências podem ser consideradas como adequadas, devemos constatar que a esmagadora maioria das ocorrências portuguesas apresenta defeitos de ordem vária. Na análise linguística das traduções verifica-se que é fácil reconstituir o texto inglês que terá servido de base para as traduções. Sobretudo no que respeita aos aspetos morfossintáticos, verifica-se para aqueles casos em que constatámos que a tradução não coincide com a norma do português (PB) que as duas ferramentas de tradução consultadas tendem a oferecer hoje melhores soluções do que as que o autor obteve na elaboração das traduções para o livro publicado em 2005.¹⁷⁰ Dado que as ferramentas de tradução sempre forneceram a acentuação e outros sinais diacríticos como o til, estamos inclinados a pensar que a omissão destes sinais bem como os outros erros gráficos talvez se devam a facto de o autor não utilizar o método *copy & paste* para as fontes internéticas, mas que terá (pelo menos parcialmente) digitado manualmente (se assim for, a inexistência do til e dos acentos no teclado americano talvez possa servir como explicação). Já no uso dos palavrões espanhóis e afins que observámos em 4.3.4, julgamos que estas deverão ser atribuídas ao autor. As traduções adequadas apresentadas em 4.3.7 demonstram claramente que há casos em que a tradução automática pode ser aproveitada por quem não conhece a língua de destino. Por mais complexos que sejam os conteúdos, porém, as traduções devem levar ao fracasso, como vimos em 4.3.3 e 4.3.6, uma vez que o utente das ferramentas de tradução não está em condições de escolher entre opções erradas e adequadas. A modos de conclusão, julgamos que se pode dizer que entre as ferramentas de tradução automática gratuitas o Babelfish, hoje Bing Translator, não alcança a utilidade do Google Translate. Acabamos de ver que este último ainda oferece muitas traduções duvidosas ou mesmo erradas como as podemos verificar em *Act of War*. Mas para além disso observa-se que esta ferramenta oferece um número variável de alternativas. O Bing Translator, porém, somente oferece uma única solução, o que reduz consideravelmente a sua utilidade. julgamos que nenhuma ferramenta de tradução

¹⁷⁰Note-se que a primeira edição alemã de Brown (2008) reproduz as traduções portuguesas sem qualquer alteração.

automática chega a substituir conhecimentos da língua de destino. Podem, sim, servir como ferramentas poderosas para pessoas que querem fazer traduções, desde que aquelas tenham os conhecimentos linguísticos indispensáveis para fazer uma correção adequada dos resultados da tradução automática. Sem esta correção linguística, o resultado infelizmente não passará de uma espécie de *porglish* (e isso mesmo sem a situação do contacto linguístico) ...

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brown, Dale (2006) *Act of War*, Nova Iorque: Harp torch.
- Brown, Dale (2007) *Edge of Battle*, Nova Iorque: Harper.
- Brown, Dale (2008) *Feuersturm*, München: Blanvalet.
- Brown, Dale (s.d.) «Who Is Dale Brown?», em: <http://dalebrown.info/info.htm> (última consulta: 3 de setembro de 2012).
- BT (2012) «bing Translator», em: <http://www.bing.com/translator> (última consulta: 3 de setembro de 2012).
- Damaster (2012) «Bing Translator takes over Yahoo! Babel Fish», em: <http://www.liveside.net/2012/05/30/bing-translator-takes-over-yahoo-babel-fish> (última consulta: 3 de setembro de 2012).
- GT (s.d.) «Google Translate», em: translate.google.com (última consulta: 3 de setembro de 2012).
- Marcos Marín, Francisco A[dolfo] (2004) «De lenguas y fronteras: el espanglish y el portuguol», em: *Círculo de lingüística aplicada a la comunicación* 17 (Febrero 2004) ISSN 1576-4737, em: <http://www.ucm.es/info/circulo/no17/marcos.htm> (última consulta: 3 de setembro de 2012).
- Stavans, Ilan (2003) *Spanglish: The Making of a New American Language*, Nova Iorque: Rayo.

31. SANDRA PÉREZ LÓPEZ, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, CURSO DE LETRAS/TRADUÇÃO ESPANHOL BRASÍLIA, BRASIL



TEMAS 3.1. TRADUTORES DE PORTUGUÊS, O ACORDO ORTOGRÁFICO E AS COMUNIDADES IMAGINADAS,

Os sucessivos acordos ortográficos da língua portuguesa durante o século XX funcionaram como referentes que fizeram aflorar conflitos no seio de comunidades imaginadas (Anderson, 2008 [1983,1991]) encarnados, e não por acaso, naquele elemento da escrita que com frequência resulta mais arbitrário: a ortografia. Em relação a este assunto, colocando-os em paralelo com fenômenos parelhos em espanhol, serão apresentados juízos avaliativos sobre o acordo ortográfico de 1990 provenientes de foros e páginas pessoais da Internet de tradutores de português de Portugal e do Brasil. Trata-se de abordar questões relativas à norma subjetiva — sistema de valores imposto por volta do qual se orientam os juízos subjetivos sobre a atuação linguística — que Celso Cunha (1985) contrapõe à norma objetiva, “supostamente observável” (Lucchesi, 2004: 65). Pretende-se, assim, a partir de depoimentos que muito dizem sobre a situação profissional da comunidade de tradutores de português,

relacionar suas concepções sobre ortografia e variação linguística com a relevância deste leque de convenções na construção identitária dos povos.

Palavras-chave: português, acordo ortográfico, tradutores, comunidades imaginadas.

(...) os problemas da língua derivaram naturalmente para o conflito de paixões (...)
C. Cunha (1981: 15)

1. A MODO DE INTRODUÇÃO

Dentre os diversos fatores que, com relação à norma, afetam a língua portuguesa no Brasil nestas primeiras décadas do século XXI, um elemento em concreto merecerá atenção aqui: a implementação do Acordo Ortográfico de 1990, sobre a qual tem-se debatido intensamente em foros de tradutores de língua portuguesa e sobre a qual muito se tem escrito também em diversas páginas da Internet. Muitos desses tradutores certamente poderiam assumir sem dificuldades o bem conhecido *adaggio* “Minha pátria é a língua portuguesa”. No entanto, talvez nem todos eles lembrassem o contexto maior da frase de Pessoa, que remete justamente à questão ortográfica:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com odio verdadeiro, com o unico odio que sinto, não quem escreve mal portuguez, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escripta, como pessoa própria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-m’á do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.

Este texto, publicado originariamente em *Descobrimento*, Revista de Cultura n.º 3, 1931, pp. 409-410, e transcrito no *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares (heterônimo de Pessoa), ao mesmo tempo que ilustra um estado de coisas, anterior ao atual, da ortografia do português (europeu ou brasileiro), põe de relevo a sublimação do nacional de que estão imbuídas as crenças que rodeiam as convenções ortográficas. Ortografia, sistema dos mais arbitrários, provém etimologicamente do grego clássico *orthos*, "reto, direito, justo"; e *graphia*, "escrever". Constitui o “conjunto de regras que, para uma determinada língua, estabelecem a grafia correta das palavras e o uso de sinais de pontuação” (Novo Aurélio, 3ª ed., 1999). Segundo o dicionário da Real Academia Española (22ª ed., 2001), “ortografia” é “o conjunto de normas que regulam a escrita de uma língua”¹⁷¹. “Regras”, “grafia correta”, “normas que regulam”..., mas não apenas isso. Conforme consta na página V do prólogo à *Ortografía de la Lengua Española* (RAE, 1999), para Ángel Rosenblat, o ilustre hispanista de origem polonesa, a

¹⁷¹ A tradução deste fragmento é nossa, como também o são os seguintes que estão presentes neste texto.

unidade ortográfica é “a maior força aglutinante, unificadora de uma ampla comunidade cultural: por baixo dela podem conviver sem perigo todas as diferenças dialetais”. Quiçá nem tão “sem perigo”, mas a ortografia consiste na aceitação de um leque de convenções por parte dos usuários de um idioma visando a manter a unidade da língua escrita; ou, talvez, da própria língua. Trata-se de *imaginar* a língua. Assim como Anderson (2008 [1983, 1991]) fez no caso das nações, em vez de ao termo “inventar”, usado até a exaustão, preferimos recorrer a “imaginar” no campo das línguas, pela mudança que implica no aspecto lexical: o foco passa do evento ao processo, ao substituir um item lexical tético por outro atélico. Esta mudança aspectual condiz com a recusa a conceber as línguas como entidades totemizadas, reificadas, que se dá especialmente quando são colocadas umas frente às outras na tradução, mesmo se reconhecendo sua instabilidade interna e seu carácter “imaginado”, semelhante ao das relações de parentesco ou ao das ideias religiosas (Anderson, 2008: 32). Nesse olhar eminentemente cultural, em contraste com visões essencialistas de outras ordens, pode ser de fundamental importância observar, por exemplo, o processo de padronização das línguas, pois as comunidades não se “imaginam” todas da mesma forma; “o que as distingue é o ‘estilo’ como são imaginadas e os recursos de que lançam mão” neste processo (conforme afirma L. Schwarcz, in Anderson, 2008: 12). Assim, vários são os pontos em que as comunidades imaginadas atendem ao acontecido no passado e, ainda, a muito daquilo que está tendo lugar nos dias de hoje no Brasil, e não só, do ponto de vista do discurso linguístico. Hoje, no Brasil, o Museu da Língua Portuguesa, “profundamente político” (Anderson, 2008: 246), como todos os museus, imagina a língua do país; hoje, os mapas dialetológicos e os estudos variacionistas trazem à tona a variação linguística brasileira, suspendendo o tempo nos anos 70, de onde provém grande parte dos dados do projeto NURC (com o recntato da década de 90), de uma forma que corresponde bem com as comunidades imaginadas. Até a denominação “Novo Acordo Ortográfico” inclui uma referência a esse “novo”, que “significa invariavelmente ‘sucessor’ ou ‘herdeiro’ de algo desaparecido. ‘Novo’ e ‘velho’ estão alinhados diacronicamente”, mas coexistem “sincronicamente, dentro do tempo vazio e homogêneo” da comunidade imaginada (Anderson, 2008: 256-7). Do passado brasileiro, teve que ser apagada a memória da *língua geral*, integrada de novo ironicamente à *comunidade imaginada* por Lima Barreto em 1911 com *Triste Fim de Policarpo Quaresma*; e, já do presente, precisa ser esquecida a multiplicidade linguística brasileira, ainda que hoje de novo ecoe na defesa da LIBRAS, a língua de sinais brasileira. No entanto, da comunidade imaginada brasileira não pôde ser apagado o português, porque sua negação requereria “apagar justamente aquela ‘memória da independência’, que era essencial manter” (Anderson, 2008: 268), pois ela foi um dos pilares sobre os quais foi concebido o confronto “fratricida” entre iguais. No Brasil, a língua foi tratada como um dos meios pelos quais o país é imaginado (Anderson, 2008: 189-90), claro que, para isso, dotada da “pureza” e da “fatalidade” necessárias (Anderson, 2008: 202), para as quais pode contribuir decisivamente o carácter arbitrário do sistema ortográfico.

2. UMAS LINHAS SOBRE AS ORTOGRAFIAS DO PORTUGUÊS E DO ESPANHOL NO SÉCULO XX

Decididamente, o século XX foi o das “reformas” ortográficas em português. Mas não apenas pela complexidade dos processos vividos nesse campo, mas também pela relevância emocional profunda¹⁷² desse código, que para alguns nem faria parte da língua (Bagno, 2011: 372). Precisamos concordar com Leo Jaime quando afirma que **“O 'pobrema' é 'cério’”**^{173 174}:

Cério não, cérrissimo. Todo mundo sabe, já saiu em tudo que é jornau, que a cultura só leva merreca do governo. Se tu quer levar grana a vera do governo, num pode entrar na ária da cultura. Todo mundo acha que educassão, çaúde e seguransa, são muito mais importantes que cultura. Até futebol é levado mais acério. Todo mundo, a cidade intêira só fala em outra coisa. Pois é, eu disconcordo. Disconcordo geral! Acho, pô, tipo acim, que essa parada num tem nada haver, aí.

De fato, “o ‘pobrema’ é cério”. A história da ortografia da língua portuguesa no século XX carrega um vaivém constante de projetos, de aprovação e adoção mais ou menos vitoriosas, cuja apresentação, que não nos cabe aqui, teve seu último ponto álgido no Acordo de 1990. A ortografia constitui um daqueles pontos da “linguagem adquirida” cuja unificação, dizia o mestre C. Cunha (1981: 81), “depende de nós” e em relação ao qual entendia que “nossas sugestões podem ser mais facilmente aceitas”. Será sobre a implementação do acordo ortográfico de 1990, e sobre essa facilidade (ou não), que se observarão neste trabalho as atitudes de tradutores de português, a partir de seus depoimentos colhidos em diversas páginas da web. Como é natural, fenômenos paralelos de mudanças ortográficas aconteceram em diversas línguas entre finais do século passado e começos do presente. Em 2010, por exemplo, o espanhol passou por uma fase com certas semelhanças com a que se vivia no português e sobre a qual também se riu na época, em “Haber qué pasa con la ortografía”, cujo título inclui, ele próprio, um erro ortográfico (“Haber” por “A ver”)^{175 176}:

Las reformas introducidas por la RAE en la ortografía “oficial” del español han disparado la polémica, el Infierno se ha desatado en la Tierra. A mí me resulta un indicador de lo conservadores que somos para algunas cosas. No quiero decir que defienda la reforma; quiero decir que me da igual la reforma porque no acepto la autoridad de la RAE. De hecho, siempre me ha parecido gracioso el

¹⁷² Como a “legitimidade emocional profunda” que Anderson (2008: 30) atribui à nacionalidade e ao nacionalismo, enquanto “produtos culturais específicos”.

¹⁷³ Texto disponível em:

http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/acordoortografico/pop_o_pobrema_e_cerio.shtml. Acesso em 02/11/2011.

¹⁷⁴ Esta citação, como as demais recolhidas no texto, é reproduzida respeitando quaisquer elementos linguísticos nela presente, tenha sido sua presença proposital ou não.

¹⁷⁵ Texto disponível em: <http://www.cabezabomba.com/2010/11/07/haber-que-pasa-con-la-ortografia/>. Acesso em 2/11/2011.

¹⁷⁶ “As reformas introduzidas pela RAE na ortografia “oficial” do espanhol originaram uma intensa polêmica, o Inferno se desencadeou. Eu acho que este é um indicador do quão conservadores que somos para algumas coisas. Não quero dizer que defenda a reforma; quero dizer para mim tanto faz, porque não aceito a autoridade da RAE. Na verdade, sempre achei engraçada a forma como os espanhóis parecem aceitar sua autoridade, quase como se os desvarios de seus acomodados membros (todos eles bem repelentes) fossem autênticos decretos legais (...). O importante, o realmente importante, é não fazer besteiras como a do título deste *post*, e outras muitas semelhantes, pois são elas que realmente atrapalham a comunicação e a expressividade da língua – como os pérfidos erros de gramática –, ao serem próprias da falta de amor pela leitura e por uma expressividade rica baseada na decisão e na necessidade comunicativa individual, e não na ignorância e no analfabetismo”.

modo en que los españoles parecen aceptar dicha autoridad, casi como si los desvaríos de sus empoltronados miembros (a cada cual más repelente) fuesen decretazos legales (...).

Lo importante, lo realmente importante, es que no se cometan burradas como la del título de este post, y muchas otras similares, que son las que realmente hacen daño a la comunicación y la expresividad de una lengua - como el pérfido dequeísmo -, propias de la falta de amor a la lectura y a una expresividad rica basada en la decisión y necesidad comunicativa individual y no en la ignorancia y el analfabetismo.

Uma coincidência entre este texto e o de Leo Jaime chama facilmente a atenção: se um começa com “Haber”, o outro termina com “haber”. De fato, por incrível que possa parecer, “haber” e “a ver” aparecem mencionados como algumas das “novidades” da ortografia de 2010 do espanhol na página web da Real Academia Espanhola¹⁷⁷, à qual corresponde elaborar a *Ortografía de la lengua española* desde sua primeira edição, em 1741. A ortografia atual desta língua coincide essencialmente com a praticada desde 1815. Além de boutades de intelectuais e literatos, houve, é claro, ao longo da história do espanhol, propostas alternativas à ortografia acadêmica que conseguiram certa implantação, como, por exemplo, a do venezuelano Andrés Bello e do colombiano Juan García del Río em 1832, intitulada *Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar la ortografía en América*, ou a de Domingo Faustino Sarmiento. Apesar de não terem sido adotadas totalmente, aspectos de ambas foram implantados no Chile, Equador e Costa Rica (Alcaide, 2010: 115). Em 1927, “*los chilenos, por Decreto del presidente de la República, se ven obligados a utilizar en la enseñanza y en los escritos de carácter no personal la ortografía de la Real Academia Española*” (Serrano, 2007). Contudo, a “ortografía chilena” (os três traços que sobreviveram, segundo Rosemblat: *rei, jente, estraño*) “se conservó como una marca de identidad nacional” até a adoção da ortografia acadêmica “como homenaje al Día de la Raza” (Arnoux, 2008: 175).

A partir deste ponto, a visão majoritária tende a conceber a questão ortográfica no espanhol como essencialmente resolvida. Apenas com a edição mais recente da ortografia acadêmica, lançada no ano de 2010, que a polêmica se reacendeu. Seus pontos mais conflituosos remetiam para alguns acentos diacríticos e às denominações de determinadas letras, e sobre as reações geradas por ela é que serão vistos juízos avaliativos colhidos da Internet e realizados por tradutores de espanhol. Trata-se de abordar questões relativas à norma subjetiva — sistema de valores por volta do qual se orientam os juízos subjetivos sobre a atuação linguística, o valor atribuído à forma como as coisas são ditas/escritas -, que C. Cunha (1985) contrapõe à norma objetiva, “supostamente observável” (Lucchesi, 2004: 65), refletida na forma como as coisas de fato são ditas/escritas. Porém, não deixa de resultar possível a existência de sistemas de valores divergentes, e até em conflito, no interior

¹⁷⁷ Ver: [http://www.rae.es/rae/gestores/gespub000018.nsf/\(voAnexos\)/arch8100821B76809110C12571B80038BA4A/\\$File/CuestionesparaelfAQdeconsultas.htm#ap0](http://www.rae.es/rae/gestores/gespub000018.nsf/(voAnexos)/arch8100821B76809110C12571B80038BA4A/$File/CuestionesparaelfAQdeconsultas.htm#ap0). Acesso em 2/11/2011.

de uma comunidade. Igualmente, a distinção entre norma objetiva e subjetiva tampouco é tão nítida como se poderia supor pela complexa interação que ocorre entre ambas (Lucchesi, 2004: 66).

3. FALAM OS TRADUTORES

Embora, desde suas origens, tenha se constatado nos estudos linguísticos a existência de dois sentidos associados, grosso modo, ao termo norma - que remetem para frequência e avaliação, respectivamente (Cunha, 1985: 52) -, e apesar da consciência da relevância da segunda ideia para, por exemplo, a sociolinguística laboviana, grande parte dos esforços destinados ao estudo do português têm se voltado para a primeira das acepções. Tanto é assim que o próprio projeto NURC descartou os professores de língua como possíveis informantes sobre os usos linguísticos cultos brasileiros por considerá-los usuários de uma norma arcaizante e purista (Cunha, 1985: 35). Idêntica suspeita pode ter pairado sobre os tradutores, nem tanto necessariamente pela sua prática profissional (norma objetiva) como, em especial, pela sua relação com a norma padrão e, portanto, pela sua avaliação dos fenômenos linguísticos (norma subjetiva). E é sobre membros dessa comunidade, como já foi dito, que serão observados depoimentos que denotam a posição que adotam sobre a questão do novo acordo ortográfico. Ainda que, pelo seu caráter polifônico, será nos foros que será obtida grande parte destes juízos avaliativos, em um primeiro momento vão ser colocadas contribuições provenientes da página pessoal de J. R. Dias (<http://www.jrdias.com/jrd-acordo-nao.htm>), experiente e respeitado tradutor técnico português. Sobre o tema de que se trata, Dias realiza em sua página uma inteligente análise de certas incongruências na argumentação em favor do acordo, como o fato de se recorrer a um mesmo argumento em favor e contra, segundo convier, talvez por ter sido construído *ex post facto*. É isso que acontece quando em certos momentos se justifica a manutenção de determinadas grafias por estarem “consagradas pelo uso”, enquanto em outros se opta por aboli-las apesar do uso; ou quando se recorre em ocasiões à etimologia e, em outras, à pronúncia:

[M]as o Acordo apenas se refere à língua escrita, e não à língua como é falada! Estranho e enviesado argumento este, já que o Acordo está cheio de referências, exceções e ressalvas ao modo diferente de pronunciar as palavras em Portugal e no Brasil e à sua interação com o modo de as escrever! Ou, como diz o próprio texto do Acordo, «Não é possível unificar divergências [ortográficas] que assentam em claras diferenças de pronúncia».

Também não há dúvidas de que, com relação ao campo da tradução, a competência de Dias é inegável, nem de que sobre ele está bem informado. No fim das contas, na hora de falar sobre a tradução para um tradutor é preciso ser, no mínimo, prudente. Após citar um dos negociadores do acordo pela parte portuguesa, o eminente professor Malaca Casteleiro, segundo o qual “a língua portuguesa é a única com duas variantes que têm que ser traduzidas nas Nações Unidas”, Dias responde:

Fica mal, ao principal autor português do acordo ortográfico, utilizar mentiras para defender a sua obra. NÃO existem nenhuma traduções para português (europeu ou brasileiro) nas Nações Unidas! Por que, simplesmente, o português NÃO é língua oficial das Nações Unidas. Ponto final. As

traduções que forem feitas são exclusivamente da responsabilidade dos respectivos estados e usam, muito naturalmente, a língua por si utilizada...

De fato, seis são as línguas oficiais das Nações Unidas, entre as quais não está o português. No entanto, a partir deste ponto começam a aflorar as paixões, que levam o tradutor até o ponto de afirmar sua recusa à possibilidade de que o português venha a estar um dia entre elas:

Receio bem que a “expansão” anunciada faça parte da ponta oculta do icebergue dos interesses brasileiros: fazer do português uma língua oficial das Nações Unidas, de braço dado com o desejo e a campanha do Brasil para ocupar um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança. Do português brasileiro, claro está, já que são 180 milhões do lado de lá, e nestas coisas das relações internacionais, o tamanho do território e a contagem das cabeças que nele habitam contam, e muito! E, afinal, deve Portugal apoiar uma candidatura do Brasil a membro permanente do CS da ONU? Deve! Por que isso nos interessa! E deve Portugal apoiar a candidatura do português como língua oficial na ONU? Não! Por que isso não serve os nossos interesses. Chama-se a isto realpolitik, sem qualquer significado maquiavélico do termo.

Inicia-se a partir daqui uma defesa de interesses considerados nacionais, sem tomar em consideração as inconsistências que levantam os dados de que se dispõe. Assim, são feitas denúncias como as seguintes, que afirmam a suposta existência de subordinação constante e sistemática dos negociadores portugueses perante os interesses brasileiros:

Para os que fizeram o acordo ortográfico, o princípio orientador foi simples: quando a ortografia portuguesa é diferente da brasileira, muda-se a ortografia portuguesa no sentido da prática brasileira, MAS quando a ortografia brasileira é diferente da portuguesa, arranja-se uma ortografia facultativa, cujo resultado só pode ser um enorme cabaz de disparates e incongruências ortográficos.

Na mente dos acordistas portugueses existiu apenas um princípio: ‘abrasileirar’ o português, rapidamente e em força, numa subordinação servil, descarada e estúpida aos interesses brasileiros!

No entanto, a implementação sistemática deste princípio único e absoluto impediria a eventual adoção de soluções que já vigorassem em Portugal, mas não no Brasil, como ocorre no caso do trema, segundo o próprio Dias reconhece. Para resolver sua incongruência, o tradutor, irredutível, atribui o fenômeno a uma suposta limitação da ortografia usada em Portugal:

Por sua vez, na Base XIV suprime-se totalmente (em Portugal desde 1945) o trema, que é pena não se conservar em toda a língua portuguesa. Como explicar a um estrangeiro (por exemplo a um Espanhol, que ainda mantém esse diacrítico na sua língua) se se pronuncia ou não o >u> em quilo e tranquilo, guerra e aguentar, lânguido e linguística?!

Mas o fato de a base da problematização ser assentada em outros pilares diferentes dos até aqui declarados não podia deixar de aparecer. Por isso, tem que se mencionar, sem adjetivação, a avaliação da variação do português que se infere da leitura das duas últimas frases deste parágrafo:

E, para os que desejam aprender a falar e a escrever português, a solução é muito fácil: pergunte-se-lhes simplesmente que português desejam aprender, por gosto, mania ou razões culturais ou económicas, e ofereça-se-lhes o serviço. Para surpresa e, talvez, horror, dos acordistas, é isso mesmo que fazem, há já muito tempo, as escolas de português para estrangeiros em Portugal: quando um sueco por cá aparece para aprender a falar e a escrever português, porque vai trabalhar para o Brasil, a escola mete-lhe na frente um professor brasileiro! A um italiano que vá trabalhar para Moçambique caberá, naturalmente, um professor português. Simples, fácil e eficiente!

No que diz respeito ao campo profissional do autor do *blog*, a tradução, é estabelecido um paralelo semelhante ao que se verifica, como se verá mais para a frente, entre os tradutores de espanhol em relação ao “espanhol neutro”:

Para quem precisa da língua para trabalhar e ganhar dinheiro (há pessoas destas, acreditem), a quimera académica do português-língua universal é um embuste e não passa de publicidade enganosa. (...) Por cá, e no Brasil, os capatazes do Acordo parecem-me os directores de projecto novatos das agências de tradução, quando pedem que os trabalhos lhes sejam entregues em português “angolano”, “cabo-verdiano”, “moçambicano” ou “timorense”, ou, quando o delírio ou a ignorância é total, numa versão “universal” de português. Assim uma espécie de português “neutro” que seja entendido por todos, de Chaves a Baucau, com passagem por Bolama, pelo Mindelo, pelo Príncipe, por Benguela, por Curitiba, por Quelimane, por Goa e por Macau. Experientes, uns, novatos, outros, mas ignorantes, todos!

O tema do recurso a um “português neutro” não é novo entre os tradutores desta língua, mas sim um assunto bastante mais proscrito (basta ver a ausência de estudos académicos ao respeito) e, provavelmente, bem menos implantado do que entre os tradutores de espanhol. Por isso chama a atenção o depoimento de Helena Araújo, proveniente de sua página pessoal (<http://conversa2.blogspot.com/>, 6/5/08) e reproduzido por Dias:

Eu, pecadora, me confesso: passei oito anos da minha vida a inventar uma língua chamada português neutro, numa empresa que queria uma tradução única para utilizar em Portugal e no Brasil. E eu, acabada de nascer, tão ignorante como bem-intencionada, achei que, com jeitinho, era possível. Pensava que bastaria usar o acordo ortográfico de 1990 (sim, senhores: o mesmo que agora

se discute), e tudo acabaria em bem. Hoje, do alto da minha experiência, vos digo: não funciona. O problema não é o modo como se escrevem as palavras, mas o seu significado.

Começa então a ser defendida a situação de *statu quo* dos tradutores de português, que declaram estabelecer um reperto do mercado em função da variedade de trabalho, o qual exige um ingente labor de educação dos clientes por sua parte:

E, afinal, que sabem os acordistas dos debates e das lutas (porque, de “luta” se deve falar) travados pelos tradutores portugueses nas secretárias e nas secretarias das empresas de tradução de todo o mundo pela especificidade, ortográfica, mas não só, de cada uma das versões do português? Nada!

Esta defesa é realizada com base na falta de regulação do mercado brasileiro de tradução:

Que sabem eles da prática corrente de mandar fazer as traduções no Brasil a pataco (segundo os nossos padrões) e contratar depois um tradutor português para fazer a “localização”, a revisão, a adaptação ou a “retradução” para português europeu, a preços, evidentemente muito mais baixos, de revisão? Nada! Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, em 2008, o salário mínimo (piso salarial) para advogados e contadores (i.e., contabilistas) empregados – o escalão mais elevado definido pela Lei Ordinária Estadual n.º 5.168, de 20-12-2007 – é de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), ou seja, EUR 449,00. Como comparação, em Portugal, o Contrato Colectivo de Trabalho para o sector da restauração estipula uma remuneração mínima pecuniária de base de EUR 495,40 (o escalão mais baixo da tabela) para, por exemplo, ajudantes de despenseiro, contínuos e empregados de limpeza.

No entanto, quando se observa minimamente a situação legal das tarifas de tradução nos dois países, percebe-se que, se no lado brasileiro o Sindicato Nacional dos tradutores (Sintra) em março de 2011 oferecia uma tabela orientativa, em Portugal o Sindicato Nacional de Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes (Snatti) publicou em 21/10/10 uma notícia em que informava de que:

O SNATTI em 2007/2008 enfrentou uma denúncia na Alta Autoridade da Concorrência (AAC), efectuada pela APAVT Nacional e APVAT Madeira contra a publicação de tabelas de honorários. (...) Desde 1997 que a publicação de tabelas de honorários é considerada ilegal pela Alta Autoridade da Concorrência e pelas novas leis europeias. (...) Recentemente recebemos o valor da coima aplicada ao SNATTI, pela publicação ilegal de TABELAS DE HONORÁRIOS durante os últimos 9 anos, desde 1997 até 2006.

Para terminar, deve se deixar esclarecido que a posição de Dias, veementemente contrária ao novo acordo ortográfico, não resulta geral entre os tradutores portugueses. Veja-se, por exemplo, o título de uma notícia publicada em 18/9/11 na página da Associação Portuguesa de Tradutores: *“Conheça o Acordo Ortográfico e os recursos disponíveis para a sua aplicação”*. Passa-se à continuação a falar de dois foros de tradutores: TRAD-PRT e PROZ. É sabido que Internet gerou *“novos espaços de encontro, novos espaços antropológicos; agora precisamos questionar-nos em que medida esses novos espaços de representacionais (re)criam as identidades e as práticas culturais”* (Silva, 2001: 152). Neste âmbito se produzem novas sociabilidades que dão lugar a novos valores, à medida que se dilui a corporeidade em *“tecnologias que anulam fronteiras, permeabilizando com maior facilidade a cultura ao multiculturalismo”* (Silva, 2001: 153). No entanto, esta desterritorialização também gerou a possibilidade de que se afirmassem as identidades locais, as quais adquiriram uma visibilidade global. Estas se afirmam por sua *“especificidade simbólica, iconográfica, ideológica, pela língua (apesar do inglês ser a língua dominante)”* (Silva, 2001: 159).

E essa última, a língua, embora não o inglês, constitui o ponto por volta do qual se reúnem há 13 anos mais de 3500 tradutores no foro TRAD-PRT (<http://br.groups.yahoo.com/group/trad-prt/>), que diz ser a lista mais antiga das que congregam tradutores que trabalham com português. Neste espaço virtual *“de encontro simbólico frente a frente em ascendência”* (Irala, 2004: 40), são construídos saberes sobre o afazer tradutório em um âmbito que põe em contacto constante tradutores profissionais de uma forma que dificilmente poderia ter sido encontrada antes do advento da Internet e que constitui uma fonte de valor inestimável para a pesquisa sobre técnicas de trabalho, crenças e milhares de aspectos a mais, no seio desta comunidade profissional que, de outro modo, não conseguiria manter um contacto tão estreito. Assim, os dados analisados aqui foram extraídos das mais de 200.000 intervenções arquivadas no foro desde o início de sua atuação pública, em outubro de 1998. As listas de discussão, como TRAD-PRT, são programas que gerenciam correios eletrônicos trocados pelos participantes por meio de um servidor. Costumam ter um moderador, encarregado de julgar a pertinência ou não das mensagens enviadas em relação à proposta e às normas da lista. Já desde os primeiros passos de TRAD-PRT, aparecem mensagens em que este assunto é tratado. Por exemplo, Danilo Nogueira, moderador da lista durante grande parte da vida dela, na mensagem 41026 (de 6/8/00) lembra que:

[N]o meu tempo de escola tinha o caso das homógrafas, de que os mais velhos ainda hão de lembrar-se. “Êle”, pronome, levava acento por causa do terrível risco de confusão com “ele” o nome da letra “l”. Havia gente ensandecida procurando palavras escondidas nos cantos mais obscuros dos dicionários, para provar que esta ou aquela palavra precisava de um acento, para evitar terríveis confusões. Assim, éramos ensinados a escrever “nêle”, “tôda” e o que mais fosse, para não confundir com certas palavras que ninguém usa nem sabe o que significam. Escreviam-se livros com listas

enormes de "homógrafas", para evitar a ruína da língua. Depois, apareceu um novo acordo (antigamente, se escrevia "acôrdo" para não confundir com o "acordo" do verbo acordar -- antes que alguém pensasse que "acordo ortográfico" significasse "I wake up orthographical" se você me entende. Foi o fim do mundo. A degradação da língua. A morte da gens lusitana. Não acotneceu nada e ninguém confunde coisa nenhuma com cosíssima nenhuma por falta do amaldiçoado "acento diferencial" que era absolutamente necessário para que não se confundisse "toda" com "tôda" ou outros pares semelhantes, se me faça claro.

Retomando as implicações práticas e imediatas para o labor profissional dos tradutores, Nogueira segue na mensagem 146135 (17/3/05):

Meu velho professor de português, homem que me parecia muito culto e inteligente (dizem que dava aula de latim pelo método direto), sempre dizia que saber ortografia é sinal de cultura, escrever na ortografia oficial é prova de cultura e sensatez (e, no caso do tradutor, de profissionalismo, também), mas ortografia é mera convenção. [E]ste é o único aspecto da linguagem onde eu acho que a ABL tem algum direito de meter o focinho, porque sem ortografia uniforme, os dicionários se tornam impossíveis (e, por extensão, os revisores ortográficos dos editores de texto e os programas de memória de tradução).

Por que, no fim das contas, como afirma Nogueira, lapidário, na mensagem 100986 (de 8/8/03): *"O que eu gostaria era de ver mais intercâmbio entre os países lusófonos"*. Trata-se novamente da opinião de outro tradutor experiente e respeitado. Mesmo sendo frequentes os comentários dos listeiros de TRAD-PRT que focam em aspectos ideológicos relativos às mudanças ortográficas, especialmente expressando desagrado perante o acordo – e provenientes, não está de mais lembrar, de ambos os lados do Atlântico –, também aparecem opiniões mais serenas e não poucos depoimentos desinformados, que, em defesa de sua tese, recorrem a exemplos contrários às normas constantes no próprio acordo. No que diz respeito à situação do público no geral, se de um lado os brasileiros tendem a reclamar do *"'carneirismo' ou indiferença que se notam no Brasil"* (mensagem 213646, de 26/11/07), por sua vez os portugueses costumam aludir ao fato de que *"[t]em muita gente revoltada com a decisão de Portugal de aderir"* (mensagem 213643, de 26/11/07). Além disso, apesar de se afirmar que *"sempre me surpreendeu a generosidade e abertura dos portugueses, que aceitam os programas de televisão nossos (em 'brasileirês')"* (mensagem 213668, de 27/11/07), também há portugueses que afirmam que *"não irão 'abrasileirar' o português deles se for para baixar a qualidade da língua de Camões"* (mensagem 213643, de 26/11/07). E em TRAD-PRT, na mensagem 217656 (de 25/12/07), se faz referência, obviamente, à questão do afazer profissional dos tradutores, em um passado/futuro em suspensão:

Se querem unificar os idiomas vamos então todos os latinos retornar ao latim ou que tal o hebraico, ou espanhol, ou então o inglês, sei lá. Aí acaba-se a disputa e ficamos também todos desempregados, ehehe

Ao longo do tempo, aparece em muitas mensagens, é claro, a preocupação com o processo de legalização e implementação da reforma nos diversos países de língua portuguesa (com interesse também pelos africanos, sobre os quais é mencionada a polémica entre o angolano J. E. Agualusa e o moçambicano Mia Couto). Alude-se repetidamente à preocupação com as práticas individuais que estão sendo adotadas pelos tradutores de TRAD-PRT em relação ao acordo (mensagens 234962, de 24/1/09, ou 235810, de 12/2/09, por exemplo). Registra-se igualmente um interesse, lógico, pelas mudanças ocorridas em ortografias de outras línguas. São dadas também informações acerca da edição de vocabulários (mensagem 237290), dicionários (mensagem 220033) e corretores ortográficos conformes com o novo acordo ortográfico (mensagens 234694 e 236622). E, naturalmente, é debatido em várias cadeias de mensagens o uso correto do hífen, em especial em relação aos casos omissos (mensagem 256431). Finalmente, vale destacar a mensagem 140977, intitulada “Prof ou o que seja: Evanildo Bechara”, em que é reproduzida uma entrevista ao ilustre professor, em que afirma: “*Ah, estamos imersos na oralidade. A língua falada varia geograficamente, já a língua-padrão se sobreleva a tudo. Ela é o interlocutor que nos traz o passado, nos conecta ao presente e nos prepara para o futuro*”. Trata-se aqui do tempo em suspensão da *comunidade imaginada*, aquele que permite pedir qualquer sacrifício, pois é nele que assenta a construção da *nação*. Em comparação com TRAD-PRT, PROZ (<http://www.proz.com/>) constitui um foro talvez mais exaltado quanto a este tema, embora as mensagens que aparecem sejam mais escassas. No entanto, como em TRAD-PRT, em PROZ são associados também, explicitamente, o nacional e a ortografia. Vejam-se os seguintes exemplos, de 4 de junho de 2008 e 2 de junho de 2009, respectivamente:

Ao "simplificarmos" estamos a perder uma parte da identidade do Português Europeu que nos caracteriza enquanto nação.

[P]orque a língua é um dos factores mais fortes da identidade Lusíada, não vejo a utilidade de se atenuar a identidade de um povo com 8 séculos de história, em favor de nuances com menos de 300 anos.

Em mensagem de 6 de junho de 2008, são também abordadas questões práticas, mesmo associando (possivelmente de forma demagógica) assuntos ortográficos e exigências do mercado:

[A] confusão já começou: há um anúncio neste momento aberto que tem por título "Spanish>Portuguese (International)". Confesso que desconheço esta variante do português...

No fundo, a polêmica do novo acordo ortográfico é vista como um conflito familiar (7/2/10):

Outro dia uma colega sugeriu que o forum de lingua portuguesa fosse dividido: um para brasileiros e um para portugueses...acho que nisso reside algo: por mais que muitos digam: nao tenho nada contra, pelo contrario, bla-bla-bla... mas no fundo muitos nutrem uma rivalidade infantil e ridicula! Nao transformemos um acordo numa "bola de neve"...por favor

(desculpem pela falta de acentos, estou usando um teclado que nao os tem)

Em 2010 teve lugar em PROZ (<http://www.proz.com/>) uma polêmica relativamente semelhante com relação ao espanhol e, portanto, a uma ortografia que pouco mudou desde o século XIX. Em primeiro lugar, o alarme dispara em 4 de novembro de 2010¹⁷⁸:

Si a estos cambios, que considero personalmente innecesarios y meros ejercicios de salón que nadie pide ni necesita, le sumamos que al parecer la Ortografía va a tener 800 páginas en lugar de las 63 que tenía hasta ahora, francamente pediremos ayuda al Santísimo por la que se nos viene encima.

E, muito pragmático, o mesmo listeiro reclama¹⁷⁹:

¿Por qué nos hacen esto? ¿Por qué nos privan ahora del Panhispánico, que tantos conflictos resuelve, para meternos sin desearlo en una batalla absurda?

¿Debo acudir a la RAE con mi Panhispánico y pedir que me devuelvan mi dinero?

Começam a ser estabelecidos paralelismos com a reforma alemã e o acordo do português, mas com argumentos centrados na lógica do espanhol (6/11/10)¹⁸⁰:

Hace unos años, cuando comenzaron las discusiones sobre el nuevo acuerdo ortográfico de la lengua portuguesa, una colega lusa me comentó que iban a terminar por no saber cómo escribir en portugués correctamente y que estaba causando muchos problemas, como apunta Pablo. Total si "ato" se refiere a "acto" y al verbo "atar", estamos apañados.

¹⁷⁸ “Se, para além destas mudanças, que pessoalmente considero desnecessárias e meros exercícios de salão que ninguém pediu nem precisa, pensamos que, até onde sabemos, a Ortografia vai ter 800 páginas em vez das 63 que tinha até agora, francamente vamos ter que pedir ajuda a Deus pela confusão que isto vai virar”.

¹⁷⁹ “Por que estão nos fazendo uma coisa dessas? Por que nos privam agora do Dicionario Panhispánico, que tantos conflitos resolve, para nos enfiar contra nossa vontade em uma batalha absurda? Devo ir à RAE com o meu Panhispánico e pedir meu dinheiro de volta?”

¹⁸⁰ “Uns anos atrás, quando começaram as discussões sobre o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, uma colega lusa comentou que no final eles iam acabar não sabendo escrever corretamente em português e que o tema estava causando muitos problemas, como aponta Pablo. Afinal, se "ato" remete a "acto" e também ao verbo "atar", a gente está encrencada”.

Em 17 de novembro de 2010 aparece uma mensagem que remete para a página de <http://www.elcastellano.org/noticia>¹⁸¹:

Pese a que el coordinador de la Nueva Ortografía de la Real Academia Española adelantó que la «be» dejará de llamarse larga y la «ve» corta pasaría a llamarse uve, el presidente de la Academia Argentina de Letras, Pedro Luis Barcia, advirtió que en el país se mantendrá la denominación actual. Además, reclamó a la RAE que «fue imprudente anunciar cambios que todavía no hemos votado».

Finalmente, em 29 de novembro de 2010 uma listeira anuncia a boa nova, o que produz uma ovação geral:

*Noticia agradable donde las haya: según la información publicada esta mañana en El País, las 22 Academias del español reunidas en Guadalajara (México) han decidido suspender la anunciada reforma de la ortografía y dejar sus nuevas propuestas en meras recomendaciones.*¹⁸²

Sobre o acontecido, outro listeiro, provavelmente alemão, interpreta que¹⁸³:

Obviamente, existe el deseo y la necesidad de un español más o menos "global" -- veremos cuál de las tendencias se va a imponer. Igual, los países hispanoamericanos ya no se dejan mandar como antes, y esto lo veo como signo de que están avanzando, que por supuesto es algo bueno 😊

4. SÓ PARA ENCERRAR O QUE NÃO TERMINA

Fatalmente, se alguma certeza não têm como não têm os tradutores é a de que a língua é variação. No entanto, em seus depoimentos parece transparecer o fato de não estar tão difundida assim entre eles a consciência da arbitrariedade da ortografia, nem a de que, com relação a este ponto, como a tantos outros, cada língua combina, a cada momento e em diverso grau, tradição e inovação. A opção por uma ortografia uniforme incita a conceber (ou justifica a vontade de conceber) as línguas como entidades também homogêneas. Igualmente, a indefinição prolongada no que diz respeito às práticas ortográficas deixa os tradutores em uma situação especialmente difícil, sobretudo do ponto de vista prático. “Tempo é dinheiro”, “el tiempo es oro”. Ora bem, nunca estará de mais lembrar que as respostas extremas perante a questão ortográfica não derivam apenas das implicações práticas, e econômicas, especialmente diretas e severas no caso do labor dos tradutores, mas da sua relevância na construção identitária ou nacional dos povos.

5. BIBLIOGRAFIA

¹⁸¹ “Muito embora o coordenador da Nueva Ortografía da Real Academia Espanhola tenha adiantado que, em espanhol, a letra ‘be’ vai deixar de ser chamada de longa e a letra ‘ve’ não mais será chamada de curta, mas de ‘uve’, o presidente da Academia Argentina de Letras, Pedro Luis Barcia, advertiu que neste país será mantida a denominação atual. Além disso, acusou a RAE de ter sido ‘imprudente no anúncio de mudanças que ainda não tinham sido votadas’”.

¹⁸² “Uma notícia ótima: segundo informações publicadas esta manhã no jornal espanhol El País, as 22 Academias da língua espanhola reunidas em Guadalajara (México) decidiram adiar a anunciada reforma da ortografia e apresentar suas novas propostas como meras recomendações”.

¹⁸³ “Obviamente, existe o desejo e a necessidade de se ter um espanhol mais ou menos “global” -- veremos qual a tendência que vai se impor. No fim das contas, agora os países hispano-americanos não se deixam governar pelos outros como antes, fato que, em minha opinião, é um sinal de que estão avançando, coisa certamente benéfica”.

1. Alcaide, M. J. M. (2010) La fijación ortográfica del español: norma y argumento historiográfico. Berna: Peter Lang, 2010.
2. Anderson, B. (2008), Comunidades imaginadas. Tradução de D. Bottman [original de 1983, 1991]. São Paulo: Companhia das Letras.
3. Arnoux, E. N. (2008). Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862). Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos.
4. Bagno, M. (2011). Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial.
5. Cunha, C. (1981) Língua portuguesa e realidade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
6. _____ (1985), A questão da norma culta brasileira. 8ª ed. atualizada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
7. Irala, V. B. (2004) Práticas discursivas sobre o espanhol através da comunicação mediada por computador: “la lengua mía, la lengua tuya, la lengua nuestra”. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de pelotas. Pelotas. Disponível em: http://www.ucpel.tche.br/poslet/dissertacoes/Mestrado/2004/Praticas_discursivas_sobre_o_espanhol-Valesca_Irala.pdf. Acesso em 26/6/2011.
8. Lucchesi, D. (2004) “Norma linguística e realidade social”, in Bagno, M., Linguística da norma. São Paulo: Edições Loyola, 63-92.
9. Serrano, A. E. (2007) Contribución al estudio de las ideas ortográficas en España. Revista Electrónica de Estudios Filológicos, nº 13. Disponível em: http://www.um.es/tonosdigital/znum13/secciones/relecturas_A_ideas.htm. Acesso em 6/11/2011.
10. Silva, L. O. (2001) “A Internet – A geração de um novo espaço antropológico”, in Lemos, A.; Palacios, M. (orgs.) Janelas do ciberespaço. Comunicação e Cibercultura. Porto Alegre: Editora Sulina.

32. SIMONA VERMEIRE, UNIVERSIDADE DO MINHO, ROMÉNIA



TEMA 1.1. PROJETO INTERNACIONAL SINFO-SARAMAGO, O PROCESSO CRIATIVO INACABADO DA OBRA SARAMAGUIANA COMO HIPERTEXTO MULTIDIMENSIONAL SEM FRONTEIRAS,

O Projeto Sinfo-Saramar constitui uma iniciativa transdisciplinar que visa a difusão da obra do escritor José Saramago e da língua portuguesa ao nível mundial, articulando uma rede colaborativa de dimensões estéticas, linguísticas e éticas cuja difusão será realizada por meio de uma Plataforma Digital com atualização contínua de metodologia e conteúdos. o Sinfo-Saramago hospeda-se na Universidade do Minho – Portugal, e conta com a parceria académica da Universidade de Brasília – Brasil, Atenas – Grécia e Washington –USA. A criação de uma plataforma digital interativa aonde tais perspetivas e abordagens dos conteúdos inerentes às obras de Saramago possam ser divulgadas e expostas visa ser um *palco de performance* para todos que queiram colaborar neste projeto, enriquecendo-o com novas «redes» hermenêuticas. Este princípio de simbiose entre várias perspetivas de conhecimento do mundo, desde das artes à ciência, literatura e língua, tendo por base as obras de Saramago, justifica a opção pelo título dado a este projeto: *Sinfo-Saramago*. A exploração “sinfónica” dos textos do autor português deverá ser feita em termos comparativos com outras línguas e culturas, adotando uma perspetiva

multilingue e transcultural. Todas as produções disponibilizadas na plataforma que confrontam várias instâncias artísticas e epistemológicas de espaços culturais diferentes, que reúnem investigadores trabalhando no âmbito das ciências da literatura e da linguagem, dos estudos da tradução ou das tecnologias da informação e comunicação, entre outras áreas, propõem-se, por um lado, dar maior visibilidade à língua e cultura portuguesa através da força do imaginário literário de Saramago, por outro lado, servirem de suporte para que nas instituições de ensino se possa introduzir novas abordagens aos textos de Saramago passíveis de configurar, num público mais jovem, atitudes personalizadas, subversivas ao ato de uma única fonte interpretativa.

Trabalho final não recebido dentro dos prazos

33. VALENTIM FAGIM, PRESIDENTE AGAL, CONVIDADO AGLP



TEMA 2.2. PARA UMA HISTÓRIA DO LUSISMO~ VALENTIM FAGIM, PRESIDENTE DA AGAL, GALIZA

A história do lusismo, no sentido de palavras que sendo nascidas e usadas na Galiza são acusadas de estrangeirice, é a história da identidade da nossa língua na Galiza. Por outras palavras: quem fala a nossa língua? Só os galegos e galegas ou é compartilhada por mais povoações e territórios? Este trabalho mostrará diferentes textos em diferentes períodos históricos onde se patenteará esta dialética. Os textos giram sobre a **forma**, como é? Quais as formas corretas? E a **identidade** da nossa língua, quem a fala? Onde se fala? Ambos os debates, em último termo, balizam outro debate: qual a **função** da nossa língua na Galiza?

0. INTRODUÇÃO

O português, como é sabido, é oficial em vários países que, só por esse facto, já formam parte da comunidade dita lusófona. No mundo hispanófono acontece algo similar. Mais de vinte países recolhem nas suas constituições o castelhano/espanhol como língua oficial o que os torna, só por este facto, integrantes da Hispanofonia. A Galiza, pelas suas circunstâncias e características, podia fazer parte de ambos os planetas culturais o que a tornaria no único país do mundo que entesourasse essa riqueza. No entanto, não é assim. Para já, a Galiza não é *strictu sensu* um país, chame-se estado, o que não deveria, porém, ser um entrave para fazer parte dos dous citados planetas culturais. O Quebec também não tem estado, mas faz parte da Anglofonia, polo facto de ser canadiana e da

Francofonia, polo facto de ter sido fundada por francófonos. Voltemos à Galiza. Polo facto de fazer parte do estado espanhol usufrui, logicamente, das vantagens de fazer parte do mundo hispanófono. Ora, o facto de a Gallaecia e o Reino da Galiza ter sido a matriz da língua portuguesa não se tem traduzido no aproveitamento, por parte do cidadão médio, do universo lusófono. É provável que nem 5% dos galegos e das galegas nadem em ambos os oceanos culturais e referenciais, o que é uma cifra mui pouco auspiciosa. Antes de passar aos textos, introduzo uma epígrafe ¹⁸⁴ a pensar nos leitores e leitoras não galegos deste texto, no convencimento de lhe servirá para entender o resto do artigo e, mais importante, a singularidade galega.

1. AS RAÍZES DA QUESTÃO GALEGA

A língua portuguesa nasceu no Reino da Galiza que incluía, grosso modo, a atual Galiza e se estendia até o rio Douro. Esta língua avançou para sul até alcançar o Algarve e depois viajou a outros continentes.

Desta forma, o Reino de Portugal deixou de falar o seu latim particular para passar a falar agora o latim particular falado no norte. A este respeito recomendamos a visualização na Rede¹⁸⁵ de um mapa cronológico que mostra o desenvolvimento das línguas do sudoeste da Europa desde o ano 1000 até a atualidade e pedia para o leitor reparar no cromatismo usado para Portugal e a Galiza. Será azul na fase em que o castelhano não está presente em nenhum dos territórios (até finais da Idade Média), azul e castanho (a representar o castelhano) em ambos os territórios aquando da Dinastia dos Filipes e apenas azul em Portugal e bicolor na Galiza desde esse momento até a atualidade. Na verdade, na idade Media definiu-se o mapa estatal da Península Ibérica que desde começos do s. XVI até agora não sofreu grandes alterações. A nobreza galega optou em dous conflitos dinásticos pola fação perdedora e isso traduziu-se no exílio de parte dela (alguma em direção a Portugal) e a sua substituição por nobreza castelhana. Foi assim que na Galiza o poder começou a falar uma língua diferente da que falavam o resto das camadas sociais. Isto teve importantes consequências sociolinguísticas, separando a fortuna da língua a norte do Minho a respeito da variedade do sul, onde todas as camadas sociais, desde a realeza até o campesinato falavam a mesma língua. Assim o narra o historiador português Duarte Nunes de Leão em 1606 na obra *Origem da Língua Portuguesa*:

*(as línguas) de Portugal e Galiza, (...) eram antigamente quase uma mesma, nas palavras e nos ditongos e na pronunção que outras partes não têm. Da qual língua galega, a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância que dela vemos. **O que se causou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve na Galiza.** [os negritos são nossos]*

¹⁸⁴Na maior parte reproduzimos o capítulo 3 do livro Valentim Fagim & Pichel Campos (2012), *O galego é uma oportunidade*, Santiago: Através Editora.

¹⁸⁵http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Linguistic_map_Southwestern_Europe.gif

Estes factos históricos afetaram profundamente a língua na Galiza a respeito de Portugal em três áreas fundamentais: usos (para que é utilizada?), forma (como é?) e identidade (quem a fala?). Responder estas perguntas é fundamental para esclarecer que queremos fazer com a língua da Galiza: um habitante do mundo lusófono ou um habitante do mundo hispanófono. Este processo histórico teve várias consequências.

1- O **prestígio** de que gozava a língua galega desapareceu a norte do rio Minho. Em termos sociais, o valor das línguas está ligado às pessoas e às sociedades que as usam. Ao passar a ser identificada com os camponeses e camponesas, o seu valor no mercado linguístico passou a ser o mesmo que tinham os seus falantes. Pelo contrário, o prestígio do castelhano aumentou por ser não só o código de parte da nobreza, como também da escrita e da corte real.

A sul do Minho, no entanto, para além de ter corte, como nos indicava Duarte Nunes de Leão, continuou a ser a língua de todos os estamentos sociais. Até a eclosão do estado moderno, com o seu parlamento, o ensino e administração, o facto de uma língua ser falada na corte era o principal baluarte do prestígio.

2- A mesma língua que antes servia para ser escrita, para cortejar, para governar ou para administrar, agora, a norte do Minho, não mais servia e mesmo se recusava que pudesse servir. O **horizonte de expectativas** sobre a língua passava a ficar muito reduzido.

A sul do rio Minho, pelo contrário, a língua foi utilizada para as mesmas funções que o resto dos idiomas europeus como o francês e o castelhano.

3- A percepção de **compartilhar a língua** com os naturais de Portugal foi diminuindo e, em seu lugar, foi surgindo o sentimento de falar uma deturpação da língua central do Reino, o castelhano. Passou-se, enfim, na percepção social dos falantes, de falar galego-português a um arremedo de castelhano. No entanto, isto não era óbice para, ao mesmo tempo, terem a noção de a língua ser muito parecida, quando não a mesma, que a de Portugal. De facto, quando os galegos se deslocavam terras castelhanas para trabalhar na sega ou deambular pela corte na procura de ofício, eram confundidos com . Na obra *La Villana de la Sagra*, de Tirso de Molina, mostra-se até como alguns se faziam passar por portugueses, provavelmente para elevarem o seu estatuto social:

Angélica.- *¿De dónde sois?*

D.Luis.- *Soy gallego.*

Carrasco.- *Y yo, hablando con perdón.*

Angélica.- *Por cierto, buena nación.*

D.Luis.- *Jamás yo mi patria niego. Galicia es mi natural.*

Angélica.- *Pues no es poca maravilla que el gallego allá en Castilla dice que es de Portugal.*

4- A **nível estritamente linguístico** deu-se uma dinâmica dupla. Por um lado, **perderam-se** traços genuínos para ocuparem o seu lugar traços do castelhano. Este processo afetou a fonética, a gramática e o léxico e hoje somos conscientes do mesmo processo se comparamos os falares das pessoas mais velhas com as mais novas. Sirva como mostra algumas palavras que eram comuns na Idade Média e que mais tarde têm escassa sociabilização e até são alcunhadas de estrangeiras (lusismos): *segunda-feira*, *Galiza*, *meio*, *preto (=negro)* ou *descer (descer)*. Por outro lado, a prática totalidade do **léxico moderno** que entrava e se formava nas línguas europeias penetrava através da correspondente forma castelhana: *piña* (ananás), *ordenador* (computador), *coche* (carro) ou *bombilla* (lâmpada). Ambas as dinâmicas distanciaram a variedade galega da correspondente portuguesa/brasileira num processo histórico que ilustramos neste gráfico com intenção divulgadora:

S.XIV VP-VG-----C
 S.XVII VP----VG-----C
 S.XXI VP-----VG-----C

Portanto, quanto mais avançamos no tempo, a variedade galega (VG) vai-se afastando da variedade de Portugal (VP) e aproximando-se da língua castelhana (C). Quando no s. XIX emerge um movimento de promoção social da língua galega, o chamado ressurgimento, terá de lidar com a identidade da língua galega e responde a pergunta: quem a fala?, bem como resolver a sua relação com o português de Portugal e do Brasil e com o castelhano peninsular. Via de regra, o galeguismo, o movimento que promove a criação de instituições próprias para a Galiza, assumirá o português como um referente de integração e o castelhano como um referente de oposição. O Golpe de Estado e o franquismo implicarão uma rutura entre o galeguismo anterior e o das décadas posteriores embora os valores referenciais se mantenham até que, nos anos 80, a norma linguística que triunfará politicamente, tornando-se “oficial” irá na direção contrária a que sustinha o galeguismo histórico. A seguir apresentaremos e comentaremos vários textos onde transparece esta dinâmica identitária-linguística na confiança de que permitirá ao leitor e à leitora ter uma visão de conjunto das dinâmicas argumentativas e do subsequente processo histórico.

2. **ROQUE GRILO BERZAS [1884]** ¹⁸⁶

Ó TIO MARCOS preguntan todos:»¿Il fala en portugués?« E caixe que ten razón. ¿A quen se lle ocorre chamarlle ós lugares **pobos**, si solo lle chaman en Portugal? Chamarlle ás calles **ruas**, sabendo que hasta en Ourense, sinon o sitio, desapareceron ô menos os nombres d’a rua dá Obra... [...] Eso fora de bo que na Galicia non tivesemos nombres propios para espresar os nosos pensamentos, sin ir mendigar o falar dos forasteiros". Habería que propor â Diputación Provincial:

¹⁸⁶GRILO BERZAS, ROQUE, O Tio Marcos da Portela, Ourense, (13.4.1884), 1-4.

"1º. Non usar palabras da fala portuguesa cando teñan palabras gallegas; (...)

4º. Cando non teña nome propio, que prefira o español ô estranxeiro."

O Tío Marcos da Portela foi a primeira publicación periódica em galego. Nasceu em 1876, era editada em Ourense e dirigida por Valentín Lamas Carvajal e extinguiu-se em 1888. Chegou a editar 4.000 exemplares. Tinha secções literárias e incluía opinião e atualidade. Denunciou o caciquismo, a miséria do campo galego, os impostos e os políticos corruptos o que lhe valeu a colaboração da prática totalidade da intelectualidade galeguista do momento, os escritores do Ressurgimento e os promotores do regionalismo político¹⁸⁷. O texto presente é uma crítica de um leitor que se esconde sob a identidade de Roque Grilo Berzas. O tal leitor julga um desatino que o periódico use palavras que os galegos usaram outrora mas já não usam. Estamos perante duas dinâmicas que acompanharam o português da Galiza até hoje e nada aponta no horizonte a que nos abandonem a curto e meio prazo:

1- Para construir um modelo de língua, o galeguismo não se limita ao galego vivo mas tenta restaurar formas genuínas que no presente foram substituídas por formas castelhanas com o intuito de manter uma distância de segurança deste língua e ganhar soberania linguística. No caso citado seriam **rua** e **pobos** na fala viva foram substituídas por **cale** e **pueblo**. palavras pertencentes ao campo institucional, um dos mais propensos à interferência da língua oficial.

2- Este movimento é acusado de estrangeirizante e postula o uso de formas galegas e caso não as haja recorrer à língua oficial *"Cando non teña nome propio, que prefira o español ô estranxeiro."*

A resposta do periódico foi contundente:

"¿En que xuncras de badamecos viu vosté que pobo non era palabra gallega? N-os dous dicionarios que temos pode atopala sin moito traballo. Como quen di algo oponse ô emprego d'esa palabra porque a ten a lingua portuguesa. Por ese camiño chegaríamos á non poder falar en gallego, pois as mais d'elas d'unha e d'outra fala son o mesmo"

O texto a seguir transita na mesma senda. O seu autor, Cuveiro Piñol, ficou na história do galeguismo por duas obras relacionadas com a língua: *El Habla Gallega. Observaciones y Datos sobre su Origen y Vicisitudes (1868)* e *o seu Dicionario Gallego (1876)*.

Como no caso anterior, este autor critica o modelo de língua de uma publicação mostrando-se contrário à regeneração lexical do galego ligada ao português. Neste caso os exemplos colocados são: **Deus**, **olha** e **dúvida**.

¹⁸⁷<http://www.egu.es/egu/Html/index.php> Enciclopedia Galega Universal.

3. **CUVEIRO PIÑOL, [1895]**¹⁸⁸

Como gallego que soy, hijo de esa bella ciudad, no pude menos que lamentar el que algunos de los que escriben en su ilustrado periódico, inventen á cada momento sin duda para hacer gala del dialecto, términos y aún frases, poco acomodadas al estilo gallego castizo, que no necesita, en verdad, de rimbombancias ni adulteraciones.

*[...] ¿Quién no dice que el vocablo **Deus** no es sino portugués, como lo son también **olle**, **dúvida** y otros que vemos usar con frecuencia?*

[...] No se cansen, pues, en acumular vocablos: bien se está con que muchos de ellos no salgan de la estructura castellana puesto que no desdican ni le quitan el mérito á la gallega.

4. **MONUMENTO AOS MÁRTIRES DE CARRAL [1904]**

Em 1904 decorrerá um dos mais destacados atos de reafirmação regionalista por meio de um monumento aos mártires de Carral, os militares sublevados em vários locais da Galiza no ano de 1846 num contexto de lutas internas entre liberais e absolutistas espanhóis, e que foram executados na vila corunhesa de Carral. O monumento aos Mártires de Carral, promovido pela regionalista *Liga Gallega na Cruña*, apresentava uma placa onde podia ler-se AOS MÁRTIRES DA LIBERDADE MORTOS O 26 DE ABRIL DE 1846. Segundo a imprensa espanholista, que orquestrou uma verdadeira campanha, o teor da legenda deveria ser Òs MÁRTIRES DA LIBERTÁ, porquanto *aos* e *libertade* eram «lusitanismos» intoleráveis, recordando que a madrilenha Academia de San Fernando *aconselhara* «*que la inscripción, de no redactarse en castellano, se h[ic]iese en el dialecto provincial más correcto, sin mezcla de portugués.*». A polémica chegou mesmo a tomar forma de um livro que atacava a escolha formal das palavras. Eis a contestação de Francisco Tettamancy, um dos representantes mais qualificados da escola corunhesa, a um dos detratores da legenda¹⁸⁹:

Señor don Julio Dávila Díaz,

*Mi excelente amigo: La leyenda del monumento, diga quien lo quiera, está escrita en gallego castizo: **Aos** es la contracción de la preposición **á** y del artículo **los**. Si las lenguas progresan como todo es susceptible de progreso en la vida, y nuestra lengua se estancó desde los siglos XIII al XIV, es necesario retrotraerla y progresarla como lo han hecho los portugueses. Su idioma es el nuestro, y tales son sus*

¹⁸⁸CUVEIRO PIÑOL, J., *Campo Neutral* [secçom] in Revista Gallega, 35, 10-11-1895, pag. 4, Corunha.

¹⁸⁹TETTAMANCY GASTÓN, F (1907), *Barbarismos de la inscripción del monumento a los mártires de Carral*: [prólogo de Julio Dávila y Cayetano A. Aldrey] Buenos Aires, p 14. Carta recuperada por Ernesto Vázquez Souza.

asines, que en nada discrepa del gallego por su estructura, su fonética, sus giros, sus desinencias, etc.; sólo que los portugueses la civilizaron.

5. CARRÉ, EUGENIO. [1911]

Vamos agora pegar num texto de um regeneracionista que se queixa amargamente das reações que provocam as tentativas de dotar a língua da Galiza de um modelo soberano. Escritor e livreiro, Eugénio Carré comprou a imprensa de domingo Puga onde tinha lugar a tertúlia galeguista conhecida como a *Cova Céltica*. Dfacto, fazia parte dos regionalistas da Corunha, de carácter liberal, fundadores da *Liga Gallega*. Este grupo foi presidido por Murguía e integrado, entre outros, por Eugenio Carré, Salvador Golpe e Manuel Lugrís Freire. Foram responsáveis pola construção do monumento aos *Mártires de Carralem* 1904 e participaram na fundação da *Real Academia Gallega* 1906.

*Fue de oír lo que se dijo contra los que venían decididos á volver por la pureza y elegancia del lenguaje. Verdaderas enormidades, que provocarían á risa sino dieran tristeza por el atraso intelectual que acusaban, vieron la luz, no siendo la menor la de quienes á los restauradores de la pureza del idioma tildaron de aportuguesados y á las voces de más pura cepa gallega (...) no tuvieron inconveniente de tildar de **lusitanismos**, antes que confesar la ignorancia en la lengua de sus padres [NOTA: No se juzgue que exageramos. Para los que recuerden ciertas campañas, no será desconocido el caso de quien, tenido en concepto de muchos por una celebridad, negó en varios artículos que palabras tan gallegas y generalizadas en toda la región como **abafar**, **outono** y **segunda** y **terceira feira**, fuesen palabras gallegas].*

Em minha opinião, é um dos textos que melhor sintetiza o xis da questão. As pessoas e entidades contrárias aos “restauradores dela pureza del idioma” acusam estes de estrangeirizantes por recorrerem ao português. Eugénio Carré acha que preferem fazer isto antes do que reconhecer que ignoram a língua da Galiza, “de sus padres”. Os exemplos colocados neste caso são: **abafar**, **outono** e o sistema de nomear os dias da semana por feiras e que na altura o autor afirmava estarem generalizadas. Hoje, ainda que vivas popularmente¹⁹⁰ foram maciçamente substituídas polas denominações comuns com o catelhano (luns/lunes, mércores/miércoles...).

6. XOSÉ IGLESIAS ROURA¹⁹¹ [1916]

A revista **A Nosa Terra** foi a voz do galeguismo e do nacionalismo galego, em concreto das Irmandades da Fala e do Partido Galeguista. Foram ao todo 422 números entre 1916 e 1936 foram editados 422 números. Neste periódico foram mui abundantes os debates em volta da identidade da língua galega. Colocamos a seguir uma

¹⁹⁰Em 2012, o local social A Gentalha do Pichel editou um vídeo, *Quarta-feira logo vem*, para mostrar esta realidade linguística. Pode-se visualizar na youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=8dtRULG-cB8>

¹⁹¹A NOSA TERRA NO Nº1, ANO 1916.

opinião contrária à regeneração da língua por meio do português de Xosé Iglesias Roura, tradutor fecundo, concelheiro na Corunha, fundador e tesoureiro das Irmandades da Fala e diretor de A Nosa Terra. O seu argumento central é a separação de ambas as línguas no passado e a assunção da castelhanização da variante galega. Os exemplos citados no presente caso são: **século**, **dúbida**, **vontade** e **empregar**.

*"Cavilamos que non é lóxico acudir ó portugués, como fan moitos, para remediar as fallas que o desuso creou na nosa lingua; non foi o gallego o que desviou do portugués; foi o portugués; foi o portugués que derivou do noso curso desque foi nacionalizado: as nosas augas correron polo gran cauce castelán, e deste debemos recadá-las río abaixo, non augas arriba onde o rigueiro lusitano desviou definitivamente. «Fun á vila e avergoñeime, vin á casa e remedieime», é un refrán dos vellos que podemos apricar a quen coidase que deberíamos empregar «**século**» «**dúbida**» «**vontade**» «**empregar**» etc".*

7. ÁLVARO DAS CASAS¹⁹². [1934].

Os anos 30 foram ricos em movimentações políticas, uma das quais levou ao aparecimento da Vanguarda Nazionalista Galega, um partido independentista de efémera vida, fundado por Álvaro das Casas.

*Debemos falar neste galego de fronteira, pra a maor comprensión das xentes? Debemos falar un galego literario e centífico, aínda que non se nos entenda ben, que restabreza as formas primeiras e renove o idioma co zugo do seu propio cerne? (...) Debemos, ao escribir, suxeitar-nos no posibre ao xeito portugués pra alongar os lindeiros da nosa xeografía idiomáteca? (...) En primeiro termo coído que deberíamos suxeitarnos no posibre ao portugués, tanto máis que na maor parte desta posibilidade ficaríamos máis dentro das nosas formas orixinarias: **Deus** por Dios; **mai** por nai; **perto** (cerca) por **preto** (que ten outra siñificazón: negro); **sinos** por campás; **xanela** por ventá ou fiestra; etc., etc., e mellor aínda si nos suxeitásemos á ortografía lusitán; centíficamente este é o noso camiño, e políteca i-económicamente os nosos éidos eistenderíanse nun dos máis vastos mundos lingoístecos. A este respeito sería moi comenente unha xuntanza de filólogos lusitáns e galegos que unificasen, no posibre, as nosas língoas.*

O autor coloca sobre a mesa a questão central: aceitamos um modelo de língua que não se afaste do estado de cousas atual para assim conseguir comunicar com a população ou optamos por criar um outro modelo “literario e científico” que nos aproxime do português com o que “ficaríamos máis dentro das nosas formas orixinarias”? As palavras em questão são agora **Deus**, **mai**, **perto** (diferente de **preto**), **sinos** e **xanela**.

8. INSTITUTO DA LÍNGUA GALEGA, [1974]¹⁹³

¹⁹²Valorización políteca da língoa, em: *Alento 5* (1934), pp. 87-90

¹⁹³Manual Gallego 3 do INSTITUTO DA LÍNGUA GALEGA, editado pola Universidade de Santiago de Compostela em 1974.

Para finalizar este trabalho que, em colaboração com Xián Naya, aspira a crescer e transformar-se num livro de marcado teor divulgador, vamos dar um salto temporal importante. O *Instituto da Língua Galega*, criado no seio da Universidade de Santiago de Compostela, foi a entidade matriz das atuais normas do Idioma Galego a serem utilizadas pelo governo galego e o sistema educativo. Esta instituição viu validada a sua opção ortográfica mercê do triunfo de *Alianza Popular* nas primeiras eleições galegas, um partido de carácter conservador e nacionalmente espanhol, fundado por um ex-ministro franquista, Manuel Fraga. A outra opção normativa, a que propugnava a identidade galego-portuguesa da língua, ficava assim fora da fotografia. O texto a seguir, tirado de uma manual de língua, evidencia em minha opinião porquê foi a opção escolhida polo Statu Quo..

Podemos considerar como mostra de lusismos (...) léxicos: achar «atopar» xornal «diário» «periódico», ar «aire», termo «término», diabo «diablo», degredar «decretar», banir «desterrar», xanela «ventano», isolado «aislado», só «soio», garavata «corbata», rédea «ramal», rosto «rostro», liberdade «libertade», ate «hastra», paixón «pasión», comezar «comenzar», sen «sin», estrada «carretera», propio «propio», mas «pro», coñecer «conocer», cidade «ciudad», esquecer «esquencer», etc.

A imensa maioria das palavras marcadas como estrangeiras são hoje reconhecidas como nacionais enquanto as formas marcadas como galegas são hoje assinaladas como castelhanismos a extirpar.

Finalizamos este trabalho com dous textos de membros destacados do ILG, o primeiro de Ramón Lorenzo, um dos principais detratores da opção galego-portuguesa nos anos 80 e o segundo do que fora o seu diretor, o asturiano Constantino García.

9. RAMÓN LORENZO¹⁹⁴ [1980]

Nos últimos anos vense falando arreo de normativización do galego e isto é primordial pro ensino nas escolas e nos Institutos. Case estaba todo feito, se non fose pola visión duns cantos estudiosos e afeccionados. A Academia da Lingua e o Instituto da Lingua, aínda que marcharan por camiños diferentes, seguían a mesma liña e neste momento chegouse a un total entendemento. A única norma posíbel é unha norma galega. Complicouse a situación desque Rodríguez Lapa, sempre defensor do galego, tivo a ocorrencia de nos dicir que gardasemo-lo galego pra usar na casa e que escribisemos en portugués. Isto non tería importancia se en Galicia afeccionados a linguística non chegasen case a mesma conclusión. Con isto un movemento lusista, que estivo a punto de botar abaixo o logrado en tantos anos de traballo. Aínda que parece ter forza este movemento, axiña quedará coutado nos próximos meses e por iso coidamos que a única norma será a da "Academia"/"Instituto"

¹⁹⁴Ramón Lorenzo [1980] A lingua. In AA. VV.: 1950-1980. 30 anos de Cultura. Vigo: Galaxia

(...). *Se en Galicia non tivesemos mais ca unha lingua, o galego, enton podíamos impoñer calquera grafía, pois os nenos non terían outra grafía que lles presentase conflito linguístico. Pero os nenos galegos teñen que aprender galego e castelan.*

*Imaxinemos que fantástica sería esa dobre función: cando aprendesen castelan terían que escribir **ciencia, común, día, literario, etc.**, na clase do lado sería **ciéncia, comun, día, literário, etc.** A palabra escrita **gente** na clase castelan [sic] terían que lela (xente) e na clase de galego (sente), na casa dirían **enteiro, son, etc.**, pero na clase **inteiro, sou, etc.**, etc. Cousa de tolos. estivemos falando sempre dos problemas derivados do bilinguismo e dos complexos dos nenos galegos, e tamen dos pais, que fariamos agora ñendo esta dobre grafía? trauma sería aínda maior enton si que todos acabarian dicindo que o galego e unha cousa rara, que ninguén entende e que ninguén sabe falar.*

É o eco de Grilo Berzas ou Cuveiro Piñol: a aceptación do Statu Quo. Já que a nossa língua está subordinada ao castelano do punto de vista social, “os nenos galegos teñen que aprender galego e castelan”, seu modelo tem que estar baseada na mesma língua que a está a substituir e, como corolário, isolar-nos das outras variantes da nossa língua. A ideia força, que aparece frequentemente em textos deste teor, é que não comunicaríamos com a população: “O trauma sería aínda maior e enton si que todos acabarian dicindo que o galego e unha cousa rara, que ninguén entende e que ninguén sabe falar”

10. CONSTANTINO GARCÍA, [2001]¹⁹⁵

Fundador do Instituto de Lingua Galega e do Centro Ramón Piñeiro, os quais dirigiui em diferentes etapas, foi um dos opositores ao acordo que se começou a desenhar em 2001 com os utentes dos chamados “mínimos reintegracionistas”, um modelo de língua de espírito galego-português e com ortografia castelhana (foi chamado de terceira via) e que foi utilizado nos anos 80 e 90 polo principal partido nacional galego, o BNG, Bloque Nacionalista Galego e entidades satélites. Este acordo levaria em 2003 a leves mudanças na norma ILG-Rag, a incluir itens até o momento considerados “lusistas”. Na wikipedia galega¹⁹⁶ podem-se consultar todas estas mudanças. O texto a seguir é uma entrevista onde mostra a sua recusa a este acordo que incluía, entre outras mudanças, mudar o nome da letra **Q** que passaria a ser denominada **Quê** abandonando-se desta forma a denominação anterior que era... **Cu**.

- Vostede foi un dos detractores da normativa de concordia que refugou a RAG.

Estou de acordo co manifestado, entre outros, por Manuel Fraga no sentido de que se está destruindo o galego. É unha mágoa. O que pretendía esa normativa era aportuguesa-la lingua e eu non quero falar portugués. Non lle vexo sentido a pórilles nome en portugués ás letras q e h ou a eliminar voces como entonces

¹⁹⁵ García, Constantino (entrevistado por Mónica Martínez) *Eu quero falar en galego, non en portugués*, O Correo Galego, 19 de Dezembro de 2001. P.4, Santiago.

¹⁹⁶http://gl.wikipedia.org/wiki/Normativa_oficial_do_galego_-_Cambios_morfol%C3%B3xicos

e anque; ou *amplia-la terminación* –za a vocábulos como *graza* ou *licenza*, por poñer un exemplo. Coma isto, contén *moreas de cousas sen sentido*.

-Os redactores da proposta, entre os que se atopan profesores universitarios discípulos seus, presentárona como un bloque fechado. ¿Está de acordo con algúns dos puntos malia rexaita-lo consenso?

Quizais aceptaría algun dos epígrafes mais nunca a totalidade. Quen se atopa detrás de todo isto son os lusistas, en especial os do Parlamento autonómico como a nacionalista Pilar García Negro, que non buscan outra cousa que falemos portugués.

: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Linguistic_map_Southwestern_Europe.gif

34. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR AÇORIANO



TEMA 2.1 A AUTOESCOLHA POÉTICA DE CELSO EMÍLIO FERREIRO (PORTUGAL, 1972)

A **Autoescolha Poética de Celso Emílio Ferreiro**, foi publicada em Portugal pela editora Razão Atual, com um prefácio de Xesus Alonso Montero. Enquadrada no seu tempo, a *poesia belixerante* parece, de novo, hoje, ganhar os mesmos sentidos de oportunidade, embora num contexto diferente, porém, com fundamentos muito semelhantes.

Vasco Pereira da Costa

Coimbra, julho, 2012

Por mera casualidade, descobri, na minha estante de poesia a **Autoescolha Poética** de Celso Emílio Ferreiro, adquirida, em Coimbra, em 1972. Casualidade, também, pela data – 1972, número redondo, nesta graça de 40 anos depois da sua publicação, tempo suficiente para que a revise, em peregrinação a um tempo em que eram previsíveis grandes transformações políticas e culturais. Nesse ano longínquo, Amílcar Cabral discursava na ONU;

Américo Tomás e Nixon eram reeleitos; Marcelo Caetano negava a possibilidade de negociações com os movimentos de libertação africanos; eram presos os líderes do Baader-Meinhof; as forças militares portuguesas massacravam as populações de Wiryamu; atletas olímpicos eram vítimas de um atentado em Munique; os católicos progressistas faziam uma vigília na Capela do Rato; sabia-se do assassinio do estudante Ribeiro dos Santos; Zeca Afonso estreava a **Grândola** em Santiago de Compostela; as classes operárias galegas derramavam sangue nas ruas de Ferrol. Por esse tempo, surgem várias cooperativas livreiras, de cariz marxista, entre as quais a *Unitas*, em Coimbra. Foi lá que comprei o livro, composto e impresso em janeiro de 1972, na Tipografia do Carvalhido, Rua de Francos, 445 – Porto, editado pela *Razão Atual* e distribuído na Rua de Monsanto, 168 – Ap. 8 – PORTO. A capa é de Camilo Mourão.

Curiosa é a lista de títulos publicados na coleção:

Ensaio

1. **Sobre a religião**, por V.I. Lenine
2. **Defesa do realismo**, por H.(Hector) P. Agosti
3. **Ensino**, por Fernando Simões
4. **A revolução permanente**, por L. Trotsky

Poesia

1. **Quando o silêncio reverdece**, por A. (António) Cabral
2. **Autoescolha poética**, por C.E.Ferreiro
3. **Noventa e nove poemas**, por Manuel Maria

Ficção

A socialização da morte, por N. (Nuno) T. (Teixeira) Neves

Curiosa e esclarecedora do contexto ideológico daquele tempo...

Na contracapa, o editor insere uma nota elucidativa:

Processa-se atualmente na Galiza, ali na continuidade do Minho, algo capaz de merecer as nossas atenções: uma cultura de verdadeira raiz popular consegue sair da letargia do subsolo, possuída de forças imperiosas que exigem expansão. O extraordinário movimento cultural que hoje exalta a Galiza tem como base primeira a recuperação da língua galega ((com uma existência, desde fins do sé. XIV, quase exclusivamente oral) para o plano da criação literária. Porém, escrever em galego - «a língua proletária do meu pobo» para Celso Emílio Ferreiro – constitui um ato desafiante, e por isso comovente, «mentras o tempo da Pátria non chega».

Esta apresentação é confirmada pelas *Verbas Limiares*, datadas de Caracas, xulio, 1971, que Celso Emílio escreveu para introdução da antologia, posto que se considera adepto da *poesia belixerante*, inconformista, revolucionária, explicitando:

Hoxe, mais que nunca e por razóns obvias, o poeta tem que ser denantes que nada un home. Caducou xá o tempo da creacion lírica labrada somente na maxia verbal, separada do pobo, alhea a etnia, monologando o seu egoísmo, fázendose a xorda e lavándose as maus cando escoita os berros das v'ctimas. Hoxe, a poesia é algo somente cando se programa un instrumento pra erguer ao home e liberalo.(...)

Estou contra os poetas que tocan a cítara no solpor, indiferentes á noite que se avicinha. Tenho un concepto da esencialidade poética, que desbota todo aquilo que non se afirma nunha dimensión humán referida ao home concreto, esmacelado na loita por sobrevivir e por acadar a liberdade.

A autoescolha recai sobre **O Sonho Alugado** (1954), **Longa Noite de Pedra** (1962), **Viaxe ao País dos Ananos** (1968), rematando com dez poemas inéditos.

A abrir, encontra o leitor um glossário, por via de algumas dificuldades de leitura de quem não for muito versado em filologia portuguesa. Logo a seguir, vem o prefácio de Xesus Alonso Montero – um ensaio intitulado *A Poesia Militante de Celso Emílio Ferreiro*. À cautela, o primeiro capítulo é *um esquema de prólogo, aparentemente ofensivo, para portugueses*. Bem aparente, diga-se, porque é impiedoso para a generalidade dos galegos de 1972:

Nun país onde todos entenden o galego – língua proletária, língua do trabalho, língua dos que sofren a história – a alienación é tal que miles e miles de homes e mulheres están dispostos a se realizarem nunha língua na que a miúdo tropezan, nun idioma que tatexan, nunha fala na que non están instalados. Renuncian á autenticidade debido, en boa parte, a que viven nunha sociedade que antepón outros valores como os da riqueza, o prestixio ou a apariencia: é decir, pactan coa valoración burguesa das cousas.

No segundo capítulo (*Um pouco de historia*), Alonso Montero traça uma visão diacrónica da língua galega e, no âmbito da sociologia da literatura, questiona o papel do escritor no renascimento da língua e da cultura nacionais.

No terceiro e último capítulo deste ensaio traça um percurso de vida - Celso Emílio Ferreiro: *O Home e o Poeta en Dazaioito Tempos*. Fala da colaboração em revistas *legales e subterrâneas*, dos livros apreendidos, da condição de emigrante e de exilado do escritor, das polémicas ideológicas em torno do seu papel na sociedade.

E este longo (e interessante) prólogo para a edição em Portugal (datado de Lugo, setembro, 1971) remata assim: *Axinha veremos si a incursión do noso poeta en terras portuguesas tem ou non sentido*. Volvidos quarenta anos, posso responder a Xesus Alonso Montero que sim, que teve sentido. Teve um sentido porque, a partir de 1972 por todo o Portugal foi recitado o poema *Contribución ao Plán de Desenrolo Económico (índices Estadísticos)*, que tem por leit-motiv cinco mil toneladas...de *esgarabelhos das patacas; de moscas e mosquitos; de castanhas bolecas; de formigas; de pirixel e nabos; de paciência; de parvos; de emigrantes; de camândulas pilhos; de*

morcegos ilustres; e de pegas piedosas; ao todo, entre outras, a produção de doze meses ao ano, três mil ramarias a San Roque, oitenta mil arrobas de maletas (...) – chumbo, moito chumbo, que exportamos, transportamos, soportamos...tudo isto – Suma total, salvo omisión ou erro: Qunientos mil kilómetros cuadrados/de túneles na noite interminável. Todos sabiam que, na declamação destes versos, falando da Galiza, falava-se do regime opressivo de Portugal. Do mesmo modo, Celso Emílio emprestava aos portugueses as palavras necessárias àqueles intermináveis tempos de ditadura:

*Libremente
Nós queríamos libremente
Comer o pan de cada día. Libremente
Mordelo, masticalo, dixerilo sin medo,
Libremente falando, cantando nas orelas
Dos ríos que caminham pra o mar libre.
Libremente, libremente,
Nós queríamos somente
Ser libremente homes, ser estrelas,
Ser faíscas da grande fogueira do mundo,
Ser formigas, páxaras, mininhos,
Nesta arca de Noé na que bogamos.
Nós queríamos libremente sorrir,
Falarlhe a Dios no vento que passa
- no longo vento das chairas e dos bosques –
Sin temor, sin negruras, sin cadeas,
Sin pecado, libremente, libremente,
Coma aire do mencer e das escumas.
Coma o vento.
Mais iste nosso amor difícil rompeu-se
- vidro de sono fráxil –
Num rochedo de berros
E agora non somos mais que sombras.*

Ficar-me-ia pela expressão do passado na resposta a Xesus Alonso Montero, uma vez muita coisa mudou nestes últimos quarenta anos: morreram Salazar e Franco de morte adormecida; deu-se uma revolução feita com cravos nos canos das espingardas; a Operação Galáxia abortou; vivemos em democracia; consagraram-se as autonomias administrativas nas nossas comunidades; integramos a União Europeia; somos Europa civilizada; falamos todos inglês; compramos tecnologia à Alemanha; bebemos coca-cola; temos moeda única... Ora, aqui chegado, tenho que voltar a dizer a Xesus Alonso Montero que, ainda hoje, os poemas de Celso Emílio têm sentido: porque as nossas pátrias e os nossos povos sofrem com uma nova guerra promovida pelos senhores do capital – que não têm rosto nem morada, apesar de habitarem este mundo sob a forma fantástica de agências de rating, de bolsas financeiras, de transações bancárias; porque voltou a emigração, o desemprego, a exploração do homem por outros homens que têm governos de homens sem poesia, que conhecem apenas números e desdenham das palavras.

De novo, uma vez mais, tem sentido o poema *Monólogo do Velho Trabalhador*:

*Agora tomo o sol. Pero agora
Trabalhei cinquenta anos sin sossego.*

*Comin o pan suando día a día
Num labourar arreo.
Gastei o tempo co xornal das sábados
Pasóu a primavera, veu o inverno.
Dinlhe ao patrón a frol do meu esforzo
I a minha mocidade. Nada tenho.
O patrón está rico á minha conta,
Eu, a sua, estou velho.
Bem pensado o patrón todo me debe.
Eu non lhe debo
Nin xiquera iste sol que agora tomo.*

Mentras o tomo, espero.

Faz sentido, pois, meu caro Xesus Alonso Montero, hoje, aqui e agora, a poesia beligerante, o escritor comprometido, o poeta militante – ainda que hoje possamos falar livremente...*mentras* ...a ditadura algébrica e a universal linguagem numérica não imponha uma taxa sobre cada palavra e um imposto sobre cada frase proferida. Será o primeiro passo, porque, depois, serão indexadas as vogais (as mais penalizadas por uso mais frequente); depois, haverá tratamento contributivo diferenciado conforme se trate de oclusivas ou constrictivas, africadas ou fricativas; sobre as guturais, finalmente, incidirá um imposto extraordinário que reverterá para a defesa do ambiente. Depois, na apresentação dos rendimentos, haverá uma redução de impostos a quem apresentar recibos do consumo das expressões numéricas. *Mentras* me deixam tomar as palavras sem valor acrescentado (ou com muito valor acrescentado?), recorro à *Esperanza*, que me deixou, em 1972, o poeta desta cidade de Ourense, Celso Emílio Ferreiro:

*Ergerémola esperanza
Sobre ista terra escura
Coma quen ergue un facho
Nuha noite sin lúa*

*Marcharemos cingidos
Polos duros segredos
Dunha pátria sonhada
Á que non voltaremos*

*Non sabrán o caminho
Que pra entón colheremos.
Longos ríos de brêtema,
Longos mares de tempo.*

*Tripulantes insomnes
Na libértá creemos.
Viva, viva, décimos
Aos que están no destrrro
E sonhan cun abrete
De bandeiras ao vento*

*Adictos da saudade
Que levades a luz pelos vieiros.
!Saúde a todos,
Companheiros!*

Vasco Pereira da Costa - Coimbra, julho, 2012
